



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2026

Quarta-feira - 29 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Herval d'Oeste .....	350	Pinheiro Preto .....	753
Alto Bela Vista.....	8	Imarui .....	351	Planalto Alegre.....	771
Antônio Carlos .....	9	Imbituba .....	352	Pomerode.....	772
Atalanta.....	12	Indaial.....	357	Ponte Serrada .....	773
Aurora .....	15	Iomerê .....	393	Porto Belo.....	774
Balneário Piçarras.....	16	Ipumirim .....	429	Porto União.....	804
Barra Bonita.....	17	Irineópolis .....	431	Pouso Redondo .....	809
Benedito Novo .....	18	Itaiópolis .....	433	Presidente Nereu.....	814
Biguaçu .....	19	Itapema .....	434	Princesa .....	816
Blumenau .....	23	Itapiranga.....	440	Rio dos Cedros.....	827
Bom Jesus do Oeste .....	32	Itapoá .....	443	Rio do Sul.....	819
Bom Retiro .....	33	Ituporanga .....	446	Romelândia.....	828
Braço do Trombudo .....	35	Jacinto Machado .....	447	Salto Veloso.....	829
Brusque.....	51	Jaraguá do Sul .....	449	Santa Terezinha do Progresso .....	832
Caçador.....	53	Joaçaba .....	471	Santiago do Sul.....	835
Camboriú.....	60	Lages .....	613	São Bento do Sul.....	836
Campo Alegre .....	61	Laguna .....	614	São Domingos.....	841
Campo Erê.....	71	Lauro Muller .....	616	São João do Oeste .....	845
Campos Novos.....	73	Leoberto Leal.....	619	São Joaquim .....	846
Canelinha .....	92	Lindóia do Sul .....	636	São José.....	848
Canoinhas.....	93	Lontras.....	637	São José do Cedro.....	859
Capinzal .....	220	Luzerna .....	638	São Lourenço do Oeste.....	862
Catanduvas.....	225	Macieira .....	644	São Miguel da Boa Vista .....	863
Caxambu do Sul.....	228	Maracajá .....	651	São Miguel do Oeste.....	867
Chapécó .....	230	Maravilha.....	652	São Pedro de Alcântara.....	869
Cocal do Sul.....	241	Massaranduba.....	653	Schroeder .....	878
Concórdia .....	242	Meleiro .....	664	Seara .....	884
Cordilheira Alta .....	244	Modelo .....	665	Serra Alta .....	891
Coronel Freitas.....	245	Mondaí.....	710	Sombrio.....	895
Coronel Martins.....	246	Monte Carlo .....	712	Sul Brasil .....	896
Correia Pinto.....	259	Morro da Fumaça .....	713	Tigrinhos .....	898
Curitibanos .....	265	Navegantes .....	714	Timbé do Sul .....	899
Dionísio Cerqueira .....	272	Nova Trento .....	716	Timbó .....	909
Erval Velho .....	273	Novo Horizonte .....	719	Timbó Grande.....	911
Flor do Sertão.....	274	Orleans .....	720	Três Barras .....	912
Forquilha.....	288	Ouro .....	721	Trombudo Central.....	913
Fraiburgo.....	293	Ouro Verde .....	722	Tunápolis.....	914
Galvão.....	297	Palhoça .....	727	Turvo .....	919
Garopaba.....	298	Papanduva.....	731	União do Oeste .....	921
Garuva .....	301	Paraíso .....	732	Urussanga .....	923
Gaspar .....	302	Paulo Lopes .....	733	Vargem Bonita .....	924
Grão Pará .....	307	Penha .....	735	Videira.....	925
Guaramirim.....	309	Peritiba.....	751	Xanxerê.....	931
Guarujá do Sul.....	349	Petrolândia .....	752	Xaxim.....	934

### Associações

AMUREL .....	935
--------------	-----



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2026

Quarta-feira - 29 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Consórcios

AGIR .....	937
CIGA .....	937
CIMCATARINA .....	938
CIMVI .....	950
CIS Nordeste .....	951
IBERE .....	952

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 073/2016

DECRETO Nº 073/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Educação Infantil.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.91.00.00.0086/78 Aplicações Diretas – Aplic. Intra. Orçamentárias com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRET.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.1.91.00.0086/78 Aplicações Diretas- Aplic. Intra.Orçamentárias ..... R\$ 12.000,00  
TOTAL ..... R\$ 12.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 074/2016

DECRETO Nº 074/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.90.00.0679/55 Aplicações Diretas.....  
..... R\$ 60.000,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA  
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA  
3.3.90.00.0679/86 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.000,00

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL  
3.3.90.00.0679/126 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.500,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 82.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO  
3.1.90.00.0086/54 Aplicações Diretas.....  
R\$ 60.000,00

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA  
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA  
3.1.90.00.0086/84 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.000,00

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL  
3.1.90.00.0679/123 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.500,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 82.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 075/2016

DECRETO Nº 075/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

"ALTERA ORDEM CRONOLÓGICA PARA PAGAMENTO DE DESPESA QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 5º da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO a necessidade do Recebimento dos recursos do Badesc para construção de passeio público no Município de Água Doce;

CONSIDERANDO a necessidade de antecipar o pagamento para o dia 24 de junho de 2016 no valor de R\$ 14.776,59 (quatorze mil setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos);

CONSIDERANDO que o empenho de nº 3779/2016 possui como vencimento o dia 16 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO que se refere a contrapartida do município, a qual foi empenhado valor total para vencimento de 16 de outubro de 2016 coincidindo com a última parcela da liberação dos recursos do Badesc;

CONSIDERANDO também que deveria ter sido dividido o valor total em cinco parcelas acompanhando as liberações do recurso convenciado.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que o pagamento da despesa a seguir relacionada será feito na data de 24 de junho de 2016 suas exigibilidades, podendo ocorrer em detrimento de outras, alterando-se a ordem cronológica, qual seja:

I – Nota de empenho 3779/2016 – Fórmula Topografia Ltda ME

Art. 2º. O disposto no artigo 1º deste Decreto aplica-se à despesa de pavimentação de passeio público na Avenida Independência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 015/2015 de 09 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 076/2016

DECRETO Nº 076/2016 – DE 24 DE JUNHO DE 2016

“ALTERA O DECRETO Nº 064/2014 E NOMEIA MEMBROS SUPLEN-  
TES PARA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Altera o Decreto nº 064/2014 e nomeia membros suplentes para fazer parte da Comissão denominada de Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Água Doce – GTCON, assim formada:

Coordenadora: JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO  
Suplente: CAMILA RAQUEL MACAGNAN

Secretária: CÁRMEN PICCOLI NICHETTI  
Suplente: MARIA TEREZA MACAGNAN

Membro: NEUSA MARIA APARECIDA CORREA DA SILVA BISSANI  
Suplente: MARÍLIA LINS DA SILVA

Membro: TÂNIA CARON DOS SANTOS  
Suplente: ROBERTA RAMPAZZO

Membro: NILZA A. MENDES  
Suplente: ODIN GUSTAVO MENDES CORREA ROCHA

Membro: SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
Suplente: CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS

Art. 2º. As atividades a serem desenvolvidas pela comissão devem ser de acordo com decretos nº 054/2014 e nº 055/2014, e conforme portaria STN 753/2012, e demais legislações relativas a matéria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.432/2016

LEI N. 2.432/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREA-  
DORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRI-  
ÊNIO DE 2017/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2.º Os Vereadores da Câmara Municipal de Água Doce receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 2.073,45 (dois mil e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

§ 1.º A ausência, de vereador na Ordem do Dia, da Sessão Plenária Ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio mensal no valor equivalente a um quarto.

§ 2.º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

§ 3.º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada na forma regimental, será integralmente remunerada.

§ 4.º Em caso de substituição, os Vereadores Suplentes terão direito a percepção do valor indicado no § 1.º deste artigo, por sessão plenária ordinária ou extraordinária que participar.

Artigo 3.º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$ 3.191,99 (três mil, cento e noventa e um reais e noventa e nove centavos).

Parágrafo Único: O Vereador que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Artigo 4.º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do



Município.

§ 1º. O índice será o INPC da Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

§ 2º No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisto considerando o período de 1º de janeiro até a data da realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 3º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago, normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo Único: A indenização a ser paga, por convocação de sessão legislativa extraordinária, quando realizada pelo Prefeito Municipal, durante o recesso parlamentar, será definida em Resolução editada exclusivamente para este fim.

Artigo 6º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.433/2016**

LEI N. 2.433/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".  
NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 5.550,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).

Artigo 3º O subsídio dos Secretários Municipais terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º. O índice será o INPC da Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

Artigo 4º Os Secretários Municipais ficam vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em comissão.

Artigo 5º São assegurados aos Secretários Municipais o 13º (décimo terceiro) subsídio, nos termos dos limites remuneratórios estabelecidos na Constituição Federal.

Artigo 6º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.434/2016**

LEI N. 2.434/2016 - DE 24 DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO MUNICIPAL E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º O subsídio mensal do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito do Município de Água Doce será estabelecido nos termos desta Lei.

Artigo 2º O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais).

Artigo 3º O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 5.550,00 (cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).

Artigo 4º O substituto legal que, na forma da lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição.

Parágrafo Único: A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Artigo 5º Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito, terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º: No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisada considerando o período de 1º de janeiro até a data da realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 2º. O índice será o INPC da Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelecido na Lei de reposição anual dos servidores.

Artigo 6º. O Vice-Prefeito, quando em licença, em férias, ou afastados por motivos de saúde, perceberão integralmente o seu subsídio mensal.

Parágrafo Único: Na hipótese, de o Prefeito e o Vice-Prefeito estarem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, será pago o valor equivalente à complementação do subsídio mensal a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

Artigo 7º É vedada, a remuneração de valores do subsídio mensal

do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do extrapolado dos limites legais e constitucionais.

Artigo 8º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Artigo 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de junho de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## **REGIMENTO INTERNO DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – GTCON/ÁGUA DOCE**

REGIMENTO INTERNO DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE  
DE  
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – GTCON/ÁGUA DOCE

### **CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - O Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON/Água Doce, instituído através do Decreto Municipal 55/2014, para implantar as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor público possui as seguintes atribuições:

- I. analisar e elaborar diagnósticos e estudos, visando à padronização de procedimentos contábeis no âmbito municipal;
- II. identificar a necessidade de treinamentos objetivando o nivelamento entre os técnicos do GTCON e demais servidores que atuam direta ou indiretamente no processo de aplicação dos conceitos contábeis na Administração Municipal;
- III. estudar e aplicar, no âmbito municipal, os Manuais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – MCASP, elaborados pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;
- IV. elaborar minutas de normas com vistas a atualizar e adequar os procedimentos adotados pelo município em virtude das alterações provocadas pela mudança de práticas contábeis, e;
- V. desenvolver outras funções relacionadas a harmonização de conceitos e procedimentos contábeis que lhe sejam designadas pelo Coordenador do GTCON.

### **CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 2º - O GTCON tem caráter técnico, deliberativo e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefícios da transparência de gestão contábil, da racionalização de custos no âmbito e do controle social.

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

#### **Seção I Da Composição**

Art. 3º O pleno do GTCON é composto por representantes vinculados às seguintes Unidades Municipais:

- I. 01 (um) representante da Controladoria Geral do Município;
- II. 01 (um) representante da Secretária de Administração e

Fazenda;

- III. 01 (um) representante da Contadoria;
- IV. 01 (um) representante da Assessoria Jurídica;
- V. 01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde;
- VI. 01 (um) representante da Câmara Municipal.

§ 1º Todos os membros titulares e suplentes que representam as Unidades Municipais no GTCON, deverão ser indicados dentre os servidores públicos municipais.

§ 2º Os membros titulares e suplentes serão indicados no Art. 1º do Decreto 64/2014 poderão ser substituídos por servidores, com perfil similar, da mesma secretária da qual estão lotados mediante comunicação oficial e a ser encaminhado à coordenação do GTCON com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de cada reunião;

§ 3º As substituições feitas pelas secretarias representadas no GTCON deverão acompanhar justificativa para saída do membro a qual deverá constar do controle dos referidos membros.

4§ Poderão participar do GTCON, com intuito de colaborar com os debates e sem direito a voto, ainda que não guardem qualquer vínculo empregatício ou prestem serviço por meio de entidades privadas para os entes da Federação das três esferas de governo:

I. Assessores técnicos, desde que indicados pelas Secretarias e membros do GTCON com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, respeitada a capacidade do local da reunião;

II. Especialistas de outras instituições não mencionadas anteriormente, desde que autorizados pelo Coordenador(a) do GTCON ou por quem este delegar tal atribuição;

Art. 4º - Este regimento interno deverá ser submetido a votação dos representantes presentes das secretarias mencionadas no Art. 1º do Decreto 64/2014, admitida a abstenção.

#### **Seção II Da Organização**

Art. 5º Compete ao coordenador(a) do GTCON:

- I. convocar e coordenar as reuniões do GTCON;
- II. elaborar e distribuir a pauta aos membros do GTCON, até 08 (oito) dias antes de cada reunião e receber sugestões de assuntos para discussão até 10 (dez) dias antes de cada reunião;
- III. disponibilizar a lista de convidados até 02 (dois) dias antes de cada reunião;
- IV. elaborar e manter em arquivos as atas respectivas;
- V. providenciar a divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, das atas das reuniões e dos demais documentos discutidos no GTCON;
- VI. subsidiar os membros com informações, estudos e dados técnicos referente a matéria a ser apreciada;
- VII. promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do GTCON; e
- VIII. receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao GTCON.

Art. 6º - Compete aos representantes titulares e suplentes em exercício do GTCON:

- I. participar do GTCON para o qual foram designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- II. requerer aprovação de matéria em regime de urgência;
- III. desempenhar outras incumbências que lhe foram atribuídas pelo GTCON;
- IV. propor criação de subgrupos;
- V. deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidas pelo GTCON;
- VI. apresentar proposições sobre assuntos do interesse do GTCON.

#### **Seção III Do Funcionamento**

Art. 7º - O GTCON estabelecerá o cronograma de reuniões ordinárias, que deverão realizar-se, bimestralmente.

§ 1º O GTCON reunir-se-á, extraordinariamente, mediante convocação de seu coordenador(a) ou da maioria absoluta de seus

membros, observando, em ambos os casos, o prazo mínimo de 05 (cinco) dias para a realização de cada reunião.

Art. 8º - O posicionamento técnico do GTCON, de caráter consultivo, será registrado mediante contagem dos votos dos titulares ou, na sua ausência, dos suplentes.

Art. 9º - Os membros, titulares e suplentes poderão participar conjuntamente da reunião.

Art. 10º - As reuniões do GTCON desenvolver-se-ão na seguinte ordem:

I. verificação do quorum mínimo da maioria absoluta dos representantes para instalação dos trabalhos;

II. discussão sobre a inclusão na pauta de matéria em regime de urgência;

III. aprovação da ata da reunião anterior;

IV. assuntos de ordem geral;

V. discussão das matérias constante da pauta da reunião.

Parágrafo Único – O coordenador(a) poderá chamar os trabalhos à ordem ou suspender a sessão, quando julgar necessário.

Art. 11º - As recomendações do GTCON serão registradas na ata da respectiva reunião.

§ 1º Qualquer representante do GTCON poderá solicitar a inversão da ordem de discussão de matéria constante da pauta ou solicitar a retirada da pauta para apresentar, de forma exclusiva ou em conjunto com outros representantes, estudos mais aprofundados sobre a matéria.

§ 2º A matéria retirada da pauta pelos motivos do parágrafo anterior terá sua discussão transferida para a subsequente reunião do GTCON.

§ 3º É vedado a qualquer representante do GTCON solicitar a retirada da pauta de matéria que já tenha sido objeto de idêntica solicitação.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Atribuições

Art. 12º Ao coordenador do GTCON incumbe:

I. coordenar as reuniões do GTCON;

II. promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do GTCON;

III. receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao GTCON;

IV. elaborar as atas das reuniões do GTCON;

V. registrar os debates das reuniões do GTCON, procedendo a sua revisão, e manter arquivo das recomendações do GTCON;

VI. distribuir aos representantes do GTCON, com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias, a ata da reunião anterior, a ser submetida a discussão e aprovação

VII. dos representantes e convidados participantes, bem como a pauta das reuniões, acompanhada do respectivo resumo técnico;

VIII. providenciar a divulgação, na internet ou por outro meio de acesso público, das recomendações do GTCON;

IX. subsidiar os representantes do GTCON com informações, estudos e dados técnicos referentes a matéria a ser apreciada;

X. avaliar e encaminhar assuntos apreciados no âmbito do GTCON e que guardem relação de pertinência e conteúdo a outros grupos ou entidades existentes ou que venham ser criados.

#### CAPÍTULO V

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo GTCON e, se urgentes, por deliberação do seu coordenador(a).

Art. 14º - O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, só podendo ser modificando por quórum qualificado de dois terços de seus representantes.

Água Doce, 21 de Junho de 2016

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO  
COORDENADORA

TANIA CARON DOS SANTOS  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CARMEN LÚCIA PICOLLI NICHETTI  
CONTROLADORA INTERNA

SCHEILA CORSO GIORDANI  
ASSESSORIA JURÍDICA

NEUSA MARIA CORRÊA DA SILVA BISSANI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NILZA APARECIDA MENDES  
CÂMARA MUNICIPAL

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 077 DE 27 DE JUNHO DE 2016

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 086/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, ALEX SANDRO VERGARA BORGES, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS, matrícula 138, lotado na Gerência de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Período aquisitivo de 23/08/2010 a 22/08/2015, período de gozo de 27 de junho a 26 de julho de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 27 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 050/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 034/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de material de construção, ferramentas, equipamentos e material de segurança, para uso da secretaria de obras e serviços públicos na manutenção e conservação das vias públicas do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 11 de julho de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 051/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 035/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição parcelada de pneus novos para uso na Patrula da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos S/C, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 11 de julho 2016 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 050/2016

DECRETO Nº 000050/16 de 28 de Junho de 2016  
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 24.683,12 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 24.683,12

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 5.516,82  
Superávit financeiro 19.166,30

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Junho de 2016  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 051/2016

DECRETO Nº 000051/16 de 28 de Junho de 2016  
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Junho de 2016  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 096/2016****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº. 096/2016; Origem: Pregão Presencial nº 31/2016 – Processo Licitatório nº 45/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JOSÉ CARLOS DA SILVA 04642645969; Objeto contratação de empresa especializada para execução parcelada dos serviços de borracharia para os veículos da frota da Prefeitura do Município de Antônio Carlos S/C. Valor: A empresa foi vencedora dos lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, no total estimado de R\$ 41.700,00 (Quarenta e um mil e setecentos reais). Prazo: 28/06/2016 - 28/06/2017.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**PORTARIA N 237/2016**

PORTARIA Nº 237/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor ARLETE BERNADETE JUNKES PAULI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTABIL-FINANCEIRO I, a partir de 01 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de 03/01/2015 a 02/01/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

**PORTARIA N 231/2016**

PORTARIA Nº 231/2016

Prorroga Licença sem vencimento.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 02 anos, ao servidor efetivo EDUARDO PRIM HOFFMANN, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, a partir de 05 de julho de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

**PORTARIA N 232/2016**

PORTARIA Nº 232/2016

Concede Licença para atividade política.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo n 83 da Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, por 03 (três) meses, ao servidor efetivo JOÃO ERNESTO LEITE, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, a partir de 02 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

**PORTARIA N 233/2016**

PORTARIA Nº 233/2016

Concede Licença para atividade política.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo n 83 da Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, por 03 (três) meses, ao servidor efetivo ANGELO ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir de 02 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

**PORTARIA N 234/2016**

PORTARIA Nº 234/2016

Concede Licença para atividade política.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo n 83 da Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, por 03 (três) meses, a servidora efetiva ANICI JOSIANI WIESE



DA SILVEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 02 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

### **PORTARIA N 235/2016**

PORTARIA Nº 235/2016

Concede Licença para atividade política.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo n 83 da Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, por 03 (três) meses, a servidora efetiva LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H, a partir de 02 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

### **PORTARIA N 236/2016**

PORTARIA Nº 236/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOÃO BATISTA PHILIPPE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de 03/05/2011 a 02/05/2012.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

### **PORTARIA N 238/2016**

PORTARIA Nº 238/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor JULIANA HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 08 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

### **PORTARIA N 239/2016**

PORTARIA Nº 239/2016

Concede Férias a servidor comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor LILIAN DE SOUZA, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, a partir de 22 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de 05/05/2014 a 04/05/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de junho de 2016.

# Atalanta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 034/2016

DECRETO Nº 034/2016.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1471 de 30 de maio de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário  
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 180.000,00  
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0082.1.014 – Construção de Galpão Multiuso  
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 02 de junho de 2016.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### EDITAL P.P. 6/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016  
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 6/2016, Registro de Preço, para o seguinte. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA TIPO COSTELA INTEIRA EM RIPA PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO AGRICULTOR

E MOTORISTA. Julgamento: Menor Preço por Item. Abertura dia 11 de julho de 2016, às 10:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta ou pelo e-mail [compras@atalanta.sc.gov.br](mailto:compras@atalanta.sc.gov.br) ou pelo fone (47)3535-0101. Atalanta, 28 de junho de 2016.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM - Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA Nº 069/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 069/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 049/2015, que designa MARIA CRISTINA DEMARCHI HADLICH, a ocupar FEC-5 e pela mesma designa ocupar FEC-4, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de junho de 2016  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 070/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 008/2014, que designa GREICY CARINE MANNRICH, a ocupar FEC-5 e pela mesma designa ocupar FEC-4, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de junho de 2016  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 071/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 071/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria 062/2015, que designa WAGNER BECHTOLD, a ocupar FEC-4 e pela mesma designa ocupar FEC-3, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de junho de 2016  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 072/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 072/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Cessar efeito da Portaria 010/2014, que designa CARLOS MARÇAL DEMARCHI, a ocupar FEC-5, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de junho de 2016  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 073/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Cessar efeito da Portaria 041/2014, que designa ALAIN FELIPE SCHELTER , a ocupar FEC-3 e pela mesma designa a ocupar FEC-2, a partir de 01 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de junho de 2016  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 074/ 2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e VIII da Lei nº. 1177/2010,

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado a seguinte docente, conforme Edital nº 03/2015/ SMECE, a partir de 13 de junho de 2016.

Nome	Cargo	Nível	Classe
ELIANE T. B. DEMARCHI	Professor 25 horas semanais	II	A

ATALANTA (SC), 13 de junho de 2016.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 075/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 075/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora LUCILENE KURTZ FAUST, passando de 10hs para 40hs, a partir de 13 de junho de 2016

Prefeitura Municipal de Atalanta

13 de junho de 2016

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 076/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 076/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso I e art. 36 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar a Servidora MARILICE BONETH, do cargo de Nutricionista, a partir de 20 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta

20 de junho de 2016

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

# Aurora

## PREFEITURA

### DECRETO N° 027, DE 20 DE JUNHO DE 2016

DECRETO n° 027, de 20 de junho de 2016

“Altera data de realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de AURORA-SC e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA-SC, usando da atribuição que lhe conferem os arts. 65,VII e 97, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal n° 5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa n° 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria n° 24, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a data para realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de AURORA-SC, redesignada para o dia 30 de junho de 2016, no Centro de Múltiplo Uso, em Aurora, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições constantes do Decreto 011/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 28 de junho de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **ADITIVO 03/2016 DO CONTRATO 60/2015 PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
TERMO ADITIVO 003/2016 DE 14/06/2016 PMBP  
PROCESSO Nº 079/2015  
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2015  
CONTRATO Nº 060/2015  
HOMOLOGADO EM 16/12/15

O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente a REFORMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA, visando atender às necessidades do Município de Balneário Piçarras, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

-SUPRESSÃO: R\$6.295,67(Seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)

-ADITIVO: R\$26.250,06(vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais e seis centavos)

Passando a vigor até 14 de Setembro de 2016.

Balneário Piçarras(SC), 14 de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016- PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – PMBP**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016- PMBP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – PMBP

Fundamento Legal:Lei nº 8.666/93, suas alterações, demais legislações pertinentes. Pregão Presencial para Registro de preços visando a contratação de empresa para execução de serviços de manutenção elétrica no sistema de iluminação pública do município quando da ocorrência de anomalias e/ou defeitos TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. Recebimento dos Envelopes até: 12/07/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 12/07/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 28 de junho de 2016. Leonel José Martins – Prefeito Municipal



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL CONVITE Nº37/2016

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº37/2016  
EDITAL DE CONVITE Nº37/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada preço global, de obra referente a Ampliação da Escola Infantil Pingo de Gente, situada sobre a quadra nº73 e 74, na Avenida Buenos Aires, 620, centro Barra Bonita/SC com área a ser construída 133,71m<sup>2</sup>, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Convite. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 11 de julho de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON  
Prefeito

### EXTRATO CONTRATO Nº48/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 048/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: PRE-LAJES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção do Salão Comunitário da Linha Três Irmão, conforme projeto de engenharia anexo.

VALOR: R\$ 51.478,00((cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e oito reais)).

VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 30/11/2016.

ASSINATURA: 28/06/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.35/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 28 de JUNHO de 2016.  
DARCI JOÃO FRIZON  
Prefeito Municipal

## CAMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

### HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL - EDITAL 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 02/2016  
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Vereador JOACIR RALDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, pelo Regimento Interno e pela Resolução nº. 03/2012, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2016, apresentado pela Comissão designada.

Barra Bonita/SC, 29 de junho de 2016.  
JOACIR RALDI  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO ATA PP 47/2016

RETIFICAÇÃO ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 47/2016

Devido a erro de digitação, fica a ata da sessão pública de abertura e julgamento da licitação referente ao Processo Administrativo na modalidade de Pregão Presencial nº 47/2016, realizada às 09h05m do dia 23/06/2016, retificada conforme se segue:

Onde se lê: "OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, EM JORNAL DE FORMATO TABLOIDE COM CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL".

Leia-se: "OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012".

Benedito Novo, 28 de junho de 2016.

Publique-se.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO N° 099/2016

DECRETO N° 099/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fontes de recursos:

#### 16. Instituto De Previdência Social dos Funcionários da PMB

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1601.04.122.0001.2005	Administração do Prevbiguaçu	90.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.6.35.000000	Despesas Administrativas do RPPS	90.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1601.28.845.0000.0007	Contribuição ao PASEP - RPPS	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.6.35.000000	Despesas Administrativas do RPPS	100.000,00

#### 17. Fundação Municipal do Meio Ambiente

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	70.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.6.36.000000	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	70.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO N° 100/2016

DECRETO N° 100/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

#### 01. CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

0101.01.031.0001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	30.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO N° 103/2016

DECRETO N° 103/2016

DE: 24 DE JUNHO DE 2016.

REVOGA O DECRETO N.º 83/2016, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n.º 83/2016, de 08 de junho de 2016.

Art. 2º. A presente revogação atende a Recomendação n.º 0001/2016/02PJ/BIG, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu, a qual é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**PP95-2016-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 95/2016 PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de sonorização para o evento: passagem tocha olímpica, dia 12 de julho de 2016.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 11 julho de 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 11 julho, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 06/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 06/2016**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.

- A ATA nº 03/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da Instituição: Casa Lar Vovó Sebastiana, CNPJ: 03.860.470/0001-13, localizada à Rua Luiz Dal-molin, nº 135, Prado de Baixo, Biguaçu/SC.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

**RESOLUÇÃO Nº 07/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 07/2016**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.

- A ATA nº 03/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da Instituição: Lar Francisco de Paula Candido Xavier, CNPJ: 13.368.388/0001-20, localizada à Rua Juriti, 69, na localidade do Bairro Jardim São Miguel.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

**RESOLUÇÃO Nº 05/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 05/2016**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.

- A ATA nº 03/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da Instituição: Fundação Projeto Pescar, Unidade Schaeffers Yachts/Biguaçu CNPJ: 00.932.411/0001-15. Localizada na Rodovia SC 407, KM 1 S/N, Vendaval, Biguaçu.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

**RESOLUÇÃO Nº 08/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

**RESOLUÇÃO Nº 08/2016**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

– CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.

- A ATA nº 03/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente – CMDCA do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Biguaçu/SC, CNPJ: 01.558.155/0001-00. Localizada na Rua Lúcio Born, nº 12 – Sala 102, Edf. S. João Evangelista, Centro, Biguaçu/SC,

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente  
Presidente do CMDCA/Biguaçu

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016-FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 – FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2016 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 29/06/2016, às 13h59min do dia 12/07/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 12/07/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (12/07/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (12/07/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) a partir do dia 29/06/2016.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 28 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff  
Secretário de Saúde



# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.990/2016

DECRETO N. 10.990, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO N. 10.968, DE 13 DE MAIO DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "f" e "o", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 24 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais no dia 12 de julho de 2016 será antecipadamente encerrado às 16h (dezoito horas).".

Art. 2º O art. 2º do Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica ao expediente:

I – das unidades da rede pública municipal de saúde do Município, que funcionarão em horário normal;  
II – dos Centros de Educação Infantil da rede pública de ensino do Município, que funcionarão em regime de plantão.".

Art. 3º O Decreto n. 10.968, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar acrescido dos artigos 2ºA e 2ºB, com as seguintes redações:

"Art. 2ºA Os servidores públicos municipais selecionados para atuar como voluntários nos Jogos Olímpicos Rio 2016 serão dispensados do cumprimento de sua jornada de trabalho, durante o período determinado pelo Comitê Organizador, competindo às respectivas chefias a verificação do período de permanência no voluntariado e o dia de efetivo retorno ao serviço.

Art. 2ºB O Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a Fundação Municipal de Desportos – FMD e as Secretarias Municipais de Saúde – SEMUS, Planejamento Urbano – SEPLAN e Defesa do Cidadão – SEDECI manterão equipes à disposição do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para auxiliar na realização do revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016 no Município.".

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de junho de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

### DECRETO Nº 10.996/2016

DECRETO N. 10.996, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO N. 10.905, DE 04 DE MARÇO DE 2016, QUE "REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR N. 1024, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES CUJOS IMPACTOS JÁ ESTEJAM CONSOLIDADOS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "a" e "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Gerência de Políticas Urbanas da Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN, objeto do Memorando SEPLAN/DPU n. 038/2016, manifestando a necessidade do estabelecimento de critérios mais claros para a análise e aprovação destas edificações junto à Gerência de Análise de Projetos da Diretoria de Análise de Projetos,

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º do Decreto n. 10.905, de 04 de março de 2016, passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]  
[...]"

Parágrafo único. Após a emissão do Alvará de Construção, serão emitidos o(s) boletos(s) que deverão estar quitados antes da solicitação do Habite-se.".

Art. 2º O Decreto n. 10.905, de 04 de março de 2016, passa a vigorar acrescido dos artigos 5ºA, 5ºB, 5ºC e 5ºD, com as seguintes redações:

"Art. 5ºA Poderá ser regularizada a edificação que apresentar algumas destas irregularidades:

I - recuo frontal, lateral, de fundos ou entre edificações;

II - coeficiente de aproveitamento;

III - taxa de ocupação;

IV - altura da edificação;

V - abertura na divisa ou a menos de 1,5m;

VI - área permeável;

VII - vaga (bicicleta, veículo ou multifuncional) ou área de manobra;

VIII - área recreacional ou playground;

IX - edificado sobre FSNE (Faixa Sanitária Não Edificante) mediante parecer favorável do órgão responsável;

X - pé direito livre menor que 2,70m;

XI - banheiros separados por sexo – feminino e masculino.".

"Art. 5ºB A contrapartida financeira incidirá sobre a área computável total da edificação ou da ampliação que estiver em desacordo com os itens apresentados no artigo 5ºA e não possuir alvará de construção.

Parágrafo único. No caso de haver mais edificações a serem regularizadas com problemas na taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento ou recuo entre as edificações, a contrapartida financeira incidirá sobre a área total computável da maior edificação ou das edificações que apresentem outras irregularidades além das

mencionadas acima.”.

“Art. 5ºC Sobre áreas aprovadas, em posse do alvará de construção, não incidirá a contrapartida financeira, exceto se houver alteração em relação ao projeto aprovado, hipótese em que a contrapartida financeira incidirá sobre a área computável que apresentar irregularidade, devendo:

I - incidir sobre toda a edificação, na hipótese de a construção ter invadido os recuos, ou;

II - incidir sobre cômodo(s) ou pavimento(s) da edificação;

Parágrafo único. Na hipótese de alteração de uso em relação ao projeto aprovado, a contrapartida financeira incidirá sobre a área computável do uso que estiver em desacordo.”.

“Art. 5ºD No caso de edificação aprovada, em posse do alvará de construção, que apresente como irregularidades área permeável, área recreacional, playground ou vagas, a contrapartida financeira incidirá sobre a respectiva área faltante de cada irregularidade.

Parágrafo único. Quando a irregularidade for vaga ou área de manobra deverá ser utilizada, para cada vaga faltante, a seguinte metragem:

I - veículos = 23,00m²;

II - multifuncional = 84,00m²;

III - bicicleta = 1,00m².”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.838/2016**

PORTARIA Nº 19.838, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA MARCIA REGINA DE CARVALHO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 27 de junho de 2016, MARCIA REGINA DE CARVALHO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Planejamento e Captação de Recursos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nomeada pela Portaria nº 19.708, de 10 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2215/16 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2215/2016

Objeto: Aquisição de esquadrias de alumínio com instalação (janelas, portas e divisórias) para a nova sede da Div. Comercial, conforme termo de referência.

Empresa(s):

DIFERENÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMÍNIOS LTDA - ME

CNPJ:19.389.129/0001-61

Valor total R\$ 50.500,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 24 de Maio de 2016

Valdair José Matias

Diretor Presidente

### **EXTRATO Nº 174/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 174/2016

Dispensa de Licitação nº. 082/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviço para construção de galpão pré-moldado para o Setor de Silvicultura do Departamento de Engenharia Florestal referente ao Contrato nº 12.2.1157.1 / FURB & BNDES – Projeto Restaurar. Contratada: Artesanal Indústria de Pré-Moldados Ltda. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 4 (quatro) parcelas, conforme segue: a) 25% (vinte e cinco por cento), no ato da assinatura do contrato entre as partes; b) 20% (vinte por cento) na conclusão e execução do estaqueamento e verificação da fabricação das peças, previsto para o prazo entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, com a aprovação do gestor; c) 40% (quarenta por cento), na montagem da estrutura (execução total das estruturas de concreto armado pré-moldado, prevista para prazo de 75 (setenta e cinco) a 90 (noventa) dias consecutivos, após o recebimento provisório, dependendo da avaliação do(s) gestor(es) do contrato sobre o grau de execução da obra; d) 15% (quinze por cento), 20 (vinte) dias após a montagem da estrutura, com prazo previsto de 90 (noventa) dias e recebimento definitivo e aprovado pelo(s) gestor(es) do contrato. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 71.695,00 (setenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais)/01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/4.4.90.51.00.

Blumenau, 23 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

### **EXTRATO CONTRATO Nº 124/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 124/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O

SR. MARCELO DE BRITO STEIL.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 033/2015, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de Livro, intitulado “Arquipélago de Eclipses”.

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 15.066,00 (quinze mil e sessenta e seis reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30.09.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 125/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 125/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E A

SRA. MARIA CARMEM VON LINSINGEN.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 052/2015, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Exposição, intitulado "Odradekianas".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 28.946,00 (vinte e oito mil, novecentos quarenta e seis reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 17.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 126/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 126/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O

SR. PAULO LEONARDO MAIER DITTRICH.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 026/2015, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, intitulado "I Choose de Blues".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 32.845,00 (trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 10.01.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 127/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 127/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E A

SRA. PRISCILA GILINSKI MACHADO.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 023/2015, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Circulação, intitulado "Caixeiros Circulando".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 11.650,00 (onze mil, seiscentos e cinquenta reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 19.12.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 128/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 128/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E O

SR. RODRIGO ANTONIO DA SILVA.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 032/2015, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Produção, intitulado "Música em cores".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 23.195,70 (vinte e três mil, cento e noventa e cinco reais e setenta centavos).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 30/10/2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 130/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 130/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E A

SRA. SUELA MAIARA BERNARDES

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto

Cultural nº 020/2015, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Exposição, intitulado "O Olhar que Ninguém Vê: Ensaios de Foto Arte".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 24.456,71 (vinte quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e um centavos).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 16.02.2017.

DATA: 23 de maio de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 131/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 131/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(FCB)

E A

SRA. VIVIANA LUIZA BORCHARDT.

OBJETO: Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural nº 004/2015, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de Livro, intitulado "Evaristo a Cutia - Literatura Blumenauense nas Escolas".

FUNDAMENTO LEGAL: Concurso 003/2015.

PREÇO: R\$ 38.156,00 (trinta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais).

PRAZO: A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, ou seja, de 17/06/16 (data do repasse financeiro) a 16/06/17. O prazo de execução do projeto cultural aprovado iniciará em 17.06.16 até 15.11.2016.

DATA: 23 de maio de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 233/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SR. JOSÉ EDUARDO GONÇALVES SANTIAGO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-105/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 399,45 (trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), em decorrência do reajustamento do valor da locação para R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, a contar de 1º de fevereiro de 2016, totalizando o valor

do presente contrato em R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

DATA: 30 de maio de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 235/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. DENISE MARIA GONÇALVES SANTIAGO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-105/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 399,45 (trezentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), em decorrência do reajustamento do valor da locação para R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, a contar de 1º de fevereiro de 2016, totalizando o valor do presente contrato em R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

DATA: 30 de maio de 2016.

### **PORTARIA Nº 5330/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5330/2016

RETIFICA A PORTARIA N.º 5282/2016 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZILMA RITA AGOSTINHO VILABOIM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o reajuste de 1% (um por cento), a título de aumento real, e o percentual de 2% (dois por cento) do INPC, concedidos aos servidores públicos municipais, no mês de maio de 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, resolve

RETIFICAR,

a Portaria n.º 5282/2016, de 3 de maio de 2016, que concedeu aposentadoria por idade à ZILMA RITA AGOSTINHO VILABOIM, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos mensais de R\$ 1.465,33 (Mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), para R\$ 1.472,54 (Mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), a contar de 9 de maio de 2016.

Blumenau, 6 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5331/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5331/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISCO SANSÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FRANCISCO SANSÃO, servidor público municipal, ocupante do cargo de Guarda de Trânsito, lotado na SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 006/16, expedida pelo Ministério do Exército - 23º Batalhão de Infantaria, no período de 03/02/1981 a 15/12/1981, um total de 316 (trezentos e dezesseis) dias, correspondente a 10 (dez) meses, e 16 (dezesseis) dias, conforme Processo n.º 00176/05/2016.

Blumenau, 6 de maio de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5332/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5332/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISCO SANSÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de FRANCISCO SANSÃO, servidor público municipal, ocupante do cargo de Guarda de Trânsito, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00077/16-3, em 11/05/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	16/06/1976 a
	19/01/1981
	11/01/1982 a
	25/03/1987
	12/01/1994 a
Massa Falida de Sul Fabril S.A.	24/06/1997
	21/04/1987 a
Companhia Brasileira de Distribuição	19/02/1988
	06/04/1988 a
	31/08/1992

Signumat Tecnologia Florestal Ltda.	12/01/1993 a 12/05/1993
Merc Sul Participações Ltda.	01/10/1993 a 10/01/1994
COOPER - Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí	10/07/1997 a 14/08/1997

Totaliza o tempo de 7007 (sete mil, sete) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, 2 (dois) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 00176/05/2016.

Blumenau, 6 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5333/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5333/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCINEIA MARIA TRAINOTTI MARCHIORI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DULCINEIA MARIA TRAINOTTI MARCHIORI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.505,32 (Cinco mil, quinhentos e cinco reais e trinta e dois centavos), a partir de 8 de junho de 2016, conforme Processo n.º 00162/05/2016.

Blumenau, 8 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5334/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5334/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALTAIR KISTENMACHER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar

n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 63, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

ALTAIR KISTENMACHER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Mobilização de Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.150,21 (Cinco mil, cento e cinquenta reais e vinte e um centavos), a partir de 13 de junho de 2016, conforme Processo n.º 00082/04/2016.

Blumenau, 8 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 5335/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5335/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISOLETE WEBER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ISOLETE WEBER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00186/08-6, em 07/10/2008, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Majú Têxtil Ltda.	19/10/1981 a 16/01/1982
Malharia Itoupava Ltda.	12/02/1982 a 20/01/1984
Massa Falida de Sul Fabril S.A.	28/05/1984 a 31/03/1986
Baumgarten Gráfica Ltda.	01/07/1986 a 23/01/1987
Mafalda Meyer ME	01/07/1987 a 03/09/1987
Ataliba Cozinha Industrial Ltda.	15/03/1988 a 20/07/1988
Luli Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	01/10/1988 a 26/10/1989

Totaliza o tempo de 2259 (dois mil, duzentos e cinquenta e nove) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 2 (dois) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 00304/06/2016.

Blumenau, 8 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 5336/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5336/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À ANELISE GRAF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ANELISE GRAF, cônjuge de FRANK MATIAS OTTO GRAF, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 17 de maio de 2016, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 7.917,63 (Sete mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos) a contar da data do óbito.

Blumenau, 8 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

### PORTARIA Nº 5337/2016 - ISSBLU

PORTARIA N.º 5337/2016

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À LIA LIDIA CORREIA BELINO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA

De acordo com os artigos 17, 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LIA LIDIA CORREIA BELINO, cônjuge de NATALICIO BELINO, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 28 de maio de 2016, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 935,36 (Novecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) a contar da data do óbito, conforme Processo Nº 00319/06/2016.

Blumenau, 8 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 5338/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5338/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARIO DE TOFFOL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIO DE TOFFOL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00049/16-0, em 06/04/2016, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 23/05/1985 a 07/03/1995, um total de 2987 (dois mil, novecentos e oitenta e sete) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 2 (dois) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 00311/06/2016.

Blumenau, 10 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5339/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5339/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILBERTO MARTINS GALVÃO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a

GILBERTO MARTINS GALVÃO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, lotado na FURB - Fundação Universidade de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 11.141,36 (Onze mil, cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), a partir de 20 de junho de 2016, conforme Processo n.º 00206/05/2016.

Blumenau, 13 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5340/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5340/2016

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AGUIDA PAULINA PEIXER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 479, de 29 de setembro de 2004, e 1006, de 9 de novembro de 2015, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n. os 680, de 6 de março de 2008, e 1006, de 9 de novembro de 2015, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

AGUIDA PAULINA PEIXER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.438,01 (Quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e um centavo), a partir de 15 de junho de 2016, conforme Processo n.º 0000335/06/2016.

Blumenau, 13 de junho de 2016.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5341/2016 - ISSBLU**

PORTARIA N.º 5341/2016

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MÁRIO LUIZ DOEBELI JÚNIOR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MÁRIO LUIZ DOEBELI JÚNIOR, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00137/15-8, em 08/07/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas Hering S.A.	10/11/1982 a 31/01/1987
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	03/08/1987 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 3574 (três mil, quinhentos e setenta e quatro) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 9 (nove) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 00320/06/2016.

Blumenau, 13 de junho de 2016.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI 8301

LEI Nº 8.301, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O "SELO EMPRESA AMIGA DO CICLISTA", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, considerando a sanção tácita caracterizada pelo transcurso do prazo para sanção pelo Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Blumenau, o Selo Empresa Amiga do Ciclista, a ser conferido, anualmente, pelo Município, às empresas que disponibilizam aos seus funcionários e clientes bicicletários integrados com banheiros, chuveiros, armários e vestiários adequados aos ciclistas.

Art. 2º Para o recebimento do Selo, as empresas devem:

I – comprovar a existência, em suas dependências, de bicicletários, na forma prevista no art. 1º; e

II – fazer a manutenção periódica dos bicicletários e seus equipamentos integrados.

Parágrafo único. As empresas de grande porte, com fins comerciais e que trabalham com atendimento ao público, tais como shopping centers, centros comerciais, supermercados e assemelhadas deverão cumprir os requisitos do inciso I também para os seus clientes e usuários.

Art. 3º O Selo Empresa Amiga do Ciclista terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovado, e conterá, em sua impressão, o prazo de validade e sua certificadora.

Art. 4º Será criado um logotipo para as empresas certificadas fazerem a divulgação física e eletrônica de "Empresa Amiga do Ciclista".

Parágrafo único. O logotipo poderá ser usado pela empresa em produtos e material publicitário.

Art. 5º O Poder Público Municipal poderá realizar Termo de Parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para a concessão da certificação prevista nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 28 DE JUNHO DE 2016.  
Mário Hildebrandt  
Presidente da Câmara Municipal

### MD 2528

RESOLUÇÃO MD Nº 2.528

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita - nos termos do artigo 45, da Lei Complementar nº 660, de 22 de novembro de 2007 - e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, a pedido, em 30 de junho de 2016, a servidora pública Lais Nunes, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, de provimento efetivo, do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE JUNHO DE 2016.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### MD 2529

RESOLUÇÃO MD Nº 2.529

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de junho de 2016, a servidora pública Franciele Raulino, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE JUNHO DE 2016.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### MD 2530

RESOLUÇÃO MD Nº 2.530  
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVI-  
MENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de junho de 2016, a servidora pública Silmara Ferreira da Silva, do cargo de Assessor da Mesa Diretora, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vice-Presidente da Mesa Diretora – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE JUNHO DE 2016.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

### MD 2531

RESOLUÇÃO MD Nº 2.531

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO RODRIGO REIS PASTORE E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É concedida Gratificação de Desempenho de Atividade em Comissão Parlamentar de Inquérito, no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da referência de vencimento 41 (quarenta e um) da Tabela de Referência de Vencimento dos Servidores Públicos da Câmara Municipal – conforme art. 54-A da Resolução nº

423, de 16 de maio de 2013 e Lei Complementar nº 1.053, de 1º de junho de 2016 - ao servidor público Rodrigo Reis Pastore, ocupante de cargo de provimento efetivo, designado neste ato para assessorar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. A gratificação é concedida pelo período de duração dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em razão do Requerimento CPI nº 2/2016.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 24 de junho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE JUNHO DE 2016.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS  
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº. 1013/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1013/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, efetuar despesas com as festividades programadas em comemoração ao 21º Aniversário do Município.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, autorizado efetuar despesas, até o limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), dentro da programação de eventos em comemoração ao 21º Aniversário do Município, no exercício 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, aos 22 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito

### PORTARIA Nº 101/2016 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 101/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. ROSENI MACHADO DE SOUZA BRUXEL, inscrita na matrícula sob nº 350-6, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 27 de junho de 2016 a 29 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 27 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 102/2016 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 102/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. EDIANE FRANCISCO DA SILVA BRUINSMA, inscrita na matrícula sob nº 164-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 27 de junho de 2016 a 29 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 27 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 49.16 - DEC. HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 02.2016

Decreto N.º 49/2016 de 28.06.2016.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL N° 02/2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO, com base na decisão da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, o Resultado Final do Processo Seletivo, realizado através do Edital nº 02/2016 para provimento de cargo de Farmacêutico/Bioquímico do Município de Bom Retiro, conforme listagem abaixo:

Farmacêutico/Bioquímico

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Tempo de Serviço	Curso	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final
1.	01	Isabella Mariana Mag-nabosco	13.09.1991	0,00	0,50	1,00	0,75	0,50	2,40	5,15

Art. 2º - A candidata aprovada será convocada e nomeada de acordo com a necessidade do serviço, na forma e nas disposições do Edital nº 02/2016

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### EXTRATO CONTRATO 132/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato N° 132/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Lamiceu Ltda. EPP.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 8.344,93 (oito mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Bom Retiro, 24 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

**CLASSIFICAÇÃO FINAL 02.2016****PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA****RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016**

A Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado instituído pela Portaria Nº 466/16 de 10 de maio de 2016, e tendo em vista que não houve recursos quanto à classificação provisória, divulgado em 23/06/2016 (quinta-feira), vem, por intermédio do presente expediente, encaminhar o presente resultado final do Processo Seletivo ao Prefeito Municipal para que se proceda a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado dos Profissionais da área da saúde do Município de Bom Retiro, mediante condições e normas estabelecidas no Edital nº 02/2016 de 10 de maio de 2016.

**Farmacêutico/Bioquímico**

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	Tempo de Serviço	Curso	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final
1.	01	Isabella Mariana Magnabosco	13.09.1991	0,00	0,50	1,00	0,75	0,50	2,40	5,15

Bom Retiro, 27 de junho de 2016.

Ericleia Faustino da Mota

Angelita Aparecida de Souza Vieira

Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes

Marilu de Almeida



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 061/2016

DECRETO Nº 061/2016

Homologa a Resolução nº 015/2016 do Conselho Municipal de Educação.

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 015/2016 do Conselho Municipal de Educação, que fixa normas para os Estágios Supervisionados nas Unidades de Ensino de Braço do Trombudo – SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de junho de 2016.

Romildo Teske  
Prefeito Municipal

#### Resolução Nº 015/2016

Fixa normas para os Estágios Supervisionados nas Unidades de Ensino de Braço do Trombudo – SC

O Conselho Municipal de Educação de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso X do Art. 2º da Lei nº 0352/2001 de 16/03/01, que o criou, e demais legislações pertinentes;

#### Resolve:

Art.1º A escola disponibiliza oportunidade de estágio obrigatório, ou seja, aquele definido como tal no projeto do curso cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior nas áreas de pedagogia, educação física, artes, língua estrangeira, Ensino Religioso e demais licenciaturas.

Art.2º Conforme estabelece a Lei Federal 11.788/2008 Art. 3º, o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza. Para realização do estágio na escola será observada as seguintes obrigações:

I- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior;

II- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a instituição de ensino e a parte concedente do estágio;

III- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art.3º A escola em conformidade com a Lei 11.788/2008 Art. 17 inciso III dispõe de até cinco vagas bimestrais do corrente ano letivo para estagiários independente da fase de seu curso superior. Caso for necessário será realizado o remanejamento entre as unidades escolares.

PARAGRAFO ÚNICO: O estagiário deverá protocolar requerimento para realização de seu estágio na Secretaria Municipal de Educação, conforme Procedimento de Estágio, seguindo ordem de

chegada. Na hipótese do estagiário não concluir seu estágio no Bimestre requerido, este deverá protocolar novo pedido para realização de estágio.

Art.4º O estagiário compromete-se a cumprir as normas da escola durante o período de efetivação das atividades.

#### Anexo:

Procedimento para Estágio Supervisionado nas Instituições de Educação da Rede Municipal de Ensino:

Cada estagiário deverá solicitar autorização para poder realizar observação ou estágio nas Unidades da Rede Municipal, encaminhar um ofício sete dias antes da realização do mesmo para a Secretaria Municipal de Educação, a qual entrará em contato com as Unidades.

O documento deverá constar:

- Nome da Instituição
- Nome do estagiário
- Curso que está desenvolvendo
- Período de Estágio -
- Quantidade de horas a ser realizada.
- Itens a serem observados:

- ( ) legislação
- ( ) Planejamento
- ( ) Registros
- ( ) Rotina
- ( ) Prática Docente
- ( ) outros \_\_\_\_\_

-Instrumento de avaliação (caso haja necessidade)

O estagiário deverá ir até a Unidade um dia antes do início da observação ou estágio para conhecer o funcionamento da mesma.

Entende-se que no período de observação de estágio o aluno deverá usufruir ao máximo desta ferramenta, buscando na prática do professor e da Instituição, subsídios para sua pesquisa, portanto, não é permitido assumir função de professor nesta etapa.

Em relação ao estágio supervisionado, o estagiário deverá selecionar os conceitos e conteúdos do ano ou turma a ser aplicado juntamente com o professor regente, ao qual deve apresentar o projeto a ser desenvolvido antes de executá-lo, também como os critérios de avaliação se a Instituição precisar realizar. O professor regente deverá permanecer durante todo o tempo de estágio em sala de aula.

O material didático e pedagógico a ser utilizado pelos estagiários no período de estágio ficará por responsabilidade do mesmo.

Não será permitido no ensino fundamental estágio supervisionado nos dias de disciplinas específicas.

#### Solicitação de Estágio:

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Nome do estagiário: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Período previsto de Estágio - \_\_\_\_\_

Quantidade de horas a ser realizada. \_\_\_\_\_

Assinatura do Diretor e Professor Regente:

#### Autorização de Estágio

Está autorizada a realização de estágio supervisionado, no (na): \_\_\_\_\_

Turma \_\_\_\_\_, por um período de \_\_\_\_\_ horas.  
Nos dias \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Braço do Trombudo, \_\_\_\_\_

**DECRETO 062/2016**

DECRETO Nº 062/2016

Altera Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Romildo Teske, prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 16 da Lei Municipal nº 0795/2014 de 23.05.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e Do Adolescente nomeado pelo Decreto nº 052/2016 ficando assim constituído:

II- Três (3) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades da sociedade civil, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, legalmente constituídas.

a) Lar Beneficente João 3:16;  
Titular: Moises da Silva  
Suplente: Jéssica da Silva Fagundes

Art.2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 21.06.2016.

Braço do Trombudo, em 28 de junho de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

**DECRETO 063/2016**

DECRETO Nº 063/2016

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o 3º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 30.06.2016.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de junho de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

**DECRETO 064/2016**

DECRETO 064/2016

Designar servidores para comporem a Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Romildo Teske, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de composição da Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – PAR.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para sob a coordenação da primeira, compor a Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

-Dirigente Municipal de Educação: Isolene Grahl;  
-Técnico da Secretaria Municipal de Educação: Clobber Schneider;  
-Representante dos Diretores de Escola: Kelli Masselai;  
-Representante dos Professores da Zona Urbana: Geisa Luana Mar-mitt Teske;  
-Representante dos Professores da Zona Rural: Loni Arndt de Souza;  
-Representante dos Coordenadores: Dulce Iara Larsen Kurth;  
-Representante da Associação de Pais e Professores: Daniel Bueno Kurzlop  
-Representante do Conselho Municipal de educação: Zenaide Kniss Felga.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de junho de 2016.  
Romildo Teske  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 25/2016**

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Extrabit Mineração Ltda ME

CNPJ sob o nº 09.465.889/0001-57

sito a Rua Augusto Maas, 4600, Arapongas, Indaial, Santa Catarina

Objeto: Contratação de serviço de perfuração e desmonte/detonação de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (is), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEF nº 17595/2016, convênio n.º 2016TR001259

Valor: R\$ 171.600,00 (Cento e setenta e um mil e seiscentos reais) Vigência até 31.12.2016.

Data da assinatura: 28.06.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 26/2016**

EXTRATO DE CONTRATO 26/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: BMC Hyundai S/A

CNPJ sob o nº 14.168.536/0001-25

sito a Rodovia Presidente Dutra, Sn, KM 315, Itatiaia, Rio de Janeiro

Objeto: Aquisição de uma pá-carregadeira para prestação de

serviços às propriedades rurais do município de Braço do Trombudo, objetivando a execução de ações relativas ao Programa FUNDO SOCIAL, conforme Proposta no SIGEF nº 17669/2016, objetivando a execução de ações relativas ao Programa do Fundo Social, conforme Convênio a ser celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e o Município de Braço do Trombudo, convênio n.º 2016TR001260.

Valor: R\$ 290.500,00 (duzentos e noventa mil e quinhentos reais). Vigência até 31.12.2016.

Data da assinatura: 28.06.2016

Romildo Teske

Prefeito Municipal

## PORTARIA 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

### DESIGNA SERVIDOR

Romildo Teske, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Clober Schneider, para coordenar o Bolsa Família na Educação do Município de Braço do Trombudo – SC.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de junho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 015/2016

Resolução Nº 015/2016

Fixa normas para os Estágios Supervisionados nas Unidades de Ensino de Braço do Trombudo – SC

O Conselho Municipal de Educação de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso X do Art. 2º da Lei nº 0352/2001 de 16/03/01, que o criou, e demais legislações pertinentes;

#### Resolve:

Art.1º A escola disponibiliza oportunidade de estágio obrigatório, ou seja, aquele definido como tal no projeto do curso cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior nas áreas de pedagogia, educação física, artes, língua estrangeira, Ensino Religioso e demais licenciaturas.

Art.2º Conforme estabelece a Lei Federal 11.788/2008 Art. 3º, o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza. Para realização do estágio na escola será observada as seguintes obrigações:

I- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior;

II- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a instituição de ensino e a parte concedente do estágio;

III- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art.3º A escola em conformidade com a Lei 11.788/2008 Art. 17 inciso III dispõe de até cinco vagas bimestrais do corrente ano letivo para estagiários independente da fase de seu curso superior. Caso for necessário será realizado o remanejamento entre as unidades escolares.

PARAGRAFO ÚNICO: O estagiário deverá protocolar requerimento para realização de seu estágio na Secretaria Municipal de Educação, conforme Procedimento de Estágio, seguindo ordem de chegada. Na hipótese do estagiário não concluir seu estágio no Bimestre requerido, este deverá protocolar novo pedido para realização de estágio.

Art.4º O estagiário compromete-se a cumprir as normas da escola durante o período de efetivação das atividades.

Anexo:

Procedimento para Estágio Supervisionado nas Instituições de Educação da Rede Municipal de Ensino:

Cada estagiário deverá solicitar autorização para poder realizar observação ou estágio nas Unidades da Rede Municipal, encaminhar um ofício sete dias antes da realização do mesmo para a Secretaria Municipal de Educação, a qual entrará em contato com as Unidades.

O documento deverá constar:

-Nome da Instituição

-Nome do estagiário

-Curso que está desenvolvendo

-Período de Estágio -

-Quantidade de horas a ser realizada.

-Itens a serem observados:

( ) legislação

( ) Planejamento

( ) Registros

( ) Rotina

( )Prática Docente

( ) outros \_\_\_\_\_

-Instrumento de avaliação (caso haja necessidade)

O estagiário deverá ir até a Unidade um dia antes do início da observação ou estágio para conhecer o funcionamento da mesma.

Entende-se que no período de observação de estágio o aluno deverá usufruir ao máximo desta ferramenta, buscando na prática do professor e da Instituição, subsídios para sua pesquisa, portanto, não é permitido assumir função de professor nesta etapa.

Em relação ao estágio supervisionado, o estagiário deverá selecionar os conceitos e conteúdos do ano ou turma a ser aplicado juntamente com o professor regente, ao qual deve apresentar o projeto a ser desenvolvido antes de executá-lo, também como os critérios de avaliação se a Instituição precisar realizar. O professor regente deverá permanecer durante todo o tempo de estágio em sala de aula.

O material didático e pedagógico a ser utilizado pelos estagiários no período de estágio ficará por responsabilidade do mesmo.

Não será permitido no ensino fundamental estágio supervisionado nos dias de disciplinas específicas.

Solicitação de Estágio:

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Nome do estagiário: \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Período previsto de Estágio - \_\_\_\_\_

Quantidade de horas a ser realizada. \_\_\_\_\_

Assinatura do Diretor e Professor Regente:

## Autorização de Estágio

Está autorizada a realização de estágio supervisionado, no (na): \_\_\_\_\_

Turma \_\_\_\_\_, por um período de \_\_\_\_\_ horas.

Nos dias \_\_\_\_\_

Braço do Trombudo, \_\_\_\_\_

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 21/2016 - SRP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 21/2016

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 21/2016. Processo licitatório 31/2016. Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
ORLANDO STRAMOSK ME	00.288.428/0001-81	1	43.900,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 28/06/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Contratação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (s), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEF nº 17595/2016.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (s). (18247)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8909)		0	13,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de serviço de perfuração e desmonte de rochas com emprego de explosivos civis na cascalheira (s) municipal (is), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme anexo I do Edital, atendendo também a proposta SIGEP nº 17595/2016.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016  
PROCESSO Nº 29/2016  
(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°14/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Micro ônibus executivo com 27 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiro. (18239)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	VOLARE DW8	0	4,1130	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Ônibus com 42 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiros. (18240)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	MARCOPOLO	0	5,5106	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual contratação, sob demanda, de fretamento para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016  
PROCESSO Nº 27/2016

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2016 PMBT

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016**

**Número do Registro de Preços:** 15/2016      **Data do Registro:** 28/06/2016      **Válido até:** 28/06/2017  
**Objeto da Compra:** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dedetização da escola Básica Adriano Mosimann e limpeza de caixa da água. (16019)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4200	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7900	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9200	3
2	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 15 e Limpeza de Caixa da água. (16020)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
3	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20 e limpeza de caixa da água. (16021)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
4	Dedetização do Centro de Educação Infantil Tia Edith e Limpeza de Caixa da água. (16022)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
5	Dedetização do Centro de Educação Infantil Emília Rinner e Limpeza de caixa da água. (16023)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Dedetização do Centro de Educação Infantil Teda Georg e Limpeza de Caixa da água. (16024)	Serv	JOSÉ PETUOCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELL LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
			INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
			JOSÉ PETUOCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2
			IMUNIZADORA BELL LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3
			INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)	HOKATEK	0	86,4286	1
7	Dedetização do Centro de Educação Infantil Edison Arndt e Limpeza de Caixa da água. (16025)	Serv	JOSÉ PETUOCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO (8607)	POLACO	0	86,7857	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME (9509)		0	278,9286	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2016

Número do Registro de Preços: 15/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Serviço de dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas unidades escolares da rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016  
PROCESSO Nº 28/2016

- (8607) - JOSÉ PETUCO ME - DEDETIZAÇÃO DO POLACO
- (9395) - INGOIMAR KARDAUKE 02749790980
- (9509) - IMUNIZADORA BELLI LTDA - ME

Braço do Trombudo, 28 de Junho de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015      Data do Registro: 29/09/2015      Válido até: 29/09/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	KEM-HYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	MAZZAROLLC	0	1,4500	1		
			QUIMISA S/A (8726)	MULTICOLORO	0	1,4600	2		
2	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	KEM-HYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	PROJESAN	0	1,9800	1		
			QUIMISA S/A (8726)	AVANEX	0	2,2200	2		
3	Ortopofosfato de Sódio Base Seca (16761)	KG	QUIMISA S/A (8726)	QUIMISA	0	24,6000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 29/09/2015		Válido até: 29/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (9153)	ADEQUEST	0	24.9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 29/09/2015		Válido até: 29/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015

PROCESSO Nº 51/2015

- (8726) - QUIMISA S/A
- (9153) - ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
- (9440) - KEMHYDRA COM. DE PROD. QUÍMICOS E PETROQ. LTDA ME

Braço do Trombudo, 29 de Setembro de 2015.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 10.983, 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.983, 09 DE JUNHO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo ao contrato nº 040/2014, firmado entre o Município de Brusque e a empresa Britagem Barracão Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 234/2016, expedido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativo ao contrato nº 040/2014, no valor total de R\$ 15.962,10 (quinze mil, novecentos e sessenta e dois reais e dez centavos), afeta à empresa Britagem Barracão Ltda., estabelecida na Rua José Melato, 655, bairro Barracão, Gaspar-SC, referente serviço e fornecimento de materiais em obra pública.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Educação:

- Ivo Horner, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos,
- Jussara Dell'Agnolo, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/Departamento Geral de Infraestrutura,
- Olga Luísa dos Santos, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

### PORTARIA Nº 10.984, 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.984, 09 DE JUNHO DE 2016.

Substitui membros representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, no Conselho Municipal de Turismo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, no Conselho Municipal de Turismo, conforme segue:

Titular: Jorge Luiz Bonanamente

Suplente: Gustavo Eccel

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2016 - REVOGAÇÃO

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 039/2016. Pregão n. 032/2016. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 24/06/2016. Signatário: Cristiano Bittencourt, Contador. Secretaria de Orçamento de Gestão.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 033/2016 - REVOGAÇÃO

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 033/2016. Pregão n. 027/2016. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 14/06/2016. Signatário: Cristiano Bittencourt, Contador. Secretaria de Orçamento de Gestão.

### PORTARIA Nº 006/2016 IBPREV

PORTARIA IBPREV Nº 006/2016

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 31 Lei Complementar Municipal nº 174/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao(a) servidor(a) ANA ROSA LEBECK, CPF 042.410.609-43, ocupante do cargo de Agente Administrativo na Prefeitura Municipal de Brusque cedido(a) com ônus ao IBPREV, no período de 11/07/2016 a 20/07/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Processo IBPREV 215/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque/SC, 27 de junho de 2016.

Antônio Carlos Cerchiari Junior

Diretor-Presidente

IBPREV

**PORTARIA Nº 10.985, 09 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 10.985, 09 DE JUNHO DE 2016.

Substitui membro titular representante dos usuários de entidades de atendimento ao idoso no Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir Ana Cláudia Drosdosky por Marina Becher no Conselho Municipal do Idoso – CMI, como membro titular, representante dos usuários de entidades de atendimento ao idoso (Ação Social Paroquial São Luiz Gonzaga).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.986, 09 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 10.986, 09 DE JUNHO DE 2016.

Altera o art. 2º da Portaria nº 10.832, de 20 de abril de 2016 que "Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, para fins de liquidação de despesa alusiva a Ata de Registro de Preços nº 052/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o art 2º da Portaria nº 10.832, de 20 de abril de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores:

- Letícia Cristina Muller da Cunha Silveira – Secretaria da Educação;
- Ademir José Moraes – Secretaria de Turismo;
- Clotilde Imianowski – Secretaria de Saúde." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 10.987, 09 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA nº 10.987, 09 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Luciana Gartner do cargo de Agente Administrativo lotada na Secretaria da Saúde, do quadro de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito



# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.830

DECRETO Nº 6.830, de 28 de junho de 2016.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.308, de 23 de junho de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 7.080.407,07 (sete milhões, oitenta mil, quatrocentos e sete reais e sete centavos) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Município de Caçador:

#### 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

##### 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 150.000,00

4.122.2.2.6 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 106.000,00

##### 02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.123.2.2.5 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 400.000,00

3.1.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 800.000,00

3.3.72.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 250.000,00

##### 02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.71 - Manutenção da Secretaria da Infraestrutura

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 700.000,00

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 500.000,00

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 20.000,00

##### 02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.181.4.2.19 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 182.000,00

##### 02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.11.2.45 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 357.476,07

##### 02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA

4.123.2.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 260.000,00

##### 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.37 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.91.00.00.0102 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 711.881,00

##### 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.1.94 - Bloco da Gestão Municipal

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 180.000,00

##### 12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.31.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 8.500,00

##### 13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.19.2.69 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 35.000,00

##### 14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.24.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 90.000,00

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 276.400,00

##### 14.06 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇA E RUAS

17.512.24.1.47 - Serviço de Coleta e Disposição Resíduos Sólido

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.782.150,00

##### 16.01 - IPPUC - INSTITUTO PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.34.2.14 - Manutenção do IPPUC

3.1.91.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 60.000,00

Total .....  
..... R\$ 7.080.407,07

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

#### 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

##### 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.1.104 - Construção da Sede do Procon

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 118.810,00

4.122.2.2.13 - Contribuições Financeiras as Entidades

3.3.50.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 59.405,00

4.122.2.2.15 - Manutenção do Controle Interno

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 7.128,60

4.122.2.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 250.000,00

4.122.2.2.157 - Manutenção da Intendência de Taquara Verde

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 165.000,00

3.1.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....

.....R\$ 41.583,50  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 20.000,00  
 4.122.2.2.162 - Contribuição Financeira aos Centros Comunitários  
 3.3.50.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 95.048,00  
 4.122.2.2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 50.000,00  
 4.122.2.2.3 - Manutenção da Assessoria de Imprensa  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 18.000,00  
 4.122.2.2.4 - Manutenção do Procon  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 8.000,00  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 120.000,00  
 4.122.2.2.6 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 20.000,00  
 14.422.40.2.782 - Coordenadoria Municipal da Mulher  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 110.000,00

#### 02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.123.2.2.5 - Manutenção da Secretaria de Administração  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas ...  
 ..... R\$ 950.000,00

#### 02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

17.512.17.1.52 - Canalização de Córregos  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 59.405,00  
 15.451.17.1.57 - Construção e Manutenção de Abrigos para Pas-  
 sageiros  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 42.652,79  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 59.405,00  
 15.451.17.2.76 - Manutenção do Cemitério Municipal  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 11.881,00

#### 02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.181.4.2.16 - Manutenção da Segurança Pública  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas ...  
 ..... R\$ 100.000,00

#### 02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.11.1.106 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes  
 4.4.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 70.736,39  
 12.361.11.1.3 - Aquisição de Veículos  
 4.4.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 59.405,00  
 12.361.11.1.31 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes  
 4.4.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 59.405,00  
 12.366.11.2.52 - Manutenção do Programa - EJA  
 3.3.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 1.188,10  
 12.367.11.2.68 - Contribuição Financeira para as Entidades de  
 Apoio aos Portadores de Deficiência  
 3.3.50.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 87.765,00  
 12.361.11.2.783 - Implantação e Manutenção da Escola de Artes  
 - Circo  
 3.3.90.00.00.0101 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 60.593,10

#### 02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DE PECUÁRIA E DO ABAS- TECIMENTO

20.606.26.1.180 - Construção de Poços Artesianos na Área Rural  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 11.881,00

#### 20.606.26.1.77 - Implantação e Manutenção do Sistema de Inspec- ção Municipal - SIM

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 65.345,50

#### 20.606.26.1.78 - Ampliação e Revitalização da Feira do Produtor Rural

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 17.821,50

#### 20.606.26.1.88 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 35.643,00

#### 20.606.26.2.100 - Realização de Feiras e Eventos

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 11.881,00

#### 20.606.26.2.92 - Assistência Técnica ao Produtor Rural

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 11.881,00

#### 20.606.26.2.93 - Produção de Mudas Nativas

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 23.762,00

#### 20.606.26.2.97 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Pro- dutor Rural

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 320.000,00

#### 20.606.26.2.98 - Programa de Subsídio para a Implantação de Agroindústrias

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 11.881,00

#### 02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

4.122.2.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-  
-Prefeito

3.1.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas ...  
 ..... R\$ 170.000,00

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 7.000,00

#### 02.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESEN- VOLVIMENTO ECONÔMICO

22.662.2.1.64 - Criação do Centro Empresarial  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 1.188,10

22.661.27.1.82 - Realização de Feiras e Eventos  
 3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 450.290,00

22.661.27.2.101 - Manutenção do Parque de Exposição  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 1.188,10

#### 02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA

4.123.2.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 52.354,00

#### 02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO

15.452.20.1.48 - Pavimentação De Vias Públicas  
 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
 .....R\$ 32.977,99

#### 03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

4.28.0.0.1 - Pagamento de Juros da Dívida Interna  
 3.2.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....

.....R\$ 200.000,00

**06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

16.482.22.1.61 - Construção de Casas Populares

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 77.226,50

**07.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE**

8.243.5.2.164 - Capacitação para Adolescentes

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 29.702,50

**11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

17.512.35.2.174 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.188,10

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.188,10

17.512.35.2.175 - Manutenção do Sistema de Captação de Águas Pluviais

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.188,10

17.512.35.2.176 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.188,10

**12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

27.812.31.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas Organizadas no Município

3.3.50.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 118.810,00

27.812.31.2.181 - Manutenção do Programa Bolsa Atleta

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 100.000,00

**13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA**

13.392.19.1.32 - Reforma e Manutenção da Estação Ferroviária

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 23.762,00

13.392.19.1.46 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 47.524,00

13.392.19.2.69 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.50.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 59.405,00

**14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.541.24.1.5 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 17.821,50

18.541.24.1.7 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 47.524,00

18.541.24.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 30.000,00

18.541.24.2.172 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 5.940,50

**14.02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTAL**

18.541.24.1.9 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 35.643,00

18.541.24.2.32 - Produção e Aquisição de Mudanças Ornamentais

Frutíferas Com e Nativas

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 21.000,00

**14.03 - DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO, LICENCIAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

18.541.24.2.36 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 8.000,00

**14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAN**

17.512.24.1.18 - Aquisição de Equipamentos e Veículos

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 59.405,00

17.512.24.2.40 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 118.810,00

17.512.24.2.41 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 160.000,00

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 118.810,00

17.512.24.2.42 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 16.533,60

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 28.514,40

**14.06 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇA E RUAS**

17.512.24.1.47 - Serviço de Coleta e Disposição Resíduos Sólido

3.3.90.00.00.0099 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 1.782.150,00

17.452.38.2.781 - Manutenção do Parque Central

3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 22.805,00

**16.01 - IPPUC - INSTITUTO PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR**

15.451.34.2.75 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano.

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas .....  
.....R\$ 23.762,00

TOTAL .....  
..... R\$ 7.080.407,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.978**

PORTARIA Nº 26.978, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no § 6º, do art. 29, da Lei Complementar 56/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 26.766, 11 de abril de 2016, que suspendeu o período de avaliação de Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, matrícula 14212, em virtude de ter retornado ao desempenho de suas atividades, a contar de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 27.028**

PORTARIA Nº 27.028, de 27 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §4º, do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 26.977, de 31 de maio de 2016, que contrata por tempo determinado diversos cidadãos classificados em Processo Seletivo, somente no que se refere ao Local de Atuação da Servidora KEILIN LUANA BUENO, que passa a ser EMEB Pierina Santin Peret e EMEB Alcides Tombini.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 27.029**

PORTARIA Nº 27.029, de 27 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso IV, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador (Dit-tesc), Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
7994	Raquel de Fátima Galina	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	05	16/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.031**

PORTARIA Nº 27.031, de 27 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de - A partir de:
14482	Ana Caroline Coelho da Silva	Secretário Escolar	EMEB Ulysses Guimarães	30/06/2016
14548	Fabiana Aparecida Volski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito	22/06/2016
14619	Keilin Luana Bueno	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Peret e EMEB Alcides Tombini	26/05/2016
14353	Margaret de Souza Betinelli	Professor Ensino Fundamental I	EMEB Ulysses Guimarães	15/06/2016
14624	Roseli Maria Baseggio	Professor Ensino Fundamental I	EMEB Professora Maria Luiza Barbosa	01/06/2016
14578	Sandra Klettke	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Castelhana e EMEB Irmão Venâncio José (Extensão EEB Dante Mosconi)	06/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 27.033**

PORTARIA Nº 27.033, de 28 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de:
4273	Ana Maria Miozzo Vidal	Auxiliar Creche Berçário	Esposo	30	20/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 35 - 2016 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59 - 2016 – Pregão Presencial – 35 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OLEOS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR – SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/07/2016 às 14h00min.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/07/2016 às 14h10min.  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 27 de junho de 2016.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº 03, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 03, de 27 de junho de 2016

Dispõe sobre a doação do Veículo oficial de propriedade da Câmara Municipal de Caçador, FIAT/SIENA HLX, ano/modelo 2005/2005, 1.8 FLEX, placas MFO 5892, ao Município de Caçador/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 31, II do Regimento Interno da Câmara Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º Doar ao Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público, o veículo oficial da Câmara Municipal de Caçador, FIAT/SIENA HLX, ano/modelo 2005/2005, 1.8 FLEX, placas MFO 5892, com inscrição do patrimônio da Câmara Municipal sob o código nº 109.

Art. 2º A doação será formalizada através de termo de doação a ser assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e Pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da transferência do veículo, correrão à conta do Município.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Dê-se a baixa do veículo do patrimônio da Câmara Municipal.

Caçador, 27 de junho de 2017.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

**TERMO DE DOAÇÃO E ENTREGA DE VEÍCULO**

Celebram entre si, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Santa Catarina, órgão representativo do Poder Legislativo Municipal, inscrita no CNPJ Nº 00.284.689/0001-23, com sede à rua Fernando Machado, 139, Centro, legalmente representada por seu Presidente, VALMOR DE PAULA, casado, inscrito no CPF 594.248.349-34, portador do RG 2113753, residente e domiciliado à Rua Cid Gonzaga, 363, Centro, Caçador/SC, denominada DOADORA, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 18.404.897/0001-84, com sede localizada à rua Santa Catarina, nº 195, inscrita no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-3, legalmente representada pelo seu Prefeito Municipal, GILBERTO AMARO COMAZZETO, doravante denominado DONATÁRIO, celebram o presente Termo de doação e entrega de veículo, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO Constitui objeto do presente Termo de doação e entrega de veículo a formalização da entrega em doação do veículo FIAT/SIENA HLX, ano/modelo 2005/2005, 1.8 FLEX, placas MFO 5892, com inscrição do patrimônio da Câmara Municipal sob o código nº 109. Acessórios: ar-condicionado, direção hidráulica, embreagem hidráulica, desembaçador de vidro traseiro, vidros elétricos, cinto de segurança, faróis bi-parábola em bicarbonato, pneus 175/70 R 14, computer, vidro térmico e demais itens de série

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:****DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR:**

-entregar o veículo objeto do presente Termo ao Município de Caçador/SC, nas condições em que se apresenta, estando em plenas condições de uso;  
-- no ato da entrega repassar ao Município o recibo de transferência do veículo, devidamente preenchido e livre de qualquer ônus para transferência do mesmo

**DO MUNICÍPIO:**

-receber o objeto deste Termo, comprometendo-se a cuidar e zelar pelo mesmo, fazendo uso do veículo de forma justa e correta, que atenda aos anseios da sociedade;  
-responsabilizar-se por qualquer ônus para transferência do mesmo, bem como outras despesas. - cuidar e manter o veículo sempre em perfeitas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA: A partir da assinatura deste termo de doação pelas partes interessadas o veículo ora citado passara a ser de responsabilidade do Poder Executivo, devendo o mesmo proceder com o lançamento do automóvel no patrimônio da Prefeitura Municipal de Caçador/SC.

CLÁUSULA QUARTA: Por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de legal teor e forma.

Caçador, 28 de junho de 2016.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE DA CMC

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL

Ciência setor de patrimônio da Prefeitura Municipal:

Ciência setor de patrimônio da CMC:



**IPASC****PORTARIA N.º 912, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA n.º 912, de 25 de maio de 2016.

Suspende o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas que não formalizaram o recadastramento anual.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Suspender os pagamentos dos benefícios por tempo indeterminado dos aposentados e pensionistas, vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, abaixo relacionados, em virtude do não atendimento das convocações relativas ao recadastramento do exercício de 2016, a partir de 30 de junho de 2016, na forma que segue:

**APOSENTADOS:**

CARLOS VILMAR RIBEIRO;  
EUGENIO BORGES DE SOUZA;  
GELCY ANA LAVA STANIESKI;  
JOÃO DAVID DE CAMPOS;  
JOSE NERI CORDEIRO;  
LUIZ ALBERTO GIOPPO;  
MARA LUZIA CACHINSKI;  
MARIVETE KUBASKI;  
NOEMIA BLEICHUEHL COLLA.

**PENSIONISTAS:**

ALDO FICHER;  
HILDA RIBEIRO DOS SANTOS;  
JEFFERSON DOS SANTOS LOPES;  
JULIANO BATISTA DOS SANTOS;  
LENITA GOMES RIBEIRO;  
MARCELO TOBIAS;  
MARIA ANTONIETA DA SILVA RIGO;  
MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA;  
MARIA SALETE GONÇALVES CORDEIRO;  
RAFAEL ALVES;  
TERLI TERESINHA RAMOS LEMOS LOPES;  
WALDOMIRO OLIVIO SABEDOT.

Parágrafo único. A reativação dos pagamentos dos benefícios será realizada somente após a formalização do recadastramento anual, com a devida apresentação da documentação necessária junto ao IPASC, sito a rua General Osório, 52, Centro, Caçador, Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan- DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 012/2016 – FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 012/2016 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 013/2016- FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NOS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO DECORRER DO ANO DE 2016, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 24/06/2017

1ª Publicação.

### PR 074/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE DEFENSA E ANCORAGEM DE DEFENSA NA RUA MONTE SOTARA ESQUINA COM AVENIDA DA INTEGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 13 (Treze) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 28 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873.0001/62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 60/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	125,48	M³	Areia fundo de vala	78,00	9.787,44
02	20	Unidade	Fita zebraada amarela e preta 7cm x 200m	19,90	398,00
03	40	M²	Tela galvanizada para alambrado malha 7 fio bwg 14	6,40	256,00
04	1	Unidade	Portão em tubo galvanizado 1,00 x 2,00	425,00	425,00
05	17	Unidade	Palanque para alambrado h – 2,50m	30,00	510,00
06	3	Quilo	Arame galvanizado bwg 14	11,50	34,50
07	14	Unidade	Cimento Portland Composto CP II-32. Saco de 50 KG.	26,00	364,00
08	2,5	M²	Areia média	78,00	195,00
09	2,5	M²	Brita nº 1	78,00	195,00
10	1	Unidade	Tela malha pop reforçada para concreto 4,2mm, 15x15cm, 2,00x3,00m	53,00	53,00
VALOR TOTAL				R\$ 12.217,94	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

JOÃO RENATO SCHVETLER

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais hidráulicos para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa TIGRE S/A – TUBOS E CONEXÕES, CNPJ: 84.684.455/0069-51, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 59/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3800	Metro	Tubo de PVC PBA DN 50 DE 60 classe 12	4,66	17.708,00
VALOR TOTAL				R\$ 17.708,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

ÁUREA MARIALVA DE OLIVEIRA BELLI  
TIGRE S/A – TUBOS E CONEXÕES  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais hidráulicos para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa C. E. MACEDO - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI - EPP, CNPJ: 07.965.552/0001-83, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 59/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	2	Rolo	Tubo de polietileno azul PE 80 ramal predial 20 x 2,3mm x 100m	230,00	460,00
03	1	Unidade	CAP PBA DN 50 DE 60 PVC	5,00	5,00
04	16	Unidade	Colar de tomadas com travas 60 x ¾ na cor marrom	4,80	76,80
05	16	Unidade	Luva dupla de compressão em PP 20mm (união PEAD) na cor cinza	3,90	62,40
06	5	Unidade	Fita veda rosca 18mm x 50m	3,00	15,00
07	3	Unidade	Cola tubos e conexões em PVC 75g	3,00	9,00
10	3	Unidade	Registro esfera vs soldável 60mm	21,00	63,00
12	2	Unidade	Curva PVC 90º 60mm	8,00	16,00
13	1	Unidade	Adaptador PVC soldável, longo, com flange livre, 60mm x 2", para caixa d'água	39,50	39,50
VALOR TOTAL				R\$ 746,70	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

CARLOS EDUARDO MACEDO  
C. E. Macedo - Comércio de Materiais Hidráulicos - EIRELI - EPP  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais hidráulicos para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, CNPJ: 16.637.264/0001-90, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 59/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
08	32	Unidade	Adaptador de compressão com registro 20x3/4 RM (cabeça quadrada)	2,30	73,60
09	16	Unidade	Joelho ¾ roscável RB com reforço externo (branco)	3,50	56,00

VALOR TOTAL				R\$ 129,60	
-------------	--	--	--	------------	--

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

PATRÍCIA FERNANDA EV  
Via D'água Comércio de Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - Modalidade Pregão  
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais hidráulicos para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 59/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	1	Unidade	Caixa d'água em fibra capacidade 10.000 litros	3.060,00	3.060,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.060,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

ALBINO CELSO DANNA  
DANNA COMERCIAL EIRELI  
Representante legal

### ATA PREGÃO 60/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA  
(Processo Licitatório nº 60/2016)

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 60/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais para ampliação da rede de abastecimento de água da localidade de Queimados, município de Campo Alegre - SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - CNPJ: 00.876.873/0001-62. A licitante CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA credenciou como representante o Sr. João Renato Schvetler. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

#### ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	80,00	78,00	1ª	HABILITADO

#### ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
---------	---------------------------------	----------------------------------	---------------	----------------------

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	24,00	19,90	1ª	HABILITADO
---------------------------------------	-------	-------	----	------------

## ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	6,40	6,40	1ª	HABILITADO

## ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	425,00	425,00	1ª	HABILITADO

## ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	33,00	30,00	1ª	HABILITADO

## ITEM 06

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	11,90	11,50	1ª	HABILITADO

## ITEM 07

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	27,00	26,00	1ª	HABILITADO

## ITEM 08

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	80,00	78,00	1ª	HABILITADO

## ITEM 09

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	80,00	78,00	1ª	HABILITADO

## ITEM 10

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	54,50	53,00	1ª	HABILITADO

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA foi declarada vencedora de todos os itens desta licitação. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**CONVÊNIO Nº 32/2016.**

CONVÊNIO Nº 32/2016.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A "BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA".

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.



CONVENIENTE: "BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.166.384/0001-42, com sede a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GABRIEL ENGLER, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 092.292.629-86.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.431 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto "FESTIVAL DE INVERNO", para promoção do XIII FESTIVAL DE INVERNO, em nosso Município os quais serão aplicados nas despesas correntes para a realização do evento.

#### Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da "BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA", a correta aplicação dos recursos para pagamento de despesas correntes na realização do XIII FESTIVAL DE INVERNO.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.431 de 16 de dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

#### CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.431 de 16 de dezembro de 2015.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em uma única parcela no mês de Julho do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.01.13.392.0082.1006 – Festival de Inverno, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 - Contribuições.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 24 de junho de 2016.

Município de Campo Alegre  
concedente

BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: MARIA ELIANE FRIEDRICH  
CPF/MF: 382.609.569-34  
Assinatura:

Nome: JAQUELINE SCHUHMACHER  
CPF/MF: 081.118.459-52  
Assinatura:

### DECRETO Nº 9.849 DE 29 DE JUNHO DE 2016

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.849 DE 29 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2016TR001490.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.495 de 29 de junho de 20146; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer		
400000.00.949 -	Despesas de Capital		
440000.00.949 -	Investimentos		
449000.00.949 -	Aplicações Diretas		
449052.00.949 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 90.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Convênio 2016TR001490, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 085/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 085/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 085/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 14 de junho de 2016, no valor de R\$ 62.933,15 (sessenta e dois mil, novecentos e trinta e três reais, quinze centavos).

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 086/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 086/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 086/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA, em data de 21 de junho de 2016, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 087/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 087/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 087/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS

– VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 21 de junho de 2016, no valor de R\$ 247,18 (duzentos e quarenta e sete reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2016

Objeto: Concessão de uso de espaço público à particular no TERMINAL RODOVIÁRIO "EDUARDO DUVOISIN", situado a Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 83, Centro, no Município de Campo Alegre/SC, unicamente para a exploração comercial de serviço de LANÇONETE, com área de 20,86 m<sup>2</sup> (vinte metros e oitenta e seis décimos quadrados), do Terminal Rodoviário "Eduardo Duvoisin", localizado na rua Ernesto Afonso Scheide, Centro, pelo período de 05 (cinco) anos.

Vigência: 19/05/2016 a 19/05/2017.

Taxa de ocupação mensal: R\$ 60,00 (sessenta reais).

Contratado: MAGNO CORDEIRO DA CRUZ

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2016

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – ACRÉSCIMO

Acréscimo de dois (02) códigos de acesso com o fornecimento de 02 (duas) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa de 5.000 minutos/mês, dos quais 4.500 minutos/mês para ligações VC/VC1, 250 minutos/mês para ligações VC2 e 250 minutos/mês para ligações VC3, que possibilite o atendimento da Contratante em todas as localidades atendidas pela Autorizada, em sua Área de Prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional. Mantidas todas as condições do contrato original 85/2015.

O valor original do contrato é de R\$ R\$ 2.313,00 (estimativa mensal), com este Termo Aditivo o valor passa para R\$ 2.490,00.

Vigência: 01/06/2016 a 31/2016.

Contratada: EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2016

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de mão de obra para assentamento de lajotas, meio-fio e paver, para pavimentação da Rua da Cascata, em (decorrência a homologação do processo licitatório nº 55/2016, modalidade Pregão):

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.02	Coordenadoria de Turismo
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Outras Obras e instalações

Recursos provenientes do Convênio 2016TR001019 firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 20/06/2016 a 30/10/2016

Do valor total: R\$ 100.043,90 (cem mil, quarenta e três reais e noventa centavos), pela execução do objeto.

Contratada: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2016

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de mão de obra para assentamento de lajotas, meio-fio e paver, para pavimentação das Ruas das Bromélia, Lírios e Agapantos.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recursos provenientes do Convênio 2016TR001108 firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 20/06/2016 a 30/10/2016

Do valor total: R\$ 37.999,04 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos),

Contratada: FÁBRICA. DE ART. DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2016

Objeto: O objeto do contrato é a locação de 01 máquina retroescavadeira 4x4, com operador, o ano de fabricação da máquina não poderá ser inferior a 2010.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Recursos provenientes do Convênio 2016TR001023 firmado com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 22/06/2016 a 30/11/2016

Do valor total: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais).

Contratada: MIGUEL GONÇALVES DE BORBA - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2016

Objeto: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Julia Pazda, Rua Adolfo Konder, Rua Emília Cardoso e Rua Paulo Schultz, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 51/2016.

Dotação Orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.017	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	938	Convênio com Estado – Pavimentação de Ruas

§ Recursos provenientes do Convênio 2016TR000950, firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 24/06/2016 a 22/10/2016

Do valor total: R\$ R\$ 569.500,00 (quatrocentos e sessenta e nove e quinhentos reais), pela execução da obra.  
Contratada: BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA – CNPJ: 76.601.053/0001-20.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2016

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Alfredo Friedrich., descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 51/2016.

Dotação Orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.017	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	938	Convênio com Estado – Pavimentação de Ruas

§ Recursos provenientes do Convênio 2016TR000950, firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 24/06/2016 a 22/10/2016

Do valor total: R\$ 262.345,71 (duzentos e sessenta e dois mil e trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos),  
Contratada: IMPACTO ENGENHARIA LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2016

- Fornecedor de material e mão de obra para execução de 02 (duas) unidades de quadra esportiva, no Bairro Belo Horizonte e na Localidade de São Miguel no Município de Campo Alegre / SC, de acordo com o processo licitatório, modalidade Convite, nº 53/2016.

Dotação Orçamentária:

§ Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esportes e Lazer
Projeto	1.007	Construção, Reforma, revitalização e Ampliação de Quadras
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações
Recursos: Convênio Governo do Estado de Santa Catarina		

§ Recursos provenientes do Convênio 2Convênio nº 2016TR001488, firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Vigência: 24/06/2016 a 22/10/2016

Do valor de R\$ 113.325,67 (Cento e treze mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos)  
Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



**LEI Nº 4.495 DE 29 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.495 DE 29 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DO CONVÊNIO Nº 2016TR001490.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer		
400000.00.949 -	Despesas de Capital		
440000.00.949 -	Investimentos		
449000.00.949 -	Aplicações Diretas		
449052.00.949 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 90.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Convênio 2016TR001490, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

29 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.116 DE 28 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.116 DE 28 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ALCIOLI RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 95428z6, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 20 de junho de 2016 a 04 de julho de 2016. Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal – Poder Executivo Municipal a partir de 20 de junho de 2016 a 04 de julho de 2016, o período de 05 de julho de 2016 a 31 de julho de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de junho de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PL 1240/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1240/2016, na modalidade Tomada de Preços de nº 6/2016 tendo como objeto a Execução da 2ª etapa da construção do pavilhão comunitário na Linha São Brás, no Município de Campo Erê – SC com área de 111,20m², Município de Campo Erê conforme descrito no objeto do presente edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME	1	1	1,00	102.500,00	102.500,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME	102.500,00				

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 28 de junho de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

### RETIFICA E PRORROGA EDITAL 26/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1245/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 26/2016

#### RETIFICA EDITAL E PRORROGA O PRAZO DE ABERTURA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL, cujo objeto a aquisição de Passagens Terrestres, conforme quadro abaixo, disponibilizado no sitio [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br).

Onde lê-se:

#### 2 - DA PARTICIPAÇÃO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA E EPP, nos termos da Lei Complementar 147/2014, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA NO ATO DO CREDENCIAMENTO, e que atendam as exigências deste Edital, e que estejam legalmente estabelecidas na forma da lei, para os fins do objeto licitado.

Poderão participar deste Processo Licitatório todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem as exigências deste Edital, e que estejam legalmente estabelecidas na forma da lei, para os fins do objeto licitado, e, que possuam linha de transporte que atendam os trajetos constantes no anexo III deste edital.

Leia-se:

#### 2 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Processo Licitatório todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem as exigências deste Edital, e que estejam legalmente estabelecidas na forma da lei, para os fins do objeto licitado, e, que possuam linha de transporte que atendam os trajetos constantes no anexo III deste edital.

Exclui-se do edital o item:

2.1.5 - Empresa que não se credenciar como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não será credenciada a participar do presente Processo Licitatório, exceto quando não for alcançado o número mínimo de participantes conforme disposto no artigo 49 da Lei



Complementar 123/2006, que preceitua o seguinte:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório”;

E, PRORROGA O PRAZO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO para o dia 11 de Julho de 2016 às 08:00 horas. JUSTIFICATIVA: Ausência de Interessados. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO junto ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações pelo site. [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br), ou e-mail: [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 28/06/2016. DALCI M. B. APPIO - Gestora do FMS.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE 09/2016**

#### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 73/2016

Inexigibilidade de Licitação Nº 09/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação, manutenção e suporte técnico do Sistema de Procuradoria para o Departamento Jurídico.

Justificativa: Inexigibilidade de licitação, amparada no artigo 25 da Lei 8.666/93. O objeto a ser contratado, sistema de computador, é obra intelectual e compatível com o sistema já utilizado pela Prefeitura, respeitando-se o princípio da padronização.

Valor: 9.940,00 (nove mil novecentos e quarenta reais e cinco centavos).

Campos Novos, 28 de junho de 2016.

NELSON CRUZ.

Prefeito Municipal.

### **AVISO DE PP Nº04/2016. FUNDECAMPOS**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2016- FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 12 de Julho de 2016 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE USO VETERINÁRIO PARA UTILIZAÇÃO NA CAMPANHA DE CASTRAÇÃO E OUTROS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA NO ANO DE 2016. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 28 de Junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**RG 13\_16 TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS COM CAMINHÃO PRANCHA E HORAS MAQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 59/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2016**

No dia 27 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2016, Processo Licitatório nº. 59/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS COM CAMINHÃO PRANCHA E DE HORAS MAQUINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA E MOTONIVELADORA PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9093	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	
8520	COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	1, 2, 3
11210	PELOZATTO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	07.156.840/0001-97	SERGIO CAMARA ALVES	234.363.520-04
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	76.324.094/0001-16	DARIO FRANCISCO BRESOLA	056.576.629-54
PELOZATTO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA ME	80.995.483/0001-40	ELCIO JUNIOR PELOZATTO	070.437.689-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS COM CAMINHÃO PRANCHA E DE HORAS MAQUINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA E MOTONIVELADORA PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8520 - COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	HORAS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS	HRS		1.000,000	175,0000	175.000,00
2	HORAS COM MOTONIVELADORA ARTICULADA PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 16,5 TONELADAS	HRS		1.500,000	192,0000	288.000,00
3	TRANSPORTE DE MÁQUINAS ATE 25 TONELADAS	KM		15.000,000	7,0000	105.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 2/6  
Processo Nº.: 59/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 59/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 59/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 59/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 59/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2016

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 27 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
NELSON CRUZ  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA - EPP	CNPJ: 76.324.094/0001-16	_____
PELOZATTO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA ME	CNPJ: 80.995.483/0001-40	_____

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MAI COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA MONITORADA

VALOR MENSAL: R\$ 144,72

DATA: 18/03/2016

VIGENCIA: 17/03/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2016**

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 06/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

OBJETO: HOSPEDAGEM DO SITE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

VALOR ANUAL: R\$ 2.808,00

DATA: 01/05/2016

VIGENCIA: 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2016**

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 07/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos – IGAM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS

VALOR MENSAL: R\$ 660,00

DATA: 01/05/2016

VIGENCIA: 01/05/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE

VALOR MENSAL:


Descrição da nota	Valor atual	Valor reajustado
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 279,53	R\$ 309,24
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 178,89	R\$ 197,91
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 279,53	R\$ 309,24
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 201,26	R\$ 222,65
Alug. Sist. RH	R\$ 190,08	R\$ 210,29

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Implantação	R\$ 167,72	R\$ 185,55
Suporte	R\$ 100,63	R\$ 111,33

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
------------------------	-------------	------------------

Deslocamento	R\$ 0,67	R\$ 0,74
Estadia	R\$ 111,81	R\$ 123,70

DATA: 18/05/2016

VIGÊNCIA: 24/05/2017

**PORTARIA Nº 19/2016**

Portaria Nº 19/2016

EXONERA A SERVIDORA ANGÉLICA GUIDINI DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita ANGÉLICA GUIDINI, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 4.507.353 e CPF nº 077.107.889-71, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 23/06/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 20 de Junho de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 20/2016**

Portaria Nº 20/2016

EXONERA A SERVIDORA ANA LAURA CRUZ DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita ANA LAURA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 5.593.209 e CPF nº 070.692.779-62, do cargo em Comissão de Assessora de Comunicação, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 28 de Junho de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

**BALANCETE MÊS 05/2016**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Mês

Página: 1/10

**SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	595.527,08D	246.910,22	205.510,85	636.926,45D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	213.359,86D	245.705,22	203.613,63	255.451,45D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1.1.19.00.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1.1.19.00.04.01			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.0000001 (47936)	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	199.948,77D	237.385,22	203.213,63	234.120,36D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00D	400,00	400,00	200,00D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	200,00D	400,00	400,00	200,00D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	200,00D	400,00	400,00	200,00D
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00D	400,00	400,00	200,00D
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	13.211,09D	7.920,00	0,00	21.131,09D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	11.315,90D	7.920,00	0,00	19.235,90D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	11.315,90D	7.920,00	0,00	19.235,90D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	382.167,22D	1.205,00	1.897,22	381.475,00D
1.2.3			IMOBILIZADO	382.167,22D	1.205,00	1.897,22	381.475,00D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	182.046,60D	1.205,00	0,00	183.251,60D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	182.046,60D	1.205,00	0,00	183.251,60D
1.2.3.1.1.01			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	27.597,90D	130,00	0,00	27.727,90D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.060,00D	0,00	0,00	2.060,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.547,90D	130,00	0,00	25.677,90D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	25.547,90D	130,00	0,00	25.677,90D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	53.338,10D	130,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	53.338,10D	130,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	53.338,10D	130,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	72.628,60D	0,00	0,00	72.628,60D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.066,70D	0,00	0,00	2.066,70D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	4.839,90D	0,00	0,00	4.839,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	65.722,00D	0,00	0,00	65.722,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	13.672,00D	945,00	0,00	14.617,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	13.672,00D	945,00	0,00	14.617,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	9.051,98C	0,00	1.897,22	10.949,20C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	9.051,98C	0,00	1.897,22	10.949,20C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	9.051,98C	0,00	1.897,22	10.949,20C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	9.051,98C	0,00	1.897,22	10.949,20C

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 2/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	439.972,12C	235.674,54	250.865,37	455.162,95C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	79.959,19C	235.674,54	250.865,37	95.150,02C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	79.743,98C	171.155,69	186.294,58	94.882,87C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	79.743,98C	117.921,52	133.060,41	94.882,87C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	79.743,98C	117.921,52	133.060,41	94.882,87C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	79.743,98C	117.921,52	133.060,41	94.882,87C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	117.921,44	117.921,44	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	41.043,47C	0,03	10.397,99	51.441,43C
2.1.1.1.1.01.02.00.0000001 (43094)	P	P		41.043,47C	0,03	10.397,99	51.441,43C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	38.700,51C	0,05	4.740,98	43.441,44C
2.1.1.1.1.01.03.00.0000001 (43096)	P	P		38.700,51C	0,05	4.740,98	43.441,44C
2.1.1.2			FÉRIAS	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.2.1.01.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	28.762,14	28.762,14	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	24.472,03	24.472,03	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	24.472,03	24.472,03	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	24.472,03	24.472,03	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	24.472,03	24.472,03	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	29.915,74	29.915,74	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	29.915,74	29.915,74	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	29.915,74	29.915,74	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	29.915,74	29.915,74	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	29.915,74	29.915,74	0,00
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	215,21C	34.603,11	34.655,05	267,15C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	215,21C	34.603,11	34.655,05	267,15C
2.1.8.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	215,21C	34.603,11	34.655,05	267,15C
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	32.208,89	32.260,83	0,00
2.1.8.8.1.01.04			INSS	0,00	7.774,03	7.774,03	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.003 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	16.769,87	16.769,87	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	16.769,87	16.769,87	0,00
2.1.8.8.1.01.99			ISS	215,21C	0,00	51,94	267,15C
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	7.664,99	7.664,99	0,00
2.1.8.8.1.01.99.02 (47964)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	4.398,82	4.398,82	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	TIM - CELULARES	0,00	37,80	37,80	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48062)	P	F	SCOOP CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.8.1.04			AGEMED	0,00	507,43	507,43	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	2.394,22	2.394,22	0,00
2.3			DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.394,22	2.394,22	0,00
2.3.1			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.012,93C	0,00	0,00	360.012,93C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7.1			RESULTADOS ACUMULADOS	16.366,57D	0,00	0,00	16.366,57D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.366,57D	0,00	0,00	16.366,57D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	2.136.486,78D	0,00	0,00	2.136.486,78D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.136.486,78D	0,00	0,00	2.136.486,78D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 3/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	2.415.423,19C	0,00	0,00	2.415.423,19C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.415.423,19C	0,00	0,00	2.415.423,19C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	295.302,98D	0,00	0,00	295.302,98D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	295.302,98D	0,00	0,00	295.302,98D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 4/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	783.609,06D	208.582,54	0,00	992.191,60D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	580.728,16D	157.532,44	0,00	738.260,60D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	490.368,71D	133.060,41	0,00	623.429,12D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	430.215,87D	117.921,44	0,00	548.137,31D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	430.215,87D	117.921,44	0,00	548.137,31D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	427.761,43D	117.164,53	0,00	544.925,96D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	427.761,43D	117.164,53	0,00	544.925,96D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	2.454,44D	756,91	0,00	3.211,35D
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	2.454,44D	756,91	0,00	3.211,35D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	60.152,84D	15.138,97	0,00	75.291,81D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	60.152,84D	15.138,97	0,00	75.291,81D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	60.152,84D	15.138,97	0,00	75.291,81D
3.1.1.2.1.01.21 (44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	19.109,36D	4.740,98	0,00	23.850,34D
3.1.1.2.1.01.22 (44269)	P		13. SALÁRIO	41.043,48D	10.397,99	0,00	51.441,47D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	90.359,45D	24.472,03	0,00	114.831,48D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	90.359,45D	24.472,03	0,00	114.831,48D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFFS - UNIÃO	90.359,45D	24.472,03	0,00	114.831,48D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	90.359,45D	24.472,03	0,00	114.831,48D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	110.939,70D	28.762,14	0,00	139.701,84D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	110.939,70D	28.762,14	0,00	139.701,84D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	110.939,70D	28.762,14	0,00	139.701,84D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	110.939,70D	28.762,14	0,00	139.701,84D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	110.939,70D	28.762,14	0,00	139.701,84D
3.2.1.1.1.01.99 (48290)	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	91.941,20D	22.287,96	0,00	114.229,16D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	15.634,36D	3.141,97	0,00	18.776,33D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	15.634,36D	3.141,97	0,00	18.776,33D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	15.634,36D	3.141,97	0,00	18.776,33D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	465,05D	666,05	0,00	1.131,10D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.647,10D	630,40	0,00	2.277,50D
3.3.1.1.1.16 (44513)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.894,00D	0,00	0,00	6.894,00D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.072,88D	931,74	0,00	3.004,62D
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COPE E COZINHA	1.309,68D	0,00	0,00	1.309,68D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	333,00D	893,78	0,00	1.226,78D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	668,40D	0,00	0,00	668,40D
3.3.1.1.1.39 (44534)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	814,35D	0,00	0,00	814,35D
3.3.1.1.1.50 (44544)	P		BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	1.630,10D	20,00	0,00	1.650,10D
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	69.008,14D	17.248,77	0,00	86.256,91D
3.3.2			SERVIÇOS	14.960,00D	3.200,00	0,00	18.160,00D
3.3.2.1			DIÁRIAS	14.960,00D	3.200,00	0,00	18.160,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	14.960,00D	3.200,00	0,00	18.160,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	14.960,00D	3.200,00	0,00	18.160,00D
3.3.2.1.1.01.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	14.960,00D	3.200,00	0,00	18.160,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	899,00D	200,00	0,00	1.099,00D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	53.149,14D	13.848,77	0,00	66.997,91D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 5/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	53.149,14D	13.848,77	0,00	66.997,91D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	350,00D	350,00	0,00	700,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	4.881,47D	1.385,85	0,00	6.067,32D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	5.334,56D	1.361,65	0,00	6.696,21D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.864,00D	729,30	0,00	3.593,30D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	5.385,00D	990,00	0,00	6.375,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	34.534,11D	9.031,97	0,00	43.566,08D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7.298,70D	1.897,22	0,00	9.195,92D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	7.298,70D	1.897,22	0,00	9.195,92D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	7.298,70D	1.897,22	0,00	9.195,92D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	7.298,70D	1.897,22	0,00	9.195,92D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.298,70D	1.897,22	0,00	9.195,92D



Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Mês:  
Página: 6/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	939.164,02C	0,00	234.791,08	1.173.955,10C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	939.164,00C	0,00	234.791,00	1.173.955,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	939.164,00C	0,00	234.791,00	1.173.955,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	939.164,00C	0,00	234.791,00	1.173.955,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	939.164,00C	0,00	234.791,00	1.173.955,00C
4.9			REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,02C	0,00	0,08	0,10C
4.9.7			REVERSAO DE PROVISÕES	0,02C	0,00	0,08	0,10C
4.9.7.1			REVERSAO DE PROVISÕES	0,02C	0,00	0,08	0,10C
4.9.7.1.1			REVERSAO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	0,02C	0,00	0,08	0,10C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSAO DE OUTRAS PROVISÕES	0,02C	0,00	0,08	0,10C

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 7/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)		O	CREDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Mês  
Página: 8/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	603.214,05	603.214,05	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	603.214,05	603.214,05	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	603.214,05	603.214,05	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	603.214,05	603.214,05	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)		0	CRÉDITO DISPONÍVEL	2.078.069,56C	200.871,35	200,00	1.877.398,21C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	739.430,44C	402.342,70	603.014,05	940.101,79C
6.2.2.1.3.01 (46267)		0	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	201.071,35	201.071,35	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)		0	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	201.071,35	201.071,35	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)		0	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	739.430,44C	200,00	200.871,35	940.101,79C

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Maio  
Página: 9/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	946.724,20D	237.585,22	200,00	1.184.109,42D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	945.625,20D	237.185,22	0,00	1.182.810,42D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	945.625,20D	237.185,22	0,00	1.182.810,42D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	945.625,20D	237.185,22	0,00	1.182.810,42D
7.9			OUTROS CONTROLES	1.099,00D	400,00	200,00	1.299,00D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.099,00D	400,00	200,00	1.299,00D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.099,00D	400,00	200,00	1.299,00D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	1.099,00D	400,00	200,00	1.299,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Mês:  
Página: 10/10

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balanço de Verificação - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	946.724,20C	643.205,60	880.590,82	1.184.109,42C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	945.625,20C	642.605,60	879.790,82	1.182.810,42C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	945.625,20C	642.605,60	879.790,82	1.182.810,42C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	945.625,20C	642.605,60	879.790,82	1.182.810,42C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	199.733,56C	205.659,79	239.779,44	233.853,21C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	199.733,56C	205.659,79	239.779,44	233.853,21C
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	201.071,35	201.071,35	0,00
8.2.1.1.3	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	215,21C	235.674,46	235.726,40	267,15C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	201.071,35	201.071,35	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	215,21C	34.603,11	34.655,05	267,15C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	745.676,43C	200,00	203.213,63	948.690,06C
8.9			OUTROS CONTROLES	1.099,00C	600,00	800,00	1.299,00C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.099,00C	600,00	800,00	1.299,00C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	1.099,00C	600,00	800,00	1.299,00C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	1.099,00C	600,00	800,00	1.299,00C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	400,00	400,00	200,00C
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	200,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	899,00C	0,00	200,00	1.099,00C
TOTAL:				0,00	2.175.172,17	2.175.172,17	0,00

CAMPOS NOVOS, 14/06/2016

JOSE TADEU GUZATTI  
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ  
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****CONTRATO Nº 24/2016 - SAMAE**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 24/2016

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 28 de Junho de 2016.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/ esgoto.

CONTRATADA: Caixa Econômica Federal.

VALOR: R\$ 1,19 (Hum real e dezenove centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2016 à 30.06.2017.

Campos Novos – SC, 28 de Junho de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

**CONTRATO Nº 25/2016 - SAMAE**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 25/2016

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 28 de Junho de 2016.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/ esgoto.

CONTRATADA: Banco Bradesco S.A.

VALOR: R\$ 1,19 (Hum real e dezenove centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2016 à 30.06.2017.

Campos Novos – SC, 28 de Junho de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

**CONTRATO Nº 26/2016 - SAMAE**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 26/2016

PROCESSO LICITATÓRIO – 04/2016

DATA DE ASSINATURA: 28 de Junho de 2016.

OBJETO: FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO CNO Nº 09/2016, ONDE FICA CONCEDIDO ABATIMENTO DE R\$ 0,99 (NOVENTA E NOVE CENTAVOS DE REAL) POR Kg DE CLORO GÁS A SER ENTREGUE, PASSANDO PARA R\$ 7,50 (SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) O QUILO. O VALOR TOTAL DO CONTRATO É

DE R\$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS).

CONTRATADA: HIDROMAR IND. QUIMICA LTDA.

VALOR: R\$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS).

PRAZO: 28/06/2016 à 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 28 de Junho de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

**CONTRATO Nº 27/2016 - SAMAE**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 25/2016

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 28 de Junho de 2016.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/ esgoto.

CONTRATADA: Banco Bradesco S.A.

VALOR: R\$ 1,19 (Hum real e dezenove centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2016 à 30.06.2017.

Campos Novos – SC, 28 de Junho de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 15/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 15/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição contratação de serviços gráficos, para confecção de diversos materiais informativos, visando campanhas de prevenção e combate a doenças da Vigilância Epidemiológica e materiais para Vigilância Sanitária, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 12 de julho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 28 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 164/2016

DECRETO Nº. 164/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.868 de 09/06/2016, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.868 de 09/06/2016, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Unidade 15.02: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança Pública Eficiente  
Atividade 2.031 – Ações do FUNPOM  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 20.000,00  
Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Unidade 15.02: FUNREBOMPM de Canoinhas  
Função 6: Segurança Pública  
Subfunção 181: Policiamento  
Programa 15: Segurança Pública Eficiente  
Atividade 2.031 – Ações do FUNPOM  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 20.000,00  
Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### DECRETO Nº. 165/2016

DECRETO Nº. 165/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.872 de 14/06/2016, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de acordo com o artigo 1º da Lei 5.872 de 14/06/2016, no valor de R\$ 1.197,39 (um mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento  
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento  
Função 27: Desporto e lazer  
Subfunção 812: Desporto comunitário  
Programa 16: Esporte como qualidade de vida  
Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 1.197,39  
Recursos 26410 –Transf. de Convênio – Estado – Outros – Manutenção

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.197,39 (um mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), por conta do Convênio firmado com o Estado.

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de acordo com o artigo 3º da Lei 5.872 de 14/06/2016, no valor de R\$ 9.911,38, (nove mil, novecentos e onze reais e trinta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento  
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento  
Função 27: Desporto e lazer  
Subfunção 812: Desporto comunitário  
Programa 16: Esporte como qualidade de vida  
Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 6.696,68  
Recursos 30000 –Recursos ordinários – superávit

Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 3.214,70  
Recursos 30000 –Recursos ordinários – superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 9.911,38, (nove mil, novecentos e onze reais e trinta e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	9.911,38
TOTAL		9.911,38

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.**DECRETO Nº. 166/2016**

DECRETO Nº. 166/2016

## APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 8.252,00 m² (Oito mil, duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), procedido por LIZETE WITT ROGOGINSKI, situado na Rua Paula Rank Witt, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.250 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 11 com área de 303,30 m², lote nº 12 com área de 328,25 m², lote nº 13 com área de 328,63 m², lote nº 14 com área de 329,02 m², lote nº 15 com área de 329,41 m², lote nº 16 com área de 329,80 m², lote nº 17 com área de 330,18 m², lote nº 18 com área de 330,54 m², lote nº 19 com área de 330,96 m² e lote nº 20 com área de 5.311,91 m², sendo 1.146,00 m² de área de preservação permanente APP, e todos pertencentes à quadra nº 1762, conforme requerimento protocolado sob nº. 4060/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**DECRETO Nº. 167/2016**

DECRETO Nº. 167/2016

## APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.800,00 m² (Quatro mil e oitocentos metros quadrados), procedido por FRANCIELE REGINA LUDKA E OUTROS, situado na Rodovia BR 280, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.518 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 18 com área de 1.600,00 m² e lote nº 19 com área de 3.200,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1367, conforme requerimento protocolado sob nº. 2522/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**DECRETO Nº. 168/2016**

DECRETO Nº. 168/2016

## APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 677,55 m² (Seiscentos e setenta e sete metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), procedido por OSNI BECHEL, situado na Rua Coronel Januário de Assis Corte, no Bairro Alto da Tijuca,

nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 30.524 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 43 com área de 389,25 m² e lote nº 44 com área de 288,30 m², ambos pertencentes à quadra nº 1745, conforme requerimento protocolado sob nº. 4189/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 169/2016**

DECRETO Nº. 169/2016  
DECRETA LUTO OFICIAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por três (03) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. FREDERICO VALDIR ECKER, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, ocorrido no dia 15 junho do corrente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 170/2016**

DECRETO Nº. 170/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.000,00 m² (Dois mil metros quadrados), procedido por JOÃO BATISTA DE LIMA E OUTROS, situado na Rua Marechal Deodoro, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.354 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 38 com área de 945,75 m² e lote nº 39 com área de 206,88 m², ambos pertencentes à quadra nº 046, conforme requerimento protocolado sob nº. 4118/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 171/2016**

DECRETO Nº 171/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2012, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 171/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 139 – RECURSOS PNAE			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002180/12	21/08/2012	CELESTINO FALKIEVECZ	144,56
0002182/12	18/07/2012	CELESTINO FALKIEVECZ	9,88
0002610/12	29/08/2012	CELESTINO FALKIEVECZ	4,94
0002633/12	29/08/2012	CELESTINO FALKIEVECZ	167,96
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 310 – RECURSOS PNAP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002915/12	29/08/2012	CELESTINO FALKIEVECZ	193,90

Canoinhas/SC, 16 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**DECRETO Nº. 172/2016**

DECRETO Nº. 172/2016

## APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.198,20 m² (Um mil, cento e noventa e oito metros e vinte decímetros quadrados), procedido por ONDINA ROGOZINSKI KONDRAS E OUTROS, situado na Rua Bento José de Lima, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.346 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28 com área de 320,06 m², lote nº 29 com área de 272,33 m², lote nº 30 com área de 15,19 m² (este lote só pode ser vendido ao confrontante) e lote nº 31 com área de 590,62 m², ambos pertencentes à quadra nº 1.299, conforme requerimento protocolado sob nº. 4199/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 173/2016**

DECRETO Nº. 173/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, A ÁREA DE TERRAS PERTENCENTES AO SR. PAULO RENGUER MARIANO E ESPOSA, E TERRAS DA EMPRESA PAULO RENGUER MARIANO E CIA LTDA – ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as seguintes áreas urbanas:

I - Área de 922,83m<sup>2</sup> (novecentos e vinte e dois metros e oitenta e três decímetros quadrados), parte de uma área total de 10.102,08m<sup>2</sup> (dez mil, cento e dois metros e oito decímetros quadrados), constituído pelo lote número 03, quadra nº. 1172, situado no bairro Campo da Água Verde, nesta cidade, pertencente ao Sr. Paulo Renguer Mariano e sua esposa Ruth Emília Haag Mariano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 38.734, para utilização de extensão de trecho da Rua Reinaldo Kruger com 62,94m (sessenta e dois metros e noventa e quatro centímetros) e largura de 15,25m (quinze metros e vinte e cinco centímetros), para fins de abertura de prolongamento da Rua Reinaldo Kruger.

II – Área de 688,16m<sup>2</sup> (seiscentos e oitenta e oito metros e dezesseis decímetros quadrados), parte de uma área total de 8.841,56m<sup>2</sup> (oito mil, oitocentos e quarenta e um metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), constituído pelo lote nº. 07, quadra nº. 1172, situado no bairro Campo da Água Verde, pertencente a Paulo Renguer Mariano & Cia Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob nº. 83.005.959/0001-47, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 36.089, para utilização de extensão de trecho da Rua Reinaldo Kruger com 47,32m (quarenta e sete metros e trinta e dois centímetros) e largura de 15,25m (quinze metros e vinte e cinco centímetros), para fins de abertura de prolongamento da Rua Reinaldo Kruger.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - Fica toda a infra-estrutura já executada no trecho disposto no artigo 1º, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 174/2016**

DECRETO Nº. 174/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.073,66 m<sup>2</sup> (Dois mil e setenta e três metros e sessenta e seis decímetros quadrados), procedido por THEÓFILO ZATTAR JÚNIOR E OUTROS, situado na Rua Basílio Humenhuk, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 37.582; nº 37.583 e nº 37.584 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 632,96 m<sup>2</sup>, lote nº 23 com área de 500,00 m<sup>2</sup>, lote nº 24 com área de 404,69 m<sup>2</sup> e lote nº 25 com área de 536,01 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 189, conforme requerimento protocolado sob nº. 4402/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **DECRETO Nº. 175/2016**

DECRETO Nº. 175/2016

### **“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.874 de 15/06/2016, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.874 de 15/06/2016, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia Para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 24.000,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Recursos 30020 – Recurso FROHAB – superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia Para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 24.000,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Recursos 30020 – Recurso FROHAB – superávit

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº. 176/2016**  
DECRETO Nº 176/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 176/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10001 – RECURSOS ORDINÁRIOS REMUNERAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001851/15	31/12/2015	BETHA SISTEMAS LTDA	365,06

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**DECRETO Nº. 177/2016**  
DECRETO Nº 177/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 177/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 11100 – RECURSO CONVÊNIO TRÂNSITO SSP/SC-POLICIA CIVIL			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001460/15	24/03/2015	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	2.160,00
0002415/15	31/12/2015	EMP.BRASILEIRA DE CORREIOS	4.782,22
0004046/15	19/08/2015	REI DAS EMBALAGENS	137,70
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 31100 - RECURSO CONVÊNIO TRÂNSITO SSP/SC-POL.CIVIL-SUP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005163,/15	21/10/2015	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS	758,82
0005166/15	21/10/2015	GRAFICA CANOINHAS	347,00
0005173/15	21/10/2015	COMERCIAL INCERTI LTDA	156,27

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

## DECRETO Nº. 178/2016

DECRETO Nº. 178/2016

“RETIFICA DECRETO Nº. 049/2015 QUE NOMEOU O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº. 049/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º: Ficam nomeados os representantes que farão parte, conforme Lei Nº 4.933 de 22/02/2012, do Conselho Municipal de Trânsito, Transportes e Sinalização, conforme relacionados abaixo:

I – CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia:

- Titular: Luis Alfredo Wendt

- Suplente: Wilmar Chagas

II – Associação dos Motociclistas:

- Titular: Helinton Haribert Paneitz

- Suplente: Joelcio Massaneiro

III – Assessoria Jurídica do Município:

- Titular: Douglas Antonio Conceição

- Suplente: Ivan Gilberto Krauss

IV – Sindicato dos Motoristas de Canoinhas:

- Titular: João Vitor de Lima Rodrigues
- Suplente: Ézio João Rodrigues

V – Secretaria Municipal de Planejamento:

- Titular: Gilson Luiz Guimarães
- Suplente: Jorge Luiz Borba

VI – Polícia Militar:

- Titular: Ricardo de Jesus Machado
- Suplente: Rosilene Maria Soupinski Fagundes Munhoz

VII - Câmara de Dirigentes Lojistas:

- Titular: Samuel Kluckowski
- Suplente: Cássia Rejane Nader Salomon

VIII – CIRETRAN:

- Titular: Everton Cesar Gonchorovski
- Suplente: Angela Maria Alberti

IX – ACIC – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS:

- Titular: Marcos Adolar Thiem
- Suplente: Nelson Revay

X – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

- Titular: Jonas dos Santos Lima
- Suplente: Luis Gustavo Vieira de Britto

XI – DETRACAN:

- Titular: Lorival Schipitoski
- Suplente: José Luciano Babisz

XII – CORPO DE BOMBEIROS:

- Titular: Nauro Ricardo Muck
- Suplente: Pedro Denis Quadros

XIII – ACD – ASSOCIAÇÃO CANOINHENSE DOS DEFICIENTES:

- Titular: Gilson dos Santos
- Suplente: Eloir Plachek"

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 179/2016**

DECRETO Nº. 179/2016

"REGULAMENTA O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTERVIVOS – ITBI"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo art. 156, inciso II da Constituição Federal, pelo art. 289 e art. 305 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005, Resolve:

DECRETA

Art. 1º - O lançamento do ITBI fica vinculado à comprovação da quitação total dos tributos referentes ao imóvel a ser transferido, incluindo neste, a quitação dos débitos do exercício do ano corrente.

Art. 2º - Deverá o contribuinte apresentar ao setor tributário municipal, no momento do lançamento do imposto a que se refere o artigo anterior, a matrícula atualizada do imóvel a ser transferido.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo deverá ser observado, inclusive, nos casos de arrematação em hasta pública e/ou adjudicação.

Art. 3º - Fica estabelecido que o prazo para a retirada da guia do ITBI, após a quitação do referido imposto, é de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. Em caso de solicitação de emissão da guia do ITBI e não pagamento da mesma, este será cancelado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **DECRETO Nº. 180/2016**

DECRETO Nº. 180/2016

### **“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.876 de 23/06/2016, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.876 de 23/06/2016, no valor de R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 620.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Proj/Ativ. 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 200.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	920.000,00
TOTAL		920.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **DECRETO Nº. 181/2016**

DECRETO Nº. 181/2016

### **"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.877 de 23/06/2016, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.877 de 23/06/2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.062 – Apoio ao HSCC

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/fins lucrativos ..... 200.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	200.000,00
TOTAL		200.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº. 182/2016**

DECRETO Nº. 182/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.878 de 23/06/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.878 de 23/06/2016, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj./Ativ. 2.062 – Apoio ao HSCC

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/fins lucrativos ..... 500.000,00

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 01: Câmara de Vereadores de Canoinhas

Unidade 01.01: Câmara de Vereadores de Canoinhas

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle Externo

Programa 1: Legislativo Eficiente

Proj./Ativ. 3.075 – Construção da Nova Câmara de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 500.000,00

Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº. 183/2016**

DECRETO Nº. 183/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.879 de 23/06/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.879 de 23/06/2016, no valor de R\$ 190.419,97 (cento e noventa mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 163.000,00

Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação - Superávit

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 27.419,97

Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 190.419,97 (cento e noventa mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30100	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – Superávit	190.419,97
TOTAL		190.419,97

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº. 184/2016**

DECRETO Nº. 184/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.835,42 m² (Um mil, oitocentos e trinta e cinco metros e quarenta e dois decímetros quadrados), procedido por OSMAR VOGT E OUTROS, situado na Rua Julio Correia da Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.690 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 21 com área de 557,00 m², lote nº 22 com área de 557,00 m² e lote nº 23 com área de 721,42 m², todos pertencentes à quadra nº 1075, conforme requerimento protocolado sob nº. 4513/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 185/2016**

DECRETO Nº. 185/2016

“RETIFICA DECRETO Nº. 145/2008 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO”.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 145/2008, que passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 641,25m² (Seiscentos e quarenta e um metros e vinte e cinco decímetros quadrados), procedido por MÁRCIO JOÃO BENÂNCIO, situado na Rua Cidade de Jaú Esquina com a Rua São José, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 14.218, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 394,95 m² e lote nº 18 com área de 246,30 m², ambos

pertencentes à quadra 106, conforme requerimento protocolado sob nº 5333/2008”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 145/2008 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 186/2016**

DECRETO Nº. 186/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.880 de 23/06/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.880 de 23/06/2016, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj/Ativ. 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 250.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Proj/Ativ. 2.050 – Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 50.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	300.000,00
TOTAL		300.000,00

Fonte: SMAFO/2016



Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### **DECRETO Nº. 187/2016**

DECRETO Nº. 187/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.881 de 23/06/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.881 de 23/06/2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Proj/Ativ. 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos .....150.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	150.000,00
TOTAL		150.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### **DECRETO Nº. 188/2016**

DECRETO Nº 188/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 188/2016



CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:  
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

RECURSO 30000 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004987/15	31/12/2015	RENATO KNOREK EPP - ELETROCAR	132,50

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

## LEI Nº. 5.872/2016

LEI Nº. 5.872 DE 14/06/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL até o valor de R\$ 1.197,39 (um mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento

Função 27: Desporto e lazer

Subfunção 812: Desporto comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 1.197,39

Recursos 26410 –Transf. de Convênio – Estado – Outros – Manutenção

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.197,39 (um mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), por conta do Convênio firmado com o Estado.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL até o valor de R\$ 9.911,38, (nove mil, novecentos e onze reais e trinta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento

Função 27: Desporto e lazer

Subfunção 812: Desporto comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 6.696,68

Recursos 30000 –Recursos ordinários – superávit

Projeto 1.106 – Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 3.214,70

Recursos 30000 –Recursos ordinários – superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 9.911,38, (nove mil, novecentos e onze reais e trinta e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	9.911,38
TOTAL		9.911,38

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 14 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº. 5.873/2016**

LEI Nº. 5.873 DE 15/06/2016

“AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CUSTEAR DESPESAS DE TRANSPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o município de Canoinhas, no “Campeonato Brasileiro Sênior Bolão 23 Feminino” que ocorrerá na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, no período de 16 a 19 de junho de 2016, sendo as atletas abaixo relacionadas:

- I – Juraci Rodrigues
- II – Vania Krezinsk
- III – Marian Schuur
- IV – Eni Maria Koehler
- V – Rita Witt
- VI – Dolores Correia
- VII – Renati Santos
- VIII – Maria Witt
- IX – Regina Krezinsk
- X – Sandra Taucheka
- XI – Regina Petry
- XII – Margarete Ulrich de Andrade
- XIII – Gercilda Guths
- XIV – Rosani Packer
- XV – Alzerina Andrade

Art. 2º - Fica desde já autorizada, a Prefeitura do Município de Canoinhas a transportar os representantes e a custear as despesas da delegação, no valor de até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta) reais.

Parágrafo único – O técnico Rubens Taucheka acompanhará as atletas na viagem.

Art. 3º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº. 5.874/2016**

LEI Nº. 5.874 DE 15/06/2016

#### **“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia Para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 24.000,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Recursos 30020 – Recurso FROHAB – superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia Para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 24.000,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00

Recursos 30020 – Recurso FROHAB – superávit

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 585/2016**

PORTARIA Nº. 585/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido DIEGO RICARDO WILLE, efetivo no cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Correa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 586/2016**

PORTARIA Nº. 586/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional JOANA APARECIDA BODNAR, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 306/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 587/2016**

PORTARIA Nº. 587/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 27/06/2016 a 16/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 588/2016**

PORTARIA Nº. 588/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; CONSIDERANDO parecer jurídico citado na Comunicação Interna nº 320/DJ/2016; CONSIDERANDO parecer jurídico citado na Comunicação Interna nº 322/DJ/2016; Resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral à servidora MARILI DE FÁTIMA ECKER, pelo falecimento de seu esposo Sr. FREDERICO VALDIR ECKER, servidor público municipal efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, ocorrido no dia 15 de junho de 2016, conforme previsto no Art. 123, caput, da Lei Municipal nº 2.305/1990.

Art. 2º - Fica concedido auxílio funeral à MARILI DE FÁTIMA ECKER E HERDEIRAS, pelo falecimento do servidor público municipal Sr. FREDERICO VALDIR ECKER, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, ocorrido no dia 15 de junho de 2016, conforme previsto no parágrafo 1º do Art. 123, caput, da Lei Municipal nº 2.305/1990.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 589/2016**

PORTARIA Nº. 589/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

#### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional TATIELI PORTUGAL PACHECO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 310/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 590/2016**

PORTARIA Nº. 590/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90; resolve:

#### **PRORROGAR PRAZO**

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 391/2016, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 591/2016**

PORTARIA Nº. 591/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ELIANE DE FÁTIMA BURDZIACK CARVALHO DO PRADO, contratada na função de Pedagogo, 40 horas semanais na EBM José Grosskopf, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 592/2016**

PORTARIA Nº. 592/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora CARINNE CORREA CHAVES, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 11/07/2016 a 20/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de



Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 593/2016**

PORTARIA Nº. 593/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora JANETE NUNES STEILEIN, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 312/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 594/2016**

PORTARIA Nº. 594/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica concedida Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares ao servidor MOISÉS PAULO CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 23/06/2016 conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 595/2016**

PORTARIA Nº. 595/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 01/08/2016 a 15/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 596/2016**

PORTARIA Nº 596/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

**PRORROGAR LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Geração à servidora BEATRIZ LEITE BORGES DE LIMA, contratada na função de Professor de Geografia, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 13/07/2016 a 10/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 597/2016**

PORTARIA Nº. 597/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora MARILZA APARECIDA REICHARDT MUNHOZ DA CRUZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 13/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 598/2016**

PORTARIA Nº. 598/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 427/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. DANIELLE LUDKA
2. CARINNE CORREA CHAVES
3. FABRICIO JOSNEI PEREIRA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 228/DJ/2016 e respectivos documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 599/2016**

PORTARIA Nº. 599/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a expansão das instituições de ensino; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença para Tratamento de Saúde; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 04/07/2016 a 19/08/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Janete Nunes Steilein, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 194/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional ELIANE APARECIDA SOARES ZANELLA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 04/07/2016 a 19/08/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, Parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Janete Nunes Steilein, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme Comunicação Interna nº 194/SME/2016.

Art. 3º - Fica contratada a profissional ANDRIELI NUNES, na função de Servente Feminino, Ensino Fundamental, 40 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 04/07/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demanda decorrentes da expansão das instituições municipais. Anteriormente estava na referida vaga Franciele Busko, a qual pediu exoneração, conforme Comunicação Interna nº 194/SME/2016.

Art. 4º - Fica contratada a profissional VILMA TEREZINHA PCHEBELA SARNOSKI, na função de Servente Feminino, Ensino Fundamental, 40 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 04/07/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demanda decorrentes da expansão das instituições municipais. Anteriormente estava na referida vaga a servente feminino Elisangela de Fátima Teres Antonowicz, a qual pediu exoneração, conforme Comunicação Interna nº 194/SME/2016.



Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 600/2016**

PORTARIA Nº. 600/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;  
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

#### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional TATIELI PORTUGAL PACHECO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, para atuar 40 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 193/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 601/2016**

PORTARIA Nº. 601/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ANA PAULA DA CUNHA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período

aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora GILCE APARECIDA BECKER, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 13/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor JOÃO CÉLIO RIBEIRO, efetivo no cargo de Auxiliar de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 23/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 4º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora LOIZETE NEPOMUCENO PINTO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 20/07/2016 a 03/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 5º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora RAFAELA CIUPKA VALIM, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 19/07/2016 a 28/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 6º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor WANDERLEY BELUK, efetivo no cargo de Motorista Socorrista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 602/2016**

PORTARIA Nº. 602/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora CLEONICE PEREIRA, efetiva no cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 20/07/2016 a 29/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 603/2016**

PORTARIA Nº. 603/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MÁRCIA KOSTULSKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, na EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 604/2016**

PORTARIA Nº. 604/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MARIA ALICE MACHADO, efetiva no cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 20/07/2016 a 29/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MÁRCIA MARIA MAZURKIEVICZ SCHPANSKI, efetiva no cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 20/07/2016 a 29/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 605/2016**

PORTARIA Nº. 605/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora CARMELITA DE CASTRO DOS SANTOS, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 02/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor JOÃO ALFREDO PEREIRA, efetivo no cargo de Motorista Socorrista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 01/08/2016 a 30/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 606/2016**

PORTARIA Nº. 606/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora GILMARA DE FÁTIMA TAVARES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período

de 04/07/2016 a 02/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio à servidora MARILI WYPYCK, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 15/07/2016 a 29/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 607/2016**

PORTARIA Nº. 607/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora ANA ISABEL OLISCOVICZ SILVEIRA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a desfrutar no período de 20/07/2016 a 29/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 608/2016**

PORTARIA Nº. 608/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido OSVALDO DE BARROS, comissionado no cargo de Diretor de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido PAULO ROBERTO GHISLANDI BASÍLIO, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 3º - Fica exonerado a pedido NELSON DOS REIS SILVA, comissionado no cargo de Coordenador de Gabinete, junto ao Gabinete, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 4º - Fica exonerado a pedido ARNALDO SOARES, comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 5º - Fica exonerada a pedido MARIA DA CONCEIÇÃO SCHPANSKI, comissionada no cargo de Diretor, no CEI Rodolfo Linzmeier, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 6º - Fica exonerada a pedido CAMILA VALÉRIA DE LIMA, comissionada no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, exercendo as suas atividades junto ao Gabinete, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 7º - Fica exonerado a pedido EDUARDO CARVALHO DO PRADO, comissionado no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 324/DP/2016.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 609/2016**

PORTARIA Nº. 609/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Legislação Eleitoral e com o art. 102 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor JEAN CARLO DA SILVEIRA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora MARIA CLAUDETE CORRÊA LEITE, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 3º - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor ARNALDO SOARES, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 4º - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO, efetivo no cargo de Engenheiro Civil, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 5º - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora ZENICI DREHER HERBST, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 6º - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora TELMA REGINA BLEY, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 7º - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 8º - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora NILDA NOGATH BIALESKI, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 9º - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor ARI CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, efetivo no cargo de Jardineiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 10 - Fica concedida Licença para Atividade Política à servidora MARIA DA CONCEIÇÃO SCHPANSKI, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 11 - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor ADÃO LUIZ DE SOUZA LEITE, efetivo no cargo de Construtor de Pontes e Bueiros, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 12 - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor FERNANDO CESAR PIONKIEVICZ, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 323/DP/2016.

Art. 13 - Fica concedida Licença para Atividade Política ao servidor EDUARDO CARVALHO DO PRADO, efetivo no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, de 02/07/2016 à 02/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 610/2016**

PORTARIA Nº. 610/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeada JULIANE DE LIMA CARVALHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 01/07/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 119/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 611/2016**

PORTARIA Nº 611/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

**PRORROGAR LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestão à servidora ITACILMA FRANCIELE SOBRINHO, efetiva no cargo de Orientador Educacional, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 15/07/2016 a 12/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 612/2016**

PORTARIA Nº. 612/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor LUIZ HENRIQUE FERRARESI, efetivo no cargo de Médico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2009, a desfrutar no período de 11/07/2016 a 30/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 613/2016**

PORTARIA Nº. 613/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor JOSE CARVALHO JUNIOR, efetivo no cargo de Professor, MAG III, 40 horas semanais, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, a desfrutar no período de 01/07/2016 a 15/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 614/2016**

PORTARIA Nº. 614/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.307/1990 e da Lei Municipal n.º 5.139/2013, resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o profissional CARLOS EDUARDO TAVARES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014 inscrito sob n.º. 44.234, e convocado conforme Edital n.º 020 de 30 de maio de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2016, conforme Comunicação Interna n.º 071/SMMA/2016.

Art. 2º – Fica nomeado para exercer o cargo de Educador Social, para atuar nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Casa de Passagem Nova Canaã), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o profissional AMILTON FERREIRA RAMOS, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014 inscrito sob n.º. 45.041, e convocado conforme Edital n.º 019 de 30 de maio de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2016, conforme Comunicação Interna n.º 108/SEMAS/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 90/2016  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 09/2016  
CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, através do presente, convoca a empresa

DERPA USINA DE ASFALTO a comparecer no Departamento de Licitações da Prefeitura de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, n.º 10 – Centro, Canoinhas-SC para assinatura de contrato referente execução da obra da concorrência pública supra, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta, sob pena de decair o seu direito a contratação. Informações (47) 3621-7705.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 90/2016  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 09/2016  
DESCLASSIFICAÇÃO POR NÃO REGULARIZAÇÃO FISCAL NO PRAZO CONCEDIDO EM CUMPRIMENTO A LEI 123/2005

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, torna público a desclassificação da empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP na concorrência supra, em função da mesma não ter regularizado sua situação fiscal (certidão de débitos federais) no prazo concedido com base no disposto na lei complementar 123/2005. Informações (47) 3621-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 08/2016**

CONCORRÊNCIA Nº 8/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/16  
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16  
CONTRATADO: CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA ALFREDO MAYER, NO TRECHO ENTRE AS RUAS GUILHERME PRUST E ADOLFO BADING, COM A EXTENSÃO DE 834,13 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.013.568,77 (um milhão treze mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos)  
DATA: 28/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 75/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16  
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16  
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR. VALOR DA DESPESA: R\$ 148.013,25 (cento e quarenta e oito mil e treze reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 28/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16  
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16  
CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR. VALOR DA DESPESA: R\$ 22.810,00 (vinte e dois mil oitocentos e dez reais)  
DATA: 28/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16  
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16  
CONTRATADO: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR. VALOR DA DESPESA: R\$ 20.150,00 (vinte mil cento e cinquenta reais)  
DATA: 28/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/16  
HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16  
CONTRATADO: TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR. VALOR DA DESPESA: R\$ 11.298,70 (onze mil duzentos e noventa e oito reais e setenta centavos)  
DATA: 28/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 128/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 128/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 90/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/07/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 13/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**RESOLUÇÃO N.º 07/2016 - CMAS**

RESOLUÇÃO N.º 07/2016

DISPÕE SOBRE Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social – Ano 2016

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

- Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- Considerando que os recursos do co-financiamento federal estão em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social;
- Considerando a decisão prolatada na reunião ordinária do dia 21/06/2016, após análise do Plano de Ação para o co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social – Ano 2016;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 21 de junho de 2016.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO N.º 08/2016 - CMAS**

RESOLUÇÃO N.º 08/2016

DISPÕE SOBRE a aprovação do plano de AÇÃO E aplicação referente à REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS de 2015 do recurso ESTADUAL destinado à proteção básica.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

- Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- Considerando a apreciação do Plano de Ação e Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2014 do Recurso Federal destinado à Proteção Básica;
- Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido Ordinariamente em 21 de Junho de 2016;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2015 do Recurso Estadual destinado à Proteção Básica no valor de R\$ 17.358,86 para custeio e R\$ 2.037,20 para investimento, visto que o Plano se encontra em conformidade com os requisitos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Artigo 2º - Os valores serão divididos em partes iguais entre os três CRAS, somando R\$ 5.786,28 em custeio e R\$ 679,06 em investimento para cada.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 21 de junho de 2016.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO N.º 09/2016 - CMAS**

RESOLUÇÃO N.º 09/2016

DISPÕE SOBRE a aprovação do plano de AÇÃO E aplicação referente à REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS de 2015 do recurso ESTADUAL destinado à proteção de média complexidade.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

- Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- Considerando a apreciação do Plano de Ação e Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2015 do Recurso Federal destinado à Proteção Básica;
- Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido Ordinariamente em 21 de Junho de 2016;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2015 do Recurso Estadual destinado à Proteção de Média Complexidade no valor de R\$ 3.089,70 para investimento, visto que o Plano se encontra em conformidade com os requisitos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 21 de junho de 2016.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**RESOLUÇÃO N.º 11/2016/ CMAS**

RESOLUÇÃO N.º 11/2016

DISPÕE SOBRE a aprovação do plano de AÇÃO E aplicação referente à REPROGRAMAÇÃO Dos SALDOS DO ANO DE 2015 DO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – IGD/PBF e das parcelas pagas até 30/05/2016

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

- Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- Considerando a apreciação do Plano de Ação e Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2015 para o Recurso do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF.
- Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal da Assistência Social reunido Ordinariamente em 21 de Junho de 2016;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2015 para o Recurso do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF no valor de R\$ 71.471,72 e o valor de R\$21.512,78 referente às parcelas pagas até 30 de maio de 2016. Será destinado para custeio o valor de R\$ 38.599,00 e para investimento o valor de R\$ 35.002,00. Será destinado ao Acompanhamento Intersectorial Educação/Saúde o valor de R\$ 8.833,00 e R\$ 3.000,00 serão destinados à Instância de Controle.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Canoinhas, 21 de Junho de 2016.  
Roseli Dobroshinskei  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **RESOLUÇÃO Nº 10/2016 - CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

#### **RESOLUÇÃO Nº 10**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 10 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.852, de 14 de novembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 82.616,10 (setenta e oito mil, duzentos e vinte reais e noventa e quatro centavos), referente ao ano de 2016, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

- ( ) 10% para custeio e 90% para investimento
- ( ) 90% para custeio e 10% para investimento
- ( ) 50% para custeio e 50% para investimento
- (X) 30% para custeio e 70% para investimento
- ( ) 70% para custeio e 30% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 21 de junho de 2016.  
Roseli Dobroshinskei  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 08/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 1.013.568,77

Processo / Ano: 89/2016  
Licitação.....: 8/2016 - CC  
Modalidade.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA ALFREDO MAYER, NO TRECHO ENTRE AS RUAS GUILHERME PRUST E ADOLFO BADING, COM A EXTENSÃO DE 834,13 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411046798	- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA ALFREDO - TRECHO ENTRE AS - Unidade: UN						
13004	VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA		1,000	0,0000	972.061,9400	972.061,94	Ex-vencedor	1 *****
6403	CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI		1,000	0,0000	1.013.568,7700	1.013.568,77	Venceu	2
12622	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA		1,000	0,0000	1.014.768,6800	1.014.768,68	Perdeu	3
16863	DERPA USINA DE ASFALTO LTDA - EPP		1,000	0,0000	1.032.027,3200	1.032.027,32	Perdeu	4

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Presidente da Comissão  
CLEISON TARCISIO FUCK - ..... - MEMBRO SUPLENTE  
JOSÉ MARCOS CARVALHO - ..... - MEMBRO SUPLENTE  
JOSÉ CARLOS HERBEST - ..... - MEMBRO SUPLENTE  
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - MEMBRO TITULAR  
CIBELE NEUDORF BATISTA - ..... - SECRETÁRIO  
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC  
VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028524/O-0

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 75/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/63

Processo / Ano: 110/2016 Processo Administrativo: 202.271,95

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1</b>	<b>- 14179</b>	<b>- ABRAÇADEIRA DE PRESSÃO 1" X 1/2. - Unidade: UN</b>						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	1,9833	59,50	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEIRA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 2</b>	<b>- 14178</b>	<b>- ABRAÇADEIRA DE PRESSÃO 1/2 X 3/4. - Unidade: UN</b>						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	0,9667	29,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEIRA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 3</b>	<b>- 14177</b>	<b>- ABRAÇADEIRA DE PRESSÃO 3/4 X 1". - Unidade: UN</b>						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	1,4667	44,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEIRA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 4	-	14175	- ABRAÇADEIRA DE PRESSÃO 5/8 X 1/2 - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	1,2667	38,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5	-	14176	- ABRAÇADEIRA DE PRESSÃO 5/8 X 3/4 - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	1,2667	38,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	-	14181	- ABRAÇADEIRA TIPO U 1/2. - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 7 - 27677 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	150,000	0,0000	0,2767	41,50	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 8 - 27173 - ALICATE BOMBA D'AGUA 12", COM NO MÍNIMO 06 REGULAGENS - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Hammer	10,000	0,0000	44,0000	440,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 9 - 14184 - ANEL DE VEDAÇÃO 40MM. - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	25,000	0,0000	0,7480	18,70	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 10 - 14185 - ANEL DE VEDAÇÃO 50MM. - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	25,000	0,0000	1,2400	31,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 11 - 411047070 - ASSENTO COM TAMPA PARA VASO SANITÁRIO ALMOFADADO - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alumaza	100,000	0,0000	32,5000	3.250,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	33,0000	3.300,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 12 - 28843 - ASSENTO COM TAMPA P/ VASO SANITÁRIO - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Crona	200,000	0,0000	11,0000	2.200,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KRONA	200,000	0,0000	11,4000	2.280,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 13		-	8916	- BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA, MÍN 20CM -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA				Platuning			1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	ROMA	4,3500	217,50	Venceu
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000		4,4000	220,00	Perdeu
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000		0,0000	0,00	Inabilitado
Item.....: 14		-	14995	- BOCAL DE PORCELANA PENDENTE E-27 -	Unidade: PC			
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	TASCHIBRA	2,8000	280,00	Venceu
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		100,000	0,0000	Manplex	2,8900	289,00	Perdeu
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000		0,0000	0,00	Inabilitado
Item.....: 15		-	27289	- BROCA DE AÇO RAPIDO 1,50 MM -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		12,000	0,0000	Disma	5,5833	67,00	Venceu
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000		0,0000	0,00	Inabilitado
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000		0,0000	0,00	Não cotou



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR						
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 16	-	27290	- BROCA DE AÇO RAPIDO 2,00	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	6,1667	74,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 17	-	27291	- BROCA DE AÇO RAPIDO 2,50 MM	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	5,3333	64,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 18	-	27301	- BROCA DE AÇO RAPIDO 4,00 MM	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	5,5833	67,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 19		-	27302	- BROCA DE AÇO RAPIDO 4,50 MM - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	6,5833	79,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20		-	27303	- BROCA DE AÇO RAPIDO 5,00 MM - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	6,0833	73,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 21		-	27304	- BROCA DE AÇO RAPIDO 5,50 MM - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	6,3333	76,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22 - 27305 - BROCA DE AÇO RAPIDO 6,00 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	8,3333	100,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 23 - 27306 - BROCA DE AÇO RAPIDO 6,50 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	12,000	0,0000	8,8333	106,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24 - 26754 - BROCA LONGA DE VIDEA 10 MM, COM ENGATE RÁPIDO - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	12,000	0,0000	17,3333	208,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR						
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 25	-	26752	-	BROCA LONGA DE VÍDEA 6 MM, COM ENGATE RÁPIDO	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	12,000	0,0000	12,5000	150,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 26	-	26753	-	BROCA LONGA DE VÍDEA 8 MM, COM ENGATE RÁPIDO	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	12,000	0,0000	14,6667	176,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 27	-	411047071	-	BUCHA NYLON 10MM	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Nylon	500,000	0,0000	0,1380	69,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 28	-	411047072	-	BUCHA REDUÇÃO 3/4 X 1/2, COM ROSCA	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	0,3680	18,40	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29	-	411047073	-	BUCHA REDUÇÃO 3/4 X 1/2, SOLDÁVEL	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	80,000	0,0000	0,2375	19,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30	-	411047074	-	BUCHA REDUÇÃO 40 MM X 20 MM LONGA, SOLDÁVEL	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	30,000	0,0000	2,4600	73,80	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 31	-	411047075	- BUCHA REDUÇÃO 40 MM X 25 MM LONGA, SOLDÁVEL	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	30,000	0,0000	1,9800	59,40	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32	-	411047076	- BUCHA REDUÇÃO 50 MM X 25 MM LONGA, SOLDÁVEL	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortelev	30,000	0,0000	1,8400	55,20	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 33	-	411047077	- BUCHA REDUÇÃO 50 X 40MM, SOLDÁVEL	- Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	30,000	0,0000	1,8400	55,20	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 34 - 30755 - CADEADO 20 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	3 F	30,000	0,0000	6,3300	189,90	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	3F	30,000	0,0000	6,5000	195,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 35 - 30758 - CADEADO 30 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	3 F	30,000	0,0000	9,3300	279,90	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	3F	30,000	0,0000	9,5000	285,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 36 - 30759 - CADEADO 35 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	3 F	40,000	0,0000	12,8500	514,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	3F	40,000	0,0000	12,8750	515,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37 - 30760 - CADEADO 40MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Gold	40,000	0,0000	15,2500	610,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	SALLI	40,000	0,0000	15,3750	615,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 38 - 17105 - CADEADO 45MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	3 F	40,000	0,0000	16,5000	660,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	3F	40,000	0,0000	16,6250	665,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 39 - 21909 - CADEADO 50 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Gold	40,000	0,0000	24,5000	980,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PADO	40,000	0,0000	24,7500	990,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 40		-	13278	- CAIXA D'AGUA 1000 LITROS POLIETILENO. - Unidade: UN				
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	277,0000	2.770,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortlev	10,000	0,0000	277,5000	2.775,00	Perdeu	2
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	FORTLEV	10,000	0,0000	280,0000	2.800,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 41		-	13279	- CAIXA D'AGUA 500 LITROS POLIETILENO. - Unidade: UN				
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	FORTLEV	10,000	0,0000	135,0000	1.350,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	136,0000	1.360,00	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortlev	10,000	0,0000	139,9000	1.399,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 42		-	27215	- CAXILHO DE PINUS 15CM, COM VISTA - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Zandonia	50,000	0,0000	50,0000	2.500,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	MEWER MADEIRAS	50,000	0,0000	51,4000	2.570,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	57,6000	2.880,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 43	-	2953	- CAL PARA PINTURA COM 8KG -	Unidade: SC				
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	CERRO BRANCO	100,000	0,0000	5,4500	545,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Boa Vista	100,000	0,0000	5,5000	550,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	6,0000	600,00	Perdeu	3
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44	-	31144	- CAL VIRGEM SACO C/ 20 KG -	Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Pavim	100,000	0,0000	8,3900	839,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	8,4000	840,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 45	-	8929	- CANTONEIRA DE PVC TIPO U BRANCA -	Unidade: ML				
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Real Pvc	300,000	0,0000	2,7800	834,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		300,000	0,0000	2,7833	835,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46 - 8928 - CANTONEIRA PVC TIPO MOLDURA DE TETO BRANCA 6MM - Unidade: ML								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	3,5900	1,077,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Real Pvc	300,000	0,0000	3,5967	1,079,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47 - 311046435 - CAP ESGOTO 75MM - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	2,5800	129,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	50,000	0,0000	2,6000	130,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 48 - 25372 - CAP SOLDÁVEL 20 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	125,000	0,0000	0,3600	45,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 49		-	21877	-	CAP SOLDÁVEL 25 MM -	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortlev	125,000	0,0000	0,5300	66,25	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	125,000	0,0000	0,5440	68,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 50		-	27151	-	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO MIN. 120CM -	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Monfort	5,000	0,0000	27,8000	139,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 51		-	9130	-	CHAVE COMBINADA 10 MM, EM AÇO CARBONO -	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	6,9000	69,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 52	-	9131	- CHAVE COMBINADA 11MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	5,8000	58,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 53	-	18118	- CHAVE COMBINADA 13 MM, EM AÇO CARBONO - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	7,7000	77,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 54	-	22504	- CHAVE COMBINADA 17 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	8,4000	84,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 55	-	7636	- CHAVE COMBINADA 18 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	9,2000	92,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 56	-	1804	- CHAVE COMBINADA 19 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	11,0000	110,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 57	-	27254	- CHAVE COMBINADA 21 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	11,0000	110,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 58	-	27255	- CHAVE COMBINADA 23 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	14,0000	140,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 59	-	27307	- CHAVE COMBINADA 25 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	16,0000	160,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 60	-	7792	- CHAVE COMBINADA 26 MM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	21,8000	218,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95						
Licitação.....:	75/2016 - PR								
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor		Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61	-	27308	-	CHAVE COMBINADA 28 MM	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	10,000	0,0000	28,5000	285,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 62	-	27250	-	CHAVE FENDA 5 X 100 MM	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	25,000	0,0000	5,6800	142,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 63	-	27251	-	CHAVE FENDA 6 X 150 MM	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Disma	25,000	0,0000	7,4800	187,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/63

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 64	- 27252	- CHAVE PHILIPS 5 X 100 MM - Unidade: UN						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 65	- 2875	- COLA CASCOLA TRADICIONAL COM 2,8 KG - Unidade: GL						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Cascola	20,000	0,0000	77,5000	1.550,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 66	- 14983	- COLA PARA CAL 150 ML - Unidade: UN						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Juntalider	130,000	0,0000	0,9200	119,60	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	GLOBO FIX	130,000	0,0000	0,9539	124,00	Perdeu	2
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 67	-	25527	- CONECTOR PORCELANA TRIPOLAR - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Decorflux	50,000	0,0000	2,5800	129,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 68	-	33195	- CONECTOR RJ 45 - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Listed	800,000	0,0000	0,4700	376,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 69	-	13016	- CONES PARA SINALIZAÇÃO (DEVENDO ATENDER AS EXIGENCIAS DA NBR - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plasticon	50,000	0,0000	26,0000	1.300,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 70 - 26734 - DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 20 A. - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Decorflux	20,000	0,0000	6,4000	128,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	WEG	20,000	0,0000	6,4500	129,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 71 - 34644 - DISJUNTOR TRIF. DIN 50A - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Decorflux	20,000	0,0000	40,0000	800,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	WEG	20,000	0,0000	40,7500	815,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 72 - 8915 - EMENDA PLÁSTICA PARA MANGUEIRA 1/2 - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Piasborn	100,000	0,0000	0,6800	68,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 73	-	34967	- ENGATE FLEXIVEL 30 CM - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Arteplast	50,000	0,0000	1,8000	90,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	1,9600	98,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 74	-	14196	- ENGATE FLEXIVEL 50 CM. - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	2,9000	290,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	3,1000	310,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 75	-	34975	- ENGATE RÁPIDO JARDIM 1/2 - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	50,000	0,0000	3,6000	180,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 76 - 10324 - ENXADA LARGA (2,5 MM) COM CABO DE MADEIRA, APROX 150 CM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Pandofo	30,000	0,0000	30,0000	900,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 77 - 17240 - ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plasbom	100,000	0,0000	2,6000	260,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	TIGRE	100,000	0,0000	2,7300	273,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 78 - 7169 - FERRO CA 50 - 20 MM - R - 12 (BARRAS RETAS), BARRAS COM 12 M - Unidade: BARR								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Votorago	200,000	0,0000	110,0000	22.000,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

202.271,95

**Processo Administrativo:**

**Licitação.....: 75/2016 - PR**

**Licitação.....: 75/2016 - PR**

Modalidade....: **PREGÃO PRESENCIAL**

**Objeto:**.....  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 79	- 2829 - FIO DE NYLON PARA ROCADEIRA 3,0 MM - Unidade: M							
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA	Ekiton	2,000,000	0,0000	0,9000	1,800,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 80	- 8863 - FIO RIGIDO 1,5 MM CINZA - Unidade: M							
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 81	- 8859 - FIO RIGIDO 1,5 MM AZUL - Unidade: M							
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA	Scable	500,000	0,0000	2,6000	1,300,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR						
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 82	-	23865	- FITA DUPLA FACE INCOLOR FIXA FORTE, 19 MM X 12M - Unidade: ROLO					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Adere	60,000	0,0000	6,8300	409,80	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 83	-	7055	- FOICE ROÇADEIRA, 32 MM, C/ CABO DE MADEIRA DE TAMANHO APROX, - Unidade: UN					
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Pandofo	10,000	0,0000	33,0000	330,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 84	-	411047079	- FORRO PVC BRANCO 10x200MM, FRISADO, BARRA 6 METROS - Unidade: UN					
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	13,4000	6.700,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Real PVC	500,000	0,0000	13,5000	6.750,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 29/63

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 85	-	19534	-	GOIVA DE BARRO - 1º - Unidade: UN				
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	2,9000	1.450,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	TRANSPESO	500,000	0,0000	2,9200	1.460,00	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Santa Terezinha	500,000	0,0000	3,6000	1.800,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 86	-	20798	-	HASTE TERRA 2,40 X 5/8 - Unidade: PC				
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	OLIVO	10,000	0,0000	21,0000	210,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Scabble	10,000	0,0000	22,0000	220,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 87	-	26759	-	ISOLADOR PLÁSTICO 24X24, COM PREGO, PCTE COM 12 UNIDADES - Unidade: PCT				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mavel	30,000	0,0000	0,2000	6,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 88 - 411047080 - JOELHO 20 MM, COM ROSCA. - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	0,9300	93,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 89 - 411047081 - JOELHO 20 MM, SOLDÁVEL. - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	0,2400	24,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	0,2900	29,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 90 - 14206 - JOELHO ESGOTO 45° 40 MM. - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	0,9400	47,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	0,9800	49,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 91		-	14207	- JOELHO ESGOTO 45° 50 MM. - Unidade: UN				
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	1,8600	93,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	2,4500	122,50	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 92		-	14208	- JOELHO ESGOTO 45° 75 MM. - Unidade: UN				
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	3,7400	187,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	50,000	0,0000	3,7500	187,50	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 93		-	19542	- JOELHO ESGOTO 90 G 50 MM - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	1,1000	55,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	1,1400	57,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 32/63

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 94	- 411047082 - JOELHO L.R. 25 X 3/4. 90º. - Unidade: UN							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	1,4000	140,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 95	- 411047084 - JOELHO LR 25 X 1/2" - 1ª LINHA REDUÇÃO 90º. - Unidade: UN							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	1,0000	50,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 96	- 411047085 - JOELHO LR 20 X 1/2.90º. - Unidade: UN							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	0,9000	90,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 97	-	14197	-	JOELHO SOLDADAVEL 45° 20 MM. -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	100,000	0,0000	0,4000	40,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	0,4200	42,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 98	-	38196	-	JOELHO SOLDADAVEL 45° 25 MM -	Unidade: UN			
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	0,6400	64,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	0,6500	65,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 99	-	14203	-	JOELHO SOLDADAVEL 90° 32 MM. -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	1,0200	51,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	1,0400	52,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 100	-	14204	-	JOELHO SOLDADAVEL 90° 40 MM. -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	1,9800	99,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	2,0000	100,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 101	-	111040877	-	KEYSTONE JACK RJ-45 CAT 5E -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lusted	80,000	0,0000	5,7000	456,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 102	-	411047086	-	KEYSTONE JACK RJ-11 CAT 3E. -	Unidade: UN			
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lusted	80,000	0,0000	5,9000	472,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 103 - 18049 - LAMPADA MISTA 160 W- 1a LINHA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Manplex	50,000	0,0000	12,8000	640,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 104 - 411047087 - LIMA CHATA 8" - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Collins	10,000	0,0000	15,8000	158,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 105 - 26486 - LIXA PARA MADEIRA G100 - Unidade: M								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alcar	300,000	0,0000	2,9000	870,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo: 202.271,95						
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 106 - 25585 - LUMINÁRIA COMPLETA 2X20 WATS - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Tachibra	100,000	0,0000	48,0000	4.800,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	G-LIGHT	100,000	0,0000	48,4000	4.840,00	Inabilitado	2
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	RCG	100,000	0,0000	55,0000	5.500,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 107 - 19239 - LUMINARIA 2X40 COMPLETA - Unidade: UN								
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	G-LIGHT	200,000	0,0000	66,7500	13.350,00	Inabilitado	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lumelight	200,000	0,0000	67,0000	13.400,00	Venceu	2
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	RCG	200,000	0,0000	69,4500	13.890,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 108 - 8918 - LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	NSK	100,000	0,0000	29,0000	2.900,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	SEGURIMAX	100,000	0,0000	29,5500	2.955,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	GASPARZINHO	100,000	0,0000	29,5000	2.950,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR						
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 109	-	12459	-	LUVA LR 25 X 3/4"	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	1,1000	110,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 110	-	25157	-	LUVA SOLD/ROSCA 25 X 1/2	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	80,000	0,0000	0,8500	68,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 111	-	2826	-	LUVA SOLD/DAVEL 20 MM	-	Unidade: UN		
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	0,2200	22,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortelev	100,000	0,0000	0,2300	23,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 112		-	7073	- LUVA SOLDADVEL 25 MM - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Fortele	100,000	0,0000	0,3200	32,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	0,3300	33,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 113		-	25213	- LUVA VAQUETA PETROLEIRA - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Cock	50,000	0,0000	19,5000	975,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 114		-	27184	- MARRETA COM CABO 5KG - Unidade: UN				
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 115 - 411047090 - MARRETA OITAVADA 02 KG COM CABO. - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Monfort	10,000	0,0000	29,0000	290,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 116 - 40410 - MASSA CORRIDA, 900ML - Unidade: LAT								
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	CORIARTE Tinsul	30,000	0,0000	6,8333	205,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		30,000	0,0000	7,0000	210,00	Perdeu	2
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 117 - 41335 - NIPEL ROSCAVEL 1/2 - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	50,000	0,0000	0,5700	28,50	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 118 - 14213 - NIPEL ROSCAVEL 3/4. - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	0,5600	28,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 119 - 27196 - NIVEL COM 03 AMPOLAS (BOLHA) 18" - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Max	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 120 - 27195 - NIVEL COM 03 AMPOLAS (BOLHAS), 12" - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	5,000	0,0000	14,9000	74,50	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

<b>Processo / Ano:</b>	110/2016	<b>Processo Administrativo:</b>	202.271,95					
<b>Licitação.....:</b>	75/2016 - PR							
<b>Modalidade....:</b>	PREGÃO PRESENCIAL							
<b>Objeto.....:</b>	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS; POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
<b>Fornecedor</b>	<b>Nome do Fornecedor</b>	<b>Marca</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Desconto</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Preço Total</b>	<b>Situação</b>	<b>Classificação</b>

[illegible]

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 42/63

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 124	-	411047091	-	PARAFUSO 4,2 X 40 - PHILIPS. -	Unidade: UN			
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		New				
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA						
16112		MADEVIA LTDA. - EPP						
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP						
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME						
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME						
			2.000,000	0,0000	0,1000	200,00	Venceu	1 *****
			2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
			2.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 125	-	26461	-	PARAFUSO PARA TELHA 5/16 X110MM -	Unidade: PCT			
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		União				
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA						
16112		MADEVIA LTDA. - EPP						
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP						
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME						
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME						
			50,000	0,0000	0,4500	22,50	Venceu	1 *****
			50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
			50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 126	-	311043530	-	PARAFUSO SEXT NC 05-5/16 X 3.1/2 -	Unidade: CEN			
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		União				
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA						
16112		MADEVIA LTDA. - EPP						
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP						
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME						
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME						
			100,000	0,0000	0,8500	85,00	Venceu	1 *****
			100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
			100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
			100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:	202.271,95					
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 127	-	14760	- PINCEL TRINCHA - Unidade: UN					
12994			IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		0,7500	15,00	Venceu	1 *****
9921			JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		0,8000	16,00	Perdeu	2
16112			MADEVIA LTDA. - EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16351			CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16399			DANNA COMERCIAL EIRELI ME		0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138			TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 128	-	24721	- PLAFON - Unidade: UN					
9921			JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		2,9900	299,00	Venceu	1 *****
17138			TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		3,0000	300,00	Perdeu	2
12994			IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		0,0000	0,00	Não cotou	0
16112			MADEVIA LTDA. - EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16351			CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16399			DANNA COMERCIAL EIRELI ME		0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 129	-	24040	- PLUG PVC COM ROSCA 1/2 - Unidade: UN					
9921			JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		0,3800	19,00	Venceu	1 *****
12994			IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		0,0000	0,00	Não cotou	0
16112			MADEVIA LTDA. - EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16351			CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		0,0000	0,00	Não cotou	0
16399			DANNA COMERCIAL EIRELI ME		0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138			TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 130		-	17238	-	PLUG PVC COM ROSCA 3/4 -	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Akato	50,000	0,0000	0,4800	24,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 131		-	27212	-	PORTA DE PINUS 2,10 X 0,70CM, INTERNA -	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Zugmann	30,000	0,0000	56,3333	1.690,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	56,6667	1.700,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 132		-	17526	-	PREGO 15 X 12 -	Unidade: KG		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Trefix	80,000	0,0000	7,9900	639,20	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 133	-	12112	-	PREGO AÇO 12 X 12. - Unidade: KG					
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Trefix	40,000	0,0000	10,3000	412,00	Venceu	1 *****
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112		MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 134	-	43850	-	PREGO AÇO 10 X 10 COM 100 UN	-	Unidade: PCT																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
----------------	---	-------	---	------------------------------	---	--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Item.....: 135	-	2044	-	PREGO DE AÇO 15 X 15 - Unidade: KG					
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Trefix	40,000	0,0000	8,1800	327,20	Venceu	1 *****
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112		MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 136 - 26731 - QUADRO DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR PARA 12 DISJUNTOR DIN - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 137 - 24267 - REATOR ELETRÔNICO 2 X 20W - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Magnetic	250,000	0,0000	18,8000	4,700,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	RCG	250,000	0,0000	18,9800	4,745,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	G-LIGHT	250,000	0,0000	19,5000	4,875,00	Inabilitado	0
Item.....: 138 - 1402 - REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 32 MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	8,0000	400,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	8,2000	410,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 139 - 13272 - REGISTRO PVC ESFERA 25 MM, ROSCA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	5,4000	270,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	5,5000	275,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 140 - 411047092 - REGISTRO PVC ESFERA ROSCÁVEL 3/4" (25MM). - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	7,8000	390,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 141 - 44440 - REJUNTE PARA CERÂMICA, DIVERSAS CORES PCT COM 1 KG - Unidade: PCT								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Certa	50,000	0,0000	2,1500	107,50	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 142 - 26760 - RESISTÊNCIA TORNEIRA ELÉTRICA (LORENZETI) - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lorenzeti	30,000	0,0000	11,8000	354,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 143 - 26429 - ROLOS DE LÃ DE CARNEIRO 23 CM DE LARGURA COM CABO - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Atlas	80,000	0,0000	8,7500	700,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	TIGRE	80,000	0,0000	9,0000	720,00	Perdeu	2
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 144 - 10623 - SIFÃO SANFONADO, SIMPLES UNIVERSAL - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastuning	150,000	0,0000	3,8000	570,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KALA	150,000	0,0000	3,8667	580,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95
Licitação.....:	75/2016 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 145	-	411047093	-	SINALIZAÇÃO DE SAÍDA EMERGÊNCIA AUTÔNOMA LED 3W, 220V.	-	Unidade: UN		
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	VALPER	30,000	0,0000	59,8000	1.794,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 146	-	27321	-	SPRAY DESINGRIPANTE 500 ML	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mundial	30,000	0,0000	6,3000	189,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	COLORART	30,000	0,0000	6,3333	190,00	Perdeu	2
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 147	-	8894	-	START PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 40 WATTS	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Decorlux	200,000	0,0000	0,9000	180,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 148 - 26463 - SUPORTE PRATELEIRA MAO FRANCESA EM METAL BRANCO 30 CM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Thompson	40,000	0,0000	5,2000	208,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 149 - 27209 - TABUA DE PINUS 15 X 2,5 X 300 CM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Zandonia	400,000	0,0000	9,2500	3.700,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	MEWER MADEIRAS	400,000	0,0000	9,3750	3.750,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		400,000	0,0000	11,1750	4.470,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 150 - 27210 - TABUA DE PINUS 20 X 2,5 X 300 CM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Zandonia	500,000	0,0000	12,4000	6.200,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	MEWER MADEIRAS	500,000	0,0000	12,7000	6.350,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	14,8800	7.440,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 151 - 411047094 - TAMPAS P/ CONDULETE 2 SEÇÕES/TECLAS (JUND.TAS), VERTICAL, C - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Maxidutos	80,000	0,0000	1,9900	159,20	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 152 - 411047095 - TAMPAS P/ CONDULETE TOMADA HEXAGONAL HORIZONTAL, CINZA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Maxidutos	80,000	0,0000	2,4000	192,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 153 - 411047096 - TAMPAS P/ CONDULETE MÓDULO RJ11 E RJ45, CINZA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Maxidutos	80,000	0,0000	2,8000	224,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 52/63

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 154 - 411047097 - TE L.R. 25MMX3/4 - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	1,3600	136,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 155 - 46408 - TE ESGOTO 100 X 50MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	50,000	0,0000	5,2000	260,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	50,000	0,0000	5,4000	270,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 156 - 2728 - TE ESGOTO 50MM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	2,7000	270,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	100,000	0,0000	2,7500	275,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	2,8700	287,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 157 - 16887 - TE L.R. 25 X 1/2 - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 158 - 13285 - TE LR 20 X 1/2. - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 159 - 11314 - TE SD 20 MM. - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	200,000	0,0000	0,4750	95,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	200,000	0,0000	0,4900	98,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 160 - 19539 - TE SD 25 MM - 1ª LINHA - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	200,000	0,0000	0,5500	110,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PLASTILIT	200,000	0,0000	0,5900	118,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 161 - 24022 - TELHA CERÂMICA TIPO (FRANCESA) - Unidade: UN</b>								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Santa Terezinha	1,000,000	0,0000	1,0500	1,050,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	TRANSPESO	1,000,000	0,0000	1,1000	1,100,00	Perdeu	2
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	1,3350	1,335,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
<b>Item.....: 162 - 17289 - TELHA CERÂMICA TIPO COLONIAL/ROMANA - Unidade: UN</b>								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	1,2190	1,219,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Ceaca	1,000,000	0,0000	1,2200	1,220,00	Perdeu	2
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	TRANSPESO	1,000,000	0,0000	1,3000	1,300,00	Perdeu	3
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 163	-	26467	-	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,22 X 1,10 6MM	-	Unidade: UN		
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	200,000	0,0000	22,9000	4.580,00	Venceu	1 *****
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	200,000	0,0000	22,9500	4.590,00	Perdeu	2
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	200,000	0,0000	24,2900	4.858,00	Perdeu	3
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112		MADEVIA LTDA. - EPP	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 164	-	46640	-	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44 X 1,10 X 5MM	-	Unidade: UN		
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.200,000	0,0000	35,7500	42.900,00	Venceu	1 *****
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	1.200,000	0,0000	35,8250	42.990,00	Perdeu	2
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	1.200,000	0,0000	35,9000	43.080,00	Perdeu	3
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	1.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112		MADEVIA LTDA. - EPP	1.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME	1.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 165	-	18157	-	TUOLOS 4 FUROS	-	Unidade: MIL		
16351		CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	5.000,000	0,0000	0,6100	3.050,00	Venceu	1 *****
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	5.000,000	0,0000	0,7100	3.550,00	Perdeu	2
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112		MADEVIA LTDA. - EPP	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399		DANNA COMERCIAL EIRELI ME	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138		TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 166 - 19814 - TJOLOS 6 FUROS - Unidade: UN</b>								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5.000,000	0,0000	0,6100	3.050,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	salto	5.000,000	0,0000	0,7100	3.550,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 167 - 8923 - TINTA ACRILICA FOSCA 18L, DIVERSAS CORES, 1ª LINHA - Unidade: BALD</b>								
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	ANJO	50,000	0,0000	264,0000	13.200,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP	SHOW	50,000	0,0000	205,0000	10.250,00	Inabilitado	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Tinsul	50,000	0,0000	268,0000	13.400,00	Inabilitado	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	275,3500	13.767,50	Inabilitado	0
<b>Item.....: 168 - 8921 - TINTA ACRILICA FOSCA 3,6 L, DIVERSAS CORES, 1ª LINHA - Unidade: GL</b>								
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	ANJO	110,000	0,0000	75,0000	8.250,00	Venceu	1 *****
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP	SHOW	110,000	0,0000	65,0000	7.150,00	Inabilitado	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Tinsul	110,000	0,0000	109,0000	11.990,00	Inabilitado	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		110,000	0,0000	112,9000	12.419,00	Inabilitado	0

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

**202.271,95**

**Processo Administrativo:**

**Licitação.....: 75/2016 - PR**

75/2016 - PR

Modalidade....: **PREGÃO PRESENCIAL**

**Objeto.....:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 169 - 47087 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6L DIVERSAS CORES 1º LINHA - Unidade: GL

NUMERO DE INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	TIPO DE EMPRESA	DATA DE ABERTURA	DATA DE ENCERRAMENTO	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR DO PATRIMÔNIO BRUTO	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	VALOR DO PATRIMÔNIO BRUTO AJUSTADO	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO COM OBRIGACIONES	VALOR DO PATRIMÔNIO BRUTO AJUSTADO COM OBRIGACIONES	VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO COM OBRIGACIONES E OBRIGACIONES DE CAPITAL	VALOR DO PATRIMÔNIO BRUTO AJUSTADO COM OBRIGACIONES E OBRIGACIONES DE CAPITAL
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	ME	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	0,00	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	ME	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	0,00	0,00	Não cotou	0
16112	MADEIRA LTDA. - EPP	EPP	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	2,760,00	2,760,00	Inabilitado	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	LTDA	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	3,128,00	3,128,00	Inabilitado	0
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	LTDA	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	3,174,00	3,174,00	Inabilitado	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	EPP	16/11/2011	16/11/2011	46,000	46,000	0,0000	0,0000	3,183,20	3,183,20	Inabilitado	0

Item.....: 170 - 411047098 - TOMADA DUPLA PARA CONDULETE 2P+T 10A. - Unidade: UN

[illegible]

Item.....: 171 - 9788 - TOMADA DUPLA SISTEMA X - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	0
16112	MADEVIA LTDA - EPP	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:	75/2016 - PR							
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 172 - 411047099 - TOMADA EMBUTIR PARA TELEFONE COM RJ11. - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	PEZZI	30,000	0,0000	4,9900	149,70	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mectronic	30,000	0,0000	6,7000	201,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 173 - 23968 - TOMADA SISTEMA "X" - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mectronic	200,000	0,0000	6,3500	1.270,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	MEC-TRONIC	200,000	0,0000	6,4000	1.280,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 174 - 27258 - TORNEIRA BOIA 3/4" E 1/2" - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lucani	10,000	0,0000	6,7000	67,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....:		75/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 175 - 411047100 - TORNEIRA DE PAREDE PARA TANQUE 15CM EM PVC 1/2. - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Durín	50,000	0,0000	2,9000	145,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KRONA	50,000	0,0000	3,0000	150,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 176 - 411047101 - TORNEIRA DE PAREDE PARA TANQUE 15CM EM PVC 3/4 - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Durín	50,000	0,0000	3,4000	170,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KRONA	50,000	0,0000	3,6000	180,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 177 - 13286 - TORNEIRA JARDIM 1/2 PVC - 1a LINHA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	2,2000	220,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KRONA	100,000	0,0000	2,3000	230,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					</
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 178 - 13287 - TORNEIRA JARDIM 3/4 PVC - 1a LINHA - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Plastilit	100,000	0,0000	2,3000	230,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	KRONA	100,000	0,0000	2,4000	240,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 179 - 411047102 - TORNEIRA METAL 1/2 PARA JARDIM E TANQUE, COM ROSCA PARA MANG - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	LOTUS	50,000	0,0000	15,0000	750,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Marte	50,000	0,0000	15,2000	760,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 180 - 411047103 - TORNEIRA METAL 3/4 PARA JARDIM E TANQUE, COM ROSCA PARA MANG - Unidade: UN								
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	Z.B.W.	50,000	0,0000	15,4000	770,00	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Marte	50,000	0,0000	15,6000	780,00	Perdeu	2
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	110/2016	Processo Administrativo:	202.271,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
-----------------	----------	--------------------------	------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 181 - 411047106 - TORNEIRA METAL PAREDE 18 CM, 3/4 PARA PIA, C23 - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Hieidan	30,000	0,0000	29,0000	870,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 182 - 11918 - VÁLVULA P/TANQUE - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Artplas	50,000	0,0000	3,3000	165,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 183 - 27154 - VASSOURA ANCINHO PARA JARDIM PLASTICA MIN. 20 DENTES - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Max	20,000	0,0000	17,9000	358,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 62/63

Processo / Ano: 110/2016

Licitação.....: 75/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 202.271,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 184	- 48421	- VEDA CALHA 285 GRAMAS - Unidade: UN						
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	MUNDIAL	50,000	0,0000	11,9000	595,00	Venceu	1 *****
17138	TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME	BRASCOLA	50,000	0,0000	12,0000	600,00	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mundial	50,000	0,0000	12,4000	620,00	Perdeu	3
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 185	- 6967	- VEDANTE DE BORRACHA PARA TORNEIRA 3/4 - Unidade: UN						
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inca	30,000	0,0000	1,8000	54,00	Venceu	1 *****
12994	IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16112	MADEVIA LTDA. - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16399	DANNA COMERCIAL EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 63/63

Processo / Ano: 110/2016		Processo Administrativo:		202.271,95				
Licitação.....: 75/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA CIVIL E MILITAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 185 - 6967 - VEDANTE DE BORRACHA PARA TORNEIRA 3/4 - Unidade: UN

17138 TLD COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME

Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER - .....	

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2016 - RETIFICAÇÃO**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	56.838.142,94	40.007,52
Pessoal Ativo	53.349.020,06	2.568,19
Pessoal Inativo e Pensionista	2.325.060,15	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.164.062,73	37.439,33
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>56.838.142,94</b>	<b>40.007,52</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	113.734.914,80	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>56.878.150,46</b>	<b>50,01</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.416.853,99	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.346.011,29	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	55.275.168,59	48,60

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>7.185.939,87</b>	<b>7.780.822,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.785.774,10	4.980.657,21	0,00	0,00
Interna	3.785.774,10	4.980.657,21	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	3.400.165,77	2.800.165,77	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>22.181.421,99</b>	<b>21.402.562,95</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	24.717.442,92	23.813.031,18	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	21.615,06	21.615,06	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.557.635,99	2.432.083,29	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-14.995.482,12</b>	<b>-13.621.739,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>110.734.232,86</b>	<b>113.734.914,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,49%	6,84%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-13,54%	-11,98%		0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>132.881.079,43</b>	<b>136.481.897,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>119.592.971,49</b>	<b>122.833.707,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.785.774,10	4.980.657,21	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	956.614,69	3.061.187,40	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	956.614,69	923.984,89	0,00	0,00
Previdenciárias	956.614,69	923.984,89	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	2.137.202,51	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.829.159,41	1.919.469,81	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	779.524,62	880.059,34	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.721.738,89	38.846.640,13	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

28/06/2016 09:56:48

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

FONTE:

28/06/2016 09:56:48

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>98.355,90</b>	<b>98.355,90</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	98.355,90	98.355,90
Interna	98.355,90	98.355,90
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	98.355,90	98.355,90
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>2.155.815,84</b>	<b>2.155.815,84</b>
Parcelamentos de Dívidas	2.155.815,84	2.155.815,84
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	2.155.815,84	2.155.815,84
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>113.734.914,80</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>98.355,90</b>	<b>0,09</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>18.197.586,37</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>16.377.827,73</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.961.444,04</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>2.254.171,74</b>	<b>1,98</b>

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 10:26:52

**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Piso Fixo Vfg. Epidemiológica/PFVS - SUS União	0,00	46,14	2.209,30	1.352,83	0,00	(3.608,27)	37.877,80	0,00	0,00	
Ações Estrat. PETI - FNAS - Superávit	29.214,68	0,00	0,00	0,00	0,00	29.214,68	0,00	0,00	0,00	
Ações Estratégicas do PETI - FNAS	7.192,07	0,00	0,00	0,00	0,00	7.192,07	891,00	0,00	0,00	
Bl. Gestão - SUS União	8,86	0,00	0,00	0,00	0,00	8,86	0,00	0,00	0,00	
Bl. MAC - Rede Urg. Emerg. - SUS União	0,00	0,00	0,00	2.675,02	0,00	(2.675,02)	316.621,44	0,00	0,00	
Bl. MAC Brasil S/Miséria - SUS União	7.917,50	0,00	0,00	0,00	0,00	7.917,50	57.417,50	0,00	0,00	
Bl. MAC SUS União - FAEC	18.201,34	0,00	0,00	0,00	0,00	18.201,34	0,00	0,00	0,00	
Bl. MAC SUS União - FAEC	0,00	0,00	0,00	54.404,32	0,00	(54.404,32)	176.468,82	0,00	0,00	
Bl. MAC SUS UNIÃO - Saúde Mental	30.632,09	0,00	0,00	0,00	0,00	30.632,09	0,00	0,00	0,00	
Bl. MAC SUS UNIÃO - Saúde Mental	0,00	0,00	0,00	6.213,43	0,00	(6.213,43)	51.981,25	0,00	0,00	
CAPS UNIÃO - Saúde Mental - Superávit	4.087,24	0,00	0,00	8.130,77	0,00	(4.043,53)	0,00	0,00	0,00	
Conv. União - Outros - (Invest.) - Superávit	680.174,04	0,00	0,00	20.278,77	0,00	659.895,27	167.253,40	0,00	0,00	
Conv. Estado (Invest.) - Superávit	114.464,77	0,00	0,00	2.880,00	0,00	111.584,77	0,00	0,00	0,00	
Conv. Estado Abrigos - Custeio - Superávit	173,42	0,00	0,00	0,00	0,00	173,42	0,00	0,00	0,00	
Conv. Trânsito - P. Civil - Superávit	22.480,12	0,00	0,00	2.151,79	0,00	20.328,33	0,00	0,00	0,00	
Conv. Trânsito SSP/SC - Pol. Civil	30.231,71	211,20	4.172,20	16.015,72	226,40	9.606,19	59.230,66	0,00	0,00	
Conv. Trânsito SSP/SC - Pol. Militar	320,70	0,00	13.240,86	2.260,50	91,24	(15.271,90)	25.336,56	0,00	0,00	
CRAS Estado - Custeio - Superávit	16.859,04	0,00	0,00	75,00	0,00	16.784,04	0,00	0,00	0,00	
CREAS União - PAEFI/PPMC- Superávit	2.036,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,98	0,00	0,00	0,00	
CREAS União - PAEFI/PPMC-MSE	13.038,59	0,00	614,89	0,00	0,00	12.423,70	36.217,95	0,00	0,00	
Farmácia Basica SUS Estado	38.828,07	0,00	241,20	10.927,70	0,00	27.659,17	31.236,81	0,00	0,00	
Farmácia Basica Estado - Superávit	2.967,01	0,00	0,00	2.960,00	0,00	7,01	0,00	0,00	0,00	
Op. Crédito Interno - Outros programas	1.397,19	0,00	427.017,08	0,00	18.289,07	(443.908,96)	766.460,28	0,00	0,00	
Piso Fixo Vfg. Epidemiológica/PFVS - SUS União	31.290,32	0,00	0,00	0,00	0,00	31.290,32	0,00	0,00	0,00	
Progr. Dinheiro Direto Escola - PDDE - Superávit	2.430,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.430,56	428,32	0,00	0,00	
Progr. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	78,92	0,00	0,00	0,00	0,00	78,92	1.998,60	0,00	0,00	
Progr. Nac. Alim. - Ens. Fund.	64.328,16	0,00	31.378,32	3,20	0,00	32.946,64	37.520,33	0,00	0,00	

Continua 177

28/06/2016 10:34:59



**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	Continuação 277								
	R\$ 1,00								
	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
De Exercícios Anteriores			Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Progr. Nac. Alim. - Ens. Fund. - Superávit	18,73	0,00	0,00	0,00	0,00	18,73	0,00	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. - Mais Educação	34.136,96	0,00	8.970,16	0,00	39,19	25.127,61	28.787,07	24.741,10	0,00
Progr. Nac. Alim. Creche - PNAC	24.172,53	0,00	23.557,98	0,00	94,22	520,33	24.741,10	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. Creche - PNAC - Superávit	5,07	0,00	0,00	0,00	0,00	5,07	0,00	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. Esc. Esp. - AEE	2.098,50	0,00	0,00	0,00	26,37	2.072,13	1.863,42	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. Jovens e Adultos - EJA	1.682,00	0,00	338,99	324,00	1,31	1.017,70	1.359,64	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. Pré-Esc. - PNAP - Superávit	7,52	0,00	0,00	0,00	0,00	7,52	0,00	0,00	0,00
Progr. Nac. Alim. Pré-Escola - PNAP	25.169,29	0,00	15.271,87	998,40	129,33	8.769,69	9.062,88	0,00	0,00
Rec. Ord. Txs Sinistros PM FUNPOM	1.336,62	0,00	0,00	489,37	0,00	847,25	6.285,55	0,00	0,00
Rec. Alienações Bens - Outros Progr. - Superávit	49.191,98	0,00	0,00	0,00	0,00	49.191,98	0,00	0,00	0,00
Rec. Alienações Bens - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	27.085,01	0,00	(27.085,01)	0,00	0,00	0,00
Rec. Alienações Bens - Outros Programas	373.080,75	0,00	0,00	0,00	0,00	373.080,75	0,00	0,00	0,00
Rec. Alienações Bens - Progr. Saúde	12.105,92	0,00	0,00	0,00	0,00	12.105,92	0,00	0,00	0,00
Rec. Alienações de Bens - Progr. Educação	20.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.790,00	0,00	0,00	0,00
Rec. At. Básica ESF - Estado - Superávit	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Benef. Eventuais Estado - Superávit	77,38	0,00	0,00	0,00	0,00	77,38	0,00	0,00	0,00
Rec. FIA Outras Contr.	45.212,50	0,00	0,00	0,00	0,00	45.212,50	243,10	0,00	0,00
Rec. Port. Nec. Especiais FNAS/PTMC	2.647,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.647,08	30.729,36	0,00	0,00
Rec. Produção MAC - SUS União	515.756,55	81,84	10.787,79	13.121,60	3,25	491.762,07	6.670.458,74	0,00	0,00
Rec. Salário Educação - Superávit	462.637,94	0,00	0,00	0,00	0,00	462.637,94	0,00	0,00	0,00
Rec. SAMU - SUS União	3.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.450,00	3.450,00	0,00	0,00
Recurso Convênio SSP SC Prefeitura	39,82	39,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Gestão do SUS	73,57	0,00	0,00	0,00	0,00	73,57	0,00	0,00	0,00
Recurso Conv. SSP SC	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	(900,00)	0,00	0,00	0,00
Recursos Convênio União - Saúde	25.463,12	0,00	0,00	25.463,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Convênios Estado	42.548,92	0,00	0,00	40.330,09	0,00	2.218,83	0,00	0,00	0,00
Recursos Cosip	508,60	308,56	0,00	200,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 277

28/06/2016 10:34:59

**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 37  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Recursos de Convênio da União Superávit	3.707,35	3.707,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Convênio União	13.091,17	13.091,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito	939,61	0,00	0,00	0,00	0,00	939,61	0,00	0,00	
Recursos Destinados a ASPS 18%	91.212,86	0,00	0,00	0,00	0,00	91.212,86	0,00	0,00	
Recursos Destinados ASPS 18%	0,00	0,00	0,00	9.670,03	0,00	(9.670,03)	0,00	0,00	
Recursos Financeiros FUNDEB	117,70	117,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Gestão do SUS	59,72	0,00	0,00	0,00	0,00	59,72	0,00	0,00	
Recursos Outras Transf FNDE	0,00	3.640,12	0,00	0,00	0,00	(3.640,12)	0,00	0,00	
Recursos PNAE	1.071,05	327,34	0,00	0,00	0,00	743,71	0,00	0,00	
Recursos PNAP	600,41	193,90	0,00	0,00	0,00	406,51	0,00	0,00	
Remun. Rec. Ord./Txs - CB	4.972,28	0,00	0,00	0,00	0,00	4.972,28	1.875,40	0,00	
Remun. Rec. Ord./Txs - CB - Superávit	145.271,41	0,00	3.424,48	51,38	0,00	141.795,55	29.013,37	0,00	
Salário Educação - FNDE	882.230,25	0,00	2.738,00	16.213,51	0,00	863.278,74	1.454.196,40	0,00	
SUAS Estado - CRAS - Invest. - Superávit	1.542,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.542,56	0,00	0,00	
SUS União ATB - Saúde na Escola	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600,00	0,00	0,00	
SUS União - Farmácia Básica - Superávit	18.462,70	0,00	0,00	18.415,18	0,00	47,52	0,00	0,00	
SUS União - Farmácia Popular - Superávit	19.473,75	0,00	0,00	0,00	0,00	19.473,75	16.823,94	0,00	
Transf. FNAS BPC na Escola	131,27	0,00	0,00	0,00	0,00	131,27	0,00	0,00	
Transf. FNAS BPC na Escola - Superávit	4.642,47	0,00	0,00	0,00	0,00	4.642,47	0,00	0,00	
Transf. FNAS IGD Bolsa Família	13.148,27	40,32	1.001,97	2.718,02	0,00	9.387,96	18.105,75	0,00	
Transf. FNAS IGD Bolsa Família - Superávit	90.491,69	0,00	0,00	28.119,97	0,00	62.371,72	0,00	0,00	
Transf. FNAS IGD SUAS	(511,42)	1.735,00	2.045,57	0,00	0,00	(4.291,99)	1.454,70	0,00	
Transf. FNAS IGD SUAS - Superávit	8.512,47	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,47	0,00	0,00	
Transf. FNAS-PBF p/CRAS	53.562,64	101,24	12.939,58	71.344,82	0,00	(30.823,00)	36.713,09	0,00	
Transf. FNAS-PBF p/CRAS - Superávit	25.586,91	0,00	0,00	17.712,70	0,00	7.874,21	0,00	0,00	
Transf. FNAS-PBV p/SCFV	2.639,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.639,27	2.928,00	0,00	
Transf. FNAS-PBV p/SCFV - Superávit	6.296,15	0,00	0,00	0,00	0,00	6.296,15	0,00	0,00	

Continua 37

28/06/2016 10:34:59

**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ 1,00
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					

Continua 47

28/06/2016 10:34:59



**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
									(b)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Rec. Ord. - Txs - FUNREBOM CB	188.857,78		0,00	5.047,42	15.628,29	0,00	168.182,07	58.838,61	0,00
Rec. Ordinários FMS - Txs	86.779,27		0,00	222,97	8.648,13	0,00	77.908,17	10.354,75	0,00
Rec. Ordinários FUNSAE	43.714,93		0,00	0,00	0,00	0,00	43.714,93	497,00	0,00
Rec.F. Exportações - FEX	29.582,64		0,00	766,24	0,00	0,00	28.816,40	0,00	0,00
Rec.F. Exportações - FEX - Superávit	155.737,62		0,00	846,45	0,00	0,00	154.891,17	56.070,03	0,00
Recursos Ordinários - Fund Cultural	900,00		0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso FROHAB	13.078,19		0,00	0,00	1.419,00	0,00	11.659,19	1.613,72	0,00
Recurso FROHAB - Superávit	36.988,68		0,00	0,00	0,00	0,00	36.988,68	2.821,00	0,00
Recursos FEP	55.431,73		0,00	0,00	55.431,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Financeiros Ordinários	608,19		0,00	0,00	608,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Financeiros Ordinários - FMS	182,22		0,00	0,00	182,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Financeiros Ordinários - FUNSAE	200,00		0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
Recursos FROHAB	475,63		0,00	0,00	475,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos MDEB 20%	43.519,74		1.031,00	0,00	42.488,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ord Funreboimp - PM - Superávit	462,23		0,00	0,00	0,00	0,00	462,23	0,00	0,00
Recursos Ordinários	7.529.044,68		155.755,56	474.044,51	921.262,97	306.021,03	5.671.960,61	9.277.875,74	0,00
Recursos Ordinários - CB - FUNREBOM	643,80		23,80	0,00	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - FIA - IR	143.899,03		0,00	0,00	0,00	0,00	143.899,03	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Fundeural	900,00		0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - PM - FUNPOM	30,25		0,00	0,00	30,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit	3.917.053,89		19.594,18	7.082,32	435.183,24	454,48	3.454.739,67	941.638,52	0,00
Recursos Ordinários FIA - Superávit	204.741,62		0,00	0,00	0,00	0,00	204.741,62	0,00	0,00
Recursos Ordinários FUNSAE	2.720,56		0,00	0,00	0,00	0,00	2.720,56	0,00	0,00
Recursos Ordinários FUNSAE Superávit	15.010,73		0,00	0,00	0,00	0,00	15.010,73	0,00	0,00
Remun. Rec. Ordinários	765.636,18		456,63	5.744,25	170.829,98	4.837,73	583.767,59	56.436,32	0,00
Transf. Conv. Mun. BVT platend. P.A.	12.500,00		0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Transf. Conv. Mun. BVT platend. P.A. - Superávit	12.500,00		0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 67

R\$ 1,00

Continua 67

28/06/2016 10:34:59

**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 777  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	(b)						
Transf. do FUNDEB - Aplic. Outras	423.342,42	0,00	0,00	0,00	0,00	44.281,49	0,00	0,00	
Transf. do FUNDEB - Aplic. Profis.(Mín. 60%)	77.854,36	0,00	223.252,34	0,00	0,00	225.290,49	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	17.108.434,39	247.023,02	1.449.077,87	2.170.808,93	856.546,00	12.384.978,57	17.805.050,54	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	23.813.031,18	350.457,01	2.081.626,28	3.863.881,02	880.069,34	16.637.007,53	34.982.759,11	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controlador Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 10:34:59

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		113.734.914,80	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		59.612.017,37	52,41
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		68.240.948,88	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		64.828.901,44	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-13.621.739,97	-11,98
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		136.481.897,76	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		25.021.681,26	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		98.355,90	0,09
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		18.197.586,37	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7.961.444,04	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		34.982.759,11	16.637.007,53

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 10:41:18

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2º BIMESTRE DE 2016 - RETIFICAÇÃO

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	137.017.920,00	137.017.920,00	21.004.441,92	15,33	39.570.711,27	28,88	97.447.208,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	118.473.273,93	118.473.273,93	20.213.387,11	17,06	38.236.840,96	32,27	80.236.432,97
IMPOSTOS	18.070.800,00	18.070.800,00	5.290.088,18	29,27	7.231.470,51	40,02	10.839.329,49
TAXAS	13.750.000,00	13.750.000,00	4.192.599,75	30,49	5.904.635,71	42,94	7.845.364,29
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.670.800,00	2.670.800,00	1.078.335,56	40,38	1.290.015,46	48,30	1.380.784,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.650.000,00	1.650.000,00	19.152,87	1,16	36.819,34	2,23	1.613.180,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.640.000,00	2.640.000,00	430.930,82	16,32	851.265,88	32,24	1.788.734,12
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	770.000,00	770.000,00	6.214,73	0,81	10.067,57	1,31	759.932,43
RECEITA PATRIMONIAL	1.870.000,00	1.870.000,00	424.716,09	22,71	841.198,31	44,98	1.028.801,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	454.632,36	454.632,36	361.173,93	79,44	699.572,88	153,88	-244.940,52
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	449.132,36	449.132,36	361.173,93	80,42	699.572,88	155,76	-250.440,52
RECEITA DE SERVIÇOS	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	727.760,00	727.760,00	60.601,30	8,33	94.920,45	13,04	632.839,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	94.342.911,57	94.342.911,57	13.429.996,30	14,24	28.268.703,57	29,96	66.074.208,00
TRANSF. DE CONV.	93.653.911,57	93.653.911,57	13.352.027,41	14,26	28.113.863,80	30,02	65.540.047,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	689.000,00	689.000,00	77.968,89	11,32	154.839,77	22,47	534.160,23
MULTAS E JUROS DE MORA	331.100,00	331.100,00	235.550,17	71,14	397.713,23	120,12	1.146.262,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.920,00	18.920,00	2.140,86	11,32	14.294,29	75,55	-66.613,23
RECEITA DA DIVIDAATIVA	1.441.000,00	1.441.000,00	272.692,37	18,92	477.787,33	33,16	963.212,67
RECEITAS DIVERSAS	446.150,00	446.150,00	130.213,18	29,19	201.112,82	45,08	245.037,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18.544.646,07</b>	<b>18.544.646,07</b>	<b>791.054,81</b>	<b>4,27</b>	<b>1.333.870,31</b>	<b>7,19</b>	<b>17.210.775,76</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.393.000,00	7.393.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.393.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.393.000,00	7.393.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.393.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	320.000,00	320.000,00	256.239,90	80,07	256.239,90	80,07	63.760,10
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	320.000,00	256.239,90	80,07	256.239,90	80,07	63.760,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.831.646,07	10.831.646,07	534.814,91	4,94	1.077.630,41	9,95	9.754.015,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.830.646,07	10.830.646,07	460.246,18	4,25	1.003.061,68	9,26	9.827.584,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.000,00	74.568,73	7.456,87	74.568,73	7.456,87	-73.568,73
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>21.004.441,92</b>	<b>15,33</b>	<b>39.570.711,27</b>	<b>28,88</b>	<b>97.447.208,73</b>

Continua 1/3

27/06/2016 15:38:16



Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>21.004.441,92</b>	<b>15,33</b>	<b>39.570.711,27</b>	<b>97.447.208,73</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>21.004.441,92</b>	<b>15,33</b>	<b>39.570.711,27</b>	<b>97.447.208,73</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>5.942.036,66</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>656.401,27</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>5.942.036,66</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>656.401,27</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>147.331.242,97</b>	<b>18.973.206,61</b>	<b>69.720.948,14</b>	<b>77.610.294,83</b>	<b>20.665.410,32</b>	<b>34.738.189,03</b>	<b>112.593.053,94</b>	<b>32.656.562,75</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>110.909.436,03</b>	<b>114.822.662,25</b>	<b>17.456.122,53</b>	<b>58.249.654,73</b>	<b>56.573.007,52</b>	<b>18.350.835,51</b>	<b>31.643.257,14</b>	<b>83.179.405,11</b>	<b>30.002.043,73</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.828.336,13	61.270.527,21	9.774.201,00	21.344.142,64	39.926.384,57	10.009.523,05	20.318.904,01	40.951.623,20	19.625.435,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	496.000,00	496.000,00	137.764,06	279.164,06	216.835,94	48.581,00	82.500,68	413.499,32	82.500,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.585.099,90	53.056.135,04	7.544.157,47	36.626.348,03	16.429.787,01	8.292.731,46	11.241.852,45	41.814.282,59	10.294.107,54
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>26.042.483,97</b>	<b>32.442.580,72</b>	<b>1.517.084,08</b>	<b>11.471.293,41</b>	<b>20.971.287,31</b>	<b>2.314.574,81</b>	<b>3.094.931,89</b>	<b>29.347.648,83</b>	<b>2.654.519,02</b>
INVESTIMENTOS	23.942.483,97	29.557.580,72	1.330.286,01	9.502.114,05	20.055.466,67	1.881.425,02	2.232.355,06	27.325.225,66	1.791.942,19
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	2.000.000,00	2.800.000,00	186.798,07	1.969.179,36	830.820,64	433.149,79	862.576,83	1.937.423,17	862.576,83
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>66.000,00</b>	<b>66.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>66.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>66.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00

Continua 2/3

27/06/2016 15:38:16

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	137.017.920,00	147.331.242,97	18.973.206,61	69.720.948,14	77.610.294,83	20.665.410,32	34.738.189,03	112.593.053,94	32.656.562,75
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>147.331.242,97</b>	<b>18.973.206,61</b>	<b>69.720.948,14</b>	<b>77.610.294,83</b>	<b>20.665.410,32</b>	<b>34.738.189,03</b>	<b>112.593.053,94</b>	<b>32.656.562,75</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>147.331.242,97</b>	<b>18.973.206,61</b>	<b>69.720.948,14</b>	<b>77.610.294,83</b>	<b>20.665.410,32</b>	<b>34.738.189,03</b>	<b>112.593.053,94</b>	<b>32.656.562,75</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>									
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>147.331.242,97</b>	<b>18.973.206,61</b>	<b>69.720.948,14</b>	<b>77.610.294,83</b>	<b>20.665.410,32</b>	<b>34.738.189,03</b>	<b>112.593.053,94</b>	<b>32.656.562,75</b>

FONTE:

CANOINHAS, 27/06/2016

LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

27/06/2016 15:38:16

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	137.017.920,00	147.331.242,97	18.973.206,61	69.720.948,14	100,00	20.665.410,32	34.738.189,03	100,00
Controle Externo	4.350.000,00	4.350.000,00	512.281,73	1.034.703,41	1,48	514.319,92	1.026.133,64	2,95
Administração	4.350.000,00	4.350.000,00	512.281,73	1.034.703,41	1,48	514.319,92	1.026.133,64	2,95
Planejamento e Orçamento	12.337.612,27	12.557.612,27	1.757.324,39	5.030.456,74	7,22	1.773.023,02	3.317.829,41	9,55
Administração Geral	1.444.400,00	1.444.400,00	171.360,10	739.645,23	1,06	234.712,51	405.943,74	1,17
Segurança Pública	10.893.212,27	11.113.212,27	1.585.984,29	4.290.811,51	6,15	1.538.310,51	2.911.885,67	8,38
Policimento	465.200,00	532.749,33	39.871,47	183.296,79	0,26	43.305,97	66.299,91	0,19
Assistência Social	465.200,00	532.749,33	39.871,47	183.296,79	0,26	43.305,97	66.299,91	0,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.241.461,47	5.533.822,34	689.979,25	1.984.127,61	2,85	724.380,48	1.379.127,39	3,97
Assistência Comunitária	123.200,00	123.200,00	0,00	2.358,26	0,00	0,00	1.668,16	0,00
Saúde	5.118.261,47	5.410.622,34	689.979,25	1.981.769,35	2,84	724.380,48	1.377.459,23	3,97
Atenção Básica	34.077.027,36	35.562.611,65	4.501.485,64	20.907.933,15	29,99	5.193.167,23	8.819.220,74	25,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.119.690,06	10.153.187,60	1.289.864,44	3.509.580,99	5,03	1.375.354,79	2.683.978,53	7,73
Suporte Profilático e Terapêutico	21.279.915,98	22.681.524,98	2.898.717,50	16.437.577,72	23,58	3.452.062,47	5.463.231,95	15,73
Vigilância Sanitária	1.304.571,32	1.324.045,07	137.166,02	514.736,55	0,74	176.017,75	313.948,15	0,90
Vigilância Epidemiológica	634.025,00	634.025,00	62.663,33	154.810,67	0,22	63.812,02	139.068,06	0,40
Educação	738.825,00	769.829,00	113.074,35	291.227,22	0,42	125.920,20	218.994,05	0,63
Ensino Fundamental	41.214.457,91	43.728.520,34	6.661.135,12	20.055.606,17	28,77	6.599.194,95	11.772.119,63	33,89
Ensino Médio	28.046.558,98	30.027.197,97	4.880.022,82	14.448.518,02	20,72	4.453.022,21	8.040.412,81	23,15
Ensino Superior	841.937,00	842.366,17	429,17	842.366,17	1,21	188.896,20	188.896,20	0,54
Educação Infantil	340.000,00	340.000,00	37.638,63	82.576,63	0,12	38.326,58	78.234,68	0,23
Educação de Jovens e Adultos	11.748.070,61	12.257.483,50	1.735.800,49	4.673.905,86	6,70	1.916.447,50	3.462.071,58	9,97
Cultura	237.891,32	261.472,70	7.244,01	8.239,49	0,01	2.502,46	2.504,36	0,01
Diffusão Cultural	706.640,00	754.126,00	74.348,01	277.225,03	0,40	88.958,05	155.795,46	0,45
Urbanismo	706.640,00	754.126,00	74.348,01	277.225,03	0,40	88.958,05	155.795,46	0,45
Serviços Urbanos	23.645.957,00	26.564.763,32	3.645.312,62	10.618.152,42	15,23	3.512.571,68	4.448.040,88	12,80
Habituação	23.645.957,00	26.564.763,32	3.645.312,62	10.618.152,42	15,23	3.512.571,68	4.448.040,88	12,80
Habituação Urbana	468.280,00	883.792,64	81.256,89	161.518,32	0,23	91.358,07	120.041,17	0,35
Saneamento	468.280,00	883.792,64	81.256,89	161.518,32	0,23	91.358,07	120.041,17	0,35
Saneamento Básico Urbano	1.100,00	1.100,00	0,00	497,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	1.100,00	1.100,00	0,00	497,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.882.025,00	4.082.025,00	101.115,04	2.991.868,56	4,29	594.294,57	914.219,57	2,63
	3.882.025,00	4.082.025,00	101.115,04	2.991.868,56	4,29	594.294,57	914.219,57	2,63

Continua 1/2

28/06/2016 09:20:55

Continuação 2/2

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Agricultura	137.017.920,00	147.331.242,97	18.973.206,61	69.720.948,14	77.610.294,83	20.665.410,32	34.738.189,03	100,00
Extensão Rural	3.145.710,00	4.292.344,53	248.475,37	870.643,48	3.421.701,05	302.671,79	485.989,47	1,40
Comércio e Serviços	3.145.710,00	4.292.344,53	248.475,37	870.643,48	3.421.701,05	302.671,79	485.989,47	1,40
Promoção Comercial	2.467.108,99	2.462.108,99	182.565,03	1.167.758,00	1.284.350,99	197.616,52	369.429,33	1,06
Turismo	1.225.280,00	1.210.280,00	182.565,03	541.309,92	668.970,08	197.616,52	329.073,42	0,95
Desporto e Lazer	1.241.828,99	1.241.828,99	0,00	626.448,08	615.380,91	0,00	40.355,91	0,12
Desporto Comunitário	703.340,00	923.666,56	128.313,05	456.233,21	467.433,35	173.643,94	245.666,41	0,71
Encargos Especiais	703.340,00	923.666,56	128.313,05	456.233,21	467.433,35	173.643,94	245.666,41	0,71
Serviço da Dívida Interna	4.246.000,00	5.046.000,00	349.743,00	3.980.928,25	1.065.071,75	856.904,13	1.618.276,02	4,66
Outras Transferências	2.496.000,00	3.296.000,00	324.562,13	2.248.343,42	1.047.656,58	481.730,79	945.077,51	2,72
Outros Encargos Especiais	950.000,00	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00	150.194,81	235.142,00	0,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00	800.000,00	25.180,87	782.584,83	17.415,17	224.978,53	438.056,51	1,26
	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>137.017.920,00</b>	<b>147.331.242,97</b>	<b>18.973.206,61</b>	<b>69.720.948,14</b>	<b>77.610.294,83</b>	<b>20.665.410,32</b>	<b>34.738.189,03</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO Supervisor Sec de Adm., Fin. e Orçamento	DIOGO CARLOS SEIDEL Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	VANESSA LANGER Contadora - CRC SC 028524/O-0
JOSE CARLOS HERBST Controlador Interno CRC-SC 031639/O-0		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

28/06/2016 09:20:56

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (Últ. 12 Meses)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.407.267,54</b>	<b>9.470.257,61</b>	<b>9.390.695,55</b>	<b>10.411.752,20</b>	<b>9.014.457,38</b>	<b>9.782.749,92</b>	<b>11.896.414,03</b>	<b>11.296.573,69</b>	<b>9.571.815,43</b>	<b>10.216.883,11</b>	<b>12.282.073,97</b>	<b>9.862.507,55</b>	<b>123.708.659,06</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.611.567,30	9.007.115,14	9.599.653,54	1.753.135,57	994.942,97	1.046.033,41	1.046.107,56	1.221.442,21	865.753,69	1.133.314,46	4.193.693,54	1.451.560,61	163.616.255,34
I.P.T.U.	216.462,33	202.377,54	159.202,21	164.530,82	156.999,81	165.892,15	160.766,32	177.474,86	243.765,99	243.765,99	2.516.372,03	4.033.833,34	4.588.785,90
I.R.R.F.	51.094,31	51.132,23	50.071,61	628.271,40	142.553,65	125.891,87	160.210,34	261.017,94	243.765,99	179.505,79	214.368,68	200.426,01	2.306.000,82
I.S.S.	470.747,36	509.659,84	555.161,39	688.395,35	484.821,03	552.946,21	451.692,71	461.448,97	488.325,37	426.744,32	500.801,77	562.742,01	6.153.676,33
I.T.E.I.	80.875,92	97.158,06	63.240,06	131.142,21	74.735,44	61.892,22	169.326,45	62.071,79	80.035,39	68.415,37	102.204,10	37.748,56	1.029.935,59
Outras Receitas Tributárias	160.387,38	120.187,45	131.959,37	147.973,79	135.833,04	141.780,96	114.101,76	259.429,65	40.032,17	189.609,48	850.821,96	246.740,69	2.538.656,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.092,74	202.935,43	315.009,57	208.392,45	206.347,34	207.252,25	210.055,65	220.337,81	216.438,79	203.895,27	211.054,52	219.876,30	2.640.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	152.199,99	173.439,31	183.914,11	175.292,57	197.145,86	181.670,30	257.623,92	224.747,93	172.072,21	166.093,84	187.543,65	173.630,28	4.660.373,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	36.214,20	15.028,20	16.304,75	66.331,90	40.137,70	6.772,20	2.090,00	8.020,00	2.275,80	32.043,35	32.311,50	28.298,80	287.819,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.816.545,47	7.871.526,44	7.636.765,22	7.795.103,45	7.176.421,07	7.797.531,40	7.742.909,45	9.343.333,91	8.101.661,83	8.554.691,94	7.365.825,78	7.647.179,87	95.853.885,83
Cota-Parte do FPM	2.168.510,62	1.886.824,09	1.397.134,08	1.654.045,99	1.362.314,32	1.550.539,47	1.750.680,77	2.013.082,00	1.912.377,31	2.394.771,03	1.454.628,48	1.729.240,66	26.550.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.862.419,78	1.813.539,90	1.830.819,28	1.759.694,09	1.835.620,41	1.898.011,97	1.906.403,36	1.864.008,74	2.252.437,96	1.946.799,79	1.896.778,02	1.916.353,03	22.896.886,33
Cota-Parte do IPVA	497.329,53	502.365,42	567.895,97	466.770,13	486.889,98	511.618,65	372.950,82	249.076,47	255.276,08	346.963,00	468.290,07	433.344,62	5.158.173,74
Cota-Parte do ITR	1.859,45	610,28	513,96	1.069,80	28.251,69	160.041,54	25.543,58	29.288,76	27.371,81	573,53	425,48	770,90	87.000,00
Outras Transferências Correntes	2.202.279,06	1.720.534,99	1.976.185,79	2.016.490,88	1.633.462,90	1.733.510,66	1.762.762,90	3.214.853,26	1.326.144,56	1.863.741,89	1.557.702,66	1.456.186,31	24.093.311,57
Transferências de LC 61/1999	29.906,38	26.485,85	26.241,24	27.921,90	27.842,58	32.295,13	29.423,73	29.054,13	35.510,46	27.424,84	26.775,29	27.473,72	348.355,25
Transferências de LC 87/1996	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.916,24	7.879,38	7.879,38	7.879,38	7.879,38	94.847,44
Transferências do FUNDEB	2.011.827,41	1.911.529,57	1.930.146,66	1.881.204,42	1.794.122,95	1.933.595,54	1.890.308,25	1.936.054,28	2.274.052,27	2.068.538,48	1.993.376,10	2.072.931,05	23.547.600,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.247,74	226.213,09	278.977,26	405.318,26	397.182,44	541.440,36	225.627,43	281.691,83	223.489,91	226.844,23	298.689,88	341.940,69	3.675.623,32
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>916.687,56</b>	<b>847.562,12</b>	<b>766.085,12</b>	<b>779.283,44</b>	<b>749.766,84</b>	<b>832.084,59</b>	<b>816.983,48</b>	<b>838.465,11</b>	<b>900.290,74</b>	<b>924.482,10</b>	<b>773.029,09</b>	<b>823.912,29</b>	<b>9.574.743,28</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	916.687,56	847.562,12	766.085,12	779.283,44	749.766,84	832.084,59	816.983,48	838.465,11	900.290,74	924.482,10	773.029,09	823.912,29	9.574.743,28
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>9.488.179,98</b>	<b>8.622.305,49</b>	<b>8.624.510,43</b>	<b>9.632.468,76</b>	<b>8.264.390,54</b>	<b>8.950.665,33</b>	<b>11.079.430,55</b>	<b>10.458.108,58</b>	<b>8.671.524,69</b>	<b>9.292.401,01</b>	<b>11.509.044,88</b>	<b>9.038.595,26</b>	<b>113.734.914,80</b>

FONTE: CANOINHAS, 28/06/2016

LUIS GUSTAVO MEIRA DE BRITTO  
Supervisor Secde Adm., Fin. e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controlador Interno CRC-SC 031638/O-0

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

28/09/2016 09:24:05

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.185.939,87	6.058.156,93	7.780.822,98
DEDUÇÕES (II)	22.181.421,99	23.113.761,57	21.402.562,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	24.717.442,92	24.931.271,96	23.813.031,18
Demais Haveres Financeiros	21.615,06	21.615,06	21.615,06
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.557.635,99	1.839.125,45	2.432.083,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.995.482,12	-17.055.604,64	-13.621.739,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.400.165,77	2.800.165,77	2.800.165,77
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-18.395.647,89</b>	<b>-19.855.770,41</b>	<b>-16.421.905,74</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	<b>3.433.864,67</b>	<b>1.973.742,15</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	<b>2.300.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:25:34

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>118.024.141,57</b>	<b>37.537.268,08</b>	<b>35.152.263,44</b>
Receita Tributária	18.070.800,00	7.231.470,51	6.443.984,63
I.P.T.U.	3.850.000,00	2.812.510,20	2.666.794,95
I.S.S.	6.600.000,00	1.972.633,58	1.897.074,93
I.T.B.I.	1.540.000,00	281.424,46	269.812,36
I.R.R.F.	1.760.000,00	838.067,47	369.146,89
Outras Receitas Tributárias	4.320.800,00	1.326.834,80	1.241.155,50
Receita de Contribuição	2.640.000,00	851.265,88	610.839,38
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.640.000,00	851.265,88	610.839,38
Receita Patrimonial Líquida	5.500,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	454.632,36	699.572,88	562.535,26
(-) Aplicações Financeiras	449.132,36	699.572,88	562.535,26
Transferências Correntes	94.342.911,57	28.268.703,57	26.811.786,80
F.P.M.	21.490.000,00	5.993.294,26	6.270.538,64
I.P.V.A	4.400.000,00	1.202.276,98	1.187.315,64
I.C.M.S.	20.240.000,00	6.315.495,40	6.234.262,62
Convênios	689.000,00	154.839,77	183.376,69
Outras Transferências Correntes	47.523.911,57	14.602.797,16	12.936.293,21
Demais Receitas Correntes	2.964.930,00	1.185.828,12	1.285.652,63
Dívida Ativa	1.441.000,00	477.787,33	485.754,83
Diversas Receitas Correntes	1.523.930,00	708.040,79	799.897,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>18.544.646,07</b>	<b>1.333.870,31</b>	<b>445.709,16</b>
Operações de Crédito (III)	7.393.000,00	0,00	134.424,24
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	320.000,00	256.239,90	0,00
Transferências de Capital	10.831.646,07	1.077.630,41	311.284,92
Convênios	1.000,00	74.568,73	0,00
Outras Transferências de Capital	10.830.646,07	1.003.061,68	311.284,92
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>10.831.646,07</b>	<b>1.077.630,41</b>	<b>311.284,92</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>128.855.787,64</b>	<b>38.614.898,49</b>	<b>35.463.548,36</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>114.822.662,25</b>	<b>58.249.654,73</b>	<b>49.870.542,69</b>	<b>31.643.257,14</b>	<b>24.481.670,76</b>
Pessoal e Encargos Sociais	61.270.527,21	21.344.142,64	16.972.091,34	20.318.904,01	16.142.116,96
Juros e Encargos da Dívida (IX)	496.000,00	279.164,06	325.600,00	82.500,68	118.267,70
Outras Despesas Correntes	53.056.135,04	36.626.348,03	32.572.851,35	11.241.852,45	8.221.286,10
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>114.326.662,25</b>	<b>57.970.490,67</b>	<b>49.544.942,69</b>	<b>31.560.756,46</b>	<b>24.363.403,06</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>32.442.580,72</b>	<b>11.471.293,41</b>	<b>12.979.867,67</b>	<b>3.094.931,89</b>	<b>1.380.223,09</b>
Investimentos	29.557.580,72	9.502.114,05	10.990.675,77	2.232.355,06	743.062,44
Inversões Financeiras	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.800.000,00	1.969.179,36	1.989.191,90	862.576,83	637.160,65
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>29.642.580,72</b>	<b>9.502.114,05</b>	<b>10.990.675,77</b>	<b>2.232.355,06</b>	<b>743.062,44</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>66.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

28/06/2016 09:37:07

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	0,00				
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>144.035.242,97</b>	<b>67.472.604,72</b>	<b>60.535.618,46</b>	<b>33.793.111,52</b>	<b>25.106.465,50</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-15.179.455,33</b>	<b>-28.857.706,23</b>	<b>-25.072.070,10</b>	<b>4.821.786,97</b>	<b>10.357.082,86</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>656.401,27</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	656.401,27	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-2.604.432,94</b>	

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controlador Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:37:07



**Município de CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Em 31 de Dezembro de 2015		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (e+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>												
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	94.344,43	2.463.291,55	2.463.291,55		104.945,48	-	2.463.291,55	719.457,90	9.002.280,99	145.941,87	4.109.392,55	4.214.338,03
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR	94.344,43	2.463.291,55	2.463.291,55		104.945,48	0,00	2.463.291,55	719.457,90	8.953.182,89	145.941,87	4.050.294,45	4.165.239,93
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	77.918,65	1.879.141,17	1.879.141,17		102.842,33	0,00	1.879.141,17	633.198,51	6.655.547,86	136.390,59	3.336.108,05	3.468.950,38
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	11,90	21.814,17	21.814,17		11,90	0,00	21.814,17	4.217,22	12.184,50	4.767,29	8.359,08	148.876,93
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	10.317,64	16.444,45	0,00	26.341,86	26.341,86
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	52.994,28	329.195,09	329.195,09		72.779,25	0,00	329.195,09	504.285,89	4.039.191,98	95.125,99	2.116.347,64	2.188.126,89
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	1.601,38	50.010,42	50.010,42		1.601,38	0,00	50.010,42	10.331,53	33.975,46	11.762,32	32.643,67	34.245,05
SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONÔMICO	13.745,49	16.227,74	16.227,74		13.745,49	0,00	16.227,74	2.484,85	26.428,23	0,00	17.507,03	31.252,52
SECRETARIA MUNIC. DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	0,00	30.671,36	30.671,36		0,00	0,00	30.671,36	1.880,68	207.564,84	0,00	135.142,43	135.142,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	404,85	0,00	0,00		404,85	0,00	0,00	40.108,25	0,00	0,00	9.828,42	10.233,27
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	47,87	90.055,54	90.055,54		412,93	0,00	90.055,54	14.105,33	237.618,95	296,80	170.596,01	170.978,94
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	9.132,52	9.132,52		0,00	0,00	9.132,52	0,00	138.754,40	0,00	46.953,75	46.953,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	4.161,36	0,00	0,00		4.161,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.161,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	6.099,29	6.099,29		0,00	0,00	6.099,29	1.456,51	146.537,10	4.642,06	55.530,97	55.530,97
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	4.951,52	1.022.525,85	1.022.525,85		9.473,93	0,00	1.022.525,85	42.468,74	1.411.464,21	21.356,85	567.410,26	576.884,19
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	23,80	5.308,10	5.308,10		23,80	0,00	5.308,10	1.250,25	159.080,96	0,00	90.308,90	90.332,70
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	23,80	5.308,10	5.308,10		23,80	0,00	5.308,10	1.250,25	159.080,96	0,00	90.308,90	90.332,70
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	26.296,67	26.296,67		0,00	0,00	26.296,67	1.400,00	27.167,42	0,00	13.882,75	13.882,75
FUNDAÇÃO CULTURAL DE ESPORTES DE CANOINHAS	0,00	26.296,67	26.296,67		0,00	0,00	26.296,67	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS	14,64	36.663,85	36.663,85		26,03	0,00	36.663,85	1.901,00	53.763,26	0,00	50.265,37	50.291,40
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAZER	14,64	0,00	0,00		14,64	0,00	0,00	1.901,00	0,00	0,00	1.901,00	1.915,64
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAZER	0,00	36.663,85	36.663,85		11,39	0,00	36.663,85	0,00	5.364,76	0,00	48.354,37	48.375,76
FUNDO MUN. DESENV. RURAL DE CANOINHAS	0,00	74.035,61	74.035,61		0,00	0,00	74.035,61	2.276,95	5.634,76	0,00	7.911,71	7.911,71
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	0,00	74.035,61	74.035,61		0,00	0,00	74.035,61	2.276,95	5.634,76	0,00	7.911,71	7.911,71
FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESC. DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	300,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE ADOLESC. DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	300,00	300,00
FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO DE CANOINHAS	0,00	1.027,77	1.027,77		0,00	0,00	1.027,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FI	0,00	1.027,77	1.027,77		0,00	0,00	1.027,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS	16.387,34	440.818,39	440.818,39		2.053,32	0,00	440.818,39	79.131,19	2.051.986,63	9.561,28	561.517,67	563.570,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS	16.387,34	440.818,39	440.818,39		2.053,32	0,00	440.818,39	79.131,19	2.051.986,63	9.561,28	561.517,67	563.570,99
<b>LEGISLATIVO</b>												
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	49.098,10	0,00	49.098,10	49.098,10

RREO - Anexo 7 (RF, art. 53, inciso V)

28/06/2016 09:37:47



MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREC - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.489.100,00	15.489.100,00	6.889.996,05	44,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.186.500,00	5.186.500,00	3.653.378,90	70,63
1.1.1- IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	3.194.059,86	82,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	16.500,00	16.500,00	614,50	3,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.100.000,00	1.100.000,00	244.669,12	22,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	226.516,56	102,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(2.481,14)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.541.100,00	1.541.100,00	281.424,46	18,26
1.2.1- ITBI	1.540.000,00	1.540.000,00	289.504,42	18,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(8.079,96)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.001.500,00	7.001.500,00	2.107.125,22	30,10
1.3.1- ISS	6.600.000,00	6.600.000,00	1.978.613,47	29,98
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	44.000,00	44.000,00	27.512,99	62,53
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	330.000,00	330.000,00	66.664,74	20,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	27.500,00	27.500,00	36.023,32	130,99
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1.689,30)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.760.000,00	1.760.000,00	838.067,47	47,62
1.4.1- IRRF	1.760.000,00	1.760.000,00	838.067,47	47,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	56.687.000,00	56.687.000,00	17.066.675,80	30,11
2.1- Cota-Parte FPM	25.300.000,00	25.300.000,00	7.491.617,68	29,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.300.000,00	25.300.000,00	7.491.617,68	29,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	7.894.368,80	31,20
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	110.000,00	110.000,00	31.517,52	28,65
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	390.000,00	390.000,00	117.184,31	30,05
2.5- Cota-Parte ITR	87.000,00	87.000,00	29.141,72	33,50
2.6- Cota-Parte IPVA	5.500.000,00	5.500.000,00	1.502.845,77	27,32
2.7- Cota-Parte IOF-Quro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	72.176.100,00	72.176.100,00	23.956.671,85	33,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	3.731.304,68	3.731.304,68	1.172.107,52	31,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.310.000,00	2.310.000,00	912.742,57	39,51
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.800,00	8.800,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	998.528,27	998.528,27	165.680,00	16,59
5.4- Transferências Diretas - PNATE	385.000,00	385.000,00	62.650,42	16,27
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	28.976,41	28.976,41	31.034,53	107,10
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	3.239.985,23	3.239.985,23	819.273,23	25,29
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	6.971.289,91	6.971.289,91	1.991.380,75	28,57
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	11.337.400,00	11.337.400,00	3.413.334,26	30,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.060.000,00	5.060.000,00	1.498.323,42	29,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	1.578.873,40	31,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	22.000,00	22.000,00	6.303,49	28,65
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	78.000,00	78.000,00	23.436,88	30,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.400,00	17.400,00	5.828,28	33,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.100.000,00	1.100.000,00	300.568,79	27,32
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	23.694.000,00	23.694.000,00	8.428.226,99	35,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	23.650.000,00	23.650.000,00	8.398.907,90	35,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	44.000,00	44.000,00	29.319,09	66,63
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	12.312.600,00	12.312.600,00	4.965.573,64	40,49
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

28/03/2016 09:39:44

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	19.200.500,00	19.236.908,08	6.699.859,84	34,83	6.699.859,84	34,83	
13.1- Com Educação Infantil	6.170.000,00	6.170.000,00	2.364.698,89	38,33	2.364.698,89	38,33	
13.2- Com Ensino Fundamental	13.030.500,00	13.066.908,08	4.335.160,95	33,18	4.335.160,95	33,18	
14- OUTRAS DESPESAS	4.493.500,00	4.493.500,00	1.756.402,77	39,09	1.756.402,77	39,09	
14.1- Com Educação Infantil	1.505.500,00	1.505.500,00	482.729,72	32,06	482.729,72	32,06	
14.2- Com Ensino Fundamental	2.988.000,00	2.988.000,00	1.273.673,05	42,63	1.273.673,05	42,63	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	23.694.000,00	23.730.408,08	8.456.262,61	35,63	8.456.262,61	35,63	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-		
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					8.456.262,61		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					79,49		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					20,84		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,33		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					36.408,08		
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>					36.408,08		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>		18.044.025,00		18.044.025,00		5.989.167,96	33,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		9.765.535,00	9.910.535,00	4.282.535,75	43,21	3.223.448,05	32,53
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		22.734.373,00	22.725.781,08	9.568.165,66	42,10	7.050.972,32	31,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		16.018.500,00	16.054.908,08	5.608.834,00	34,94	5.608.834,00	34,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		6.715.873,00	6.670.873,00	3.959.331,66	59,35	1.442.138,32	21,62
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		340.000,00	340.000,00	82.576,63	24,29	78.234,68	23,01
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		84.700,00	84.700,00	6.494,55	7,67	2.119,06	2,50
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		32.924.608,00	33.061.016,08	13.939.772,59	42,16	10.354.774,11	31,32
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.985.573,64		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					29.319,09		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.014.892,73		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.259.527,64		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,95		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		2.326.500,00	2.326.500,00	1.516.522,65	65,18	62.326,25	2,68
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		3.331.412,91	5.808.638,09	3.200.528,36	55,10	790.377,76	13,61
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		5.657.912,91	8.135.138,09	4.717.051,01	57,98	852.704,01	10,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		38.582.520,91	41.196.154,17	18.656.823,60	45,29	11.207.478,12	27,21

28/06/2016 09:39:44

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	488.832,54	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	488.832,54	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		25.544,50	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.398.907,90	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		8.261.430,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		8.232.813,18	0,00
49.2 Restos a Pagar		28.617,23	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		29.319,09	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		192.341,08	0,00

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

FONTE:

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

28/06/2016 09:39:44

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	7.393.000,00	0,00			7.393.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	32.442.580,72	11.471.293,41	3.094.931,89	0,00	20.971.287,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	32.442.580,72	11.471.293,41	3.094.931,89	0,00	20.971.287,31
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-25.049.580,72	-11.471.293,41	-	-	-13.578.287,31

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:48:55

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	320.000,00	256.239,90	63.760,10
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	256.239,90	63.760,10
<b>TOTAL</b>	<b>320.000,00</b>	<b>256.239,90</b>	<b>63.760,10</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	323.382,56	0,00	0,00	0,00	0,00	394.508,69	323.382,56
Investimentos	323.382,56	0,00	0,00	0,00	0,00	394.508,69	323.382,56
<b>TOTAL</b>	<b>323.382,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>394.508,69</b>	<b>323.382,56</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	17.124,73	-138.268,79	-121.144,06

FONTE:

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controlador Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:50:36

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.489.100,00	15.489.100,00	6.514.716,90	42,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	2.812.510,20	73,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.540.000,00	1.540.000,00	289.504,42	18,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.600.000,00	6.600.000,00	1.972.633,58	29,89
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.760.000,00	1.760.000,00	838.067,47	47,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	61.600,00	61.600,00	28.127,49	45,66
Dívida Ativa dos Impostos	1.430.000,00	1.430.000,00	311.333,86	21,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	247.500,00	247.500,00	262.539,88	106,08
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	56.687.000,00	56.687.000,00	17.066.675,80	30,11
Cota-Parte FPM	25.300.000,00	25.300.000,00	7.491.617,68	29,61
Cota-Parte ITR	87.000,00	87.000,00	29.141,72	33,50
Cota-Parte IPVA	5.500.000,00	5.500.000,00	1.502.845,77	27,32
Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	7.894.368,80	31,20
Cota-Parte IPI-Exportação	390.000,00	390.000,00	117.184,31	30,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	110.000,00	110.000,00	31.517,52	28,65
Desoneração ICMS (LC 87/96)	110.000,00	110.000,00	31.517,52	28,65
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>72.176.100,00</b>	<b>72.176.100,00</b>	<b>23.581.392,70</b>	<b>32,67</b>

  

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	18.330.546,36	18.330.546,36	4.746.470,10	25,89
Provenientes da União	18.330.546,36	18.330.546,36	4.746.312,82	25,89
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	157,28	
RECITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	162.000,00	162.000,00	57.332,74	35,39
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>18.492.546,36</b>	<b>18.492.546,36</b>	<b>4.803.802,84</b>	<b>25,98</b>

  

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	32.366.823,94	33.754.708,23	20.629.638,80	61,12	8.808.619,28	26,10
Pessoal e Encargos Sociais	12.334.995,06	12.634.378,06	4.130.888,59	32,70	4.062.818,80	32,16
Outras Despesas Correntes	20.031.828,88	21.120.330,17	16.498.750,21	78,12	4.745.800,48	22,47

Continua 1/4

28/06/2016 09:51:29



Município de CANOINHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.710.203,42	1.807.903,42	278.294,35	15,39	10.601,46	0,59
	1.710.203,42	1.807.903,42	278.294,35	15,39	10.601,46	0,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	34.077.027,36	35.562.611,65	20.907.933,15	58,79	8.819.220,74	24,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	18.645.546,36	19.317.130,65	12.290.480,44	58,78	3.181.419,41	36,07
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	18.497.046,36	19.168.630,65	12.241.454,64	58,55	3.142.748,36	35,64
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	148.500,00	148.500,00	49.025,80	0,23	38.671,05	0,44
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	18.645.546,36	19.317.130,65	12.290.480,44	58,78	3.181.419,41	36,07
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	15.431.481,00	16.245.481,00	8.617.452,71	41,22	5.637.801,33	63,93
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,91
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³						2.100.592,43

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de CANOINHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
				PAGOS			
Inscritos em 2015				6.792,19	571.334,86	1.576.172,30	0,00
TOTAL				6.792,19	571.334,86	1.576.172,30	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º							
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015				0,00		0,00	
TOTAL (VIII)				0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
SALDO INICIAL				LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-				-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS	
				Até Bimestre (i)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica				10.119.690,06		16,79	30,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				21.279.915,98		78,62	61,95
Suporte Profilático e Terapêutico				1.304.571,32		2,46	3,56
Vigilância Sanitária				634.025,00		0,74	1,58
Vigilância Epidemiológica				738.825,00		1,39	2,48
TOTAL				34.077.027,36	100,00	8.819.220,74	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524

JOSE CARLOS HERBST  
Controlador Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:51:29

Município de CANOINHAS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	137.017.920,00	
Previsão Atualizada		—	137.017.920,00	
Receitas Realizadas		21.004.441,92	39.570.711,27	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	656.401,27	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	137.017.920,00	
Créditos Adicionais		—	10.313.322,97	
Dotação Atualizada		—	147.331.242,97	
Despesas Empenhadas		18.973.206,61	69.720.948,14	
Despesas Liquidadas		20.665.410,32	34.738.189,03	
Superavit Orçamentário		—	4.832.522,24	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		18.973.206,61	69.720.948,14	
Despesas Liquidadas		20.665.410,32	34.738.189,03	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			113.734.914,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.300.000,00	1.973.742,15	85,81
Resultado Primário		-2.604.432,94	4.821.786,97	-185,14
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.721.738,89	145.941,87	5.466.404,47	4.109.392,55
EXECUTIVO	8.953.182,89	122.183,62	5.327.687,60	3.503.311,67
LEGISLATIVO	49.098,10	0,00	0,00	49.098,10
EXECUTIVO	719.457,90	23.758,25	138.716,87	556.982,78
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.557.635,99	0,00	2.452.690,51	104.945,48
EXECUTIVO	2.557.635,99	0,00	2.452.690,51	104.945,48
TOTAL:	12.279.374,88	145.941,87	7.919.094,98	4.214.338,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.259.527,64	25%	21,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.699.859,84	60%	79,49
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	7.393.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.094.931,89	29.347.648,83	

Continua 1/2

28/06/2016 09:19:44

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			256.239,90	63.760,10
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	323.382,56
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		5.637.801,33	15,00	23,91
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 28/06/2016

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Supervisor Sec.de Adm., Fin. e Orçamento

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

VANESSA LANGER  
Contadora - CRC SC 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST  
Controle Interno CRC-SC 031639/O-0

28/06/2016 09:19:44

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS CONTRATO 0047/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0047/2016            Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CAPINZAL            Contratada...: OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERI-COS E            Valor ..... : 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais)            Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0014/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gás oxigênio para uso nas ambulâncias da Secretaria da Saúde e atendimento aos pacientes que realizam oxigenoterapia domiciliar. Com Recursos Próprios            Capinzal, 28 de Junho de 2016</p>	

### PMC CONTRATO 0169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0169/2016            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: CONSTRUCOES HERVAL LTDA - EPP            Valor ..... : 126.609,04 (cento e vinte e seis mil seiscentos e nove reais e quatro centavos)            Vigência ..... : Início: 24/06/2016 Término: 24/11/2016            Licitação ..... : Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 0006/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para Reforma e Melhorias no Centro Educacional Prefeito Celso Farina. Com Recursos do Fundo Social descentralizados para ADP/ Joaçaba            Capinzal, 27 de Junho de 2016</p>	

### PMC CONTRATO 0170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0170/2016            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA - EPP            Valor ..... : 6.108,00 (seis mil cento e oito reais)            Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : Registro de Preço para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramentos das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com recursos salário educação e municipais            Capinzal, 28 de Junho de 2016</p>	

### PMC CONTRATO 0171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0171/2016            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: KALINOVSKI &amp; KALINOVSKI LTDA - ME            Valor ..... : 13.323,00 (treze mil trezentos e vinte e três reais)            Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais            Capinzal, 28 de Junho de 2016</p>	

### PMC CONTRATO 0172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0172/2016            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI            Valor ..... : 22.490,00 (vinte e dois mil quatrocentos e noventa reais)            Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais            Capinzal, 28 de Junho de 2016</p>	

### PMC CONTRATO 0173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0173/2016            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA - EPP            Valor ..... : 6.108,00 (seis mil cento e oito reais)            Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : Registro de Preço para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramentos das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com recursos salário educação e municipais            Capinzal, 28 de Junho de 2016</p>	

Contrato Nº...: 0173/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME
Valor ..... : 603,80 (seiscentos e três reais e oitenta centavos)
Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016
Recursos ..... : Dotação:
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais
Capinzal, 28 de Junho de 2016

**PMC CONTRATO 0174/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº...: 0174/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME	
Valor ..... : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)	
Vigência ..... : Início: 28/06/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais	
Capinzal, 28 de Junho de 2016	

**PORTARIA 483/2016**

PORTARIA Nº 483, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso II do artigo 1º da portaria 1350/2016 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Membros Suplentes:  
(...)

II.Elaine Gotardo  
Maria Dondoni Palmera  
Representantes dos trabalhadores do SUAS

(...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de abril de 2016.

Capinzal – SC, em 08 de abril de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 573/2016**

PORTARIA Nº 573, DE 03 DE JUNHO DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso III dos Membros Titulares e dos Membros Suplentes do artigo 1º da portaria 1350/2016 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Membros Titulares:

III. Francieli Dambrós

Representante da Secretaria da Administração e Finanças

(...)

Membros Suplentes:

III. Juliane Fior Pereira Duarte

Representante da Secretaria da Administração e Finanças

(...)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de junho de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 574/2016**

PORTARIA Nº 574, DE 06 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Elena Casagrande Rech, matrícula nº 173983/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 575/2016**

PORTARIA Nº 575, DE 06 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Patricia Oliverio da Costa, matrícula nº 332593/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 576/2016**

PORTARIA Nº 576, DE 06 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Fabiano Magnaguagno, matrícula nº 398497/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 577/2016**

PORTARIA Nº 577, DE 06 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Sergio Clein, matrícula nº 398489/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 594/2016**

PORTARIA Nº 594, DE 08 DE JUNHO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2003/2016, Jaqueline Cristina Alves, matrícula nº 410100/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de junho de 2016.

Capinzal – SC, em 08 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 595/2016**

PORTARIA Nº 595, DE 08 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2019/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Flavio Dalavequia, matrícula nº 309958/01.



Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 185, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 08 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 596/2016**

PORTARIA Nº 596, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o senhor Israel Boniek Gonçalves, matrícula nº 397601/03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Educação, nível CC - 5, conforme anexo IV - F da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Superintendência Geral da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de junho de 2016

Capinzal – SC, em 10 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 597/2016**

PORTARIA Nº 596, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o senhor Israel Boniek Gonçalves, matrícula nº 397601/03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Educação, nível CC - 5, conforme anexo IV - F da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Superintendência Geral da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de junho de 2016

Capinzal – SC, em 10 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 598/2016**

PORTARIA Nº 598, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 14 de junho a 12 de agosto de 2016, conforme requerimento protocolado sob o nº 577/2016, da servidora Luciane Dorigon, matrícula nº 313742/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de junho de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 599/2016**

PORTARIA Nº 599, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1919/2016, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor Gustavo Botari, matrícula nº 329142/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de junho de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 600/2016**

PORTARIA Nº 600, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2071/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Marcelo Durigon, matrícula nº 403571/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, nível 163, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 163, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 15 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 15 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 601/2016**

PORTARIA Nº 601, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2073/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Patricia Oliverio da Costa, matrícula nº 332593/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2016.

Capinzal – SC, em 15 de junho de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 602/2016**

PORTARIA Nº 602, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2072/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Patricia Oliverio da Costa, matrícula nº 332593/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 56, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D.

# Catanduvras

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO PL 0063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CATANDUVRAS

TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 9/2016 - TP

CNPJ:	82.939.414/0001-45	Processo Administrativo:	63/2016
Rua Felipe Schmidt		Processo de Licitação:	63/2016
C.E.P.: 89670-000	- Catanduvras - SC	Data do Processo:	08/06/2016
			Folha: 1/1
OBJETO DA LICITAÇÃO:			
Contratação de empresa, em regime de MENOR PREÇO Severiano Guerreiro, Almirante Tamandaré e Av. Corone Programa	POR ITEM , para execução do projeto I Rupp, através de financiamento co BADESC	de pavimentação asfáltica na ntratado junto ao BADESC, p	s Ruas Ipê, or meio do CIDA-DES.

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 28 de Junho de 2016, às 13:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CATANDUVRAS , reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1926/2047, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 63/2016, Licitação nº. 9/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Viga Pavimentação e Obras LTDA; Alexandre Caldeira EIRELI ME; Setep Construções S.A.; Planaterra Terraplanagem e Pavimentações LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Abertos os envelopes de habilitação, após análise da Comissão licitante, todas as empresas proponentes foram habilitadas. Considerando que nenhuma das empresas apresentou termo de renúncia, conforme previsão editalícia, aguarde-se o decurso do prazo para interposição de recurso. Não havendo recurso, fica desde já designado o dia 05.07.2016, às 13h30min para abertura das propostas.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

#### COMISSÃO:

ALICE PAGANINI MARLENE MINGORI  
SANDRA MARIA DILDA BUCCO

MICHEL CRISTOFFER FAVERO  
Catanduvras, 28 de Junho de 2016

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
- ..... - MEMBRO TITULAR
- ..... - MEMBRO TITULAR
- ..... - MEMBRO TITULAR

MARTA ANGELA BORELLA MENEGAT LEANDRA CAMILA ZENARO  
JULIANE PEROTONI

- ..... - MEMBRO SUPLENTE

- ..... - MEMBRO SUPLENTE

- ..... - MEMBRO SUPLENTE

# **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2016 - TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2016**

## **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2016  
TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0011/2016

Objeto: Contratação de pessoa física/jurídica para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa/jurídica.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 19 de julho de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 29 de junho de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 28 de junho de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita

## **DECRETO Nº 2.176 DE 16 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 2.176 de 16 de junho de 2016

“ALTERA DECRETO Nº 1.917, DE 24 DE JULHO DE 2016 QUE NOMEOU MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto nº 1.917, de 24 de julho de 2013, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º: Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Habitação, de acordo com a Lei Municipal nº 2.160 de 31 de dezembro de 2007, conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria Mun. de Saúde e Desenvolvimento Social	Elizete Cardoso da Silva	Michel Cristoffer Favero
Secretaria Mun. de Administração e Finanças	Davi Pecinato	Mikeli Gavazzoni
Secretaria Mun. de Infraestrutura	Evaldo Orestes Guerreiro	Edson Luiz Filipini
Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Desporto	Alda Marmentini Nora	Marta Ângela Borella Menegat
Gabinete da Prefeita	Gisa Aparecida Giacomini	Leandra Camila Zenaro
Serviço de Assistência Social	Luciane Terezinha Vieira	Indianara Lazarotto

Associação de Moradores do Centro	Moacir S. Bucco	Leocir Parizoto
Associação de Moradores Cidade Jardim	Débora Andrade	José Carlos Leal Nunes
Associação de Moradores Sebaldo Kunz	Ivanir Aparecida dos Santos	Inês Terezinha Medeiros
Entidades Religiosas	Lindolfo Menegat	Eliseu Pires
Conselho Municipal de Desenvolvimento	Valério Lino Comassetto	Joel Luiz da Silva
Câmara de Dirigentes Lojistas	Cleunice Mascarello	Everaldo José Secco
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Arlindo Katschor	Lúbina Albrecht

Parágrafo único: Ficam designados os seguintes membros para presidente, vice-presidente e secretário:

Presidente: Luciane Terezinha Vieira

Vice-Presidente: Leocir Parizoto

Secretário(a): Indianara Lazarotto

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Habitação:

I – fixar critérios, definir diretrizes e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação de interesse social e do Plano Habitacional de Interesse Social, observada a legislação que rege a matéria;

II – deliberar sobre a proposta orçamentária, sobre as metas anuais e plurianuais e sobre os planos de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como controlar sua aplicação e a execução, em consonância com a legislação pertinente;

III – deliberar sobre as demonstrações mensais de receita e despesa do fundo;

IV – aprovar os Planos de Urbanização Especial, acompanhando sua execução, cabendo-lhe, inclusive, suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidades na aplicação;

V – deliberar sobre a divulgação das normas e critérios de acesso ao Plano Habitacional de Interesse Social, bem como as ações a serem realizadas;

VI – cumprir e fazer cumprir, no âmbito municipal, a Política de Habitação, bem como toda a legislação pertinente;

VII – convocar, pela maioria de seus membros, justificando por escrito ao Presidente do Conselho, reunião extraordinária;

VIII – promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município;

IX – deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio da Secretaria de Finanças do Executivo;

X – propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução dos objetivos dos programas sociais, e;

XI – participar das audiências públicas e conferências para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e do Plano Habitacional de Interesse Social no âmbito do Município;

XII – aprovar o Regimento Interno e promover suas alterações, quando necessário.

Art. 3º Os Conselheiros nomeados terão mandato de dois (2) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, principalmente o Decreto

nº 1.917/2013.

Catanduvas(SC), 21 de junho de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Davi Pecinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 65/2016

DECRETO N. 65/2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Chefe de Setor de Promoção Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o Senhor Wilson Moraes de Oliveira, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº 985.877.069-34 e da Cédula de Identidade sob o nº 13C-3.430.094.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 30 de junho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 27 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 66/2016

DECRETO N. 66/2016

“DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 1.322/2014 e;

Considerando o pedido da 12ª Delegacia Regional de Polícia de Fronteira – Chapecó para cedência de servidor público de carreira para desempenhar suas funções junto ao posto avançado do CIRETRAN implantado no Bairro Efapi – na cidade de Chapecó - SC,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cedida a Servidora Pública Municipal, Senhora DIRCE MARIA AGOSTINI MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 0409-4, portadora do RG nº 3.220.399 e CPF nº 019.684.849-06 para desempenhar suas funções junto ao Posto avançado do CIRETRAM - 12º DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA DE FRONTEIRA, localizado no Bairro Efapi, na cidade de Chapecó - SC, visando o atendimento diferenciado e especial aos moradores daquele bairro, bem como, aos habitantes dos Municípios de Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Guatambu, nos termos no Convênio 001148/2015 firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2ª . O adicional de Função Gratifica, concedido através da portaria 28/2016 de 11 de abril de 2016 á servidora ora cedida, fica cancelada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de junho de 2016.

Art. 4ª . Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 28 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA RP 26/2016

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 26/2016

DETENTORA: ELODIR TREMEA – ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, E CAMINHÃO CAÇAMBA PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

Item	Descrição	Un	Quantidade/ Estimativa	Preço Unitário	Valor Total
1	Serviço de horas máquina com Escavadeira Hidráulica, Marca Caterpillar, Modelo 320D, ano fabricação 2008, peso Operacional 20 toneladas.	hrs	150	R\$ 211,00	R\$ 31.650,00
2	Serviço com caminhão marca Volvo, modelo VM310, trçado-traçado, caçamba basculante capacidade 12m³, potência do Motor 310 cvs, ano de fabricação 2008.	hrs	250	R\$ 137,00	R\$ 34.250,00

Vigência ..... : Início : 29/06/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 26/2016.

CAXAMBU DO SUL, 29 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 30/2016

Estado de Santa Catarina		
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato Nº.:	30/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
Contratado.:	EVERSON DONASSOLO 06874676911.	
Objeto ..... :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, PARA EXECUÇÃO EM APROXIMADAMENTE 114 (CENTO E QUATORZE) DIAS LETIVOS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2016.	
Valor ..... :	R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por km.	
Vigência ..... :	Início : 01/07/2016	Término : 31/12/2016.
Licitação ..... :	Pregão Presencial 20/2016.	
CAXAMBU DO SUL, 28 de Junho de 2016.		
VILMAR FOPPA		
PREFEITO MUNICIPAL		

### EXTRATO DE CONTRATO 31/2016

Estado de Santa Catarina		
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato Nº.:	31/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
Contratado...:	RAP – CONSTRUÇÕES E EVENTOS LTDA	
Objeto ..... :	EXECUÇÃO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASALTO IRREGULAR DA RODOVIA EMCX 020 – LINHA DOM JOSÉ, NUMA EXTENSÃO DE 330 M, E LARGURA DE 6,00, TOTALIZANDO 1.980 M², ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS.	
Valor ..... :	R\$ 98.725,81(noventa e oito mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos).	
Vigência ..... :	Início : 28/06/2016	Término : 31/12/2016.
Licitação ..... :	CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016.	
CAXAMBU DO SUL, 28 de Junho de 2016.		
VILMAR FOPPA		
PREFEITO MUNICIPAL		



# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 05, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 05, de 24 de JUNHO de 2016.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Senhor Wilson Lobo de Carvalho, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284,285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 – A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que os contribuintes abaixo identificados, os quais se encontram em local incerto e não sabido, são sujeitos passivos de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

LUIZ MENEGASSO NETO	NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 1882/2016 - L
---------------------	-------------------------------------

Chapecó, 24 de Junho de 2016.

VALDECIR ANTONIO DISNER

Gerente de Fiscalização de Obras e Posturas - SEDUR

### ATO 017/CP/ED/002/16

Ato 017/CP/ED/002/16

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO  
DOS CARGOS QUE CONTEMPLAVAM PROVA PRÁTICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. CONSIDERANDO que restou comprovado que foi publicado o resultado final da prova prática, contendo a classificação dos candidatos aprovados por cargo, bem como transcorrido o prazo legal de recurso, não existindo mais qualquer questionamento.

1.1. Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público Edital nº 002/2016, dos cargos que contemplavam prova prática, conforme anexo I deste ato.

Chapecó (SC), 27 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I – Homologa Resultado Final dos Cargos com Prova Prática

Legenda:

NPE = NOTA DA PROVA ESCRITA

NPP = NOTA DA PROVA PRÁTICA

NF = NOTA FINAL ( (NPE x 30 + NPP x 70) / 100)

Ordem de Classificação	Nº INSC	CANDIDATO	CARGO	Data Nasc	NPE	NPP	NF	Situação Final
1º	347849	Alexandre Menegatti	IM: Violão Popular (médio)	04/09/1991	61,75	83,33	76,86	Aprovado
1º	346217	Vanessa Raquel Benelli Carlet	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	05/05/1982	71,00	98,33	90,13	Aprovado
2º	330628	Jucineia Zantedeschi Campagnollo	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	25/03/1986	66,25	89,00	82,18	Aprovado
3º	346940	Tammy Scarlet Gehlen Signore	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	12/02/1988	63,75	85,00	78,63	Aprovado
1º	331037	Sidimar Marcio Geremia	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	18/02/1979	69,00	96,66	88,36	Aprovado



2º	331050	Ana Claudia Anschau	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	25/04/1991	70,00	88,95	83,27	Aprovado
3º	342756	Claudia Aparecida Dos Santos	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	05/09/1983	68,00	88,23	82,16	Aprovado
1º	334739	Ronei Bernardo	IM: Piano Clássico/Teclado (Superior)	24/04/1984	63,00	89,67	81,67	Aprovado
1º	325973	Roberto Goliszewski	IM: Piano Clássico/Teoria e Percepção Musical/História da Música (Superior)	18/11/1971	60,50	90,00	81,15	Aprovado
1º	324856	Karyni Danielly Da Silva Da Vila	IM: Violino/Viola de Arco (Superior)	03/01/1992	62,50	87,11	79,73	Aprovado
1º	347239	Gadiego Cararo Ribeiro	IM: Violoncelo/Violino (Superior)	26/12/1979	62,25	59,44	60,28	Aprovado
1º	344452	Taine Louise Schettert	IM: Técnica Vocal/Canto Coral (Superior)	15/07/1985	63,75	68,78	67,27	Aprovado

1º	343362	Daniel De Lima	IM:Violão Popular (Superior)	19/08/1984	70,75	96,22	88,58	Aprova-do
2º	341633	Cosme Luis De Almeida	IM:Violão Popular (Superior)	04/08/1988	68,50	90,44	83,86	Aprova-do
3º	346324	Gilson Claudio Rocha	IM:Violão Popular (Superior)	15/11/1981	60,50	87,11	79,13	Aprova-do
4º	328276	Douglas Da Costa Rufatto	IM:Violão Popular (Superior)	12/06/1992	63,00	67,22	65,96	Aprova-do
5º	337655	Dionathan Alisson Junior De Souza Falchetti	IM:Violão Popular (Superior)	15/09/1994	62,00	63,66	63,16	Aprova-do
1º	343612	Jakson Ronaldo Kreuz	IM: Regência Coral/Arranjo/Piano (Superior)	11/04/1983	61,25	91,77	82,61	Aprova-do
1º	338816	Maria Catarina Teston	IM: Preparação Vocal/Regência Coral/Teoria e Percepção Musical (Superior)	16/05/1964	64,25	89,66	82,04	Aprova-do

**ATO 024/CP/ED/001/16**

Ato 024/CP/ED/001/16

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Final do cargo de Agente Municipal de Trânsito, do Concurso Público Edital 001/2016, do qual não houve recursos contra a Avaliação Psicológica, consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. A homologação do resultado final do cargo de Agente Municipal de Trânsito, será divulgada através de decreto municipal.

Chapecó (SC), 27 de junho de 2016

Luciano José Buligon  
Prefeito Municipal

**ANEXO I – Classificação Final**

Legenda:

NF = Nota Final (NPE x 30 + NPP x 70) / 100

TAF = Teste de Aptidão Física

**Agente Municipal de Trânsito**

Ordem de Classificação	Nº Insc.	Candidato	Data Nasc.	NF	TAF	AVALIAÇÃO PSI-COLÓGICA	Situação Final
1º	317790	Leonardo Tagliari	03/03/1986	76,25	APTO	Recomendado	Aprovado
2º	321738	Juliano Do Prado	10/06/1977	73,25	APTO	Recomendado	Aprovado
3º	335766	Fernando Mateus Rodrigues Cargnin	06/05/1989	71,75	APTO	Recomendado	Aprovado
4º	314943	Laercio Velasque	09/11/1988	68,00	APTO	Recomendado	Aprovado

5º	327349	Vitor Bueno Da Silva	13/10/1986	65,50	APTO	Recomendado	Aprovado
6º	328389	Fabricio Carlos Da Silva	13/12/1994	64,50	APTO	Recomendado	Aprovado
7º	319041	Paulo Roberto Hoss	16/09/1984	63,75	APTO	Recomendado	Aprovado
8º	330419	Rogério pivotto	18/10/1985	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
9º	332030	Diovane Dos Santos Ferreir	04/10/1993	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
10º	336663	Anderson Jose Figueira	12/09/1995	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
11º	318129	Kelson Cardoso Teles Leal	06/10/1979	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado
12º	334233	Crystian Correia Da Silva	18/04/1992	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado

**ATO 025/CP/ED/001/16**

Ato 025/CP/ED/001/16

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

DOS CARGOS QUE CONTEMPLAVAM PROVA PRÁTICA, TESTE DE APTIDÃO FÍSICA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. CONSIDERANDO que restou comprovado que foi publicado o resultado final da prova prática, teste de aptidão física e avaliação psicológica, contendo a classificação dos candidatos aprovados por cargo, bem como transcorrido o prazo legal de recurso, não existindo mais qualquer questionamento.

1.1. Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2016, dos cargos que contemplavam prova prática, teste de aptidão física e avaliação psicológica, conforme anexo I deste ato.

Chapecó (SC), 27 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

**ANEXO I – Homologação do Resultado Final dos Cargos com Prova Prática, Teste de Aptidão Física e Avaliação Psicológica**

Legenda:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática (NPP x 10)

NF = Nota Final (NPE x 30 + NPP x 70) / 100

MOTORISTA -							
Ordem de Classificação	Nº Insc	Nome Candidato	Data Nasc	NPE	NPP	NF	Situação Final
1º	339036	Johny Robson Dias De Andrade	03/11/1976	74,00	97,50	90,45	Aprovado
2º	340325	Felipe Capello Guollo	02/08/1984	71,50	97,50	89,70	Aprovado
3º	318399	Luiz Carlos Rodrigues	07/06/1979	70,25	97,50	89,33	Aprovado
4º	324750	Claudecir Noronha De Freitas	08/01/1977	70,00	97,50	89,25	Aprovado
5º	334620	Edson Marcos Bandeira	26/10/1984	70,75	95,00	87,73	Aprovado
6º	316756	Dogles Monteiro	07/12/1974	69,75	95,00	87,43	Aprovado
7º	332373	Daniel Roman	06/07/1982	71,75	92,50	86,28	Aprovado
8º	344086	Vanderlei Trevisol	14/05/1975	71,50	92,50	86,20	Aprovado
9º	338853	Juarez De Deus	06/06/1979	70,25	92,50	85,83	Aprovado
10º	331253	Marcio Francisco Razia	31/10/1978	69,75	90,00	83,93	Aprovado
11º	314673	Marcelo Lopes Baraldi	04/08/1987	69,50	90,00	83,85	Aprovado
12º	320871	Gean Carlos Olszenski	28/03/1990	70,25	87,50	82,33	Aprovado
13º	342729	Gilberto Farias	23/07/1987	75,00	85,00	82,00	Aprovado
14º	322780	Alcemir Ribeiro De Mello	29/10/1973	69,00	87,50	81,95	Aprovado
15º	331752	Vanderlei Jose Bento	23/07/1977	72,75	85,00	81,33	Aprovado
16º	343410	Geferson Antero Da Silva	31/10/1976	72,25	85,00	81,18	Aprovado
17º	336882	Maycon Heinz	16/04/1988	72,25	85,00	81,18	Aprovado
18º	326921	Juliano Bottin	05/05/1987	70,00	85,00	80,50	Aprovado
19º	319530	Volnei Gomes	30/05/1981	74,00	80,00	78,20	Aprovado

20º	348076	Flavio De Souza Leite	24/08/1983	73,75	80,00	78,13	Aprovado
21º	337831	Marcio Jose Paz	13/12/1976	72,50	80,00	77,75	Aprovado
22º	347803	Roberto Jair De Freitas	13/11/1982	72,50	80,00	77,75	Aprovado
23º	348450	Eder Cristiano Coelho Da Cruz	08/08/1977	72,75	75,00	74,33	Aprovado
24º	348152	Diego Bento	11/06/1986	78,50	70,00	72,55	Aprovado
25º	318061	Aliel Pereira	04/11/1990	68,75	72,50	71,38	Aprovado

OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA							
Ordem de Classificação	Nº Insc	Nome Candidato	Data Nasc	NPE	NPP	NF	Situação Final
1º	333858	Verli Guralski Dias	14/12/1986	73,75	97,50	90,38	Aprovado
2º	343948	Joel Pedroso	20/02/1989	75,50	62,50	66,40	Aprovado
3º	316089	Leandro Vedovatto	17/07/1992	80,50	55,00	62,65	Aprovado
4º	337022	Diego Marcelo Savaris	16/01/1992	81,75	52,50	61,28	Aprovado

## AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Ordem de Classificação	Nº Insc.	Candidato	Data Nasc.	NF	TAF	AVALIAÇÃO PSI-COLÓGICA	Situação Final
1º	317790	Leonardo Tagliari	03/03/1986	76,25	APTO	Recomendado	Aprovado
2º	321738	Juliano Do Prado	10/06/1977	73,25	APTO	Recomendado	Aprovado
3º	335766	Fernando Mateus Rodrigues Cargnin	06/05/1989	71,75	APTO	Recomendado	Aprovado
4º	314943	Laercio Velasque	09/11/1988	68,00	APTO	Recomendado	Aprovado
5º	327349	Vitor Bueno Da Silva	13/10/1986	65,50	APTO	Recomendado	Aprovado
6º	328389	Fabricio Carlos Da Silva	13/12/1994	64,50	APTO	Recomendado	Aprovado
7º	319041	Paulo Roberto Hoss	16/09/1984	63,75	APTO	Recomendado	Aprovado
8º	330419	Rogério pivotto	18/10/1985	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
9º	332030	Diovane Dos Santos Ferreir	04/10/1993	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
10º	336663	Anderson Jose Figueira	12/09/1995	61,75	APTO	Recomendado	Aprovado
11º	318129	Kelson Cardoso Teles Leal	06/10/1979	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado
12º	334233	Crystian Correia Da Silva	18/04/1992	61,25	APTO	Recomendado	Aprovado

# **CADASTRO RESERVA - LOTEAMENTO EXPOENTE CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS SORTEIO REALIZADO EM 23 DE JUNHO DE 2016**

## **CADASTRO RESERVA - LOTEAMENTO EXPOENTE**

## **CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS SORTEIO REALIZADO EM 23 DE JUNHO DE 2016**

Classif.	NOMES DOS INSCRITOS	COD. DOM.
1.	Marinez Alves Pereira	13648
2.	Cleusa de Fatima de Moura	4609
3.	Marlene Santos	3028
4.	Rosana Fidelis	256
5.	Disolina de Camargo	5355
6.	Iracema Vieira Mello	8957
7.	Ivete Terezinha Rodrigues	12842
8.	Francisco Jose Ribas	629
9.	Elisangela Alves da Fonseca	12317
10.	Marilene Antunes dos Santos	16925
11.	Sonia Fatima Maia	9496
12.	Lourdes Helena Regert	274
13.	Sandra Lessa	14256
14.	Ezilde de Moura Gavião	17097
15.	Janete Terezinha Melara	2363
16.	Rosane do Prado	16374
17.	Ana Ferreira	55528

18.	Inez Ferreira	13681
19.	Clarice Alves dos Santos	639
20.	Marli de Fatima da Silva	6506
21.	Ivete de Souza	8624
22.	Elisabete Borges Vieira	217
23.	Cleonice Aparecida Nobre Dutra	15043
24.	Ivanete Rezende	13146
25.	Silvana da Aparecida de Siqueira	16717
26.	Clarice de F. Rodrigues de Moraes	1096
27.	Silvia Soares	14270
28.	Genir Maria Moreira	7957
29.	Terezinha Gosch	10971
30.	Izandra da Silva	1864
31.	Elizabete da Rosa	3240
32.	Lourdes Pereira	11954
33.	Sonia Mara Gloria	55535
34.	Nadi Ribas Simões	6823
35.	Elisandra Vargas	875
36.	Graziela Fernanda Alves	16307
37.	Deugenio Cardosos	1978
38.	Santina Weiss	12254
39.	Ariéla de Almeida Grasselli	14255
40.	Fatima Fernandes dos Santos	12150
41.	Salete Alves da Silva	17072
42.	Patricia Emanuele Goettems dos Santos	8693
43.	Rosa de Oliveira	3114
44.	Jozelia Oliveira Duarte da Roza	14459
45.	Cirlene Soares de Lima	293
46.	Geovana Loi da Rosa	14350
47.	Maria Soeli Saldanha Louzada	14169
48.	Luiza Prestes	14025
49.	Maria Ivete Penteado Ferreira	2828
50.	Silvana dos Santos Fortes	16321
51.	Marinez Luiza Gonçalves	12932
52.	Sebastião Santos Trindade	44431
53.	Rute Borges Vieira	13233
54.	Ana Paula Lima Maciel	14886
55.	Jandira Teresinha da Silva	17455
56.	Eva Caminski Machado	16785
57.	Fabio Sinski	55576
58.	Jaqueline de Lima	17493
59.	Karina Veloso de Andrades	9106
60.	Jessica de Fatima Lemes	15459
61.	Marcia Mariza Dias	55615
62.	Maria Madalena Rodrigues	17019
63.	Terezinha Vieira de Almeida	13194
64.	Ivanete Fonseca Bueno	17204
65.	Raquel Ferreira de Castro	16082
66.	Jussara Coimbra de Araujo	17050
67.	Iracema de Fatima Buenos	55516
68.	Gilbrair Luiz Rosa dos Santos	13392
69.	Jeciane Fatima Boita	17029
70.	Angela Soares do Nascimento	13183
71.	Eugênia Tironi Candaten	10695
72.	Aline Morateli de Barros	13679
73.	Jose Antonio Bernaski	13898
74.	Silvana Tarniowicz Sott	55560
75.	Rozane Dalariva	54470
76.	Edemar dos Santos	55551

77.	Lurdes Cardoso de Moura	6029
78.	Angelica de Fátima Rodrigues Pereira	55505
79.	Hendy Scherner da Silva	17486
80.	Silmara de Jesus Fortes Sabino	55543
81.	Ana Claudia da Silva	10881
82.	Marilei Silveira	8398
83.	Shirley Mota Barbosa	55610
84.	Clarice Aparecida dos Santos	15051
85.	Neiva Sandra Gomes dos Santos	55512
86.	Valdiva dos Santos Cordeiro	14035
87.	Dirce dos Santos	6990
88.	Ilenir da Aparecida Velho	3138
89.	Ketlin Vanessa Andrade	16683
90.	Helena Ferreira Dutra	12287
91.	Simone Aparecida Rosa	15005
92.	Flamino Carneiro	10166
93.	Loiri Cardoso	14274
94.	Rosiana Fatima Figueiro	14200
95.	Ana Paula dos Santos Rodrigues	14950
96.	Nelson Americo Machado	13820
97.	Marisa Rodrigues de Camargo	17494
98.	Maritania Salete Nogueira	13266
99.	Katiana Michele da Silva de Oliveira	17364
100.	Valquiria Camilia da Fonseca Bueno	55587
101.	Marisiane Teresinha Bitencourt	17124
102.	Alcione Rodrigues de Freitas	12267
103.	Fernanda do Nascimento Fernandes	54474
104.	Josiani Correia	55582
105.	Zelia Chaves	17352
106.	Tatiane Peccin	55564
107.	Alice dos Santos	17463
108.	Eli Falcão	14856
109.	Joviane Fideli	55619
110.	Camila de Arruda Puerari	15132
111.	Lauro Terres	3070
112.	Karen Renata Casagrande	15451
113.	João Segundino da Conceição	13506
114.	Gracielli Maciel	55603
115.	Jessiane Neto Ferreira	55620
116.	Nelci de Lima	6510
117.	Jaqueline Aparecida Seben	55601
118.	Eliane da Aparecida Nogueira da Rosa	55616
119.	Nelson Clup	14573
120.	Edson Klaus	54479
121.	Vera Lucia Fernandes	8382
122.	Adriana Vidal	1407
123.	Elizangela Lacerda de Freitas	55570
124.	Cristiane Gosch	17320
125.	Angelina de Fatima Holmann	12248
126.	Neuza Ribeiro de Mello	4199
127.	Marilei Salete Cavalheiro	8644
128.	Leonara Rosa Giacomoni	16977
129.	Kamila Elisa dos Santos	55613
130.	Oneide Salete Zorzi	17066
131.	Fabieli da Silva	17482
132.	Beatriz Aparecida da Silva	16967
133.	Dilamar Anthieli Felles	16257
134.	Andreia Goulardt	16941

135.	Carla Regina Bolson	17017
136.	Lair Althaus	12289
137.	Adriel dos Anjos	15070
138.	Patricia Sampaio	14165
139.	Josimar Soares dos Santos	15289
140.	Sirlene Ipolito	55595
141.	Janete Rodrigues Portes	643
142.	Roselei de Fatima Rosa	13884
143.	Izelta Suelos da Silva Leiria	14021
144.	Eliane Pedroso de Abreu	55555
145.	Indiapaula de Moura Goldoni	55500
146.	Andreia Rodrigues	16380
147.	Volnei Antunes	15758
148.	Ivonete Fatima de Toledo	55542
149.	Solange da Siqueira Rodrigues	13463
150.	Marilena Ramos	12136
151.	Adriana de Oliveira	15670
152.	Vera Lucia Correa	13984
153.	Lindonir Antonio Barbosa	15969
154.	Vera Lucia Rodrigues	1123
155.	Geovani Mateus da Silveira	16909
156.	Rosimar da Silva Barcki	13525
157.	Juliana dos Santos	11152
158.	Marinez de Fatima Rosa	55596
159.	Vilma Alves	13088
160.	Simone Farias	2162
161.	Vilma Fagundes	16893
162.	José Ademar Borges Vieira	7850
163.	Edson Ribeiro de Melo	14151
164.	Ivanete Aparecida da Silva	325
165.	Iracema Fidelis dos Santos	12237
166.	Josefa Ferreira Neta Silva	7966
167.	Angelim de Lima	54475
168.	Sidiane Pedroso Ortiz	17456
169.	Janete Ramos	13216
170.	Nerci Serpa	17444
171.	Jorge Macena da Silva	13467
172.	Gilso Leite	14049
173.	Adão da Silva	13974
174.	Ana Paula Pompeo da Silva	54473
175.	Huilse Antunes dos Santos	672
176.	Suzana Antunes Dias	9998
177.	Alessandra Ribeiro de Campos	16963
178.	Daniela Serpa	15885
179.	Marlei Salete de Lima	11831
180.	Priscila de Lima Furtado	55569
181.	Antonio Sechet	16938
182.	Veloni de Lima	10623
183.	Allan Alex Rodrigues da Silva	55498
184.	Maria Debiasi	10397
185.	João Dorival dos Santos	15415
186.	Divercindo Correa Batista Delalibera	9670
187.	Marcia Regina dos Santos	17058
188.	Elizandra Ferreira	15660
189.	Fabiana Goulardt	55594
190.	Eliane de Almeida	17360
191.	Alessandra dos Anjos Pires	55559
192.	Vanuza Andreia da Costa	55600
193.	Josmar dos Santos	10814

194.	Sergio Batista	15716
195.	Simone Aparecida Machado da Silva	55529
196.	Helio Pompeo da Silva Sobrinho	7698
197.	Roselei Antunes de Oliveira	17483
198.	Beloni de Fatima Lemes da Silva Arruda	55539
199.	Marizete do Carmo Ferron	9390
200.	Neli de Lourdes de Moura Goldoni	17434
201.	Katiele Rapczynski	15292
202.	Jussara Gonçalves	55584
203.	Tatiane Zavorski do Prado	55557
204.	Vanessa Pereira da Silva	16800
205.	Raimundo de Andrade	9665
206.	Roseli Carmem dos Santos Pinheiro	55599
207.	Noemi da Silva Alves	55588
208.	Lucivone Alves de Souza	55617
209.	Margarete Fatima Rodrigues	3599
210.	Maria Augusta de Oliveira	55548
211.	Altamiro de Moura	14083
212.	Bruna Eduarda Correa da Silva	17008
213.	Joceli Alves	255
214.	Giane Oliveira Flores	13229
215.	Grazieli Alves	15564
216.	Sandra Mara Gloria	16388
217.	Edson Elias Figueiro	16368
218.	Adriana Cristina dos Santos Pacheco	14303
219.	Marina Massi de Souza	54481
220.	Miriam Regina Alves	15390
221.	Rosinei Ferron	12239
222.	Danieli da Silva	17472
223.	Alessandra Andreia Moraes	13628
224.	Gilmar Rodrigues dos Santos	12521
225.	Maria Lurdes V. Damaceno	12934
226.	Patricia Batista	14290
227.	Sibeli Terezinha Ziger	17330
228.	Salette Souza	2983
229.	Simone Rodrigues Wundervald	55558
230.	Rosangela da Silva	2499
231.	Marlise Chiossi Zablocki	8883
232.	Luciana Fernandes Lisboa	55503
233.	Jessica Alves Nunes	16353
234.	Raquel Guimarães	55578
235.	Maria Adolfo Aguiar da Costa	14145
236.	Eliane Ferreira	55537
237.	Aquilino Celeste dos Santos	15709
238.	Kelli Faria	15895
239.	Adriana de Fatima Fernandes	17376
240.	Ana Paula Pereira Padilha Fortes	13536
241.	Eliane dos Santos	54487
242.	Maria Rosa de Lima Rodrigues	14366
243.	Marina dos Santos	17144
244.	Erica Stacke	864
245.	Marilene Fortunato dos Santos	55524
246.	Cristiane Kafer Blak	17073
247.	Maria Salete Woiciechowski	4516
248.	Vanessa Aline da Costa	55533
249.	Cleonice Machado	7701
250.	Ana Paula dos Santos	55545
251.	Francieli de Campos	15062
252.	Francielli Kariny dos Santos	15909



253.	Elizandra Aline Barp	14157
254.	Ivanice Fagundes	4507
255.	Micheli Lemes dos Santos	54477
256.	Lucia Vargas Nazario	2056
257.	Eva Soares	3026
258.	Ana Ribeiro	12607
259.	Eva Clarice Batista	17488
260.	Adriana Fortes da Silva	55586
261.	Rozane Maria de Jesus	7121
262.	Maria Loivane Ferreira	55549
263.	Vera Lucia Mendes dos Santos	7157
264.	Elice Aparecida Venancio Pereira	13507
265.	Jessica Raquel da Rosa	17038
266.	Janinha de Quadros	10627
267.	Natalia Fagundes	17484
268.	Jessyca das Neves Salles	55546
269.	Miguel Claro de Assis	17265
270.	Ione Fernandes	14986
271.	Robio Luiz Frank	17323
272.	Sirlei de Oliveira	55507
273.	Inoema Brito dos Santos	16313
274.	Icleusa Aparecida Figueiro	55530
275.	Maria Santana Alves	4384
276.	Vilmar Veloso Vargas	17487
277.	Ineide Brito da Rosa	17471
278.	Dulcineia Forcelini	15600
279.	Priscila Danieli Rodrigues Scussiato	14857
280.	Adriana de Paula Nery	55573
281.	Iraci Aparecida Maciel Vieira da Rocha	14877
282.	Danuza Pereira	16317
283.	Filomena Del Carmen Infante Olate	16989
284.	Rita de Lima Furtado	17189
285.	João Machado	15025
286.	Rachel Fatima Henrique	55581
287.	Marcela Baiz Bosco	13148
288.	Jacieli Bartezen	16262
289.	Adeni Ana Lucietto da Silva	3248
290.	Jean Marcos Pereira	15151
291.	Celso Figueiro	17392
292.	Luis Carlos Cavalheiro	17086
293.	Valdecir Rosa	17424
294.	Jose Antonio Herculano Pereira	15474
295.	Maria Aparecida Sousa Lima	17241
296.	Igederson Rocunbach	15907
297.	Nezio Antonio Figueiro	17490
298.	João Carlos Tomais	15862
299.	Miguel Alves Pereira	15635
300.	Vanderlei Carvalho	17186
301.	Lair Dall Acqua	17549
302.	Elisandro Alves da Silva	17030
303.	Idalecio Marchioro	54498
304.	Valdir Fortes da Silva	15740
305.	Laudelina Correia	54440
306.	João Carlos de Almeida	14990
307.	Lauri Bianchi	15234
308.	Tanismara da Silva Arruda	55540
309.	Silmara Terezinha da Cruz	11151
310.	Madalena Tavares	15118
311.	Eloir Pedro Rodrigues	55565



312.	Jose Cavalheiro	16751
313.	Debora da Rosa	17475
314.	Greici Antunes de Lima	16669
315.	Michelli Aparecida Rempel	55515
316.	Jovilde Lorenzi	54529
317.	Jocelia de Fatima Carvalho	16054
318.	Patricia Rodrigues Wundervald	15858
319.	Monica Machado Silveira	17168
320.	Claudiomir Moreira	55544
321.	Leandro Luchotti	16686
322.	Cesar Alexandre Fernandes	55577
323.	Ana Claudia Misura	15178
324.	Marcia Borges Moreira	55614
325.	Lenise Moreira	55561
326.	João Neri Bueno	15787
327.	Osvaldo Francelino da Silva	16687
328.	Sherola Soares de Lima	17480
329.	Waldir Pessoa da Silva	55580
330.	Erica Paula Antunes	17162
331.	Cleci Pedroso	54509
332.	Adilio Junior Viapiana	17383
333.	Caroline Odete Fernandes da Silva	17021
334.	Marcia Varoni	55508
335.	Volmir Correia Oliveira	55536
336.	Luciane Miler de Oliveira	55593
337.	Francieli Rodrigues Ignacio Hipolito	15738
338.	Simone Padilha	14785
339.	Rosa Maria de Lima Furtado	55589
340.	Lucas Borges Vieira	55597
341.	Janir Antoninha Pereira	54474
342.	Darci Figueiro	14948
343.	Juliana Pedroso da Silva	55506
344.	Fabricio Bonfim	16830
345.	Conceição Castro Ferreira	15295
346.	Ihunes de Lima Furtado	55550
347.	Jaci Rodrigues Camargo Ferreira	55523
348.	Alisson Ramão Pinheiro	17427
349.	Izanete Alves Nunes Guimarães	55566
350.	Geni Valsoler	55611
351.	Jocimar Bones	17215
352.	Soeli de Fatima Correa de Moraes	15960
353.	Leandra da Veiga	55554
354.	Lucas Marafon	55522
355.	Luiz Modesto da Cruz	55575
356.	Andreia Roque	55496
357.	Ademir Ferreira	13123
358.	Roseli Fatima de Azevedo	14311
359.	Taina Oliveira Pescador	55509
360.	Ivo Silvano Costa	15363
361.	Edeson Roberto da Rocha	15050
362.	Paulo Rogerio Rodrigues	15502
363.	Taynara Fernanda Martins de Moraes	17349
364.	Taina Cogo	55590
365.	Gessy Terras	54528
366.	Rosane Aparecida Moreira Ribeiro	17317
367.	Jose Ivo Evangelista	15983
368.	Gabriela Ramos Fernandes	55556
369.	Liz Estelvina Romero Alvarez	55553
370.	Evandro do Amaral	15249

371.	Carolina Scherner da Silva	17491
372.	Joel Alves de Souza	15411
373.	Valdevino Gonçalves Barreto	55541
374.	Jones Fellenberg	17277
375.	Edite Costa	55572
376.	Lucas Scherner Bet	15515
377.	Diozieli Lucia Dias Siqueira	55609
378.	Lysandro Schenberger Neto	16746
379.	Ademir Felicio	55520
380.	Maicon Roberto Quechini	55502
381.	Liovanir Machado	16852
382.	Luciane de Moura	55606
383.	Santa Teresinha Soares	17128
384.	Carlos Eduardo da Silva	15367
385.	Leonir de Lima	16051
386.	Marizete Pires	55525
387.	Robson Bassak de Oliveira	55521
388.	Zeli de Fatima de Souza	55568
389.	Andressa Pinheiro Vassoler	55526
390.	Valeria Ribeiro do Carmo	16993
391.	Leticia Osmarin Pavasliki	16972
392.	Angelita Domingues de Oliveira	16736
393.	Clara Soares dos Reis	14898
394.	Ariel de Lima Furtado	55608
395.	Elenir de Fatima Alves Pereira	17282
396.	Delvina Wawczyniak	13073
397.	Gabrieli Machado	17458
398.	Dieici Silveira Alves de Oliveira	14974
399.	Dileta Aparecida de Bairros Lopes	16849
400.	Juceli Cristina Bruchez da Silva	15683
401.	Jussara da Costa Scherer	55604

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 43/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DENISE RODRIGUES CANDIOTTO – COMÉRCIO – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Material de Limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 46.985,00 (quarenta e seis mil novecentos e oitenta e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 54/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DENISE RODRIGUES CANDIOTTO – COMÉRCIO – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 248.187,50 (duzentos e quarenta e oito mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO CONTRATO 30/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 30/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA .

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/PMCS/2016

Objeto: Fornecimento de saibro à granel de primeira categoria e serviços de transporte através de caminhão basculante, preparo do leito da estrada e distribuição do material através de motoniveladora, para a manutenção de estradas vicinais no município de Cocal do Sul, através do convênio nº 2016TR001565 firmado entre o município de Cocal do Sul e o Estado de Santa Catarina..

Assinatura: 27/06/2016

Vigência: Início: 27/06/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 93.068,72 (noventa e três mil sessenta e oito reais e setenta e dois centavos)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
09.01.2.038.3.3.90.00.00.00.00	143	Manutenção da Infraestrutura Operacional
09.01.2.038.3.3.90.00.00.00.00	144	Manutenção da Infraestrutura Operacional

# Concórdia

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 522/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 522/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia o servidor DIOMAR JOSE PERIN – Diretor Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 217, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor DIOMAR JOSE PERIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 46531-00 e 46531-01, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 526/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 526/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 95/2013, de 7 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes – FMEC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 95/2013, de 7 de janeiro de 2013 e alteração, que dispõem sobre a movimentação

das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de julho de 2016:

“Art. 1º A movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente da FMEC, senhor DIOMAR JOSE PERIN, em conjunto com um dos titulares abaixo indicados:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de junho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PROXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2016 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS OBRAS Nº 9/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para a execução da Praça no Bairro Santa Rita, situada na Rua São Zacarias, esquina com a Rua José Albiero, neste Município, com recursos oriundos do convênio com o governo estadual e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

### **EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP representada pelo senhor Gustavo Balbinot e RAIMUNDO E WILLIAN DA ROSA CONSTRUÇÕES LTDA ME sem representante presente para o ato. A empresa BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP comprovou através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Micro-empresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Aberta a sessão pública pela Presidente, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes constatando-se o que segue: a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP apresentou sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no edital e sendo assim foi julgada HABILITADA. Já a licitante

RAIMUNDO E WILLIAN DA ROSA CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentou documento exigido no subitem 5.1 alínea "e", ou seja, "g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei" com data de validade vencida. Destaca-se que a licitante somente apresentou declaração simples, emitida por sua contadora, atestado sua condição de microempresa, mas não anexou à sua documentação Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, conforme exigido no item 5.1.2 do edital: "5.1.2. As empresas que desejem usufruir dos benefícios da Lei Federal 123/2006, deverão encaminhar ainda o seguinte documento: m) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, com data de emissão não superior a 180 dias anteriores ao da data de abertura desta licitação. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 (exigível somente para as ME e EPP, com intenção de usufruir dos privilégios previstos na Lei 123/06); Ainda, no que se refere ao exigido no subitem "g" apresentou somente e-mail recebido do CREA/RS confirmando o deferimento de seu registro, mas deixou de apresentar a Certidão de Registro, vigente na data fixada no subitem 1.4 do edital, com as informações necessárias para sua validação. Também de se constar que a declaração exigida na alínea "j" foi apresentada sem identificação da empresa, do representante legal e do processo licitatório e, ainda, com assinatura constante neste documento divergente da constante no contrato social da licitante. Ante todo o exposto, a mesma foi declarada INABILITADA. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. Devido à ausência do representante legal da licitante RAIMUNDO E WILLIAN DA ROSA CONSTRUÇÕES LTDA ME a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 15h00min do próximo dia 07 (sete) de julho de 2016, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2).

Concórdia, SC, 28 de junho de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da C.P.L

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### RESULTADO FINAL - PROCESSO 51/2016 - PP 14/2016 - CONCERTO CAMINHÃO MLI9480

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão de Presencial nº14/2016

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 51/2016

SOLICITANTE: Secretarias de Infraestrutura

OBJETO Aquisição de peças e prestação de serviço para concerto do CAMINHÃO FORD CARGO2629, PLACA MLJ 9480.

VALOR: Item 01 – Valor R\$10,961,87(Dez mil novecentos e sessenta e um reais com oitenta e sete centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa SPERANDIO S/A COMERCIO DE VEICULOS, adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 28 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 10a/2016

Empresa com preços registrados: Absoluto Distribuidora Ltda - ME

CNPJ: 16.738.785/0001-34

Itens: 32, 40, 41, 65, 66 e 75

Total: R\$ 2.297,80 (dois mil duzentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 10b/2016

Empresa com preços registrados: AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Itens: 3, 5, 12, 27, 36, 39, 43, 44, 45, 53, 54, 59, 60, 67, 68, 74, 79, 81, 91 e 100

Total: R\$ 7.718,30 (sete mil setecentos e dezoito reais e trinta centavos)

Ata Registro de Preço nº 10c/2016

Empresa com preços registrados: Nutri Sc Comércio de Alimentos Ltda ME

CNPJ: 07.814.016/0001-87

Itens: 29, 33, 46, 50, 51, 62, 63, 64, 82, 87 e 88

Total: R\$ 8.099,04 (oito mil noventa e nove reais e quatro centavos)

Ata Registro de Preço nº 10d/2016

Empresa com preços registrados: Cleber Tadeu Bridi ME

CNPJ: 15.864.350/0001-73

Itens: 05, 08, 09, 11, 18, 22, 24, 26, 28, 30, 61, 73, 76, 78 e 85

Total: R\$ 2.874,60 (dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 10e/2016

Empresa com preços registrados: SCS Comércio Ltda ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

Itens: 01, 02, 07, 10, 13 a 17, 19 a 21, 23, 25, 31, 34, 37, 38, 52, 57, 80, 89, 94, 98 e 99

Total: R\$ 13.812,75 (treze mil oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos)

Coronel Freitas (SC), 28 de junho de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 099 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 099 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor José Belatto para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral de Serviços Rurais e Urbanos, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 01 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### DECRETO N. 102, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO N. 102, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, POR INTERESSE SOCIAL, IMÓVEL LOCALIZADO NA LINHA MAY (PARTE DO LOTE COLONIAL N. 20), NESTE MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS-SC PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, III, "h" e artigo 94, incisos V e VI da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal, e ainda os artigos 2º, 5º, alínea "m" e artigo 6º do Decreto-Lei n. 3.365, de 21/06/1941, as disposições da Lei n. 2.786, de 21/05/1956 e demais disposições aplicáveis à espécie, e, Considerando a integração ao Patrimônio Municipal a área destinada ao Cemitério Municipal;

Considerando a necessidade de disponibilização imediata de área para construção de uma Casa Mortuária nas proximidades do Cemitério Municipal;

Considerando que o Cemitério se encontra há décadas no mesmo local sem que o Município detenha a propriedade legal e o domínio definitivo da área;

Considerando que a área descrita objeto do presente Decreto atende às necessidades e o interesse público, consistente na adequação dos serviços funerários e preservação da salubridade pública; Considerando que o interesse social configura-se quando a Administração Pública se defronta com situações que, para serem

resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência de bens de terceiros para o domínio e uso imediato do Poder Público, ficando caracterizado o Interesse Público;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, por interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, cuja destinação pública objetiva a legalização do Cemitério Municipal e construção de Casa Mortuária, as áreas e respectivos proprietários abaixo descritas, pertencentes ao antigo Lote Colonial n. 20, localizadas em Linha May, neste Município:

I – Área "A", com área total de 1.870,10 m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e setenta vírgula dez metros quadrados) constante da matrícula n. 3.545 do CRI de São Domingos, de propriedade de CARLOS OTTO MAY e sua esposa SILVIA ROZANE GIACHINI MAY;

II – Área "B", com área total de 1.774,47 m<sup>2</sup> (um mil, setecentos e setenta e quatro vírgula quarenta e sete metros quadrados) constante da matrícula n. 3.545 do ORI de São Domingos, de propriedade de LUIZ DOMINGOS PERUZZO e sua esposa ROSA CALZA PERUZZO.

III – Área "C", com área total de 335,01 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e cinco vírgula zero um metros quadrados) constante da matrícula n. 3.545 do CRI de São Domingos, de propriedade de LUIZ DOMINGOS PERUZZO e sua esposa ROSA CALZA PERUZZO;

IV – Área "D", com área total de 508,49 m<sup>2</sup> (quinhentos e oito vírgula quarenta e nove metros quadrados) constante da matrícula n. 3.545 do CRI de São Domingos, de propriedade de LUIZ DOMINGOS PERUZZO e sua esposa ROSA CALZA PERUZZO;

V – Área "E", com área total de 1.696,70 m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e noventa e seis vírgula setenta metros quadrados) constante da matrícula n. 4.942 do C

RI de São Domingos, de propriedade de ARGENTINO BRENA.

Art. 2º As áreas previstas no artigo anterior possuem as seguintes descrições e respectivos georrefenciamentos, de conformidade com o Memorial Descritivo firmado pelo Técnico Mauricio de Souza, inscrito no CREA-SC sob n. 031.554-2, cujo memorial passa a integrar o presente Decreto, para todos os efeitos:

I - ÁREA A - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-02 de coordenadas N-7067205.299 E-334675.782, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 90º43'27" e distancia de 50,899m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-03 de coordenadas N-7067204.656 E-334726.677, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 179º22'00" e distancia de 28,065m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-04 de coordenadas N-7067176.593 E-334726.987, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 251º45'54" e distancia de 50,352m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-11 de coordenadas N-7067160.837 E-334679.164, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 251º46'14" e distancia de 3,061m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-10 de coordenadas N-7067159.879 E-334676.256, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 359º24'06" e distancia de 45,423m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Argentino Brena com C.R.I. Mat. 04.942 até encontrar o vértice



M-02, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

II - ÁREA B - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-11 de coordenadas N-7067160.837 E-334679.164, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 71°45'54" e distancia de 50,352m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-04 de coordenadas N-7067176.593 E-334726.987, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 179°22'00" e distancia de 50,051m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-05 de coordenadas N-7067126.545 E-334727.540, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 270°36'01" e distancia de 33,944m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-06 de coordenadas N-7067126.900 E-334693.598, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 336°57'33" e distancia de 36,879m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-11, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

III - ÁREA C - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-10 de coordenadas N-7067159.879 E-334676.256, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 71°46'14" e distancia de 3,061m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-11 de coordenadas N-7067160.837 E-334679.164, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 156°57'33" e distancia de 36,879m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-06 de coordenadas N-7067126.900 E-334693.598, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 270°36'01" e distancia de 17,000m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-07 de coordenadas N-7067127.079 E-334676.599, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 359°24'06" e distancia de 32,803m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-10, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

IV - ÁREA D - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-10 de coordenadas N-7067159.879 E-334676.256, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 179°24'06" e distancia de 32,803m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-07 de coordenadas N-7067127.079 E-334676.599, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 270°36'01" e distancia de 31,010m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-08 de coordenadas N-7067127.403 E-334645.591, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 43°21'27" e distancia

de 44,666m, confrontando com Área de Terra Rural de Argentino Brena com C.R.I. Mat. 04.942 até encontrar o vértice M-10, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

V - ÁREA E - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-01 de coordenadas N-7067205.498 E-334660.081, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 90°43'26" e distancia de 15,702m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-02 de coordenadas N-7067205.299 E-334675.782, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 179°24'06" e distancia de 45,423m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Carlos Otto May com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-10 de coordenadas N-7067159.879 E-334676.256, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 223°21'27" e distancia de 44,666m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-08 de coordenadas N-7067127.403 E-334645.591, deste segue por uma linha reta e seca com azimute de 268°32'23" e distancia de 12,091m, confrontando com Parte do Lote Colonial N-20 de Luiz Domingos Peruzzo com C.R.I. Mat. 03.545 até encontrar o vértice M-09, de coordenadas N-7067127,095 E-334633,504, deste segue pela faixa de domínio da SC 480, e distancia de 82,405m, confrontando com Área de Terra Rural de Argentino Brena com C.R.I. Mat. 04,942 até encontrar o vértice M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento do Município para este exercício financeiro de 2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 06 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº 097 DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 097 DE 31 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo 001/2015;

Considerando a licença em saúde da servidora Sr.<sup>a</sup> Queila Elis

Mariani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - Área III, pelo período de 23/05/2016 a 06/16/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica contratado temporariamente através do edital de processo seletivo, o servidor abaixo relacionada, iniciando as atividades em 31/05/2016 até 06/06/2016, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
AUREONEY JUNIOR DOS SANTOS	PROFESSOR ÁREA III - SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA	20hrs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 31 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 101 DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 101 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Neusa Aparecida Dutra Freitas Bazzi para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral de Assistência, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 01 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 106 DE 10 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 106 DE 10 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do

artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo 001/2015;

Considerando a licença em saúde da servidora Sr.<sup>a</sup> Queila Elis Mariani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora - Área III, pelo período de 08/06/2016 a 22/06/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do edital de processo seletivo, a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 10/06/2016 até 22/06/2016, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
JULIANE SCALCI	PROFESSOR ÁREA III - SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA	20hrs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 10 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 095 DE 20 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº. 095 DE 20 DE MAIO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

Considerando a necessidade de manter a continuidade de eficiência para melhoria da qualidade e desenvolvimento do serviço público municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos (21/05/2018) o prazo de vigência do Concurso Público nº001/2014, a contar da homologação final do certame.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 20 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 096 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 096 DE 30 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº. 663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.072,28 (dois mil, setenta e dois reais e vinte e oito centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
06.181.0005.2.006 – Manut. Conv. Sec. De Segurança Pública				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	86	03.0055	2.072,28

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.072,28 (dois mil, setenta e dois reais e vinte e oito centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0055 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 30 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 098 DE 31 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 098 DE 31 DE MAIO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Neusa Aparecida Dutra Freitas Bazzi, ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessora de Secretaria, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 31 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 100 DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 100 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 103 DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 103 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0267	12.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0267	12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 06 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 104 DE 31 DE 07 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 104 DE 31 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Géssica do Prado, ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessora de Administração Tributária, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 09 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

**DECRETO Nº. 105 DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 105 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDORO	CARGO
JOSÉ BELATTO	Diretor Geral de Serviços Rurais e Urbanos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 01 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 107 DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº. 107 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	01.0019	20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0019	20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 06 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.**

EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Considerando a saída da professora ADRIANA SALETE MADELLA BURATO da vaga de Professor Área V – Educação Especial 20 horas semanais para assumir vaga do Concurso Público no cargo de Professor Área I – Educação Infantil, convocamos as seguintes Candidatas Classificadas no Processo Seletivo nº001/2015 pelo período da existência da vaga ou seja de 01 de julho de 2016 a 22 de dezembro de 2016.

Sandra Regina Previatti, Secretária Municipal de Educação do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 28 de junho de 2016, para início das atividades dos cargos de provimento temporário, a candidata referida na tabela abaixo, classificada no Processo Seletivo n. 001/2015. Saliente-se que, a princípio, a contratação é pelo período de 01 julho a 22 dezembro de 2016, podendo ser interrompido anterior a data.

PROFESSOR ÁREA V - EDUCAÇÃO ESPECIAL	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	1
ILSE ECKERT VICENTE	2

OBSERVAÇÃO: A candidata deverá apresentar-se na escola Grupo Escolar Municipal Monteiro Lobato no dia 01 de Julho de 2016 as 13 horas.

A candidata relacionada deverá apresentar até o dia 28 de junho de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor;
- Certidão de quitação eleitoral;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);

- g) Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- h) 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
- i) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
- j) Carteira de Trabalho – CTPS;
- k) Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
- l) Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
- m) Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
- n) Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
- o) Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
- p) Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- q) Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil, CEF ou Siccob);
- r) Declaração de bens e fontes de rendas;
- s) Declaração de dependentes;
- t) Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

Coronel Martins-SC, em 27 de junho de 2016.

SANDRA REGINA PREVIATTI  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA N. 087, DE 18 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA N. 087, DE 18 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 102 da Lei Complementar n. 040 de 29/04/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Coronel Martins – SC, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;  
Considerando o requerimento apresentado ao Setor de Recursos Humanos, resolve:

#### **CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratar de Assuntos Particulares, ao Servidor Público Municipal, Sr. Ademar Belatto, afastando-se do cargo efetivo de Motorista, pelo período de 02 (dois) anos conforme artigo 102 da Lei Complementar n. 040, de 29/04/2014, a partir do dia 19 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 18 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 089, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 089, DE 25 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 104 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o atestado médico apresentado na data de 25/11/2016;

#### **CONCEDE:**

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Carolina de Fatima de Jesus Madella, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 25 de maio de 2016 a 20 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 083, de 18 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 25 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 092, DE 06 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 092, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA LINHA MAY (PARTE DO LOTE COLONIAL N. 20) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 24 e 28 da Lei Complementar nº 040, de 29 de abril de 2014, e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o Decreto nº 099, de 20 de maio de 2016;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de desapropriação, por via amigável ou judicial, cuja destinação pública objetiva a legalização do Cemitério Municipal e construção de Casa Mortuária, de imóvel localizado na Linha May (parte do lote colonial n. 20):

- Neimar Cassol – Servidor Público
- Gilson Eduardo Pahl – Servidor Público e Engenheiro Agrônomo
- Olvair Antonio Sartori – Presidente da AECM e Corretor de Imóveis
- Placir Bortolini – Corretor de Imóveis

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 06 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 101 DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 101 DE 13 DE JUNHO DE 2016.  
PROMOVE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA À APAE.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:  
CEDER:

Art. 1º. A Senhora Lorete Zanco Mores, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo ACT de Professor de Educação Especial, à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Ana Cláudia de Oliveira Dias, do Município de Coronel Martins/SC, a partir do mês de julho de 2014 pelo período que perdurar a contratação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos da contratação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 13 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 102 DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 102 DE 13 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014, resolve;

Considerando o número de focos positivos do mosquito Aedes Aegypti transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika encontrados em Coronel Martins, sendo considerado um Município infestado;  
Considerando o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde e Sala de Situação no combate ao mosquito;  
Considerando que os servidores abaixo citados possuem curso de Bombeiros Voluntários;

DESIGNAR:

Art. 1º. Os Servidores Municipais Sr. Egídio Reginatto, ocupante do cargo de Vigia e o Sr. Vanderlei Erculino Consoli, ocupante do cargo de Motorista, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde,

nas funções que forem necessárias para o combate ao mosquito Aedes Aegypti no Município, no período de 20 de junho até 20 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 13 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 088 DE 23 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 088 DE 23 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Queila Elis Mariani, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora – Área III, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 23 de maio a 06 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 23 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº. 090 DE 30 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº. 090 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;



**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, Senhor, Vinissius Belatto, ocupante do Cargo de provimento efetivo (em estágio probatório) de Motorista, por um período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 29 de maio de 2016 a 27 de junho de 2016, ou pelo prazo que perdurar o auxílio doença, se este for menor, após submissão a perícia pelo INSS, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Parágrafo único. Pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, a remuneração do servidor corre por conta do Erário municipal e, posteriormente, pela Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 29 de maio de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 30 de maio de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 091 DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 091 DE 03 DE JUNHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, Senhor, Ramon Castilho Ravarena, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Pedreiro, por um período de 05 (cinco) dias, a partir do dia 03 de junho a 07 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 03 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 093 DE 06 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 093 DE 06 DE JUNHO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/06/2016 à 05/07/2016.

Nome	Cargo	Referência
Pedro Sizisnande	PCE Auxiliar de Manutenção e Conservação	08/2009 à 08/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 06 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 096 DE 06 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº. 096 DE 06 DE JUNHO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01 – Para gozo de 10 (dez) dias no período de 06/07/2016 à 15/07/2016.

Nome	Cargo	Referência
Dinaura Dall Acqua	Assistente Social	07/2012 à 07/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 06 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 097 DE 08 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 097 DE 08 DE JUNHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Queila Elis Mariani, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora – Área III, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 08 de junho a 22 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 08 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 098, DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 098, DE 13 DE JUNHO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o disposto no artigo 100, da Lei Complementar nº 040, de 29 de abril de 2014.

CONCEDER:

Art. 1º Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal, Senhora, Zenaide Belatto, ocupante do

Cargo de Auxiliar de Enfermagem, por um período de 30 (trinta) dias, a contar do dia 13 de junho de 2016 a 12 de julho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 13 de junho de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 099 DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 099 DE 13 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Aldinha Carmen Severgnini, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 13 de junho a 27 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 13 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 100 DE 13 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 100 DE 13 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Lucimara Bolzan May, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora III, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 13 de junho a 19 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 13 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 104 DE 15 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 104 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Luciana Peruzzo Basi, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Servente, por um período de 05 (cinco) dias, a partir do dia 15 de junho a 20 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 15 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 105 DE 21 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 105 DE 21 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Sandra Regina Farinella Biazin, ocupante do Cargo de provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 21 de junho a 30 de junho de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 21 de junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

## Correia Pinto

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 01/2016 FHMCP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FHMCP

No dia 16 do mês de junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569 , bairro CENTRO , CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VÂNIO FORSTER, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2016, Processo Licitatório nº. 01/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X). Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa Itens

CLINICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA VIDA NOSSA LTDA 01 à 43

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	PRECÔ UNIT.	TOTAL
1	A.T.M	UN	100	7,93	793,00
2	ABDOMEM - SIMPLES	UN	140	7,51	1.051,40
3	ABDOMEM 2 POSES	UN	260	10,73	2.789,80
4	ANTEBRAÇO	UN	400	7,24	2.896,00
5	ARCOS COSTAIS	UN	240	7,93	1.903,20
6	ARCOS ZIGOMATICO	UN	100	7,43	743,00
7	ART. SACRO-ILIACAS	UN	100	7,72	772,00
8	BACIA	UN	400	7,72	3.088,00
9	BRAÇO	UN	200	7,72	1.544,00
10	COLUNA CERVICAL	UN	180	7,93	1.427,40
11	COLUNA DORSAL	UN	180	8,20	1.476,00
12	COLUNA LOMBAR	UN	1.200	10,21	12.252,00
13	COLUNA LOMBAR+DINAMICAS	UN	200	10,91	2.182,00
14	CALCANEIO	UN	100	7,27	727,00
15	CAVUM	UN	300	6,88	2.064,00
16	CLAVICULA	UN	100	7,59	759,00
17	COCCIX	UN	100	7,73	773,00
18	COTOVELO	UN	216	7,06	1.524,96
19	COXO FEMORAIS	UN	100	7,72	772,00
20	CRANIO	UN	200	7,63	1.526,00
21	ESCANOMETRIA	UN	100	12,72	1.272,00
22	ESCAPULA	UN	100	7,79	779,00
23	ESTERNO	UN	100	7,79	779,00
24	FEMUR OU COXA	UN	240	8,13	1.951,20
25	JOELHO	UN	100	7,37	737,00
26	JOELHO+ROTULA	UN	100	8,25	825,00
27	MANDIBULA	UN	100	7,52	752,00
28	MÃO	UN	520	7,20	3.744,00
29	MÃOS E PUNHOS (IO)	UN	100	7,10	710,00
30	MASTOIDES	UN	100	8,16	816,00
31	OMBRO	UN	340	7,79	2.648,60
32	OSSOS DA FACE	UN	100	7,93	793,00
33	PÉ	UN	500	7,37	3.685,00
34	PERNA OU TIBIA	UN	200	8,13	1.626,00
35	PODODACTILO	UN	100	7,37	737,00
36	PUNHO	UN	300	7,42	2.226,00
37	QUIRODACTILO	UN	100	6,96	696,00
38	ROT. ABD. AGUDO	UN	100	15,35	1.535,00
39	SEIOS DA FACE	UN	220	7,56	1.663,20
40	SELA TURSICA	UN	100	7,52	752,00

41	TORAX PA	UN	500	7,41	3.705,00
42	TORAX PA + P	UN	1.600	8,32	13.312,00
43	TORNOZELO	UN	200	7,27	1.454,00

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas CNPJ / CPF

CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA VIDA NOSSA LTDA

CNPJ: 14.239.434/0001-53

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X). Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de

registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, após o recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.



- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.
- 9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.
- 9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 16 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER  
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CLINICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA VIDA NOSSA LTDA  
CNPJ: 14.239.434/0001-53

#### **EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 56/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2015  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0435.1/2016

Objeto: O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0124/2016, de 11 de fevereiro de 2016, da Tomada de Preços nº 56/2015, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSTRUTORA DECA LTDA  
CNPJ: 05.581.992/0001-01

Vigência: 11/05/2016 a 08/09/2016.

Correia Pinto/SC 29 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 57/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2015  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0435.2/2016

Objeto: O presente aditamento ao Contrato Administrativo nº 0125/2016, de 11 de fevereiro de 2016, da Tomada de Preços nº 57/2015, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DECC CONTRUÇÕES LTDA EPP  
CNPJ: 05.004.688/0001-00

Vigência: 11/05/2016 a 29/08/2016.

Correia Pinto/SC 29 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### LEI Nº 5.794/2016

LEI Nº 5.794/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento da rua Napoleão Sbravatti, com área de 330m x 9m totalizando 2.970 m².

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal  
Hercilio Beppler  
Secretário Municipal Transportes e Obras

### DECRETO Nº 4.759/2016

DECRETO Nº 4.759/2016

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL DE Nº 001/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pela Lei Complementar nº 026/2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Concurso Público realizado através do Edital n. 001/2016 de 04 de abril de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de junho de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.760/2016

DECRETO Nº 4.760/2016

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 01/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pela Lei Complementar nº 026/2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Processo Seletivo aprovado através do Edital n. 001/2016 de 04 de abril de 2016 conforme lista anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de junho de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.761/2016

DECRETO Nº 4.761/2016

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.655/2015,

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.1.036 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE FM SAÚDE  
4.4.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.655/2015, no montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais):

#### SUPLEMENTA

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.1.036 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE FM SAÚDE  
4.4.90.00.00.00.00.3002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 2.500,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2015, originados de impostos e transferências de impostos, conforme decreto nº 4.704/2016.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

### DECRETO Nº 4.762/2016

DECRETO Nº 4.762/2016

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 5.655/2015  
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais,) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS  
4490000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 86.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 86.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte

recursos provenientes do CONVÊNIO No. 2016TR 001103 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional de Curitiba, no valor de R\$ 86.000.00 (Oitenta e seis mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.763/2016

DECRETO Nº 4.763/2016

ANULA E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONSTANTES DA LEI Nº 5.797/2016

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.797/2016 no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.022 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - SAÚDE  
3.3.50.00.00.00.00.1002 TRANSF. À INST. PRIV. S/FINS LUCRAT  
..... R\$ 75.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.797/2016 no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.021 MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 50.000,00  
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.1.039 OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE  
4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 25.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... R\$ 75.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal  
Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal  
Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

**DECRETO Nº 4.764/2016**

DECRETO Nº 4.764/2016

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL CONSTANTES DA LEI Nº 5.798/2016.

Art. 1º - Ficam anuladas dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.798/2016 no montante de R\$ 118.965,00 (cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco reais) a saber :

**ANULAÇÃO:**

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
... R\$ 100.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3393000000.00.1000 APLIC. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS....  
R\$ 18.965,00TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
R\$ 118.965,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.798/2016 no montante de R\$ 118.965,00 (cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco reais) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO:**

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
R\$ 118.965,00TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$  
118.965,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 136/2016**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 136/2016

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços, firmado entre o Município de Curitiba e a empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, com o valor total de R\$ 1.930,00 (Hum mil novecentos e trinta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR DIAGNÓSTICO DE PROBLEMA NO COMANDO DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416-E. DE ACORDO COM O ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93 E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.  
Curitiba, 28 de Junho de 2016.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 28 de Junho de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 28 de Junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 5.793/2016**

LEI Nº 5.793/2016

INSTITUI NO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE FESTIVIDADES O "DIA MUNICIPAL DO VEREADOR JUVENIL".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído no calendário municipal de festividades o "Dia Municipal do Vereador Juvenil" a comemorar-se anualmente no dia 1º de junho.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.795/2016

LEI Nº 5.795/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PATROCINAR EVENTO ESPORTIVO CICLOTUR DE INVERNO – CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a patrocinar evento esportivo regional CICLOTUR DE INVERNO que será realizado no dia 17 de julho de 2016, nos termos do que disciplina a Lei n. 4.639/2011.

Art. 2º. Por este patrocínio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à Associação Curitibaense de Ciclismo, inscrita no CNPJ sob n. 09.317.441/0001-96 a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em parcela única no prazo de até 10 dias após a realização do evento segundo os termos do projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.796/2016

LEI Nº 5.796/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONTRATO DE INCORPORAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO COM A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato de incorporação de ativos com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A da rede de distribuição de Energia elétrica instalada na Rua Prudente Visconde de Moraes, S/N Bairro Getulio Vargas nesta cidade.

Art. 2º. Por este contrato fica o Poder Executivo autorizado a entregar à CELESC seus direitos de propriedade sobre a referida rede de distribuição, conforme termo que integra a presente lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.797/2016

LEI Nº 5.797/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

06.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.022	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS - SAÚDE
3.3.50.00.00.00.00.1002	TRANSF. À INST. PRIV. S/FINS LUCRAT
.....	R\$ 75.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.021	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00.1002	APLICAÇÕES DIRETAS .....
.....	R\$ 50.000,00
06.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.039	OBRAS NA ÁREA DA SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00.1002	APLICAÇÕES DIRETAS
.....	R\$ 25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....	
.....	R\$ 75.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do

ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal  
Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

### **LEI Nº 5.798/2016**

LEI Nº 5.798/2016

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 118.965,00 (cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco reais) a saber :

**ANULAÇÃO:**

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .....

... R\$ 100.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3393000000.00.1000 APLIC. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS....

R\$ 18.965,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO .....**

**R\$ 118.965,00**

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.655/2015 no montante de R\$ 118.965,00 (cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e cinco reais) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO:**

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 118.965,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$**

**118.965,00**

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 5.799/2016**

LEI Nº 5.799/2016

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR BENS AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO – COINCO.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Consórcio Intermunicipal do Contestado – COINCO, os bens móveis abaixo relacionados:

I. 10 (dez) luminárias em alumínio anodizado interior e exterior para uso externo, potência 100/150W aberta com soquete E 40 para braço 3000mmX25.4 mm;

II. 10 (dez) lâmpadas a vapor de sódio alta pressão 100W – 220 V, potência nominal, bulbo tubular, base E-40;

III. 10 (dez) reatores vapor de sódio 100W – 220V, baixa perda, uso externo, para lâmpada vapor de sódio alta pressão 100W – 220V – 60 HZ, fator de potência igual ou superior a 0,93, galvanizadas a quente com ignitor incorporado;

IV. 10 (dez) relés lâmpada acionam a carga a noite, célula fotoelétrica – tipo CDS com encapsulamento blindado de resposta instantânea, frequência – 50/60- HZ, potência 100 W ( carga resistiva) – 1200 VA 127 V: 1800 V – 220 V ( carga indutiva) faixa de operação -3 a 20 lux para ligar e no máximo 80 lux para desligar. Relação desligar/ligar 1,2 e 4;

V. 10 (dez) conectores grampo paralelo de alumínio para ligações bimetálicas.

Art. 2º. Após a doação, fica o Poder Executivo autorizado a promover a baixa dos bens móveis do patrimônio do Município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 5.800/2016**

LEI Nº 5.800/2016

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO – DETRAN/SC, DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA PARA A DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria da Segurança Pública, com a intervenção do Departamento Estadual de Transito – DETRAN/SC, da Polícia Militar de Santa Catarina e da Polícia Civil de Santa Catarina objetivando estabelecer condições para uma ação conjunta visando a fiscalização do trânsito, a engenharia do tráfego e de campo, aplicação das medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito, de multas e sua respectiva arrecadação e destinação, o adequado controle da utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada,

estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do Município na conformidade da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 21997 – Código de Trânsito Brasileiro

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desta lei o termo de convênio em anexo.

Art. 3º. Correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.801/2016

LEI Nº 5.801/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC NO PROJETO “CASTRACÃO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.”

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC campus de Curitiba, para efetiva realização do Projeto “Castração de cães e gatos no Município de Curitiba” devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde conforme Ata n. 022/2016.

Art. 2º. Como sua participação na parceria, fica o Município de Curitiba autorizado a adquirir e fornecer a Universidade Federal de Santa Catarina os materiais de consumo descritos no item 7.2 do Projeto que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.802/2016

LEI Nº 5.802/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM O GRUPO DE DANÇAS TRADICIONALISTAS “ALMA PAMPEANA”.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar

convênio de cooperação financeira com o Grupo de Danças Tradicionalistas “Alma Pampeana” inscrita no CNPJ nº 73.453.383/0001-27, estabelecida neste Município, objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto “Semana Farroupilha” aprovado pelo Conselho Municipal de Educação através das Atas n. 04/2016 e 05/2016.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em uma só parcela, com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha 2016.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0000.1000 –TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS ..... R\$ 8.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Educação e Cultura

### TERMO DE CONVÊNIO Nº 019/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS GRUPO DE DANÇAS TRADICIONALISTA “ALMA PAMPEANA”.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Grupo de Danças Tradicionalistas “Alma Pampeana” inscrita no CNPJ nº 73.453.383/0001-27, estabelecida neste município, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município ao Grupo de dança com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha, conforme projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Educação através das Atas n. 04/2016 e 05/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em uma só parcela, com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha 2016 através das seguintes dotações:

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0000.1000 –TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS ..... R\$ 8.000,00



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: O prazo de vigência deste convênio inicia-se na data da assinatura do presente termo com término previsto para 20 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE**

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pelo Conselho de Educação, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

III – efetuar acompanhamento da execução física do objeto do presente Convênio;

CLÁUSULA SEXTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.802/2016 de 23 de junho de 2016 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA OITAVA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 23 de junho de 2016.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Alma Pampeana

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Onde se lê CONTRATO: 086/2016.

O Correto é CONTRATO: 084/2016

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

Contratado: Elisabete Poletto Salla -ME

Objeto: Aquisição de revistas para a Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira.... Origem: Processo Licitatório nº 088/2016 Pregão 088/2016 PMDC, Valor R\$ 3.195,00 - Vigência: 27/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 27/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Onde se lê CONTRATO: 084/2016. O correto é contrato 086/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

Contratado: Lavall e Lorenzon Ltda -ME..

Objeto: Contratação de empresa para instalação de fechamento e rede de proteção em quadra poliesportiva (29x16m) na escola municipal Jacob Maranhão. Origem: Processo Licitatório nº 084/2016 Tomada de Preço 084/2016 PMDC, Valor R\$ 50.928,25 - Vigência: 28/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 28/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 087/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

Contratado: Rosinho O. Ferreira –Eirelli -ME..

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para realização de obras de Reforma do Aeroporto Municipal... Origem: Processo Licitatório nº 098/2016 Convite nº 098/2016 PMDC, Valor R\$ 141.000,00 - Vigência: 28/06/16 à 30/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 28/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Processo nº 101 - Pregão n. 101/2016. Objeto: Aquisição de equipamentos diversos para a Rede Municipal de Ensino. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 13/07/2016 Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 29/06/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo n.047/2016. Pregão nº 047/2016 Objeto: Aquisição de Óculos para pacientes com vulnerabilidade atendidos pelos Programas Sociais. Entrega da documentação e propostas a partir das 10:30 horas do dia 13/07/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações

deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 29/06/2016

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo n.046/2016. Pregão nº 046/2016 Objeto: Aquisição de materiais para oficinas de artesanato e trabalhos manuais. Entrega da documentação e propostas a partir das 10:30 horas do ONDE SE LÊ dia 12/06/2016 – O CORRETO É 10:30 horas do dia 12/07/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 27/06/2016

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

### RESULTADO DE LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DIONÍSIO CERQUEIRA

LICITAÇÃO DESERTA

O Fundo Municipal de Saúde Comunica os Interessados que o processo 042-2016 FMS – Pregão nº 042/2016 FMS Objeto: Contratação de empresa para realização de atividades com grupos terapêuticos como escultura em madeira, pedra sabão, arenito e cerâmica, teatro de bonecos e teatro de perna de Pau , Teatroterapia ETC no centro de atendimento psicossocial Caps.Fois Considerado DESERTO. - Dionísio Cerqueira -- 23/06/2016 .

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

ERRATA DE PUBLICAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 084/2016 Tomada de Preço 084/2016 PMDC - Objeto: Contratação de empresa para instalação de fechamento e rede de proteção em quadra poliesportiva (29x16m) na escola municipal Jacob Maranhão. Vencedor: Lavall e Lorenzon Ltda. - ME. Valor R\$ 50.928,25 Vigência: 27/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -Onde se Lê 27/06/2016.o correto é 28/06/2016 Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 098/2016 - Convite nº 098/2016 PMDC - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para realização de obras de Reforma do Aeroporto Municipal.... Vencedor: Rosinho O. Ferreira –Eirelli -ME... Valor R\$ 141.000,00 Vigência: 28/06/16 à 30/12/2016. Dionísio Cerqueira - 28/06/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 050/2016

Edital de Pregão Presencial n° 031/2016

Objeto: Aquisição de paver de concreto 10x20x6 cm.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 12/07/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) e no site [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br).

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 051/2016

Edital de Pregão n° 032/2016

Objeto: Aquisição de peças para máquinas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras . Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 12/07/2016

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) e no site [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br).

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 052/2016

Edital de Tomada de Preço n° 005/2016

Objeto: Execução de pavimentação com paralelepípedos e passeios públicos na Rua Adolfo Konder do Município de Erval Velho.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 15/07/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) e no site [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br).

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO Nº. 781/2016

ATA DE JULGAMENTO

Processo Licitatório Nº. 781/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 20/2016

No dia 27 de junho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 115/2016 para análise do questionamento da empresa SCS COMERCIO LTDA do processo licitatório que tem por objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. O pregoeiro junto com a comissão de licitações, reuniram-se para analisar o questionamento da empresa SCS COMERCIO LTDA que se sentiu lesada, pelo fato da mesma não poder participar da rodada de lances conforme item 4.1.2 do edital, sendo assim, o pregoeiro concedeu o prazo de 3 dias úteis para empresa apresentar por escrito sua intenção de recurso. Passado o prazo estipulado pelo pregoeiro para a empresa interpor recurso por escrito, onde a mesma não se manifestou, o pregoeiro junto com a comissão de licitações resolveu manter a decisão imposta na ata anterior.

Findos os trabalhos o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 781/2016 - GELSON

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 781/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 20/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/06/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa GELSON LUIZ CARNIEL – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.990.923/0001-09 estabelecida na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representada pelo Sr. GELSON LUIZ CARNIEL, inscrito no CPF/MF sob nº. 637.410.599-00 e Identidade nº. 12R/2.168.721, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 781/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 20/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
5	70,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	ACHOCOLATADO VITAMINADO PRONTO PARA BEBER (UHT) SABOR CHOCOLATE CONSERVADO EM EMBALAGEM TIPO CAIXA DE 1 LITRO COM TAMPAS ROSQUEÁVEL	4,04
16	400,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BETERRABA NOVA, DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, LIMPA, ACONDICIONADA, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	3,95
20	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400g	3,36
22	370,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLACHA DOCE TIPO CASEIRA FRESCA, DE BOA QUALIDADE SABORES DIVERSOS EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 02 KILOS CADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE E PESO IDENTIFICADO	12,55
23	100,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLO DOCE COM COBERTURA EM DIVERSOS SABORES (CHOCOLATE, CARMELIZADA), EM BANDEJA LAMINADA	16,16

25	245,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLO SALGADO RECHEADO COM PRESUNTO, QUEIJO, PEPINO, MAIONESE, E COM COBERTURA TOTAL DE MAIONESE EM BANDEJA LAMINADA	22,49
32	380,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CENOURA TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	3,81
35	60,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CHOCOLATADO EM PÓ, (SEM AÇUCAR) SACO EM POLIETILENO. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES.	8,92
37	70,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	COLORAU	5,92
39	260,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CORTES CONGELADOS DE GALINHA (EMBALAGEM CONTENDO CORTES DE GALINHA, INCLUSOS PEITO, COXA, SOBRECOXA, DORSO, ASAS E PESCOÇO) EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 01 KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 03 MESES.	7,95
42	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CUCA CASEIRA , RECHEADA SABOR CHOCOLATE OU DOCE DE LEITE COM COBERTURA GRANULADA.FRABRICADA NO DIA DA ENTREGA. COM PESO UNITARIO APROXIMADO A 800g.	6,46
56	1.330,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MAÇA NOVA DE 1º QUALIDADE EM TORNO DE 100g, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTES, COM ETIQUETA DE PESAGEM E PRAZO DE VALIDADE SEMANAL	4,41
57	650,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MACARRÃO 100% COM OVOS CASEIRO. EMBALAGEM DE POLIETILENO CONTENDO 01 KG COM RÓTULO E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE	8,08
61	560,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MANGA SÃ, DE 1ª QUALIDADE,LIMPA, EM BOM ESTADO DE MATURAÇÃO. EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE COM ETIQUETA DE PESAGEM	4,47
64	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MASSA PARA PIZZA, EM DISCOS DE TAMANHO MÉDIO	3,18
66	1.570,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MELANCIA TAMANHO MÉDIO, 1ª QUALIDADE, EM BOM ESTADO DE MATURAÇÃO E QUALIDADE PESANDO APROXIMADAMENTE 10 KG	1,36
75	310,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO DE MILHO FRESCO, DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM UNITÁRIA DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE	8,98
76	200,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO DE FORMA SOVADO FATIADO PARA SANDUICHE EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM VALIDADE MINIMA DE 10 DIAS COM PESO MINIMO DE 450g	4,96
77	760,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO TIPO FRANCÊS. PESO: NO MÍNIMO 50G, FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,18
83	400,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÓ PARA PUDIM SABORES VARIADOS. EMBALAGEM ATÓXICA COM VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES.	5,42
85	190,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	REPOLHO BRANCO NOVO, DE 1º QUALIDADE, FOLHA SÃS, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM .	4,46
87	125,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 1 KG, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	1,12
90	595,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, DE 1º QUALIDADE, SÃ, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM E PRAZO DE VALIDADE SEMANAL.	3,99

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo



Licitatório nº. 781/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - A entrega dos produtos ocorrerá de forma parcelada, diária e em local designado sem custo algum, conforme a necessidade do Município durante 12 meses.

VII – O prazo para a entrega dos produtos será imediato, contados a partir do recebimento da autorização de compra ou nota de empenho, que poderá ser enviada via fax para o número constante no cadastramento do fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretaria da Saúde – Maristela Valer

Secretaria da Educação – Helida Gomes Stock

Secretario de Assistencial Social – Leandro Neuhaus

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2016/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		GELSON LUIZ CARNIEL
CPF: 024.900.719-39		CPF: 637.410.599-00
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 781/2016 - LAINE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Licitatório nº. 781/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 20/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/06/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.396.928/0001-98 estabelecida na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representada pela Sra. LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI, inscrita no CPF/MF sob nº. 141.933.928-13 e Identidade nº. 13C/3.400.434, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 781/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 20/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	650,0	UND	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	ABACAXI , FRESCO, DE 1ª QUALIDADE, SEM MANCHAS, MACHUCADOS OU PASSADO O ESTADO DE MADURAÇÃO	5,36
4	200,0	UND	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	ACHOCOLATADO VITAMINADO PRONTO PARA BEBER (UHT) SABOR CHOCOLATE CONSERVADO EM EMBALAGEM TIPO CAIXA DE NO MINIMO 200ml COM CANUDO	1,09
7	22,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	ALHO NACIONAL DE 1º QUALIDADE EM EMBALAGEM PLASTICA	29,69
9	54,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	AMIDO DE MILHO. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES.	3,93
11	40,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	ARROZ INTEGRAL - CARACTERISTICAS TÉCNICAS: CLASSE: LONGO, FINO, TIPO I INTEGRAL. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1kg, EM POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATOXICO, PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	3,53
13	1.980,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCAS SÃS, SEM RUPTURAS.	1,77
14	420,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	BATATA INGLESA, NOVA, DE 1º QUALIDADE, TAMANHA GRANDE, LIMPA, ACONDICIONADA, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	4,42
18	670,0	PCT	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA: SABOR LEITE OU CHOCOLATE EMBALAGEM PLASTICA ATOXICA DE NO MINIMO 400 GRAMAS, COM DUPLA PROTEÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 8 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 400g	3,13
21	630,0	PCT	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	BISCOITO SALGADO INTEGRAL TIPO CREAM-CRACKER. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 400g	4,39
26	60,0	UND	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	CACAU EM PÓ, SEM AÇÚCAR (PURO CACAU) INGREDIENTES: CACAU EM PÓ E ESTABILIZANTE (LETICINA DE SOJA). EMBALAGEM DE NO MINIMO 200G	11,39
27	89,0	VD	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, INSTANTÂNEO, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 200g	9,81
31	230,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI ME	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA DE 1º QUALIDADE COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	4,41



33	10,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, (SUCRILHOS) DEVE APRESENTAR COR MARROM DOURADA, TEXTURA CROCANTE, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. EMBALAGEM DE NO MINIMO 500g	9,42
34	550,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO AÇUCARADO, (SUCRILHOS) DEVE APRESENTAR COR MARRON DOURADO, TEXTURA CROCANTE E COBERTURA AÇUCARADA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	8,05
36	340,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CHUCHU TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM	4,45
38	50,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	COCO RALADO DESIDRATADO PACOTE PLASTICO DE NO MINIMO 100g, COM FLOCOS DE COCO E ADIÇÃO DE AÇUCAR	2,69
43	107,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	DOCE DE FRUTAS EM PASTA. SABORES UVA GOIABA E FIGO COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 400g	2,96
45	53,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ERVILHA EM CONSERVA DE 1º QUALIDADE, LATA INTEGRA SEM AMASSADOS, SEM CONSERVANTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 3Kg	13,52
46	175,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	EXTRATO DE TOMATE 100% SEM CONSERVANTES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 860g	5,35
47	383,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	FARINHA DE MILHO FINA. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES.	2,44
51	550,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (TIPO SASSAMI) CONGELADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 01KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADO COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES.	9,48
52	145,0	PCT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	LEITE EM PÓ INTEGRAL EM EMBALAGEM APROPRIADA COM NO MINIMO 400g.	8,07
58	270,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MACARRÃO TIPO PARAFUSO: COM OVOS, VITAMINADO, COMPOSTO DE MATÉRIA-PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAL TERROSO, PARASITAS. EMBALADO EM PACOTES COM 500G. APROXIMADAMENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES E FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS DA ENTREGA	2,48
59	850,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MAMÃO DE 1º QUALIDADE, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM MANCHAS E MACHUCADURAS.	4,25
62	115,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MARGARINA VEGETAL COM SAL, COM 20 Á 40% DE LIPÍDIOS DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	4,44
65	125,0	PT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MELADO DE CANA BATIDO SAFRA NOVA EM EMBALAGEM DE 1 KILO	9,44
67	500,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MELÃO DE 1º QUALIDADE, SEM MANCHAS E MACHUCADURAS, AMARELO, CASCA SÃ, FIRME, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FISICOS OU MECÂNICOS, DEVENDO APRESENTAR 80 A 90% DE MATURAÇÃO, EMBALAGEM EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	2,94
69	85,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MILHO VERDE EM CONSERVA, LATA INTEGRA SEM AMASSADOS, SEM CONSERVANTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 3kg	12,19
70	250,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MORTADELA DE FRANGO: PRODUTO CONSTITUÍDO DA MISTURA DE CARNE DE FRANGO CONVENIENTEMENTE TRITURADAS, ADICIONADAS DE CONDIMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES. O PRODUTO DEVE SER PREPARADO COM CARNES DE BOA QUALIDADE, COM ATÉ 9% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS. PRODUTO EMBALADO EM PLÁSTICO DE 01KG, NO QUAL TENHA SIDO APLICADO VÁCUO, RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA REGISTRO NO SIM OU SIF, IDENTIFICAÇÃO DA CATEGORIA E TIPO DE CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 2 MESES NA ENTREGA	8,94

72	200,0	DZ	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	OVOS "TIPO GRANDE", VERMELHOS, CASCA LISA, EMBALAGEM EM DÚZIAS, EM CAIXA DE PAPELÃO ATÓXICO. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. POSSUIR REGISTRO NOS ÓRGÃOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA., OS OVOS DEVEM ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 15 DIAS.	4,93
79	80,0	CXA	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	PÓ PARA GELATINA DIET: EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 12GR, SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SIF. O PRODUTO DEVE SER ESPECÍFICO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE AÇÚCARES (DIABÉTICOS). VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	3,01
80	300,0	UND	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	PÓ PARA GELATINA SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO . EMBALAGEM DE POLIETILENO CONTENDO 01 KG	9,48
84	475,0	KG	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	QUEIJO TIPO MUSSARELA, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ATÓXICA CONTENDO 1 OU 2 KG. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA SEGUINDO LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS REGISTRO SIE OU SIF	20,91
86	157,0	UND	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	SAGU DE AMIDO DE MANDIOCA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 GRAMAS, ISENTA DE MOFO, ODORES ESTRANHOS OU QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA, PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EM EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 500g	2,32
88	300,0	KG	LAINÉ SALETE STE-FANELLO GIGLIOLLI ME	SALSICHA CONGELADA A GRANEL EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE EM PACOTE DE KG, COM RÓTULO CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E FABRICAÇÃO.	5,28

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 781/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - A entrega dos produtos ocorrerá de forma parcelada, diária e em local designado sem custo algum, conforme a necessidade do Município durante 12 meses.

VII – O prazo para a entrega dos produtos será imediato, contados a partir do recebimento da autorização de compra ou nota de empenho, que poderá ser enviada via fax para o número constante no cadastramento do fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretaria da Saúde – Maristela Valer  
Secretaria da Educação – Helida Gomes Stock  
Secretario de Assistencial Social – Leandro Neuhaus

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2016/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois)

anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 141.933.928-13
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 781/2016 - MARLI

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 781/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 20/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 28/06/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MARLI FALKOSKI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.331.200/0001-52 estabelecida na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pela Sra. SCHEILA DANIELA PALADINI, inscrita no CPF/MF sob nº. 010.206.979-46 e Identidade nº. 4.612.972, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 781/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 20/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
2	60,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AÇUCAR MASCAVO - DERIVADO DA CANA, LIMPO, EM ADEQUADAS CONDIÇÕES PARA CONSUMO. ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE ATÉ 2 KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESPECIFICADO NA EMBALAGEM	7,75

3	555,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AÇUCAR CRISTAL BRANCO, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES.	2,48
6	180,0	PÉS	MARLI FALKOSKI ME	ALFACE FRESCO, DE 1º QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 01 PÉ	1,77
8	150,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	AMENDOIM COM CASCA EM EMBALAGEM PLASTICA DE NO MINIMO 500g	3,57
10	300,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AGNHOLINE TIPO ARTESANAL, MASSA RECHEADA COM CARNE DE FRANGO OU GADO, EMBALAGEM DE 500g CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COM ETIQUETA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E DADOS DA EMPRESA RESPONSÁVEL	16,64
12	665,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO E FINO, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	2,35
15	1.135,0	LIT	MARLI FALKOSKI ME	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTA, DIVERSOS SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MINIMO 900ml. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA SEGUINDO LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS. REGISTRO SIE OU SIF	2,47
17	75,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	BISCOITO DOCE INTEGRAL DIET TIPO COOKIES COM CASTANHA DO PARÁ E/ OU OUTRA OLEAGINOSA. FONTE DE FIBRAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. PACOTES DE NO MINIMO 150G.	3,83
19	950,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	BISCOITO DOCE: TIPO ROSCA SABORES COCO E CHOCOLATE EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM DUPLA PROTEÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 400g	3,23
24	270,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	BOLO DOCE SEM COBERTURA EM BANDEJA LAMINA	15,48
29	560,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	CARNE BOVINA MOÍDA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES .	13,43
30	130,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	CARNE BOVINA PICADA EM CUBOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE INSPECIONADA, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	14,94
40	730,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 2 KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 6 MESES.	5,83
41	127,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	CREME DE LEITE PASTEURIZADO COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE EM CAIXINHA DE NO MINIMO 200g	2,23
44	160,0	PT	MARLI FALKOSKI ME	DOCE DE LEITE EM PASTA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 900g	7,22
48	335,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL SEM MISTURAS, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	2,23
50	76,0	LAT	MARLI FALKOSKI ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. EMBALAGEM DE NO MINIMO 250g	5,33
60	370,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	MANDIOCA, DESCASCADA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1º QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM ETIQUETA DE PESAGEM	3,89
63	570,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	MASSA PARA PASTEL TAMANHO GRANDE, FRESCA, PACOTES DE NO MINIMO 500G, QUE CONTENHAM ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DA EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	4,48
68	100,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	MILHO PARA PIPOCA DE BOA QUALIDADE EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MINIMO 500g	2,20
71	320,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	ÓLEO DE SOJA REFINADO, COM EMBALAGEM QUE DEVE CONSTAR À DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 900 ml	3,64
73	680,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PÃO TIPO FRANCÊS INTEGRAL PESO: 50G, FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,55
74	770,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PÃO DE CACHORRO-QUENTE. PESO: DE NO MINIMO 50G . FRESCO. FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,61
78	1.025,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE DIVERSOS SABORES ( CARNE MOÍDA, FRANGO, QUEIJO), BASE DE FARINHA DE TRIGO RICA COM ACIDO FÓLICO, AGUA, SAL, ALHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA.	11,69

81	30,0	CXA	MARLI FALKOSKI ME	PÓ PARA PUDIM DIET : SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO ISENTA DE AÇÚCAR – INDICADO PARA DIETAS RESTRITAS EM AÇÚCAR. EMBALAGEM DE NO MINIMO 30 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES	1,70
82	160,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	POLVILHO AZEDO, PACOTE COM 500 GRAMAS	2,39
89	290,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	SUCO EM PÓ EM DIVERSOS SABORES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 500g	2,90
91	270,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	VINAGRE TIPO AGRIN. VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES.AUSENTE DE ADITIVOS QUÍMICOS. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 750ml	2,63

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 781/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - A entrega dos produtos ocorrerá de forma parcelada, diária e em local designado sem custo algum, conforme a necessidade do Município durante 12 meses.

VII – O prazo para a entrega dos produtos será imediato, contados a partir do recebimento da autorização de compra ou nota de empenho, que poderá ser enviada via fax para o número constante no cadastramento do fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretaria da Saúde – Maristela Valer  
Secretaria da Educação – Helida Gomes Stock  
Secretaria de Assistencial Social – Leandro Neuhaus

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.



II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2016/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO



I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		SCHEILA DANIELA PALADINI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.206.979-46
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### DECRETO Nº 48/2016

DECRETO Nº. 48/2016

	NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Federal nº 13.0005/2014 (Plano Nacional de Educação).
--	--

#### DECRETA:

ART. 1º Ficam pelo presente Decreto NOMEADOS os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Flor do Sertão, criado pela Lei Municipal nº 639/2015.

Parágrafo Único: A comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação serão formadas por representantes do Conselho Municipal de Educação, representantes da Equipe Técnica de Organização e Sistematização do Documento Base, representantes do Poder Executivo Municipal e representantes do Centro Educacional Padre Luis Muhl.

I) Representantes do Conselho Municipal de Educação

a. Titular: Patrícia de Freitas Noronha

b. Suplente: Laura Maria Rogoski

II) Representantes da Equipe Técnica de Organização e Sistematização do Documento Base

a. Titular: Delisa Engel

b. Suplente: Inácio Luis Saling

III) Representantes do Poder Executivo Municipal

a. Titular: Leandro Neuhaus

b. Suplente: Maria Lúcia Freiburger

IV) Representantes do Centro Educacional Padre Luis Muhl.

a. Titular: Janete Schwertz

b. Suplente: Raquel Aparecida de Lima

ART. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

ART. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 28 dias do mês de Junho de 2016.

ROGERIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

**DECRETO Nº. 047/2016**

DECRETO nº. 47/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 781/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 781/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARLI FALKOSKI ME	R\$ 67.686,64
GELSON LUIZ CARNIEL ME	R\$ 57.174,50
LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	R\$ 59.625,73

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

**PORTARIA Nº 143/2016**

	PORTARIA Nº 143/2016
	PRORROGA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA a Contratação da Funcionaria Municipal MARGARETE MAFESSONI, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 29 dias do mês de Junho de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATANTE – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA .ME

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para disponibilização e manutenção de uma rede integrada por tecnologia de Internet por Fibra Ótica, link de 20M (vinte mega) Download e Upload, para as atividades on line do Poder Legislativo de Forquilha, para o exercício de 2016/2017.

VALOR – R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA – 13/05/2017.

DOTAÇÃO – 3.3.90

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA DA ASSINATURA – 13 de maio de 2016.

RANGEL LOCH

Presidente da CMF

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/PMF/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/PMF/2016  
(Referente Pregão Presencial nº. 99/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ADEMIR RAMPINELLI ME, CNPJ/MF nº 81.596.801/0001-63, estabelecida na Rua Bonifácio Back, 39, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Ademir Rampinelli, CI 6/R 452.177, CPF 379.027.259-00;
2. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ/MF nº 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00;
3. ALTO GIRO MOTORS COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA, CNPJ/MF nº 05.133.613.0001-10, estabelecida na Avenida Centenário, nº 5845, Bairro Próspera, Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Luciano Lima, CI 6/R 3.809.089, CPF 027.465.199-84;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 99/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Militar e veículo Samu do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QUANT	M.O R\$	P.O	P.R	VENCEDOR
1	GM/BLAZER ADVANTAGE	2009/2009	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO

2	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2012/2012	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
3	FIAT/PALIO WK TREKK 1.6	2013/2014	2	R\$ 62,30	11%	26%	ADEMIR
4	HONDA/XRE 300	2015/2015	2	R\$ 70,00	10%	25%	ALTO GIRO
5	RENAULT/MASTERAMB RONTAN	2012/2013	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, por conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.
2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
  - 2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.
3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
  - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.
7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.
  - 1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
  - 1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.
  - 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

**Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
  - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.
  - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima – Das Obrigações**

1. Do Município:
  - 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
  - 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
  - 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
  - 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
  - 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
  - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
  - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
  - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
  - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
  - 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
  - I - advertência;
  - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
    - a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
    - b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
    - c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
    - d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
  - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 99/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 28 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ADEMIR RAMPINELLI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Ademir Rampinelli

CPF: 379.027.259-00;

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Zilezio Olavo Machado

CPF: 398.524.319-00;

ALTO GIRO MOTORS COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Luciano Lima

CPF: 027.465.199-84;



**ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 90/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA MAX ARNS, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, (PERÍMETRO CENTRAL) TRECHO COM INÍCIO DA ROTATÓRIA DA RODOVIA GABRIEL ARNS ATÉ A FUTURA ROTATÓRIA DA ROD. WACOB WESTRUP, COM EXTENSÃO DE 1,40 KM, CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 0000017487 CADASTRADA NO SIGEF/SC, JUNTO A SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CRICIÚMA.

Às onze horas do dia vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilhina, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilhina, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 90/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, CREMA ENGENHARIA LTDA; os preços globais apresentados foram CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA R\$ 482.845,46 (quatrocentos e oitenta e dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos); JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA R\$ 399.977,13 (trezentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e sete reais e treze centavos); e CREMA ENGENHARIA LTDA R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). O menor preço global apresentado foi da empresa: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital, sendo então a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilhina, 28 de junho de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

KEND BERNARDO TROMBIM TAINARA SILVEIRA REDIVO

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

**EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 71/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 71/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GENTE SEGURADORA S.A

OBJETO – Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilhina/SC.

VALOR – R\$ 35.330,00 (trinta e cinco mil trezentos e trinta reais)

VIGÊNCIA – 18/05/2017

DOTAÇÃO - 0501.2015.3390 (84); 0703.2033.3390 (140)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 80/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 88/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 88/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a construção de duas academias populares com parques infantis, nos bairros Santa Isabel e Vila Lourdes do Município de Forquilhina/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 99.185,74 (noventa e nove mil cento e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias); – 21/11/2016.

DOTAÇÃO – 0701.1019.4490 (112).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 97/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 24 de junho de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

**AT16FMS39****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS39  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-EPP  
Valor ..... : 2.316,00 (dois mil trezentos e dezesseis reais)  
Vigência ..... : Início: 15/06/2016 Término: 31/10/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTIJÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE JUNHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**AT16SF38****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF38  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-EPP  
Valor ..... : 125,00 (cento e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 15/06/2016 Término: 31/10/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTIJÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE JUNHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**AT16SF39****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF39  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: EMEC DO BRASIL COMÉRCIO DE BOMBAS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
Valor ..... : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 22/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOMBA DOSADORA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA DOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**AT16SF40****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF40  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI  
Valor ..... : 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 22/06/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA EM CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE CALÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDO INCLUINDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO E MÃO DE OBRA.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**AT16SF41****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF41  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: METROLÓGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓRIO.  
Valor ..... : 11.000,00 (onze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO (ETA) DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**AT16SF42****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF42  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: BALANÇAS CRESGAL COM. E SERVIÇOS LTDA  
Valor ..... : 6.100,00 (seis mil e cem reais)  
Vigência ..... : Início: 23/06/2016 Término: 31/10/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO MUNCK, PARA UTILIZAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI) DURANTE O PERÍODO DE JUNHO A OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

## AVISO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040-2016 PMF

Aviso de Revogação do Pregão Presencial nº 0040/2016 – PMF  
Processo Administrativo Licitatório Nº 0084/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto era visando a contratação de empresa do ramo, recuperação de sistemas de freio e diferencial retroescavadeira New Holland, considerando que os itens, na forma licitada, não atende as necessidades para que se propõe, que estão presentes os motivos de conveniência e oportunidade e que foi garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório à empresa contratada, a qual manifestou-se afirmando não deseja apresentar qualquer defesa sobre o pedido de revogação, estando tais motivos devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, com fundamento nos arts. 49 da Lei 8.666/1993, Súmulas 346 e 473 do STF e art. 18 da Lei 3.555/2000. Realize-se nova LICITAÇÃO. Fraiburgo(SC), 28 de junho de 2016

Ivo Biazolo – Prefeito

### CT16FMS14

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16FMS14

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI - ME

Valor ..... : 12.480,00 (doze mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 24/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 87/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UMA CENTRAL PRIVADA DE COMUTACÃO TELEFÔNICA – CPCT, TIPO PABX CPA-T, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS, LICENÇAS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO; ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS PROPOSTOS DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA; A SEREM INSTALADOS NA UNIDADE DE SAÚDE NAÇÕES NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

### CT16FMS15

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16FMS15

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CARBONI VEICULOS LTDA

Valor ..... : 41.990,00 (quarenta e um mil novecentos e noventa reais).

Vigência ..... : Início: 27/06/2016 Término: 31/08/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto ..... : AQUISIÇÃO 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO PARA USO DO CAPS CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

### DECRETO Nº 164-2016

DECRETO Nº 164 de 28 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE DE LOTES CONSTANTES DA PRIMEIRA ETAPA DO LOTEAMENTO COLINA DO SOL, DA EMPRESA INCORPORADORA BALESTRIN LTDA, OBJETO DO

DECRETO Nº 0154/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do Processo Administrativo nº 3174/2015 e requerimento protocolado sob nº 4804/2016, fica autorizada a liberação de transmissão de propriedade dos lotes 0001 a 0008 da quadra 669 do Loteamento Colina do Sol, referente a 1ª etapa de implantação.

Art. 2º. Permanece inalterado o prazo previsto no parágrafo 2º do inciso III do artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008 para conclusão total das obras.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 165-2016

DECRETO Nº 165, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	8.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (4)	R\$	12.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1520/2016**

PORTARIA Nº 1520, DE 28 DE JUNHO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1052/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.552.589-60, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de junho de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1521/2016**

PORTARIA Nº 1521, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MARIA HERMINIA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 046.282.589-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de junho de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**TA.AT16FME09****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FME09 - Contrato Nº: AT16FME02  
Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME  
Valor ..... : 885,80 (oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos).  
Vigência ..... : Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 16,18,03,17,20 E 4, LOTE 2, ITEM 19. DE COMUM ACORDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16FMS13****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16FMS13 - Contrato Nº: AT16FMS02  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME  
Valor ..... : 3.459,50 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).  
Vigência ..... : Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 08,18 E 20 DO EDITAL. DE COMUM ACORDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT16SF17****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT16SF17 - Contrato Nº: AT16SF02  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: GEMA DAL MAGRO EIRELI ME  
Valor ..... : 12.048,62 (doze mil e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).  
Vigência ..... : Início: 14/06/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS,16,18,03,17,20, 04 E 01, LOTE 2, ITENS 05,06,09,10,11,12,07,13,14 E 15. DE COMUM ACORDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31/12/16.

Fraiburgo, 28 de Junho de 2016  
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 030/2016**

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 030/2016

ALTERA O ARTIGO 162 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 41, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e a Mesa Diretora da Câmara Municipal promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º. O artigo 162 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 162. O Sistema Municipal de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre o Município de Fraiburgo e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º. O Sistema Municipal de Cultura fundamenta-se na política municipal de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados e os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementariedade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia do município e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º. Constitui a estrutura do Sistema Municipal de Cultura:

- I - Fundação Cultural de Fraiburgo;
- II - conselho de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões intergestoras;
- V - plano municipal de cultura;
- VI - sistema de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII - programas de formação na área da cultura; e
- IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º. Lei municipal disporá sobre a regulamentação do Sistema Municipal de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais de governo.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 28 de junho de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS	
Presidente da Mesa	
JOSÉ WALDIR DIAS Chechi	
Vice Presidente	
JOSIEL DA SILVA	
1º Secretário	

GERSON DE MATIA  
2º Secretário

ADILSON JOSÉ DIAS  
Gestor Público Legislativo

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 026/2016

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 026/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 014/2016, tipo menor preço por lote até às 09h:00min. do dia 13 de julho de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS, RETROESCAVADEIRA NHW LB 110, MOTONIVELADORA HUBER WARCO 205, RETROESCAVADEIRA JCB 3C, MOTONIVELADORA CASE 845, ENSILADEIRAS, ESTERQUEIRAS, GRADES ARADORAS, PÉ DE PATO, CARRETAS AGRÍCOLAS, PLANTADEIRAS, SEMEADEIRAS E ROLO COMPRESSOR PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 29 de junho de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Marcos Andre Cossa  
Departamento de Compras



# Garopaba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 126/2016**

DECRETO N.º 126, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA			
EMPENHO	DATA	CREDOR	VALOR R\$
0008/15	02/01/2015	Companhia C. de Águas e Saneamento (Casan)	91,57
0547/15	30/01/2015	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt SA	234,79
0558/15	30/01/2015	Secretaria de Estado da Fazenda	78,52
0626/15	06/02/2015	Aquagas Comercio de Gás Ltda.-Me	24,54
0650/15	10/02/2015	Megaa Diesel - Mecânica e Acessórios Auto Arroio	137,50
1020/15	05/03/2015	Empresa de Pesq. e Ext. Rural de SC - Epagri	0,01
2027/15	29/05/2015	Comercial Cascaes Ltda.	1.148,53
2200/15	22/06/2015	Asterioide Pereira - Me	541,29
2525/15	08/07/2015	Lavação Edeneser Ltda. - Me	32,35
2562/15	15/07/2015	Megaa Diesel - Mecânica e Acessórios Auto Arroio	489,00
2572/15	15/07/2015	Fertil Comercio e Rep. de Prod. Veterinários Ltda.	3.448,00
2975/15	19/08/2015	Jose Carlos de Assis - Me	5,00
3224/15	31/12/2015	Comercial Cascaes Ltda.	907,71
3225/15	02/09/2015	Comercial Cascaes Ltda.	592,95
3349/15	18/09/2015	Santomaq Serviços, Peças e Imp. Agrícolas Ltda. - Me	48,80
3612/15	05/10/2015	Lavação Edeneser Ltda. - Me	289,00
3709/15	20/10/2015	Megaa Diesel - Mecânica e Acessórios Auto Arroio	52,50
4060/15	24/11/2015	Santomaq Serviços, Peças e Imp. Agrícolas Ltda. - Me	1.105,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 014/2016**

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0014/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 08 do mês de julho de 2016 (08/07/2016), às 9h, em sessão extraordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10260023732016 – Reexame Necessário – Recorrente: SHADOW INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270027322016 – Reexame Necessário – Recorrente: LEANDRO DALLA CORTE - ME (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270069482013 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: B T TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270020382016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ANA MARIA FRANCISCO BERNARDO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Garopaba, 27 de junho de 2016.

Emanuele Barcellos Candido  
Secretária-Geral da JARF

### **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 13/2016**

#### **JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS**

#### **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0013/2016**

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 06 do mês de julho de 2016 (06/07/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270020132016 – Reexame Necessário – Recorrente: TERCILIA CAROLINA BERNARDO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270032692016 – Reexame Necessário – Recorrente: ANA NOWOTNY CARPIO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270020272016 – Reexame Necessário – Recorrente: ALINE ALMEIDA AMARAL (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270027332016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ADI ROSA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

10270020092016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MANOEL ESTEVÃO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270035932016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: VALFRIDO KLOTH (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Garopaba, 27 de junho de 2016.

Emanuele Barcellos Candido  
Secretária-Geral da JARF

### **PORTARIA N.º 449/2016**

PORTARIA N.º 449, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

REVOGA A PORTARIA N.º 349, DE 12 DE MAIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 02/06/2016, a Portaria nº. 349 de 12 de maio de 2015, que determina a Abertura de Sindicância Administrativa.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### **PORTARIA N.º 459/2016**

PORTARIA N.º 459, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e



CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração o Ofício ADM n.º 168/2016, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar as inconsistências observadas na exoneração da servidora Inez Severino Silveira, no ano de 2009, conforme cópias da documentação em anexo;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante, os servidores: GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, mat. 0919, LEANDRO IZALDO SILVA, mat. 0924 e CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, mat. 0017, com a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 07 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 540/2016**

PORTARIA N.º 540, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

**RESOLVE,**

Art.1º. EXTINGUIR o Contrato de Trabalho nº 292/2015, em virtude do falecimento do servidor PAULINO DE JESUS, ocorrido em 20/06/2016, ocupante do cargo de Auxiliar de Conservação/Manutenção, matrícula funcional n.º 6140, lotado na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 20/06/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DISTRATO Nº 12/2016

DISTRATO Nº 012/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SCHEILA REGINA LINO KRUEGER, brasileira, casada, professora, RG nº 3.215.066, CPF: 902.153.119-49, residente e domiciliado na Rua Marcerlino Zanella, 138, Floresta, Joinville/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Supervisora Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 045/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 13 de junho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 13/2016

DISTRATO Nº 013/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. EVERTON TETU ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.285.379, CPF: 054.718.709-21, residente e domiciliado na Rua São Francisco, 123 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato

celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 016/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 21 de junho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### GABARITO EDITAL 02/2016

GABARITO EDITAL Nº002/2016

01	D
02	B
03	C
04	A
05	B
06	B
07	E
08	A
09	A
10	E
11	C
12	B
13	A
14	E
15	C
16	A
17	C
18	A
19	B
20	C

Garuva, 28 de Fevereiro de 2016

Vanessa M. B. Nagel

Presidente da Comissão

# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 7.048, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 7.048, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude de desistência expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
MARISA DE FATIMA MARIA-NO	PSICÓLOGO	40	9ª	SECRETARIA DE SAÚDE	7.043/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 7.046, DE 24 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 7.046, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEIS LOCALIZADOS NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e em conformidade com o artigo 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial ou amigável, nos termos da alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os seguintes imóveis:

I – Pertencentes a Ivo Carlos Duarte, inscrito no CPF sob o nº 162.238.889-53:

a) Um imóvel situado na cidade de Gaspar, sito à Avenida Deputado Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, contendo área de 1.364,07 m² (Um mil trezentos e sessenta e quatro metros e sete decímetros quadrados); inicia-se se no ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Ivo Carlos Duarte, matrícula nº 19.754 com o azimuth de 94°00'14", com o ângulo interno de 89°55'17" e a distância de 15,00 m até o ponto 18; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimuth de 183°55'31", com o ângulo interno de 90°04'43" e a distância de 19,68 m até o ponto 19; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimuth de 185°08'10", com o ângulo interno de 178°47'21" e a distância de 19,27 m até o ponto 20; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimuth de 187°05'13", com o ângulo interno de 178°02'57" e a distância de 25,34 m até o ponto 21; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimuth de 189°32'43", com o ângulo interno de 177°32'31" e a distância de 22,85 m até o ponto 22; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimuth de 192°14'58", com o ângulo interno de 177°17'45" e a distância de 3,64 m até o ponto 23; desse segue por linha seca confrontando com terras de Hamilton Artur Krauss, matrícula nº 14.552 com o azimuth de 272°55'56", com o ângulo interno de 99°19'01" e a distância de 15,20 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimuth de 12°14'58", com o ângulo interno de 80°40'59" e a distância de 5,74 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimuth de 9°32'43", com o ângulo interno de 182°42'15" e a distância de 22,18 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimuth de 7°05'13", com o ângulo interno de 182°27'29" e a distância de 24,77 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimuth de 5°08'10", com o ângulo interno de 181°57'03" e a distância de 18,86 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimuth de 3°55'31", com o ângulo interno de 181°12'39" e a distância de 19,54 m até o ponto 2; início da descrição do perímetro conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob o nº R-6-14.553;

b) Um imóvel situado na cidade de Gaspar sito à Avenida Deputado Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, contendo área de 812,20

m<sup>2</sup> (oitocentos e doze metros e vinte decímetros quadrados), inicia-se no ponto V3; desse segue por linha seca com o azimute de 93°58'31" com o ângulo interno de 89°21'20" e a distância de 3,45 m, confrontando com área a permutar, até o ponto V4; desse segue por linha seca com o raio de 15,24, com o ângulo interno de 154°17'11" e a distância de 14,16 m, confrontando com área a permutar, até o ponto V5; desse segue por linha seca com o azimute de 183°28'13" com o ângulo interno de 116°13'06" e a distância de 39,37 m, confrontando com a Avenida Deputado Francisco Mastella, até o ponto V6; desse segue por linha seca com o raio de 9,00, com o ângulo interno de 134°58'24" e a distância de 14,20 m, confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Gaspar, registrado sob a Matrícula nº19.853, até o ponto V7; desse segue por linha seca com o azimute de 273°51'08" com o ângulo interno de 134°39'05" e a distância de 6,69 m, confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Gaspar, registrado sob a Matrícula nº19.853, até o ponto V8; desse segue por linha seca com o azimute de 4°12'41" com o ângulo interno de 89°38'26" e a distância de 12,16 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049, até o ponto V16; desse segue por linha seca com o azimute de 3°19'20" com o ângulo interno de 180°53'21" e a distância de 24,93 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049 até o ponto V17; desse segue por linha seca com o azimute de 3°19'51" com o ângulo interno de 179°59'29" e a distância de 17,31 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049, até o ponto V3; início da descrição do perímetro, conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob o nº 27.049

II – Pertencente a Hamilton Artur Krauss, inscrito no CPF sob o nº 351.820.759-87: um imóvel situado na cidade de Gaspar, sito à Avenida Deputado Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, com área de 1.931,93 m<sup>2</sup> (um mil novecentos e trinta e um metros e noventa e três decímetros quadrados); inicia-se no ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Ivo Carlos Duarte com o azimute de 92°01'31", com o ângulo interno de 100°13'26" e a distância de 15,24 m até o ponto 35; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 192°14'58", com o ângulo interno de 79°46'34" e a distância de 17,84 m até o ponto 34; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 194°20'02", com o ângulo interno de 177°54'56" e a distância de 11,75 m até o ponto 33; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 196°15'13", com o ângulo interno de 178°04'49" e a distância de 10,21 m até o ponto 32; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 198°46'14", com o ângulo interno de 177°28'59" e a distância de 19,02 m até o ponto 31; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 201°30'33", com o ângulo interno de 177°15'41" e a distância de 18,96 m até o ponto 30; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 204°21'14", com o ângulo interno de 177°09'19" e a distância de 22,81 m até o ponto 29; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 207°22'01", com o ângulo interno de 176°59'13" e a distância de 15,72 m até o ponto 28; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 209°06'09", com o ângulo interno de 178°15'51" e a distância de 11,67 m até o ponto 27; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 211°09'05", com o ângulo interno de 177°57'05" e a distância de 0,47 m até o ponto 26; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Prefeito Júlio Schramm com o azimute de 272°05'22", com o ângulo interno de 119°03'43" e a distância de 17,16 m até o ponto 11; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 31°09'05", com o ângulo interno de 60°56'17" e a distância de 8,53 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 29°06'09", com o ângulo interno de 182°02'55" e a distância de 11,18 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 27°22'01", com o ângulo interno de 181°44'09" e a distância de 15,10 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 24°21'14", com o ângulo interno de 183°00'47" e a distância de 22,05 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 21°30'33", com o ângulo interno de 182°50'41" e a distância de 18,23 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 18°46'14", com o ângulo interno de 182°44'19" e a distância de 18,33 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 16°15'13", com o ângulo interno de 182°31'01" e a distância de 9,63 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 14°20'02", com o ângulo interno de 181°55'11" e a distância de 11,23 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando a Área Remanescente 01 com o azimute de 12°14'58", com o ângulo interno de 182°05'04" e a distância de 14,86 m até o ponto 2; início da descrição do perímetro, conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar com o registro nº R-7-14.552.

Art. 2º. Os imóveis descritos nas alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 1º deste Decreto são avaliados, respectivamente, em R\$ 204.610,50 (duzentos e quatro mil reais, seiscentos e dez reais e cinquenta centavos) e R\$ R\$ 121.830,00 (cento e vinte e um mil oitocentos e trinta reais).

Art. 3º. O imóvel descrito no inciso II do artigo 1º deste Decreto é avaliado em R\$ 289.789,50 (duzentos e oitenta e nove mil reais, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 4º. As desapropriações dos imóveis descritos nos incisos do artigo 1º deste Decreto possuem como finalidade a ligação entre as ruas Prefeito Júlio Schramm e Clara Bittencourt, evitando cruzamentos com a rodovia estadual, conforme previsão no Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Gaspar.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aquisição dos imóveis descritos nos incisos do artigo 1º deste Decreto correrão por conta da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.047, DE 24 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 7.047, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 1029 Construção, Ampliação e Ref. da SEMED, Escolas, Quadras Esp., L	
Dotação: 270 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.428,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 7.049, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 7.049, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
BARBARA ZAIDA RAMPA DIAS	PSICÓLOGO	40	10ª	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA Nº 4.038, DE 23 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 4.038, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347, de 24 de abril de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 005/2015, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ANTONIO REGIS JESUS DE CARVALHO	16/06/2016	MEDICO PSIQUIATRA

LUCAS ANDRADE ANANIAS	07/06/2016	PSICOLOGO
LUIS ALAN CARDOSO DE MELO	09/06/2016	MEDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **PORTARIA Nº 4.039, DE 23 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 4.039, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347, de 24 de abril de 1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos nº 015/2015 e nº 001/2016, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ANELISE TILL	13/06/2016	MERENDEIRA/SERVENTE
ANGELA MARIA DE SOUZA E SILVA	09/06/2016	PROFESSOR DOC-III-4
BRUNA VIEIRA	14/06/2016	PROFESSOR DOC-III-6
CAMILA DOS SANTOS HIDALGO SELLA	17/06/2016	PROFESSOR DOC-I-4
CATIANE TESTONI	15/06/2016	PROFESSOR DOC-III-3
DENISE PAIS	09/06/2016	COORDENADOR PEDAGOGICO
EUNICE SILVA SIQUEIRA	09/06/2016	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 act
INGELORE SCHILLER	09/06/2016	PROFESSOR DOC-III-4
JERUSA DA COSTA	17/06/2016	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 act
JULIANA CASSIA PAITCH	09/06/2016	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 act
LUCILEIA WEIDGENAND	02/06/2016	MERENDEIRA/SERVENTE
LUIZ CARLOS ZANCANELLA	07/06/2016	PROFESSOR DOC-III-1
PEDRO GOTTARDI	20/06/2016	PROFESSOR DOC-I-3
SABRINA AMARAL DE JESUS	13/06/2016	PROFESSOR DOC-I-5

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de junho de 2016.

Gaspar, 23 de junho de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar



**SAMAE - GASPAR****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2016 - SAMAE**

E X T R A T O

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 32/2016

OBJETO: Contratação de serviços de conserto de geofone e armazenador de dados.

CONTRATADO: RESTOR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICA LTDA. (56.734.619/0001-84).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 4.641,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais)

DATA VIGÊNCIA: 28/06/2016

DATA VENCIMENTO: 28/09/2016

BASE LEGAL: Artigo 25, inciso I da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 28 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2016 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

· CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

===== Número do contrato:  
29/2016

Data vigência: 20/06/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 29/2016 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de minuta de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gaspar

Valor R\$ 4.990,00 (Quatro mil, novecentos e noventa reais)

Gaspar (SC), em 20 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 89

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Alcedir Ederildo Sombrio Fernandes possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos e a prestação de serviços, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e a prestação de serviços e que isso contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ALCEDIR EDERILDO SOMBRIO FERNANDES  
Restos a Pagar: 1437

Valor: R\$ 1.460,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 90

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Alcedir Ederildo Sombrio Fernandes ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos e a prestação de serviços, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e a prestação de serviços e que isso contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ALCEDIR EDERILDO SOMBRIO FERNANDES ME  
Restos a Pagar: 0531 e 0533

Valor: R\$ 408,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 91

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Odeliria Orben Perin Ceolin possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e de 2015, condicionando o fornecimento de produtos e a

prestação de serviços, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e a prestação de serviços e que isso contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ODELIRIA ORBEN PERIN CEOLIN  
Restos a Pagar: 1856, 0567, 0814, 1057 e 1119

Valor: R\$ 1.350,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 92

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Polimpessos Serviços Gráficos Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e a prestação de serviços e que isso contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME  
Restos a Pagar: 0090

Valor: R\$ 2.800,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 93

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que MSGEO Engenharia e Geologia Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento nº 2151 vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MSGEO Engenharia e Geologia Ltda ME

Ordem de Pagamento: 2151

Valor: R\$ 3.693,98

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

#### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 94**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Rodrigo Folchini Da-coreggio possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata as Ordens de Pagamento abaixo citadas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RODRIGO FOLCHINI DACOREGGIO

Ordens de Pagamento: 0732, 1005, 1320, 1815, 2076, 2124, 2131, 2368 e 2533

Valor: R\$ 2.350,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

#### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 95**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que RODRIGO FOLCHINI DACOREGGIO possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RODRIGO FOLCHINI DACOREGGIO

Restos a Pagar: 1704, 1705, 1706, 1776, 1782, 0169, 0571, 0631, 0618, 0632, 0633, 0938, 0941, 0943, 1040, 1041, 1056, 1063, 1457, 1484, 1934 e 1940.

Valor: R\$ 5.430,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

#### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 96**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Magu Comércio de Móveis para Escritório Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecedor apresentou desconto e que a aquisição de que trata as Ordens de Pagamento abaixo citadas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MAGU COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Notas Fiscais: 000.002.173 e 000.002.175

Valor: R\$ 1.595,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

#### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 97**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Anesio Volpato ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecedor apresentou desconto e que a aquisição de que trata as Ordens de Pagamento abaixo citadas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANESIO VOLPATO ME

Empenho: 529/16

Valor: R\$ 9.801,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Edital: Pregão Presencial	83/2016
Processo Licitatório: 83/2016	
Tipo: Menor Preço - Por Item	
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE 03 MÁQUINAS PESADAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC	
Entrega dos Envelopes: 15/07/2016 às 13h30min	
Abertura dos Envelopes: 15/07/2016 às 13h30min	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247.	
Guaramirim (SC), 28 de junho de 2016.	
LAURO FROHLICH PREFEITO MUNICIPAL	

### DECRETO Nº. 657/2016

DECRETO Nº. 657/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

13.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
13.001  
2070 – Manutenção de programas de desenvolvimento social  
3335000000000000  
10000 ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

13.00 Fundo Municipal de Assistência Social

13.001

2070 – Manutenção de programas de desenvolvimento social  
3339000000000000

10000 ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### ERRATA I - EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 80/2016 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

TOMADA DE PREÇO Nº 80/2016 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO da LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 80/2016 – PMG

#### 1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

Alteração no item 11.1.2. letra " b " do Edital.

#### 2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 15/07/2016 às 09h, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis na segunda feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e de terça a sexta feira das 07:00h às 13:00h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 28 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015 – PMG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Registro de preços para a aquisição de lâminas, parafusos, arruelas, pinos de dentes (trava) e dentes/unhas (ponta) para reposição em motoniveladoras, carregadeiras e

escavadeiras da Secretaria Municipal de Infraestrutura do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: JULIO SILVESTRE FILHO – ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.608.150/0001-50, com sede na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, nº 1050, sala 1, bairro Humaitá, município de Tubarão, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro em 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento) no item 3 – LÂMINA 13 FUIROS ¾ RETA FURAÇÃO 5/8 –, sendo o novo valor unitário de R\$ 389,78 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 20/06/2016 Vigência: 10/11/2016.

GUARAMIRIM (SC), 28 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **LEI Nº. 4317/2016**

LEI Nº. 4317/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, para o desenvolvimento do Projeto Alfabetização Digital.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, para o desenvolvimento do Projeto Alfabetização Digital.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de até R\$ 33.319,00 (trinta e três mil, trezentos e dezenove reais) em cinco parcelas.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.

Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4318/2016**

LEI Nº. 4318/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, para o desenvolvimento do Projeto Criar, Cortar e Costurar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, para o desenvolvimento do Projeto Criar, Cortar e Costurar.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo de Assistência Social à entidade, subvenção social no valor de até R\$ 74.543,00 (setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais) em cinco parcelas.

Art. 3º. O Conselho Municipal Assistência Social de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.

Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4319/2016**

LEI Nº. 4319/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, para o desenvolvimento do Projeto Tempo de Brincar e Crescer.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, para o desenvolvimento do Projeto Tempo de Brincar e Crescer.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de até R\$ 29.185,00 (vinte e nove mil, cento e oitenta e cinco reais) em cinco parcelas.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.



Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4320/2016**

LEI Nº. 4320/2016

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", para o desenvolvimento do Projeto Bombeiro Mirim e Aspirante.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1574/1992, de 10 de julho de 1992, para o desenvolvimento do Projeto Bombeiro Mirim e Aspirante.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 13.070,00 (treze mil e setenta reais).

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.

Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4321/2016**

LEI Nº. 4321/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o desenvolvimento do Projeto Prevenir é Melhor que Remediar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a

todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, para o desenvolvimento do Projeto Prevenir é Melhor que Remediar.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de até R\$ 14.635,00 (catorze mil seiscentos e trinta e cinco reais).

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.

Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº.4316/2016**

LEI Nº. 4316/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, para o desenvolvimento do Projeto Sustentabilidade na Prática.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, para o desenvolvimento do Projeto Sustentabilidade na Prática.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo de Assistência Social à entidade, subvenção social no valor total de até R\$ 16.002,00 (dezesseis mil e dois reais) em cinco parcelas.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.

Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 224/2016 ATÉ 414/2016**

PORTARIA Nº. 224/2016

Estabelece Lotação da servidora Cristiane Lessmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cristiane Lessmann, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 225/2016

Estabelece Lotação da servidora Cynthia Carvalho Benner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cynthia Carvalho Benner, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 226/2016

Estabelece Lotação da servidora Debora Regina Lietz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do

magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Debora Regina Lietz, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 227/2016

Estabelece Lotação da servidora Elaine Fernanda Kieckhoefel.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elaine Fernanda Kieckhoefel, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 228/2016

Estabelece Lotação da servidora Elisangela dos Santos Budal Obenaus.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elisangela dos Santos Budal Obenaus, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 229/2016

Estabelece Lotação da servidora Vanessa Regina Barbosa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Vanessa Regina Barbosa, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 230/2016

Estabelece Lotação da servidora Bruna Carla Mohr.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Bruna Carla Mohr, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 231/2016

Estabelece Lotação da servidora Camila Decker.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Camila Decker, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 232/2016

Estabelece Lotação da servidora Catia Maria Borgmann Rosa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Catia Maria Borgmann Rosa, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 233/2016

Estabelece Lotação da servidora Daiane Teresinha Girardi Claudino.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Daiane Teresinha Girardi Claudino, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 234/2016

Estabelece Lotação da servidora Elaine Suele Valler Correa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elaine Suele Valler Correa, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 235/2016

Estabelece Lotação da servidora Evanilde da Silva Breis.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Evanilde da Silva Breis, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 236/2016

Estabelece Lotação da servidora Marcia Hamerschmitt da Roza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marcia Hamerschmitt da Roza, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 237/2016

Estabelece Lotação da servidora Veronita Conzati Stefens.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do

magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Veronita Conzati Stefens, Professora I-C, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 238/2016

Estabelece Lotação do servidor Yuri Dolberth Leite.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Yuri Dolberth Leite, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, no CEI Mamãe Gansa e seus Filhotes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 239/2016

Estabelece Lotação da servidora Elisabet Lemke Sussenbach.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elisabet Lemke Sussenbach, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 240/2016

Estabelece Lotação da servidora Beatriz Nunes Albano Batista.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Beatriz Nunes Albano Batista, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 241/2016**

Estabelece Lotação da servidora Dirlene Mara Medeiros da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Dirlene Mara Medeiros da Silva, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 242/2016**

Estabelece Lotação da servidora Heloíse Karina Marinho.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Heloíse Karina Marinho, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 243/2016**

Estabelece Lotação da servidora Maria Cristina Jacobi Rabello.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria Cristina Jacobi Rabello, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 244/2016**

Estabelece Lotação da servidora Patricia Ochner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Patricia Ochner, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 245/2016**

Estabelece Lotação da servidora Seleny Vargas Wagner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Seleny Vargas Wagner, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 246/2016

Estabelece Lotação da servidora Sibeles da Silva Zanghelini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sibeles da Silva Zanghelini, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 247/2016

Estabelece Lotação da servidora Sonia Teresinha Motta Wirth.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sonia Teresinha Motta Wirth, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 248/2016

Estabelece Lotação da servidora Taisi Morch.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Taisi Morch, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 249/2016

Estabelece Lotação da servidora Tania Regina Barufi Eichniger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Tania Regina Barufi Eichniger, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 250/2016

Estabelece Lotação da servidora Viviane Rodrigues Cazzaniga.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Viviane Rodrigues Cazzaniga, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 251/2016

Estabelece Lotação da servidora Glaucimira Francosi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Glaucimira Francosi, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 252/2016

Estabelece Lotação da servidora Guadalupe Reis.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Guadalupe Reis, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 253/2016

Estabelece Lotação da servidora Ivoneia Colaço.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ivoneia Colaço, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 254/2016

Estabelece Lotação da servidora Luciana Rafaela Marcarini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Luciana Rafaela Marcarini, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 255/2016

Estabelece Lotação da servidora Maristela Borgonovo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maristela Borgonovo, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 256/2016

Estabelece Lotação da servidora Meri Rose Testoni.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Meri Rose Testoni, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 257/2016

Estabelece Lotação da servidora Raquel Eleoterio Porto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Raquel Eleoterio Porto, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Maurita Maria Rosa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 258/2016

Estabelece Lotação da servidora Dolores Kemczynski Borges.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Dolores Kemczynski Borges, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 259/2016

Estabelece Lotação da servidora Bernadete Zimmermann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Bernadete Zimmermann, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 260/2016

Estabelece Lotação da servidora Cacilda Guztzaky Von Den Bylaardt.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cacilda Guztzaky Von Den Bylaardt, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 261/2016

Estabelece Lotação da servidora Ana Paula Rocha.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ana Paula Rocha, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Roseli Ullmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 262/2016

Estabelece Lotação da servidora Daniela Cristiane dos Santos.



Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Daniela Cristiane dos Santos, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Roseli Ullmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 263/2016

Estabelece Lotação da servidora Jessica Voles.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Jessica Voles, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Roseli Ullmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 264/2016

Estabelece Lotação da servidora Merlyn Ricardo Fukner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Merlyn Ricardo Fukner, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Roseli Ullmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 265/2016

Estabelece Lotação da servidora Sandra Crestani de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sandra Crestani de Oliveira, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Roseli Ullmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 266/2016

Estabelece Lotação da servidora Iara Maria Spezia Schorck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Iara Maria Spezia Schorck, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 267/2016

Estabelece Lotação da servidora Kariny Soares Leitzke.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Kariny Soares Leitzke, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 268/2016

Estabelece Lotação da servidora Ana Mara Klowaski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ana Mara Klowaski, Professora de Educação Física, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 269/2016

Estabelece Lotação do servidor Jean Fabian Dalbianco Francisco.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Jean Fabian Dalbianco Francisco, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 270/2016

Estabelece Lotação da servidora Carmen Lucia da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Carmen Lucia da Silva, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 271/2016

Estabelece Lotação da servidora Clarice Delfis de Lemos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Clarice Delfis de Lemos, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 272/2016

Estabelece Lotação da servidora Eunice Maria da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eunice Maria da Silva, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 273/2016

Estabelece Lotação da servidora Francieli Ricardo.



Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Francieli Ricardo, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 274/2016**

Estabelece Lotação da servidora Gisele Cristina de Souza Alves.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Gisele Cristina de Souza Alves, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 275/2016**

Estabelece Lotação da servidora Janaina Cristiane Ferrari.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Janaina Cristiane Ferrari, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 276/2016**

Estabelece Lotação da servidora Nadia Caroline Orzenkowski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Nadia Caroline Orzenkowski, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 277/2016**

Estabelece Lotação da servidora Soraia Cattoni Tararan.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Soraia Cattoni Tararan, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 278/2016**

Estabelece Lotação da servidora Midian Elly Persuhn Tomaselli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Midian Elly Persuhn Tomaselli, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 279/2016

Estabelece Lotação da servidora Carmem Regina Ferrari.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Carmem Regina Ferrari, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 280/2016

Estabelece Lotação da servidora Daiane Carneiro Disconci.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Daiane Carneiro Disconci, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 281/2016

Estabelece Lotação da servidora Doris Cord Sprung.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Doris Cord Sprung, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 282/2016

Estabelece Lotação da servidora Elisangela Carla de Azevedo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elisangela Carla de Azevedo, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 283/2016

Estabelece Lotação da servidora Lucilene Azevedo Kruger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Lucilene Azevedo Kruger, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 284/2016

Estabelece Lotação da servidora Rubia Bylaardt Claas.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Rubia Bylaardt Claas, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 285/2016

Estabelece Lotação da servidora Cleusa Maria Spezzia Serppa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cleusa Maria Spezzia Serppa, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Antônio Plácido Rausisse.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 286/2016

Estabelece Lotação da servidora Tatiana Fernandes Guenther.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Tatiana Fernandes Guenther, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Antônio Plácido Rausisse.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 287/2016

Estabelece Lotação da servidora Vanessa Aparecida Otto Sprung.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Vanessa Aparecida Otto Sprung, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Antônio Plácido Rausisse.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 288/2016

Estabelece Lotação da servidora Anelise Maiochi Stein.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Anelise Maiochi Stein, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 289/2016

Estabelece Lotação da servidora Ana Cristina Dalpra Estrapazoli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ana Cristina Dalpra Estrapazoli, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 290/2016

Estabelece Lotação da servidora Edileuza Veloso Bender.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Edileuza Veloso Bender, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 291/2016

Estabelece Lotação da servidora Maria Helena Conceição de Lima Hobus.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria Helena Conceição de Lima Hobus, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 292/2016

Estabelece Lotação da servidora Luciene Martins Franco.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do

magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Luciene Martins Franco, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 293/2016

Estabelece Lotação da servidora Renita Bublitz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Renita Bublitz, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 294/2016

Estabelece Lotação da servidora Rita Scharf Rode.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Rita Scharf Rode, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 295/2016

Estabelece Lotação da servidora Rosilena Maria Demarch Pacher.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Rosilena Maria Demarch Pacher, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 296/2016**

Estabelece Lotação do servidor Rodrigo Ademir da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Rodrigo Ademir da Silva, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 297/2016**

Estabelece Lotação da servidora Denise Langer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Denise Langer, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 298/2016**

Estabelece Lotação da servidora Eliani Gomes.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eliani Gomes, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 299/2016**

Estabelece Lotação da servidora Fabiane Dal Ri.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Fabiane Dal Ri, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 300/2016**

Estabelece Lotação da servidora Glauce Josiane Machado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Glauce Josiane Machado, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 301/2016

Estabelece Lotação da servidora Marilene Guszak Kviatkowski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marilene Guszak Kviatkowski, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 302/2016

Estabelece Lotação da servidora Regina do Carmo dos Anjos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Regina do Carmo dos Anjos, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 303/2016

Estabelece Lotação da servidora Neuci Conceição Feldmann Delai.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Neuci Conceição Feldmann Delai, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 304/2016

Estabelece Lotação da servidora Suzi Caroline Testoni.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Suzi Caroline Testoni, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 305/2016

Estabelece Lotação da servidora Marja Prusse Rebelato.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marja Prusse Rebelato, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 306/2016

Estabelece Lotação da servidora Katia Milena Paulino Lougon.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Katia Milena Paulino Lougon, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 307/2016

Estabelece Lotação da servidora Maria Benize da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria Benize da Silva, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 308/2016

Estabelece Lotação da servidora Maria Betania da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria Betania da Silva, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 309/2016

Estabelece Lotação da servidora Leone Aparecida Petters Spautz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Leone Aparecida Petters Spautz, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 310/2016

Estabelece Lotação da servidora Lucelia Mees Gorges.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Lucelia Mees Gorges, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 311/2016

Estabelece Lotação da servidora Simoni de Souza Webber.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Simoni de Souza Webber, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 312/2016

Estabelece Lotação da servidora Solange Daré da Silva Cantelli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Solange Daré da Silva Cantelli, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 313/2016

Estabelece Lotação da servidora Eliane Terezinha Fogolari Mees.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eliane Terezinha Fogolari Mees, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 314/2016

Estabelece Lotação da servidora Elisabeth Frankengerger Mohr.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elisabeth Frankengerger Mohr, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Jacu Açú.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 315/2016

Estabelece Lotação da servidora Aline Fátima Pires de Castilho Altini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Aline Fátima Pires de Castilho Altini, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 316/2016

Estabelece Lotação da servidora Scheila Richartz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Scheila Richartz, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 317/2016

Estabelece Lotação da servidora Ana Paula Rodrigues Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ana Paula Rodrigues Souza, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 318/2016**

Estabelece Lotação do servidor Gerson Oreste Venturi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Gerson Oreste Venturi, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 319/2016**

Estabelece Lotação da servidora Vanessa Camargo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Vanessa Camargo, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 320/2016**

Estabelece Lotação do servidor Cesar Augusto Vieira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Cesar Augusto Vieira, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 321/2016**

Estabelece Lotação da servidora Claudia Duarte Zapelini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Claudia Duarte Zapelini, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 322/2016**

Estabelece Lotação da servidora Enir Ribeiro Dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Enir Ribeiro Dos Santos, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 323/2016

Estabelece Lotação da servidora Janderleia Lucia Serpa da Veiga.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Janderleia Lucia Serpa da Veiga, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 324/2016

Estabelece Lotação da servidora Joelma Rosana Machado Ritter.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Joelma Rosana Machado Ritter, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 325/2016

Estabelece Lotação da servidora Kelly Santos Lagarini Girola.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Kelly Santos Lagarini Girola, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 326/2016

Estabelece Lotação da servidora Laura Odazia de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Laura Odazia de Oliveira, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 327/2016

Estabelece Lotação da servidora Luciana Gruber.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Luciana Gruber, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 328/2016

Estabelece Lotação da servidora Morgana Meyer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Morgana Meyer, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 329/2016**

Estabelece Lotação da servidora Sueli Eccel Cattoni.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sueli Eccel Cattoni, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 330/2016**

Estabelece Lotação da servidora Sueli Spezia Lamin.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sueli Spezia Lamin, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 331/2016**

Estabelece Lotação da servidora Suzamar Aparecida Otaviano Beseke.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Suzamar Aparecida Otaviano Beseke, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 332/2016**

Estabelece Lotação da servidora Ana Terezinha Reinert Bosse.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ana Terezinha Reinert Bosse, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Lauro Carneiro de Loyola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 333/2016**

Estabelece Lotação da servidora Eliane de Fatima Wolter Konkol.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eliane de Fatima Wolter Konkol, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Lauro Carneiro de Loyola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 334/2016

Estabelece Lotação da servidora Solange Martinelli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Solange Martinelli, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Lauro Carneiro de Loyola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 335/2016

Estabelece Lotação da servidora Catia Michelmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Catia Michelmann, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 336/2016

Estabelece Lotação da servidora Kelly Natsumi Tanaka.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do

magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Kelly Natsumi Tanaka, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 337/2016

Estabelece Lotação do servidor Velocino Amancio da Cruz Filho.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Velocino Amancio da Cruz Filho, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 338/2016

Estabelece Lotação da servidora Luciana Mara da Costa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Luciana Mara da Costa, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 339/2016

Estabelece Lotação da servidora Janaina da Silva Correa.



Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Janaina da Silva Correa, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 340/2016

Estabelece Lotação do servidor Antonio Pacher Filho.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Antonio Pacher Filho, Professor III, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 341/2016

Estabelece Lotação da servidora Cilene Hafemann Rocha.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cilene Hafemann Rocha, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 342/2016

Estabelece Lotação da servidora Cintia Eccel Stedile.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cintia Eccel Stedile, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 343/2016

Estabelece Lotação da servidora Fabiane Cristine Mendes Sebastiana.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Fabiane Cristine Mendes Sebastiana, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 344/2016

Estabelece Lotação da servidora Maria dos Anjos Vieira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria dos Anjos Vieira, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 345/2016

Estabelece Lotação do servidor Osni Loth.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Osni Loth, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 346/2016

Estabelece Lotação da servidora Juraci Maria da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Juraci Maria da Silva, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 347/2016

Estabelece Lotação da servidora Lucia Menegazzi Fiamoncini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do

magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Lucia Menegazzi Fiamoncini, Professora I-C, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 348/2016

Estabelece Lotação da servidora Marcia Nair Venturi Beckert.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marcia Nair Venturi Beckert, Professora I-C, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 349/2016

Estabelece Lotação da servidora Eugenia Jurema Olos Moura.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eugenia Jurema Olos Moura, Professora de Educação Física, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Alice Olinger Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 350/2016



Estabelece Lotação da servidora Joice Magali Otto Borgmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Joice Magali Otto Borgmann, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Alice Olinger Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 351/2016

Estabelece Lotação da servidora Patricia Aparecida Otto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Patricia Aparecida Otto, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Alice Olinger Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 352/2016

Estabelece Lotação da servidora Marcia Behling Ochner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marcia Behling Ochner, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Alice Olinger Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 353/2016

Estabelece Lotação da servidora Leslie Gonçalves De Godoi Carranca.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Leslie Gonçalves De Godoi Carranca, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 354/2016

Estabelece Lotação da servidora Sonia Maria Borges Chiodini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sonia Maria Borges Chiodini, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 355/2016

Estabelece Lotação do servidor Vanderlei Martins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Vanderlei Martins, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na

EMEF e PE Professor Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 356/2016

Estabelece Lotação da servidora Debora Zimmermann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Debora Zimmermann, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 357/2016

Estabelece Lotação da servidora Simone Dalsoquio.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Simone Dalsoquio, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 358/2016

Estabelece Lotação da servidora Aline Fernanda da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a

necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Aline Fernanda da Silva, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 359/2016

Estabelece Lotação da servidora Dolores Jensen Santos Correia.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Dolores Jensen Santos Correia, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 360/2016

Estabelece Lotação da servidora Eliane Aparecida Vieira Pereira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eliane Aparecida Vieira Pereira, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 361/2016

Estabelece Lotação do servidor Herdman Petter Kopke.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Herdman Petter Kopke, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 362/2016

Estabelece Lotação da servidora Lilian de Fatima Pavoski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Lilian de Fatima Pavoski, Professora de Educação, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 363/2016

Estabelece Lotação da servidora Marcia do Prado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Marcia do Prado, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 364/2016

Estabelece Lotação do servidor Diego Ricardo Peiter.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Diego Ricardo Peiter, Professor III, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 365/2016

Estabelece Lotação da servidora Elaine Bentinha da Luz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elaine Bentinha da Luz, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 366/2016

Estabelece Lotação da servidora Josiane Terezinha da Silva Machado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Josiane Terezinha da Silva Machado, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria

de Educação, na EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 367/2016

Estabelece Lotação da servidora Catarina Beatriz Luchini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Catarina Beatriz Luchini, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Quati.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 368/2016

Estabelece Lotação do servidor Francisco Olczyk.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Francisco Olczyk, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Quati.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 369/2016

Estabelece Lotação da servidora Michele Cristiane Graczeck Mengarda.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Michele Cristiane Graczeck Mengarda, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 370/2016

Estabelece Lotação da servidora Elisabete Witkoski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elisabete Witkoski, Professora de Artes, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 371/2016

Estabelece Lotação do servidor Fabiano Barreiro Ferreira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Fabiano Barreiro Ferreira, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 372/2016

Estabelece Lotação da servidora Ligia Margaret Hermann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ligia Margaret Hermann, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 373/2016

Estabelece Lotação da servidora Cilene Denk.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cilene Denk, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 374/2016

Estabelece Lotação da servidora Claudia Mara Lemke Heizen.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Claudia Mara Lemke Heizen, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 375/2016

Estabelece Lotação da servidora Edina Meyer Ochner.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Edina Meyer Ochner, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 376/2016

Estabelece Lotação da servidora Eugenia Frohlich Jacomeli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eugenia Frohlich Jacomeli, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 377/2016

Estabelece Lotação da servidora Flavia Regiane Lemke Truppel.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Flavia Regiane Lemke Truppel, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 378/2016

Estabelece Lotação da servidora Regiane Manchalowsky.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Regiane Manchalowsky, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 379/2016

Estabelece Lotação da servidora Roselia Alves Lisboa Madalena Gonzaga.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Roselia Alves Lisboa Madalena Gonzaga, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 380/2016

Estabelece Lotação da servidora Rubia Schmitt.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a

necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Rubia Schmitt, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 381/2016

Estabelece Lotação da servidora Sonia Regina Alano da Costa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Sonia Regina Alano da Costa, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 382/2016

Estabelece Lotação da servidora Valciria Lana de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Valciria Lana de Souza, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 383/2016

Estabelece Lotação da servidora Franciele Cristina Martini Decker.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Franciele Cristina Martini Decker, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 384/2016

Estabelece Lotação da servidora Lindanir Maria Cividini Loth.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Lindanir Maria Cividini Loth, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 385/2016

Estabelece Lotação da servidora Nizeli Koslopp Morsch.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Nizeli Koslopp Morsch, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 386/2016

Estabelece Lotação da servidora Eliane Marques.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Eliane Marques, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Heitor Antonio da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 387/2016

Estabelece Lotação da servidora Mari Neuza Cristofolini Wulf.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Mari Neuza Cristofolini Wulf, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Heitor Antonio da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 388/2016

Estabelece Lotação da servidora Shara Jessica Rosa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Shara Jessica Rosa, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin, EMEF e PE Vereador



Heitor Antonio da Silva e EMEF e PE Jacu Açú.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 389/2016

Estabelece Lotação da servidora Maria Aparecida Francisco Alves da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Maria Aparecida Francisco Alves da Silva, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professor Gustavo Tank e EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 390/2016

Estabelece Lotação da servidora Vanessa Miranda Vaz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Vanessa Miranda Vaz, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Lauro Carneiro de Loyola, EMEF e PE Dorvalino Felippi e EMEF e PE Quati.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 391/2016

Estabelece Lotação da servidora Paula Sabrina Ruthes de Quadros.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,

em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Paula Sabrina Ruthes de Quadros, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh e no CEI Paula Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 392/2016

Estabelece Lotação da servidora Franciele Stein Ronchi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Franciele Stein Ronchi, Professora de Artes, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade e no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 393/2016

Estabelece Lotação da servidora Elaine Cristina Beber.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Elaine Cristina Beber, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Heitor Antonio da Silva, EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza e EMEF e PE Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 394/2016

Estabelece Lotação da servidora Simoni da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Simoni da Silva, Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade, EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca e no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 395/2016

Estabelece Lotação da servidora Patricia Rauen De Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Patricia Rauen De Oliveira, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Lauro Carneiro de Loyola e no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 396/2016

Estabelece Lotação do servidor Francisco Jose Alves.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Francisco Jose Alves,

Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Quati e no CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 397/2016

Estabelece Lotação do servidor Jadir dos Passos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Jadir dos Passos, Professor I-C, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, readaptado na EMEF José Dequech.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 398/2016

Estabelece Lotação da servidora Melida Tank Soares.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Melida Tank Soares, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt e EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 399/2016

Estabelece Lotação da servidora Monica Pelegrino Vieira Melchiorretto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,

em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Monica Pelegrino Vieira Melchiorretto, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, readaptada no Centro de Apoio Educacional – CAED.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 400/2016

Estabelece Lotação do servidor Hermes Toledo Praxedes.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Hermes Toledo Praxedes, Professor III, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca e no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 401/2016

Estabelece Lotação da servidora Ivana Spezia Oechsler.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Ivana Spezia Oechsler, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Professora Isabel L. R. de Souza e no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 402/2016

Estabelece Lotação da servidora Alexsandra Passold da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Alexsandra Passold da Silva, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca e EMEF e PE Professor Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 403/2016

Estabelece Lotação da servidora Luciele Rubini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Luciele Rubini, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Heitor Antonio da Silva e no CEI Santana Schorck.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 404/2016

Estabelece Lotação da servidora Priscila Carla Ferreira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Priscila Carla Ferreira,

Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Iaro Eugênio Hansh, no CEI Maria Domênica B. Peixer e CEI Joanir da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 405/2016

Estabelece Lotação do servidor Luiz Antonio Chiodini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Luiz Antonio Chiodini, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Dorvalino Felippi e no CEI Maria Domênica B. Peixer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 406/2016

Estabelece Lotação do servidor Fabiano Kuss.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Fabiano Kuss, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Vereador Armin Bylaardt e EMEF e PE Professor Atilano Kruger.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 407/2016

Estabelece Lotação do servidor Rennan Neves Souza Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor Rennan Neves Souza Santos, Professor de Educação Física, 40 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, no Centro de Apoio Educacional – CAED.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 408/2016

Estabelece Lotação da servidora Caroline Maria Da Silva De Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Caroline Maria Da Silva De Oliveira, Professora de Educação Física, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Cantinho da Amizade, EMEF e PE Vereador Heitor Antonio da Silva e no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 409/2016

Estabelece Lotação do servidor André Reinhardt Schafer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor André Reinhardt Schafer, Professor de Educação Física, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Jacu Açú, no CEI Zilma Flores da Silva e no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 410/2016

Estabelece Lotação do servidor André Reinhardt Schafer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação do servidor André Reinhardt Schafer, Professor de Esporte, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Jacu Açú, no CEI Zilma Flores da Silva e no CEI Paula Reinert Feldmann.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 411/2016

Estabelece Lotação da servidora Cleia Carcena Fogolari Eccel Melo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Cleia Carcena Fogolari Eccel Melo, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, no CEI Zilma Flores da Silva.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 412/2016

Estabelece Lotação da servidora Pedrina Dutra Coelho.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Pedrina Dutra Coelho, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 413/2016

Estabelece Lotação da servidora Rosangela Bezerra de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Rosangela Bezerra de Souza, Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Padre Mathias Maria Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 414/2016

Estabelece Lotação da servidora Anabela Sizs.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a organização feita pela Secretaria de Educação e a necessidade de regularizar e atualizar a lotação dos servidores do magistério;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Anabela Sizs, Coordenadora Pedagógica, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF e PE Germano Laffin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 417/2016**

PORTARIA Nº. 417/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Cláudio Eduardo Maba – presidente;  
Edson Pedro de Souza – membro;  
Rodrigo Deretti – membro;  
Luciana Mara da Costa – suplente;  
Eliani Gomes – suplente.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 583/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 418/2016**

PORTARIA Nº. 418/2016

Nomeia Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, o servidor Cláudio Eduardo Maba.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Edson Pedro de Souza – membro;  
Rodrigo Deretti – membro;  
Luciana Mara da Costa – suplente;  
Eliani Gomes – suplente.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 584/2015.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 419/2016**

PORTARIA Nº. 419/2016

Retorna de licença saúde Marines Aparecida Belleganti Ribeiro.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Marines Aparecida Belleganti Ribeiro, Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 28 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 420/2016**

PORTARIA Nº. 420/2016

Concede licença maternidade para Sonele Schorck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Sonele Schorck, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de junho de 2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 421/2016**

PORTARIA Nº. 421/2016

Concede licença maternidade para Cristiane Decker Steinbach.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Cristiane Decker Steinbach, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 20 de junho de 2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 422/2016**

PORTARIA Nº. 422/2016

Nomeia Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**I - Representantes Governamentais:**

- a) Luís Claudio Dalprá - Secretaria de Esporte e Lazer;
- b) Simone Dalsóquio - Secretaria de Educação
- c) Michelle Betoni Hambus - Secretaria de Saúde
- d) Rubia Cristina Valentin Henning - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;
- e) Emerson Flores da Silva - Fundação Cultural.

**II - Representantes Não Governamentais:**

- a) Simone Sueira - Fórum eletivo do CMDCA;
- b) Kellyn Tainá Sanson- projeto Pescar
- c) John Kupas - Projeto Pescar;
- d) Vinícios Morsch - Vereador mirim;
- e) Amanda Coelho - Vereador mirim.

**III - Representantes dos Conselhos Municipais Setoriais:**

- a) Ademir Orsi - Conselho Municipal de Saúde- CMS;
- b) Kariny Soares Leitzke - Conselho Municipal de Educação;
- c) Rafaela da Silva Ferreira - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
- d) Edvar Mello - Conselho Tutelar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 423/2016**

PORTARIA Nº. 423/2016

Concede licença maternidade para Rosane Hendges.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Rosane Hendges, Técnica de Enfermagem, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 27 de junho de 2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - TP 80/2016-PMG**

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 80/2016 PMG

MODALIDADE: Tomada de Preço

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA FECHAMENTO COM CERCA E TELA DE ARAME FARPADO O QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Reportando-se a impugnação interposta pela empresa Dartora Empreiteira de Mão de Obra LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.891.363/0001-88, ora Impugnante, referente a Tomada de Preço, para fechamento com cerca e tela de arame farpado o Quartel da Polícia Militar.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

Observa-se que a Impugnante encaminhou seu Pedido de Impugnação no dia 16/06/2016, e, considerando que a abertura da sessão pública da tomada de preço está agendada para o dia 20/06/2016, assim a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

**2. DA ALEGAÇÃO**

A impugnante alega que a Administração Pública está exigindo item relativo à qualificação técnica 11.1.2 LETRA B, diferente da disponível pelo CREA/SC, pois exige "Cerca em tela eletrosoldada galvanizada: 483,53 m2" e no manual do CREA/SC, contém-se "A0860: Tela de Proteção."

**3. DA ANÁLISE**

Pela impugnação tratar integralmente sobre questões técnicas esta foi questionada à área técnica que se manifestou em concordância com a impugnação, tendo em vista que no subitem "b" do item 11.1.2. do ato convocatório, foi exigido que as licitantes comprovassem a capacidade técnica operacional através de atestado de capacidade técnica acompanhado de Acervo Técnico do serviço executado, junto ao Conselho responsável, para o item cerca em tela eletrosoldada galvanizada. Porém, ao consultar a tabela do CREA/SC e do CAU/SC é possível verificar que há diversas nomenclaturas e códigos para o objeto deste Edital, e que no dia da licitação, a área técnica irá analisar o acervo técnico do licitante a fim de verificar se o serviço executado é compatível com o objeto licitado. Frisa-se que o Acervo Técnico apresentado deve comprovar que a licitante tenha capacidade técnica para executar o projeto desta Licitação.

Diante do exposto entendemos que é necessária a alteração no Edital para aceitar acervo técnico que tenha nomenclatura e código similar ao solicitado que possam atender ao requisito de habilitação descrito no item 11.1.2. do ato convocatório, para ampliar a competitividade.

**5. DA CONCLUSÃO**

Pelo exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Permanente de Licitações, com base na análise técnica, decide pela sua PROCEDÊNCIA da impugnação. Alterando o item 11.1.2. letra " b" , para: "Cerca em tela eletrosoldada galvanizada ou similar e compatível com o objeto: 483,53 m2".

Guaramirim (SC), 28 de junho de 2016.



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO / PREF 20/2014 E 21/2014 / FMS 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 20/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL.

CONTRATADO: RADIO INTEGRAÇÃO DO OESTE LTDA

OBJETO: Ficam suspensos a partir de 01 de julho de 2016 até 03 de outubro de 2016, os serviços de publicidade, em cumprimento a Legislação Eleitoral, durante o período de suspensão, não serão efetuados pagamentos. Os serviços de que trata este Termo Aditivo voltaram a serem executados no término do prazo de suspensão, independente de qualquer instrumento de acordo ou notificação.

Guarujá do Sul, SC, 28 de junho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 20/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL.

CONTRATADO: RADIO TRI FRONTEIRA LTDA

OBJETO: Ficam suspensos a partir de 01 de julho de 2016 até 03 de outubro de 2016, os serviços de publicidade, em cumprimento a Legislação Eleitoral, durante o período de suspensão, não serão efetuados pagamentos. Os serviços de que trata este Termo Aditivo voltaram a serem executados no término do prazo de suspensão, independente de qualquer instrumento de acordo ou notificação.

Guarujá do Sul, SC, 28 de junho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 20/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº.06/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: RADIO CIDADE LTDA

OBJETO: Ficam suspensos a partir de 01 de julho de 2016 até 03 de outubro de 2016, os serviços de publicidade, em cumprimento a Legislação Eleitoral, durante o período de suspensão, não serão efetuados pagamentos. Os serviços de que trata este Termo Aditivo voltaram a serem executados no término do prazo de suspensão, independente de qualquer instrumento de acordo ou notificação.

Guarujá do Sul, SC, 28 de junho de 2016.

Rossmery K. Vergutz,

Gestora do FMS.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.546/2016.

DECRETO Nº 3.546/2016.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2.821/2010, QUE FIXA VALORES DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O parágrafo 3º do artigo 1º do Decreto nº 2.821/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Os motoristas que realizam viagens diárias para transporte de pacientes de TFD, terão direito:

I. A um adiantamento no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), quando a distância entre o Município de Herval d'Oeste e o de destino for de até 50 km, destinado para fins de despesas com alimentação, desde que comprovada a necessidade e autorizada pelo Secretário;

II. A um adiantamento (diária) no valor de R\$ 75,00 (Setenta e cinco reais), quando a distância entre o Município de Herval d'Oeste e o de destino estiver entre 51 e 200 km;

III. A um adiantamento (diária) no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), quando a distância entre o Município de Herval d'Oeste e o de destino estiver entre 201 a 350 km;

IV. A um adiantamento (diária) no valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), quando a distância entre o Município de Herval d'Oeste e o de destino estiver a mais de 351 km;

V. Quando dos deslocamentos da sede do Município às capitais de outros Estados, terão direito a um adiantamento (diária) no valor de R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º. Quando o motorista receber diárias, para o mesmo não será concedido o Vale Alimentação.

Art. 3º. Os demais artigos e parágrafos do Decreto nº 2.821/2010, permanecem inalterados.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 21 de junho de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### LEI Nº 3.152/2016

LEI Nº 3.152/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE HERVAL D'OESTE A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo

de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º. Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 28 de junho de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### PORTARIA Nº 752/2016

PORTARIA Nº 752/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor MATHEUS ANDREY DOS SANTOS BEDENDO (Matr. 4331), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto ao ESF Nossa Senhora Aparecida, a partir de 28 de junho de 2016, aprovado e reclassificado em 4º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Junho de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### LICENÇAS AMBIENTAIS-COMDEMA MES DE JUNHO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMARUÍ - FUNDEMA

EMISSION DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

A Fundação Municipal de Meio Ambiente de Imaruí – FUNDEMA inscrita no CNPJ 18.649.028/0001/10, torna público que concedeu em 16 de Junho de 2016 a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO CORRETIVA, Nº 001-2016, para exercer a atividade de CRIAÇÃO DE ANIMAIS CONFINADOS DE PEQUENO PORTE (AVICULTURA) para o Sr. Jucirley Inácio, portador do CPF nº 519.495.319-72, localizado na Estrada Geral Riacho Ana Matias, bairro Riacho Ana Matias, Zona Rural do município de Imaruí/SC.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMARUÍ - FUNDEMA

EMISSION DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

A Fundação Municipal de Meio Ambiente de Imaruí – FUNDEMA inscrita no CNPJ 18.649.028/0001/10, torna público que concedeu em 17 de Junho de 2016 a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO CORRETIVA Nº 002-2016, para exercer a atividade de CRIAÇÃO DE ANIMAIS CONFINADOS DE PEQUENO PORTE (AVICULTURA) para o Sr. João Souza Machado, portador do CPF nº 289.119.979-00, localizado na Estrada Geral Laranjal, bairro Laranjal, Zona Rural do município de Imaruí/SC.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMARUÍ - FUNDEMA

EMISSION DE CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

A Fundação Municipal de Meio Ambiente de Imaruí – FUNDEMA inscrita no CNPJ 18.649.028/0001/10, torna público que concedeu em 12 de abril de 2016 a CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 001/2016, para exercer a atividade de IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL para a Prefeitura Municipal de Imaruí, portadora do CNPJ 82.538.851/0001-57, localizado no bairro Nazaré, Zona Rural do município de Imaruí/SC.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMARUÍ - FUNDEMA

EMISSION DE CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

A Fundação Municipal de Meio Ambiente de Imaruí – FUNDEMA inscrita no CNPJ 18.649.028/0001/10, torna público que concedeu em 12 de abril de 2016 a CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 002/2016, para exercer a atividade de IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL para a Prefeitura Municipal de Imaruí, portadora do CNPJ 82.538.851/0001-57, localizado no bairro Prainha, Zona Rural do município de Imaruí/SC.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMARUÍ - FUNDEMA

EMISSION DE CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

A Fundação Municipal de Meio Ambiente de Imaruí – FUNDEMA inscrita no CNPJ 18.649.028/0001/10, torna público que concedeu em 04 de Junho de 2016 a CERTIDÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 004/2016, para exercer a atividade de LIMPEZA DE CÓRREGO para a Prefeitura Municipal de Imaruí, portadora do CNPJ 82.538.851/0001-57, localizado no córrego afluente do Rio das Garças, bairro Fazenda Rio das Garças, próximo a rodovia SC 437, Zona Rural do município de Imaruí/SC.

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

### MUNICÍPIO DE IMARUÍ

O COMDEMA de Imaruí, torna público que a Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente, e Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Imaruí Isadora Pires, no uso de suas atribuições legais, CONVOCOU os integrantes do COMDEMA uma Reunião Ordinária, no dia 07 de julho de 2016, as 10:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Imaruí, à Rua José Inácio da Rocha, 109, Bairro Centro, Imaruí, Santa Catarina, para Tratar da seguinte Ordem:

1. Retomada de Trabalhos do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
2. Aprovação do Regimento interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
3. Aprovação da Alteração da Documentação Exigida para alvarás;
4. Apresentação e Aprovação das Instruções Normativas elaboradas pela FUNDEMA para o licenciamento Ambiental no Município;

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 063/2016

EDITAL SEAGP Nº 063/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, divulgado através do Edital nº 004/2016, de 05 DE ABRIL DE 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016, de 27 de abril de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de Junho a 28 de Julho de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de junho de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 063/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico(a) de Enfermagem  
Neiva Ana Dias Duarte

### EDITAL SEAGP Nº 064/2016

EDITAL SEAGP Nº 064/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de Junho a 28 de Julho de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de junho de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 064/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro 40h  
Giuliana Cosentino Freitas Santos

**EXTRATO: PMI SEAPI 2016/73 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/73 - A00  
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ATRAVÉS DO PROCESSO WHITETOPPING, PAVIMENTO RÍGIDO SOBRE PAVIMENTO FLEXÍVEL, ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA VAP – VIA ARTERIAL PRINCIPAL (AV. MARIETA KONDER BORNHAUSEN E RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO).  
Valor R\$ 13.144.513,82. Prazo: 240 dias  
Fundamento: Processo nº. 66/2016. Concorrência: 03/2016  
Imbituba, 24 de Junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio  
Secretaria Municipal da SEAPI  
Contratante

SETEP Construções S.A  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUC 2014/02 - A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUC 2014/02 - A04  
Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA  
CNPJ: 79.719.613/0001-33

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 4,20% (quatro vírgula vinte por cento).

Valor: R\$ 40.390,56.  
Fundamento: Processo nº 01/2014. Pregão: 01/2014.  
Imbituba, 31 de Maio de 2016.

Izabel da Fonseca Cavalcante  
Gerente executiva da  
educação básica/SEDUC  
Contratante

Editora Positivo LTDA  
Representante legal  
Contratada

**LEI Nº 4.739, DE 29 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 4.739, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Cria taxa compulsória à Unidade da Polícia Militar de Imbituba e dá outras providências.  
O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a taxa única de 250 (duzentos e cinquenta) UFM's (Unidade Fiscal Municipal), ou indexador equivalente que vier futuramente a substituí-la, a ser cobrada de cada navio que demandar a jurisdição do Porto de Imbituba, independente de operação, porte ou nacionalidade.

Art. 2º Esta taxa não incidirá aos navios da Marinha de Guerra, barcos de pesca artesanal e navios de Pesca.

Art. 3º O valor correspondente à taxa criada pelo artigo primeiro deverá ser recolhido pelo Agente Marítimo responsável pela representação do navio, em guia de recolhimento específica, em conta própria da Prefeitura Municipal de Imbituba (Convênio).

Art. 4º A Guia de Recolhimento mencionada no artigo 3º. deverá ser retirada pelo Agente Marítimo, devendo ficar mencionado no Corpo da GR (Guia de Recolhimento), o navio a que se refere o pagamento.

Art. 5º O não recolhimento da taxa criada por esta Lei Municipal por parte de algum Agente Marítimo, durante a permanência do navio por ele representado neste Porto, o sujeitará as sanções previstas em Lei, nesta ordem: cobrança administrativa, protesto, cobrança judicial e inscrição em dívida ativa com Município.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada, no que couber, através de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor no prazo de 90 dias após o primeiro dia do exercício seguinte em relação ao que for sancionada.

Imbituba, 29 de junho de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.740, DE 29 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 4.740, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.594.323/0001-53, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no exercício de 2016. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Art. 1º destina-se em custear o pagamento das despesas de manutenção das atividades da instituição.

Art. 3º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.



Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.741, DE 29 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 4.741, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes – SAMCRAD - e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faça saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, inscrita no CNPJ sob o nº 06.259.860/0001-20, a importância de até R\$ 15.000,00(quinze mil reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes – SAMCRAD, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA PMI SEAPI Nº 011/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016- RUA AYRTON SENNA - CENTRO - IMBITUBA/SC.**

PORTARIA PMI SEAPI Nº 011/2016, de 28 de junho de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Ayrton Senna – Centro e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E

INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Ayrton Senna – Centro, por meio do Processo Licitatório nº 60/2016, Carta Convite 06/2016, contrato PMI/ SEAPI 2016/59,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Designar o servidor Engº Civil LAURITA REGINA WUNDER PAMATO NUNES, CPF: 752.937.900-30, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio  
Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

### **PORTARIA PMI SEAPI Nº 012/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016 - VAP AV. MARIETA KONDER BORNHAUSEN E RUA MANOEL FLORENTINO MACHADO-IMBITUBA/SC**

PORTARIA PMI SEAPI Nº 012/2016, de 28 de junho de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra reabilitação da pavimentação asfáltica através do processo Whitetopping, pavimento rígido sobre pavimento flexível, adequação da drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical da VAP – Via Arterial Principal (Av. (Marieta Konder Bornhausen e Rua Manoel Florentino Machado) – Centro e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da reabilitação da pavimentação asfáltica através do processo Whitetopping, pavimento rígido sobre pavimento flexível, adequação da drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical da VAP – Via Arterial Principal (Av. Marieta Konder Bornhausen e Rua Manoel Florentino Machado) – Centro,

por meio do Processo Licitatório nº 66/2016, Carta Concorrência 03/2016, contrato PMI/ SEAPI 2016/73,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar o servidor Engº Civil MOACIR FREITAS DA ROSA, CPF: 341.723.279-15, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio  
Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

**PORTARIA PMI SEAPI Nº 013/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016 - RUA PEDRO DE MELLO \_ VILA NOVA - IMBITUBA/SC**

PORTARIA PMI SEAPI Nº 013/2016, de 28 de junho de 2016.  
Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação e drenagem pluvial da Rua Pedro de Mello e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de pavimentação e drenagem pluvial da Rua Pedro de Mello – Vila Nova – Imbituba/SC, por meio do Processo Licitatório nº 57/2016, Tomada de Preço nº 01/2016, contrato PMI/ SEAPI 2016/61,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar o servidor Engº Civil Fillipe Souza Miranda de Oliveira CPF: 030.264.819-47, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que

for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 28 de junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio  
Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

**PORTARIA PMI/CGM Nº 008, DE 28 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA PMI/CGM Nº 008, de 28 de Junho de 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de prazo da comissão de sindicância, e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/CGM nº 007, de 16 de maio de 2016, para que a Comissão constituída apresente à Controladoria Geral, relatórios dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de Junho de 2016.

Cecília de Sá Dutra  
Controladoria Geral do Município

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 030/2016**

Ato da Presidência nº 030/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 2ª Sessão Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 1º de julho de 2016 (Sexta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
059	PLC nº 381/2016	19/05/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 383/2016	27/06/2016	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 27 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 124/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 124/2016

CONTRATADA: ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de estrutura e cobertura metálica, em quadra poliesportiva, na Escola Básica Municipal Leopoldo Simão, com área de 523,32 m<sup>2</sup>.

VALOR: R\$223.475,70

PRAZO: 20 de junho de 2016 até 16 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2016.

### DECRETO Nº 2025/16

. DECRETO Nº 2025/16

. De 27 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula 6706 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Clarinda Wersdorfer:

“Área tomada pela Rua Arthur Zarling = 3.393,75m<sup>2</sup>: Área localizada na Rua Arthur Zarling. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 7.012.696,355 m e E 671.859,554 m; ; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 181°32'33" e 16,88 m até o vértice ponto 1, de coordenadas N 7.012.679,476 m e E 671.859,100 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 202°14'00" e 24,80 m até o vértice ponto 2, de coordenadas N 7.012.656,519 m e E 671.849,715 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 197°16'24" e 39,58 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 7.012.618,724 m e E 671.837,963 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 207°32'11" e 34,25 m até o vértice ponto 4, de coordenadas N 7.012.588,357 m e E 671.822,130 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 220°03'16" e 48,68 m até o vértice ponto 5, de coordenadas N 7.012.551,096 m e E 671.790,804 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 207°03'38" e 23,75 m até o vértice ponto 6, de coordenadas N 7.012.529,948 m e E 671.780,000 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de

INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 183°21'50" e 33,89 m até o vértice ponto 7, de coordenadas N 7.012.496,113 m e E 671.778,012 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 184°21'58" e 61,06 m até o vértice ponto 8, de coordenadas N 7.012.435,228 m e E 671.773,363 m; deste, segue confrontando com a testa da RUA Arthur Zarling; com os seguintes azimutes e distâncias: 243°30'38" e 13,98 m até o vértice ponto 9, de coordenadas N 7.012.428,993 m e E 671.760,852 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 4°21'58" e 68,13 m até o vértice ponto 10, de coordenadas N 7.012.496,922 m e E 671.766,038 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 3°21'50" e 36,31 m até o vértice ponto 11, de coordenadas N 7.012.533,165 m e E 671.768,169 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 27°03'38" e 27,63 m até o vértice ponto 12, de coordenadas N 7.012.557,773 m e E 671.780,740 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 40°03'16" e 48,73 m até o vértice ponto 13, de coordenadas N 7.012.595,072 m e E 671.812,098 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 27°32'11" e 31,85 m até o vértice ponto 14, de coordenadas N 7.012.623,316 m e E 671.826,824 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 17°16'24" e 39,02 m até o vértice ponto 15, de coordenadas N 7.012.660,579 m e E 671.838,411 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 22°14'01" e 22,42 m até o vértice ponto 16, de coordenadas N 7.012.681,334 m e E 671.846,895 m; deste, segue confrontando com TERRAS DE CLARINDA WERSDORFER (MATR. Nº R-6706, do Ofício de R. I. de INDIAIAL); com os seguintes azimutes e distâncias: 4°14'37" e 8,64 m até o vértice ponto 17, de coordenadas N 7.012.689,947 m e E 671.847,534 m; deste, segue confrontando com a testa da RUA Arthur Zarling; com os seguintes azimutes e distâncias: 61°56'15" e 13,62 m até o vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 7.012.696,355 m e E 671.859,554 m, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 3.393,75m<sup>2</sup>. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, fuso 22J, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Distando pela frente á 6,6km, da esquina formada entre á Rua Arthur Zarling e á Rua Estanilau Januário”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Artur Zarling, Bairro Warnow, através da Lei nº 1025/1978 e dimensionada pela Lei nº 5271/2016.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade

do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2026/16

. DECRETO Nº 2026/16

. De 27 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula 9224 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Evaldo Inacio de Souza:

"Área tomada pela Rua Arthur Zarling = 469,47m²: Área localizada na Rua Arthur Zarling Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto VT. 01, de coordenadas N 7.012.435,228 m e E 671.773,363 m, deste, segue confrontando com a testa da RUA ARTHUR ZARLING; com os seguintes azimutes e distâncias:

184°21'57" e 39,13 m até o vértice ponto VT. 02, de coordenadas N 7.012.396,213 m e E 671.770,384 m; deste, segue confrontando com terras de EVALDO INÁCIO DE SOUZA (MATR. Nº R-9224) do 1º Ofício de R. I. de Indaial; com os seguintes azimutes e distâncias: 243°33'05" e 13,97 m até o vértice ponto VT. 03, de coordenadas N 7.012.389,990 m e E 671.757,874 m; deste, segue confrontando com testa da RUA ARTHUR ZARLING; com os seguintes azimutes e distâncias: 4°21'58" e 39,12 m até o vértice ponto VT. 04, de coordenadas N 7.012.428,993 m e E 671.760,852 m; deste, segue confrontando com terras de EVALDO INÁCIO DE SOUZA (MATR. Nº R-9224) do 1º Ofício de R. I. de Indaial.; com os seguintes azimutes e distâncias: 63°30'37" e 13,98 m até o vértice ponto VT. 01, de coordenadas N 7.012.435,228 m e E 671.773,363 m, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 469,47m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, fuso 22J, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Distanto pela frente á 7 km, da esquina formada entre á Rua Arthur Zarling e á Rua Estanilau Januário."

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Artur Zarling, Bairro Warnow, através da Lei nº 1025/1978 e dimensionada pela Lei nº 5271/2016.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 27 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2027/16

. DECRETO Nº 2027/16

. De 28 de junho de 2016

Homologa Classificação Final Processo Seletivo 008/2016/SAÚDE - Técnico em Enfermagem

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado a Classificação Final do Processo Seletivo 008/2016/SAÚDE, para o cargo de Técnico em Enfermagem, conforme Relação constante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

A Comissão Especial do Processo Seletivo Público nº 008/2016 torna pública a Classificação Final, em atendimento ao Item 11 do Edital, conforme segue:

Ins.	Nome do Candidato	Data de Nascimento	Português	Legislação	Específicos	Total	Classificação
100	Eduardo José Cordova Alves	01/01/1986	0,60	0,75	4,50	5,85	Classificado
110	Áurea Corrêa	01/01/1961	0,60	0,60	4,50	5,70	Classificado
91	Cristina Valente Sanches	09/01/1977	1,00	0,90	3,50	5,40	Classificado
32	Patricia Lima De Souza	08/11/1988	0,40	0,45	4,50	5,35	Classificado
89	Claudimara Fatima Sepp	29/08/1976	0,60	0,60	4,00	5,20	Classificado
98	Creidiana Maria Da Conceição Duenki	11/10/1961	0,60	0,60	4,00	5,20	Classificado
90	Jeferson Rogerio Barbosa	03/03/1983	0,40	0,60	4,00	5,00	Classificado
22	Katia Regina Coelho	09/02/1985	0,20	0,75	4,00	4,95	Não Classificado
74	Maisa Prube Vieira	05/09/1989	0,60	0,75	3,50	4,85	Não Classificado
10	Luciane Cristina Bruske Lach	27/11/1989	0,40	0,90	3,50	4,80	Não Classificado
13	Rosangela Da Silva	22/06/1980	0,20	1,05	3,50	4,75	Não Classificado
120	Milena Camila Moser	08/03/1992	0,60	0,60	3,50	4,70	Não Classificado
11	Solange Rodrigues De Jesus	11/01/1983	0,40	0,30	4,00	4,70	Não Classificado
104	Douglas Voigt	01/01/1979	0,40	0,75	3,50	4,65	Não Classificado
122	Fabio Alexandre Gonçalves Antunes	06/02/1986	0,40	0,60	3,50	4,50	Não Classificado
70	Janette De Freitas	11/11/1971	0,40	0,60	3,50	4,50	Não Classificado
113	Daniele Silva Da Rosa	04/04/1986	0,40	1,05	3,00	4,45	Não Classificado
125	Heleni Pazetti	15/07/1962	0,40	0,45	3,50	4,40	Não Classificado
111	Sidiane Meira	01/05/1984	0,40	0,45	3,50	4,35	Não Classificado
95	Edna Terezinha Vinci	06/03/1969	0,40	0,90	3,00	4,30	Não Classificado
12	Rosemari Bauler	25/04/1965	0,20	0,60	3,50	4,30	Não Classificado
58	Ana Paula Alexandrini	18/05/1993	0,40	0,30	3,50	4,20	Não Classificado
126	Kauê Steierlein Soares	06/01/1988	0,80	0,90	2,50	4,20	Não Classificado
29	Viviane Censi De Souza	29/01/1985	0,40	0,30	3,50	4,20	Não Classificado
82	Marcos Wiliam Gomes Da Silva	13/08/1985	0,20	0,75	3,00	3,95	Não Classificado
56	Ana Paula Wolf Maus	31/07/1993	0,60	0,75	2,50	3,85	Não Classificado
40	Carmita Maria Debortoli	27/12/1952	0,40	0,45	3,00	3,85	Não Classificado
44	Elisa Veneranda Alexandre De Freitas	21/05/1970	0,60	0,60	2,50	3,70	Não Classificado
112	Marinilce Ines Pasquali	20/06/1973	0,20	0,45	3,00	3,65	Não Classificado
129	Valmir Borges	02/05/1978	0,40	0,75	2,50	3,65	Não Classificado
117	Vilma Mohr Ratzlaff	06/06/1992	0,40	0,15	3,00	3,55	Não Classificado
107	Andreia Aparecida Recalcatti	18/05/1980	0,20	0,30	3,00	3,50	Não Classificado
119	Rosana Gonzaga	09/09/1979	0,00	0,45	3,00	3,45	Não Classificado
97	Margarete Von Zeschau	29/06/1979	0,60	0,75	2,00	3,35	Não Classificado
53	Jaqueline Clauberg Silva	01/02/1987	0,20	0,60	2,50	3,30	Não Classificado
37	Edson Luiz Hemer	25/04/1981	0,60	0,60	2,00	3,20	Não Classificado
25	Aline Rautenberg Hutter	01/10/1984	0,40	0,75	2,00	3,15	Não Classificado
5	Luis Fernando De Menezes Martins	07/10/1963	0,40	0,15	2,50	3,05	Não Classificado
118	Marilene Odorico Da Silva	19/07/1973	0,80	0,75	1,50	3,05	Não Classificado
26	Ana Paula Dos Santos Weitgenandt	20/06/1983	0,20	0,30	2,50	3,00	Não Classificado
20	Ruth Pires De Araújo	16/08/1970	0,00	0,30	2,50	2,80	Não Classificado

41	Alcione Muller	22/6/1979	0,40	0,30	2,00	2,70	Não Classificado
51	Fatima Waltrick Branco	28/08/1966	0,40	0,15	2,00	2,55	Não Classificado
4	Vanessa Campestrini Prade	27/12/1980	0,40	0,15	2,00	2,55	Não Classificado
50	Marlene Strey	06/07/1973	0,40	0,60	1,50	2,50	Não Classificado
30	Nayara Regina De Nascimento	18/01/1987	0,60	0,45	1,00	2,05	Não Classificado
121	Andreia Grassmann Schroder	23/03/1984	0,00	0,45	1,50	1,95	Não Classificado
57	Erisvania Dos Santos Nascimento	21/08/1990	0,20	0,30	0,50	1,50	Não Classificado

**DECRETO Nº 2028/16**

. DECRETO Nº 2028/16  
. De 28 de junho de 2016

Homologa Classificação Final Processo Seletivo 009/2016/SAÚDE - Médicos

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado a Classificação Final do Processo Seletivo 009/2016/SAÚDE, para o cargo de Médico, conforme Relação constante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

A Comissão Especial do Processo Seletivo Público nº 009/2016 torna pública a Classificação Final, em atendimento ao Item 7 do Edital, conforme segue:	

**Médico Infectologista**

Nº	Nome do Candidato	Pontuação	Situação
1	José Amaral Elias	10	Classificado

**Médico Ginecologista e Obstetra**

Nº	Nome do Candidato	Pontuação	Situação
-	Não Houve Candidatos Inscritos	-	-

**Médico Psiquiatra Infantil**

Nº	Nome do Candidato	Pontuação	Situação
-	Não Houve Candidatos Inscritos	-	-

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2016 ALTERAÇÃO**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 088/2016

Edital de Pregão Presencial nº 027/2016-10430

Alteração de edital

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.

Entrega dos envelopes: 12/07/2016 as 14:45h.

Abertura das propostas: 12/07/2016 as 15:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters

Processo Licitatório nº 093/2016

Inexigibilidade nº 004/2016-28983

Objeto: Contratação de apresentação artística do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente.

Entrega dos envelopes: 29/06/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Rogério Wilson Theiss

Responsável pela Diretoria Executiva

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 094/2016

Dispensa nº 006/2016-10430

Objeto: Contratação dos serviços de elaboração, aplicação e julgamento de processo seletivo.

Entrega dos envelopes: 29/06/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.15/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000064****Pregão Nº 2/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.15/2016**

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FIC**, inscrita no CNPJ sob o nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Rogério Wilson Theiss**, Responsável pela Diretoria Executiva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 665.509.559-04 e Cédula de Identidade nº 3/R 2179357, residente e domiciliado à Rua Miracema do Norte, nº 27, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000064 - Pregão Nº 2/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.218.187/0001-91, estabelecida à RUA PEDRO PAULO STREIT, nº S/N – Bairro AVAI, no município de Guaramirim – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Contratação de gráfica para a confecção de impressos personalizados.  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

433136 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP						
Lote: 3 - LOTE 03 -FLYERS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
7	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		1.000	R\$2,57	R\$2.570,00
8	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.15/2016

9	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
10	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
11	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
12	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
13	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
14	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
15	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
16	Flyer/convite exposições - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		100	R\$2,57	R\$257,00
17	Flyer/Escola de Artes - (21cmx20 cm, 1 dobra, 150gr, 4x4, Frente e Verso).	UNIDADE		1.000	R\$0,39	R\$390,00
18	Flyer/convite Audição de Inverno - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		300	R\$0,99	R\$297,00
19	Flyer/Programa Festival Primavera - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X4 - frente e verso.	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
20	Flyer/Mostra de Bandas e Fanfarras - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		200	R\$1,33	R\$266,00
21	Flyer/Semana do Livro - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X4, frente e verso.	UNIDADE		200	R\$1,38	R\$276,00
22	Flyer/Mostra Escola de Arte - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		100	R\$2,17	R\$217,00
23	Flyers/Terno de Reis, medidas 14x24 cm, Folha em couchê brilho 120 g. com 4x4, frente e verso.	UNIDADE		100	R\$2,72	R\$272,00
24	Flyers/Temporada Indaialense de Rock - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
25	Flyers/Noite Italiana - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
26	Flyers/Temporada de Teatro - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
27	Flyers/Festival Primavera de Música - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
28	Flyers/Palco Móvel 90 Anos da Ponte dos Arcos - 14 cm x 24 cm Couchê 120 g. 4X0.	UNIDADE		500	R\$0,59	R\$295,00
					Total Lote:	R\$8.371,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.15/2016

### Lote: 4 - LOTE 04 - FOLDERS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
29	Folders/Biblioteca Móvel nas medidas 14,5 cm x 21 cm, couchê 150gr, 4x0.	UNIDADE		2.000	R\$0,51	R\$1.020,00
30	Folders/Natal nas medidas 21 x 30 cm aberto; Folha em couchê brilho 115 g, com 4x4 cores; Acabamento: refile e dobra 2x.	UNIDADE		5.000	R\$0,47	R\$2.350,00
31	Folders/Arquivo Histórico nas medidas 21 x 30 cm aberto; Folha em couchê brilho 115 g, com 4x4 cores; Acabamento: refile e dobra 2x.	UNIDADE		500	R\$0,93	R\$465,00

Total Lote: R\$3.835,00

### Lote: 5 - LOTE 05 - JORNAL.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
32	JORNAL - nas medidas 58 cm x 38 cm; Folha em Jornal 48 g com 1 x 1 cores; Acabamento: Dobra Mecanizada, Refle.	UNIDADE		1.000	R\$1,50	R\$1.500,00

Total Lote: R\$1.500,00

Total Fornecedor: R\$13.706,00

Total Homologação: R\$13.706,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.15/2016**

---

- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.15/2016**

---

condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 64/2016 - Edital de Pregão nº 2/2016.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
  - a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
  - a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.15/2016**

- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.15/2016**

- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 6 de junho de 2016.

**FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA  
PREFEITO VICTOR PETTERS**

Rogério Wilson Theiss  
Responsável pela Diretoria Executiva

**GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP**

RICARDO DANILO HACKBARTH  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.16/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000073****Pregão Nº 3/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.16/2016**

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.552.935/0001-05, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 191, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000073 - Pregão Nº 3/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.448.522/0001-08, estabelecida à RUA DR. BLUMENAU, nº 58 – Bairro ENCANO, no município de Indaial – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Aquisição de produtos de panificação.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

**385476 - PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME****Lote: 1 - LOTE 01 - BOLOS.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Bolo de cenoura com cobertura 16 x 20 com peso mínimo de 520 Gr.	UNIDADE		150	R\$18,00	R\$2.700,00
2	Bolo tipo chocolate (tipo nega maluca), com recheio de chocolate e cobertura, medindo 17 x 23 cm, peso mínimo de 800 Gr.	UNIDADE		300	R\$20,00	R\$6.000,00



# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.16/2016

3	BOLO DE FRUTAS CONFEITADO, COMPRIMENTO 60 CENTÍMETROS E LARGURA DE 40 CENTÍMETROS. PESO MÍNIMO DE 5 KG.	UNIDADE		5	R\$150,00	R\$750,00
4	BOLO SECO (LARANJA, LÍMAO, COCO, FORMIGUEIRO) MANTEIGA OU MARGARINA, FARINHA DE TRIGO, FERMENTO EM PO, ACUCAR, SAL, LEITE E OVOS.	UNIDADE		300	R\$10,00	R\$3.000,00
					Total Lote:	R\$12.450,00

## Lote: 2 - LOTE 02 - SANDUÍCHES E CACHORRO QUENTES.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	SANDUÍCHE DE PICLES: DUAS FATIAS DE PÃO, MEDINDO 12 X 10 CM, COM PICLES (CONTENDO PRESUNTO, QUEIJO, PEPINO E MAIONESE). PESO MÍNIMO DE 120 GRAMAS.	UNIDADE		2.000	R\$3,50	R\$7.000,00
6	SANDUÍCHE DE PRESUNTO E QUEIJO: DUAS FATIAS DE PÃO COM MARGARINA, QUEIJO PRATO OU MUSSARELA E PRESUNTO, PESO MÍNIMO DE 120 GRAMAS, COM COMPRIMENTO DE 12 CENTÍMETROS E 10 CENTÍMETROS DE LARGURA. TIPO DO PÃO CASEIRO: AIPIM, BATATA, TRIGO, LEITE OU FUBÁ.	UNIDADE		1.000	R\$3,00	R\$3.000,00
7	Cachorro quente: pão francês de 50 Gr, chucrute, molho de tomate e salsicha.	UNIDADE		500	R\$3,50	R\$1.750,00
					Total Lote:	R\$11.750,00

## Lote: 3 - LOTE 03 - SALGADINHOS E PÃES DE QUEIJO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
8	Salgadinho, peso mínimo aproximado de 35 gr. (tipo rissoles e mini pastel de frango com palmito).	UNIDADE		5.000	R\$0,90	R\$4.500,00
9	SALGADINHO, TIPO CROISSANT, RECHEIO VARIADO ENTRE DOCE E SALGADO, TAMANHO MÉDIO 05 CM, PESO MÍNIMO 30G.	UNIDADE		1.000	R\$0,90	R\$900,00
10	PÃO DE QUEIJO: POLVILHO DOCE, SAL, LEITE OVOS, QUEIJO MINAS MEIA CURA RALADO, PESO MÍNIMO 35 GRAMAS.	UNIDADE		500	R\$2,00	R\$1.000,00
					Total Lote:	R\$6.400,00

## Lote: 4 - LOTE 04 - BANANINHAS - SONHOS.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
11	BANANINHA, MASSA DE SONHO COM CREME, PESO MÍNIMO 95 GRAMAS.	UNIDADE		500	R\$2,00	R\$1.000,00
12	Sonho, tamanho pequeno de aproximadamente 05 cm de diâmetro; creme, doce de leite, chocolate e goiaba. Peso 50 gramas.	UNIDADE		1.000	R\$2,00	R\$2.000,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.16/2016

13	SONHO, TAMANHO PEQUENO SEM RECHEIO, APROXIMADAMENTE 05 CM DE DIÂMETRO.	UNIDADE		1.000	R\$0,50	R\$500,00
----	--	---------	--	-------	---------	-----------

Total Lote: R\$3.500,00

#### Lote: 5 - LOTE 05 - PASTELÃO - PÃO PICANTE.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
14	PASTELÃO: CARNE, COM MASSA PODRE REFRATÁRIO - 26 X 20 CM E PESO MÍNIMO DE 1,8 KG.	UNIDADE		10	R\$50,00	R\$500,00
15	PÃO PICANTE GRANDE: PÃO FRIOS, FRANGO, MAIONESE, REFRATÁRIO - 26 X 20 CM E PESO MÍNIMO DE 1,7 KG.	UNIDADE		10	R\$50,00	R\$500,00

Total Lote: R\$1.000,00

#### Lote: 6 - LOTE 06 - PEDAÇOS DE CUCA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
16	PEDAÇOS DE CUCA: UMA FATIA DE CUCA PESO MÍNIMO DE 160 GRAMAS, COM COMPRIMENTO DE 08 CENTÍMETROS E 08 CENTÍMETROS DE LARGURA. SABORES: BANANA E FAROFA.	UNIDADE		2.500	R\$2,00	R\$5.000,00

Total Lote: R\$5.000,00

#### Lote: 7 - LOTE 07 - SALADA DE FRUTAS.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
17	SALADA DE FRUTAS: MAÇÃ, BANANA, LARANJA E MAMÃO, POTE COM PESO MÍNIMO DE 150 GRAMAS.	UNIDADE		500	R\$3,50	R\$1.750,00

Total Lote: R\$1.750,00

Total Fornecedor: R\$41.850,00

Total Homologação: R\$41.850,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.16/2016**

Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterà as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
  - 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
  - 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
  - 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.16/2016**

acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 73/2016 - Edital de Pregão nº 3/2016.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.16/2016**

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.16/2016**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 17 de junho de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME**

ADRIANO DE SOUZA  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000074****Pregão Nº 25/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.17/2016**

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório 16/00000074 - Pregão Nº 25/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 WERNER JANDT ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.671.217/0001-23, estabelecida à RUA RUBI, nº 136 – Bairro RIBEIRÃO DAS PEDRAS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.2 ARTEFATOS DE CIMENTO TRENTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.658.488/0001-37, estabelecida à RUA ALFREDO KROEGER, nº 34 – Bairro ESTR DAS AREIAS, no município de Indaial – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Registro de Preços para a aquisição de pavimento de blocos intertravados de concreto, piso tátil de concreto para pavimentação, e guias em concreto.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

73962 - WERNER JANDT ME						
Lote: 1 - LOTE 01 - PAVIMENTO DE BLOCOS INTERTRAVADOS.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.17/2016

1	Pavimento de bloco intertravado de concreto, e=6cm, fck 35Mpa, na cor natural (cinza claro). As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto.	METRO QUADRADO		10.000	R\$25,50	R\$255.000,00
2	Pavimento de bloco intertravado de concreto, e=6cm, fck 35Mpa, na cor grafite (cinza escuro). As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto.	METRO QUADRADO		3.000	R\$31,50	R\$94.500,00
					Total Lote:	R\$349.500,00

#### Lote: 3 - LOTE 03 - GUIAS DE CONCRETO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	Guias em concreto, contendo as dimensões 12 x 15 x 30 x 80cm. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto.	UNIDADE		8.000	R\$10,75	R\$86.000,00
					Total Lote:	R\$86.000,00
					Total Fornecedor:	R\$435.500,00

#### 224456 - ARTEFATOS DE CIMENTO TRENTO LTDA ME

#### Lote: 2 - LOTE 02 - PISO TÁTIL.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	Piso tátil de concreto para sinalização, 20 x 20 x 02cm. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto.	METRO QUADRADO		3.000	R\$31,33	R\$93.990,00
					Total Lote:	R\$93.990,00
					Total Fornecedor:	R\$93.990,00
					Total Homologação:	R\$529.490,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016**

---

dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
  - 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
  - 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
  - 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016**

- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 74/2016 - Edital de Pregão nº 25/2016.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016**

- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016**

composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 20 de junho de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**WERNER JANDT ME**

WERNER JANDT  
Representante

**ARTEFATOS DE CIMENTO TRENTO LTDA ME**

JONAS FRANCISCO PLETSCH GRAF  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

---

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.17/2016**

---

---

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

---

---

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.18/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000060****Pregão Nº 22/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016**

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000060 - Pregão Nº 22/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.912.788/0001-62, estabelecida à RUA JOSE ALBUS, nº 80 – Bairro CENTRO, no município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina.
- 1.2 FOOT COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.397.879/0001-73, estabelecida à RUA GOTTLIED REIF, nº 68 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.3 RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.604.417/0001-70, estabelecida à AVENIDA HILDO KASULKE, nº 386 – Bairro FORTALEZA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.4 SUPRIVALE COMERCIAL LTDA ME ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.181.545/0001-11, estabelecida à RUA EMMA KLITZKE, nº 259 – Bairro PE. MARTINHO STEIN, no município de Timbó – Santa Catarina.
- 1.5 RM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.667.751/0001-78, estabelecida à RUA DR. JORGE XAVIER DA SILVA, nº 587 – Bairro CENTRO, no município de Castro – Paraná.

**2. DO OBJETO:**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016

- 2.1. Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual (EPI).  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

### 3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

#### 3.1.1.

250872 - REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME						
<b>Lote: -</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
19	Touca de cabelo em tecido textolen, na cor branca, 67% poliéster, 30% algodão, ajustável, tamanho único.	UNIDADE		50	R\$19,80	R\$990,00
					Total Lote:	R\$990,00
					Total Fornecedor:	R\$990,00
696757 - FOOT COMERCIAL LTDA ME						
<b>Lote: -</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
10	Bota de PVC, cor preta, cano médio com no mínimo 30 cm no cano, modelo sem fio (sem forração interna), tamanho/numeração a definir posteriormente.	PAR		50	R\$18,50	R\$925,00
12	Luva confeccionada em raspa - reforço em raspa entre os dedos polegar e indicador, punho de 7, nível de desempenho mecânico mínimo de 4144.	PAR		80	R\$6,00	R\$480,00
16	Luva de motoqueiro, em couro sintético, na cor preta, com zíper e elástico no punho, tamanho a definir posteriormente.	PAR		15	R\$70,00	R\$1.050,00
17	Calça de segurança, confeccionada em PVC laminado com fios de poliéster, com ajuste na cintura por cordão de nylon, acoplada com botas de PVC, tamanho/numeração a definir posteriormente.	UNIDADE		40	R\$92,50	R\$3.700,00
25	Protetor solar profissional, proteção contra radiação UVA e UVB, FPS 60, com repelente. Com registro ANVISA, bisnaga/tubo com 120 Gr/ml.	UNIDADE		510	R\$15,30	R\$7.803,00
30	Apito modelo fox 40-10.	UNIDADE		10	R\$33,60	R\$336,00
					Total Lote:	R\$14.294,00
					Total Fornecedor:	R\$14.294,00
782203 - RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME						
<b>Lote: -</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Colete de proteção de alta visibilidade, confeccionado em	UNIDADE		140	R\$20,15	R\$2.821,00

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016

	tecido 100% poliéster, combinado de faixas refletivas com material fluorescente, repelente a água, fechamento frontal com zíper, com faixa refletivas em X nas costas e duplo H na frente, na cor verde fluorescente, tamanho a definir.					
2	Capa de chuva em matéria TREVIRA, com manga e com capuz, tamanho a definir.	UNIDADE		270	R\$14,10	R\$3.807,00
3	Conjunto de nylon tipo motoqueiro, forrada, com refletivos. Confeção em nylon emborrachado, face externa 100% poliamida, face interna 10% policloreto de vinila, espessura total 0.20mm, fechamento com costuras duplas usando linha 100% poliéster, impermeabilizadas através do processo termo eletrônico, jaqueta com fechamento frontal com zíper de nylon nº 5, comprimento de 60 cm, sobre lapa afixada com velcro, capuz ajustado por dois cadarços paralelos, punhos ajustados com velcro, bolso frontal com faixa refletiva na largura de 50 mm na circunferência do tórax, calça ajustada na cintura com elástico de 25 mm de largura, faixa refletiva na largura de 50 mm na circunferência da perna. Cor preta com tamanhos a definir posteriormente.	UNIDADE		30	R\$140,00	R\$4.200,00
4	Conjunto de segurança, tipo motoqueiro confeccionado em PVC, formado por jaqueta com gola. Fechamento frontal com zíper e velcro, calça com elástico na cintura, barra das pernas com ajuste de zíper. Espessura de 0,30 a 0,35 mm. Possuir refletivos. Na cor preta. Tamanhos a definir posteriormente.	UNIDADE		20	R\$49,00	R\$980,00
5	Macacão de segurança, confeccionada em fibra de polipropileno, não tecido, possuindo respirabilidade, elástico no capuz, cintura, tornozelos e punhos, proteção de tronco, membros superiores e inferiores do usuário contra riscos de produtos químicos em ambientes onde o risco de contaminação seja caracterizado apenas por poeira, partículas ou névoas de pouca toxicidade.	UNIDADE		30	R\$11,70	R\$351,00
6	Sapato de segurança na cor preta, modelo Blatt, com elástico nas	PAR		600	R\$44,90	R\$26.940,00

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016

	laterais, em couro curtido ao cromo, solado em Biodensidade, sem biqueira de aço e com palminha antimicrobiana, com resistência ao óleo combustível e a passagem de corrente elétrica, tamanhos a definir posteriormente.					
11	Bota de PVC, cor preta, cano longo com no mínimo 39 cm no cano, modelo sem fim (sem forração interna), tamanho/numeração a definir posteriormente.	PAR		140	R\$27,00	R\$3.780,00
13	Luva de segurança confeccionada em malha de algodão, palma, dedos e dorso com revestimento total em borracha nitrílica, punho em malha, tamanhos 9 e 10, com nível de desempenho mínimo de 3111.	PAR		230	R\$6,50	R\$1.495,00
18	CHAPÉU DE PALHA COM ABAS DE NO MÍNIMO 16CM.	UNIDADE		50	R\$9,00	R\$450,00
21	Perneira de segurança confeccionada em material sintético, fechamento por costura de solda eletrônica e velcro, três talas de aço frontais revestidas com polipropileno para proteção.	PAR		30	R\$34,00	R\$1.020,00
22	Óculos de proteção - anti embaçante, lentes em policarbonato com tratamento anti-riscos. Abas laterais de proteção, hastes reguláveis. Com cordão de segurança, lente incolor.	UNIDADE		75	R\$4,15	R\$311,25
27	Protetor auricular, constituído por dois abafadores em forma de concha, tipo concha, montados simetricamente nas extremidades de uma haste-suporte ajustável, em forma de arco, adaptável a cabeça, permitindo que cada abafador se aplique sob pressão, aos respectivos pavilhões auriculares, atenuação mínima de 24 dB.	UNIDADE		15	R\$27,00	R\$405,00

Total Lote: R\$46.560,25

Total Fornecedor: R\$46.560,25

## 803901 - SUPRIVALE COMERCIAL LTDA ME ME

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
7	Calçado feminino tipo tênis, modelo baltt, na cor preta, confeccionado em couro curtido ao cromo, solado em biodensidade, tamanho/numeração a definir posteriormente.	PAR		50	R\$76,50	R\$3.825,00
9	Coturno em couro nobuk hidro fugado, bota, com borracha lateral	UNIDADE		14	R\$339,00	R\$4.746,00

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016

de proteção, 100%impermeável, cabedal: construído em couro nobuk hidrofugado 2.2mm, dublado com tecido sintético, colarinho e língua couro vestuário com cordura aqua repelente. Forração: forro sanitec dublado com espessura 2 mm, boa resistência a abrasão e rápida dispersão de umidade. Solado: borracha modelo rochedo, maciço, vulcanizado ao cabedal, resistência a corrente elétrica. Engenharia do produto: altura média do cano 21/18 cm (media externa /media interna). Cor: preta. Peso: entre 1.600 a 1.500 Gr. Numeração a definir posteriormente.					
--	--	--	--	--	--

Total Lote: R\$8.571,00

Total Fornecedor: R\$8.571,00

## 842869 - RM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
14	Luva de proteção, tricotada sem costura, confeccionada em fibras naturais e fibras sintéticas, palma com pigmento em PVC.	PAR		90	R\$1,52	R\$136,80
20	Avental de segurança em PVC, na cor branca, forrado, com bainha 140 x 70 cm, impermeável, fechamento com três cordões de material sintético para ajuste de uso.	UNIDADE		40	R\$6,20	R\$248,00
23	Óculos de proteção - anti embaçante, lentes em policarbonato com tratamento anti-riscos. Abas laterais de proteção, hastes reguláveis. Com cordão de segurança, lente escura ou fume.	UNIDADE		40	R\$3,50	R\$140,00
24	Óculos de proteção - incolor contra UVA/UVB vision 4000 hi, lente incolor em policarbonato, ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes regulável, ajuste telescópico da haste em 04 posições, embalagem individual, aprovado pelo ministério do trabalho e emprego.	UNIDADE		15	R\$5,00	R\$75,00
26	Lanterna com no mínimo 10 LEDS, bivolt, recarregável, capacidade de carga de 8 à 10 horas.	UNIDADE		20	R\$40,00	R\$800,00
28	Guarda chuva grande, reforçado, varão duplo, diâmetro 1,20 m e comprimento 1,00 m aproximadamente.	UNIDADE		35	R\$35,00	R\$1.225,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.18/2016

29	Conjunto da máscara semi-facial completa, com dois filtros e cartuchos e retentores, para uso em gases tóxicos - multi gases.	UNIDADE	10	R\$90,00	R\$900,00
Total Lote:					R\$3.524,80
Total Fornecedor:					R\$3.524,80
Total Homologação:					R\$73.940,05

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

### 6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.18/2016**

---

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 60/2016 - Edital de Pregão nº 22/2016.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.18/2016**

---

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.18/2016**

- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
  - a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - b) Lei Orgânica do Município de Indial;
  - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
  - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
  - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
  - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
  - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
  - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
  - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
  - j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.18/2016**

---

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 22 de junho de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME**

LUIZA SCHMITZ REGIS  
Representante

**FOOT COMERCIAL LTDA ME**

YAGO GUILHERME NAZARIO  
Representante

**RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME**

ROBSON PATRIK SOARES  
Representante

**SUPRIVALE COMERCIAL LTDA ME ME**

JUCINEI ANZINI  
Representante

**RM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME**

LUCAS PEREIRA  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO 16/050

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA KLIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - ME.

CT16/050

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa KLIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Pereira Farias, nº 66, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.250.645/0001-61, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de animação nas comemorações de Aniversário Político-administrativo do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0035/2016, na modalidade Dispensa nº 0003/2016, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.08.2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	052

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e

reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Prestar os serviços, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

7.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço, arcar com as despesas de deslocamento, refeições, manutenção e transporte dos funcionários, equipamentos e materiais utilizados, até os locais indicados pelo município;

7.3 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 17 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE CONTRATADA

KLIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - ME

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### CONTRATO 16/051

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALTAIR FABRO & CIA LTDA.

CT16/051

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ALTAIR FABRO & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na ROD. BR 470, Nº 1835 Bairro Basalto na cidade de Nova Prata-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.730.048/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos novos conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
03	01	Distribuidor de esterco líquido, com capacidade para 5.000 (mil litros), bomba a vácuo. Rodado tandem, aro 16" com pneus novos. Com abertura total da tampa traseira. Peso mínimo de 1.000 kg.	19.550,00
04	01	Distribuidor de esterco líquido, com capacidade para 4.000 (mil litros), bomba a vácuo. Rodado tandem, aro 16" com pneus novos. Com abertura total da tampa traseira. Peso mínimo de 1.000 kg.	17.550,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do recurso de convênio com o governo do estado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Comp. Elemento	44.90.52.40 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	0134 – RECURSOS DE CONVÊNIO
Reduzido	065

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até 30.12.2016.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2016 – Pregão Presencial nº 0022/2016.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) entregar o objeto licitado conforme proposta;
- b) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- c) cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;
- d) entregar os objetos desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica, como todos os equipamentos, acessórios e especificações, conforme exigido pela legislação de trânsito ou disponibilizado pelo fabricante;
- e) isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança dos equipamentos, ou de terceiros, até a efetiva entrega da mesma;
- f) garantir ao MUNICÍPIO as revisões periódicas, conforme normas do fabricante, que devem constar dos manuais e orientações técnicas, inclusive fornecendo as peças ou partes substituídas e cobertas pelo certificado de garantia;
- g) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- h) oferecer garantia de um ano sem limites de horas, com assistência técnica;
- i) durante o período da garantia, todas despesas com revisões correrão por conta do vencedor do certame, sem nenhuma despesa para o município;
- j) a empresa vencedora da licitação deverá oferecer treinamento técnico operacional para servidor designado pelo Município, contendo noções básicas de operação e manutenção do equipamento.

#### CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o

assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, (SC) 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ALTAIR FABRO & CIA LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

#### CONTRATO 16/052

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ANA CRISTINA MANJABOSCO - EPP.

CT16/052

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ANA CRISTINA MANJABOSCO - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida do Comércio, Nº 1496 Bairro Getulio Vargas na cidade de Santo Augusto-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.688.308/0001-25, doravante denominado CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos novos conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
02	01	Plantadeira de 13 linhas pivotadas para pastagem, com caixa de sementes miúdas, com sistema hidráulico e de arrasto. Caixa de adubo em polietileno ou inox. Peso mínimo de 1.000 kg.	25.999,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do recurso de convênio com o governo do estado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Comp. Elemento	44.90.52.40 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	0134 – RECURSOS DE CONVÊNIO
Reduzido	065

**CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES**

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até 30.12.2016.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2016 – Pregão Presencial nº 0022/2016.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- entregar o objeto licitado conforme proposta;
- arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;
- entregar os objetos desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica, como todos os equipamentos, acessórios e especificações, conforme exigido pela legislação de trânsito ou disponibilizado pelo fabricante;
- isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança dos equipamentos, ou de terceiros, até a efetiva entrega da mesma;
- garantir ao MUNICÍPIO as revisões periódicas, conforme normas do fabricante, que devem constar dos manuais e orientações técnicas, inclusive fornecendo as peças ou partes substituídas e cobertas pelo certificado de garantia;
- cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- oferecer garantia de um ano sem limites de horas, com assistência técnica;
- durante o período da garantia, todas despesas com revisões correrão por conta do vencedor do certame, sem nenhuma despesa para o município;
- a empresa vencedora da licitação deverá oferecer treinamento técnico operacional para servidor designado pelo Município, contendo noções básicas de operação e manutenção do equipamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o

assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, (SC) 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ANA CRISTINA MANJABOSCO - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

Nome:  
CPF:

### CONTRATO 16/053

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CASA DO PICA PAU LTDA.

CT16/053

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CASA DO PICA PAU LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Felipe Schmidt, Nº 955 Bairro INSS na cidade de Braço do Norte-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.742.267/0001-05, doravante denominado CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos novos conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
02	01	Grade niveladora com 32 discos de 22" e 3,5mm mínimo de espessura, com espaçamento entre discos de no mínimo 170mm. Eixo com diâmetro de 1.1/4" e mancal de rolamento a graxa. Largura de trabalho de 2,70m, profundidade de trabalho entre 50mm a 150 mm e peso de no mínimo 700kg.	7.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do recurso de convênio com o governo do estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Comp. Elemento	44.90.52.40 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	0134 – RECURSOS DE CONVÊNIO
Reduzido	065

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO



5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até 30.12.2016.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0026/2016 – Pregão Presencial nº 0022/2016.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) entregar o objeto licitado conforme proposta;
- b) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- c) cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;
- d) entregar os objetos desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica, como todos os equipamentos, acessórios e especificações, conforme exigido pela legislação de trânsito ou disponibilizado pelo fabricante;
- e) isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança dos equipamentos, ou de terceiros, até a efetiva entrega da mesma;
- f) garantir ao MUNICÍPIO as revisões periódicas, conforme normas do fabricante, que devem constar dos manuais e orientações técnicas, inclusive fornecendo as peças ou partes substituídas e cobertas pelo certificado de garantia;
- g) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- h) oferecer garantia de um ano sem limites de horas, com assistência técnica;
- i) durante o período da garantia, todas despesas com revisões correrão por conta do vencedor do certame, sem nenhuma despesa para o município;
- j) a empresa vencedora da licitação deverá oferecer treinamento técnico operacional para servidor designado pelo Município, contendo noções básicas de operação e manutenção do equipamento.

#### CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o

assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, (SC) 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

CASA DO PICA PAU LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

Nome:

CPF:

#### CONTRATO 16/054

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

CT16/054

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albina Titon,

nº 148, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.484.029/0001-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Un/30	Adesivos de identificação visual para caminhões e máquinas pesadas 30cm x 50cm em vinil adesivo com alta durabilidade, arte definida pelo Município.	14,90	447,00
02	Un/40	Placas de identificação de obras, pontes e avisos de alerta em chapa galvanizada 16, tamanho e arte definida pelo município, tendo como média o tamanho 60cm x 60cm	49,00	1.960,00
05	Un/20	Adesivo em vinil cast anti-bolha com alta durabilidade, arte definida pelo município, aplicado na forma de envelopamento em veículos oficiais do Município.	119,00	2.380,00
06	m²/100	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	48,00	4.800,00
08	m²/150	Adesivo vinil cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, arte determinadas pelo Município	109,00	16.350,00
TOTAL				25.937,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 25.937,00 (vinte e cinco mil novecentos e trinta e sete reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 17/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0029/2016, Edital de Pregão Presencial nº 0023/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;

- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA  
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### CONTRATO 16/055

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME.

CT16/055

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Getúlio Vargas, nº 285, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.269.263/0001-54, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
03	Un/4000	Cartazes promocionais formato gráfico 2 (48x66cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	1,57	6.280,00
04	Un/20000	Panfletos formato gráfico 22 (13x22cm), em papel Couchê 250g, impressão 4x0 cores	0,09	1.800,00
07	m²/300	Lona 300g para Banners com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município.	53,90	16.170,00
TOTAL				24.250,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 24.250,00 (vinte e quatro mil duzentos e cinquenta reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 18/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0029/2016, Edital de Pregão Presencial nº 0023/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- d) a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- e) correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- f) o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- a) fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) emitir o pagamento previsto no contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 20 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### CONTRATO 16/056

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CEUFEST COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS LTDA - ME.

CT16/056

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CEUFEST COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Est. Geral Morretes, Bairro Morretes na cidade de Tijucas-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.525.486/0001-46, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato é a contratação de empresa com profissionais habilitados para montagem e execução de show pirotécnico para as festividades de aniversário do município – Festa Julina 2016, contendo os seguintes itens:

01	08	Girandolas 3600 tiros fortes montada no 24x1
02	120	Bombas de 3"
03	40	Bombas de 4"
04	06	Torta 50 tubos efeito pancadão 44mm colorida com trasante
05	06	Torta 50 tubos pancadão treme-terra 44mm tiro forte com trasante colorido
06	10	Girandolas de 60 tubos ¾" apito de gaiato
07	02	Torta 100 tubos reta 1,5" efeito metralhadora
08	02	Torta 100 tubos 1,5" efeito em "Z" trasante + bomba
09	02	Torta 100 tubos 1,5" efeito leque coloridos
10	02	Torta 100 tubos 1,5" efeito fan shape
11	02	Torta 132 tubos 1,5" efeitos diversos "W", "Z", "T" multi cores
12	04	Torta 200 tubos ¾" efeitos diversos, fan "W" "Z"
13	04	Torta 120 tubos ¾" leque
14	04	Torta 100 tubos 3,4" efeito leque com bombas prateadas
15	12	Torta 25 tubos ¾" efeito reta prateada
16	05	Girandola 1080 tiros e morteiros
17	05	Rojão de vara treme terra DZ

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 0025/2016, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA



3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término em 29.07.2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será depósito bancário, em até 10 (dez) dias após a execução do show pirotécnico, mediante nota fiscal.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	052

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora das especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Prestar os serviços objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas.

7.2 - Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

7.3 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata.

7.4 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço, arcar com as despesas de deslocamento, refeições, manutenção e transporte dos funcionários, equipamentos e materiais utilizados, até os locais indicados pelo município;

7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

7.6 - Responsabilizar-se pela vigilância dos equipamentos desde a instalação até a desmontagem dos mesmos;

7.7 - Responsabilizar-se pelo transporte rodoviário especializado dos fogos e dos equipamentos;

b) O show pirotécnico deverá ser realizado por profissionais experientes, capacitados junto aos órgãos competentes e acompanhamento de no mínimo 1(um) Blaster;

c) Licença e autorização da Delegacia Regional, do Corpo de Bombeiros, para a realização do show pirotécnico;

d) Responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução dos serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso no show, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 22 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

CEUFEST – COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### CONTRATO 16/057

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – ME.

CT16/057

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Angelo Grazziotin, nº 500 Bairro Matriz na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.419.138/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de locação de gerador, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Locação de grupo gerador de energia, móvel, silencioso, com capacidade mínima de 260 KVA, trifásico, tensão 380/220 watts, 60 Hz, com combustível, operador e cabos elétricos para ligação, o equipamento ficara em stand-by para eventual necessidade para atendimento do evento XXXI Festa Julina de Iomerê, a ser realizada entre os dias 15, 16 e 17 de julho de 2016, devendo o aparelho estar devidamente instalado no pátio da festa até às 14h do dia 15, permanecendo até à 1h do dia 18 de julho. Caso ocorra a utilização do gerador será cobrado um adicional de R\$ 100,00 (cem reais) por hora.	3.000,00	3.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0030/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 0024/2016, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 29.07.2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	052

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

12.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

12.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

12.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

12.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

12.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

12.6 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

12.7 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

12.8 – O gerador aparelho deverá estar devidamente instalado no pátio do evento até às 14h do dia 15, permanecendo até à 1h do dia 18 de julho, caso ocorra a utilização do gerador será cobrado um adicional de R\$ 100,00 (cem reais) por hora;

12.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

12.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

10.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

10.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

10.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 22 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### CONTRATO 16/058

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MALIN EVENTOS LTDA - ME.

CT16/058

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MALIN EVENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vereador Dino Marafon, nº 98 Bairro Carelli na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.677.321/0001-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de locação de gerador, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	36	Contratação de empresa, para prestação de serviços de limpeza, a serem prestados por pessoal uniformizado, e com equipamentos de proteção individual, devidamente identificados. Dia 15/07/2016: Das 17h do dia 15/07/2016 até as 2h do dia 16/07/2016 ou até cessarem os trabalhos, sendo 12 agentes de limpeza; Dia 16/07/2016: Das 17h do dia 16/07/2016 até as 4h do dia 17/07/2016 ou até cessarem os trabalhos, sendo 12 agentes de limpeza; Dia 18/07/2016: Das 10h até as 20h do dia 18/07/2016 sendo 12 agentes de limpeza.	195,83	7.049,88

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0030/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 0024/2016, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 29.07.2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	052

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

12.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

12.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

12.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

12.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

12.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

12.6 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

12.7 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

12.8 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

12.9 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

10.10 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

10.11 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

10.12 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto,

firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 22 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MALIN EVENTOS LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

## CONTRATO 16/059

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW MUSICAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA OGUE CAVALHO - ACEOC.

CT16/059

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA OGUE CAVALHO - ACEOC, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Lauro Muller, nº 46, Bairro Centro, na cidade de Curitiba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.445.166/0001-47, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem por como objeto a contratação de show musical com a Banda Fogo de Chão, artistas consagrados pela crítica especializada, a acontecer no dia 17/07/2016 com início previsto para às 17:00h e término às 18h30, fazendo parte das atrações da XXXI Festa Julina de Iomerê, e integrando as comemorações do aniversário de emancipação político-administrativo do Município contratante.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados no Município de Iomerê, no local e estrutura de palco coberto e seguro que comporte a estrutura da banda, montado para as comemorações do aniversário político-administrativo do Município de Iomerê, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nas dependências dos pátios da Paróquia São Luiz Gonzaga e Escola de Educação Básica Frei Evaristo.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 – O valor a ser pago pelo contrato será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) 100%(cem por cento) do valor do contrato, na semana seguinte do evento, com emissão da nota fiscal no valor total do contrato, mediante depósito bancário em sua conta corrente informada no anexo II da documentação;

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	52

### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 29 de julho de 2016.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0040/2016 – Inexigibilidade nº 0004/2016.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços bem como:

- a) despesas com transporte e alimentação dos músicos, bem como todos os demais integrantes da banda e demais pessoas que acompanham os artistas;
- b) taxas e encargos decorrentes do presente instrumento;
- c) cumprir com o previsto na cláusula primeira deste contrato;
- d) zelar pelo bom desempenho do espetáculo, observando o cumprimento do horário de início do show, salvo motivos de força maior, quando poderão acontecer mudanças, tudo objeto de prévio ajuste entre as partes contratantes.
- e) fica ajustado que, a não realização do show, por culpa da CONTRATADA, implicará na devolução do valor já pago, em conta bancária a ser informada pelo Contratante, além de multa de 20%(vinte por cento) do valor total do contrato.

9.2 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) cumprir com o ajustado na cláusula terceira do presente contrato;
- b) providenciar local adequado para apresentação da CONTRATADA, conforme cláusula segunda;
- c) disponibilizar sonorização, iluminação, camarins conforme room list dos artistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO CULTURAL - ACEOC  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

**CONTRATO 16/060**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GALERIAS DE CONCRETO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA PROTENDE ESTRUTURAS PRÉ FABRICADAS LTDA - EPP.

CT16/060

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa PROTENDE ESTRUTURAS PRÉ FABRICADAS LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua José Caetano de Oliveira, Lote 65 a-5 na cidade de Palmeira-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 15.786.680/0001-98, neste ato representado pelo Sr. Aleksander Schmidt Diedrichs, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR**

0.1 – O presente contrato tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de galeria de concreto e horas de guindaste, para uso no Município de Iomerê, conforme segue:



ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	24	Galeria em concreto armado, medindo 3mx3mx1m, espessura de parede no mínimo 20 cm, capacidade de trânsito 45 ton.	2.350,00	56.400,00

1.2 – O valor do contrato é de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As peças/horas serão entregues parceladamente, conforme a necessidade, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos tubos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica e recebimento do Convênio com a Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Santa Catarina.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Complem. Elemento	3390.3024 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	164 – CONVÊNIO ESTADUAL
Reduzido	XX

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2016, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, sem reajuste.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0033/2016 – Pregão Presencial nº 0027/2016 e Registro de Preço nº 0011/2016.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - As peças de concreto deverão ser entregues no Município, em local indicado pelo Secretário de Obras e todas as despesas com a entrega carga e descarga das galerias correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

9.4 – Quanto as horas de guindaste serão computadas a partir do início dos trabalhos no município.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 28 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

PROTENDE ESTRUTURAS PRÉ FABRICADAS LTDA - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

**CONTRATO ACT16/27**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT16/27

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 006.859.979/60 e RG 4.260.496-6, residente a Rua XV de Novembro, Centro, Arroio Trinta -SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor de Educação Infantil, Séries Iniciais- 20hs, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO**

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do magistério do Município de Iomerê, equivalente ao Valor de R\$1.449,84 (Um mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 20 de junho de 2016 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO**

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de relação trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.



**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 20 de junho de 2016

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

RACHEL SIMONE M. MANENTI  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

**CONTRATO FMS Nº 16/011**

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.

CT16FMS/011

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Albina Titon, nº 148, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.484.029/0001-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR**

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
05	UN/10	Envelopamento de veículos oficiais com vinil cast anti-bolha com alta durabilidade, arte definida pelo município	119,00	1.190,00
06	m²/100	Lona 300g para faixas com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município	48,00	4.800,00
08	m²/50	Vinil de adesivos cast anti-bolha com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município	109,00	5.450,00
TOTAL				11.440,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 11.440,00 (onze mil quatrocentos e quarenta reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 17/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1 – Os preços serão fixos e irrealizáveis durante a vigência deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0029/2016, Edital de Pregão Presencial nº 0023/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- d) a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- e) correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- f) o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- a) fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) emitir o pagamento previsto no contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO**

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 20 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

**CONTRATO FMS Nº 16/012**

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME.

CT16FMS/012

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Getulio Vargas, nº 285, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.269.263/0001-54, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR**

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de impressos, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
07	m²/100	Lona 300g para Banners com impressões 4x0 cores, determinadas pelo Município	53,90	5.390,00
TOTAL				5.390,00

1.2 - O valor do contrato é R\$ 5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais), sendo adquirido os serviços conforme as necessidades, durante a vigência da ata nº 18/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0029/2016, Edital de Pregão Presencial nº 0023/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades;
- a contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os Serviços Gráficos em que se verifiquem irregularidades;
- correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços gráficos licitados;
- o vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o bem objeto da licitação, na hipóteses de recusa pela administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- fiscalizar o cumprimento do contrato;
- emitir o pagamento previsto no contrato;
- acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;

- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;  
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As dotações orçamentárias serão conforme aquisições de cada secretaria, do orçamento vigente de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser firmado novo contrato até o vencimento da ata, caso tenha saldo na quantidade dos itens licitados e sem reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ, SC, 20 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

### DECRETO 1668/2016

DECRETO Nº. 1668 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033

33900000

Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
Aplicações Diretas

0108.00 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

R\$ 110.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do provável Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 23 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO 1669/2016**

DECRETO Nº. 1669 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Institui e nomeia Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído e nomeado a Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do município de Iomere-SC, responsável por subsidiar a Comissão Coordenadora em todo o processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de educação (Lei nº805 de 12/06/2015, decênio 2015-2024.

Art. 2º - São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação –PME:

- I- Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais relativos a educação em âmbito municipal;
- II- Relacionar metas e estratégias de forma cronológica;
- III- Analisar os relatórios anuais de monitoramento;
- IV- Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;
- V- Elaborar a versão preliminar do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de educação para análise e validação;
- VI- Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e a Comissão Coordenadora do PME entender;
- VII- Verifica previsões orçamentárias;
- VIII- Verificar prazos e período de avaliação (bianual);
- IX- Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;
- X- Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta.

Art. 3º - Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trata o presente Decreto, os seguintes membros:

I Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo  
Mauricio Bridi  
Carla Candiago

II- Sec de Administração e Finanças  
Helin Perazzoli

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 24 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO 1670/2016**

DECRETO Nº. 1670 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Institui e nomeia comissão coordenadora para monitoramento e avaliação do plano Municipal de Educação PME. do Município de Iomere.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído e nomeado a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Iomere/SC, conforme lei nº805/2015 de 12/06/2015, Decênio 2015-2024, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias estabelecidas em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º - São atribuições, da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação –PME:

- I- Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- II- Organizar consulta pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- III- Sistematizar os resultados da consulta pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão final e encaminhar à Sec Municipal de Educação;
- IV- Publicar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação;
- V- Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

Art. 3º - Nomear membros para compor a Comissão Coordenadora de que trata o presente Decreto;

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Mauricio Bridi  
Carla Candiago

II- Representante do Conselho Municipal de Educação

Marinez Zaneti Zago

III- Representante do Fórum Municipal de Educação  
Nádia Scur  
Maria F. S. Colissi

IV- Representante da Secretaria de Administração e Finanças  
Helin Perazzoli

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 24 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA 2799/2016**

PORTARIA Nº 2799 DE 15 DE JUNHO DE 2016

Afasta servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar por aposentadoria a servidora ADIRCE THOMAZI, inscrita no CPF sob nº 645.691.799-91, do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de Junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2800/2016**

PORTARIA Nº 2800 DE 16 DE JUNHO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal VERIANO MODENA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/04/2015 a 02/04/2016 a contar de 20/06/2016 a 19/07/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de Junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2801/2016**

PORTARIA Nº 2801 DE 16 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora municipal ADRIANE GRIGOLO ZANINI, do cargo efetivo de Professor de Ed. Infantil e Séries Iniciais 20hs, a partir do dia 17 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de Junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 2802/2016**

PORTARIA Nº 2802 DE 17 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Fórum de Educação de Iomerê

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Fórum de Educação de Iomerê constituída pelos seguintes integrantes:

ÓRGÃO E ENTIDADE

Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Mauricio Bridi  
Suplente: Marinez Zanetti Zago

Câmara Municipal de Vereadores  
Titular: Aleomar Penso  
Suplente: Anderson Borge



Conselho Municipal de Educação Titular: Carla Candiago Suplente: Franciele Mariani Pasqual	
Associação de Pais e Professores(APPs) Titular: Deise Cantú Centofanti Suplente: Adriane Grigolo Zanini	
Educação Especial Titular: Eliane dos Stos de Souza Mezaroba Suplente: Vivane Mery Faccin Ebeling	
Conselho Municipal do FUNDEB Titular: Nádia Scur Suplente: Jucemara J. Godinho Paganini	
Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente Titular: Edilaine Maria Toigo Suplente: Maura R. Tragancim Perazzoli	
Conselho Tutelar Titular: Patrícia Crestani Suplente: Daniele Wilmsen	
Educação Infantil Titular: Maria F. S. Colissi Suplente: Simone Cantú Centofanti  Educação Básica/ Ensino Fundamental Titular: Cesar Dacol Suplente: Edina Nava  Ensino Médio Titular: Terezinha Campagnin Sartor Suplente: Judite Barichello Borga	

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 17 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 2803/2016**

PORTARIA Nº 2803 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Retifica Portaria nº2789 que nomeia comissão especial para cadastramento das inscrições de interessados em aderir a programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos no âmbito do município de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

#### RESOLVE

Art. 1. Nomear a comissão municipal especial destinada a proceder o cadastramento das inscrições de eventuais interessados em aderir a programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos no âmbito do município de Iomerê, ficando composta pelos seguintes servidores municipais:

- a) Carla Candiago;
- b) Loreni Marta Zardo;
- c) Sibebe Morelatto Fiorentin;
- d) Karoline Rodrigues Fachini;
- e) Douglas Francisco Zardo.

Art. 2. A coordenação dos trabalhos ficara sob a presidência da servidora Karoline Rodrigues Fachini, com auxílio dos demais membros.

Art. 3. A comissão constituída através da presente portaria definirá os critérios para inscrição, datas, locais e horários, a serem divulgados através de edital de chamamento a ser lançado oportunamente.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 22 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 2804/2016**

PORTARIA Nº 2804, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE LIMA para o cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE LIMA, brasileiro, portador do CPF nº 893.426.239-72, para o cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 28 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 2805/2016**

PORTARIA Nº 2805, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia SIMARA CIVIDINI para o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear SIMARA CIVIDINI, brasileira, portadora do CPF nº 061.485.399-00, para o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde e Ação Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 28 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 2806/2016**

PORTARIA Nº 2806 DE 28 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Conselho Municipal de Acompanhamento e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, para o biênio de 2016/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Acompanhamento e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, para o biênio de 2016/2018, constituída pelos seguintes integrantes:

I – Representantes do Poder Executivo / Secretaria Municipal de Educação:

Titular 1 (Poder Executivo): HELIN PERAZZOLI

Suplente 1 (Poder Executivo): JOZANE RUTZ MOLON

Titular 2 (Secretaria de Educação): LUCIANA MENEGAT VIECELLI

Suplente 2 (Secretaria de Educação): DEBORA FERREIRA DE SOUZA

II – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: SIMONE VALMORBIDA CENDRON

Suplente: PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA

III – Representantes dos Diretores das Escolas Básica Pública:

Titular: TEREZINHA CAMPAGNIN SARTOR

Suplente: MARIA F. S. COLISSI

IV – Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: MARINEZ ZANETTI ZAGO

Suplente: MAURA RENATA TRAGANCIN PERAZZOLI

V – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular 1: ANA PAULA MICHELON MENEGON

Suplente 1: MARCIA BEATRIZ BUSS BALBINOT

Titular 2: ALESSANDRA HENNIG FERREIRA

Suplente 2: JOSIANE MARIA ZANCANARO

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular 1: BIANCA BRUNA BENELLI

Suplente 1: PRISCILA CISLAGHI LEGNANI

Titular 2: LUCAS SANGALETI ANSILIERO

Suplente 2: DANIELA COLOMBO ZAGO

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: FRANCIELI MARIANI PASQUAL

Suplente: GRAZIELE FALETTI

IX – Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: JORDANA ZANFERARI COLLE  
Suplente: CLEIDE COLOMBO NAVA

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 28 de junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 2807/2016

PORTARIA Nº 2807 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora municipal CARINA FALCHETTI PERETTI, do cargo comissionado de Assessor de Projetos e Convênios, a partir do dia 30 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de Junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 2808/2016

PORTARIA Nº 2808 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor municipal ALZEMIRO ANTONIO MAFIOLETTI, do cargo comissionado de Diretor de Infra-estrutura, a partir do dia 30 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de Junho de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO Nº 016/25

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP – CT14/084, TA15/006 E TA15/020.

TA16/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 73.461.196/0001-95 com sede Rua XV de novembro, nº 274 na cidade de Videira SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/084, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT14/084, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 14 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

CONSTRUTORA E INCORP. GG BRUSCHI LTDA - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:  
Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**HOMOLOGAÇÃO ANIMAÇÃO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 3/2016 - DL</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 33/2016 Processo de Licitação: 35/2016 Data do Processo: 15/06/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 35/2016  
b ) Licitação Nr.: 3/2016-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 16/06/2016  
e ) Data da Adjudicação: 16/06/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO EM EVENTO DO MUNICÍPIO DE ANIVERSÁRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**KLIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (3905)**

1 GRUPO PARA ANIMAR EVENTO DO MUNICÍPIO	SRV	1,00	0,0000	4.500,00	4.500,00
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>4.500,00</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>4.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 53.058,00

Iomerê, 16 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Prefeito

**HOMOLOGAÇÃO FOGOS DE ARTIFICIO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2016 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 31/2016 Data do Processo: 03/06/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 31/2016
- b ) Licitação Nr.: 25/2016-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 20/06/2016
- e ) Data da Adjudicação: 20/06/2016 Sequência: 0
- f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
(em Reais R\$)					

**LOTE: 1****CEUFEST COMERCIO DE FOGOS DE ARTIFICIOS LTDA - ME (4929)**

1	SHOW PIROTÉCNICO - COM FOGOS DE ARTIFÍCIO	UN	1,00	0,0000	17.500,00	17.500,00
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>17.500,00</b>
					<b>Total Geral:</b>	<b>17.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 139.060,00

Iomerê, 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO GALERIAS EM CONCRETO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 27/2016 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 01.612.744/0001-20 <b>Rua</b> João Rech <b>C.E.P.:</b> 89558-000 - Iomerê - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 31/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 33/2016 <b>Data do Processo:</b> 08/06/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 33/2016  
b) Licitação Nr.: 27/2016-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 27/06/2016  
e) Data da Adjudicação: 27/06/2016 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GALERIAS DE CONCRETO E LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO GUINDASTE.

					(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>PROTENDE ESTRUTURAS PRE FABRICADAS LTDA. - EPP (4936)</u></b>					
1 GALERIAS EM CONCRETO	UN	24,00	0,0000	2.350,00	56.400,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>56.400,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>56.400,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 27 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO GERADOR E SERV LIMPEZA**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 24/2016 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 28/2016 Processo de Licitação: 30/2016 Data do Processo: 03/06/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 30/2016  
b ) Licitação Nr.: 24/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 20/06/2016  
e ) Data da Adjudicação: 20/06/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E LIMPEZA GERAL NO PÁTIO DO LOCAL DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME (2847)</u></b>						
1	LOCAÇÃO DE GERADOR	UN	1,00	0,0000	3.000,00	3.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.000,00</b>
<b><u>MALIN EVENTOS LTDA - ME (4928)</u></b>						
3	SERVIÇOS DE LIMPEZA	UN	36,00	0,0000	195,83	7.049,88
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>7.049,88</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>10.049,88</b>

Iomerê, 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20  
Rua João Rech  
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 24/2016 - PR**

Processo Administrativo: 28/2016  
Processo de Licitação: 30/2016  
Data do Processo: 03/06/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (52) Saldo: 139.060,00

Iomerê, 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO IMPRESSOS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 27/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 03/06/2016
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 29/2016
- b ) Licitação Nr.: 23/2016-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 20/06/2016
- e ) Data da Adjudicação: 20/06/2016 Sequência: 0
- f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO / CONFEÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA- ME (984)</u></b>						
1	ADESIVOS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS 30CM X 50CM	UN	30,00	0,0000	14,90	447,00
2	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS, PONTES E AVISOS DE ALERTA	UN	40,00	0,0000	49,00	1.960,00
5	ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS	UN	30,00	0,0000	119,00	3.570,00
6	LONA PARA FAIXAS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	200,00	0,0000	48,00	9.600,00
8	VINIL DE ADESIVOS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	200,00	0,0000	109,00	21.800,00
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>37.377,00</b>
<b><u>DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (4927)</u></b>						
3	CARTAZES PROMOCIONAIS FORMATO GRÁFICO 2 (48x66CM), EM PAPEL COUCHÉ 250G, IMPRESSÃO 4X0 CORES	UN	4.000,00	0,0000	1,57	6.280,00

Iomerê, 20 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE****CNPJ:** 01.612.744/0001-20  
**Rua** João Rech  
**C.E.P.:** 89558-000 - Iomerê - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 23/2016 - PR****Processo Administrativo:** 27/2016  
**Processo de Licitação:** 29/2016  
**Data do Processo:** 03/06/2016

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (4927)**

4	PANFLETOS FORMATO GRÁFICO 22 (13x22CM), IMPRESSÃO 4X0 CORES	UN	20.000,00	0,0000	0,09	1.800,00
7	LONA PARA BANNERS COM IMPRESSÕES 4X0 CORES DETERMINADAS PELO MUNICÍPIO	M2	400,00	0,0000	53,90	21.560,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>29.640,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>67.017,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 20 de Junho de 2016.

---

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ipumirim

## PREFEITURA

**DECRETO N. 2.221 DE 13 DE JUNHO DE 2.016**

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 3.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2.015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2.015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.016 – LOA e considerando o custo previsto para o procedimento médico objeto do mandado de segurança relativo aos autos 0300276-09.2016.8.24.0242,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 3390000000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 3.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 3.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da utilização parcial da reserva de contingência:

I. Código reduzido 22, Projeto 9.999 - Reserva de Contingência, elemento 9999000000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 3.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 3.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2.016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2.016  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**DECRETO N. 2.222 DE 24 DE JUNHO DE 2.016**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 4.725,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2.015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal

4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2.015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.016 – LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 113, Projeto/Atividade 08.244.0032.1.046 - Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0062 - Exerc. Ant. - IGD Bolsa Família, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 2.666,00.

II - Código reduzido 31, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.059,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 4.725,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na fonte de recursos 0.3.0062 - Exerc. Ant. - IGD Bolsa Família, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.666,00.

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.059,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 4.725,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 24 de junho de 2.016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 24 de junho de 2.016  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016 CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 de 28 de junho de 2016

Cria Comissão Intersetorial destinada à Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Ipumirim.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal nº 0895/1992, RESOLVE:

Art.1º - Criar Comissão Intersetorial destinada a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Art. 2º - Conforme previsto na resolução 171 de 04/12/2014 a Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes:

- a) 02 representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Cássio Canton (governo) e Maicon Klaus Bonissoni (sociedade civil);
- b) 02 representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS: Gerson Wildner (governo) e Inelir Giombelli (sociedade civil);
- c) Conselho Municipal de Saúde – CMS: Flaviane Manica (governo) e Janete Locatelli (sociedade civil);
- d) 02 representantes dos Grêmios Estudantis: Mateus Torres dos Reis e Raul da Silva.
- e) 01 representante do Serviço de Atenção Integral à Família – PAIF: Maria Eduarda Mertins Michaelsen;
- f) 01 representante do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e de Liberdade Assistida – LA: Daniel Anjos dos Santos.
- g) 02 representantes do Conselho Tutelar: Denair Zat e Izidoro Nazar.

Art. 3º - O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes deverá ser elaborado até o prazo máximo do dia 03/12/2016.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim /SC, 20 de Junho de 2016  
Cássio Canton  
Presidente CMDCA

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3003/2016

Decreto nº 3.003/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementada montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.00.0252 (54)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0252 (56)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de maio de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3005/2016

Decreto nº 3.005/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementado o montante de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários da Saúde		

3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (34)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
---------------------------------	--------------------	---------------

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos de Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de maio de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3007/2016

Decreto nº 3.007/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada montante de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) a dotação:

09 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		
1.007 – Construção de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem		
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (103)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

09 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de ruas, ciclovia e rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (93)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de maio de 2016.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3013/2016**

Decreto nº 3.013/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.00.0283 (72)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 283 – Transferência de Recursos do SUS - CAPS Monte Castelo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3016/2016**

Decreto nº 3.016/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada montante de R\$ 27.345,00 (Vinte e sete mil trezentos e quarenta e cinco reais) a dotação:

05– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.045 – Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família - IGDBF		
4.4.90.00.00.00.00.00.0250 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 27.345,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

05– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.045 – Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família - IGDBF		
4.4.90.00.00.00.00.00.0250 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 27.345,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3027/2016**

Decreto nº 3027/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada o montante de R\$ 4.950,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.00.0251 (13)	Aplicações Diretas	R\$ 4.950,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.0251 (6)	Aplicações Diretas	R\$ 4.950,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2016

TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2016

REVOGAÇÃO

A Comissão Permanente, Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Presidente, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Andressa Bendlin; – membros da equipe, designados pela Portaria nº 02/2016, se reuniu no dia 27 de junho de 2016, para análise do pedido de revogação do Processo Licitatório nº 32/2016, Tomada de Preços nº 15/2016, para PERFURAÇÃO DE 02 (DOIS) POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, NAS LOCALIDADE DE COLONIA LICZKOSKI E SÃO SEBASTIÃO DO TOKARSKI, E O CERCEAMENTO DOS POÇOS, RESERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PARA AS DUAS LOCALIDADES, NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA DE ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO conforme Ofício nº 409/2016 do Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal. A Comissão, com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8.666/93, considerando a necessidade superveniente de readaptação do objeto deste processo, decide pela REVOGAÇÃO do referido processo. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### CONTRATO Nº 06/2016

Extrato do contrato Nº 06/2016. Processo Licitatório nº 12/2016, Tomada de Preços nº 01/2016. Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de edifício, para implantação de espaço para promoção social da Saúde no Distrito de Moema– Itaiópolis/SC, com área a construir de 240,00m², conforme Projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e o Memorial Descritivo. Com o fornecimento de materiais e serviços de mão-de-obra. Consistindo na elaboração dos Projetos: 1) Projeto Elétrico; 2) Projeto Tratamento de Esgoto; 3) Projeto Hidro-Sanitário e 4) Projeto Preventivo conforme NSCI do Corpo de Bombeiros Militar de SC. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Adriana Laura Kuskowski Wilpert - ME. R\$ 145.335,65. Vigência: 5 meses. Itaiópolis, 28/06/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO – TP Nº 1/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016 – OBJETO: construção de Centro da Terceira Idade, no Bairro Alto Paraguaçu, com área a construir de 166,61m², com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais. CONTRATO nº 57/2016. CONTRATADA: ADRIANA L. K. WILPERT – ME. VALOR TOTAL: R\$ 197.809,90. PRAZO: 5 meses, a contar da Ordem de Serviço. Itaiópolis, 28/06/2016.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

**PREFEITURA**

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS									
Unidade: 01 - Assessoria Especial Financeira									
Atividade: 2.103 - Manutenção dos Serv. Administrativos - Sec. de Finanças									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/241 - Aplicações diretas								R\$	90.000,00
Total da Secretaria:								R\$	90.000,00
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA									
Unidade: 04 -Diretoria de Administração e Finanças									
Projeto: 1.046 - Renovação e/ou Reforma da Frota - FMS									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.00002.0/17 - Aplicações diretas								R\$	300.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0063.0/19 - Aplicações diretas								R\$	55.000,00
Unidade: 05 -Diretoria de Vigilância em Saúde									
Atividade: 2.106 - Implementação das Ações de Vigilância Epidemiológica									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0038.0/43 - Aplicações diretas								R\$	10.500,00
Atividade: 2.107 - Implementação das Ações de Vigilância Sanitária									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/40 - Aplicações diretas								R\$	25.000,00
Unidade: 06 -Diretoria de Atenção Básica									
Atividade: 2.109 - Manutenção e Intensificação dos Serviços Administrativos - Atenção Básica									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0038.0/46 - Aplicações diretas								R\$	150.000,00
Total do F M S:								R\$	540.500,00
Total Geral:								R\$	2.278.500,00
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, no valor de R\$ 300.000,00, inciso II, no valor de R\$ 795.000,00 e para o inciso III, R\$ 1.183.500,00, conforme abaixo:									
Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO									
Unidade: 01 - Procuradoria Geral									
Atividade: 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Procuradoria Geral									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000.0/17 - Aplicações diretas								R\$	18.000,00
Total da Secretaria:								R\$	18.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES									
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública									
Atividade: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0008.0/90 - Aplicações diretas								R\$	250.000,00
Total da Secretaria:								R\$	250.000,00
Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
Unidade: 01 - Diretoria Geral de Ensino									
Atividade: 2.079 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0018.0/220 - Aplicações diretas								R\$	200.000,00
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.093 - Manutenção dos Recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO - Educ. Infantil									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0036.0/181 - Aplicações diretas								R\$	100.000,00
Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino									
Atividade: 2.080 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Educação Infantil									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0018.0/227 - Aplicações diretas								R\$	130.000,00
Total da Secretaria:								R\$	430.000,00
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA									
Unidade: 04 -Diretoria de Administração e Finanças									
Projeto: 1.046 - Renovação e/ou Reforma da Frota - FMS									
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.00002.0/18 - Aplicações diretas								R\$	300.000,00
Unidade: 05 -Diretoria de Vigilância em Saúde									

Atividade: 2.106 - Implementação das Ações de Vigilância Epidemiológica										
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0038.0/44 - Aplicações diretas								R\$	10.500,00	
Atividade: 2.107 - Implementação das Ações de Vigilância Sanitária										
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000.0/41 - Aplicações diretas								R\$	25.000,00	
Unidade: 06 -Diretoria de Atenção Básica										
Atividade: 2.109 - Manutenção e Intensificação dos Serviços Administrativos - Atenção Básica										
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0038.0/47 - Aplicações diretas								R\$	150.000,00	
							Total do F M S:	R\$	485.500,00	
							Total Geral:	R\$	1.183.500,00	
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.										
					Município de Itapema, 07 de JUNHO de 2016.					

e parágrafo único.

Art. 7º - No momento em que se realizar o rateio dos honorários, o gestor da conta referida no art. 5º deverá promover a retenção do Imposto de Renda Incidente na Fonte, efetivando o seu recolhimento junto à Secretaria da Receita Federal, sob o código de arrecadação próprio e por meio de documento de arrecadação específico.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Procuradores do Município de Itapema, nos termos do parágrafo único, artigo 3.º, da Lei Municipal 3540/2016.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapema, 14 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 326/2016

DECRETO Nº 326/2016

RECEBE BENS MÓVEIS EM DOAÇÃO PURA E SIMPLES SEM ENCARGOS.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto pelo Prejulgado nº 1566 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: "Desde que a legislação municipal não vede, é admissível ao Município o recebimento de bens através de doação, todavia, deve o mesmo proceder à análise da conveniência, considerando-se a relação custo/benefício do bem doado. Caso não haja disciplina na lei orgânica ou em legislação municipal, nada impede que a aceitação da doação, ainda que com encargo, seja efetivada através de ato do Chefe do Poder Executivo";

CONSIDERANDO que a Administração Pública, para receber bens imóveis por doação, não necessita de lei autorizadora, salvo se com encargo. (Diógenes Gasparini, Direito Administrativo, 9 ed., São Paulo, Saraiva, 2004);

CONSIDERANDO que no presente caso, trata-se de doação pura e simples sem encargos de bem móvel por particular ao Município de Itapema,

DECRETA

Art. 1º - Receber em doação, pura, simples e sem encargo, os bens móveis: 4.000 (quatro mil) metros cúbicos de material para aterro, através da Construtora e Incorporadora J. A. Russi LTDA.

§ 1º – Os materiais poderão ser utilizados na Rua 452, Jardim Praiamar, Bairro Leopoldo Zarlíng.

§ 2º - As despesas com o transporte dos bens dados em doação correrão por conta da empresa Construtora e Incorporadora J. A. Russi LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 21 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 327/2016

				DECRETO Nº 327/2016					
				DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2016 nº. 3.499, de 18 de dezembro de 2015 DECRETA									
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil reais), destinados a suplementar o quadro orçamentário do Fundo da Infância e da Adolescência de Itapema, conforme segue:									
Órgão: 20 - FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA									
Unidade: 01 - Fundo da Infância e da Adolescência de Itapema									

Atividade: 2.060 - Manutenção do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA									
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000.0/2 - Aplicações diretas								R\$	875.000,00
							Total do FIA:	R\$	875.000,00
							Total Geral:	R\$	875.000,00
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo primeiro será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na mesma importância, conforme segue:									
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA									
Unidade: 04 -Diretoria de Administração e Finanças									
Atividade: 2.113 - Administração e Manutenção do F M S - Recursos Próprios									
Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000.0/26 - Aplicações diretas								R\$	875.000,00
							Total do F M S:	R\$	875.000,00
							Total Geral:	R\$	875.000,00
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.									
Município de Itapema, 28 de junho de 2016.									
RODRIGO COSTA									
Prefeito Municipal									

**DECRETO Nº 328/2016**

DECRETO Nº 328/2016

DESIGNA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO - jari E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados para a composição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, com as atribuições constantes da Lei Municipal nº 3202 de 01 de julho de 2013, os seguintes membros:

I - Representantes com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

a) Titular: Evaldo Foppa (Polícia Militar)

b) Suplente: Ten. Geraldo Rodrigues Alves Junior (Polícia Militar)

II - Representantes servidores do órgão ou entidade que impôs a penalidade - Diretoria de Trânsito do Município de Itapema:

a) Titular: Richard Santos

b) Suplente: Maria Ieda Tarnowski

III - Representantes de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

a) Titular: Guilherme da Costa (Polícia Civil)

b) Suplente: Giancarlo Rossini (Polícia Civil)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

Itapema, 28 de junho de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº 099 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.067.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 099 / 2016 – Pregão Presencial nº 04.067.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gás de cozinha.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 11/07/2016.

Abertura do Pregão: 11/07/2016 às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "Compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.067.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 28 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

**PROCESSO Nº 101 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.069.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 101 / 2016 – Pregão Presencial nº 04.069.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de água mineral.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00(dezesseis) horas do dia 11/07/2016.

Abertura do Pregão: 11/07/2016 às 16:00(dezesseis) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "Compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.069.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 28 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações



# Itapiranga

## PREFEITURA

### ATA DE PREGÃO 91/2016 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 91/2016

Às quinze horas e trinta minutos do sétimo dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu - se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 91/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DESTE MUNICIPIO. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete Frantz Baumann Ademir Rohden Diego Zampiva  
Pregoeira Membro Membro

### DECRETO Nº 88, DE 28 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 88, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3040, de 28 de junho de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de Recurso: 151 – Recurso do Tesouro do Exercício Anterior – Recurso Ordinário, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 – Construção e Reforma de Prédios Públicos

44.50.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 28 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 89 DE 28/06/2016

DECRETO Nº 89 DE 28 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 05/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e alterações e da Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos o Resultado Final Classificatório referente o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 05/2016, destinado ao provimento das funções, conforme segue:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS				
CANDIDATO	ESCOLARIDADE	DATA NASCIMENTO	IDADE	CLASSIF.
Marinês Kammler	Pós graduada	25/01/1976	40 anos	1º
Marco Antônio Vieira	Graduado	06/06/1979	37 anos	2º
Roselei Wermuth	Graduada	29/09/1982	33 anos	3º
Leila Vera Hahn	Graduada	30/04/1984	32 anos	4º
Vanessa Bartz Silva	Graduada	04/07/1991	24 anos	5º
Jussara Karal	Graduada	24/02/1994	22 anos	6º
Marcelo Sgarabotto	Graduado	06/01/1995	21 anos	7º
Antonio Preis	Ensino médio	07/01/1959	57 anos	8º
Clair Inês Urnau	Ensino médio	09/03/1972	44 anos	9º
Maria R. da Silva Barbosa	Ensino médio	22/03/1973	43 anos	10º
Joelma Maria V. Moreira	Ensino médio	11/09/1976	39 anos	11º
Belmiro do Amaral	Ensino médio	13/10/1980	35 anos	12º
Altair da Silva	Ensino médio	07/02/1981	35 anos	13º
Edson Spohr	Ensino médio	20/05/1982	34 anos	14º
Neusa de Lourdes Wesoloski	Ensino médio	15/02/1983	33 anos	15º
Eleninha Lusía Monteiro	Ensino médio	01/08/1983	32 anos	16º
Cleci Fernandes	Ensino médio	14/01/1985	31 anos	17º
Carlos F. Mattos	Ensino médio	31/01/1985	31 anos	18º
Rosane Jaehn	Ensino médio	29/03/1986	30 anos	19º
Luciana Horst Follmann	Ensino médio	07/10/1986	29 anos	20º
Laionel T. Martins de Oliveira	Ensino médio	09/12/1986	29 anos	21º
Cleocir Lottermann	Ensino médio	19/10/1989	26 anos	22º
Sonia Grutzmann	Ensino médio	05/08/1990	25 anos	23º
Delmir Luis Back	Ensino médio	13/10/1990	25 anos	24º
Dionata Haas	Ensino médio	03/05/1991	25 anos	25º
Jonas Schmitz	Ensino médio	05/02/1992	24 anos	26º
Heridi Jacó Plazito	Ensino médio	15/02/1992	24 anos	27º
Rodrigo Dill Karling	Ensino médio	28/02/1992	24 anos	28º
Marileide L. K. Ripplinger	Ensino médio	05/04/1992	24 anos	29º
Daniel Soares Welter	Ensino médio	02/06/1993	23 anos	30º
Jardel Mateus Cavalheiro	Ensino médio	04/09/1994	21 anos	31º
Maicon Lucas Munch	Ensino médio	10/12/1994	21 anos	32º
Simone Rockenbach	Ensino médio	04/01/1995	21 anos	33º
Cleide Meier	Ensino médio	27/01/1996	20 anos	34º
Bruna Follmann Barden	Ensino médio	23/02/1996	20 anos	35º
Édina Angela A. de Lima	Ensino médio	04/04/1996	20 anos	36º
Diego Mayer	Ensino médio	15/05/1996	20 anos	37º
Wellerson Matheus Steinhaus	Ensino médio	16/06/1996	20 anos	38º
Jaine Meurer	Ensino médio	17/04/1997	19 anos	39º
Jardel Luis Vogel	Ensino médio	21/07/1997	18 anos	40º
Deise Niehues	Ensino Fundamental	20/09/1983	32 anos	41º
Ademir Santana	Ensino Fundamental	31/10/1985	30 anos	42º
Sara Heinen Kunzler	Ensino Fundamental	13/03/1989	27 anos	43º
Jeferson G. R. Imich	Ensino Fundamental	23/04/1994	22 anos	44º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 28 de junho de 2016.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón  
Secretário Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 70/2016**

Portaria nº 70 de 27 de junho de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Patricia Falcade da Rosa matrículas nº 14988/04 e 14988/05, no período de 27/6/2016 até 23/12/2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 27 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 17/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 17/2016 FMS, cujo objeto é a contratação de seguros para veículos à disposição do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 14 de julho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 28 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

# Itapoá

## PREFEITURA

### **CMDCA: INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO EDITAL Nº 018/2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Comissão Eleitoral para Conselheiros Tutelares Suplentes, cumprindo o estipulado no item 08 do Cronograma Ajustado em 15/06/2016 do Edital 018/2016, vem através deste tornar público a:

#### **RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO DEFERIDA**

- Rosimara Piva;
- Alexandre Schnekemberg;
- Angela Maria Gonçalves de Moraes;
- Lucilene de Almeida Toporovicz;
- Silmara Aparecida da Silva;

Informa-se que o prazo para impugnação das candidaturas é de 28/06/2016 a 04/07/2016.

Elisa Gonzalez Corso

Presidente Comissão Eleitoral

### **DECRETO MUNICIPAL NO 2820/2016 NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

DECRETO MUNICIPAL NO2820/2016

Data: 24 de junho de 2016.

NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica nomeado o Sr. Roberto Bady Saad, no cargo de chefe da divisão de controle e avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL NO 2823/2016 CONCEDE GRATIFICAÇÃO A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO NASF – NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA**

DECRETO MUNICIPAL NO 2823/2016

Data: 24 de junho de 2016

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família .

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Municipal nº 324/2010, e considerando a CI nº 216/2015, de 01 de junho de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica concedida gratificação por vínculo ao NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com percentual de 40% (quarenta por

cento), à servidora Sra. Liz Mary Henk, por atuação como psicólogo I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2819/2016 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 49/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2819/2016

Data: 24 de junho de 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 49/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 49/2016, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

a) Priscila de Araújo Carneiro .....Presidente

b) Karina Jussara dos Santos ..... Membro

c) Rosilda Aparecida Boldori ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar infração ao inciso II, do artigo 151, da Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, pelo servidor Valter Gomes de Almeida, apontada no Processo de Sindicância Investigatória nº 47/2016.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 4º Os autos do PSI – Processo de Sindicância Investigatória nº 47/2016, fazem parte deste PAD – Processo Administrativo Disciplinar, como peça informativa de instrução.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2821/2016 CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2821/2016

Data: 24 de junho de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 112, de 01 de junho de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

**DECRETA**

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), a servidora Daiane Sobczack da Silva, por atuação como enfermeira, na UBS – Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2822/2016 CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2822/2016

Data: 24 de junho de 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando C.I nº 112, de 01 de junho de 2016, do Departamento de Recursos Humanos,

**DECRETA**

Art. 1º Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), a servidora Luciana Pianta da Cruz, por atuação como enfermeira, na UBS – Samambaia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2824/2016 EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO, DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2824/2016

Data: 28 de junho de 2016.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO, DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, o Srº REGINALDO DE SOUZA, no cargo de Assessor Especial de Comércio, do Departamento de Indústria e Comércio, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 30 de junho de 2016.

Itapoá (SC), 28 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2825/2016 ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM, MOTORISTAS E RECEPÇÃO QUE ATUAM NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2825/2016

Data: 28 de junho de 2016.

ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM, MOTORISTAS E RECEPÇÃO QUE ATUAM NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art.1º Fica estabelecida a Escala de Trabalho dos Servidores que atuam no Pronto Atendimento 24 horas, na área de enfermagem, motoristas e recepção, sendo de 40 horas semanais distribuídas em escala de trabalho de 12 horas, folgando às 48 horas seguintes.

§1º Fica concedido pela Prefeitura Municipal aos funcionários do PA 24 horas, durante o cumprimento da jornada de 12 horas, o intervalo de 01 hora para descanso, o qual será estipulado pela chefia imediata, ficando obrigatório o devido registro no relógio ponto; §2º Não terá direito a hora extra os servidores que trabalham em escala, exceto quando trabalhadas conforme necessidade da administração, em conformidade com o §1º do artigo 57 da Lei Complementar nº 44/2014;

Art. 2º A definição da Escala de Trabalho, bem como, a distribuição de Servidores nos turnos de trabalho, ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, de forma a atender a todas as necessidades inerentes ao Pronto Atendimento 24 horas e a Secretaria de Saúde.

Art. 3º Os Servidores do Pronto Atendimento 24 horas deverão seguir as escalas estabelecidas pela coordenação, o qual deve ser afixada no mural interno.

Art. 4º Fica Revogado o Decreto Municipal nº 2.808/2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Itapoá (SC), 28 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2826/2016 EXONERA COORDENAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2826/2016

Data: 28 de junho de 2016.

EXONERA COORDENAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução nº 269/2006, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, e considerando a CI/SMAS/146/2016, de 28 de junho de 2016,

**DECRETA**

Art.1º Fica exonerada a Sra. FLÁVIA JORDANA SANCHES da função de COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS de ITAPOÁ, com as atribuições definidas na NOB-RH – SUAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO LDO 2017****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições e de conformidade com o parágrafo único, do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar Audiência Pública para apresentação e Discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017, no

Local - Plenário Câmara Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges nº 1115  
Bairro Itapema do Norte  
Data - 07 de julho de 2016  
Horário – 09:30 horas

Os cidadãos itapoenses ficam convidados para participarem desta Audiência Pública.

Itapoá-SC, 28 de junho de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PREGÃO Nº37/2016- AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016  
PROCESSO Nº 49/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 14 de julho de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 28 de junho de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO  
DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**EXTRATO PREGÃO Nº38/2016-MATERIAL DESFIBRILADOR SAMU**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2016  
PROCESSO Nº50/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 13 de Julho de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NO EQUIPAMENTO DEA (DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO) USADO NO SAMU – SERVIÇO ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 28 de junho de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO TERCZIANY  
Secretário de Saúde

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRÚTIS) PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE ENSINOS MUNICIPAIS (AGRICULTURA FAMILIAR)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

#### **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CHAMADA PÚBLICA /INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRÚTIS) PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE ENSINOS MUNICIPAIS (AGRICULTURA FAMILIAR). Período para a entrega dos envelopes para o credenciamento: de 29 de junho a 12 de julho de 2016. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Protocolo, localizado na sede deste Município – Rua Joaquim Boeing, 40, Centro, Ituporanga, SC, até as 09h00min do dia 12/07/16. Sessão de Abertura dos envelopes da documentação será às 09h30min do dia 12/07/16, na Sala de Reuniões da Prefeitura do Município de Ituporanga - SC. A presente Chamada Pública será do tipo CREDENCIAMENTO, consoante as condições estatuídas neste Edital. Informações: Esclarecimentos e Edital, poderão ser obtidos no setor de Alimentação Escolar do Município de Ituporanga, situada à Rua Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (47) 3533-5545 setor da Merenda Escolar. Edital completo está disponível no site: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br). No link Prefeitura/Editais/Licitações.

Clei Giovani Souza

Secretário Municipal da Educação e Cultura

Ituporanga, 29 de julho de 2016

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº30/2016

Processo: 41/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de julho de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de julho de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANÇES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 29 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### **RETIFICAÇÃO DO EDITAL 01/2016 CONCURSO PÚBLICO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA / SC - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

EXTRATO DO EDITAL Nº 02/2016 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES

A Prefeitura Municipal de Ituporanga - SC torna público que se retificou o Edital nº 01/2016 - Abertura e inscrições. Edital de retificação na íntegra no site da Legalle Concursos: [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br) e da Prefeitura Municipal: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br). 24 de junho de 2016. Arno Alex Zimmermann Filho, Prefeito Municipal. Registre-se e Publique-se.



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### LEI Nº. 812 DE 23 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 812 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA A LEGISLATURA 2017/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O subsídio dos Vereadores do Município de Jacinto Machado para a Legislatura 2017/2020 será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º - Os Vereadores de Jacinto Machado receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 3.701,30 (três mil setecentos e um reais e trinta centavos).

§ 1º A ausência do Vereador à sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio mensal no valor de R\$ 925,32 (novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) por falta, reajustáveis pelos mesmos índices do valor do subsídio.

§ 2º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos do disposto no parágrafo anterior, a apresentação de atestado médico ou a aprovação, em Plenário, de requerimento com os motivos que ensejou a ausência, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias contados da ausência na sessão.

§ 3º As sessões plenárias extraordinárias, as solenes e as especiais não serão remuneradas em hipótese alguma.

Art. 3º - O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado será fixado no valor de R\$ 4.441,57 (quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Parágrafo Único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência da Câmara, nos impedimentos ou afastamentos do Presidente, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente previsto no caput deste artigo, sendo pago proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 4º - O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as datas observadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei nº 809, de 31 de março de 2016.

§ 1º A exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que corresponde a perda apurada entre 1º de abril a 31 de dezembro de 2016, decorrente da concessão aos servidores públicos da revisão geral anual que se refere às perdas apuradas no exercício de 2016, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 809/2016.

§ 2º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 3º A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos

próximos subsídios, ou ainda, importará na devolução dos subsídios pagos indevidamente.

§ 4º É vedada, nos exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 5º - O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os períodos de recesso parlamentar.

Art. 6º - A licença por motivo de saúde, desde que comprovada, será remunerada pelo Poder Legislativo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a complementação do subsídio no período restante da licença ora concedida.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 23 de junho de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### LEI Nº. 813 DE 23 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº. 813 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Jacinto Machado para o quadriênio 2017/2020 será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º - O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 11.103,91 (onze mil cento e três reais e noventa e um centavos).

Art. 3º - O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal no valor de R\$ 4.441,57 (quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 4º - O substituto que, na forma legal, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou afastamentos do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito previsto no art. 2º desta Lei, pago proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 5º - Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito terão sua

expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as datas observadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei nº 809, de 31 de março de 2016.

Parágrafo Único. A exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que corresponde a perda apurada entre 1º de abril a 31 de dezembro de 2016, decorrente da concessão aos servidores públicos da revisão geral anual que se refere às perdas apuradas no exercício de 2016, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 809/2016.

Art. 6º - A licença por motivo de saúde, desde que comprovada, será remunerada pelo Poder Executivo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a complementação do subsídio no período restante da licença ora concedida.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 23 de junho de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

de dezembro de 2016, decorrente da concessão aos servidores públicos da revisão geral anual que se refere às perdas apuradas no exercício de 2016, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 809/2016.

Art. 5º - Além do subsídio mensal, os Secretários Municipais perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o décimo-terceiro aos servidores municipais, uma quantia igual ao respectivo subsídio vigente no mês anterior ao do pagamento do decimo-terceiro.

Art. 6º - A licença por motivo de saúde, desde que comprovada, será remunerada pelo Poder Executivo pelo período de até 15 (quinze) dias, cabendo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a complementação do subsídio no período restante da licença ora concedida.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 23 de junho de 2016.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

## **LEI Nº. 814 DE 23 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº. 814 DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O subsídio dos Secretários Municipais do Município de Jacinto Machado para o quadriênio 2017/2020 será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º - Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 4.441,57 (quatro mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º - O substituto que, na forma legal, assumir interinamente o cargo de Secretário Municipal durante os impedimentos ou ausências do titular, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal previsto no art. 2º desta lei, sendo pago proporcional ao período da substituição do titular.

Art. 4º - O subsídio dos Secretários Municipais terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as datas observadas para a concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Município de Jacinto Machado, conforme dispõe a Lei nº 809, de 31 de março de 2016.

Parágrafo Único. A exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que corresponde a perda apurada entre 1º de abril a 31

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016-FC PROGRAMA INCENTIVANDO TALENTOS – BOLSAS DE ESTÍMULO A CULTURA COMUNICADO DE EXCLUSÃO

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016-FC

PROGRAMA INCENTIVANDO TALENTOS – BOLSAS DE ESTÍMULO A CULTURA

#### COMUNICADO DE EXCLUSÃO

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do seu Presidente, Sidnei Marcelo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados no Edital de Credenciamento acima, que está promovendo a exclusão da obrigatoriedade da apresentação da "Autorização para Funcionamento do Conselho Municipal de Educação – COMED, Lei nº 2.561/1999, datada de 21 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 7.178/2015, datada de 17 de dezembro de 2015, ou seja, fica excluído o item 6.15 do rol de documentos arrolados no item 6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, do Edital de Credenciamento nº 005/2016-FC. A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, informa, em razão da exclusão do item 6.15, que será prolongado o período de credenciamento conforme segue, permanecendo inalterados os demais itens do respectivo edital.

PERÍODO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO: As entidades interessadas deverão solicitar o seu credenciamento no período de 20/06/2016 a 08/07/2016, através da Ficha de Credenciamento (Anexo I), disponível no portal da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural>. A Ficha de Credenciamento devidamente preenchida e assinada deverá ser entregue na sede da Fundação Cultural, acompanhada dos documentos arrolados no item 6, do Edital de Credenciamento nº 005/2016-FC.

Justifica-se o ato, pois a Lei 7.178/2015, que foi regulamentada pela Resolução 01/2016, datada de 24 de fevereiro de 2016, determina em seu Art. 7º "As instituições existentes terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar sua situação junto ao COMED/JS".

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul

### DECRETO Nº 10.927/2016

D E C R E T O Nº 10.927/2016

Cria Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal (GEMAT), Dispõe Sobre Suas Atribuições e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul,

DECRETA :

Art.1º Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal (GEMAT), com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I - ANTONIO CARLOS DA LUZ, matrícula 9115-4;

II - JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS, matrícula 8987;

III - ELCIO RICARDO ALBERTON, matrícula 7308;

IV - ALCIONEIDE APARECIDA KOSLOWSKI ELEUTÉRIO, matrícula 1757;

V - GEOMIR MANOEL PEREIRA, matrícula 5252;

VI - ROBERTO LUIS ZEHNDER, matrícula 8070.

Art.2º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do Município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) organização e gestão;
- b) legislação tributária;
- c) cadastros fiscais;
- d) lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) cobrança amigável e judiciária;
- f) acompanhar, autorizar e fiscalizar a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) anistias e isenções;
- h) estudos econômico-tributários;
- i) atendimento ao contribuinte;
- j) sistema e tecnologia de informação;
- k) relações intra e interinstitucionais;
- l) outras áreas correlatas.

II - propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da Administração Tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 10.928/2016

D E C R E T O Nº 10.928/2016

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul a Alienar, Através de Leilão, Bens Inservíveis à Administração Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 89/2016/Sema-DA, de 22/06/2016, da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis e de Bens Inservíveis;

DECRETA :

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a alienar, pela modalidade de Leilão, pelo melhor preço, os bens constantes do Anexo Único, que é parte integrante do presente Decreto,

inservíveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Os preços mínimos para a alienação dos bens inservíveis descritos no Anexo Único foram fixados, observado o estado de conservação, por uma Comissão especialmente designada para este fim, por intermédio do Decreto Municipal Nº 10.623/2015, de 12/11/2015.

Art.2º A alienação será promovida pelo órgão responsável pelas licitações.

§1º Quando a licitação não acudir nenhum participante, a alienação pode processar-se pelo regime de venda particular, mediante anúncio, com prazo de 15 (quinze) dias, no órgão oficial e no jornal de maior circulação local, devendo os interessados apresentar proposta por escrito, com as cautelas previstas para a licitação, a partir do preço de avaliação.

§2º Quando, ainda, não acudirem proponentes, é realizada nova licitação, tendo por base o preço de nova avaliação.

§3º Mediante caução ou garantia de qualquer natureza, o pagamento do preço pode ser parcelado.

§4º Na licitação pública para alienação de bens móveis inservíveis a fase de habilitação limita-se à comprovação do recolhimento de quantia não inferior a 20% (vinte por cento) da avaliação.

Art.3º Na hipótese dos bens descritos no Anexo Único deste Decreto não virem, parcial ou totalmente, a serem alienados, por falta de interessados, fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a proceder baixa destes do seu patrimônio, por se tratarem de bens inservíveis.

Art.4º As despesas decorrentes do comissionamento do leiloeiro serão assumidas, integralmente, pelos adquirentes.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário Municipal da Administração

## ANEXO ÚNICO

### BENS POR LOTE

LOTE	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
01	Equipamentos usados de informática: CPU's, monitores, estabilizadores, impressoras e outros objetos em geral.	R\$ 200,00
02	Sucatas de ferro pesado e materiais diversos com aproximadamente 0,9 ton.	R\$ 200,00
03	Roçadeira RDM 180 Nº 110.76 para acoplar em trator agrícola.	R\$ 800,00
04	Tobata Tekko do Brasil / M140N 14cv 909cc diesel, acompanha rotativa 2000 e carretinha.	R\$ 2.000,00
05	Braço Envaletador New Holland / RTA-6 para acoplar em trator agrícola.	R\$ 10.000,00
06	Veículo VW / Kombi ano 1997/1997, placa LYL0934, RENAVAL 676102905, CHASSI 9BWZZ-Z231VP019414, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 1.500,00

07	Veículo GM / Corsa Street Pick-up ano 2001/2002, placa MBW4127, RENAVAL 767204093, CHASSI 9BGST80N02C100133, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 700,00
08	Veículo Ford / Fiesta GLX ano 2000/2000, placa MAW9283, RENAVAL 736828311, CHASSI 9BFNG-ZFHAYB312971, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 500,00
09	Veículo Hafei / Towner Pick-up CD 1.0 ano 2011/2012 sem caixa e cardan, placa MJY8083, RENAVAL 467138893, CHASSI LKHPC2CG9CAL50865, no estado em que se encontra.	R\$ 1.000,00
10	Ônibus Mercedes Benz / OF 1113 ano 1978/1978, placa MCZ6540, RENAVAL 556910133, CHASSI 34405811371177, cor fantasia, no estado em que se encontra.	R\$ 5.000,00
11	Escavadeira Hidráulica Komatsu / PC 150 ano 1995/1995, CHASSI PC150SE5B1205, no estado em que se encontra.	R\$ 15.000,00
12	Trator tipo Retroescavadeira New Holland / LB 90 4x4 ano 2006/2006, CHASSI N6AH12656, no estado em que se encontra.	R\$ 30.000,00
13	Trator de Esteira Komatsu / D50 com escarificador ano 1981/1981, CHASSI 0M352AB3646, no estado em que se encontra.	R\$ 60.000,00
14	Motoniveladora Caterpillar / 12 Série G ano 1995/1995, CHASSI 3PL01162, no estado em que se encontra.	R\$ 55.000,00
15	Munck MADAL / modelo MD 6100/L, no estado em que se encontra.	R\$ 5.000,00
16	Veículo Fiat / Uno Mille Fire, ano 2001/2002, placa MBL8816, RENAVAL 764312065, CHASSI 9BD15822524296372, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 1.800,00
17	Veículo VW / Fusca ano 1995/1995, placa LWV3024, RENAVAL 633098566, CHASSI 9BWZZ-Z113SP003453, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 1.500,00
18	Veículo GM / Classic Life ano 2006/2006, com ar-condicionado, placa MFZ4442, RENAVAL 879108754, CHASSI 9BGSA19N06B190802, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 5.000,00
19	Veículo GM / Classic Life ano 2006/2006, com ar-condicionado, placa MFZ4622, RENAVAL 879111232, CHASSI 9BGSA19N06B183057, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 4.000,00
20	Braço para Retroescavadeira com concha usado, no estado em que se encontra.	R\$ 2.500,00
21	Bau para caminhão com as medidas: 2,00A x 2,50L x 4,80m, usado, no estado em que se encontra.	R\$ 3.000,00
22	Motocicleta Honda / CG 125 Cargo ano 2000/2000, placa MBD7442, RENAVAL 734020651, CHASSI 9C2JA0100YR002786, cor branca, no estado em que se encontra.	R\$ 500,00



**DECRETO Nº 10.929/2016**

D E C R E T O Nº 10.929/2016

Determina Horário de Atendimento ao Público do CAM I e CAM II, da Administração Direta, do Poder Executivo do Município.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 10.860/2016, de 09/05/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 266/2016/Sema-DGP, de 24/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

DECRETA :

Art.1º A partir de 1º de julho de 2016 o horário de expediente externo (atendimento ao público) do CAM I e CAM II, da Administração Direta, do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul, será das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira.

Art.2º Caberá ao superior imediato de cada área a conferência da carga horária dos seus servidores, nos termos do artigo 9º, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2016.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

**DECRETO Nº 10.930/2016**

D E C R E T O Nº 10.930/2016

Revoga os Decretos Municipais Nºs 10.288/2015, de 27 de Janeiro de 2015, e 10.348/2015, de 30 de Março de 2015, que Dispõem sobre a Declaração de Utilidade Pública de Imóvel de CARLOS RICARDO BEHLING.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA :

Art.1º Ficam revogados os Decretos Municipais Nºs 10.288/2015, de 27/01/2015, e 10.348/2015, de 30/03/2015, que dispõem sobre a declaração de utilidade pública de imóvel de CARLOS RICARDO BEHLING.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

**DECRETO Nº 10.931/2016**

D E C R E T O Nº 10.931/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 55.683,32 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais da Administração (Sema); e de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.057 - Manutenção das atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.330 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 619,80

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04502.305 - Manutenção de vias/passagens

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.344 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 29.607,45

09.01.320 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.456,07

TOTAL R\$ 55.683,32

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos CIDE, no valor de R\$ 29.607,45 (Vinte e nove mil, seiscentos e sete reais e quarenta e cinco centavos); e ao Convênio PAC2 - Praça dos Esportes e da Cultura, no valor de R\$ 619,80 (Seiscentos e dezenove reais e oitenta centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos CIDE, no valor de R\$ 25.456,07 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 e Processo 001/2016-FROHAB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba tipo basculante, escavadeira hidráulica, trator de esteira e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal da Defesa Civil ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por Hora (R\$)
30	40 10% do item 29	Horas	01 (um) caminhão tanque combinado com sistema de vácuo (sucção) e hidro, equipado com bomba de sucção com pressão absoluta mínima de 200 bar, vazão de 210L/min., tanque com capacidade mínima de 12 m³ de resíduos, mangueira de sucção com comprimento mínimo de 50 metros e diâmetro mínimo de 2" e mangueira de hidro com comprimento mínimo de 80 metros, ano de fabricação ou modelo 2000 ou posterior (do caminhão e do tanque), com motorista e combustível, para um total de 40 horas trabalhadas, para prestação de serviços junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	190,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a conclusão dos serviços solicitados e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura e/ou Secretaria da Defesa Civil.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura e/ou Secretaria da Defesa Civil, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul de Obras e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Fernando Friederich Voigt.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 e PROCESSO 001/2016-FROHAB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: WANDE – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba tipo basculante, caminhão tanque combinado com sistema de vácuo (sucção), caminhão prancha, caminhão tanque tipo pipa, escavadeira hidráulica, miniescavadeira, trator de esteira e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Secretaria Municipal da Defesa Civil e Fundo Rotativo Habitacional – Frohab ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por Hora (R\$)
23	720	Horas	01 (um) caminhão caçamba tipo basculante, 8 x 4, ano de fabricação ou modelo 2005 ou posterior, com capacidade mínima de carga de 15m³ (quinze metros cúbicos), com motorista e combustível, para um total de 720 horas trabalhadas, para prestação de serviços junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	97,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a conclusão dos serviços solicitados e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura e/ou Secretaria da Defesa Civil e/ou Fundo Rotativo Habitacional.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de

Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura e/ou Secretaria da Defesa Civil e/ou Fundo Rotativo Habitacional, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul de Obras e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Wanderlei Ademar Winter.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de materiais ((fralda descartável, álcool 70% e hastes flexíveis) destinados para distribuição no Programa Sis Pré-Natal e fraldas descartáveis infantis destinadas para proteção e recuperação de saúde ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.		Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	1.500	frascos	ÁLCOOL ETÍLICO 70% FRASCO DE 50ML – CÓDIGO 18008	2,30
02	1.500	Caixas	HASTES FLEXÍVEIS ALGODÃO - CÓDIGO 9239 Hastes de polipropileno com pontas de 100% algodão hidrófilo tratado com carbomer e bactericida, tratamento anti germe, isentas de impurezas, acondicionada em embalagens com 75 unidades. Embalagem com identificação e procedência, data de validade, lote de fabricação.	1,35
03	8.000	Unid.	FRALDA DESCARTÁVEL – TAMANHO P – CÓDIGO 9435 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, perfume, extrato de aloe barbadensis, álcool estearílico, petrolato.	0,50
07	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO P - CÓDIGO 16579 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marcas referências: pampers, pompom, huggies.	0,50
08	3.000	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO M - CÓDIGO 16578 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marcas referências: pampers, pompom, huggies.	0,51
09	2.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO G – CÓDIGO 16577 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marcas referências: pampers, pompom, huggies.	0,51
10	3.500	Unid.	FRALDA INFANTIL TAMANHO GG – CÓDIGO 21302 Composição: polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, filme de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, não tecido de fibras de polipropileno, fios de elástico, fita adesiva, barreiras protetoras nas laterais (abas), deverá constar na embalagem: data de fabricação e validade. Marcas referências: pampers, pompom, huggies.	0,51

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Pab
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	Próprios – Tx Fiscalização Sanitária

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.



Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 07/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Eder Jacobe.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de materiais (termômetro) destinados para distribuição no Programa Sis Pré-Natal e fraldas descartáveis infantis destinadas para proteção e recuperação de saúde ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.		Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
05	1.500	Unid.	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL – CÓDIGO 9420 Termômetro; com sensor metálico na extremidade distal; clínico; digital; com aviso sonoro; em polímero plástico resistente; inquebrável; a prova d'água; função de auto desligamento; alimentado a bateria; graduada em 0,1 grau centígrado; faixa de temperatura de 35 a 42 graus centígrados, p/ verificação de temperatura corporal; embalagem individual plastica rígida; o produto deve atender a legislação vigente atual; rotulagem de acordo com legislação vigente atual resistente à quedas.	12,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Pab
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica – Pab	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	Próprios – Tx Fiscalização Sanitaria

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 07/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Francini Ranieli Postai.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: LOCAÇÕES E TRANSPORTES HANEMANN LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de caminhão "chassi ¾" de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados e/ou de difícil acesso), equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) com capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas; com acessórios compostos de cesto duplo; alcance vertical de 20 metros; alcance horizontal de 17 metros; com carroceria aberta com comprimento máximo de 4,5 metros, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 43/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant. estimada	Unid.	Especificação dos equipamentos	R\$ Valor unitário/Hora
01	1.000	Horas	01 (um) caminhão "chassi ¾" de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados e/ou de difícil acesso), equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) com capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas; com acessórios compostos de cesto duplo; alcance vertical de 20 metros; alcance horizontal de 17 metros; com carroceria aberta com comprimento máximo de 4,5 metros. O caminhão e o equipamento deverão estarem em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com combustível, motorista/operador, sendo de responsabilidade da empresa contratada, a limpeza dos galhos, troncos, folhas e remoção de entulhos gerados pelo corte e poda das árvores e remoção de entulhos e galhadas de pilares de pontes, dentre outros serviços assemelhados, conforme demanda da Secretaria, para um total de 1000 (mil) horas trabalhadas, para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal da Defesa Civil.	130,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para os exercícios de 2016 e 2017 será a seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
06.122.0300.2.600.3.3.90	Manutenção das ações da Def. Civil.	3.3.90 – Aplicações Diretas	232	Próprios

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a conclusão dos serviços solicitados e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados na Secretaria Municipal da Defesa Civil.

Prazo de execução: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria Municipal da Defesa Civil, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Gustavo Hanemann.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 287 – Adão Noroschny, no Bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00 m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 25.141,88 (vinte e cinco mil cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), referentes à mão de obra e R\$ 66.393,43 (sessenta e seis mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 91.535,31 (noventa e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido

de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2016, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	346	Conv. ADR-Pav. Rua Adão Noroschny

DATA DA ASSINATURA: 23/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Gustavo Camargo Boaretto.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 50/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 905 – Augusto Schwarz no Bairro Amizade e 897 – Helmuth Manske no Bairro Três Rios do Norte, com extensão total de 2.684,37m (dois mil seiscentos e oitenta e quatro vírgula trinta e sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 637.192,68 (seiscentos e trinta e sete mil cento e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos), referentes à mão de obra e R\$ 1.486.782,92 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 2.123.975,60 (dois milhões cento e vinte e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - As despesas do objeto desta licitação correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários dos exercícios de 2016, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	355	Recurso 545 – Conv. ADR – Pav. Ruas Augusto Schwarz e Helmuth Manske

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jaime Barbosa Soares Filho.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para recapeamento asfáltico, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 209 – Francisco Hruschka, no Bairro São Luís, com extensão total de 520,00 m (quinhentos e vinte metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 66.845,63 (sessenta e seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), referentes à mão de obra e R\$ 155.973,12 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e setenta e três reais e onze centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 222.818,75 (duzentos

e vinte e dois mil oitocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2016, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.2.305.4.4.90	Manut. vias/ passagens	4.4.90–Ap. Diretas	347	Conv. ADR-Recap. Rua Francisco Hruschka
15.452.0450.2.305.4.4.90	Manut. vias/ passagens	4.4.90–Ap. Diretas	348	Contrap. ADR-Recap. Rua Francisco Hruschka

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 161/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 165/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 161/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO  
Nº 165/2015

PROCESSO: Inexigibilidade 016/2015-FMS ao CREDENCIAMENTO 059/2015 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SPX SERVIÇOS DE IMAGEM LTDA.

O presente Termo tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em: Anestesiologia, Angiologia, Cirurgia Geral de Média Complexidade, Cardiologia, Cardio Pediatria, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, Reumatologia, Neurologia, Urologia e Grupo 02 – Procedimento com finalidade Diagnóstica; todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Tabela de Preços, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 059/2014-FMS.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 6 da cláusula sexta do Termo de Credenciamento original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 17/04/2016 com término em 16/04/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios	224.184,60
10.302.0753.2.705.3.3.90	Atenção ao ServidorTeto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	93-Média alta complexidade	381.216,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Carmela Cristina Luchetta.

DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 178/2016 AO CONTRATO Nº 168/2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 178/2016 AO CONTRATO Nº 168/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014-FMS.

FUNDAMENTO: art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 .

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ALCIDES THRUN.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de jardinagem, a ser realizado nos pátios externos das Unidades de Saúde, Pamas, Policlínicas, Caps I, II, III e Unidades Administrativas da Saúde do município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência e Anexo XI – Endereço das Unidades, como segue:

Lo-cais	Nome das unidades:	Endereço das Unidades
01	Posto de Saúde Adilson Bassani	Rua: 25 de Julho, 576 - Bairro: Vila Nova Cep: 89259-000 – Jaraguá do Sul – SC Telefone: 372-1594
02	Posto de Saúde Ana Pretti Pedri	Rua: 981, nº 85 - Bairro: Santa Luzia Cep.: 89251-970 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3274-8149
03	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Amb. de Saúde Mental Infante Juvenil	Rua José Emmendoerfer, nº 1837, Bairro Centro, CEP 89253-000 – Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3371-6833 - 3370-6595
04	Posto de Saúde CAIC	Rua: Carlos Tribess, 150 - Bairro: São Luiz Cep: 89253-535 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3370-8710
05	Posto de Saúde Claudemir José Witkoski	Rua: Irmão Leandro, 3265 - Bairro: Ana Paula II Cep: 89252-470 – Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3376-1283
06	Posto de Saúde Dr. Agostinho Luis Bianchi	Rua: Maximino Beber, 595 - Bairro: Santo Antonio Cep: 89266-250 – Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3276-0570
07	Posto de Saúde Dr. Alexander Otsa	Rua: Prefeito José Bauer, 557 - Bairro: Vila Rau - Cohab Cep: 89254-150 - Jaraguá do Sul – SC - fone: 3371-9686
08	Posto de Saúde Dr. Álvaro Batalha	Rua - Dona Matilde, 375 - Bairro: Vila Lalau Cep: 89256-280 - Jaraguá do Sul – SC - fone: 3371-8243
09	Posto de Saúde Dr. Erich Kauffmann	Rua: Onélia Horst, 208 - Bairro: Vila Lenzi Cep: 89252-370 - Jaraguá do Sul – SC - fone: 3371-6495
10	Posto de Saúde Germano Hornburg	Rua: Roberto Ziemann, 841 - Bairro: Vila Amizade Cep: 89255-300 – Jaraguá. do Sul – SC - Telefone: 3371-0245
11	Posto de Saúde Germano Sacht	Rua: Manoel Francisco da Costa, 4390 - Bairro: Vieira Cep: 89257-000 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3370-2299
12	Posto de Saúde Ilha da Figueira	Rua: João Sanson, 156 - Bairro: Ilha da Figueira Cep: 89258-670 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3370-4014

13	Unidade Sanitária Central e Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAMA 1	Rua: Jorge Czerniewicz, 800 - Bairro: Czerniewicz Cep: 89255-000 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3371-8400
14	Posto de Saúde Padre Antônio	Rua: André Voltolini, 915 - Bairro: Nereu Ramos (fundos da Igreja) Cep: 89265-700 – Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3276-0211
15	Centro de Especialidades Dr João Biron	Rua: Amazonas, 40 - Bairro: Nova Brasília Cep: 89253-030 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 2106-8500
16	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO – Policlínica de Especialidades Dr João Biron.	Rua: Amazonas, 40 - Bairro: Nova Brasília Cep: 89253-030 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 2106-8518
17	Posto de Saúde Ricardo Roeder	Rua: Rodovia SC 416 Km 26 - Bairro: Rio Cerro II Cep: 89256-310 - Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3273-1077
18	Posto de Saúde Santo Estevão	Rua: Rodovia JGS 461, 1788 - Bairro: Garibaldi Cep: 89251-130 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3055-8330
19	Unidade Básica Central – Reinoldo Rau	Rua: Reinoldo Rau, 123 - Bairro: Centro Cep: 89251-600 - Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3276-8900
20	Posto de Saúde Wolfgang Weege – Pama 2	Rua: Pastor Alberto Schneider, 249 – Bairro: Barra Rio Cerro Cep: 89260-300 - Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3376-1329
21	Posto de Saúde Mathilde Sebold Blunk	Rua: Rua Ingo Blunk, s/n - Bairro: Estrada Nova Cep: 89254-368 - Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3276-0690
22	Posto de Saúde Cirilo Reinke - Rio da Luz I	Rua: George Reinke, nº 120 - Bairro: Rio da Luz I Cep 89264-180 - Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3276-3163
23	Posto de Saúde Luiz Martins Gonçalves - Tifa Schubert	Rua 1142 Annieta Mathias Enke, 550 – Tifa Schubert Bairro Amizade Cep: 89255-760 – Jaraguá do Sul – Telefone: 3376-6233
24	Posto de Saúde Jaraguá 99	Rua 502 Bertha Weege, s/nº - Bairro Jaraguá 99 Cep 89260-500 - Jaraguá do Sul – SC
25	Posto de Saúde Firenzi – Chico de Paulo	Rua 456 Erico Negherbon, s/nº - Bairro Chico de Paulo Cep 89254-790 – Jaraguá do Sul – SC
26	Posto de Saúde Rio Molha	Rua 783 Adolfo Antonio Emmendoerfer, s/nº - Bairro Rio Molha Cep 89259-695 – Jaraguá do Sul SC.
27	Posto de Saúde Alwin Muller	Rua: Alwin Muller, 71 – Bairro: Vieira Cep 89257-020 Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3273-7733
28	Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD	Rua João Picolli, nº 488 Centro Cep 89251-590 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 3370-5693 e 3275-4734
29	Centro de Atenção Psicossocial CAPS II	Rua 118 Araquari nº 287 – Ilha da Figueira Cep: 89258-170 – Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3276-0604
30	Centro de Atendimento do Idoso - CAI	Rua Walter Marquardt, Nº 697, Bairro Barra Do Rio Molha Cep: 89259-565 – Jaraguá do Sul - SC Telefone: 3376-3055 – 3273-6989
31	Centro de Atenção à Mulher - CAM	Rua João Planinschek, 1571 – Nova Brasília Cep: 89252-220 – Jaraguá do Sul – SC Telefone: 3374-2776 e 3374-2760



32	Posto de Saúde Boa vista – Ilha da Figueira	Rua 1190 Francisco Jacomini, s/nº – Ilha da Figueira Cep 89268-015 – Jaraguá do Sul SC
33	SUPRIMIDO pelo item 3.1 da cláusula terceira do presente termo aditivo.	
34	SUPRIMIDO pelo item 3.1 da cláusula terceira do presente termo aditivo.	
35	Galpão do Setor de Manutenção - Saúde	Rua 129 Frederico Alberto Vassel, nº 660 Bairro Barra do Rio Molha Cep 89.259-560 – Jaraguá do Sul – SC – Telefone: 3273-7333
36	SUPRIMIDO pelo item 3.1 da cláusula terceira do presente termo aditivo.	
37	SUPRIMIDO pelo item 3.1 da cláusula terceira do presente termo aditivo.	
38	Farmácia Básica II	Rua Domingos Francisco Medeiros, Nº 103 Bairro Centro CEP: 89252-010 - Telefone: 3054-4034
39	Secretaria Municipal de Saúde	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha CEP: 89259-590 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 2106-8400.
40	Estacionamento CAPSi ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua José Emmendoerfer, s/n, Bairro Nova Brasília
41	Academia de Saúde Dr. Herberto Henrique ArguelloMeldau ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua Adolfo Tribess, s/n (em frente a escola), Bairro Vieira CEP 89259-690 – Jaraguá do Sul SC – Telefone: 3371-2962
42	Academia de Saúde Dr. Jorge Luís Iancheuste ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua José Pomianowski, nº 76 (ao lado do posto de saúde), Bairro Chico de Paulo CEP 89254-810 – Jaraguá do Sul SC – Telefone:3375-2661
43	Unidade Básica de Saúde Três Rios do Norte ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua 918 José Martins, s/n, Bairro Três Rios do Norte, CEP 89266-455 – Jaraguá do Sul SC – Telefones: 3273-2442 e 3273-2820
44	Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua Roberto Ziemann, nº 855, Bairro Vila Amizade, CEP 89255-300 – Jaraguá do Sul SC – Telefone 3273-6989
45	Posto de Saúde Jaraguá 84 ACRESCIDO pelo item 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo	Rua 1132 Herbert Baumann, s/n, Bairro Jaraguá 84, CEP 89260-110 – Jaraguá do Sul SC – Telefone 3371-0470

O presente aditivo consolida a listagem de 39 (trinta e nove) para 41 (quarenta e um) locais de para a prestação do serviço em razão dos acréscimos e supressões realizados no presente termo aditivo. DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução1 previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 161/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 10/04/2016 e com término em 09/04/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e no Ofício nº 0409/2016/SEMSA, ficam suprimidos, a partir de 10/04/2016, no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, 04 (quatro) locais, correspondendo a 10,25% da quantidade inicial licitada, sendo estes os seguintes itens: nº 33 – Centro de Atendimentos Especiais – CAE, localizado na rua Max

Wilhem, Nº 391 Bairro Baependi Cep: 89256-600; nº 34 – Consultório Odontológico Jaraguá Esquerdo, localizado na rua João Januario Ayroso, Nº 2041 Bairro Jaraguá Esquerdo Cep: 89253-100; nº 36 – Farmácia Popular do Brasil, localizada na rua Reinoldo Rau, 123 - Bairro: Centro Cep: 89251-600; e nº 37 – Farmácia Básica – CAM, localizada na rua Isidoro Pedri, nº 120 - Bairro Barra do Rio Molha Cep: 89259-590; Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e no Ofício nº 0409/2016/SEMSA, ficam acrescidos, a partir de 10/04/2016, no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, 06 (seis) locais, correspondendo a 15,38% da quantidade inicial licitada, sendo os seguintes itens: nº 40 – Estacionamento CAPSi, localizado na rua José Emmendoerfer, s/n, Bairro Nova Brasília; nº 41 – Academia de Saúde Dr. Herberto Henrique Arguello Meldau, localizada na rua Adolfo Tribess, s/n (em frente a escola), Bairro Vieira CEP 89259-690; nº 42 – Academia de Saúde Dr. Jorge Luís Iancheuste, localizada na rua José Pomianowski, nº 76 (ao lado do posto de saúde), Bairro Chico de Paulo CEP 89254-810; nº 43 – Unidade Básica de Saúde Três Rios do Norte, localizada na rua 918 José Martins, s/n, Bairro Três Rios do Norte, CEP 89266-455; nº 44 – Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD, localizado na rua Rua Roberto Ziemann, nº 855, Bairro Vila Amizade, CEP 89255-300; nº 45 – Posto de Saúde Jaraguá 84, localizado na rua 1132 Herbert Baumann, s/n, Bairro Jaraguá 84, CEP 89260-110.

DA ALTERAÇÃO: Com fundamento no Ofício nº 0409/2016/SEMSA, fica alterado o endereço dos itens nº 3 e nº 38 na planilha constante no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, como segue:

Item	Local	Endereço atual
03	Centro de Atenção Psicosocial – CAPS Amb. de Saúde Mental Infante Juvenil	Rua José Emmendoerfer, nº 1837, Bairro Centro, CEP 89253-000 – Jaraguá do Sul – SC - Telefone: 3371-6833 - 3370-6595
38	Farmácia Básica II	Rua Padre Francken, nº 88 – Salas 07, 08 e 09, Bairro Centro, CEP 89251-040 – Telefone: 3054-4034

DO VALOR: Em concordância com o contratado, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 161/2015, permanece inalterado, sendo o valor de R\$ 100,83 (cem reais e oitenta e três centavos) por local. Considerando que o contrato passa a ter 41 (quarenta e um) locais, o valor mensal do contrato passa a ser de R\$ 4.134,03 (quatro mil cento e trinta e quatro reais e três centavos), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 49.609,36 (quarenta e nove mil seiscentos e nove reais e trinta e seis centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS:Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alcides Thrun.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 185/2016 AO CONTRATO Nº 034/2015**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 185/2016 AO CONTRATO Nº 034/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 165/2014.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho, até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Estevão, localizada na Rua Estrada Garibaldi, 1315 no Bairro Garibaldi, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, o quantitativo de quilometragem a que se refere o trajeto descrito no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, fica acrescido a quantidade 30 (trinta) quilômetros, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada, totalizando 150 (cento e cinquenta) quilômetros, perfazendo um aumento de R\$ 129,53 (cento e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos) por dia de transporte escolar, assim o valor por dia passa a ser R\$ 647,66 (seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos), contatos a partir de 16/05/2016. Em consequência, o presente Termo Aditivo acrescenta ao contrato o valor total de R\$ 17.616,08 (dezesete mil seiscentos e dezesseis reais e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 88.081,76 (oitenta e oito mil oitenta e um reais e setenta e seis centavos) referente a 136 (cento e trinta e seis) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Sal. Educação
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	108	PNATE

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Valdir Lux

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2016-FC**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2016-FC

DO PROCESSO – origem: Dispensa de Licitação nº 30/2016-FC

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE/LOCATÁRIA: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA/LOCATÁRIA: HG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ/MF nº 03.822.641/0001-10, por intermédio da firma INTERIMÓVEIS Intermediária de Imóveis Ltda., CNPJ/MF 79.014.007/0001-12 – CRECI Nº 0914-J, estabelecida na Rua João Picolli, 104 – Telefone (47) 3371-2117 – Jaraguá do Sul

DO OBJETO: locação de um galpão industrial em alvenaria, com 1.146,154m², habite-se 1273/2003 que destina-se ao funcionamento da Sede do ARQUIVO HISTÓRICO "EUGÊNIO VITOR SCHMÖCKEL (órgão da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul-SC) e um galpão menor intitulado refeitório, em alvenaria, com 101,55m², habite-se 2363/2003 que destina-se a higienização e restauração de documentos. Total: 1.247,70m². Matrícula 54.121. Cadastro na PMJS/SC sob nº 20.776. Área total do terreno: 16.750,00m².

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por mês, totalizando R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para o período de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos consignados das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2016 e 2017, a saber: seis meses do orçamento de 2016, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) e seis meses do orçamento 2017, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	Próprios
13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios
13.122.0300.4.102	Manutenção Patrimonial – Fundação Cultural	3.3.90 - Aplicações Diretas	06	Próprios
13.122.0300.4.102	Manutenção Patrimonial – Fundação Cultural	3.3.90 - Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios

Obs.: As dotações orçamentárias para o Exercício 2017 serão aquelas que vierem a suceder as atuais "11" e "6", permanecendo inalteradas as demais informações contidas na tabela acima.

DO PRAZO: O prazo de execução será de 12(doze) meses, compreendendo o período de 01/06/2016 com término em 31/05/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2016

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Maria Cecília Rohling



**PORTARIA Nº 018/2016**

PORTARIANº 018/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, DIANNE KATIE KONELL CHIODINI para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE BIBLIOTECA PÚBLICA, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 019/2016**

PORTARIANº 019/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, EGON LOTÁRIO JAG-NOW para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 020/2016**

PORTARIANº 020/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ROSANGELA MELATTI para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA EXECUTIVA, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 021/2016**

PORTARIANº 021/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, LACI FELIPPI para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PROGRAMAS, PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 022/2016**

PORTARIANº 022/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VII, do artigo 7º, da Lei Complementar Municipal nº 72/2007, de 09/10/2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a pedido, a partir de 1º/07/2016, MARIANA ALBANO PIRES, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DAS OFICINAS DE ARTES, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/07/2016.

REGISTRE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 023/2016**

PORTARIA Nº 023/2016

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, por meio do seu Presidente, Sidnei Marcelo Lopes, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1.016/1985, de 04 de abril de 1985 e Lei Complementar nº 72/2007, de 09 de outubro de 2007 e,

CONSIDERANDO o Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, datado de 02 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO a 3ª Etapa – Avaliação dos Projetos pelo Conselho Municipal de Cultura, realizadas nas Sessões Plenárias Extraordinárias dos dias 21, 23 e 27 de junho de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º DIVULGAR, a relação dos PROJETOS PREMIADOS com recursos do Fundo Municipal de Cultura, através do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais:

I. ARTES INTEGRADAS:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Maykon Paulo Junkes Raizer da Cruz	Fisicalidade Cênica – Grupo de Pesquisa em Biomecânica Teatral	R\$ 20.000,00

Centro Cultural Neue Heimath	Difusão da Cultura Alemã	R\$ 20.000,00
Tiago de Oliveira	A Árvore Mágica – Um Concerto Teatral com Harpa nas Escolas	R\$ 19.998,13
José Antônio Scherer	II Mostra de Manifestações Artísticas Gauchescas	R\$ 19.999,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 79.997,13

## II. ARTESANATO:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Casa de Apoio Pe. Aloisio Boeing	Oficina de Escultura de Bustos em Argila	R\$ 19.930,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 19.930,00

## III. ARTES VISUAIS:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Lourival Marcos Cardoso	Sonho – O Despertar da Procura	R\$ 20.000,00
Rodivana Köhntopp	Confecção de Painéis Cerâmicos	R\$ 20.000,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 40.000,00

## IV. AUDIO VISUAL:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Sandra Maria Simioni	Exibição de Cinema Jaraguense nas Escolas	R\$ 17.291,26
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 17.291,26

## V. DANÇA:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
José Carlos Kniss	Sala Escura	R\$ 20.000,00
Marli Schalinski Forte	Os Sete Pecados Capitais	R\$ 20.000,00
Ana Augusta D. Barbetta	Tango, Milongas & Amigos "Os Grandes Mestres"	R\$ 20.000,00
Fernando Oeschler	O Fole Roncou – Uma História de Forró	R\$ 20.000,00
Dayana Karina da Silva	Dança Jaraguá	R\$ 20.000,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 100.000,00

## VI. CIRCO:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Jennifer Karoline Modes	Formação em Palhaçaria	R\$ 20.000,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 20.000,00

## VII. LITERATURA:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Carmen Denise Ravizzoni	O Outro Lado do Vidro	R\$ 20.000,00
Nelso Vicente Sardo	Poesia que Alimenta	R\$ 20.000,00
Giovane V. Z. Schmauch	Publicação de Livro – Dias Contados	R\$ 12.909,37

Vanucci Bernard Deucher	Malandrices	R\$ 20.000,00
Elcio Aparecido Rodrigues	A Morte é Doce como um Sábado no Parque – Sonetos e Poemas	R\$ 13.500,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 86.409,37

## VIII. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Jovenal Adriano Junior	"II Encontro Nacional Abadá – Capoeira"	R\$ 20.000,00
Associação Esportiva e Recreativa Veiense	Traje Típico	R\$ 19.960,00
Daniele Strelow Steinert	"VON Eisenach Zu Jaraguá"	R\$ 19.280,64
Sidinei Kleemann	Um "DIRNDL" Para A História do Grupo Folclórico Grünes Tal	R\$ 19.999,39
Instituto Emilio Carlos Jourdan – Inecajo	Sua Majestade O Samba	R\$ 20.000,00
João Victor Chrchelski	Berimbau Educador	R\$ 18.295,40
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 117.535,43

## IX. MÚSICA:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Samuel Pereira Chiodini	Lançamento Tempero Moderno	R\$ 20.000,00
Enrick Tavares Barcarolo	Jazz Brasileiro – Um Encontro Entre A Guitarra e o Acordeon	R\$ 19.544,83
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 39.544,83

## X. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL EDIFICADO:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Paróquia Apóstolo Pedro – IECLB	Restauro Escola Evangélica Jaraguá	R\$ 44.520,00
Eno Rux	Casa Eno Rux (Etapa 02)	R\$ 45.000,00
Eliane Joceli Silveira	Casa Eurides Silveira (Etapa 03)	R\$ 45.000,00
APP da EEB Elza Granzotto Ferraz	Restauro Escola de Ed. Bas. Elza Granzotto Ferraz	R\$ 44.795,00
Carlos Eduardo Mann	Restauro Casa Mann	R\$ 41.135,37
Tarcisio Jose Marangoni	Restauro Residência Marangoni	R\$ 45.000,00
Wigando Meier	Residência Wigando Meier – Restauro Casa Enxaimel	R\$ 44.959,31
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 310.409,68

## XI. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL MATERIALEIMATERIAL:

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Gilmar Félix Henn	13ª Festa do Aipim – Comunidade Santa Cruz	R\$ 20.000,00
Neimar Bisewski Luiz	Patrimônio Cultural do Instrumento Bandoneon	R\$ 19.966,67
Silvio Nazir Wiltuschnig	Hochzeitskiste – Caixa de Noivas	R\$ 20.000,00

Museu Di Ferramenta D'afarri Dei Nonni	Memorial Fotográfico do Bairro Santa Luzia	R\$ 19.799,60
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 79.766,27

**XII. TEATRO:**

PROPONENTE	PROJETO	VALOR
Lucas Adolfo Baumer	Coletivo Criativo Em Dramaturgia – CCD	R\$ 19.830,00
Liana Enke	Apresentação Teatral	R\$ 20.000,00
Raul Vitor Carneiro Rodrigues Soares	Valentina e o Cachorro Chapéu	R\$ 20.000,00
Adriana Niétzkar	Robôs – Montagem	R\$ 20.000,00
Scaravelho Cia Teatral	Teatro Playback	R\$ 20.000,00
Suzi Daiane da Silva	Montagem: Ivan, O De-feituoso	R\$ 20.000,00
Anderson L. Dos S. Secco	Maria Lavadeira Encena	R\$ 20.000,00
TOTAL INVESTIDO NA ÁREA:		R\$ 139.830,00

Art. 2º Para consecução dos objetivos do Edital de Concurso 131/2015-FC, será utilizado o valor total de R\$ 1.050.713,97 (um milhão, cinquenta mil, setecentos e treze reais e noventa e sete centavos), em PREMIAÇÃO dos projetos culturais acima relacionados.

Art. 3º A Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, informa que realizará Reunião Orientativa sobre os procedimentos necessários a assinatura dos contratos decorrentes desta Portaria, no dia 04 de julho de 2016, às 19h, na sede da Fundação Cultural.

Art. 4º FICAM, dessa forma, convocados todos os proponentes acima relacionados, para participarem da reunião citada no Art. 2º desta Portaria, podendo os mesmos, no caso de impossibilidade de participação, se fazer representados por outra pessoa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

**PORTARIA Nº 528/2016**

PORTARIANº 528/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 343/2016/Semur, de 20/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 13/07/2016 a 22/07/2016, o servidor público municipal MAURO MAHFUD, matrícula 7632, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Posturas, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer, cumulativamente, as atividades correlatas ao cargo de Fiscal em Edificações, em razão de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 529/2016**

PORTARIANº 529/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 265/2016/DGP, de 23/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/06/2016, a Portaria Nº 1626/2014, de 22/10/2014, que designou o servidor público municipal JEFFERSON ALBERTH KONELL para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 530/2016**

PORTARIANº 530/2016

Designa Defensor Dativo no Processo

Administrativo Disciplinar Nº 022/2014.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 1026/2015, de 13/08/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0778/2016/Cogem, de 22/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 22/06/2016, "ad hoc" a servidora pública municipal MORGANA VICENTIN FELIPPI, matrícula 9238-0, servidora pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, em Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2014, instaurado pela Portaria Nº 1572/2014, de 06/10/2014, a que responde o servidor público municipal Adir Freitag, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 531/2016**

PORTARIANº 531/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0778/2016/Cogem, de 22/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º REVOGAR, a partir de 22/06/2016, a Portaria Nº 547/2015, de 22/04/2015, que suspendeu os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2014, instaurado pela Portaria Nº 1572/2014, de 06/10/2014, em desfavor do servidor público municipal ADIR FREITAG, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar de 22/06/2016, podendo ser prorrogado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 532/2016**

PORTARIANº 532/2016 - de 24/06/2016

Altera o Artigo 1º, da Portaria Nº 1572/2014, de 06/10/2014, que Instaurou Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2014, em Face de ADIR FREITAG.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

**PORTARIA Nº 533/2016**

PORTARIANº 533/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 093/2016/Semob, de 22/06/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 1º/07/2016, ANOAR PRIMO BATTISTI do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - Semob, da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 325/2013, de 27/02/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 534/2016**

PORTARIANº 534/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 146 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 142/2016/Sema-GAS, de 16/06/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal MARCIA SCHNEIDER, matrícula 2803, do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Lic. Plena, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer temporariamente, no período de 04/07/2016 a 04/07/2017, as atribuições do cargo de Secretária de Unidade Escolar, junto à Secretaria Municipal da Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se a Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 535/2016**

PORTARIANº 535/2016

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 020/2016/Controle Social, de 27/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR TERESINHA FODI, como conselheira titular, em substituição a Sabrine Goelzer, para representar as Entidades de Atendimento à Saúde, em Caráter Preventivo e Emergencial, na qualidade de Representante das Organizações Não Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 1305/2013, de 07/08/2013, no que se refere a designação de Sabrine Goelzer.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 15/08/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito-

**PORTARIA Nº 536/2016**

PORTARIANº 536/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 181, I, c/c o artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015, e tendo em vista o Processo Administrativo Disciplinar Nº 020/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0223/2016/1ª CPAD, de 27/06/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processos Administrativos e Administrativos Disciplinares;  
RESOLVE :

Art.1º APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ESCRITA à servidora pública municipal SUELEN MARTINS HENNING, matrícula 9462, ocupante do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal da Educação, decorrente da irregularidade prevista no artigo 173, II, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 176/2016**

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 176/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, Everson Donaldo Borges, cargo de Jardineiro, matrícula 441, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 07/2016;

II. 60 (sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de Junho de 2016.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 177/2016**

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 177/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 137, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concorrer a cargo Eletivo.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Licença ao servidor público municipal, Alessandro Rosá, cargo de Técnico em Operação de ETA/ETE, matrícula 552-5, no período de 02/07/2016 03/10/2016 para concorrer a cargo Eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de Junho de 2016.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 178/2016**

PORTARIA SAMAIEJSU Nº. – 178/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 137, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concorrer a cargo Eletivo.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Licença ao servidor público municipal, JOEL FRACCETTO VELHO, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 422-5, no período de 02/07/2016 03/10/2016 para concorrer a cargo Eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de Junho de 2016.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 179/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 179/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 137, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concorrer a cargo Eletivo.

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER Licença ao servidor público municipal, Sergio Pacheco, cargo de Agente de Operação Hidráulica, matrícula 543-6, no período de 02/07/2016 03/10/2016 para concorrer a cargo Eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016-FMS**

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 14/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados para a execução dos serviços de solução de processamento de dados para o Fundo Municipal de Saúde incluindo a administração do banco de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho, serviço mensal de processamento de dados e gerenciamento do banco de dados, treinamento, bem como serviços de implantação/conversão, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Serviços	Unid.	Quant.	Valor Global da Proposta (R\$)
01	OLOS TECNOLOGIA LTDA	Serviço mensal de Processamento de Dados e Gerenciamento do Banco de Dados, conforme condições definidas no Projeto Básico (Anexo X)	Mês	12	404.400,00
		Serviços de instalação, conversão, testes, implantação e liberação do sistema para os usuários.	Serv	1	
		Treinamento	Serv	1	
		Suporte Técnico	Horas	500	

Jaraguá do Sul, SC, 27 de junho de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 116/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 116/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA, através de inexigibilidade de Licitação, para CONSERTO DE BOMBA DOSADORA CMSIC260 PARA APLICAÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E BOMBA DOSADORA CMSIC340 PARA APLICAÇÃO DE CLORETO FÉRRICO, ao valor de R\$ 5.513,87 (Cinco mil, quinhentos e treze reais e oitenta e sete centavos).

Fundamento Legal: do Art. 25, I da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 114/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, ARAME PARA SOLDA MIG, RECARGA DE MISTURA PARA SOLDA MIG E REGULADOR DE PRESSÃO PARA SOLDA MIG**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 114/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, ARAME PARA SOLDA MIG, RECARGA DE MISTURA PARA SOLDA MIG E REGULADOR DE PRESSÃO PARA SOLDA MIG

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 14/07/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 115/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPÃO DE POLIETILENO**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 115/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAMPÃO DE POLIETILENO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 14/07/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 111/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS, SOLVENTES E MASSA CORRIDA**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 111/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS, SOLVENTES E MASSA CORRIDA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 12/07/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul

– SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 112/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CHAVE DE FIM DE CURSO, VÁLVULAS ELETROPNEUMÁTICAS E ATUADORES PNEUMÁTICOS**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 112/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CHAVE DE FIM DE CURSO, VÁLVULAS ELETROPNEUMÁTICAS E ATUADORES PNEUMÁTICOS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 13/07/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

demir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 113/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS, CONEXÕES, HIDRANTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA HIDRANTES**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 113/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS, CONEXÕES, HIDRANTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA HIDRANTES

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 13/07/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente



**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 181/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 181/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38/2004, de 02/83/2004; e suas alterações,

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 380 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO que o servidor Irineu Elias Reinehr já estava remanejado do cargo de Telefonista desde 08/04/2015, conforme Portaria 064/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, o servidor Público Municipal IRINEU ELIAS REINEHR, matrícula 391-2, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria de Obras, para exercer as atribuições do cargo de telefonista, com carga horária de 30 horas semanais e com vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art. 2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional do servidor.

Art. 3º Comunique-se a Diretoria de obras para o cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 37/2004.

Art. 4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de Junho de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 182/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 182/2016

Declara a Inservibilidade de Bens Públicos

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/2012 de 30/03/2012 e suas alterações,

CONSIDERANDO o procedimento administrativo deflagrado para apurar a inservibilidade de bens públicos;

CONSIDERADO a relação apresentada pela Comissão especial designada para avaliação dos bens públicos;

Considerando que os bens constantes da relação estão constantes onerando os cofres da Autarquia com sua manutenção;

Considerando que os referidos bens não apresentam mais condições de reparos;

CONSIDERANDO que, por não mais atenderem aos objetivos da Autarquia, os bens tornaram-se inservíveis.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica declarada a inservibilidade dos bens móveis, constantes na relação anexa.

Art. 2º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de Junho de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SEMA - PORTARIA Nº 053/2016**

PORTARIANº 053/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal SIMONE VICENZI ZERBIN, matrícula 8157-4, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

**SEMA - PORTARIA Nº 054/2016**

PORTARIANº 054/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARILSE NUNES DA SILVA, matrícula 7296-6, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

**SEMA - PORTARIA Nº 055/2016**

PORTARIANº 055/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal SANDRA LUCIA ISABEL SILVA E SILVA, matrícula 8851-0, referente ao 1º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

**SEMA - PORTARIA Nº 056/2016**

PORTARIANº 056/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal JAIME LUIZ MENDONÇA, matrícula 7459-4, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

**SEMA - PORTARIA Nº 057/2016**

PORTARIANº 057/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de

31/01/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal SIRLENE GELSCHLEITER MULLER, matrícula 8191-4, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 50/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA 50/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 50/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.886/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da CONCORRÊNCIA nº 50/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA com o valor Global de R\$ 2.123.975,60 (dois milhões cento e vinte e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA Nº 50/2016**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.886/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 50/2016, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 905 – Augusto Schwarz no Bairro Amizade e 897 – Helmuth Manske no Bairro Três Rios do Norte, com extensão total de 2.684,37m (dois mil seiscentos e oitenta e quatro vírgula trinta e sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:  
Empresa vencedora: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 2.123.975,60 (dois milhões cento e vinte e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 24 de junho de 2016.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 10.886/2016

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 53/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS 53/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 53/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.892/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 53/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA com o valor Global de R\$ 91.535,31 (noventa e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 23 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.892/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 53/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 287 – Adão Noroschny, no Bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00 m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA com o valor Global de R\$ 91.535,31 (noventa e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 23 de junho de 2016.

Ivan Andréias Wolter  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto nº 10.892/2016

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 54/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS 54/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 54/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.894/2016 e Decreto nº 10.914/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 54/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 222.818,75 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 24 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.894/2016 e Decreto nº 10.914/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 54/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, para recapeamento asfáltico, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 209 – Francisco Hruschka, no Bairro São Luís, com extensão total de 520,00 m (quinhentos e vinte metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor Global de R\$ 222.818,75 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 24 de junho de 2016.

Ivan Andréias Wolter  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto nº 10.894/2016 e Decreto nº 10.914/2016

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 03/2016/02 FMS TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016/FMS/02 – TA 01

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2016, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador e a empresa SUPERMERCADO RANSAN LTDA, estabelecida na RUA GETULIO VARGAS, 436, centro, no município de Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.961.723/0001-11, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. NILSON RANSAN, portador da Carteira de Identidade nº 2.632.250 e inscrito no CPF/MF sob o nº 828.410.049-53, residente e domiciliado em Joaçaba, SC, celebram o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 03/2016/FMS/02, firmada em 26/04/2016, originada do Processo de Licitação nº 08/2016/FMS – Edital de Pregão Presencial nº 04/2016/FMS para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, destinados à manutenção das atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, NASF, ESF'S e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 44 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
44	Leite tipo "longa vida" integral – caixa com 12 litros	cx	PIA	32,26	41,73

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 23/2015/PMJ/04.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 27 de junho de 2016.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SUPERMERCADO RANSAN LTDA  
NILSON RANSAN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**81/2015 FMS TA 02**

CONTRATO Nº 81/2015/FMS TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ sob o nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.356.895/0001-79, estabelecida no Acesso à Cidade Alta, 3388, Bairro São Cristóvão, no Município de Capinzal - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Osvaldo Eugênio Alf Junior, portador da Cédula de Identidade nº 3304668 e inscrito no CPF sob o nº 016.889.679-66, residente e domiciliado na cidade de Capinzal - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 81/2015/FMS, firmado em 14/12/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 22/2015/FMS – Edital TP nº 4/2015/FMS, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Monte Belo, na Rua Luiz Cechetti, Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 28.666,67 (vinte e oito mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), correspondentes a 11,816% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte total do item 18 – rampa de acesso – da planilha orçamentária.

Do valor suprimido, R\$ 8.880,53 (oito mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos) correspondem à mão de obra e, R\$ 19.786,14 (dezenove mil setecentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos) correspondem aos materiais.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 27 de junho de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP  
Osvaldo Eugênio Alf Junior  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 4. 953 DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 4. 953 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada da Comissão Preparatória Municipal específica para organizar e mobilizar a execução da 6ª Conferência Nacional das Cidades na etapa municipal, composta pelos seguintes membros:

Presidente da Comissão:

EULO ANTÔNIO BALVEDI – Coord. de Planejamento – Prefeitura Municipal de Joaçaba

Vice-Presidente da Comissão:

RICARDO HACK – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Sec. Joaçaba

SUELEN FERREIRA FRANÇA – Coord. de Planejamento – Prefeitura Municipal de Joaçaba

DELCIR DOTTI - Coordenadoria de Planejamento – Prefeitura Municipal de Joaçaba

OTÁVIO SCHUEDA – Gerência de Eventos - Prefeitura Municipal de Joaçaba

CARLA DILDEY – Diretoria de Imprensa - Prefeitura Municipal de Joaçaba

JACIR FRANÇA – Diretoria de Habitação - Prefeitura Municipal de Joaçaba

RICARDO MASSIGNANI – Secretaria de Infraestrutura - Prefeitura Municipal de Joaçaba

JULIO DE SOUZA – PROCON - Prefeitura Municipal de Joaçaba

VILMAR ZÍLIO – Câmara de Vereadores de Joaçaba

LEONARDO BOEIRA – Associação de Moradores do Bairro João Pires

DEISE M. KRUISS – Associação de Moradores do Bairro Jardim Cidade Alta

ADAIR NUNES – Associação de Moradores do Bairro Frei Bruno

JEAN FRANCIS CORREIA – Associação de Moradores do Bairro Boa Vista

JULIO CESAR PENTEADO – Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Lourdes

DIEGO BAIROS – Associação de Moradores do Bairro Jardim das Hortênsias

AQUILINO RODRIGUES – Sindicato Empregados Comércio

DILETO PAGANINI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CÉLIO ALVES DE OLIVEIRA – Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

JUCENEI ANDRADE – ACIOC

CAROLINA DE FIGUEIREDO FURTADO – UNOESC

GILSON ADDOR DE VASCONCELLOS – Associação Engenheiros Arquitetos e Agrônomos do Vale do Rio do Peixe - AEA AVR

Art. 2º Os trabalhos da Comissão não serão remunerados.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), 24 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito



**DECRETO Nº 4.954 DE 27 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.954 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(50) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 87.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 27 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**EDITAL FMS Nº 09 DE 27 DE MAIO DE 2016 HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS COM MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A CINCO (5,0)**

EDITAL FMS Nº 09 DE 27 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS COM MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A CINCO (5,0)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste divulgar a listagem FINAL dos candidatos aprovados, conforme previsto no presente processo em tela.

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE										
Inscrição	Candidato	C.P	C.M	C.I	C.G	N.P.O	Títulos	N.F	Situação.	Class.
7506	EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL	2,22	1,44	1,85	2,65	8,16	1,00	9,16	APROVADO(A)	1º
7322	GENECI DORNELLES	2,22	1,44	1,48	2,12	7,26	1,00	8,26	APROVADO(A)	2º
7470	ADRIANE PEDROZO DE ALMEIDA	2,59	1,80	0,74	2,65	7,78	0,00	7,78	APROVADO(A)	3º
7380	BRUNA RICARDO DE SOUZA	2,22	1,80	1,48	2,12	7,62	0,00	7,62	APROVADO(A)	4º
7403	IVONE ESMERIS DA CRUZ GUARAGNI	2,59	1,08	0,74	2,65	7,06	0,00	7,06	APROVADO(A)	5º
7362	CLAUDERISE TAVARES DE ARAÓJO	2,22	1,80	0,37	2,65	7,04	0,00	7,04	APROVADO(A)	6º
7547	MARLI PARENTI	2,59	1,44	0,74	2,12	6,89	0,00	6,89	APROVADO(A)	7º
7381	ANDREZA DE ARAÓJO DAGOSTINI	1,85	1,44	1,85	1,59	6,73	0,00	6,73	APROVADO(A)	8º
7455	ALINE FICAGNA	1,85	1,80	0,74	2,12	6,51	0,00	6,51	APROVADO(A)	9º
7491	VANESSA APARECIDA PEREIRA	2,59	1,08	1,48	1,06	6,21	0,00	6,21	APROVADO(A)	10º
7377	GILDO CARLOS POGGERE	1,85	1,80	1,48	1,06	6,19	0,00	6,19	APROVADO(A)	11º
7510	VANESSA FERNANDA GIRALDELO	1,48	1,80	0,74	2,12	6,14	0,00	6,14	APROVADO(A)	12º
7515	RENATA STOFFEL	2,22	1,80	1,48	0,53	6,03	0,00	6,03	APROVADO(A)	13º
7542	ELISABETE DETOFENO FRANCK	2,22	1,80	0,37	1,59	5,98	0,00	5,98	APROVADO(A)	14º
7489	MICHELE APARECIDA PEREIRA	1,85	0,72	0,74	2,65	5,96	0,00	5,96	APROVADO(A)	15º
7505	SIMONE DE SOUZA	2,22	1,44	1,11	1,06	5,83	0,00	5,83	APROVADO(A)	16º
7323	BEATRIZ RODRIGUES CHINATO	1,48	1,08	1,11	2,12	5,79	0,00	5,79	APROVADO(A)	17º
7546	EDUARDO TEIXEIRA DA SILVA	1,48	1,80	0,37	2,12	5,77	0,00	5,77	APROVADO(A)	18º
7524	MONICA ALMEIDA NUNES	2,22	1,44	0,37	1,59	5,62	0,00	5,62	APROVADO(A)	19º
7364	IVANILCE MARLI DE O. QUEIROZ	1,85	1,44	0,74	1,59	5,62	0,00	5,62	APROVADO(A)	20º
7426	MARILENE BRABO TEIXEIRA	1,85	1,80	0,37	1,59	5,61	0,00	5,61	APROVADO(A)	21º
7525	JULIANA JOICE DE RAMOS	1,48	1,80	0,74	1,59	5,61	0,00	5,61	APROVADO(A)	22º
7473	EDSON NUNES DE AGUIAR	1,11	1,80	1,11	1,59	5,61	0,00	5,61	APROVADO(A)	23º

7331	KELI CRISTINA GRANADOS CASALLAS	2,59	1,80	0,00	1,06	5,45	0,00	5,45	APROVADO(A)	24º
7495	JULIANO CARDOSO	1,85	1,08	0,37	2,12	5,42	0,00	5,42	APROVADO(A)	25º
7551	ROSEMARI PARENTI	1,48	1,44	0,74	1,59	5,25	0,00	5,25	APROVADO(A)	26º
7394	LARISSA DE OLIVEIRA	1,48	1,44	0,74	1,59	5,25	0,00	5,25	APROVADO(A)	27º
7550	TAIS MARTINS DE JESUS FEDATO	0,74	1,80	1,11	1,59	5,24	0,00	5,24	APROVADO(A)	28º
7371	MICHELE MOREIRA PATRICIO	1,85	1,44	0,74	1,06	5,09	0,00	5,09	APROVADO(A)	29º
7529	MARISTELA DA SILVA MATOS	1,48	1,08	0,37	2,12	5,05	0,00	5,05	APROVADO(A)	30º

TECNICO ADMINISTRATIVO										
Inscrição	Candidato	C.P	C.M	C.I	C.G	N.F	Situação.	Class.		
7532	VALDINÉIA GISELE BATISTA DA COSTA	1,85	0,72	1,48	2,65	6,70	APROVADO(A)	1º		
7507	GISELE HECKLER	1,85	1,80	0,37	2,65	6,67	APROVADO(A)	2º		
7376	CARIANE ROBERTA DA SILVA	1,85	1,80	0,74	2,12	6,51	APROVADO(A)	3º		
7410	NATALIA FERRANDIN	1,48	1,08	1,48	2,12	6,16	APROVADO(A)	4º		
7453	KARINA QUIOCA	1,48	1,44	1,48	1,59	5,99	APROVADO(A)	5º		
7538	UILHAN PEREIRA	1,48	1,80	1,11	1,59	5,98	APROVADO(A)	6º		
7521	ROSILENE SALETE DA SILVA	1,11	1,08	1,11	2,65	5,95	APROVADO(A)	7º		
7463	ROMÁRIO ELIAS RIBEIRO	1,48	0,72	1,48	2,12	5,80	APROVADO(A)	8º		
7400	SÉLIA SCHLINDWEIN	1,11	1,08	1,48	2,12	5,79	APROVADO(A)	9º		
7480	DANNIE MIGNONI DA SILVA	2,22	1,44	0,74	1,06	5,46	APROVADO(A)	10º		
7347	FABRÍCIO MELLO FERRI	1,48	0,72	1,11	2,12	5,43	APROVADO(A)	11º		
7343	MIRIAN GREGORIO FERREIRA	1,48	1,08	0,74	2,12	5,42	APROVADO(A)	12º		
7384	CAMILA WASSERBERG	1,48	1,08	1,11	1,59	5,26	APROVADO(A)	13º		
7487	JESSICA NUNES FERREIRA	1,48	0,72	1,85	1,06	5,11	APROVADO(A)	14º		
7545	BRUNA BECHI	1,48	1,08	1,48	1,06	5,10	APROVADO(A)	15º		
7356	CAMILA BELON	1,48	1,08	0,37	2,12	5,05	APROVADO(A)	16º		
7311	HELOISA BARBULHO RODRIGUES	1,11	1,08	0,74	2,12	5,05	APROVADO(A)	17º		

ASSISTENTE SOCIAL										
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.		
7477	ANGELA SANTOS DIAS	2,65	1,20	1,40	0,70	5,95	APROVADO(A)	1º		

Sem mais,  
Publica-se e registra-se em,  
Joaçaba, SC – 28 de Junho de 2016.

### EXTRATO PP 33/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/07/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/07/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba (SC), 24 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretario de Infraestrutura

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário



**EXTRATO RETIFICAÇÃO 01/2016/PLASS**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016/PLASS  
PROVENIENTE DO PL 16/2016/PMJ – PP 10/2016/PMJ

O PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Julio Cesar Bissani, torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no extrato do contrato acima especificado, publicado em 01/04/2016, cujo objeto é a o Licenciamento pela contratada do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas na cláusula terceira deste instrumento, em favor do CONTRATANTE, como segue: No título onde se lia "EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016/PLASS", leia-se "EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016/PLASS - A", ficando a redação consolidada da seguinte forma:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016/PLASS - A  
PROVENIENTE DO PL 16/2016/PMJ – PP 10/2016/PMJ  
CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA  
OBJETO: o Licenciamento pela CONTRATADA do Direito de Uso de  
Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo,  
conforme quantidades de usuários previstas na cláusula terceira  
deste instrumento, em favor do CONTRATANTE.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.325,00 (oito mil trezentos e  
vinte e cinco reais)  
Proj. Ativ. 2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRA-  
TIVAS DO PLASS  
4 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1001 – Aplicações Diretas  
FISCAL DO CONTRATO: LUIZ FERNANDO VACCARI  
VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de abril  
de 2016.  
DATA DE ASSINATURA: 28.03.2016

Joaçaba, 28 de junho de 2016.  
 PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PU-  
 Blicos DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS  
 JULIO CESAR BISSANI

**LEI Nº 5.015 DE 27 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 5.015 DE 27 DE JUNHO DE 2016.  
DENOMINA CENTRO ESPORTIVO ANILDO RIBEIRO DA SILVA, QUE  
ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - O Centro Esportivo Bairro Boa Vista, localizado na Rua Amadeu Bordin, Bairro Boa Vista, passa a ter a seguinte denominação a partir da publicação desta Lei: Centro Esportivo Anildo Ribeiro da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 27 de junho de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**LEI Nº 5.016 DE 27 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 5.016 DE 27 DE JUNHO DE 2016  
DENOMINA RUA CESAR JOÃO OMIZZOLO, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Fica denominada como Rua Cesar João Omizzolo, aquela com início na Rua José Firmo Bernardi, na esquina formada pelo Complexo Esportivo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC com a sede campestre do Clube Dez de Maio, e término no imóvel sede da Associação Vendedores Viajantes Meio Oeste Catarinense – AVVIMOC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 27 de junho de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**PORTARIA N.º 6212**

PORTARIA Nº 6.212 DE 27 DE JUNHO DE 2016  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr(a) MARLENE TEREZINHA HELLER, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, em especial pela constante no memorando n.º 326/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de junho de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6213**

PORTARIA Nº 6.213 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – DESIGNAR as servidoras Sra. MARLI DE LOURDES CONTESSOTO e ANDRESSA SIMADON para acompanhar e fiscalizar o Termo de Convênio n.º 03/2016, proveniente de recursos de subvenção Social para a entidade Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba e Herval d Oeste - SCAJHO.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 27 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6214**

PORTARIA Nº 6.214 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – REDUZ A CARGA HORÁRIA do(a) Sr.(a) TIAGO HOFFELDER, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 07 de junho de 2016, de acordo com o memorando interno n.º 198/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6215**

PORTARIA Nº 6.215 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). LEONARDO POHL, Médico Veterinário, em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0001045/2016 de 08 de junho de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Médico Veterinário Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de julho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6216**

PORTARIA Nº 6.216 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). SANDRA REGINA PACHECO PINEIRO, Assistente Social, em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0000617/2016 de 02 de maio de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Assistente Social Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de julho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6217**

PORTARIA Nº 6.217 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) DOUGLAS MARCELO OLIVERIO RIBEIRO, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pedido protocolado através do processo n.º 0001156/2016 de 21 de junho de 2016, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6218**

PORTARIA Nº 6.218 DE 27 DE JUNHO DE 2016

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) CRISTIANA DA SILVA DE SOUZA, a partir do dia 24 de junho de 2016, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

ATA 08/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 1/96

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: 1º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Abridor de boca infantil em silicone, que permita esterilização em autoclave a 134°C. Dimensões: 30 x 25 x 18 mm Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	3,1500
2			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	5,5600
3			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	6,6800
2	Ácido fosfórico a 37% para condicionamento de esmalte e dentina. Feito de gel de base aquosa contendo ácido fosfórico a 37% e 2% de clorhexidina, sem sílica, com baixa viscosidade e excelente tixotropia. Embalagem com 03 seringas de 2,5 ml cada e 03 ponteiros. Registro na ANVISA	PCTE	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ACIDO GEL/MAQUIRA	0	4,9500
3	Afastador labial autoclavável - tamanho M Registro na ANVISA	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	7,2800
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CAITHEC	0	5,0000
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	VILLEVIE	0	5,2000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	13,9800
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	INDUSBELLO	0	15,1000

Página: 2/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	Agente de união de combinação de primer e adesivo em frasco único, fotopolimerizável, para esmalte e dentina, composto por água e etanol, Bis-GMA. Adesivo com nanotecnologia, contendo partícula de carga de 5nm que proporciona uma excelente adesão à dentina e ao esmalte. Tampa "flip top". Frasco com 6 g - 5,6ml. Registro na ANVISA	FR	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SINGLE BOND/3M	0	96,5000	1
5	Água oxigenada 10 volumes com ação antisséptica. Composição: Peróxido de Hidrogênio / Água purificada. Frasco de 01 litro. Registro na ANVISA	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-SINGLE BOND	0	97,0000	2
6	Agulha gengival para uso odontológico de aço inoxidável, utilização descartável, tamanho 30G curta, características adicionais: bisel trifacetado, siliconizada, estéril, descartável, adaptação perfeita para carpule, diâmetro 0,33 mm. Comprimento 25,4 mm. Esterilizado por óxido de etileno. Cx c/ 100 un	CX	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	116,0000	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	VIC PHARMA	0	3,1800	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESYTRATER	0	3,2000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	VIC PHARMA	0	3,2500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DENCOJET/DFL	0	27,3800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	INJEX	0	28,6600	2

Página: 3/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	INJECTA	0	30,4300	3
7	Agulha gengival de aço inoxidável para uso odontológico, descartável, tamanho 30G curta. Características adicionais: bisel trifacetado, siliconizada, estéril, adaptação perfeita para carpule, diâmetro 0.33 mm, comprimento 25,4 mm. Esterilizada por óxido de etileno. Com 100 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	INEX	0	22,1300	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LAMEDIDPROCARE	0	23,8000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	INEX	0	28,6600	3
8	Agulha gengival, para uso odontológico de aço inoxidável, utilização descartável, tamanho 27 G longa, características adicionais: bisel trifacetado, siliconizada, estéril, descartável, adaptação perfeita para carpule, cx c/ com 100 unidades	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	INEX	0	22,1300	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	INEX	0	28,6600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	INJECTA	0	33,4700	3
9	Alavanca Seldin reia - adulto - cabo grosso Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	16,9600	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	26,6000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	26,6900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 4/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Alavanca Seldin - adulto - bandeirinha direita Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	16,9220	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	26,6000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	26,6900	3
11	Alavanca Seldin - adulto - bandeirinha esquerda Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	16,9200	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	26,6000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	26,6900	3
12	Álcool etílico hidratado 70 INPM (70%) uso hospitalar - em frasco plástico de 01 litro Registro na ANVISA	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	TUPI	0	4,3900	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	TUPI	0	4,6500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CICLOFARMA	0	5,6700	3
13	Algodão dental em rolinho, formato cilíndrico, levemente engomado, 100% fibras longas de algodão, com alto poder de absorção. Tamanhos variados. Com 100 unidades.	PCTE	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	SS PLUS	0	1,3400	1



Página: 5/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Almotolia plástica para acondicionamento de líquidos - capacidade 250 ml. Cor escura.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	SOFT PLUS	0	1,3600	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SSPLUS	0	1,6800	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JPROLAB	0	2,4500	1
15	Almotolia plástica para acondicionamento de líquidos - capacidade 100 ml	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	J PROLAB	0	2,8600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JPROLAB	0	1,7500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	J PROLAB	0	2,1300	2
16	ALVEOLÓTOMO CURVO	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	54.5000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	54.9500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	55,0000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 7/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

19	Anestésico de uso local (cloridrato de lidocaína a 2% com epinefrina 1:100.000) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ALPHACAINE/DFL	0	61,8600	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DFL ALPHACAINE	0	62,4000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DFL	0	80,7000	3
20	Anestésico de uso local (mepivacaína 2% com epinefrina 1:100.000) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DFL MEPIADRE	0	70,4500	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEPIADRE/DFL	0	70,4900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DFL	0	93,4900	3
21	Anestésico de uso local (Mepivacaína a 3%, sem vasoconstritor) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DFL MEPISV	0	70,4500	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEPISV/DFL	0	71,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DFL	0	80,6300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 8/96

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017							
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Anestésico de uso local (cloridrato de prilocaína 3% com felipressina 0,03 U/ml) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS HOSPITALARES (7738)	DFL PRILONEST	0	50,7000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	PRILONEST/DFL	0	60,4500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DFL	0	63,0600	3
23	Anestésico tópico gel para aplicação tópica oral ou na mucosa. Cada grama deve conter 200 mg de benzocaína. Pote com tampa rosqueável, com peso líquido 12 gramas. Sabor tutti-fruti ou menta. Registro na ANVISA	PCTE	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS HOSPITALARES (7738)	DFL	0	5,0000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	BENZOTOPI/DFL	0	6,0900	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	DFL	0	7,1000	3
24	Aparelho de ultra-som com sistema piezoelétrico + jato de bicarbonato para profilaxia. Deverá conter 03 insertos cambiáveis universais e 01 chave para a troca; filtro de ar com drenagem automática; controle de fluxo de pó e água independentes; sistema de limpeza dos condutores de pó; frequência de 29 a 32 KHz; peça de mão removível e autoclavável. Bi volt. Registro na ANVISA (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS HOSPITALARES (7738)	KONDORTECH SCALER JE 0	0	1.598,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017				
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Aplicador de hidróxido de cálcio em pasta - duplo angulado.	UN	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	KONDORTEC	0	1.599,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KONDORTECH	0	1.610,0000	3
			LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME (8111)	KONDORTECH	0	1.635,0000	4
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,0000	1
26	Autoclave com capacidade de 21 litros. Câmara/cuba confeccionada em aço inoxidável. Ciclo totalmente automático contendo indicação das fases do ciclo através de sinal sonoro e display luminoso. Fases do ciclo (desaeração, depressurização e secagem) totalmente automáticas. Secagem com porta fechada. Pressão para esterilização entre 1,7 a 1,9 Kg/cm2. Temperatura de esterilização de 121º a 134º. Acessórios mínimos: 02 bandejas, 01 suporte, copo graduado e manual de instrução. Alimentação elétrica: 220 V. Produzida dentro das normas ISO 9001 e BPF (Boas Práticas de Fabricação). Garantia mínima: 01 ano. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	6,1900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	7,1500	3
			LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME (8111)	BS EQUIPAMENTOS	0	2.537,5000	1
			QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	SERCON	0	3.453,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 10/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

27	Autoclave com capacidade de 54 litros. Câmara/cuba confeccionada em aço inoxidável. Ciclo totalmente automático contendo indicação das fases do ciclo através de sinal sonoro e display luminoso. Fases do ciclo (desaeração, despressurização e secagem) totalmente automáticas. Secagem com porta fechada. Pressão para esterilização entre 1,7 a 1,9 Kg/cm <sup>2</sup> . Temperatura de esterilização de 121° a 134°. Acessórios mínimos: 02 bandejas, 01 suporte, copo graduado e manual de instrução. Alimentação elétrica: 220 V. Produzida dentro das normas ISO 9001 e BPF (Boas Práticas de Fabricação). Garantia mínima: 01 ano. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME (8111)	BS EQUIPAMENTOS	0	5.075,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	CRISTOFOLI CLASS	0	4.407,7500	3
28	Babeiro descartável impermeável: tamanho 30X40cm, uma camada de celulose 100% virgem super absorvente e uma camada de filme de polietileno atóxico que impede passagem de líquido. Pacote com 100 unidades.	PCTE	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	SSPLUS	0	8,9000	1
			QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	SERCON	0	13.583,0000	2
29	BABEIRO ODONTOLÓGICO PLÁSTICO ADULTO, COM VELCRO	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JON	0	5,4000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIODINAMICA	0	10,5500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SSPLUS	0	9,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JON	0	5,4000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JON	0	5,4100	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 11/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Babeiro de plástico p/ proteção do paciente (infantil), fixação c/ velcro	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JON	0	4,5000	1
31	Banda matriz em aço inox, para porta matriz - dimensões: 0,05 x 7x 500 mm. Registro na ANVISA	RL	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	1,1200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	1,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	1,3800	3
32	Banda matriz em aço inox, para porta matriz - dimensões: 0,05 x 5 x 500 mm. Registro na ANVISA	RL	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	1,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	1,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	1,3800	3
33	Bandeja de coluna giratória. Capacidade mínima 5 kg, com movimentos giratórios de 360º, possibilidade de acoplamento em colunas de diâmetro que variam de 1" ½ a 2". Confeccionada em material plástico. Cores: branca, bege ou gelo. Dimensões aproximadas da bandeja: 28 x 35 x 2,5 cm (L x C x A)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PRISMA	0	130,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	168,5000	2
34	BANDEJA DE INOX 22 CM DE COMPRIMENTO POR 09 CM DE LARGURA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	AÇONOX	0	11,4000	1

Página: 12/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FLEXINOX	0	12,7500	2
			QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	FAMILITA	0	15,0000	3
35	Bicarbonato de sódio - pó ultra fino para profilaxia e jateamento - sabor natural. Composição: NaCO3 - 99% - 105 microns. Com 40 gramas Registro na ANVISA	PCTE	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	AIRONMAQUIRA	0	1,6600	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	2,2000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	2,6100	3
36	Biombo com proteção de chumbo de 0,50/1,2 e 3 mm, revestido em formidur e com acabamento em alumínio, com visor plumbífero 10 x 15 cm, montado sobre rodízios. Registro na ANVISA	UN	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	N MARTINS	0	2.600,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	NMARTINS	0	2.610,0000	2
38	BROCA DE AÇO ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 02 LONGA (28 MM)	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	12,1000	1
39	Broca diamantada alta rotação esférica nº 1011	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 13/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

40 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012.

UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	FAVA	0	1,4900	3
----	---	------	---	--------	---

	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
--	--	------	---	--------	---

	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
--	---	------	---	--------	---

41 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1012 - longa

UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
----	---	-------------------	---	--------	---

	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
--	--	------	---	--------	---

	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
--	---	------	---	--------	---

42 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1013

UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
----	---	-------------------	---	--------	---

	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
--	--	------	---	--------	---

	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
--	---	------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 14/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA, Nº 1014	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
44	Broca diamantada alta rotação esférica nº 1015	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
45	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA N. 1016	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
46	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA Nº 1016 LONGA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 15/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

47	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA, Nº 1019	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
48	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA, Nº 1019 LONGA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
49	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 1091	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 16/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

50	broca diamantada alta rotação 1092	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
51	broca diamantada alta rotação 1093	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
52	Broca diamantada alta rotação esférica nº 1034	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 17/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		Objeto da Compra: 1º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
53	Broca diamantada alta rotação esférica nº 1111	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1			
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2			
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3			
54	Broca diamantada alta rotação esférica nº 3017 - longa	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1			
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2			
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3			
55	Broca diamantada alta rotação esférica nº 3080	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	1			
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FAVA	0	1,7800	2			
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	OPTION	0	2,1300	3			
56	Broca diamantada alta rotação esférica nº 3081	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1			

Página: 18/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

57	Broca diamantada alta rotação esférica nº 3082	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FAVA	0	1,7800	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
58	Broca diamantada alta rotação esférica nº 3083	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FAVA	0	1,7800	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
59	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 1190F	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 19/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

60	Broca diamantada para acabamento de resina composta 2135F	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
61	Broca diamantada para acabamento de resina composta 2135FF	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
62	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3118F	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 20/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3118FF	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
64	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3168F	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
65	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3168FF	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
66	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3195F	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1

Página: 21/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

67	Broca diamantada para acabamento de resina composta 3195FF	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CHAMPIONMICRODONT	0	1,2500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	1,4500	2
68	Broca alta rotação Zekrya 191Z - uso cirúrgico	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	1,4900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ANGELUS	0	20,4600	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MICRODONT	0	28,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MICRODONT	0	30,1000	3
69	Broca alta rotação Zekrya longa (28mm) - uso cirúrgico	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ANGELUS	0	22,2200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MICRODONT	0	28,0000	2

Página: 22/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
<b>Objeto da Compra:</b> º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

70	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 01 CURTA	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	34,4300	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	2,9800	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	3,3000	3
71	Broca de aço esférica baixa rotação nº 01 longa	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	3,4400	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	6,3500	3
72	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 02 CURTA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	2,9600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 23/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 02 LONGA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	3,4400	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	6,3500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	6,6000	3
74	Broca de aço esférica baixa rotação nº 03 curta	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	3,1000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	3
75	Broca de aço esférica baixa rotação nº 04 curta	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	3,3100	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	3
76	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 04 LONGA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	3,4400	1

Página: 24/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Broca de aço esférica baixa rotação nº 05 curta	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	6,3500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	6,6000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
78	Broca de aço esférica baixa rotação nº 06 curta	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	3,3100	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2,9500	1
79	Broca de aço esférica baixa rotação nº 06 longa	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	3,3100	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JOTA	0	3,5500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	3,4400	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	6,3500	2

Página: 25/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
<b>Objeto da Compra:</b> º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

80	Broca de aço esférica baixa rotação nº 08 curta	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	6.6000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2.9500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	3.3000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	3.3100	3
81	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 08 LONGA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	3.4400	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	6.3500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	6.6000	3
82	BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 10 CURTA	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JOTA	0	2.9000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAILLEFER/DENTSPLY	0	2.9500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	JOTA	0	3.3000	3

Página: 26/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	BROQUEIRO DE ALUMINIO PARA 15 BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	13.7000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	13.7900	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	13.9000	3
84	Brunidor para amálgama nº 29	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5.1700	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	7.2500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	7.5800	3
85	Cabo de bisturi Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	6,0500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7,8700	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	8,1100	3
86	Cabo para espelho odontológico em aço inox - universal Registro na ANVISA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	5.3700	1



Página: 27/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	6,0200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	6,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 28/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Cadeira Odontológica ambidestra, com pedal de comando, com braço bi articulado (movimentos horizontais e verticais), assento e encosto com movimentos de subida e descida. Assento com altura mínima e máxima adequada ao acesso do paciente e a ergonomia do profissional. Encosto com curvatura anatómica e apoio lombar. Sistema fusão de inclinação do encosto e elevação do assento. Estofamento extra macio, com espuma de poliuretano no encosto e espuma laminada no assento, revestido em PVC lavável e sem costura. Sistema pantográfico de elevação. Braços (direito e esquerdo). Acendimento do refletor no pedal de comando. Encosto de cabeça bi articulado. Base da cadeira em chapa de aço maciça 3/8 de espessura. Lâmina do encosto de cabeça pintada e guias de aço. Superfícies metálicas com banho de proteção contra oxidação. Superfícies aparentes com pintura lisa. Transformador de 12 V para alimentação do refletor. Relé de partida e fusível de proteção. Equipa acoplado, com braço curvo fixado na parte inferior da cadeira. Linhas arredondadas. Sistema de travamento manual. Seleção automática das pontas. Suporte de pontas. Alma estrutural em aço. Corpo e capas em ABS. Bandeja em aço inox. Terminal para micro motor sem spray. Terminal para alta rotação. Seringa triplice. Mangueiras lisas, leves e flexíveis. Unidade auxiliar acoplada à cadeira, com cuba de cuspeira em cerâmica e formas arredondadas (destacável da unidade do corpo). Porta-copo. Abertura lateral removível (proporciona perfeita desinfecção). Ralo separador de detritos. Corpo da unidade com carenagem envolvente (dispensa tubos, suportes ou acoplamentos aparentes). 01 (um) terminal para sucção (sistema Venturi), com mangueira do sugador (desconecta-se sem necessidade de ferramentas). Suporte de pontas. Separadores de detritos e tela de aço inox. Caixa de esgoto com respiro e abafador de ruídos. Chassi em aço pintado. Revestimento externo em poliuretano. Suporte da unidade em aço pintado. Refletor mono focal, acoplado ao braço vertical fixo à cadeira, cabeçote com puxador incorporado, temperatura de cor entre 3.600 a 6.500 K. Sistema de troca fácil de lâmpadas e espelho em policarbonato transparente. Braços com linhas arredondadas e pintura lisa. Lâmpada alógena, mínimo 12 V x 55 W. Fusível de proteção 6ª. Peso líquido aproximado: 110 kg. Voltagem: 110/127/220/240 V. Garantia mínima de 12 meses para o equipamento e de 06 meses para o estofamento. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAVO UNIK C4	0	6.700,0000	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	KAVO	0	6.950,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 29/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Caixa metálica em inox com tampa. Dimensões 10 x 20 x 5,5 cm	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	KAYO	0	7,870,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FLEXINOX	0	40,0500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FAVA	0	65,8400	2
89	Calçador Ward nº 02	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5,4200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,5500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	7,2500	3
90	Calçador Ward nº 05	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5,4200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,5500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	7,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 30/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017				
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

91	Caneta de alta rotação, com design arrojado, linhas arredondadas. Fabricada em latão, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável a até 135°C. Conexão Borden. Spray triplo distribuído simetricamente em direção à ponta da broca - projetado minuciosamente para refrigerar a região de corte da broca em qualquer posição de trabalho, evitando o superaquecimento das peças de mão e reduzindo a possibilidade de interrupção do spray por entupimento dos orifícios. Rotação 420.000 RPM. Rotores precisamente balanceados. Pressão de ar de trabalho entre 32 e 35 libras (PSI). Peso líquido inferior a 58,0 gramas. Baixo ruído de trabalho. Fixação das Brocas: Sistema Push Button - acionamento através de um botão localizado na parte de trás da cabeça da peça de mão - permite a troca rápida das brocas - dispensa a utilização do saca brocas. Resistente a uma tração que assegura o travamento da broca. Alto torque. Formato ergonômico: corpo de espessura fina, com ranhuras antiderrapantes e extremidade inclinada. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAVO 605 C	0	400,0000	1
92	Capa para seringa carpule no formato de jacaré. esterilizável. Embalagem contendo 01 jacaré rosa, 02 jacarés verdes e 03 cartelas de adesivo.	KIT	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DENTSCLER	0	405,0000	2
93	Cápsulas de amálgama regular, de alta resistência, discreta expansão quando aplicado, assegurando a longevidade da restauração. Ótima consistência de mistura, facilidade de manipulação e de aplicação, condensabilidade, brunimento, qualidade no contato interproximal, escultura e características de presa. Alta resistência à compressão, minimizando o risco de fratura da restauração. O desenho das cápsulas deve proporcionar misturas de excelente qualidade e consistência, em todas as triturações. Com variação dimensional positiva (expansão) que assegure um excelente selamento nas margens. Tempo de trabalho e presa que permitam que restaurações maiores sejam condensadas e esculpadas sem dificuldade. Embalagem com 50 cápsulas de 02 porções cada.	PCTE	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ANGELUS	0	35,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ANGELUS	0	45,9000	2
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	METALMS	0	103,5000	1

Página: 31/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Cariostático - solução de hidróxido de sódio, ácido fluorídrico e solvente para utilização em controle de cáries em dentes decíduos - com 10 ml. Registro na ANVISA	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SDI	0	106,0000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GS 80/SDI	0	106,9000	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	12,0000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	15,6700	2
95	Cartela em papel cartolina para radiografias periapicais e interproximais - tamanho adulto. Capacidade para duas radiografias. Com 100 unidades.	PCTE	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	BIODINÂMICA	0	17,0500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DALLAS	0	5,9300	1
96	Cartela em papel cartolina para radiografias periapicais e interproximais - tamanho infantil. Capacidade para duas radiografias. Com 100 unidades.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	8,7100	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DALLAS	0	5,9300	1
97	Chave para insertos de ultrassom odontológico (Scaler Jet - Kondortech)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	7,1500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KONDORTECH	0	80,0000	1

Página: 32/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

98	CIMENTO A BASE DE IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO DENTAL APRESENTADO NA FORMA DE PÓ (UM FRASCO COM 10G) E LÍQUIDO - ÁCIDO POLIACRÍLICO (UM FRASCO COM 8G), COMPOSIÇÃO BÁSICA: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXÍLICO, FIORETO DE CÁLCIO E ÁGUA. EMBALAGEM DEVE CONTER UM FRASCO DE PÓ, UM FRASCO DE LÍQUIDO, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO.	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAXXION RFGM	0	14,7600	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	16,5000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FGM MAXXION	0	17,7000	3
99	Cimento de hidróxido de cálcio radiopaco, com 01 tubo de pasta base 13g, 01 tubo de pasta catalisadora 13g e 01 bloco para mistura.	KIT	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TECH-NEW	0	16,9500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TECH-NEW	0	17,5400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DENTSPLY HYDRO C	0	22,1500	3
100	Cimento de ionômero de vidro para restauração com tripla presa: auto, foto e reação redox e liberação de flúor. Kit com 5 g de pó, 2,5 ml de líquido, 2 ml de primer e 2 ml de glazer. Cor A2. Registro na ANVISA	KIT	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DFL	0	166,2000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VITREMER/3M	0	297,0200	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-VITREMER	0	561,2600	3

Página: 33/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Cimento para preenchimento temporário de cavidades, composto de óxido de zinco, parafina, estabilizador, pasta branca 25g (obturador provisório sem eugenol). Registro na ANVISA	FR	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	OBTUR/MAQUIRA	0	7,4000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	CAITEC	0	7,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CAITECH	0	12,1900	3
102	Clorexidina a 2% para assepsia de preparos cavitários e desinfecção de instrumentos. Frasco com 100 ml.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	6,9700	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	8,9000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	REYMER	0	10,2400	3
104	Clorexidina a 0,12% para desinfecção intra-oral. Frasco com 250 ml.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	VIC PHAMA	0	8,5500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	REYMER	0	13,3700	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	PERIOPLAK/REYMER	0	13,9800	3
105	Colgadura individual para radiografia, em aço inox.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	TECNODENT	0	2,5300	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 34/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

106	Compressa cirúrgica de gaze hidrófila, de 10 x 10 cm, 05 dobras, 08 camadas, 13 fios por cm2, 830g. Com 500 unidades. Registro na ANVISA	PCTE	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TTECNODENT	0	2,5500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TECNODENT	0	2,8100	3
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	MB TEXTIL	0	32,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDIPLUS	0	36,0400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MELHOR MED	0	36,5100	3
107	Compressa de gaze com 13 fios por cm2, com 05 dobras, 08 camadas - 7,5 x 7,5 cm - PCTE com 500 unidades. Registro na ANVISA	PCTE	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	PLAXJUM	0	9,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MEDIPLUS	0	11,9500	2
108	Compressor odontológico, isento de óleo, com tanque mínimo de 25 litros, tensão de trabalho de 220 volts/60hz, produção mínima de ar de 08 pés, com nível de ruído menor ou igual a 60 (dB (A)/1m). Capacidade de 1.500 W. Garantia mínima de 12 meses. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ULTRACOTTON	0	17,0800	3
			CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	Delta	0	2.417,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 35/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

109	Conjunto de aspirador endodôntico autoclavável, com intermediário metálico para agulha de sucção e agulha hipodérmica número 40/20 para aspiração	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FIAC	0	2.499,0000	2
			QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	SCHUSTER	0	2.746,0000	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	INDUSBELLO	0	26,4000	1
110	Contra-ângulo - design arrojado e linhas arredondadas. Fabricado em alumínio, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável a até 135°C, por mais de 1.000 ciclos. Fácil acoplamento. Sistema intra-rotatório. Travamento com anel em aço inox. Rotação máxima de 20.000 RPM. Transmissão 1:1. Peso líquido inferior a 500 gramas. Baixo ruído de trabalho. Lâmina-trava para fixação das brocas. Brocas fixadas por meio da lâmina-trava na cabeça do contra-ângulo. Resistente a uma tração superior a 45 N. Utiliza Brocas Standard, Haste Tipo 1. Formato Ergonômico, compacta, com ranhuras antiderrapantes. Cabeça pequena, com ângulo da peça de mão dentro dos mais rigorosos padrões internacionais. (Deverá ser, necessariamente, da mesma marca do item 247 - micro motor...)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KONNEN	0	26,4500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	INDUSBELLO	0	29,2500	3
			QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	DX	0	320,0000	1
111	(Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).		PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DENTIFLEX	0	375,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DENTIFLEX	0	380,0000	3

Página: 36/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

112	Cotonetes - com 150 unidades	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	BELLACOTTON	0	2,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	CREMER	0	2,7400	2
			TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	maissaude	0	2,9000	3
113	CREME DENTAL ADULTO. COM 50 GR.	TB	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	ICE FRESH	0	0,8800	1
			ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA - ME (8108)	oralls	0	0,8900	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ICE FRESH	0	1,0800	3
114	Creme dental infantil sem flúor - tubo com 50 gramas	UN	ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA - ME (8108)	pro fresh	0	2,6900	1
			GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	CONDOR	0	3,4700	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CONDOR BAMBINOS	0	4,1500	3
115	Tubos de creme dental infantil, com flúor 50g	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	ALG KIDS	0	1,6800	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 37/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

116	Cuba em inox redonda - diâmetro 20 cm	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SANIFILL KIDS	0	2.3100	2
			ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA - ME (8108)	dentics	0	2.6900	3
117	Cunha de madeira colorida para travamento de matrizes. Produzida em madeira especial, formato anatômico da ameia, sem farpas, tingidas com pigmentos atóxicos - tamanho pequeno - com 100 unidades.	CX	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	LUMINOX	0	26,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FLEXINOX	0	33,6000	2
118	Curativo alveolar, com própolis e iodoformio, sem eugenol - com 10 g Registro na ANVISA	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	5.8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PHARMAINOX	0	14,7000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	TDV	0	24,6100	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ALVEOLEX/BIODINÂMICA	0	16,2000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	BIODINAMICA	0	16,3000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIODINAMICA	0	19,0700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 38/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
119	Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 05 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	4,0600	1		
120	Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 17 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,2500	2		
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	8,4200	3		
120	Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 17 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	4,5700	1		
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,2500	2		
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	8,4200	3		
121	Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 18 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5,4200	1		
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,2500	2		
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	8,4200	3		
122	Cureta de dentina infantil - escavador de dentina com parte ativa bem fina (delicada) e cortante	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5,1000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016								Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017	
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor			Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

123	Cureta de aço inox periodontal Gracey 5-6, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,2500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	8,7800	3
124	Cureta de aço inox periodontal Gracey 7-8, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
125	Cureta de aço inox periodontal Gracey 5-6, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6300	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
126	Cureta de aço inox periodontal Gracey 7-8, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	35,6300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 40/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Cureta de aço inox periodontal Gracey 11-12, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6600	3
126	Cureta de aço inox periodontal Gracey 13-14, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6600	3
127	Cureta de aço inox periodontal Mc Call 13-14, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2



Página: 41/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6600	3
128	Cureta de aço inox periodontal Mc Call 17-18, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6600	3
129	Cureta de aço inox periodontal Mc Call 1-10, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	15,1700	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUINELATO	0	34,2500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MILLENNIUM	0	35,6600	3
130	DEDEIRA DE BORRACHA PARA AMÁLGAMA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	JON	0	2,1500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	JON	0	2,4600	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 42/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Detergente enzimático desinfetante de instrumental, frasco com 1L	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	KELDRIN	0	17,4300	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CICLO ZYME/CICLO FAR	0	22,0300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	CICLOFARMA	0	22,5000	3
132	Descolador de Molt com ponta delicada (fina)	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	37,7800	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	40,1000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	54,5700	3
133	Desincrustante - Solução ácida revitalizadora para remoção de ferrugem, crostas e oxidação de instrumental de aço inox. Detergente antiferruginoso. Alcool fosfórico, dipropilenoglicolmetiléter, detergente não iônico derivado dos polialquilfenoletoxilados, água. Não utilizável em instrumentos cromados ou de prata - com 200 ml.	FR	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SURGISTAINDFL	0	43,5300	1
134	Dessensibilizante para tratamento de dentes com sensibilidade a variação de temperatura e alimentos. Composição: Cloreto de estrôncio a 10%, nitrato de potássio a 5%. Frasco contendo 10g.	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	FGM	0	28,6600	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	31,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 43/96

Número do Registro de Preços: 8/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DESENSIBILIZE	0	38,7300	3
135	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM FORMA DE ROLO (BOBINA), PRODUZIDO EM PAPEL GRAL CIRÚRGICO E FILME LAMINADO EM POLIÉSTER E POLIPROPILENO COM INDICADORES IMPRESSOS NAS LATERAIS DAS EMBALAGENS QUE IDENTIFICAM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO. MEDIDA 5 CM X 100 M.	UN	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTERILCARE	0	19,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DUOTEC	0	19,4000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ESTERILCARE	0	20,7500	3
136	Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzido em papel gral cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 8cm x 100m	UN	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTERILCARE	0	31,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DUOTEC	0	34,7500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ESTERILCARE	0	35,2500	3
137	Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzida em papel grau cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 10 cm x100 m.	RL	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTERILCARE	0	34,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 44/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

138	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM FORMA DE ROLO (BOBINA), PRODUZIDA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO EM POLIÉSTER E POLIPROPILENO COM INDICADORES IMPRESSOS NAS LATERAIS DAS EMBALAGENS QUE IDENTIFICAM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO. MEDIDA 15 CM X100 M.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DUOTEC	0	35,9000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ESTERILCARE	0	42,8300	3
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTERILCARE	0	29,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DUOTEC	0	29,9000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ESTERILCARE	0	61,1800	3
139	Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzida em papel grau cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 20 cm x100 m.	RL	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTERILCARE	0	77,8000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ESTERILCARE	0	84,3200	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DUOTEC	0	88,1000	3
140	Escova de aço para limpeza de brocas - cabo plástico	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	4,0500	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 45/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

141	Escova dental adulto - cerdas retas e macias - várias cores (com protetor de cerdas). UN		DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	IODONTOSUL	0	5,4700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GH	0	7,4500	3
			GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	DENTAL K	0	0,4600	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEDFO	0	0,4700	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	0,8200	3
142	Escova dental infantil - cerdas retas e macias - cabo reto - várias cores (com protetor de cerdas). UN		GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	DENTAL K	0	0,4100	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	FLOPPY/MEDFO	0	0,4200	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	0,7800	3
143	ESCOVA DENTAL MASSAGEADORA EM SILICONE TOTALMENTE ATÓXICO - TEXTURA ULTRAMACIA. PODE SER LAVADA E ESTERILIZADA APÓS CADA USO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEDFO	0	5,2000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	7,8000	2

Página: 46/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: 1º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Escova Robson afiliada - branca - para profilaxia em baixa rotação	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MICRODONT	0	0,9200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	0,9500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MICRODONT	0	1,2400	3
145	ESCOVA ROBSON RETA - BRANCA - PARA PROFILAXIA EM BAIXA ROTAÇÃO	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MICRODONT	0	0,9800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	1,0900	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	MICRODONT	0	1,2400	3
146	Escovinha de unha, para limpeza de material odontológico	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIGOLIN	0	2,6000	1
147	Esculpidor Hollenback 3S Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	4,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	4,9500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	8,4200	3
148	Esculpidor Hollenback 3SS Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 47/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: 3 REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	ESPATULA DUPLA N50 CABO OITAVADO	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	5,1500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	8,4200	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	5,7500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7,6000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	9,8800	3
150	Espátula de manipulação nº 24	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	6,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7,6200	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	9,8800	3
151	Espátula de manipulação nº 36	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	6,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7,6200	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	9,8800	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 48/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

152	Espátula de inserção nº 1 Registro na ANVISA	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	4.5000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	7.2500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7.6200	3
153	ESPÁTULA DE MADEIRA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) COM 100 UN.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ESTILO	0	3.1500	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	ESTILO	0	3.3000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	THEOTO	0	3.7900	3
154	Espátula de resina em titânio para inserção de material restaurador, de um lado tipo espátula e do outro tipo bolinha nº 01.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	PRISMA	0	37,0400	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	42,1000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	42.6300	3
155	ESPATULA DE RESINA EM TITANIO PARA INSERÇÃO MATERIAL RESTAURADOR Nº04	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	37,0300	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	PRISMA	0	37,0400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 49/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

156	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 3	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	42,6300	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MIRAGE/BARASCH	0	2,6400	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	3,3500	2
157	Espelho de mão, com medida aproximada de 17 x 9 cm (em formato de dente molar)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PHARMAINOX	0	3,3800	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ORTOGUARU	0	16,9500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DEXPRESS	0	18,6200	2
158	Espelho primeiro plano em aço inox nº 05 - uso odontológico - sem cabo - diâmetro 24 mm.	UN	TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	26,0000	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	2,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PHARMAINOX	0	2,8000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	BARASCH	0	5,2000	3

Página: 50/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Esponja hemostática de Colágeno Hidrolizado (gelatina) Liofilizada. Esterilizada e embalada em blister, sem contra indicações e sem riscos de intolerância - reabsorvível. Com 10 unidades Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	TECHNEW	0	20,5000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	HEMOSPONTECHNEW	0	21,7000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	TECHNEW	0	25,7000	3
160	Evidenciador de placa bacteriana em pastilhas, com fórmula à base de fucsina básica (corante vermelho). Com 120 pastilhas. Registro na ANVISA	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VISUPLAC/MAQUIRA	0	13,3000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	BIODINAMICA	0	13,4000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	BIODINÁMICA	0	24,2500	3
161	EXTIRPA NERVOS - BRANCO - COMPRIMENTO 21 MM - COM 10 UNIDADES.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	QUIMIDROL	0	19,2000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	QUIMIDROL	0	19,3000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	21,6200	3

Página: 51/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

162	Exirpa nervos - rosa - comprimento 21 mm - com 10 unidades.	CX	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUIMIDROL	0	20.6500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	21.6200	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MEDIN	0	40.5700	3
163	Exirpa nervos - amarelo - comprimento 21 mm - com 10 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VDW	0	20.3000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUIMIDROL	0	20.4000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	21.6200	3
164	Exirpa nervos - azul - comprimento 21 mm - com 10 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VDW	0	19.4000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUIMIDROL	0	19.5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	21.6200	3
165	Exirpa nervos - vermelho com 10 unidades, comprimento 21mm	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VDW	0	19.4000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	QUIMIDROL	0	19.9000	2

Página: 52/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

166	Filme dental adulto para radiografia periapical e interproximal comprimento 4 cm, largura 3 cm caixa com 150 unidades	CX	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	21,6200	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	AGFA/HERAEUS KULZER	0	77,4200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	H.KULZER	0	100,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROGRAD	0	115,3000	3
167	Filme dental infantil para radiografia periapical e interproximal comprimento 3,5 cm, largura 2,20 cm, caixa c/ 100 unidades	CX	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROGRAD	0	135,3000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	KODAK	0	172,5000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	CARESTREAN	0	188,5000	3
168	Rolo de fio dental c/ 100 m. , cor branca	RL	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	ALG	0	1,4000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	1,9300	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEDFIO	0	1,9800	3

Página: 53/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

169	Fio dental com 50 m - cor branca	RL	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	ALG	0	1,0000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEDFIO	0	1,3700	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	1,4600	3
170	Rolo de fio dental - 500 m, cor branca	RL	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)	ALG	0	5,2800	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MEDFIO	0	6,2900	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MED FIO	0	8,5800	3
171	Fio de sutura para uso odontológico - nylon 4-0. Com agulha CT ½ - 1,5 cm. atraumática (triangular) - esterilizado por radiação gamma ou oxido de etileno. Comprimento fio: 45 cm. Com 24 unidades. Registro na ANVISA	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	TECHNEW	0	28,2000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TECHNEW	0	28,3000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	TECHNOFO	0	30,1900	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TECHNEW	0	30,8700	4

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 54/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

172	Fio de sutura para uso odontológico - seda preta trançada - 3,0 mm - montado em agulha ½ atraumática, corpo triangular - esterilizado - uso único (descartável) - comprimento 45 cm. com 24 envelopes. Registro na ANVISA	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	TECH-NEW	0	27,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	PROCARE	0	27,5000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TECH-NEW	0	28,3000	3
173	Fio de sutura para uso odontológico - seda preta trançada - 4,0 mm - montado em agulha ½ atraumática - esterilizado - uso único - comprimento 45 cm - com 24 envelopes. Registro na ANVISA	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	TECH-NEW	0	27,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	PROCARE	0	27,5000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TECH-NEW	0	28,3000	3
174	Fio retrator gengival, 100% algodão egípcio, trançado e com fibras paralelas. Frasco com 250 cm de fio. Tamanho n.º 00 extra-fino, amarelo com preto.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	PRORETRACT/FGM	0	16,2000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FGM	0	16,5000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	BIODINÂMICA	0	21,3500	3



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 55/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
175	FITA INDICADORA PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	CIE X	0	2,7600	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	MASTERFIX	0	2,7750	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SSPLUS	0	3,9000	3
177	Fixador para uso em filme radiográfico dental, com aplicação e processamento manual - composição: água 80/85%, tiosulfato de amônio 5/10%, tiocianato de amônio 5/10% - Frasco com 475 ml (Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item nº 294 - Revelador...)	FR	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CITHEC	0	7,2800	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	CLEAN UP	0	8,5000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	KODAK	0	10,0400	3
178	Fluór gel com 2% de fluoreto de sódio - uso profissional - neutro, sem corante - com 200 ml	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	2,6800	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	2,7000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DFL	0	4,4500	3
179	FORCEPS ADULTO EM AÇO INOXIDAVEL Nº150	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 56/96

Número do Registro de Preços: 8/2016								Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017	
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

180	Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 151	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	49,9900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	55,5200	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
181	Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 65	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
182	Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 17	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
		UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 57/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	Fórceps adulto nº 18L, em inox	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
184	Fórceps adulto nº 18 R, em inox	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
185	FÓRCEPS Nº 65 INFANTIL	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	49,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	55,5300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	56,8300	3
186	FORMOCRESOL PARA CURATIVO - COM 10 ML.	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOSE HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	3,7600	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	5,7300	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 58/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

187	Gaveteiro clínico com rodízios. Composto por 03 gavetas de 6 cm e 04 gavetas de 12 cm, ambas com bojos em ABS cantos arredondados. Confeccionado em MDF ou compensado de 15 mm (colagem fenólica), revestimento interno em laminado melamínico decorativo brilhante. Revestimento externo em laminado melamínico decorativo texturizado. Puxadores em alumínio modelo Europeu com ponteiros cromados e pintura epóxi. Gavetas plásticas em poliestireno 4 mm moldadas em vácuo-forming sem cantos vivos, conforme norma da vigilância sanitária. Fácil assepsia. Não acumula sujeira (por não possuir cantos vivos). Gavetas também fabricadas em madeira. Tampo, confeccionado em MDF ou compensado de 30 mm, (colagem fenólica), revestimento em laminado melamínico decorativo texturizado. Frente das gavetas, confeccionada em "MDF" de 18 mm de espessura Post-Forming horizontal com linhas arredondadas e revestido interna e externamente com alta qualidade no acabamento. Rodízios em nylon rígido de alta resistência, facilitando a movimentação do armário em diversos tipos de pisos. Módulos com fundos individuais. Peso líquido: 35 kg. Cor Branca. Medidas externas: largura 50 cm X altura do tampo 80 cm x profundidade 51 cm. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	HAYDEE	0	1.200,0000	1
188	GORRO DESCARTAVEL COM ELASTICO PARA USO ODONTOLÓGICO- COR BRANCA PACOTE COM 100 UN	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DESCARPACK	0	6,0000	1
190	Guardanapo branco liso, tamanho pequeno (23,5 x 22 cm), Pacote com 50 unidades	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BOB	0	3,2700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	Guardanapo branco liso, tamanho grande (33 x 33 cm), Pacote com 50 unidades.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BOB	0	4,1000	1
192	Hidróxido de cálcio PA (em pó) usado para capeamento pulpar. Com 10 gr.	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	2,8600	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	IODONTOSUL	0	3,2300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	3,7000	3
193	Indicador biológico auto-contido com tempo de incubação de até 24 horas para resultados de mudança de cor por pH (tem como finalidade a monitoração de ciclos de esterilização a vapor de 121°C a 135°C). Cada ampola deve possuir: população mínima de 106 ou 105 esporos bacterianos do tipo Geobacillus stearothermophilus contidos em disco ou fita de papel; rótulo com indicador químico de processo que muda de cor quando exposto ao ciclo de esterilização; ampola de vidro contendo meio de cultura; filtro hidrofóbico; tampa e corpo plástico flexível. Os indicadores podem ser incubados em qualquer incubadora para indicadores biológicos com temperatura entre 56 a 60°C. Caixa contendo 10 ampolas. Prazo mínimo de validade igual ou superior a 01 ano.	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	53,8500	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	60,8500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	CRISTOFOLI	0	99,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 60/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

194	Indicador Químico Integrador Classe 5 (desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor). Classe 5. Validade: 02 anos a partir da data de fabricação. Permite leitura imediata do resultado através da migração da tinta para a área identificada em cor. Designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). Integrador confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e/ou embalagens durante o processo de esterilização. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento ciclo, operador, data e resultado. Com 100 unidades.	KIT	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	CRISTOFOLI	0	119,5000	1
195	Inserto (ponta) para ultrassom odontológico modelo perio universal (Scaler Jet - Kondortech)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KONDORTECH	0	110,0000	1
196	Inserto (ponta) para ultrassom odontológico modelo perio universal (GNATUS)	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GNATUS	0	105,0000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GNATUS	0	152,5400	2
197	Kit de alavancas infantis Seldin, com 03 unidades: (reta / direita / esquerda) - com cabo grosso.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	58,2100	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	80,0700	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	84,9900	3

Página: 61/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

198	Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores, em 04 granulações (grossa, média, fina e extra fina) e nos tamanhos de 8 e 12 mm de diâmetro. Kit com 56 discos sortidos + 1 mandril. Com sistema de encaixe rápido que facilita seu acoplamento ao mandril. Sem partes metálicas na superfície do disco.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	65,7000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DIAMOND PRO/FGM	0	81,8800	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	FGM DIAMOND PRO	0	95,6900	3
199	Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores, em 04 granulações (grossa, média, fina e extra fina) com centro metálico para facilitar o encaixe sob pressão no mandril. Tamanhos: 3/8 e 1/2. Com 60 discos sortidos e 01 mandril.	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	PRAXIS/TDV	0	105,1400	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TDV	0	118,7600	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TDV	0	125,3000	3
200	Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores - refil 1/2" - 30 discos de lixa grossa (verde escuro) com centro metálico para facilitar o encaixe sob pressão no mandril. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 199 (kit de discos...)	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	TDV	0	45,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TDV	0	46,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TDV	0	50,8600	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 62/96

Número do Registro de Preços: 8/2016								Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017	
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
201	Kit de discos lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores - UN refil 12 mm de diâmetro - 26 discos de lixa na granulação grossa (azul escuro). Com sistema de encaixe rápido que facilita seu acoplamento ao mandril. Sem partes metálicas na superfície do disco. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 198 (kit de discos...)	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FGM DIAMOND PRO	0	32,8000	1				
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DIAMOND PRO/FGM	0	32,9000	2				
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TDV	0	50,8600	3				
202	Kit de feltros natural utilizados para suportar pastas e abrasivos para polimento de superfícies, tamanhos 8 e/ou 12 mm, com 24 unidades e um mandril.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	25,8500	1				
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	FGM DIAMOND FLEX	0	27,2700	2				
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DIAMOND FGM	0	32,2000	3				
203	Kit de instrumentos de F'ham com 03 unidades (reta / direita / esquerda)	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	18,7400	1				
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	27,2000	2				
204	Kit de material restaurador intermediário - IRM - líquido 15 ml / pó 38g (cor marfim) - a base de óxido de zinco e eugenol para restaurações provisórias de longa espera (até 02 anos) - uso odontológico, em caixa (pó contendo óxido de zinco poli metacrilato de metila e líquido contendo eugenol 99,5% e ácido acético 0,5% Registro na ANVISA	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	IRM/DENTSPLY	0	56,6400	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 63/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

205	Lâmina descartável de bisturi - material aço carbono, formato anatômico nº 15, esterilizada, descartável, embalada individualmente - com 100 unidades.	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DENTSPLY	0	63,6000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	DENTSPLY	0	75,5000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	LABOR	0	19,1300	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SOLIDOR	0	25,0000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	SOLIDOR	0	25,0000	3
206	Lâmina descartável de bisturi - em aço carbono, formato anatômico - nº 12 - esterilizada - descartável - embalada individualmente - com 100 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SOLIDOR/LAMEDID	0	26,1500	4
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SOLIDOR/LAMEDID	0	22,5000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	SOLIDOR	0	22,6000	2
207	Lâmina descartável de bisturi - em aço carbono, formato anatômico - nº 15C - esterilizada - descartável - embalada individualmente - com 100 unidades.	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SOLIDOR	0	23,0000	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	PROCARE	0	19,7000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 64/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

208	Liga de amálgama (limalha) - 30g - Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 244 (Mercurio Vivo...) Registro na ANVISA	FR	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SOLIDOR	0	19,7400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SOLIDOR	0	25,0000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SOLIDORLAMEDID	0	26,1500	4
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VEVALLOY/SSWHITE	0	213,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SSW	0	245,0000	2
209	LIMA KERR Nº 10 - 21 MM - COM 06 UNIDADES.	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAVO KERR	0	17,3000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VDW	0	17,4000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LOHCUS	0	19,5500	3
210	Lima Kerr nº 15 - 21 mm - com 06 unidades.	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAVO KERR	0	17,3000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	VDW	0	18,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	LOHCUS	0	19,5500	3

Página: 65/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

211	LIMA OSSEA SELDIN (DENTES RETOS)	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	35,2500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	35,3000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	37,5100	3
212	Lixa de aço para acabamento de amálgama. Pacote com 12 tiras.	PCTE	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	INJECTA	0	4,7900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	5,5600	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	5,7500	3
213	Lixa de poliéster em tiras de 4 mm de largura e 170 mm de comprimento, para acabamento e polimento em superfícies proximais de restaurações realizadas com resina composta e ionômero de vidro. Com duas granulações: grossa (cinza) e média (branca). Com centro neutro (sem abrasivo) para facilitar a introdução nas superfícies interproximais dos dentes. Com 150 unidades. Registro na ANVISA	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	6,3800	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MICRODONT	0	9,3200	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MICRODONT	0	10,3000	3



Página: 66/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

214	Lubrificante em spray - clorofluorcarbono alta e baixa rotação, com 02 bicos lubrificantes e papel absorvente - 200 ml / 143 gr.	TB	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	15,5000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	16,9600	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	18,0500	3
215	Luva cirurgia estéril 6.5. Embalada individualmente. Registro na ANVISA	PAR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAXITEX	0	0,9900	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	1,1250	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SUPERMAX	0	1,2000	3
216	Luva cirurgia estéril 7.5. Embalada individualmente. Registro na ANVISA	PAR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAXITEX	0	0,9900	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	1,1250	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SUPERMAX	0	1,2000	3
217	Luva de procedimento em látex, tamanho EP, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	NUGARD	0	17,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 67/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
218	Luva de procedimento em látex, tamanho G, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA	CX	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	18,0000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	SUPERMAX	0	19,4000	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	NUGARD	0	17,0000	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	18,0000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	SUPERMAX	0	19,4000	3
219	Luva de procedimento em látex, tamanho M, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA	CX	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	17,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	NUGARD	0	17,0700	2
220	Luva de procedimento em látex, tamanho P, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA	CX	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	SUPERMAX	0	19,4000	3
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	17,0000	1

Página: 68/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
221	LUVAS PLÁSTICA (SOBRELUVA) PACOTE COM 100 UNIDADES	PCTE	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	NUGARD	0	17,0700	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	SUPERMAX	0	19,4000	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	BIOSERVICE	0	2,5000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	LUPLAST	0	3,2600	2
222	Máscara para primeiros socorros e/ou medicamentos - com bandeja deslizando e 07 divisões - matéria-prima 100% virgem - alça para cadeado - dimensões aproximadas: 31 x 15 x 13 cm	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SE	0	4,2700	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATE SP	0	45,0000	1
223	Máscara para primeiros socorros com 03 bandejas articuladas, 15 divisões e tampa na bandeja superior. Com alça para cadeado. Composição: polipropileno. Dimensões aproximadas: 37 x 19 x 19 cm.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	RESGATE SP	0	88,0000	1
224	Máscara cirúrgica, descartável, 03 camadas, pregas horizontais, atóxica, fixação com elástico. Com clipe nasal de 16 cm de comprimento, revestido e de fácil ajuste. Hipóalergênica. Filtro bacteriológico 98/99%. Cor branca. Caixa com 50 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	EMBRAMAC	0	4,9000	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	TALGE	0	4,9500	2



Página: 69/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016

Data do Registro: 22/06/2016

Válido até: 22/06/2017

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	LABOR IMPORT	0	5,4600	3
225	Máscara cirúrgica, descartável, 03 camadas, pregas horizontais, atóxica, fixação com tiras (de amarrar). Com clipe nasal de 16 cm de comprimento, revestido e de fácil ajuste. Hipóalergênica. Filtro bacteriológico 98/99%. Cor branca. Caixa com 50 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DESCARPACK	0	6,4000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	DESCARPACK	0	6,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BEST FABRIL	0	10,7500	3
226	Material educativo: balão temático Odontologia - balão de encher. Confeccionado em borracha. Cores sortidas. Com 25 unidades	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	18,0000	1
			TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	19,0000	2
227	Material educativo: boneca pedagógica que representa uma criança que está na fase de erupção dentária e demonstra sua primeira dentição. Possui dente e língua retráteis. Incluso vestido, fralda, escova de dentes, dedeira de silicone para escovação dentária do bebê, mini revista de saúde bucal, 03 diagramas explicativos, creme dental, manadeira, bolacha e mordedor. Dimensões aproximadas: 35 x 16 x 11 cm. Peso aproximado: 3 kg	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	500,0000	1
228	Material educativo: Botton Conclusão de Tratamento Odontológico, feito de plástico. Embalagem com 24 unidades de cores e modelos sortidos. Dimensões aproximadas: 8 x 5 cm.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	27,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Página: 70/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	Material educativo: carimbos infantis coloridos, sortidos, com motivos odontológicos. Embalagem com 24 unidades sortidas.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	57.0000	1

229	Material educativo: cartimbo infantil coloridos, sortidos, com motivos odontológicos. Embalagem com 24 unidades sortidas	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	57,0000	1
230	Material educativo: cartelas de tatuagem de pele temporária com motivos odontológicos, para atividades nas escolas e campanhas - pacote com 100 unidades.	PCTE	TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	18,5000	1
231	Material educativo: chaveiros metálicos com motivos odontológicos, sortidos, coloridos. Pacote com 30 unidades.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	19,0000	2
232	Material educativo: chaveiros metálicos com motivos odontológicos, sortidos, coloridos. Pacote com 30 unidades.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	40,0000	1
233	Material educativo: jogo Corrida do Dr Crocodente - jogo sobre saúde bucal em forma de tapete, medindo 2,0 x 2,0 metros, impressão em 04 cores de tinta digital em lona branca com laminação de adesivos especial para piso, dado de pelúcia medindo 0,40 x 0,40 metros e embalagem para transporte.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	700,0000	1
234	Material educativo: jogo Lupa Mágica - jogo para motivação em saúde bucal, lâmina de PVC de 2 mm medindo 60 x 50 cm, com alça metálica, corrente, bolsa para transporte e figuras coloridas sobre saúde bucal. O jogo consiste em identificar hábitos positivos para saúde bucal.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	148,0000	1
235	Material educativo: kit de borrachas coloridas com temas voltados a área de odontologia (borrachas escolares para apagar grafite) com aproximadamente 2,5 x 2,3 cm cada peça. Embalagem com 50 unidades.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	25,0000	1
236	Material educativo: livros de histórias com tema saúde bucal (06 tipos diferentes)	KIT	TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	39,0000	2
237	Material educativo: livros de histórias com tema saúde bucal (06 tipos diferentes)	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREV. EXPRESS	0	75,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 71/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

236	Material educativo: macro arcada dentária + macro escova	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	148,0000	1
237	Material educativo: macro modelo bicho escovação - modelos diversos de bichos. Dimensões: 30 x 15 cm (A x L). Cores diversas. Deve conter a arcada dentária grande e escovão para orientações de higiene oral. Peso: 700 gramas.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	DEXPRESS	0	196,8400	2
238	Material educativo: macro modelo de evolução da cárie - modelo em resina, deve abrir e fechar, para demonstração correta das fases: dente higido, cárie em esmalte, cárie em dentina, cárie atingiu canal. Dimensões: 6 cm largura x 19 cm comprimento. Peso 310 g	KIT	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	DEXPRESS	0	175,0000	1
			TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	178,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	250,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	89,0000	1
			TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	90,5000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	DEXPRESS	0	126,3500	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 72/96

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017							
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
239	Material educativo: macro modelo de evolução da periodontia - macro modelo da mandíbula em resina que demonstra as seguintes fases: gengiva saudável, gengivite, doença periodontal com retração gengival e perda óssea.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	89,0000	1
			TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)	dexpress	0	90,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	D'EXPRESS	0	126,3500	3
240	Material educativo: porta dentinho de plástico com cordão para pendurar no pescoço. Com 36 unidades.	PCTE	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ODONTOMAR	0	19,3000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	D'EXPRESS	0	25,2700	2
242	Medicação para tratamento de polpas vivas com inflamação. Composição de sulfato de polimixina B 10.000 U.I., sulfato de neomicina 05 mg, hidrocortisona 10 mg. Com 10 ml. Registro na ANVISA	FR	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	OTOSPORINFQM	0	13,1400	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FQM	0	13,9900	2
244	Mercúrio vivo - frasco com 100g Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 208 (Liga de amálgama...) Registro na ANVISA	FR	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	K DENT/QUIMDROL	0	151,3200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KDENTE	0	243,0000	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 73/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
245	Microbrush - aplicadores descartáveis extra-fino (1/16 de gota) com hastes dobráveis facilitando a deposição do material a ser aplicado. Com nano partículas. Tubo com 100 unidades.	TB	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CAVIBRUSH/FGM	0	5,9300	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	7,5500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ANGELUS	0	8,8000	3
246	Microbrush - aplicadores descartáveis extra-finos (1/8 de gota) com hastes dobráveis facilitando a deposição do material a ser aplicado. Com nano partículas. Com 100 unidades.	TB	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CAVIBRUSH/FGM	0	5,9300	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	7,5500	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ANGELUS	0	8,8000	3
247	Micromotor com design arredojado, com linhas arredondadas. Fabricado em alumínio, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável, a até 135°C. Ranhuras	UN	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	DX	0	299,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 74/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

248	Mini-incubadora. Desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclave a vapor. Resultados podem ser obtidos de 12 a 48 horas. Com indicador luminoso para monitorização visual do equipamento quando estiver em funcionamento e capacidade para incubar, pelo menos, 04 indicadores biológicos. Tensão de alimentação: bi volt automático. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAYO	0	418,9500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DENTIFLEX	0	430,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIOMECK	0	108,0000	1
249	Mocho odontológico, com sistema de elevação do assento impulsionado a gás, acionado por alavanca lateral e com movimentação suave. Encosto anatômico, com ajuste de aproximação - proteção do encosto reforçada. Design e conforto para o profissional. Deverá preservar o corpo de desgastes e tensões desnecessárias, oferecendo maior ergonomia e conforto ao profissional. Deverá ajudar a garantir o posicionamento correto da coluna e o equilíbrio muscular, sem compressão venosa. Base resistente, giratória, com 05 rodízios. Estofamento resistente, com densidade adequada. Cor: verde claro. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)	ECEL	0	168,0000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	CRISTOFOLI	0	184,8700	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	KAYO	0	438,9000	1

Página: 75/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GNATUS	0	530,0000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	KAYO	0	542,3700	3
250	Óculos de proteção em acrílico totalmente transparente - sem partes pretas	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M	0	7,4500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	14,8000	2
251	Papel dupla face para articulação, bicolor, tamanho 110 x25 mm - bloco com 12 folhas cada. Registro na ANVISA	BLC	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	1,5600	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	1,9300	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CONTACTO/ANGELUS	0	2,5100	3
252	Papel carbono articular - cópia extremamente fiel (não borra), fino (com espessura 0,02 mm e 10 cm de comprimento cada folha. Bloco com 12 folhas Registro na ANVISA	BLC	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CONTACTO/ANGELUS	0	8,9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ACCUFILM	0	9,0000	2
253	Paramonoclorofenol carborado frasco c/ 20 ml	FR	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	4,5500	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 76/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

254	Passa fio - com 25 unidades	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	4.5600	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	6.0800	3
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	2.7500	1
255	Pasta profilática - composição: água, espessante, lauril sulfato, carbonato - com flúor - com 50 g Registro na ANVISA	TB	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SANIFILL	0	3.4100	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	SANIFILL	0	5.5700	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	VIGODENT	0	4.5500	1
256	Pasta para polimento de resina composta, com duas pastas indicadas para o acabamento inicial e polimento preliminar de resinas e outros materiais restauradores. Uma pasta é indicada para o acabamento inicial da superfície e a outra é indicada para o polimento preliminar ao polimento final com as pastas de granulação extrafina. Pasta a base de óxido de alumínio.	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SHINE/MAQUIRA	0	4.5700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	5.8100	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	16.9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 77/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

257	Prateleira branca de aglomerado, própria para consultórios odontológicos. Embalagem com 01 prateleira, 02 suportes, 02 buchas e 02 parafusos. Dimensões aproximadas: espessura 1,5 cm, profundidade 20 cm e comprimento 40 cm. Capacidade: 20 kg. Suporte de plástico ABS branco.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PRAT-K	0	95,0000	1
258	Pedra pomes em pó para uso odontológico, com granulação extrafina, atóxica, inodoro, de fácil remoção. Com 1kg.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	3,1500	1
259	Pinça clínica em aço inox para algodão - uso odontológico, nr. 317	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PASOM	0	3,8000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	ASFER	0	3,9200	3
259	Pinça clínica em aço inox para algodão - uso odontológico, nr. 317	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	6,7900	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (8109)	GOLGRAN	0	9,5300	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	10,1100	3
260	Pinça hemostática curva 14 cm	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (8109)	GOLGRAN	0	21,0000	1

Página: 78/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	21,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	25,0800	3
		UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	21,0000	1
261	Pinça hemostática reta 14 cm		ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	21,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	25,0800	3
262	PLACA DE VIDRO 15CMX 7,5CMX1CM COM BORDAS POLIDAS	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DMS	0	5,9300	1
263	PLACA DE VIDRO DE 80MMX150MMX6MM, COM BORDAS POLIDAS	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	DMS	0	4,9200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	8,8200	2
264	Pontas aplicadoras avulsas para uso em sistema de seringa para injetar materiais dentários viscosos, evitando a formação de bolhas de ar. Caixa com 20 pontas modelo LV anterior. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 301 (Sistema de Seringa...) Registro na ANVISA	CX	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DFL	0	45,8000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	CENTRIX/DFL	0	53,9600	2

Página: 79/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DFL	0	82,4000	3
265	Pontas abrasivas de silicone para acabamento e polimento de restaurações, com três diferentes formatos (chama, disco e taça) e com sistema de encaixe rápido em mandril Versaplus - 08 peças sortidas + 01 mandril de metal. Registro na ANVISA	KIT	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	TDV	0	41,6000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	TDV	0	41,6500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TDV	0	45,7200	3
266	Pontas de borracha para acabamento de resina composta. Composição: Tripolimero (estirno-Butodieno-Metacrilato de Metila), Sílica Piroclítica Silanizada, Ureiano Dimetacrilato, Canforquinona N-Metil Dietanolamina e Óxido de Alumínio. Pontas sortidas, de cabo marrom, contendo 07 unidades cada caixa. Registro na ANVISA	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ENHANCE/DENTSPLY	0	66,1400	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	DENTSPLY	0	69,1600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	KG	0	75,0000	3
267	PORTA AGULHA MODELO MATHIEU, 14CM	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	37,0000	1
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	37,9000	2

Página: 80/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
268	PORTA AGULHA MODELO MATHIEU, 17 CM	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	43,8900	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	47,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	47,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	53,9800	3
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	54,2600	4
269	Porta-agulha Mayo Hegar 14 cm	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	21,2500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ABC	0	21,4100	2
270	Porta amálgama de plástico autoclavável	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	24,2100	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	6,1000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	7,1800	2

Página: 81/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

271	Porta gaze/algodão em inox com tampa - medidas: 9,5 cm de altura x 8 cm de diâmetro	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FLEXINOX	0	28,8600	1
272	Porta gaze/algodão em inox com tampa - medidas: 10 cm de altura x 9,5 cm de diâmetro	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	FAMI-TA	0	59,0000	1
273	Porta matriz de toflemire	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	PRISMA	0	19,4200	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	22,9500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	23,1700	3
274	Posicionadores para filme radiográfico odontológico - kit com 04 peças, sendo dois posicionadores laterais posteriores superior e inferior, um posicionador frontal e um para exames de bitewing, todos com mordedor em silicone + pote especial que permite a esterilização, em autoclave, das peças em seu interior. Tamanho adulto.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	53,3000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	INDUSBELLO	0	53,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 82/96

Número do Registro de Preços: 8/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	PRISMA	0	64,6400	3
275	Posicionadores para filme radiográfico odontológico - kit com 04 peças, sendo dois posicionadores laterais posteriores superior e inferior, um posicionador frontal e um para exames de bitewing, todos com mordedor em silicone + pote especial que permite a esterilização, em autoclave, das peças em seu interior. Tamanho infantil.	KIT	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	INDUSBELLO	0	55,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	55,0400	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	PRISMA	0	64,6400	3
276	Posicionador para filme radiográfico odontológico interproximal (Bite wing) autoclavável.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	1,9000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	PRISMA	0	2,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAQUIRA	0	9,1000	3
277	Pote DAPPEN de vidro com espessura mínima de 03 mm, sem rebarbas, contendo duas concavidades, sendo a maior com capacidade mínima de 05 ml e a menor com capacidade de 02 ml e altura de aproximadamente 03 cm. Cor Incolor.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	2,2500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	2,4000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	3,0600	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 83/96

Número do Registro de Preços: 8/2016			Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017		
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
278	POTE DAPPEN PLÁSTICO	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	INDUSBELLO	0	1,4500	1
279	Pote organizador com divisórias, em plástico ultraresistente e atóxico. Tamanho aproximado: 28 x 17,5 x 7,5 cm, dividido em 03 partes maiores e 08 menores.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	1,9500	2
280	Pote organizador com divisórias, em plástico ultraresistente e atóxico. Tamanho aproximado: 21 x 10,5 x 4 cm, dividido em 02 partes maiores e 08 menores.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	2,0000	3
281	Pote plástico para acondicionar materiais, ultraresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 40 x 15 x 25 cm, com tampa de fechamento hermético.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROPLAST	0	16,5400	1
282	Pote plástico para acondicionar materiais, ultraresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 20 x 30 x 10,5 cm, com tampa de fechamento hermético.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROPLAST	0	33,9000	1
283	Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com corrente de metal	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PROPLAST	0	32,4500	1
284	Pote plástico para acondicionar materiais, ultraresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 20 x 30 x 10,5 cm, com tampa de fechamento hermético.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	PROPLAST	0	19,6500	1
285	Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com corrente de metal	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	5,2100	1
286	Pote plástico para acondicionar materiais, ultraresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 20 x 30 x 10,5 cm, com tampa de fechamento hermético.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	5,4500	2
287	Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com corrente de metal	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	6,5400	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 84/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

284	Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com fio de silicone - cores sortidas	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	MAC	0	7.8100	1
285	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A1.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
286	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A2.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
287	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A3.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2

Página: 85/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
288	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A3,5.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
289	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor B1.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
290	Resina micro-Híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor B2.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1

Página: 86/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
291	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor C2.	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
292	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60 % em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4 g. Cor OAA2.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 87/96

Número do Registro de Preços: 8/2016								Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
293	Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores, fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60 % em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4 g. Cor OA3.	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	Z250 XT/3M	0	50,0000	1				
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	3M-Z250	0	62,4300	2				
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	3MESPE	0	69,5000	3				
294	Revelador para filme radiográfico dental - composição: água 85/90%, meta bissulfito de sódio 5/10%. Hidroquinona 2% - 475 ml. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 177 (Fixador ...)	FR	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CAITHEC	0	7,2800	1				
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	CLEAN UP	0	8,5000	2				
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	KODAK	0	10,1500	3				
296	Seladora especifica para embalagem de papel grau cirúrgico e filme BOPP . Com 25 cm de área de selagem e 13 mm de espessura da solda. Sistema de selagem tipo barra aquecida. Espessura de selagem de 13 mm. Cor branca. Garantia de 12 meses. 220 V. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item).	UN	CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)	Stermax	0	169,0000	1				
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	STARMAX	0	170,0000	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 88/96

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	SISPACK SELAPACK	PLU 0	207,4800
297	Selante fotopolimerizável branco opaco com 01 seringa de selador com 2g + 03 pontas aplicadoras descartáveis.	KIT	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAX SEAL/MAQUIRA	0	12,0000
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	15,0000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	17,3000
298	Seringa carpule em inox, com refluxo.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	26,0000
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	26,8000
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	30,5900
299	Seringa plástica descartável com agulha 25 x 7 - 10 ml	UN	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	DESCARPACK	0	0,3100
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	DESCARPACK	0	0,3290
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	DESCARPACK	0	0,6500
300	Sindesmótom	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	6,8500

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 89/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	8,1500	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	10,7800	3
302	SOLUÇÃO CONSTITUÍDA DE ÁCIDO PERACÉTICO, PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO E VEÍCULO ESTABILIZANTE: PRONTO PARA USO - NÃO REQUER DILUIÇÃO NEM ATIVAÇÃO. COMPATÍVEL COM AÇO INOXIDÁVEL, LIGAS DE ALUMÍNIO, TECIDO, PLÁSTICOS, BORRACHAS, PORCELANAS ETC. FRASCO DE 01 LITRO.	L	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	RIOQUIMICA	0	45,1500	1
303	Solução de fluoreto de sódio a 0,2% para bochecho, uso semanal. Frasco de 1L. Sabores variados (Morango, Mentá, Tutti-Frutti).	L	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	FLUORSUL/IODONTOSUL	0	8,2700	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	IODONTOSUL	0	11,0400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	IODONTOSUL	0	13,0000	3
304	Solução de Hipoclorito de sódio 1% (de Milton) para uso em odontologia - composição: hipoclorito de sódio 12% a 13% - 8,4% estabilizante e água deionizada - frasco de 01 litro. Registro na ANVISA	FR	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	CICLOFARMA	0	2,6500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	VIC PHARMA	0	3,2600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	ASFER	0	6,0900	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 90/96

Número do Registro de Preços: 8/2016      Data do Registro: 22/06/2016      Válido até: 22/06/2017							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
305	Solução hemostática à base de cloreto de alumínio, indicado para controle de pequenos sangramentos. Não contém epinefrina - 10 ml. Registro na ANVISA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	HEMOLIQTECHNEW	0	12,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	BIODINAMICA	0	12,2000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	17,4000	3
306	Sonda exploradora em aço inox nº 5. Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	4,9000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	FAVA	0	4,9900	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	6,7200	3
307	SONDA OMS	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	17,0000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	17,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	GOLGRAN	0	22,4600	3
308	Sonda periodontal milimetrada em aço inox. Registro na ANVISA	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	TRINKS	0	7,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 91/96

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	ABC	0	17,2000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	19,6800	3
309	Soro fisiológico 0,9%, frasco com 250 ml.	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	EUROFARMA	0	2,5400	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	EQUIPLEX	0	2,5500	2
310	Soro fisiológico 0,9%, frasco com 100 ml.	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	EUROFARMA	0	2,2400	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	EQUIPLEX	0	2,2500	2
311	Spray refrigerante (congelante) para teste de sensibilidade pulpar na temperatura de -50º - 200 ml.	TB	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	ENDO ICE/MAQUIRA	0	19,7000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	19,7500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	21,2800	3

Página: 92/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016 Data do Registro: 22/06/2016 Válido até: 22/06/2017

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
312	Sugador cirúrgico descartável. Características: esterilizado individualmente com óxido etileno; perfeito encaixe na mangueira; saída de ar para sucção constante; haste branca e ponteira verde ou roxa; 18 cm de comprimento. Caixa com 20 unidades.	CX	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	19,7000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MAQUIRA	0	19,7500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	MAQUIRA	0	20,0000	3
313	SUGADOR DE SALIVA COM PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO. VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI. TUBO TRANSPARENTE COM ARAME EM AÇO. COM 40 UNIDADES.	PCTE	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	SSPLUS	0	4,0500	1
			PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)	MAXCLEAN	0	4,1000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SS PLUS	0	4,2900	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME (7486)	W/A	0	4,3500	4
314	Sugador endodôntico descartável, para tratamento endodôntico, com agulha de plástico maleável. Com 20 unidades.	PCTE	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	SSPLUS	0	9,5000	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SS PLUS	0	10,0000	2

Página: 93/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

315	Taça de borracha para profilaxia odontológica - excelente flexibilidade	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	WA	0	13,9500	3
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MICRODONT	0	0,9800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	PREVEN	0	0,9900	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	MICRODONT	0	1,1000	3
316	Tesoura Íris reta - inox - ponta fina. Registro na ANVISA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	13,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	13,1000	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	14,6300	3
317	Tesoura Íris curva - 11,5 cm Registro na ANVISA	UN	DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	GOLGRAN	0	13,0000	1
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	ABC	0	13,0500	2
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	GOLGRAN	0	14,6300	3

Página: 94/96

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016**

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

318	Torneira com acionamento de pedal para consultórios odontológicos. Acionador elétrico para rodapé, de gabinete com regulador de vazão (em inox). Características: Não necessita de outras conexões para instalação. Pressão de operação: vazão mínima de 7 l/min com 0,2kgf/cm e vazão máxima de 40 l/min com 8,0 kgf/cm. Pedal em aço inox (8 cm de largura, 3 cm de comprimento e 6,5 cm de altura). Diâmetro do cabo: 5 mm. Vida útil: mais de 500.000 acionamentos.	UN	MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	CRISTOFOLI	0	147,0000	1
319	TRICRESOL FORMALINA PARA CURATIVO ENDODONTICO - FRASCO COM 10 ML.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	CRISTOFOLI	0	155,0000	2
			MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (8112)	IODONTOSUL	0	4,6500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	BIODINAMICA	0	4,9000	2
			DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)	MAQUIRA	0	5,2100	3
320	VASELINA SOLIDA FRASCO 50G	FR	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	RIOQUIMICA	0	3,9200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	QUIMIDROL	0	4,0000	2
321	Verniz com flúor que contém 5% de fluoreto de sódio em uma base adesiva de resinas naturais. Embalagem contendo 01 frasco com 10 ml de verniz com flúor e 01 frasco com 10 ml de solvente.	FR	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)	FGM	0	13,2500	1
			ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)	SS WHITE	0	16,4900	2

Página: 95/96

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL PRIME- PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP (8109)	FLUORNIZSSWHITE	0	20,3700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 22/06/2016		Válido até: 22/06/2017			
Objeto da Compra:º REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016  
PROCESSO Nº 11/2016

- (7486) - MF DE ALMEIDA & C/A. LTDA - ME
- (7598) - QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -
- (7696) - PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO
- (7737) - TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MEDICO LTDA
- (7738) - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES
- (8015) - CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER
- (8108) - ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA - ME
- (8109) - DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP
- (8110) - GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME
- (8111) - LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME
- (8112) - MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.



**HOMOLOG PL 11/2016 FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 11/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 11/2016 <b>Data do Processo:</b> 02/05/2016
	Folha: 1/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAE LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 11/2016  
b ) Licitação Nr.: 7/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 22/06/2016  
e ) Data da Adjudicação: 22/06/2016 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

					(em Reais R\$)
	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item

**CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER (8015)**

108 Compressor odontológico, isento de óleo, com tanque mínimo de 25 litros, tensão de trabalho de 220 volts/60hz, produção mínima de ar de 08 pés, com nível de ruído menor ou igual a 60 (dB (A)/1m). Capacidade de 1.500 W. Garantia mínima de 12 meses. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: Deltra	UN	12	-	2.417,80	29.013,60
296 Seladora específica para embalagem de papel grau cirúrgico e filme BOPP. Com 25 cm de área de selagem e 13 mm de espessura da solda. Sistema de selagem tipo barra aquecida. Espessura de selagem de 13 mm. Cor branca. Garantia de 12 meses. 220 V. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: Stermax	UN	12	-	169,00	2.028,00

**Total do Fornecido 31.041,60**

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVEMBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 2/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

2 Ácido fosfórico a 37% para condicionamento de esmalte e dentina. Feito de gel de base aquosa contendo ácido fosfórico a 37% e 2% de clorhexidina, sem sílica, com baixa viscosidade e excelente tixotropia. Embalagem com 03 seringas de 2,5 ml cada e 03 ponteiras. Registro na ANVISA - Marca: ACIDO GEL/MAQUIRA	PCTE	150	-	4,95	742,50
4 Agente de união de combinação de primer e adesivo em frasco único, fotopolimerizável, para esmalte e dentina, composto por água e etanol, Bis-GMA. Adesivo com nanotecnologia, contendo partícula de carga de 5nm que proporciona uma excelente adesão à dentina e ao esmalte. Tampa "flip top". Frasco com 6 g - 5,6ml. Registro na ANVISA - Marca: SINGLE BOND/3M	FR	40	-	96,50	3.860,00
6 Agulha gengival para uso odontológico de aço inoxidável, utilização descartável, tamanho 30G curta, características adicionais :bisel trifacetado, siliconizada, estéril, descartável, adaptação perfeita para carpule, diâmetro 0,33 mm. Comprimento 25,4 mm. Esterilizado por óxido de etileno. Cx c/ 100 un - Marca: DENCJET/DFL	CX	40	-	27,38	1.095,20
7 Agulha gengival de aço inoxidável para uso odontológico, descartável, tamanho 30G curta. Características adicionais: bisel trifacetado, siliconizada, estéril, adaptação perfeita para carpule, diâmetro 0,33 mm, comprimento 25,4 mm. Esterilizada por óxido de etileno. Com 100 unidades. - Marca: INJEX	CX	12	-	22,13	265,56
8 Agulha gengival, para uso odontológico de aço inoxidável, utilização descartável, tamanho 27 G longa, características adicionais: bisel trifacetado, siliconizada, estéril, descartável, adaptação perfeita para carpule, cx c/ com 100 unidades - Marca: INJEX	CX	20	-	22,13	442,60
19 Anestésico de uso local (cloridrato de lidocaina a 2% com epinefrina 1:100.000) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA - Marca: ALPHACAINE/DFL	CX	70	-	61,86	4.330,20
35 Bicarbonato de sódio - pó ultra fino para profilaxia e jateamento - sabor natural. Composição: NaCO3 - 99% - 105 microns. Com 40 gramas Registro na ANVISA - Marca: AIRON/MAQUIRA	PCTE	40	-	1,66	66,40
39 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1011 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
40 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 1012. - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	150	-	1,25	187,50

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 3/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

41 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1012 - longa - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	60	-	1,25	75,00
42 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1013 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	120	-	1,25	150,00
43 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA, Nº 1014 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	150	-	1,25	187,50
44 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1015 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	120	-	1,25	150,00
45 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA N. 1016 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
46 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA Nº 1016 LONGA - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
47 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA, Nº 1019 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	60	-	1,25	75,00
48 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA, Nº 1019 LONGA - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
49 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 1091 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
50 broca diamantada alta rotação 1092 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
51 broca diamantada alta rotação 1093 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
52 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1034 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
53 Broca diamantada alta rotação esférica nº 1111 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
54 Broca diamantada alta rotação esférica nº 3017 - longa - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	50	-	1,25	62,50
56 Broca diamantada alta rotação esférica nº 3081 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	40	-	1,25	50,00
57 Broca diamantada alta rotação esférica nº 3082 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	40	-	1,25	50,00
58 Broca diamantada alta rotação esférica nº 3083 - Marca: CHAMPIONMICRODONT	UN	40	-	1,25	50,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 4/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

59 BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO 1190F - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	80	-	1,25	100,00
60 Broca diamantada para acabamento de resina composta 2135F - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	150	-	1,25	187,50
61 Broca diamantada para acabamento de resina composta 2135FF - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	80	-	1,25	100,00
62 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3118F - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
63 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3118FF - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	80	-	1,25	100,00
64 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3168F - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	100	-	1,25	125,00
65 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3168FF - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	80	-	1,25	100,00
66 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3195F - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	150	-	1,25	187,50
67 Broca diamantada para acabamento de resina composta 3195FF - Marca: CHAMPION/MICRODONT	UN	80	-	1,25	100,00
68 Broca alta rotação Zekrya 191Z - uso cirúrgico - Marca: ANGELUS	UN	40	-	20,46	818,40
69 Broca alta rotação Zekrya longa (28mm) - uso cirúrgico - Marca: ANGELUS	UN	20	-	22,22	444,40
70 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 01 CURTA - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	70	-	2,95	206,50
71 Broca de aço esférica baixa rotação nº 01 longa - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	50	-	3,44	172,00
72 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 02 CURTA - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	200	-	2,95	590,00
73 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 02 LONGA - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	150	-	3,44	516,00
74 Broca de aço esférica baixa rotação nº 03 curta - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	100	-	2,95	295,00
75 Broca de aço esférica baixa rotação nº 04 curta - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	200	-	2,95	590,00
76 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 04 LONGA - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	150	-	3,44	516,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVEMBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 5/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

77 Broca de aço esférica baixa rotação nº 05 curta - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	100	-	2,95	295,00
78 Broca de aço esférica baixa rotação nº 06 curta - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	150	-	2,95	442,50
79 Broca de aço esférica baixa rotação nº 06 longa - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	100	-	3,44	344,00
80 Broca de aço esférica baixa rotação nº 08 curta - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	80	-	2,95	236,00
81 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 08 LONGA - Marca: MAILLEFER/DENTSPLY	UN	50	-	3,44	172,00
83 BROQUEIRO DE ALUMINIO PARA 15 BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO - Marca: MAQUIRA	UN	20	-	13,70	274,00
86 Cabo para espelho odontológico em aço inox - universal Registro na ANVISA - Marca: GOLGRAN	UN	100	-	5,37	537,00
95 Cartela em papel cartolina para radiografias periapicais e interproximais - tamanho adulto. Capacidade para duas radiografias. Com 100 unidades. - Marca: DALLAS	PCTE	15	-	5,93	88,95
96 Cartela em papel cartolina para radiografias periapicais e interproximais - tamanho infantil. Capacidade para duas radiografias. Com 100 unidades. - Marca: DALLAS	PCTE	5	-	5,93	29,65
98 CIMENTO A BASE DE IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO DENTAL APRESENTADO NA FORMA DE PÓ (UM FRASCO COM 10G) E LÍQUIDO - ÁCIDO POLIACRÍLICO (UM FRASCO COM 8G), COMPOSIÇÃO BÁSICA: VIDRO DE ALUMINOFLUORSILICATO, ÁCIDO POLICARBOXÍLICO, FUORETO DE CÁLCIO E ÁGUA. EMBALAGEM DEVE CONTER UM FRASCO DE PÓ, UM FRASCO DE LÍQUIDO, UM DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO. - Marca: MAXXION R/FGM	KIT	120	-	14,76	1.771,20
101 Cimento para preenchimento temporário de cavidades, composto de óxido de zinco, parafina, estabilizador, pasta branca 25g (obturador provisório sem eugenol). Registro na ANVISA - Marca: OBTUR/MAQUIRA	FR	20	-	7,40	148,00
102 Clorexidina a 2% para assepsia de preparos cavitários e desinfecção de instrumentos. Frasco com 100 ml. - Marca: MAQUIRA	UN	20	-	6,97	139,40
118 Curativo alveolar, com própolis e iodoformio, sem eugenol - com 10 g Registro na ANVISA - Marca: ALVEOLEX/BIODINÂMICA	UN	15	-	16,20	243,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 6/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

132	Descolador de Molt com ponta delicada (fina) - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	37,78	453,36
133	Desincrustante - Solução ácida revitalizadora para remoção de ferrugem, crostas e oxidação de instrumental de aço inox. Detergente antiferruginoso. Álcool fosfórico, dipropilenoglicolmetiléter, detergente não iônico derivado dos polialquilfenoletoxilados, água. Não utilizável em instrumentos cromados ou de prata - com 200 ml. - Marca: SURGISTAIN/DFL	FR	15	-	43,53	652,95
143	ESCOVA DENTAL MASSAGEADORA EM SILICONE TOTALMENTE ATÓXICO - TEXTURA ULTRAMACIA. PODE SER LAVADA E ESTERILIZADA APÓS CADA USO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE - Marca: MEDFIO	UN	350	-	5,20	1.820,00
144	Escova Robson afilada - branca - para profilaxia em baixa rotação - Marca: MICRODONT	UN	100	-	0,92	92,00
145	ESCOVA ROBSON RETA - BRANCA - PARA PROFILAXIA EM BAIXA ROTAÇÃO - Marca: MICRODONT	UN	250	-	0,98	245,00
156	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 3 - Marca: MIRAGE/BARASCH	UN	120	-	2,64	316,80
160	Evidenciador de placa bacteriana em pastilhas, com fórmula à base de fucsina básica (corante vermelho). Com 120 pastilhas. Registro na ANVISA - Marca: VISUPLAC/MAQUIRA	CX	12	-	13,30	159,60
161	EXTIRPA NERVOS - BRANCO - COMPRIMENTO 21 MM - COM 10 UNIDADES. - Marca: QUIMIDROL	CX	30	-	19,20	576,00
163	Extirpa nervos - amarelo - comprimento 21 mm - com 10 unidades. - Marca: VDW	CX	10	-	20,30	203,00
164	Extirpa nervos - azul - comprimento 21 mm - com 10 unidades. - Marca: VDW	CX	10	-	19,40	194,00
165	Extirpa nervos - vermelho com 10 unidades, comprimento 21mm - Marca: VDW	CX	5	-	19,40	97,00
166	Filme dental adulto para radiografia periapical e interproximal comprimento 4 cm, largura 3 cm caixa com 150 unidades - Marca: AGFA/HERAEUS KULZER	CX	12	-	77,42	929,04
171	Fio de sutura para uso odontológico - nylon 4-0. Com agulha CT ½ - 1,5 cm, atraumática (triangular) - esterilizado por radiação gamma ou oxido de etileno. Comprimento fio: 45 cm. Com 24 unidades. Registro na ANVISA - Marca: TECHNEW	CX	20	-	28,20	564,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b></p> <p>CNPJ: 10.594.533/0001-00  AV. XV DE NOVENBRO, 223  C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 7/2016 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 11/2016  Processo de Licitação: 11/2016  Data do Processo: 02/05/2016</p>
	Folha: 7/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

172 Fio de sutura para uso odontológico - seda preta trançada - 3,0 mm - montado em agulha ½ atraumática, corpo triangular - esterilizado - uso único (descartável) - comprimento 45 cm. com 24 envelopes. Registro na ANVISA - Marca: TECHNEW	CX	15	-	27,00	405,00
173 Fio de sutura para uso odontológico - seda preta trançada - 4,0 mm - montada em agulha ½ atraumática - esterilizado - uso único - comprimento 45 cm - com 24 envelopes. Registro na ANVISA - Marca: TECHNEW	CX	25	-	27,00	675,00
174 Fio retrator gengival, 100% algodão egípcio, trançado e com fibras paralelas. Frasco com 250 cm de fio. Tamanho nr. 00 extra-fino, amarelo com preto. - Marca: PRORETRACT/FGM	UN	12	-	16,20	194,40
179 FORCEPS ADULTO EM AÇO INOXIDÁVEL Nº150 - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
180 Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 151 - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
181 Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 65 - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
182 Fôrceps adulto em aço inoxidável nº 17 - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
183 Fôrceps adulto nº 18L, em inox - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
184 Fôrceps adulto nº 18 R, em inox - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
185 FÓRCEPS Nº 65 INFANTIL - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	49,00	588,00
193 Indicador biológico auto-contido com tempo de incubação de até 24 horas para resultados de mudança de cor por pH (tem como finalidade a monitoração de ciclos de esterilização à vapor de 121°C a 135°C). Cada ampola deve possuir: população mínima de 106 ou 105 esporos bacterianos do tipo Geobacillus stearothermophilus contidos em disco ou fita de papel; rótulo com indicador químico de processo que muda de cor quando exposto ao ciclo de esterilização; ampola de vidro contendo meio de cultura; filtro hidrofóbico; tampa e corpo plástico flexível. Os indicadores podem ser incubados em qualquer incubadora para indicadores biológicos com temperatura entre 56 a 60°C. Caixa contendo 10 ampolas. Prazo mínimo de validade igual ou superior a 01 ano. - Marca: MAQUIRA	KIT	300	-	53,85	16.155,00
199 Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores, em 04 granulações (grossa, média, fina e extra fina) com centro metálico para facilitar o encaixe sob pressão no mandril. Tamanhos: 3/8 e 1/2. Com 60 discos sortidos e 01 mandril. - Marca: PRAXIS/TDV	KIT	20	-	105,14	2.102,80

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 8/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

200 Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores - refil 1/2" - 30 discos de lixa grossa (verde escuro) com centro metálico para facilitar o encaixe sob pressão no mandril. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 199 (kit de discos...) - Marca: TDV	KIT	20	-	45,00	900,00
204 Kit de material restaurador intermediário - IRM - líquido 15 ml / pó 38g (cor marfim) - a base de óxido de zinco e eugenol para restaurações provisórias de longa espera (até 02 anos) - uso odontológico, em caixa (pó contendo óxido de zinco poli metacrilato de metila e líquido contendo eugenol 99,5% e ácido acético 0,5% Registro na ANVISA - Marca: IRM/DENTSPLY	KIT	30	-	56,64	1.699,20
206 Lâmina descartável de bisturi - em aço carbono, formato anatômico - nº 12 - esterilizada - descartável - embalada individualmente - com 100 unidades. - Marca: SOLIDOR/LAMEDID	CX	12	-	22,50	270,00
208 Liga de amálgama (limalha) - 30g - Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 244 (Mercúrio Vivo...) - Registro na ANVISA - Marca: VEVALLLOY/SSWHITE	FR	40	-	213,50	8.540,00
211 LIMA OSSEA SELDIN (DENTES RETOS) - Marca: GOLGRAN	UN	12	-	35,25	423,00
214 Lubrificante em spray - clorofluorcarbono alta e baixa rotação, com 02 bicos lubrificantes e papel absorvente - 200 ml / 143 gr. - Marca: MAQUIRA	TB	120	-	15,50	1.860,00
224 Máscara cirúrgica, descartável, 03 camadas, pregas horizontais, atóxica, fixação com elástico. Com clipe nasal de 16 cm de comprimento, revestido e de fácil ajuste. Hipoalergênica. Filtro bacteriológico 98/99%. Cor branca. Caixa com 50 unidades. - Marca: EMBRAMAC	CX	250	-	4,90	1.225,00
225 Máscara cirúrgica, descartável, 03 camadas, pregas horizontais, atóxica, fixação com tiras (de amarrar). Com clipe nasal de 16 cm de comprimento, revestido e de fácil ajuste. Hipoalergênica. Filtro bacteriológico 98/99%. Cor branca. Caixa com 50 unidades. - Marca: DESCARPACK	CX	70	-	6,40	448,00
242 Medicação para tratamento de polpas vivas com inflamação. Composição de sulfato de polimixina B 10.000 U.I., sulfato de neomicina 05 mg, hidrocortisona 10 mg. Com 10 ml. Registro na ANVISA - Marca: OTOSPORIN/FQM	FR	24	-	13,14	315,36
244 Mercúrio vivo - frasco com 100g Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 208 (Liga de amálgama...) - Registro na ANVISA - Marca: K DENT/QUIMIDROL	FR	30	-	151,32	4.539,60

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 9/31

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)

245 Microbrush - aplicadores descartáveis extra-fino (1/16 de gota) com hastes dobráveis facilitando a deposição do material a ser aplicado. Com nano partículas. Tubo com 100 unidades. - Marca: CAVIBRUSH/FGM	TB	40	-	5,93	237,20
246 Microbrush - aplicadores descartáveis extra-finos (1/8 de gota) com hastes dobráveis facilitando a deposição do material a ser aplicado. Com nano partículas. Com 100 unidades. - Marca: CAVIBRUSH/FGM	TB	40	-	5,93	237,20
252 Papel carbono articular - cópia extremamente fiel (não borra), fino (com espessura 0,02 mm e 10 cm de comprimento cada folha. Bloco com 12 folhas Registro na ANVISA - Marca: CONTACTO/ANGELUS	BLC	60	-	8,90	534,00
260 Pinça hemostática curva 14 cm - Marca: GOLGRAN	UN	20	-	21,00	420,00
261 Pinça hemostática reta 14 cm - Marca: GOLGRAN	UN	20	-	21,00	420,00
262 PLACA DE VIDRO 15CMX 7,5CMX1CM COM BORDAS POLIDAS - Marca: DMS	UN	12	-	5,93	71,16
263 PLACA DE VIDRO DE 80MMX150MMX6MM, COM BORDAS POLIDAS - Marca: DMS	UN	12	-	4,92	59,04
266 Pontas de borracha para acabamento de resina composta. Composição: Tripolímero (estirino-Butodieno-Metacrilato de Metila), Sílica Piroclítica Silanizada, Uretano Dimetacrilato, Canforoquinona N-Metil Dietanolomina e Óxido de Alumínio. Pontas sortidas, de cabo marrom, contendo 07 unidades cada caixa. Registro na ANVISA - Marca: ENHANCE/DENTSPLY	KIT	40	-	66,14	2.645,60
268 PORTA AGULHA MODELO MATHIEU, 17 CM - Marca: GOLGRAN	UN	15	-	47,00	705,00
270 Porta amálgama de plástico autoclavável - Marca: MAQUIRA	UN	20	-	6,10	122,00
272 Porta gaze/algodão em inox com tampa - medidas: 10 cm de altura x 9,5 cm de diâmetro - Marca: FAMI-TA	UN	25	-	59,00	1.475,00
276 Posicionador para filme radiográfico odontológico interproximal (Bite wing) autoclavável. - Marca: MAQUIRA	UN	15	-	1,90	28,50
283 Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com corrente de metal - Marca: MAQUIRA	UN	12	-	5,21	62,52
285 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A1. - Marca: Z250 XT/3M	UN	20	-	50,00	1.000,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b></p> <p>CNPJ: 10.594.533/0001-00  AV. XV DE NOVENBRO, 223  C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 7/2016 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 11/2016  Processo de Licitação: 11/2016  Data do Processo: 02/05/2016</p>
	Folha: 10/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

286 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A2. - Marca: Z250 XT/3M	UN	80	-	50,00	4.000,00
287 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A3. - Marca: Z250 XT/3M	UN	80	-	50,00	4.000,00
288 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor A3.5. - Marca: Z250 XT/3M	UN	60	-	50,00	3.000,00
289 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor B1. - Marca: Z250 XT/3M	UN	20	-	50,00	1.000,00
290 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor B2. - Marca: Z250 XT/3M	UN	15	-	50,00	750,00
291 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60% em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4g. Cor C2. - Marca: Z250 XT/3M	UN	10	-	50,00	500,00
292 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60 % em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4 g. Cor OA2. - Marca: Z250 XT/3M	UN	60	-	50,00	3.000,00
293 Resina micro-híbrida universal para dentes anteriores e posteriores fotopolimerizável e radiopaca, matriz orgânica Bis-GMA, UDMA, Bis-HEMA e matriz inorgânica de zircônia sílica com 82% em peso e 60 % em volume. Tamanho médio das partículas de 0,6 micrômetros. Seringa com 4 g. Cor OA3. - Marca: Z250 XT/3M	UN	60	-	50,00	3.000,00
297 Selante fotopolimerizável branco opaco com 01 seringa de selador com 2g + 03 pontas aplicadoras descartáveis. - Marca: MAX SEAL/MAQUIRA	KIT	25	-	12,00	300,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 11/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSP (8109)**

303 Solução de fluoreto de sódio a 0,2% para bochecho, uso semanal. Frasco de 1L. Sabores variados (Morango, Menta, Tutti-Frutti). - Marca: FLUORSUL/IODONTOSUL	L	100	-	8,27	827,00
305 Solução hemostática à base de cloreto de alumínio, indicado para controle de pequenos sangramentos. Não contém epinefrina - 10 ml. Registro na ANVISA - Marca: HEMOLIQ/TECHNEW	UN	20	-	12,00	240,00
307 SONDA OMS - Marca: GOLGRAN	UN	50	-	17,00	850,00
311 Spray refrigerante (congelante) para teste de sensibilidade pulpar na temperatura de -50º - 200 ml. - Marca: ENDO ICE/MAQUIRA	TB	20	-	19,70	394,00
312 Sugador cirúrgico descartável. Características: esterilizado individualmente com óxido etileno; perfeito encaixe na mangueira; saída de ar para sucção constante; haste branca e ponteira verde ou roxa; 18 cm de comprimento. Caixa com 20 unidades. - Marca: MAQUIRA	CX	50	-	19,70	985,00
314 Sugador endodôntico descartável, para tratamento endodôntico, com agulha de plástico maleável. Com 20 unidades. - Marca: SSPLUS	PCTE	100	-	9,50	950,00
315 Taça de borracha para profilaxia odontológica - excelente flexibilidade - Marca: MICRODONT	UN	70	-	0,98	68,60
316 Tesoura Íris reta - inox - ponta fina. Registro na ANVISA - Marca: GOLGRAN	UN	20	-	13,00	260,00
317 Tesoura Íris curva - 11,5 cm Registro na ANVISA - Marca: GOLGRAN	UN	30	-	13,00	390,00

**Total do Fornecido 105.349,39**

**GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)**

113 CREME DENTAL ADULTO. COM 50 GR. - Marca: ICE FRESH	TB	4600	-	0,88	4.048,00
115 Tubos de creme dental infantil, com flúor 50g - Marca: ALG KIDS	UN	3500	-	1,68	5.880,00
141 Escova dental adulto - cerdas retas e macias - várias cores (com protetor de cerdas). - Marca: DENTAL K	UN	10000	-	0,46	4.600,00
142 Escova dental infantil - cerdas retas e macias - cabo reto - várias cores (com protetor de cerdas). - Marca: DENTAL K	UN	10000	-	0,41	4.100,00
168 Rolo de fio dental c/ 100 m. , cor branca - Marca: ALG	RL	12	-	1,40	16,80
169 Fio dental com 50 m - cor branca - Marca: ALG	RL	5500	-	1,00	5.500,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b></p> <p>CNPJ: 10.594.533/0001-00  AV. XV DE NOVENBRO, 223  C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 7/2016 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 11/2016  Processo de Licitação: 11/2016  Data do Processo: 02/05/2016</p>
	Folha: 12/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME (8110)**

170 Rolo de fio dental - 500 m, cor branca - Marca: ALG	RL	20	-	5,28	105,60
<b>Total do Fornecido</b>					<b>24.250,40</b>

**LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME (8111)**

17 Amalgamador vibrador para amálgamas em cápsulas pré dosificadas. Com dupla voltagem (110/240 V) e microprocessador digital de alta precisão para controlar o tempo, que proporcione uma trituração consistente e acurada, assegurando ótimo manuseio e características clínicas do material misturado, podendo regular o tempo entre 0 e 16 segundos. Com trava de segurança que interrompa automaticamente a trituração quando a tampa é aberta, alta velocidade, praticidade, alta frequência de trituração, com mínima vibração do aparelho, extremamente silencioso com, no mínimo, 4.000 oscilações por minuto, que utilize pouca energia. Garantia mínima: 01 ano. Dimensões aproximadas: 22 x 17 x 18 cm. Peso aproximado: 2,7 kg. Registro na ANVISA (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: ECEL	UN	12	-	486,00	5.832,00
26 Autoclave com capacidade de 21 litros. Câmara/cuba confeccionada em aço inoxidável. Ciclo totalmente automático contendo indicação das fases do ciclo através de sinal sonoro e display luminoso. Fases do ciclo (desaeração, despressurização e secagem) totalmente automáticas. Secagem com porta fechada. Pressão para esterilização entre 1,7 a 1,9 Kgl/cm2. Temperatura de esterilização de 121º a 134º. Acessórios mínimos: 02 bandejas, 01 suporte, copo graduado e manual de instrução. Alimentação elétrica: 220 V. Produzida dentro das normas ISO 9001 e BPF (Boas Práticas de Fabricação). Garantia mínima: 01 ano. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: BS EQUIPAMENTOS	UN	20	-	2.537,50	50.750,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b></p> <p>CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 11/2016 Processo de Licitação: 11/2016 Data do Processo: 02/05/2016</p>
	Folha: 13/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME (8111)**

27 Autoclave com capacidade de 54 litros. Câmara/cuba confeccionada em aço inoxidável. Ciclo totalmente automático contendo indicação das fases do ciclo através de sinal sonoro e display luminoso. Fases do ciclo (desaeração, despressurização e secagem) totalmente automáticas. Secagem com porta fechada. Pressão para esterilização entre 1,7 a 1,9 Kg/cm2. Temperatura de esterilização de 121º a 134º. Acessórios mínimos: 02 bandejas, 01 suporte, copo graduado e manual de instrução. Alimentação elétrica: 220 V. Produzida dentro das normas ISO 9001 e BPF (Boas Práticas de Fabricação). Garantia mínima: 01 ano. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: BS EQUIPAMENTOS	UN	4	-	5.075,00	20.300,00
---	----	---	---	----------	-----------

**Total do Fornecido 76.882,00**

**MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (8112)**

1 Abridor de boca infantil em silicone, que permita esterilização em autoclave a 134°C. Dimensões: 30 x 25 x 18 mm Registro na ANVISA - Marca: MAQUIRA	UN	15	-	3,15	47,25
25 Aplicador de hidróxido de cálcio em pasta - duplo angulado. - Marca: ABC	UN	12	-	6,00	72,00
29 BIBEIRO ODONTOLOGICO PLASTICO ADULTO, COM VELCRO - Marca: JON	UN	50	-	5,40	270,00
34 BANDEJA DE INOX 22 CM DE COMPRIMENTO POR 09 CM DE LARGURA - Marca: AÇONOX	UN	40	-	11,40	456,00
55 Broca diamantada alta rotação esférica nº 3080 - Marca: FAVA	UN	40	-	1,45	58,00
85 Cabo de bisturi Registro na ANVISA - Marca: FAVA	UN	15	-	6,05	90,75
92 Capa para seringa carpule no formato de jacaré, esterilizável. Embalagem contendo 01 jacaré rosa, 02 jacarés verdes e 03 cartelas de adesivo. - Marca: ANGELUS	KIT	15	-	35,00	525,00
99 Cimento de hidróxido de cálcio radiopaco, com 01 tubo de pasta base 13g, 01 tubo de pasta catalisadora 13g e 01 bloco para mistura. - Marca: TECHNEW	KIT	30	-	16,95	508,50
100 Cimento de ionômero de vidro para restauração com tripla presa: auto, foto e reação redox e liberação de flúor. Kit com 5 g de pó, 2,5 ml de líquido, 2 ml de primer e 2 ml de glazer. Cor A2. Registro na ANVISA - Marca: DFL	KIT	100	-	166,20	16.620,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 14/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - (8112)**

104 Clorexidina a 0,12% para desinfecção intra-oral. Frasco com 25( ml. - Marca: VIC PHAMA	UN	80	-	8,55	684,00
140 Escova de aço para limpeza de brocas - cabo plástico - Marca: IODONTOSUL	UN	20	-	4,05	81,00
147 Esculpidor Hollemback 3S Registro na ANVISA - Marca: FAVA	UN	20	-	4,90	98,00
149 ESPATULA DUPLA N50 CABO OITAVADO - Marca: FAVA	UN	12	-	5,75	69,00
150 Espátula de manipulação nº 24 - Marca: FAVA	UN	20	-	6,90	138,00
151 Espátula de manipulação nº 36 - Marca: FAVA	UN	10	-	6,90	69,00
152 Espátula de inserção nº 1 Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	30	-	4,50	135,00
155 ESPATULA DE RESINA EM TITANIO PARA INSERÇÃO MATERIAL RESTAURADOR Nº04 - Marca: PRISMA	UN	10	-	37,03	370,30
157 Espelho de mão, com medida aproximada de 17 x 9 cm (em formato de dente molar) - Marca: ORTOGUARU	UN	12	-	16,95	203,40
158 Espelho primeiro plano em aço inox nº 05 - uso odontológico - sem cabo - diâmetro 24 mm. - Marca: IODONTOSUL	UN	320	-	2,20	704,00
162 Extirpa nervos - rosa - comprimento 21 mm - com 10 unidades. - Marca: QUIMIDROL	CX	20	-	20,65	413,00
207 Lâmina descartável de bisturi - em aço carbono, formato anatômico - nº 15C - esterilizada - descartável - embalada individualmente - com 100 unidades. - Marca: PROCARE	CX	5	-	19,70	98,50
221 LUVA PLASTICA (SOBRELUVA) PACOTE COM 100 UNIDADES - Marca: BIOSERVICE	PCTE	12	-	2,50	30,00
253 Paramonoclorofenol canforado frasco c/ 20 ml - Marca: IODONTOSUL	FR	10	-	4,55	45,50
254 Passa fio - com 25 unidades - Marca: MAQUIRA	CX	30	-	2,75	82,50
258 Pedra pomes em pó para uso odontológico, com granulação extrafina, atóxico, inodoro, de fácil remoção. Com 1kg. - Marca: IODONTOSUL	UN	10	-	3,15	31,50
267 PORTA AGULHA MODELO MATHIEU, 14CM - Marca: ABC	UN	15	-	37,00	555,00
269 Porta-agulha Mayo Hegar 14 cm - Marca: ABC	UN	20	-	21,25	425,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 15/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MADRIDENT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - (8112)**

275	Posicionadores para filme radiográfico odontológico - kit com 04 peças, sendo dois posicionadores laterais posteriores superior e inferior, um posicionador frontal e um para exames de bitewing, todos com mordedor em silicone + pote especial que permite a esterilização, em autoclave, das peças em seu interior. Tamanho infantil. - Marca: INDUSBELLO	KIT	2	-	55,00	110,00
277	Pote DAPPEN de vidro com espessura mínima de 03 mm, sem rebarbas, contendo duas concavidades, sendo a maior com capacidade mínima de 05 ml e a menor com capacidade de 02 ml e altura de aproximadamente 03 cm. Cor incolor. - Marca: IODONTOSUL	UN	20	-	2,25	45,00
278	POTE DAPPEN PLÁSTICO - Marca: INDUSBELLO	UN	20	-	1,45	29,00
300	Sindesmótomo - Marca: ABC	UN	20	-	6,85	137,00
304	Solução de Hipoclorito de sódio 1% (de Milton) para uso em odontologia - composição: hipoclorito de sódio 12% a 13% -8,4% estabilizante e água deionizada - frasco de 01 litro. Registro na ANVISA - Marca: CICLOFARMA	FR	50	-	2,65	132,50
313	SUGADOR DE SALIVA COM PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO. VAZADA E AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE TUTTI-FRUTTI. TUBO TRANSPARENTE COM ARAME EM AÇO. COM 40 UNIDADES. - Marca: SSPLUS	PCTE	800	-	4,05	3.240,00
318	Torneira com acionamento de pedal para consultórios odontológicos. Acionador elétrico para rodapé, de gabinete com regulador de vazão (em inox). Características: Não necessita de outras conexões para instalação. Pressão de operação: vazão mínima de 7 l/min com 0,2kgf/cm e vazão máxima de 40 l/min com 8,0 kgf/cm. Pedal em aço inox (8 cm de largura, 3 cm de comprimento e 6,5 cm de altura). Diâmetro do cabo: 5 mm. Vida útil: mais de 500.000 acionamentos. - Marca: CRISTOFOLI	UN	30	-	147,00	4.410,00
319	TRICRESOL FORMALINA PARA CURATIVO ENDODONTICO - FRASCO COM 10 ML. - Marca: IODONTOSUL	UN	30	-	4,65	139,50
<b>Total do Fornecido</b>						<b>31.123,20</b>

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME - (7486)**

9	Alavanca Seldin reta - adulto - cabo grosso Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	15	-	16,96	254,40
10	Alavanca Seldin - adulto - bandeirinha direita Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	10	-	16,922	169,22
11	Alavanca Seldin - adulto - bandeirinha esquerda Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	10	-	16,92	169,20

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 16/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

14 Almotolia plástica para acondicionamento de líquidos - capacidade 250 ml. Cor escura. - Marca: JPROLAB	UN	30	-	2,45	73,50
15 Almotolia plástica para acondicionamento de líquidos - capacidade 100 ml - Marca: JPROLAB	UN	30	-	1,75	52,50
16 ALVEOLÓTOMO CURVO - Marca: TRINKS	UN	3	-	54,50	163,50
30 Babeliro de plástico p/ proteção do paciente (infantil), fixação c/ velcro - Marca: JON	UN	30	-	4,50	135,00
31 Banda matriz em aço inox, para porta matriz - dimensões: 0,05 x 7x 500 mm. Registro na ANVISA - Marca: PREVEN	RL	30	-	1,12	33,60
32 Banda matriz em aço inox, para porta matriz - dimensões: 0,05 x 5 x 500 mm. Registro na ANVISA - Marca: PREVEN	RL	200	-	1,00	200,00
33 Bandeja de coluna giratória. Capacidade mínima 5 kg, com movimentos giratórios de 360º, possibilidade de acoplamento em colunas de diâmetro que variam de 1" ½ a 2". Confeccionada em material plástico. Cores: branca, bege ou gelo. Dimensões aproximadas da bandeja: 28 x 35 x 2,5 cm (L x C x A) - Marca: PRISMA	UN	12	-	130,00	1.560,00
84 Brunidor para amálgama nº 29 - Marca: TRINKS	UN	12	-	5,17	62,04
88 Caixa metálica em inox com tampa. Dimensões 10 x 20 x 5,5 cm - Marca: FLEXINOX	UN	20	-	40,05	801,00
89 Calçador Ward nº 02 - Marca: TRINKS	UN	12	-	5,42	65,04
90 Calçador Ward nº 05 - Marca: TRINKS	UN	12	-	5,42	65,04
97 Chave para insertos de ultrassom odontológico (Scaler Jet - Kondortech) - Marca: KONDORTECH	UN	2	-	80,00	160,00
112 Cotonetes - com 150 unidades - Marca: BELLACOTTON	CX	100	-	2,00	200,00
119 Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 05 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante - Marca: TRINKS	UN	30	-	4,06	121,80
120 Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 17 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante - Marca: TRINKS	UN	50	-	4,57	228,50
121 Cureta de aço inox para dentina - escavador de dentina nº 18 com parte ativa bem fina (delicada) e cortante - Marca: TRINKS	UN	50	-	5,42	271,00
122 Cureta de dentina infantil - escavador de dentina com parte ativa bem fina (delicada) e cortante - Marca: TRINKS	UN	50	-	5,10	255,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 17/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

123 Cureta de aço inox periodontal Gracey 5-6, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
124 Cureta de aço inox periodontal Gracey 7-8, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
125 Cureta de aço inox periodontal Gracey 11-12, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
126 Cureta de aço inox periodontal Gracey 13-14, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
127 Cureta de aço inox periodontal Mc Call 13-14, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
128 Cureta de aço inox periodontal Mc Call 17-18, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
129 Cureta de aço inox periodontal Mc Call 1-10, desenvolvida com cabo leve e de maior espessura (8 mm - cabo oco) para proporcionar maior aderência (empunhadura) nas mãos do profissional Registro na ANVISA - Marca: ABC	UN	50	-	15,17	758,50
130 DEDEIRA DE BORRACHA PARA AMÁLGAMA - Marca: JON	UN	12	-	2,15	25,80
146 Escovinha de unha, para limpeza de material odontológico - Marca: BIGOLIN	UN	80	-	2,60	208,00
148 Esculpidor Hollembach 3SS Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	20	-	5,00	100,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 18/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

153	ESPÁTULA DE MADEIRA (ABAIXADOR DE LÍNGUA) COM 100 UN. - Marca: ESTILO	PCTE	60	-	3,15	189,00
167	Filme dental infantil para radiografia periapical e interproximal comprimento 3,5 cm, largura 2,20 cm, caixa c/ 100 unidades - Marca: PROGRAD	CX	2	-	135,30	270,60
177	Fixador para uso em filme radiográfico dental, com aplicação e processamento manual - composição: água 80/85%, tiossulfato de amônio 5/10%, tiocianato de amônio 5/10% - Frasco com 475 ml (Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item nº 294 - Revelador...) - Marca: CITHEC	FR	20	-	7,28	145,60
187	Gaveteiro clínico com rodízios. Composto por 03 gavetas de 6 cm e 04 gavetas de 12 cm, ambas com bojos em ABS cantos arredondados. Confeccionado em MDF ou compensado de 15 mm (colagem fenólica), revestimento interno em laminado melaminico decorativo brilhante. Revestimento externo em laminado melaminico decorativo texturizado. Puxadores em alumínio modelo Europeu com ponteiros cromados e pintura epóxi. Gavetas plásticas em poliestireno 4 mm moldadas em vácuo-forming sem cantos vivos, conforme norma da vigilância sanitária. Fácil assepsia. Não acumula sujeira (por não possuir cantos vivos). Gavetas também fabricadas em madeira. Tampo, confeccionado em MDF ou compensado de 30 mm, (colagem fenólica), revestimento em laminado melaminico decorativo texturizado. Frente das gavetas, confeccionada em "MDF" de 18 mm de espessura Post-Forming horizontal com linhas arredondadas e revestido interna e externamente com alta qualidade no acabamento. Rodízios em nylon rígido de alta resistência, facilitando a movimentação do armário em diversos tipos de pisos. Módulos com fundos individuais. Peso líquido: 35 kg. Cor Branca. Medidas externas: largura 50 cm X altura do tampo 80 cm x profundidade 51 cm. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: HAYDEE	UN	8	-	1.200,00	9.600,00
188	GORRO DESCARTAVEL COM ELASTICO PARA USO ODONTOLOGICO- COR BRANCA PACOTE COM 100 UN - Marca: DESCARPACK	PCTE	50	-	6,00	300,00
190	Guardanapo branco liso, tamanho pequeno (23,5 x 22 cm). Pacote com 50 unidades - Marca: BOB	PCTE	50	-	3,27	163,50
191	Guardanapo branco liso, tamanho grande (33 x 33 cm). Pacote com 50 unidades. - Marca: BOB	PCTE	500	-	4,10	2.050,00
195	Inserto (ponta) para ultrassom odontológico modelo perio universal (Scaler Jet - Kondortech) - Marca: KONDORTECH	UN	12	-	110,00	1.320,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 19/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

196	Inserto (ponta) para ultrassom odontológico modelo perio universal (GNATUS) - Marca: GNATUS	UN	12	-	105,00	1.260,00
197	Kit de alavancas infantis Seldin, com 03 unidades: (reta / direita / esquerda) - com cabo grosso. - Marca: ABC	KIT	12	-	58,21	698,52
198	Kit de discos de lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores, em 04 granulações (grossa, média, fina e extra fina) e nos tamanhos de 8 e 12 mm de diâmetro. Kit com 56 discos sortidos + 1 mandril. Com sistema de encaixe rápido que facilita seu acoplamento ao mandril. Sem partes metálicas na superfície do disco. - Marca: FGM	KIT	20	-	65,70	1.314,00
202	Kit de feltros natural utilizados para suportar pastas e abrasivos para polimento de superfícies, tamanhos 8 e/ou 12 mm, com 24 unidades e um mandril. - Marca: FGM	KIT	12	-	25,85	310,20
203	Kit de instrumentos de Frham com 03 unidades (reta / direita / esquerda) - Marca: TRINKS	KIT	12	-	18,74	224,88
205	Lâmina descartável de bisturi - material aço carbono, formato anatômico nº 15, esterilizada, descartável, embalada individualmente - com 100 unidades. - Marca: LABOR	CX	12	-	19,13	229,56
213	Lixa de poliéster em tiras de 4 mm de largura e 170 mm de comprimento, para acabamento e polimento em superfícies proximais de restaurações realizadas com resina composta e ionômero de vidro. Com duas granulações: grossa (cinza) e média (branca). Com centro neutro (sem abrasivo) para facilitar a introdução nas superfícies interproximais dos dentes. Com 150 unidades. Registro na ANVISA - Marca: PREVEN	PCTE	40	-	6,38	255,20
222	Maleta para primeiros socorros e/ou medicamentos - com bandeja deslizante e 07 divisões - matéria-prima 100% virgem - alça para cadeado - dimensões aproximadas: 31 x 15 x 13 cm - Marca: RESGATE SP	UN	20	-	45,00	900,00
223	Maleta para primeiros socorros com 03 bandejas articuladas, 15 divisões e tampa na bandeja superior. Com alça para cadeado. Composição: polipropileno. Dimensões aproximadas: 37 x 19 x 19 cm. - Marca: RESGATE SP	UN	20	-	88,00	1.760,00
226	Material educativo: balão temático Odontologia - balão de encher. Confeccionado em borracha. Cores sortidas. Com 25 unidades - Marca: ODONTOMAR	PCTE	50	-	18,00	900,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 20/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

227 Material educativo: boneca pedagógica que representa uma criança que está na fase de erupção dentária e demonstra sua primeira dentição. Possui dente e língua retráteis. Incluso vestido, fralda, escova de dentes, dedeira de silicone para escovação dentária do bebê, mini revista de saúde bucal, 03 diagramas explicativos, creme dental, mamadeira, bolacha e mordedor. Dimensões aproximadas: 35 x 16 x 11 cm. Peso aproximado: 3 kg - Marca: PREV. EXPRESS	KIT	4	-	500,00	2.000,00
228 Material educativo: Boton Conclusão de Tratamento Odontológico, feito de plástico. Embalagem com 24 unidades de cores e modelos sortidos. Dimensões aproximadas: 8 x 5 cm. - Marca: ODONTOMAR	PCTE	40	-	27,00	1.080,00
229 Material educativo: carimbos infantis coloridos, sortidos, com motivos odontológicos. Embalagem com 24 unidades sortidas - Marca: PREV. EXPRESS	KIT	15	-	57,00	855,00
231 Material educativo: chaveiros metálicos com motivos odontológicos, sortidos, coloridos. Pacote com 30 unidades. - Marca: PREV. EXPRESS	PCTE	50	-	40,00	2.000,00
232 Material educativo: Jogo Corrida do Dr Crocodente - jogo sobre saúde bucal em forma de tapete, medindo 2,0 x 2,0 metros, impressão em 04 cores de tinta digital em lona branca com laminação de adesivos especial para piso, dado de pelúcia medindo 0,40 x 0,40 metros e embalagem para transporte. - Marca: PREV. EXPRESS	KIT	4	-	700,00	2.800,00
233 Material educativo: Jogo Lupa Mágica - jogo para motivação em saúde bucal, lâmina de PVC de 2 mm medindo 60 x 50 cm, com alça metálica, corrente, bolsa para transporte e figuras coloridas sobre saúde bucal. O jogo consiste em identificar hábitos positivos para saúde bucal. - Marca: PREV. EXPRESS	KIT	4	-	148,00	592,00
234 Material educativo: kit de borrachas coloridas com temas voltados a área de odontologia (borrachas escolares para apagar grafite) com aproximadamente 2,5 x 2,3 cm cada peça. Embalagem com 50 unidades. - Marca: ODONTOMAR	KIT	60	-	25,00	1.500,00
235 Material educativo: livros de histórias com tema saúde bucal (06 tipos diferentes) - Marca: PREV. EXPRESS	KIT	50	-	75,00	3.750,00
236 Material educativo: macro arcada dentária + macro escova - Marca: ODONTOMAR	KIT	5	-	148,00	740,00
238 Material educativo: macro modelo de evolução da cárie - modelo em resina, deve abrir e fechar, para demonstração correta das fases: dente hígido, cárie em esmalte, cárie em dentina, cárie atingiu canal. Dimensões: 6 cm largura x 19 cm comprimento. Peso 310 g - Marca: ODONTOMAR	KIT	5	-	89,00	445,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 21/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

239	Material educativo: macro modelo de evolução da periodontia - macro modelo da mandíbula em resina que demonstra as seguintes fases: gengiva saudável, gengivite, doença periodontal com retração gengival e perda óssea. - Marca: ODONTOMAR	KIT	5	-	89,00	445,00
240	Material educativo: porta dentinho de plástico com cordão para pendurar no pescoço. Com 36 unidades. - Marca: ODONTOMAR	PCTE	40	-	19,30	772,00
248	Mini-incubadora. Desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclave a vapor. Resultados podem ser obtidos de 12 a 48 horas. Com indicador luminoso para monitorização visual do equipamento quando estiver em funcionamento e capacidade para incubar, pelo menos, 04 indicadores biológicos. Tensão de alimentação: bi volt automático. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: BIOMECK	UN	15	-	108,00	1.620,00
251	Papel dupla face para articulação, bicolor, tamanho 110 x25 mm - bloco com 12 folhas cada. Registro na ANVISA - Marca: PREVEN	BLC	40	-	1,56	62,40
256	Pasta para polimento de resina composta, com duas pastas indicadas para o acabamento inicial e polimento preliminar de resinas e outros materiais restauradores. Uma pasta é indicada para o acabamento inicial da superfície e a outra é indicada para o polimento preliminar ao polimento final com as pastas de granulação extrafina. Pasta a base de óxido de alumínio. - Marca: FGM	KIT	30	-	16,99	509,70
257	Prateleira branca de aglomerado, própria para consultórios odontológicos. Embalagem com 01prateleira, 02 suportes, 02 buchas e 02 parafusos. Dimensões aproximadas: espessura 1,5 cm, profundidade 20 cm e comprimento 40 cm. Capacidade: 20 kg. Suporte de plástico ABS branco. - Marca: PRAT-K	KIT	30	-	95,00	2.850,00
259	Pinça clínica em aço inox para algodão - uso odontológico, nr. 317 - Marca: TRINKS	UN	40	-	6,79	271,60
271	Porta gaze/algodão em inox com tampa - medidas: 9,5 cm de altura x 8 cm de diâmetro - Marca: FLEXINOX	UN	40	-	28,86	1.154,40
274	Posicionadores para filme radiográfico odontológico - kit com 04 peças, sendo dois posicionadores laterais posteriores superior e inferior, um posicionador frontal e um para exames de bitewing, todos com mordedor em silicone + pote especial que permite a esterilização, em autoclave, das peças em seu interior. Tamanho adulto. - Marca: MAQUIRA	KIT	8	-	53,30	426,40

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 22/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA - ME (7486)**

279 Pote organizador com divisórias, em plástico ultrarresistente e atóxico. Tamanho aproximado: 28 x 17,5 x 7,5 cm, dividido em 03 partes maiores e 08 menores. - Marca: PROPLAST	UN	60	-	16,54	992,40
280 Pote organizador com divisórias, em plástico ultrarresistente e atóxico. Tamanho aproximado: 21 x 10,5 x 4 cm, dividido em 02 partes maiores e 08 menores. - Marca: PROPLAST	UN	60	-	33,90	2.034,00
281 Pote plástico para acondicionar materiais, ultrarresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 40 x 15 x 25 cm, com tampa de fechamento hermético. - Marca: PROPLAST	UN	80	-	32,45	2.596,00
282 Pote plástico para acondicionar materiais, ultrarresistente e atóxico, com dimensões aproximadas de 20 x 30 x 10,5 cm, com tampa de fechamento hermético. - Marca: PROPLAST	UN	80	-	19,65	1.572,00
284 Prendedor de guardanapo de metal (jacaré), com fio de silicone - cores sortidas - Marca: MAC	UN	25	-	7,81	195,25
294 Revelador para filme radiográfico dental - composição: água 85/90%, meta bissulfito de sódio 5/10%. Hidroquinona 2% - 475 ml. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 177 (Fixador...) - Marca: CAITHEC	FR	20	-	7,28	145,60
298 Seringa carpule em inox, com refluxo. - Marca: TRINKS	UN	30	-	26,00	780,00
306 Sonda exploradora em aço inox nº 5. Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	30	-	4,90	147,00
308 Sonda periodontal milimetrada em aço inox. Registro na ANVISA - Marca: TRINKS	UN	15	-	7,95	119,25
321 Verniz com flúor que contém 5% de fluoreto de sódio em uma base adesiva de resinas naturais. Embalagem contendo 01 frasco com 10 ml de verniz com flúor e 01 frasco com 10 ml de solvente. - Marca: FGM	FR	25	-	13,25	331,25

**Total do Fornecido 65.360,95**

**ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

3 Afastador labial autoclavável - tamanho M Registro na ANVISA - Marca: MAQUIRA	UN	75	-	7,28	546,00
5 Água oxigenada 10 volumes com ação antisséptica. Composição: Peróxido de Hidrogênio / Água purificada. Frasco de 01 litro. Registro na ANVISA - Marca: VIC PHARMA	FR	20	-	3,18	63,60
12 Álcool etílico hidratado 70 INPM (70%) uso hospitalar - em frasco plástico de 01 litro Registro na ANVISA - Marca: TUPI	FR	300	-	4,39	1.317,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 23/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

13 Algodão dental em rolinho, formato cilíndrico, levemente engomado, 100% fibras longas de algodão, com alto poder de absorção. Tamanhos variados. Com 100 unidades. - Marca: SS PLUS	PCTE	800	-	1,34	1.072,00
18 Anestésico de uso local (cloridrato de Articaina 4% com epinefrina 1:100000) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA - Marca: DFL ARTICAININE	CX	50	-	86,00	4.300,00
20 Anestésico de uso local (mepivacaína 2% com epinefrina 1:100.000) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA - Marca: DFL MEPIADRE	CX	70	-	70,45	4.931,50
21 Anestésico de uso local (Mepivacaína a 3%, sem vasoconstrictor) caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA - Marca: DFL MEPISV	CX	10	-	70,45	704,50
22 Anestésico de uso local (cloridrato de prilocaína 3% com felipressina 0,03 UI/ml) - caixa com 50 tubetes de cristal de 1,8 ml cada. Tubetes acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Registro na ANVISA - Marca: DFL PRILONEST	CX	10	-	50,70	507,00
23 Anestésico tópico gel para aplicação tópica oral ou na mucosa. Cada grama deve conter 200 mg de benzocaína. Pote com tampa rosqueável, com peso líquido 12 gramas. Sabor tuti-fruti ou menta. Registro na ANVISA - Marca: DFL	PCTE	70	-	5,00	350,00
24 Aparelho de ultra-som com sistema piezoelétrico + jato de bicarbonato para profilaxia. Deverá conter 03 insertos cambiáveis universais e 01 chave para a troca; filtro de ar com drenagem automática; controle de fluxo de pó e água independentes; sistema de limpeza dos condutores de pó; frequência de 29 a 32 KHz; peça de mão removível e autoclavável. Bi volt. Registro na ANVISA (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: KONDORTECH SCALER JE	UN	12	-	1.598,00	19.176,00
38 BROCA DE AÇO ESFÉRICA ALTA ROTAÇÃO Nº 02 LONGA (28 MM) - Marca: JOTA	UN	60	-	12,10	726,00
82 BROCA DE AÇO ESFÉRICA BAIXA ROTAÇÃO Nº 10 CURTA - Marca: JOTA	UN	80	-	2,90	232,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 24/31

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)

<p>87 Cadeira Odontológica ambidestra, com pedal de comando, com braço bi articulado (movimentos horizontais e verticais), assento e encosto com movimentos de subida e descida. Assento com altura mínima e máxima adequada ao acesso do paciente e a ergonomia do profissional. Encosto com curvatura anatômica e apoio lombar. Sistema fuso de inclinação do encosto e elevação do assento. Estofamento extra macio, com espuma de poliuretano no encosto e espuma laminada no assento, revestido em PVC lavável e sem costura. Sistema pantográfico de elevação. Braços (direito e esquerdo). Acendimento do refletor no pedal de comando. Encosto de cabeça bi articulado. Base da cadeira em chapa de aço maciça 3/8 de espessura. Lâmina do encosto de cabeça pintada e guias de aço. Superfícies metálicas com banho de proteção contra oxidação. Superfícies aparentes com pintura lisa. Transformador de 12 V para alimentação do refletor. Relé de partida e fusível de proteção. Equipo acoplado, com braço curvo fixado na parte inferior da cadeira. Linhas arredondadas. Sistema de travamento manual. Seleção automática das pontas. Suporte de pontas. Alma estrutural em aço. Corpo e capas em ABS. Bandeja em aço inox. Terminal para micro motor sem spray. Terminal para alta rotação. Seringa tríplice. Mangueiras lisas, leves e flexíveis. Unidade auxiliar acoplada à cadeira, com cuba de cuspeira em cerâmica e formas arredondadas (destacável da unidade do corpo). Porta-copo. Abertura lateral removível (proporciona perfeita desinfecção). Ralo separador de detritos. Corpo da unidade com carenagem envolvente (dispensa tubos, suportes ou acoplamentos aparentes). 01 (um) terminal para sucção (sistema Venturi), com mangueira do sugador (desconecta-se sem necessidade de ferramentas). Suporte de pontas. Separadores de detritos e tela de aço inox. Caixa de esgoto com respiro e abafador de ruídos. Chassi em aço pintado. Revestimento externo em poliestireno. Suporte da unidade em aço pintado. Refletor mono focal, acoplado ao braço vertical fixo à cadeira, cabeçote com puxador incorporado, temperatura de cor entre 3.600 a 6.500 K. Sistema de troca fácil de lâmpadas e espelho em policarbonato transparente. Braços com linhas arredondadas e pintura lisa. Lâmpada alógena, mínimo 12 V x 55 W. Fusível de proteção 6ª. Peso líquido aproximado: 110 kg. Voltagem: 110/127/220/240 V. Garantia mínima de 12 meses para o equipamento e de 06 meses para o estofamento. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: KAVO UNIK C4</p>	UN	2	-	6.700,00	13.400,00
---	----	---	---	----------	-----------

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 25/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

91 Caneta de alta rotação, com design arrojado, linhas arredondadas. Fabricada em latão, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável a até 135°C. Conexão Borden. Spray triplo distribuído simetricamente em direção à ponta da broca - projetado minuciosamente para refrigerar a região de corte da broca em qualquer posição de trabalho, evitando o superaquecimento das peças de mão e reduzindo a possibilidade de interrupção do spray por entupimento dos orifícios. Rotação 420.000 RPM. Rotores precisamente balanceados. Pressão de ar de trabalho entre 32 e 35 libras (PSI). Peso líquido inferior a 58,0 gramas. Baixo ruído de trabalho. Fixação das Brocas: Sistema Push Button - acionamento através de um botão localizado na parte de trás da cabeça da peça de mão - permite a troca rápida das brocas - dispensa a utilização do saca brocas. Resistente a uma tração que assegura o travamento da broca. Alto torque. Formato ergonômico: corpo de espessura fina, com ranhuras antiderrapantes e extremidade inclinada. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: KAVO 605 C	UN	3	-	400,00	1.200,00
94 Cariostático - solução de hidróxido de sódio, ácido fluorídrico e solvente para utilização em controle de cáries em dentes decíduos - com 10 ml. Registro na ANVISA - Marca: IODONTOSUL	FR	20	-	12,00	240,00
105 Colgadura individual para radiografia, em aço inox. - Marca: TECNODENT	UN	15	-	2,53	37,95
109 Conjunto de aspirador endodôntico autoclavável, com intermediário metálico para agulha de sucção e agulha hipodérmica número 40/20 para aspiração - Marca: INDUSBELLO	UN	5	-	26,40	132,00
117 Cunha de madeira colorida para travamento de matrizes. Produzida em madeira especial, formato anatômico da ameia, sem farpas, tingidas com pigmentos atóxicos - tamanho pequeno - com 100 unidades. - Marca: IODONTOSUL	CX	20	-	5,85	117,00
131 Detergente enzimático desinfetante de instrumental, frasco com 1L - Marca: KELLDRIIN	UN	100	-	17,43	1.743,00
134 Dessensibilizante para tratamento de dentes com sensibilidade a variação de temperatura e alimentos. Composição: Cloreto de estrôncio a 10%, nitrato de potássio a 5%. Frasco contendo 10g. - Marca: FGM	FR	25	-	28,66	716,50
154 Espátula de resina em titânio para inserção de material restaurador, de um lado tipo espátula e do outro tipo bolinha nº 01. - Marca: PRISMA	UN	20	-	37,04	740,80

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 26/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

159 Esponja hemostática de Colágeno Hidrolizado (gelatina) Liofilizada. Esterilizada e embalada em blister, sem contra indicações e sem riscos de intolerância - reabsorvível. Com 10 unidades Registro na ANVISA - Marca: TECHNEW	CX	12	-	20,50	246,00
175 FITA INDICADORA PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M - Marca: CIEX	UN	12	-	2,76	33,12
178 Flúor gel com 2% de fluoreto de sódio - uso profissional - neutro, sem corante - com 200 ml - Marca: IODONTOSUL	FR	40	-	2,68	107,20
186 FORMOCRESOL PARA CURATIVO - COM 10 ML. - Marca: IODONTOSUL	FR	30	-	3,76	112,80
192 Hidróxido de cálcio PA (em pó) usado para capeamento pulpar. Com 10 gr. - Marca: IODONTOSUL	FR	15	-	2,86	42,90
194 Indicador Químico Integrador Classe 5 (desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor). Classe 5. Validade: 02 anos a partir da data de fabricação. Permite leitura imediata do resultado através da migração da tinta para a área identificada em cor. Designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). Integrador confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e/ou embalagens durante o processo de esterilização. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento ciclo, operador, data e resultado. Com 100 unidades. - Marca: CRISTOFOLI	KIT	100	-	119,50	11.950,00
201 Kit de discos lixas flexíveis para acabamento e polimento de materiais restauradores - refil 12 mm de diâmetro - 26 discos de lixa na granulação grossa (azul escuro). Com sistema de encaixe rápido que facilita seu acoplamento ao mandril. Sem partes metálicas na superfície do disco. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 198 (kit de discos...) - Marca: FGM DIAMOND PRO	UN	20	-	32,80	656,00
209 LIMA KERR Nº 10 - 21 MM - COM 06 UNIDADES. - Marca: KAVO KERR	CX	5	-	17,30	86,50
210 Lima Kerr nº 15 - 21 mm - com 06 unidades. - Marca: KAVO KERR	CX	5	-	17,30	86,50
212 Lixa de aço para acabamento de amálgama. Pacote com 12 tiras. - Marca: INJECTA	PCTE	20	-	4,79	95,80

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 27/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

215 Luva cirurgia estéril 6,5. Embalada individualmente. Registro na ANVISA - Marca: MAXITEX	PAR	800	-	0,99	792,00
216 Luva cirurgia estéril 7,5. Embalada individualmente. Registro na ANVISA - Marca: MAXITEX	PAR	800	-	0,99	792,00
217 Luva de procedimento em látex, tamanho EP, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA - Marca: NUGARD	CX	500	-	17,00	8.500,00
218 Luva de procedimento em látex, tamanho G, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA - Marca: NUGARD	CX	80	-	17,00	1.360,00
237 Material educativo: macro modelo bicho escovação - modelos diversos de bichos. Dimensões: 30 x 15 cm (A x L). Cores diversas. Deve conter a arcada dentária grande e escovão para orientações de higiene oral. Peso: 700 gramas. - Marca: D'EXPRESS	UN	5	-	175,00	875,00
249 Mocho odontológico, com sistema de elevação do assento impulsionado a gás, acionado por alavanca lateral e com movimentação suave. Encosto anatômico, com ajuste de aproximação - proteção do encosto reforçada. Design e conforto para o profissional. Deverá preservar o corpo de desgastes e tensões desnecessárias, oferecendo maior ergonomia e conforto ao profissional. Deverá ajudar a garantir o posicionamento correto da coluna e o equilíbrio muscular, sem compressão venosa. Base resistente, giratória, com 05 rodízios. Estofamento resistente, com densidade adequada. Cor: verde claro. (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: KAVO	UN	10	-	438,90	4.389,00
250 Óculos de proteção em acrílico totalmente transparente - sem partes pretas - Marca: 3M	UN	40	-	7,45	298,00
255 Pasta profilática - composição: água, espessante, lauril sulfato, carbonato - com flúor - com 50 g Registro na ANVISA - Marca: VIGODENT	TB	60	-	4,55	273,00
264 Pontas aplicadoras avulsas para uso em sistema de seringa para injetar materiais dentários viscosos, evitando a formação de bolhas de ar. Caixa com 20 pontas modelo LV anterior. Deverá ser, necessariamente, da mesma marca que o item 301 (Sistema de Seringa...) Registro na ANVISA - Marca: DFL	CX	150	-	45,80	6.870,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 28/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7738)**

265 Pontas abrasivas de silicone para acabamento e polimento de restaurações, com três diferentes formatos (chama, disco e taça) e com sistema de encaixe rápido em mandril Versaplus - 08 peças sortidas + 01 mandril de metal. Registro na ANVISA - Marca: TDV	KIT	40	-	41,60	1.664,00
273 Porta matriz de toflemire - Marca: PRISMA	UN	30	-	19,42	582,60
299 Seringa plástica descartável com agulha 25 x 7 - 10 ml - Marca: DESCARPACK	UN	1000	-	0,31	310,00
302 SOLUÇÃO CONSTITUÍDA DE ÁCIDO PERACÉTICO, PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO E VEÍCULO ESTABILIZANTE. PRONTO PARA USO - NÃO REQUER DILUIÇÃO NEM ATIVAÇÃO. COMPATÍVEL COM AÇO INOXIDÁVEL, LIGAS DE ALUMÍNIO, TECIDO, PLÁSTICOS, BORRACHAS, PORCELANAS ETC. FRASCO DE 01 LITRO. - Marca: RIOQUIMICA	L	140	-	45,15	6.321,00
309 Soro fisiológico 0,9%, frasco com 250 ml. - Marca: EUROFARMA	FR	50	-	2,54	127,00
310 Soro fisiológico 0,9%, frasco com 100 ml. - Marca: EUROFARMA	FR	50	-	2,24	112,00
320 VASELINA SOLIDA FRASCO 50G - Marca: RIOQUIMICA	FR	20	-	3,92	78,40
<b>Total do Fornecido</b>					<b>99.013,67</b>

**ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA - ME (8108)**

114 Creme dental infantil sem flúor - tubo com 50 gramas - Marca: pro fresh	UN	2000	-	2,69	5.380,00
<b>Total do Fornecido</b>					<b>5.380,00</b>

**PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)**

28 Babelo descartável impermeável: tamanho 30X40cm, uma camada de celulose 100% virgem super absorvente e uma camada de filme de polietileno atóxico que impede passagem de líquido. Pacote com 100 unidades. - Marca: SSPLUS	PCTE	230	-	8,90	2.047,00
36 Biombo com proteção de chumbo de 0,50/1,2 e 3 mm, revestido em formidur e com acabamento em alumínio, com visor plumbífero 10 x 15 cm, montado sobre rodízios. Registro na ANVISA - Marca: N MARTINS	UN	2	-	2.600,00	5.200,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 29/31

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO (7696)**

93 Cápsulas de amálgama regular, de alta resistência, discreta expansão quando aplicado, assegurando a longevidade da restauração. Ótima consistência de mistura, facilidade de manipulação e de aplicação, condensabilidade, brunimento, qualidade no contato interproximal, escultura e características de presa. Alta resistência à compressão, minimizando o risco de fratura da restauração. O desenho das cápsulas deve proporcionar misturas de excelente qualidade e consistência, em todas as triturações. Com variação dimensional positiva (expansão) que assegure um excelente selamento nas margens. Tempo de trabalho e presa que permitam que restaurações maiores sejam condensadas e esculpidas sem dificuldade. Embalagem com 50 cápsulas de 02 porções cada. - Marca: METALMS	PCTE	30	-	103,50	3.105,00
106 Compressa cirúrgica de gaze hidrófila, de 10 x10 cm, 05 dobras, 08 camadas, 13 fios por cm2, 830g. Com 500 unidades. Registro na ANVISA - Marca: MB TEXTIL	PCTE	500	-	32,00	16.000,00
107 Compressa de gaze com 13 fios por cm2, com 05 dobras, 08 camadas - 7,5 x 7,5 cm - com 500 unidades. Registro na ANVISA - Marca: PLAX/JM	PCTE	300	-	9,00	2.700,00
135 EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM FORMA DE ROLO (BOBINA), PRODUZIDO EM PAPEL GRAL CIRÚRGICO E FILME LAMINADO EM POLIÉSTER E POLIPROPILENO COM INDICADORES IMPRESSOS NAS LATERAIS DAS EMBALAGENS QUE IDENTIFICAM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO. MEDIDA 5 CM X 100 M. - Marca: ESTERILCARE	UN	150	-	19,00	2.850,00
136 Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzido em papel gral cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 8cm x 100m - Marca: ESTERILCARE	UN	80	-	31,00	2.480,00
137 Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzida em papel grau cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 10 cm x100 m. - Marca: ESTERILCARE	RL	100	-	34,00	3.400,00
138 EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM FORMA DE ROLO (BOBINA), PRODUZIDA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO EM POLIÉSTER E POLIPROPILENO COM INDICADORES IMPRESSOS NAS LATERAIS DAS EMBALAGENS QUE IDENTIFICAM O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM VAPOR OU ÓXIDO DE ETILENO. MEDIDA 15 CM X100 M. - Marca: ESTERILCARE	UN	240	-	29,00	6.960,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 11/2016</b> <b>Processo de Licitação: 11/2016</b> <b>Data do Processo: 02/05/2016</b>
	Folha: 30/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO - (7696)**

139 Embalagem para esterilização em forma de rolo (bobina), produzida em papel grau cirúrgico e filme laminado em poliéster e polipropileno com indicadores impressos nas laterais das embalagens que identificam o processo de esterilização em vapor ou óxido de etileno. Medida 20 cm x100 m. - Marca: ESTERILCARE	RL	40	-	77,80	3.112,00
219 Luva de procedimento em látex, tamanho M, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA - Marca: DESCARPACK	CX	80	-	17,00	1.360,00
220 Luva de procedimento em látex, tamanho P, não estéril, tipo ambidestra, levemente talcada, anatômica, descartável - Com 100 un Registro na ANVISA - Marca: DESCARPACK	CX	500	-	17,00	8.500,00

**Total do Fornecido 57.714,00**

#### **QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)**

110 Contra-ângulo - design arrojado e linhas arredondadas. Fabricado em alumínio, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável a até 135°C, por mais de 1.000 ciclos. Fácil acoplamento. Sistema intra-giratório. Travamento com anel em aço inox. Rotação máxima de 20.000 RPM. Transmissão 1:1. Peso líquido inferior a 50,0 gramas. Baixo ruído de trabalho. Lâmina-trava para fixação das brocas. Brocas fixadas por meio da lâmina-trava na cabeça do contra-ângulo. Resistente a uma tração superior a 45 N. Utiliza Brocas Standard, Haste Tipo 1. Formato Ergonômico, compacta, com ranhuras antiderrapantes. Cabeça pequena, com ângulo da peça de mão dentro dos mais rigorosos padrões internacionais. (Deverá ser, necessariamente, da mesma marca do item 247 - micro motor...) (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: DX	UN	3	-	320,00	960,00
116 Cuba em inox redonda - diâmetro 20 cm - Marca: LUMINOX	UN	12	-	26,00	312,00

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 11/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 11/2016 <b>Data do Processo:</b> 02/05/2016
	Folha: 31/31

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - (7598)**

247 Micromotor com design arrojado, com linhas arredondadas. Fabricado em alumínio, com tratamento cromado acetinado. Autoclavável, a até 135°C. Ranhuras antiderrapantes e indicação de sentido no anel de regulação de rotação. Conexão Borden Spray externa ideal para refrigerar a região de corte da broca, em qualquer posição de trabalho, evitando o superaquecimento. Rotação de 5.000 a 20.000 RPM. Com regulação de rotação/inversão no corpo do micromotor. Pressão de ar de trabalho 40 libras (PSI). Acoplamento através do sistema INTRA. Peso aproximado de 75 gramas. Alto torque. Baixo ruído de trabalho. Sistema de tratamento de enrijecimento da camada superficial que assegura a durabilidade da rosca. Proporciona melhor deslizamento da rosca durante o processo de encaixe no terminal. Deverá ser necessariamente da mesma marca que o item 110 (Contra-Ângulo...) (Apresentar prospecto e/ou catálogo detalhado do equipamento, que descrevam e/ou complementem as especificações, a fim de proporcionar o perfeito julgamento do item). - Marca: DX	UN	3	-	299,00	897,00
				<b>Total do Fornecedo</b>	<b>2.169,00</b>

#### **TATA COM. EQUIP. P/ SAÚDE ODONTO-MÉDICO LTDA (7737)**

230 Material educativo: cartelas de tatuagem de pele temporária com motivos odontológicos, para atividades nas escolas e campanhas - pacote com 100 unidades. - Marca: dexpress	PCTE	25	-	18,50	462,50
				<b>Total do Fornecedo</b>	<b>462,50</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>498.746,71</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 22 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

**HOMOLOG PL 14 FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 10/2016 - PR</b>
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 14/2016 Processo de Licitação: 14/2016 Data do Processo: 24/05/2016
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAE LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 14/2016
- b ) Licitação Nr.: 10/2016-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 28/06/2016
- e ) Data da Adjudicação: 28/06/2016 Sequência: 1
- f ) Objeto da Licitação Aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2016, destinado ao atendimento dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

Joaçaba, 28 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 10.594.533/0001-00</b> <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 10/2016 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 14/2016</b> <b>Processo de Licitação: 14/2016</b> <b>Data do Processo: 24/05/2016</b>
	Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **DE MARCO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (8113)**

1 Veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2016, com as seguintes características mínimas: UN 1 - 145.700,00 145.700,00

- " Capacidade mínima para 16 passageiros + motorista
- " Motor a diesel, com turbo e intercooler, injeção eletrônica, potência mínima de 127 CV
- " Corrente de comando (distribuição)
- " Câmbio mecânico manual com, no mínimo, 05 marchas à frente e 01 a ré
- " Freios ABS - dianteiros e traseiros
- " 02 (duas) portas dianteiras para motorista e acompanhante + 01(uma) porta lateral deslizante elétrica com controle remoto e acionamento no painel com vidro + porta traseira dupla com vidros.
- " Estribo lateral revestido em alumínio sob a porta deslizante
- " Teto elevado (altura interna mínima de 1.850 mm)
- " Trava de segurança contra abertura interna da porta lateral corredeira
- " Trava elétrica das portas com acionamento por alarme e acionamento de levantamento dos vidros dianteiros por interface
- " Vidros das portas dianteiras com sistema elétrico tipo "um toque" para subida e descida
- " Janelas com vidros no compartimento de passageiros, com película de densidade G20 e cortinas
- " Ar quente com sistema de recirculação do ar
- " Ar condicionado integrado frio/quente para a cabine e compartimento de passageiros, com duto central em ABS injetado e luminárias embutidas especiais
- " Bolsa de ar inflável (air bag) frontal duplo para motorista + acompanhante
- " Direção hidráulica ou eletro-hidráulica
- " Retrovisores externos com dupla visão e regulagem elétrica, equipado com desembaçador
- " Faróis com regulagem de altura
- " Bancos individuais em forma de poltrona reclinável com descanso para os braços, retrátil em ambos os lados / último banco traseiro com sofá cama reclinável / revestimento em tecido navalhado na frente e corvino nas costas / garantia das poltronas de, no mínimo, 03 (três) anos com apresentação de declaração do fabricante e certificado de adequação conforme ISO 9001
- " Cinto de segurança em todos os bancos
- " Banco do motorista com regulagem longitudinal, de altura e de inclinação e descanso braço
- " Cintos de segurança dianteiros 03 pontos com regulagem de altura
- " Tacógrafo digital
- " Bagageiro elevado na traseira (nas duas últimas fileiras de bancos), com capacidade mínima para 1.200 litros
- " Revestimento do teto e das laterais em courvin
- " Isolação termo-acústico do teto e laterais em isopor
- " Calefação
- " Martelo com capa para saída de emergência
- " Chapa de proteção para caixa de câmbio e cârter do motor

Joaçaba, 28 de Junho de 2016.  
 \_\_\_\_\_  
 Faixas refletivas laterais e traseiras  
 Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT  
 Veículo homologado pelo DETRAN - Marca: RENAULT MASTER MINI

-----  
 GESTOR FMS

**Total do Fornecido 145.700,00**

**Total Geral: 145.700,00**

traseiro com sua cama reclinável / revestimento em tecido navalhado na frente e corvino nas costas / garantia das poltronas de, no mínimo, 3 (três) anos com apresentação de declaração do fabricante e certificado de adequação conforme ISO 9001

" Cinto de segurança em todos os bancos

" Banco do motorista com regulagem longitudinal, de altura e de

inclinação e descanso de braço

" Cintos de segurança dianteiros 03 pontos com regulagem de

altura

" Tacógrafo digital 9600-000 - Joaçaba - SC

" Bagageiro elevado na traseira (nas duas últimas fileiras de

bancos), com capacidade mínima para 1.200 litros

" Revestimento do teto e das laterais em courvin

" Isolação termo-acústico do teto e laterais em isopor

" Calefação

" Martelo de impacto para salto de emergência

" Chapa de proteção para caixa de câmbio e cârter do motor

" Pintura externa sólida na cor branca

" Som central multimídia e GPS integrado, mínimo 02 alto

falantes dianteiros e 02 traseiros + câmera de ré

" Faixas refletivas laterais e traseiras

" Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT

" Veículo homologado pelo DETRAN - Marca: RENAULT

MASTER MINI

## PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 10/2016 - PR

Processo Administrativo: 14/2016

Processo de Licitação: 14/2016

Data do Processo: 24/05/2016

Folha: 3/3

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Total do Fornecido: 145.700,00

Total Geral: 145.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 152.000,00

Joaçaba, 28 de Junho de 2016.

-----  
GESTOR FMS

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO 0006/2016 - SIMAE**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0006/2016

Autorizo por meio desta, a empresa BIO SUL LIMPEZA URBANA LTDA a iniciar a prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de pessoal, materiais de limpeza e equipamentos, na Sede Administrativa e Estação de Tratamento de Água do SIMAE, pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0033/2016, Pregão Presencial JHL 0026/2016, Protocolo JHL 1616/2016, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0047/2016 de 27 de junho de 2016. O valor Global dos serviços contratados do respectivo processo é de R\$ 76.400,00 (setenta e seis mil e quatrocentos reais). A contratada deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

Joaçaba (SC), 27 de junho de 2016.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Aluir Flemming

Diretor Presidente

Contratado: BIO SUL – LIMPEZA URBANA LTDA

Responsável: Fábio Alcântara Mello

Diretor Comercial

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**HOMOLOGAÇÃO PR 0023/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 25/05/2016
	Folha: 1/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 29/2016  
b ) Licitação Nr.: 23/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 28/06/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL EM PVC E PEAD PARA UTILIZAÇÃO EM CONsertos DE ADUTORAS E REDES DE ÁGUA E REPOSIÇÃO DO ESTOQUE DO SIMAE

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**AGC FIGUEIREDO VALVULAS - EPP (8353)**

49	ABRAÇADEIRA DE LARGA TOLERANCIA DIAMETRO MÍN 113MM MÁX 123 MM COMP. 200 MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: BGT/ETERNO	PÇ	16,00	0,0000	220,80	3.532,80
50	ADAPTADOR DE LARGA TOLERANCIA DE 150MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: BGT/ETERNO	PÇ	16,00	0,0000	284,40	4.550,40
51	ABRAÇADEIRA LARGA TOLERANCIA DIAMETRO MIN. 215MM MAX 226MM COMP. 200MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: BGT/ETERNO	PÇ	12,00	0,0000	279,60	3.355,20
52	ABRAÇADEIRA LARGA TOLERANCIA DIAMETRO MIN. 269MM MAX 279MM COMP. 300MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: BGT/ETERNO	PÇ	12,00	0,0000	710,40	8.524,80
53	ABRAÇADEIRA LARGA TOLERANCIA DIAMETRO MIN. 320MM MAX 330MM, COMP. 300MM - Marca: BGT/ETERNO	PÇ	6,00	0,0000	751,20	4.507,20

**Total do Fornecedor: 24.470,40**

**DOAL PLASTIC IND. E COMERCIO LTDA (6708)**

1	ADAPTADOR PEAD AZUL S/R 20 X 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	350,00	0,0000	3,32	1.162,00
2	ADAPTADOR PEAD 32 X 1 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PPLASTIC	PÇ	50,00	0,0000	2,80	140,00
55	REGISTRO DE ESFERA PVC ACIONAMENTO BORBOLETA DNR 3/4 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	100,00	0,0000	2,80	280,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 25/05/2016
	Folha: 2/5

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **DOAL PLASTIC IND. E COMERCIO LTDA (6708)**

57	TÊ PEAD DN 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	50,00	0,0000	3,07	153,50
64	TÊ DE SERVIÇOS INTEGRADO PP DN 50 X 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	100,00	0,0000	19,00	1.900,00
65	TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO PP DN 63 X 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	400,00	0,0000	25,00	10.000,00
71	UNIÃO PEAD DN 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	2.200,00	0,0000	1,05	2.310,00
72	UNIÃO PEAD DN 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: DOAL PLASTIC	PÇ	60,00	0,0000	3,80	228,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>16.173,50</b>

#### **POLITEJO BRASIL - INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA. (8342)**

66	TUBO DE PEAD DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: POLITEJO	M	5.000,00	0,0000	1,75	8.750,00
69	TUBO DE PEAD DE 63 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: POLITEJO	M	5.000,00	0,0000	12,37	61.850,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>70.600,00</b>

#### **SANEAMENTO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONEXOES (8420)**

3	ADAPTADOR PVC 20 X 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: PLASTILIT	PÇ	650,00	0,0000	0,42	273,00
4	ADAPTADOR PVC DE 50 X 1.1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	30,00	0,0000	2,15	64,50
5	ADAPTADOR PVC DE 60 X 2 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	20,00	0,0000	3,55	71,00
7	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 25 X 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	30,00	0,0000	0,14	4,20
8	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 40 X 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	80,00	0,0000	0,95	76,00
9	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC 60 X 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	40,00	0,0000	3,15	126,00
10	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC 60 X 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	40,00	0,0000	6,50	260,00
12	REDUÇÃO PVC PONTA E BOLSA COM ANEL DE BORRACHA DE 100 X 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: PLASTILIT	PÇ	10,00	0,0000	30,00	300,00
13	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	20,00	0,0000	5,00	100,00
14	CAPS PVC COM BOLSA SOLDAVEL DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	20,00	0,0000	0,55	11,00
15	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	30,00	0,0000	0,65	19,50

Aluir Flemming - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 25/05/2016
	Folha: 3/5

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **SANEAMENTO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONEXOES (8420)**

16	CAPS DE PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 85 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: KRONA	PÇ	10,00	0,0000	20,00	200,00
19	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DE 20 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: CHIVA	PÇ	1.000,00	0,0000	0,26	260,00
21	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DE 25 X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: CHIVA	PÇ	60,00	0,0000	1,05	63,00
22	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	30,00	0,0000	1,25	37,50
23	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DNR 3/4" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: PLASTILIT	PÇ	10,00	0,0000	2,00	20,00
24	CURVA PVC RAO LONGO 90° COM BOLSA JUNTA SOLDÁVEL DE 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: PLASTILIT	PÇ	10,00	0,0000	4,35	43,50
25	CURVA PVC RAO LONGO 90° COM BOLSA JUNTA SOLDÁVEL DE 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	10,00	0,0000	7,50	75,00
27	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 20 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: CHIVA	PÇ	500,00	0,0000	0,50	250,00
28	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	50,00	0,0000	0,45	22,50
29	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	150,00	0,0000	0,90	135,00
30	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	200,00	0,0000	1,90	380,00
31	LUVA PVC COM BOLSA SOLDÁVEL DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	50,00	0,0000	6,00	300,00
32	LUVA DE CORRER DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	300,00	0,0000	4,80	1.440,00
33	LUVA DE CORRER DE 25 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	50,00	0,0000	6,00	300,00
34	LUVA DE CORRER DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	120,00	0,0000	10,00	1.200,00
36	LUVA DE CORRER DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	400,00	0,0000	6,00	2.400,00
37	LUVA DE CORRER PVC DE 140 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	50,00	0,0000	63,00	3.150,00
39	LUVA PVC EXT. L/R 25 X 3/4" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	100,00	0,0000	0,80	80,00
40	LUVA PVC EXT. L/R 32X 1" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	100,00	0,0000	3,30	330,00
41	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 100 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	20,00	0,0000	32,30	646,00
42	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 150 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	20,00	0,0000	66,00	1.320,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 29/2016 Processo de Licitação: 29/2016 Data do Processo: 25/05/2016
	Folha: 4/5

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **SANEAMENTO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONEXOES (8420)**

43	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 200 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	40,00	0,0000	113,00	4.520,00
44	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 250 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	6,00	0,0000	210,00	1.260,00
45	LUVA DE CORRER DEFOFO DN 300 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: CHIVA	PÇ	12,00	0,0000	335,00	4.020,00
46	LUVA JUNTA ROSCÁVEL AMBOS OS LADOS PVC BRANCO DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	130,00	0,0000	1,00	130,00
58	TE PVC B/B/R DE 20 X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	50,00	0,0000	3,00	150,00
59	TÊ DE PVC B/B/R DE 25 X 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	50,00	0,0000	3,50	175,00
60	TÊ DE PVC B/B/B DE 20 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	50,00	0,0000	0,95	47,50
62	TÊ PVC B/B/B REVESTIDO COM FIBRA DE VIDRO DE 60 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: KRONA	PÇ	40,00	0,0000	19,00	760,00
63	TÊ PVC B/B/B AMBAS JUNTAS ELÁSTICAS DN 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	20,00	0,0000	16,00	320,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>25.340,20</b>

#### **TIGRE S/A TUBOS E CONEXOES (6583)**

20	CURVA RAO CURTO (JOELHO) 90° DE 20 X DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	1.000,00	0,0000	0,30	300,00
35	LUVA DE CORRER DE 40 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	200,00	0,0000	2,74	548,00
38	LUVA PVC EXT. L/R 20 X 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	1.000,00	0,0000	0,47	470,00
54	REGISTRO DE ESFERA DE PVC ACIONAMENTO BORBOLETA DNR 1/2" CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	PÇ	1.500,00	0,0000	1,54	2.310,00
67	TUBOS DE PEAD DE 32 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	M	1.000,00	0,0000	3,96	3.960,00
68	TUBO DE PEAD DE 50 CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: TIGRE	M	100,00	0,0000	9,67	967,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>8.555,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>145.139,10</b>

Aluir Flemming - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 23/2016 - PR**Processo Administrativo: 29/2016  
Processo de Licitação: 29/2016  
Data do Processo: 25/05/2016

Folha: 5/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (17)

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 50/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 50/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 15.459.791/0001-90, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, 219 Parque Maderil São Joaquim CEP 88.600-000

resolvem celebrar este Contrato, Conforme Parecer Jurídico nº 430/2016, decorrente do Processo Licitatório nº 82/2016, correlato à Tomada de Preços nº 09/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 06/06/2016 e homologada em 27/06/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Construção de Capela Mortuária no Bairro Popular, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 114.436,72 (cento e catorze mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

Lages, 27 junho de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 51/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 51/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AS CONSTRUTORA LTDA - EPP, Inscrita no CNPJ sob n.º 00434177/0001-04, com sede a Rua Frei Rogério, 11 – Centro – Lages/SC. CEP: 88.504-140

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Parecer Jurídico nº 499, decorrente do Processo Licitatório nº 95/2016, correlato à Tomada de Preços nº 13/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 22/06/2016 e homologada em 27/06/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Rua Fortaleza, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias copiadas em CD, parte integrante do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 119.538,55 (cento e dezenove mil quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

Lages, 27 junho de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL Nº 010/2016

EDITAL Nº. 010/2016

Thiago Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 12 de julho de 2016.

Horário: 20h (vinte horas)

Local: Plenário Nereu Ramos Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro – Lages - SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site [www.cameralages.sc.gov.br](http://www.cameralages.sc.gov.br).

Lages, 28 de junho de 2016.

Presidente

# Laguna

**PREFEITURA**

**DECRETO 4.669/16**

DECRETO Nº 4.669, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

"CONSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NA REGIÃO DA GALHETA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso XXV do artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 10. Fica criado o Grupo de Trabalho para elaboração do estudo acerca do saneamento básico, regularização fundiária, ocupação e uso do solo, na região da Galheta composto pelos seguintes órgãos:

I – Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação;  
II – Secretaria do Patrimônio da União;  
III – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;  
IV – Fundação Lagunense do Meio Ambiente;  
V – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;  
VI – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;  
VII - Associação De Conservação e Educação Ambiental Entremares.

Parágrafo Único. Caberá ao titular de cada órgão especificado nos incisos acima, indicar quantos representantes forem necessários para a composição do grupo de estudos, nomeando-os através de ofício direcionado ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Caberá ao Grupo de Trabalho de que trata o artigo 1º deste Decreto elaborar a proposta referente ao saneamento básico, regularização fundiária, ocupação e uso do solo, em conformidade com a legislação ambiental.

Art. 3º. O Grupo de Trabalho criado por este Decreto, poderá requisitar aos órgãos municipais, todas as informações necessárias para a consecução de suas funções, bem como, solicitar aos órgãos, empresas e ou autarquias do Estado e da União, o auxílio que entender necessário.

Art. 4º. O Grupo de Trabalho de que trata este Decreto terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por novos períodos, para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.670/16**

DECRETO Nº 4.670 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do art. 6º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, readequando a dotação orçamentária, no orçamento de 2016 no Fundo Municipal

de Assistência Social, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial  
Elemento da Despesa:  
6 - 3.3.50.43.00.00.00.00.00.0035 - Subvenções Sociais .....  
..... R\$ 80.000,00  
15 - 3.3.50.39.00.00.00.00.00.0035 - Outros Serviços de Tercei-  
ros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica  
Elementos da Despesa:  
20 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.0035 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 90.000,00  
27 - 3.3.90.36.00.00.00.00.00.0035 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 04/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

PORTARIA 04/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente:

Considerando as informações apresentadas no processo administrativo n. 5593/15 e a possibilidade de infração disciplinar à Lei Complementar n. 136/06;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis infrações à Lei Complementar n. 136/06, em virtude das informações contidas no processo administrativo n. 5593/15.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Cristiano da Silva Nunes, Matheus Peixoto Philippi e Douglas Marcelino Claudino.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.



Art. 4º Fica determinada a abertura de processo administrativo pela comissão processante ora nomeada.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 24 de junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 05/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

PORTARIA 05/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente;

Considerando as informações apresentadas no processo administrativo n. 5571/13 e a possibilidade de infração disciplinar à Lei Complementar n. 136/06;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis infrações à Lei Complementar n. 136/06, em virtude das informações contidas no processo administrativo n. 5571/13.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Cristiano da Silva Nunes, Matheus Peixoto Philippi e Douglas Marcelino Claudino.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Art. 4º Fica determinada a abertura de processo administrativo pela comissão processante ora nomeada.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 24 de junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA SMS/PML Nº 004/2016 NASF**

PORTARIA SMS/PML nº 004/2016

A Secretária Municipal de Saúde, de acordo com suas prerrogativas, visando o aumento da produtividade e logística da frota, RESOLVE:

Art. 1º - A exigência do controle do ponto de forma biométrica digital para os servidores lotados na Secretaria de Saúde prevista na Portaria SMS/PML 001/2016 deverá levar em conta a carga horária diária de 06 (seis) horas ininterruptas ou 08 (oito) horas, conforme os respectivos programas.

§ 1º – Os servidores lotados nos ESF obedecerão à carga horária de 08 (oito) horas, assim como para os motoristas;

§ 2º Os servidores do NASF voltarão a ter jornada de 06 (seis) horas ininterruptas, desde que a equipe mantenha o mínimo de 200 (duzentas) horas semanais desempenhadas dentro do horário de expediente dos ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, 27 de junho de 2016.

RAQUEL XAVIER

Secretária Municipal de Saúde

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 059/2016

DECRETO Nº 059/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 001/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Vetterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

- Cargo: COPEIRA
  - Marilda Salvador da Maia
- Cargo: MÉDICO PLANTONISTA
  - George Allan Marrocos Aristides
  - Eduardo Suss Ceccon Ribeiro
  - Ulisses Gocales Bittencourt
- Cargo: SERVENTE
  - Joice Girardi
  - Marisa Souza Gonçalves Vitória
  - Joyce Borba Mateus
  - Ivonete da Silva Custódio
  - Sonia Maria Raulino Hipólito
- Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
  - Regina Ramos Antunes
  - Jucélia Antunes do Livramento
  - Bruna Schlickmann
  - Renata Lorenzi
  - Bruna Leandro da Rosa
  - Vanusa dos Santos
  - Rosimeri Elias Cardoso
  - Eva Joice Piuco
  - Vergínea Lane Henrique
- Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
  - Edson Luiz Martins da Silva

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 060/2016

DECRETO Nº 060/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUN. DA ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.049 - Manutenção do Conselho Tutelar

DOTAÇÃO 16

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 7.000,00

DOTAÇÃO 17

4.4.90.00.00.0116 – Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o momento na fonte 0116 (Recursos Ordinários).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 061/2016**

DECRETO Nº 061/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.006 - Manutenção do Convênio de Trânsito

DOTAÇÃO 170

4.4.90.00.00.3172 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.006 - Manutenção do Convênio de Trânsito

DOTAÇÃO 169

3.3.90.00.00.3172 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DECRETO Nº 062/2016**

DECRETO Nº 062/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Processo Seletivo – Edital nº 003/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Vetterli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (GUATÁ/ÁREA CENTRAL)

- Bruna Duarte

· Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ITANEMA/ÁREA CENTRAL)

- Chaiane da Silva

· Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (SUMARÉ/IÇARENSE E AMARAL RÁDIO)

- Janaina Tezza Kunz

· Cargo: MOTORISTA (SAMU)

- Sidnei Castagnol

- Luciana Lessa Bitencourt

- Daniele Alves Molon

- José Nazareno de Souza

- Márcio José Silveira

· Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM (SAMU)

- Marlon Rabello Amancio

- Bianca Mattos Goulart

- Rafael Avelino Schleicher

- Roniseldo Antunes

- Jussane Borges da Silva

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DISPENSA Nº.57/PMLM/2016.**

DISPENSA Nº.57/PMLM/2016.

Objetivo da dispensa de licitação é a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de madeira, sendo que o objeto publicado através do pregão 30/2016 com datas de abertura 24/03/2016, 7/04/2016 e 29/04/2016 foram desertas.

CONTRATADO: MADEREIRA ELLAF LTDA ME

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller.

VALOR GLOBAL: R\$ 146.145,00 ( cento e quarenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 28/06/2016, Soraya Cursio Librelato – Secretária de Administração RATIFICAÇÃO: em 28/06/2016, por Fabrício

Kusmin Alves - Prefeito de Lauro Muller.

Lauro Muller, 28 de junho de 2016

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - FMS, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE TRANSPORTE, TIPO FURGÃO, ADAPTADA E EQUIPADA COMO AMBULÂNCIA, ZERO QUILOMETRO, NA COR BRANCA, PARA REMOÇÃO DE PACIENTES COM RISCO DE VIDA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de um veículo de transporte, tipo furgão, adaptada e equipada como ambulância, zero quilômetro, na cor branca, para remoção de pacientes com risco de vida, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I.

J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

CNPJ: 16.850.663/0001-35

RUA: RIBEIRÃO PRETO, Nº 140, BAIRRO: JARDIM SAN REMO, CEP: 86.062-390, LONDRINA/PR

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventual aquisição de um veículo de transporte, tipo furgão, adaptada e equipada como ambulância, zero quilômetro, na cor branca, para remoção de pacientes com risco de vida, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

Item	Qt.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	01	Und.	Veículo Ambulância, zero quilômetro, na cor branca, com três portas, com motor 1.6 ou superior, motorização bi-combustível (álcool e/ou gasolina), injeção eletrônica, ano 2015 ou superior, oito ou dezesseis válvulas, com direção hidráulica, ar condicionado na cabine do motorista e no compartimento do paciente, com comandos independentes para acionamento e ventilação, para-sois biarticulados com espelhos, vidros verdes, rodas de aço estampado aro 14 (juntamente com estepe), garantia nacional, controle de poluição por veículos automotores e com todos os equipamentos de segurança exigidos no Código de Trânsito Brasileiro (extintor de incêndio, macaco compatível com peso e carga do veículo, chave do roda e chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para remoção de calotas), limpador e lavador de para-brisas com intermitência, tapetes, calhas nos vidros, hodômetro digital total e parcial, freios dianteiros ventilados, freios traseiros tipo tambor, direção mecânica, transmissão manual de 05 velocidades, reservatório de combustível de 55 litros no mínimo, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura, e demais equipamentos de série que compõem os referidos veículos. Capota em fibra de vidro, em chapas monobloco, sem emendas, com reforços e perfis de aço, isolamento termo acústica em isopor tipo P2 de alta densidade. Assoalho em chapas de compensado naval, com tratamento à prova de umidade, com espessura mínima de 15mm, revestido com emborrachado vinílico inteiriço, sem emendas, com acabamento em perfis de alumínio, totalmente vedado. Divisória Interna separando a cabine do motorista do compartimento do paciente, com iluminação interna no compartimento do paciente, janela corredeira na lateral direita com película branca, climatização interna com ar condicionado com distribuição de ar no compartimento do paciente, com ventilador no teto. Na parte do paciente, banco baú, com capacidade para duas pessoas, com cinto de segurança, armário para a guarda de material instalado em toda a parte esquerda interna do compartimento do paciente, acoplado ao banco baú, maca retrátil, em alumínio, com rodízios, cabeceira basculante, colchonete revestido em material impermeável, engate rápido e 3 cintos de segurança e cinto de segurança e atendendo as Normas ABNT NBR 14.561/2000, inscrição ambulância na cor vermelha invertida no capo do veículo, sinalizador sonoro e visual, suporte para cilindro de oxigênio de 7 litros, suporte para soro/plasma, ventilador oscilante, vidros das portas traseiras com pelica branca, pintura sólida na cor branco, e demais equipamentos de série que compõem os referidos veículos. Equipada com 1 (um) conjunto de oxigenação, composto de régua tripla, mangueira de oxigênio traçada de 03 metros, umidificador, aspirador tipo venturi, regulador de pressão, fluxômetro e máscara de silicone c/ mangueira transparente; 01 (um) - Suporte para Cilindro de Oxigênio de 1.0 m³; 01 (um) - Cilindro de Oxigênio de 1.0 m³ com válvula, interligado ao conjunto de oxigenação; 01 (um) - Suporte para soro e sangue confeccionado em aço cromado, instalado na lateral direita interna do compartimento do paciente; 01 (um) - Painel de comando interno para ambulância com corpo em plástico injetado, destinado a alojar 06 (seis) tomadas tri polares, chaves disjuntoras para ventilação e exaustão, iluminação interna e sistema de oxigênio terapia, fixado na lateral esquerda do veículo; 01 (uma) - Bateria auxiliar com capacidade de 95 AH, ligada em paralelo com a original do veículo, com sistema de bloqueio de carga das mesmas; 01 (um) - Inversor de energia – 12V – 110 ou 220V, com capacidade de 1000 watts; 01 (um) – Kit Oxigênio terapia Portátil, composto de Cilindro de Oxigênio em alumínio de 0,6 lts+ regulador + fluxômetro + máscara facial + Suporte SV97.	RE-NAULT	91.900,00	91.900,00	J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis,



que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;



- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 A entrega do veículo será em até 30 (trinta) dias após autorização de fornecimento, e no ato da entrega a empresa vencedora deverá apresentar um laudo ou uma declaração, atestando a responsabilidade técnica referente a instalação dos equipamentos e da transformação do veículo;

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.01.0023 – Aquisição de Veículos - Saúde

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP  
EMPRESA VENCEDORA

## TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

## VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MEDIDO EM HORAS TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 011/2016.

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

CNPJ: 10.576.962/0001-47

RUA: LEONARDO FRANZEN, Nº 21, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 011/2016, a contar da assinatura da presente ata.

## CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	250	H	HORA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MICROCOMPUTADORES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL.	50,00	12.500,00	RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

## CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

A execução do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

## CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

## CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 (6) Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0064 (18) Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Bás. Fixo – PAB Fixo

05.01.10.304.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.01.0066 (38) Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Sanitária

05.01.10.305.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.01.0066 (45) Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Epid. e Amb. em Saúde

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2016.  
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PÓ DE BRITA, REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME E BRITAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016.

Aos 17 (dezesete) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e britas, conforme especificações constantes do Anexo I, que acompanha este edital.

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA  
CNPJ: 78.266.566/0002-38  
ESTRADA GERAL DE SALSEIRO, SN, BAIRRO: SALSEIRO, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e brita, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 026/2016, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	M³	2.000	PÓ DE BRITA – RETIRADO PELA PREFEITURA	40,00	80.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
02	M³	2.000	PÓ DE BRITA – ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	52,50	105.000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
03	M³	9.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME – RETIRADO PELA PREFEITURA	24,50	220.500,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
04	M³	5.000	REJEITO DE BRITA TIPO MACADAME – ENTREGUE NAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL	37,50	187.500,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
05	M³	300	BRITA Nº 01	41,50	12.450,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
06	M³	300	BRITA Nº 02	41,50	12.450,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE



PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;



i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 – Pavimentação de Ruas

06.01.15.451.0010.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 – Pavimentação de Ruas

06.01.26.451.0010.1.051.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Padronização de Calçadas

06.01.26.451.0010.1.051.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 – Padronização de Calçadas

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 20 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MEDIDO EM HORAS TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 027/2016.

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

CNPJ: 10.576.962/0001-47

RUA: LEONARDO FRANZEN, Nº 21, BAIRRO: CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 027/2016, a contar da assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
1	500	H	HORA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MICROCOMPUTADORES PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL.	50,00	25.000,00	RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

A execução do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para

entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0002.2.002.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

03.01.04.122.0003.2.003.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

03.01.08.243.0003.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar

03.01.08.243.0003.2.050.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Infantil

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do FMAS

05.03.08.244.0007.2.021.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do FMAS

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

06.01.26.782.0009.2.028.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

07.01.20.606.0011.2.030.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2016.  
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:  
ASSESSOR JURÍDICO

### DECRETO N.º 068/2016

DECRETO Nº 068, DE 27 DE JUNHO DE 2016  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 2.400,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.400,00
Função	04	Administração	2.400,00
Sub-função	122	Administração Geral	2.400,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	2.400,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	2.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.400,00
Modalidade Aplicação	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	2.400,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	2.400,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			2.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.400,00
Função	04	Administração	2.400,00
Sub-função	122	Administração Geral	2.400,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	2.400,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	2.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.400,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	2.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			2.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de junho de 2016.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**DECRETO N.º 069/2016**

DECRETO Nº 069, DE 28 DE JUNHO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 149.935,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	149.935,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	149.935,00
Função	26	Transporte	149.935,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	149.935,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	149.935,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	149.935,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	149.935,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	149.935,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	149.935,00
Fonte de Recursos	0.1.0069.00334	Transferências de Convênios – Estado/outros – Conv. Conservação e Manutenção das Estradas Vicinais Municipais	149.935,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR .....			149.935,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do Excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Transferências de Convênios – Estado/outros – Conv. Conservação e Manutenção das Estradas Vicinais Municipais	0.1.0069.00334	149.935,00
TOTAL DO EXCESSO .....		149.935,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de junho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**LEI N.º 1.232/2016**

LEI Nº 1.232, DE 28 DE JUNHO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de até R\$ 9.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	9.000,00
Função	12	Educação	9.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	9.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	9.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	9.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			9.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	9.000,00

Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	9.000,00
Função	04	Administração	9.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	9.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	9.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	9.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos ordinários	9.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 28 de junho de 2016.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, visando a aquisição de calçados ocupacionais, as 14:00 horas do dia 11 de julho de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas será até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de junho de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 32/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, visando a aquisição de um elevador de veículos de passeio e de utilitários leves, 08:30 horas do dia 12 de julho de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas será até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de junho de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO CMAS 02/2016 APROVAÇÃO PLANO DE AÇÃO CO-FINANCIAMENTO FEDERAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LINDOIA DO SUL/SC

RESOLUÇÃO DE Nº 02 DE 28 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Plano de Ação 2016 para co-financiamento do Governo Federal.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Lindoia do Sul, com base nas suas competências e nas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 252/95 e considerando:

- A Lei n.º 8.742/93, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que dispõe sobre as competências do Conselho de Assistência Social.
- A Portaria do MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome n.º 625, de 10 de agosto de 2010 que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências.
- A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme Resolução nº 145/2004.
- A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo CNAS através da Resolução 109/2009 e suas atualizações.
- A deliberação do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária no dia 28 de junho de 2016, conforme ata nº 99.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal – SUAS – 2016.

Lindóia do Sul/SC, 28 de junho de 2016.

Elaine Pescador

Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social

# Lontras

## PREFEITURA

**EDITAL N° 056/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/2016

OBJETO: Aquisição de um veículo administrativo / operacional, novo, 0 Km, para o Corpo de Bombeiros de Rio do Sul. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 11/07/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 11/07/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br)– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 28 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

**EDITAL N° 068/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 068/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA SIMEC E SEUS MÓDULOS. Fundamentação legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: ALEX LUIZ DA SILVA - ME, CNPJ 21.690.014/0001-54. Lontras, 28 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO A ARP FMS 072.15

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA/SC

Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por sua Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia da Uva nº 902, Roça Grande na cidade de Colombo/PR, CEP 83.402-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, neste ato representada pela sócia administradora ROSEMERY AMÉRICO SALVADOR, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 4.241.127-2/ SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 007.889.149-36, denominado FORNECEDOR 6, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº 099/2015, Pregão Presencial nº 065/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACRÉSCIMO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, a alteração da ARP FMS nº 072/2015 passando o item 270 (Paracetamol comp. 750mg genérico) ao valor unitário de R\$ 0,059, em observância a Cláusula Sexta da supramencionada Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS CONTRATANTE	ROSEMERY AMERICO SALVADOR ANGAI DISTRIBUIDORA DE MED. LTDA EPP FORNECEDOR 6
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 034.16

Contrato PML. 034.16

Primeiro Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DESTINADO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO NO GINÁSIO MUNICIPAL DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72,

com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/nº, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), denominado CONTRATANTE, de um lado, e, de outro lado, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, neste ato representado por seu sócio administrador JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior e capaz, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.652.085 SSPSC e inscrito no CPF sob nº 040.937.649-30, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e Cláusula Sexta do Contrato PML.034.16 ajustam entre si o presente o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO NO GINÁSIO MUNICIPAL DO BAIRRO PORTAL DAS FLORES, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO ACRÉSCIMO

O presente instrumento tem por objeto aditar o Contrato supramencionado no valor correspondente a R\$ 4.199,48 (quatro mil cento e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), nos termos previstos em sua Cláusula Sexta, sob os fundamentos determinados pelo Setor de Planejamento do Município de Luzerna/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de junho 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	JUNIOR DE MATTOS CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### 9 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 089.14

Contrato pml.089.14

Nono Termo Aditivo

NOVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO

**E CRONOGRAMA EM ANEXO.**

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/nº, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE, de um lado, e, de outro lado, a ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, com sede na Av. Barão do Rio Branco, nº 56, 2º andar, sala B, Centro, em Joaçaba(SC), neste ato representado por seu sócio administrador, ANDRÉ LEMOS VIEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, maior, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 3.808.914, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 026.240.709-40, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e Cláusula Oitava do contrato pml.089.14 ajustam entre si o presente o NOVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM LAJOTA DE CONCRETO COM ÁREA DE 7.838,00 M² E EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) TRAVESSIAS ELEVADAS DE SEGURANÇA PARA PEDESTRES, CONFORME PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO., mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do cronograma de execução do contrato pml.089.14 até 31 de dezembro de 2016, prazo destinado aos consertos e adequações necessárias para a conclusão da obra em observâncias as diretrizes fixadas no projeto da obra.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 25 de maio de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ANDRÉ LEMOS VIEIRA ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA CONTRATADA
---	---

**TESTEMUNHAS:**

1. _____	2. _____
----------	----------

**DECRETO 2230**

DECRETO Nº 2230 de 28 de junho de 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1454 de 28 de junho de 2016,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 45.084,79  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nos limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 11.001.17.512.0064.1059 - Obras de Esgoto no Perímetro Urbano  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 45.084,79  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2231**

DECRETO Nº 2231 de 28 de junho de 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1437 de 28 de junho de 2016,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 18.461,11  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

**Resumo de Anulações**

Fonte: 00 - Recursos ordinários

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários .. R\$ 18.461,11

Limite de anulação ..... R\$ 18.641,11

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nos limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna.  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 15.445,61  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna.  
 Categoria Econômica - 4.6.90 - Aplicações Diretas - Amortização da Dívida  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 3.015,50  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

#### Resumo de Suplementações

Fonte: 00 - Recursos ordinários  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários .. R\$ 18.461,11

Limite de suplementação ..... R\$ 18.461,11

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN  
 Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0112016

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2016  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA ROÇA GRANDE  
 VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)  
 OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA ROÇA GRANDE, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.  
 DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.  
 VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	DÉLCIO SALVADOR ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA ROÇA GRANDE CONVENIADA
--	---

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0122016

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2016  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO  
 VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)  
 OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.  
 DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte

00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.  
 VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	LEOCIR STOFFEL ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO CONVENIADA
--	---

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0132016

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2016  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA  
 VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)  
 OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.  
 DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.  
 VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	IVONE DAHMER CASSEL ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA CONVENIADA
--	--

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0142016

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2016  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA VILA KENNEDY  
 VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)  
 OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA VILA KENNEDY, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.  
 DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.  
 VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	HILÁRIO PATZLAFF ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY CONVENIADA
--	---



**LEI 1454**

LEI Nº 1454 de 28 de junho de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 45.084,79

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto: 11.001.17.512.0064.1059 - Obras de Esgoto no Perímetro Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 45.084,79

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1455**

LEI Nº 1455 de 28 de junho de 2016.

"RATIFICA PARCERIA COM O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS QUE ESPECIFICA, VISANDO A PARTICIPAÇÃO CONJUNTA PARA A EXECUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BAIRRO PORTAL DAS FLORES NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica ratificada a parceria entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e o SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, visando a participação conjunta para a execução do SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no Bairro Portal das Flores no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, em decorrência da parceria ratificada no art. 1º desta Lei, efetuar o pagamento das despesas, no valor de R\$ 45.084,79 (quarenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos) referentes à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica do Bairro Portal das Flores para atender os equipamentos e maquinários necessários ao

Sistema de Esgotamento Sanitário implantados pelo SIMAE.

Art.3º-As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto: 11.001.17.512.0064.1059 - Obras de Esgoto no Perímetro Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 45.084,79

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1456**

LEI Nº 1456 de 28 de junho de 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER DÍVIDA DE EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer dívida do exercício de 2015 no valor de R\$ 527,28 (quinhentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) junto a Caixa Econômica Federal a qual não foi empenhada e liquidada na época própria.

Art. 2º - O valor de que trata o art. 1º se refere ao não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS da servidora LUCÉLIA PIRES DE LIMA LUIZ no período em que esteve afastada pelo INSS em auxílio doença acidentário.

Art.3º - Para empenhamento da despesa de que trata a presente será utilizada a dotação orçamentária proveniente do Projeto/Atividade nº 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração - Categoria Econômica - 3.1.90.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais - Recursos Ordinários do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1457**

LEI Nº 1457 de 28 de junho de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 18.461,11  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

#### Resumo de Anulações

Fonte: 00 - Recursos ordinários  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 18.461,11

Limite de anulação ..... R\$ 18.641,11

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna.  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 15.445,61  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.02.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna.  
Categoria Econômica - 4.6.90 - Aplicações Diretas - Amortização da Dívida  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 3.015,50  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

#### Resumo de Suplementações

Fonte: 00 - Recursos ordinários  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 18.461,11

Limite de suplementação ..... R\$ 18.461,11

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### LEI 1458

LEI Nº 1458 de 28 de junho de 2016.

“FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI :

Art.1º- O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para o quadriênio de 2017/2020, fica estabelecido nos termos desta Lei.

Art.2º- O subsídio do Prefeito Municipal será de R\$ 13.734,31 (treze mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos) mensais, em parcela única.

Art.3º- O subsídio do Vice-Prefeito Municipal será de R\$ 5.673,25 (cinco mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos) mensais, em parcela única.

Art.4º- O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 5.673,25 (cinco mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), mensais, em parcela única.

Art.5º- O subsídio dos Vereadores será de R\$ 1.992,45 (um mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos), mensais, em parcela única.

Art.6º- O subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores será de R\$ 2.988,68 (dois mil novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos) mensais, em parcela única.

Art.7º- No mês de dezembro de cada ano, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores farão jus à percepção do décimo terceiro subsídio, a razão de 1/12 (um doze avos), do subsídio por mês de exercício nos respectivos cargos.

Art.8º- A cada doze meses de exercício, o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, terão direito a férias remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio mensal.

Art.9º - O Vice-Prefeito, quando no exercício permanente de função administrativa junto à Administração Municipal, terá direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) de seu subsídio mensal.

Art.10 - A ausência do Vereador ou do Presidente da Câmara às sessões ordinárias implicará no desconto de R\$ 498,11 (quatrocentos e noventa e oito reais e onze centavos) e R\$ 747,17 (setecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), por sessão, respectivamente.

Parágrafo Único - A ausência será justificada, não incidindo o desconto, nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara, quando:

I. O Vereador encontrar-se em missão de representação da Câmara Municipal devidamente formalizada;

II. Acometido de doença comprovada por atestado médico;

III. Ocorrer comprovada internação hospitalar.

Art.11 - Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais.

Art.12- As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art.13 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



**LEI COMPLEMENTAR 155**

LEI COMPLEMENTAR Nº 155 de 28 de junho de 2016.

“ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003 - PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art.1º - Fica alterado o § 6º, incisos II e III do art. 5º da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003e alterações posteriores, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º - O Concurso Público para ingresso na Carreira será realizado por área de atuação, exigida:

...

II - Para Área 2 - 1º ao 5º ano - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, formação em Nível Superior, em curso de licenciatura plena na área;

III - Para a Área 3 - 6º a 9º ano - Anos Finais do Ensino Fundamental, formação em Nível Superior, de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente.”

Art.2º - Fica alterado o § 4º do art. 13 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003e alterações posteriores, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Entende-se por carga horária o conjunto de horas em atividades com alunos e as horas de trabalho pedagógico.

...

§ 4º - Os Professores das Áreas 2 e 3 poderão ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º deste artigo, nas horas destinadas ao trabalho pedagógico a serem cumpridas fora da Unidade Escolar e perceberão, sob a forma de aulas excedentes, àquelas efetivamente ministradas, o equivalente ao valor da hora aula individual de cada profissional, não podendo ultrapassar a 06 (seis), 04 (quatro) , 02 (duas) e 01 (uma) aulas excedentes para cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta) e 20 (vinte) e 10 (dez) horas de trabalho respectivamente.”

Art.3º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 permanecem inalteradas.

Art.4 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### Lei 833

LEI Nº833, DE 21 DE JUNHO DE 2016

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER

ÁREA URBANA EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, da Senhora Édina Ana Karpinski, parte da área urbana registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Caçador SC, sob nº 30454, atingida pelo arruamento da Servidão que dá acesso aos municípios que residem ao longo de sua extensão;

Art. 2º. - A área total doada corresponde à 209,20 metros quadrados, sem benfeitorias, subdividida em duas partes nominadas "A" e "B" da matrícula 30454, com as seguintes confrontações: Frente, com a Rua Dona Maria Mendes, com 4,00 metros; Fundos, com Pedrinho Campagnin, com 4,00 metros; Lado Direito, com 22,83 metros com a matrícula 30454 - área "A", com Édina Ana Karpinski; Ainda, no lado direito seguindo em sua extensão, com 32,00 metros, com a matrícula 30454, com Édina Ana Karpinski; Lado Esquerdo, com 21,17 metros com a matrícula 22118, de Valdiri Piatti; Ainda no Lado Esquerdo seguindo pela extensão da Rua, com 30,96 metros, com a matrícula 18494, de Ildacir Suldovski e Nelciane Suldovski; e, matrícula 22117 de Sueli Aparecida Cristaldo. Parágrafo único - Fica fazendo parte integrante dessa Lei o anexo I, correspondente ao mapa Geográfico do desdobro da área doada, constando as metragens e especificações supra mencionadas.

Art. 23 - As despesas Cartoriais e registrais, decorrente do recebimento da referida área, correrão por conta do Poder Público Municipal, através rubrica orçamentária específica.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, 26 DE JUNHO DE 2016.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

### Lei 834

LEI Nº834, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PARA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO RURAL DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA SC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a regulação do sistema viário rural do município de Macieira, visando os seguintes objetivos:

I - induzir o desenvolvimento pleno do município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio rural;

II - nominar, identificar, classificar e regulamentar a malha viária rural;

III - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições

de circulação e à regulamentação desta lei;

IV - hierarquizar as vias rurais, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar transporte, segurança e conforto;

V - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;

§ 1º. Eventuais adequações no sistema de circulação e de transportes do município de Macieira será objeto de plano específico, de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei e na do Plano Diretor, abrangendo circulação viária, transportes coletivos, de carga e passageiros e circulação de pedestres.

§ 2º. Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, sendo igualmente objeto de nova edição legal.

Art. 2º. Para efeito de aplicação desta lei, são adotadas as seguintes definições para as vias rurais:

a) Rodovias Principais; (MAC)

b) Rodovias Secundárias; (MAC)

§ 1º. Para efeitos do artigo anterior entende-se por:

I - Rodovias Principais: aquelas que orientam as principais correntes de tráfego rural e têm como objetivo atender o tráfego rural de maior distância, proporcionando ligação entre municípios, entre comunidades mais distantes e o acesso ao centro da cidade, servindo a um volume maior de tráfego.

II - Rodovias Secundárias: aquelas que têm finalidade canalizar o tráfego das vias principais, de um ponto a outro dentro da área rural, e a ligação até as propriedades rurais.

Art. 3º. Considera-se Sistema Viário Rural do município de Macieira o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabiliza a circulação de pessoas, veículos e cargas, em consonância e observância do Código de Postura do Município (Lei 801/2015).

§ 1º. Fica fazendo parte integrante da presente Lei, com estrita obediência, o Mapa Rodoviário de Macieira, a delimitação do Memorial Descritivo das Rodovias, que se realizaram com base nas normas do DENIT, com utilização de coordenadas UTM, datum WGS-84, obtidas do Google Earth, que são utilizadas exclusivamente para localização aproximada, conforme abaixo:

#### RODOVIAS ESTADUAIS (SC)

I - SC-350: Inicia na divisa de limite do município de Macieira e Caçador, no Bairro do Km-30, no bueiro do Córrego Lajeado Grande, coordenadas 474690;7038602, seguindo pela divisa entre os municípios de Macieira e Caçador, passando pelas comunidades do Km-30, Km-36, Km-40, até o limite de divisa com o município de Água Doce, na comunidade do Km-48, coordenadas 458900;7044475, com uma extensão de 18.388,00 metros.

II - SC-465: Inicia na divisa de limite do município de Macieira e Caçador, na Rodovia SC-350 no Bairro do Km-30, coordenadas 4773926;7038692, passando pela comunidade do Km-30, pela divisa entre a comunidade do Km-30 e Linha Tombini, pela comunidade do Paiol da Pedra, Linha Locatelli, até o limite do perímetro urbano de Macieira, coordenadas 463013;7029785 com uma extensão de 17.368,00 metros. Inicia novamente no o limite do perímetro urbano de Macieira coordenadas 462698;7029169, até o limite de divisa com o município de Arroio Trinta na linha Gramado coordenadas 463698;7027910, com uma extensão de 2.087,00

metros, totalizando 19.455 metros.

### III - RODOVIAS MUNICIPAIS PRINCIPAIS (MAC)

MAC- 365: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461060;7032342, passando pela Linha Alto Santo Antonio 1, até a confrontação da Mac- 180 com a Mac- 453, na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457855;7035225, com uma extensão de 7.099,00metros.

MAC-361: Inicia no limite do perímetro urbano de Macieira, no final da Rua Rodolfo Nickel, as margens do Rio Santo Antonio, coordenadas 462370;7029502, passando pela Linha Baixo Santo Antonio, até a divisa de limites com o município de Salto Veloso, coordenadas 461960;7028369, com uma extensão de 1.629,00metros.

MAC- 285: Inicia na Rodovia SC-465 na Linha Gramado, coordenadas 463761;7028034, passando pela Linha São Caetano, até a Linha São Domingos, na Mac-110, coordenadas 471698;7027520, com uma extensão de 10.543 metros.

MAC-165: Inicia no limite do perímetro urbano de Macieira, no Final da Rua Dona Maria Mendes , coordenadas 462477;7029852, passando pela Linha Alto Santo Antonio, Linha Paiol Queimado, Linha Tombini, até a SC -350, no KM-48, coordenadas 461819;7043061, com uma extensão de 21.658,00 metros.

MAC-110: Inicia na divisa de limite do município de Videira na Linha São Domingos, coordenadas 471725;7027141, passando pela Linha Aparecida, Linha Garibaldi, até a Rodovia SC-465, no Bairro do Km-30, coordenadas 473799;7038115, com uma extensão de 16.339,00 metros.

### IV - RODOVIAS MUNICIPAIS SECUNDARIAS (MAC)

MAC-490: Inicia na Mac-285, na Linha São Caetano, coordenadas 470386;7028629, até a Linha São Caetano, coordenadas 468971;7028404, com uma extensão de 1.568,00 metros.

MAC- 489: Inicia na Mac-361, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 461966;7028619, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 461660;7028452, com uma extensão de 428,00 metros.

MAC- 487: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 461588;7029400, até o limite de divisa com o município de Salto Veloso na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 460817;7028639, com uma extensão de 1.130,00 metros.

MAC- 486: Inicia na Mac-361, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 462345;7029495, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 462120;7029897, com uma extensão de 473,00 metros.

MAC- 485: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 460672;7029406, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 460249;7029812, com uma extensão de 616,00 metros.

MAC- 484: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 460171;7029623, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 456631;7029808, com uma extensão de 316,00 metros.

MAC- 483: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 459762;7029760, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 459813;7029967, com uma extensão de 250,00 metros.

MAC- 482: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 458812;7030187, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 458540;7030142, com uma extensão de 441,00 metros.

MAC- 481: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Locatelli, coordenadas 463107;7029918, até a Linha Locatelli, coordenadas 463286;7030186, com uma extensão de 372,00 metros

MAC-475: Inicia na Mac-367, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 466056;7031665, até a Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465191;7031256, com uma extensão de 1.052,00 metros.

MAC- 474- Inicia na Mac-375, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461010;7031572, até a Mac-473 na Linha Alto Santo Antonio , coordenadas 461092;7031746, com uma extensão de 193,00 metros.

MAC- 473: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461643;7031465, até a Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 460757;7031925, com uma extensão de 1.176,00 metros.

MAC- 472: Inicia na Mac-378, na Linha Baixo Santo Antonio,

coordenadas 457541;7031264, até a Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 457888;7031840, com uma extensão de 830,00 metros.

MAC-469: Inicia na Mac-358, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 463989;7032509, até a Linha Paiol da Pedra, coordenadas 463647;7032349, com uma extensão de 461,00 metros.

MAC- 468: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 460787;7032455, até a Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 460737;7032202, com uma extensão de 312,00 metros.

MAC-467: Inicia na Mac-110, na Linha Aparecida, coordenadas 473691;7032399, até a Linha Aparecida, coordenadas 474277;7032534, com uma extensão de 714,00 metros.

MAC- 466: Inicia na Mac-375, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 459158;7032784, até a Linha Alto Santo Antonio1 , coordenadas 460093;7032484, com uma extensão de 1.251,00 metros.

MAC-465: Inicia na Mac-364, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465155;7032646, até a Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465202;7032997, com uma extensão de 440,00 metros.

MAC- 464: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 460220;7033059, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 459947;7033600, com uma extensão de 622,00 metros.

MAC-463: Inicia na Mac-364, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465021;7032774, até a Linha Paiol da Pedra, coordenadas 464986;7032964, com uma extensão de 232,00 metros.

MAC- 462: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 459406;7033488, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 459291;7033823, com uma extensão de 402,00 metros.

MAC- 461: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 458948;7033567, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 458998;7033745, com uma extensão de 202,00 metros.

MAC- 460: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 45458016;7033765, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 457660;7033805, com uma extensão de 396,00 metros.

MAC-459: Inicia na Mac-110, na Linha Garibaldi, coordenadas 473689;7033930, até a Linha Garibaldi, coordenadas 474227;7034345, com uma extensão de 725,00 metros.

MAC- 458: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461906;7034020, até a Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 462275;7034406, com uma extensão de 578,00 metros.

MAC-457: Inicia na Mac-110, na Linha Garibaldi, coordenadas 473375;7034917, até a Linha Garibaldi, coordenadas 471944;7034058, com uma extensão de 1.632,00 metros.

MAC- 456: Inicia na Mac-365, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 458439;7034138, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 458823;7034304, com uma extensão de 495,00 metros.

MAC- 455: Inicia na Mac-166, na Linha Paiol Queimado , coordenadas 461067;7034524, até Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 460183;7034727, com uma extensão de 1.776,00 metros.

MAC-454: Inicia na Mac-256, na Linha Palmeira, coordenadas 465658;7034859, até a Linha Palmeira, coordenadas 465572;7035250, com uma extensão de 778,00 metros.

MAC- 453: Inicia na intersecção da Mac-365 com a Mac-180, na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457847;7035222, até a Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457050;7035074, com uma extensão de 931,00 metros.

MAC- 452: Inicia na Mac-453, na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457566;7035072, até a Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457554;7035264, com uma extensão de 208,00 metros

MAC-451: Inicia na Mac-256, na Linha Palmeira, coordenadas 467985;7035419, até a Linha Palmeira, coordenadas 466631;7035542, com uma extensão de 1.431,00 metros.

MAC-448: Inicia na Mac-245, na Linha Tombini, coordenadas 464461;7036632, até a Linha Tombini , coordenadas 463932;7035909, com uma extensão de 1.016,00 metros.

MAC- 447: Inicia na Mac-165, na Linha Paiol Queimado, coordenadas 459755;7036695, até a na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 458702;7035942, com uma extensão de 1.406,00 metros.

MAC- 446: Inicia na Mac-165, na Linha Paiol Queimado, coordenadas 459420;7036652, até a na Linha Paiol Queimado, coordenadas



459192;7037100, com uma extensão de 1.144,00 metros  
MAC- 445: Inicia na Mac-180, na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457572;7036561, até a Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 456943;7036987, com uma extensão de 1.038,00 metros.  
MAC-433: Inicia na Rodovia SC-350, na comunidade do Km-30, coordenadas 472041;7039372, até a comunidade do Km-30, coordenadas 472268;7038380, com uma extensão de 1.235,00 metros.  
MAC-428: Inicia na Rodovia SC-350, na comunidade do Km-36, coordenadas 470504;7040239, até a comunidade do Km-30, coordenadas 470681;7038959, com uma extensão de 1.496,00 metros.  
MAC-425: Inicia na Mac-340, na divisa das comunidades do Km-46 e Km-40, coordenadas 467284;7040243, até a comunidade do Km-46, coordenadas 466748;7040018, com uma extensão de 742,00 metros

MAC- 420: Inicia na Mac-165, no Km-48, coordenadas 459539;7040851, até a Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 458756;7040585, com uma extensão de 1.051,00 metros.

MAC- 378: Inicia na Mac-375, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 461754;7029506, , até o limite de divisa com o município de Agua Doce na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 457505;7031252, com uma extensão de 5.665,00 metros.

MAC- 375: Inicia na Mac-361, na Linha Baixo Santo Antonio, coordenadas 462257;7029535, passando pela Linha Alto Santo Antonio, até a Linha Alto Santo Antonio 1, na Mac-365, coordenadas 459371;7033324, com uma extensão de 7.782,00 metros.

MAC-372: Inicia na Mac-285, na Linha Gramado, coordenadas 466498;7028564, até o limite de divisa com o município de Arroio Trinta na Linha Gramado, coordenadas 465593;7027816, com uma extensão de 1.578,00 metros.

MAC- 368: Inicia na Mac-375, na Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 458942;7032242, até a Linha Alto Santo Antonio 1, coordenadas 456872;7033125, com uma extensão de 3.198,00 metros.

MAC-367: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Locatelli, coordenadas 464028;7029999, até na Mac-285, na Linha Gramado, coordenadas 464647;7029102, com uma extensão de 1.174,00 metros.

MAC-366: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465705;7032615, até a Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 468507;7034814, com uma extensão de 7.092,00 metros.

MAC- 364: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461335;7032298, até a SC-465 na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465562;7032998, com uma extensão de 6.350,00 metros.

MAC-363: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 465509;7032278, até a Mac-285, na Linha São Caetano, coordenadas 469182;7029700, com uma extensão de 5.024,00 metros.

MAC-362: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Locatelli, coordenadas 463345;7030019, até a Rodovia SC-465, na Linha Locatelli, coordenadas 465406;7031716, com uma extensão de 2.550,00 metros.

MAC-358: Inicia na Mac-364, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 464512;7033089, até a Linha Paiol da Pedra, coordenadas 463270;7031756, com uma extensão de 1.983,00 metros.

MAC-351: Inicia na Rodovia Mac-265, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 468865;7032609, até na Linha São Domingos, coordenadas 469326;7031142, com uma extensão de 3.933,00 metros.

MAC-348: Inicia na Rodovia SC-350, na comunidade do Km-36, coordenadas 469209;7041382, até a comunidade do Km-36, coordenadas 468126;7039964, com uma extensão de 1.872,00 metros.

MAC-340: Inicia na Mac-245, na Linha Tombini, coordenadas 463439;7037407, passa pela divisa das comunidades do Km-36 e Km-40, até a Rodovia SC-350, coordenadas 468543;7041584, com uma extensão de 10.305,00 metros.

MAC-328: Inicia na Mac-110, na Linha Garibaldi, coordenadas 473331;7036426, até a o limite de divisa do município de Caçador na Linha São Luiz, coordenadas 476259;7035092, com uma extensão de 3.302,00 metros.

MAC-282: Inicia na Mac-285, na Linha São Caetano, coordenadas

470198;7029022, até a Mac-110 na Linha São Domingos, coordenadas 472431;7029614, com uma extensão de 3.517,00 metros.

MAC-272: Inicia na Mac-105, na Linha Aparecida, coordenadas 474428;7031797, até a o limite de divisa com o município e Caçador, coordenadas 474551;7031550, com uma extensão de 251,00 metros.

MAC- 268: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 4612194;7033276, até a Mac-364, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461456;7033307, com uma extensão de 443,00 metros.

MAC-265: Inicia na Mac-366, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 468336;7032905, até a Mac-366, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 469009;7033237, com uma extensão de 2.717,00 metros.

MAC-258: Inicia na Mac-256, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 466242;7034028, até a Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 467086;7034432, com uma extensão de 1.305,00 metros

MAC-256: Inicia na Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 466474;7033368, passa pela linha Palmeira até a Rodovia SC-465, na Linha Paiol da Pedra, coordenadas 468687;7035477, com uma extensão de 6.246,00 metros.

MAC- 245: Inicia na Mac-165, na Linha Paiol Queimado, coordenadas 461098;70362750, até a Rodovia SC-465 na Linha Tombini, coordenadas 469174;7035681, com uma extensão de 10.463,00 metros.

MAC- 180: Inicia na intersecção da Mac-365 com a Mac-453, na Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457847;7035222, até a Linha Alto Santo Antonio 2, coordenadas 457570;7038291, com uma extensão de 4.860,00 metros.

MAC- 166: Inicia na Mac-165, na Linha Alto Santo Antonio, coordenadas 461279;7033733, até a Mac- 165, na Linha Paiol Queimado, coordenadas 461388;7036025, com uma extensão de 3.098,00 metros.

MAC- 125: Inicia na Mac-282, na Linha São Domingos, coordenadas 471224;7029493, até a Linha São Domingos, coordenadas 471212;7031251, com uma extensão de 2.342 metros.

MAC- 105: Inicia na confrontação da Mac-110 com a Mac-468, na Linha Aparecida, coordenadas 474376;7031549, até o limite de divisa com o município de Caçador, na Linha São Luiz, coordenadas 475627;7036244, com uma extensão de 6.554,00 metros.

§ 2º. As vias principais, secundárias e novas a serem instituídas pelo Município deverão respeitar essas coordenadas e serem incluídas no parágrafo anterior e seus incisos, bem como no memorial para todos os fins legais.

Art . 4º. As vias do Sistema Viário Rural do Município de Macieira são classificadas, segundo normas do DENIT, e a natureza da sua circulação e do Macro zoneamento do uso do solo rural, podendo virem a sofrer novas alterações de acordo com a necessidade e do fluxo viário.

§ 1º. Institui-se o mapa rodoviário rural do Município de Macieira com a identificação das localidades interioranas, que descrevem as principais rodovias, vias principais e secundárias, bem como seus acessos, para a localização e deslocamento.

§ 2º. O mapa e memorial descrito ficam fazendo parte integrante desta lei, como Anexo I e constam no Mapa 1 – “Mapa Rodoviário”, constando as localizações, distancia e localizações das Rodovias Municipais

§3º. Quando da implantação do sistema viário rural em áreas já ocupadas, as vias classificadas como principais ou secundárias poderão ter solução em binário, desde que as caixas de rolamento das vias suportem pelo menos duas faixas de tráfego, de acordo com a necessidade do Município e fluxo de trânsito.

Art .5º. As vias a serem abertas serão destinadas exclusivamente à circulação, não podendo ser computadas como áreas para estacionamento de uso público ou privado das unidades imobiliárias lindeiras.

Art. 6º. As vias rurais municipais, serão implantadas de acordo com as medidas e dimensões determinadas pela Lei Específica, e nesta Municipalidade obedecerão às seguintes dimensões:

I – Rodovias Municipais Principais: no mínimo 08 (oito) metros de largura da pista de rolamento, e, 2 (dois) metros de cada lado de faixa domínio;

II – Rodovias Municipais Secundárias: no mínimo, 06 (seis) metros de largura de pista de rolamento, e 2 (dois) metros de cada lado de faixa de domínio;

Parágrafo Único – As vias acima identificadas são rodovias municipais, e serão mantidas e conservadas pelo poder público. As vias que não integrarem essa Lei não serão consideradas públicas e deverão ser mantidas e conservadas pelos respectivos proprietários.

Art. 7º. Fica expressamente proibido a quem quer que seja, abrir, fechar, desviar ou modificar estradas, sem licença do Município.

Art. 8º. O Poder Público Municipal deverá implementar toda a sinalização útil e necessária nas rodovias e estradas sob sua jurisdição.

Art. 9º. O escoamento de águas pluviais será feito de forma que não prejudique a parte transitável da estrada e nem as propriedades particulares.

Art. 10. Na hipótese da necessidade pública de alargamento das estradas municipais para atender ao disposto no art. 6º., o Município realizará as obras que forem necessárias observando-se as dimensões desta Lei.

Art. 11. O Sistema Viário Municipal poderá ser aumentado, diminuído e/ou alterado mediante lei específica, desde que observe e obedeça as orientações gerias do plano diretor (Lei 801/2015 ) e desta Lei.

Art. 12. O poder Executivo Municipal poderá, através de Decreto, regulamentar a presente Lei no que for necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as Leis anteriores que disciplinavam a matéria desta Lei.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.  
EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **portaria 3515**

PORTARIA N.º 3515/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),  
RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Delfino da Silva, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por tempo indeterminado e encaminhado a aposentadoria por invalidez, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **portaria 3516**

PORTARIA N.º 3516/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),  
RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Alexa Raquel Di Domenico, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, até 07/09/2016, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **portaria 3517**

PORTARIA N.º 3517/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),  
RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Adelino Casagrande Gomes, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por 60 dias, a contar de 08/06/2016, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **portaria 3518**

PORTARIA N.º 3518/2016

"Admite Servidor que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 39, de 28/12/2009.

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Senhora, Elaine Vicentin, para ocupar o Cargo de Professora, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por 10(dez) horas semanais, em substituição a titular do cargo a Sra. Alexa Raquel Di Domenico, que se encontra em tratamento de saúde, com efeitos a contar de 09 de junho de 2016, até o retorno da titular.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 13 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**portaria 3519**

PORTARIA N.º 3519/2016

Conceder Conversão de Licença Prêmio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

## RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 15 DIAS DE LICENÇA PREMIO, ao Servidor Público Municipal, AILSON GOMES, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para pagamento no mês 06/2016.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 13 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3520**

PORTARIA N.º 3520/2016

"Altera portaria que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

## RESOLVE:

ALTERA portaria 3414/16, referente ao cargo do Servidor Joaquin Antonio de Souza, contratado como 20 horas de Gari, para 20 horas de Serviços Gerais I, a contar desta data. Os demais itens referente a portaria permanecem inalterados.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 14 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**portaria 3521**

PORTARIA N.º 3521/2016

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado medico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Ana Ap Weizmann	Serv Gerais II	16/05/2016	01
Cleide M C Serighelli	Serv Gerais II	25/05/2016	01
Marina Werner	Nutricionista	30/05/2016	01
Marina Werner	Nutricionista	03/06/2016	01
Marina Werner	Nutricionista	10/06/2016	01
Fatima Paloschi	Serv Gerais II	31/05/2016	01
Marlise Scapin	Dir. Saude	14/06/2016	04
Elaine Vicentin	Professora	14/06/2016	02
Elaine Maffiletti	Professora	15/06/2016	01
Elaine Maffiletti	Professora	01/06/2016	01
Claudia P A Tonello	Professora	10/06/2016	01
Regina L Telegem	Professora	16/06/2016	01
Daiane Locatelli	Ag Com de Saude	02/06/2016	01
Suziane F Tomazi	Ag Com de Saude	25/05/2016	01
Cleciene R dos Santos	Professora	23/05/2016	02
Cristina Lazzarotti	Professora	16/06/2016	01
Lucilene Perego	Tec Enfermagem	07/06/2016	01
Lucilene Perego	Tec Enfermagem	15/06/2016	01
Alexa R Di Domenico	Professora	19/05/2016	90

Edina de Oliveira Pinto	Serv Gerais II	20/05/2016	01
Edina de Oliveira Pinto	Serv Gerais II	14/06/2016	01
Edina de Oliveira Pinto	Serv Gerais II	01/06/2016	01
Edilene Piati	Aux Administrativo	18/05/2016	01
Alissandra Arconti	Vigia	15/06/2016	01
Alissandra Arconti	Vigia	09/06/2016	03
Alissandra Arconti	Vigia	17/05/2016	10
Saete Pereira	Serv Gerais I	20/05/2016	01
Nelson de Queiroz	Serv Gerais II	07/06/2016	02
Mirian Baptistela	Ag Com de Saúde	02/06/2016	02
Mirian Baptistela	Ag Com de Saúde	23/05/2016	01
Mirian Baptistela	Ag Com de Saúde	16/06/2016	01
Liliane Cordeiro	Enfermeira	06/06/2016	01
Rafael Balbisan	Medico	16/06/2016	01
Rafael Balbisan	Medico	17/05/2016	01
Maldines Locatelli	Psicóloga	19/05/2016	01
Eduardo M Zilio	Analista de sistemas	06/06/2016	01
Eduardo M Zilio	Analista de sistemas	15/06/2016	01
Beatriz Pereira Santos	Odontologa	02/06/2016	01
Odete G Pinto	Serv Gerais II	20/05/2016	15
Cassiane Farinon	Ag Ind Com Turismo	24/05/2016	02
Juliana Bertotto	Professora	25/05/2016	01
Elizangela Liz Leite	Enfermeira	06/06/2016	01
Elizangela Liz Leite	Enfermeira	08/06/2016	01
Rosane Bertotto	Controle Interno	19/05/2016	01
Larini Grahl	Recepcionista	20/05/2016	01
Larini Grahl	Recepcionista	14/06/2016	01

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de junho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### portaria 3522

PORTARIA N.º 3522/2016

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Aline Petry	Serviços Gerais I	21/06/2016
Irene Fatima Ribeiro	Gari 20 horas	14/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 21 de junho de 2016.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

### portaria 3523

PORTARIA N.º 3523/2016

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Odete G Pinto, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por 120 dias, a contar de 20/06/2016, conforme atestado médico em anexo.



Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 21 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**portaria 3524**

PORTARIA N. ° 3524/2016

"Admite Servidor que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº39, de 28/12/2009.

**RESOLVE:**

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Senhora, Jussara da Silva, para ocupar o Cargo de Gari, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, por 20(vinte) horas semanais, com efeitos a contar desta data, até o dia 28/10/2016.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 21 de junho de 2016.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 05/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

Objeto: Acréscimo de 25% do quantitativo dos medicamentos relacionados no termo.

Cláusula Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de 25% do quantitativo dos medicamentos relacionados no termo.

Cláusula Segunda – Do valor do Contrato

Fica acrescido o valor de R\$ 4.172,63 (quatro mil cento e setenta e dois reais e sessenta e três centavos) ao contrato 05/2016, devido ao acréscimo nos quantitativos dos medicamentos conforme acima relacionados

Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de prestação de serviços, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá, 28 de junho de 2016.

### RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO - TP - 40/2016

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento das Propostas de Preço.

Tomada de Preço nº 40/2016

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento das Propostas do Processo Licitatório nº 40/2016 – Tomada de Preço, referente a contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

A Comissão decidiu por unanimidade de seus membros: CLASSIFICAR por estar de conformidade com o ato convocatório, conforme segue: em 1º lugar a proposta da empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA, com o valor global de R\$ 262.009,77 (duzentos e sessenta e dois mil nove reais e setenta e seis centavos), em 2º lugar a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, com valor global de R\$ 262.623,04 (duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos).

Maracajá/SC, 27 de junho de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa.

Presidente da Comissão de Licitação

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 563/2016

DECRETO Nº 563, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 300.000,00 (Trezentos mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 300.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Convênio nº 1391/2016, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha e a Prefeitura Municipal de Maravilha/SC, visando a execução de pavimentação com pedras irregulares no interior do município, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2422.00.00 – Transferências do Estado

2422.99.00 – Outras Transferências do Estado

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios – Outros R\$: 300.000,00

Art. 3º As despesas deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3310 DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3310 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Altera o Art. 3º e o § 1º do Art. 3º do Decreto 2907 de 09 de maio de 2014

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art.1º O Art. 3º do Decreto 2907 de 09 de maio de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Preço Público para a utilização e ou locação dos espaços no Centro Esportivo Municipal ficam estabelecidos de acordo com a seguinte tabela:

Local – Pavilhão A				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Quadra Poliesportiva	Mensalista	Jogo	Hora	0,6
	Não mensalista	Jogo	Hora	0,75
Campo de Futebol Suíço	Mensalista	Jogo	Hora	0,75
	Não mensalista	Jogo	Hora	0,85
Placa de Publicidade - quadra interna	-	-	Anuidade	12
Placa de Publicidade - paredes laterais	-	-	Anuidade	9
Local – Pavilhão B				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Baile com duração até 05h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	25
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	35
	Particular	Baile	Por dia	45
Baile com duração até 05h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	13
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	25
	Particular	Baile	Por dia	35
Baile com duração até 07h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	36
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	40
	Particular	Baile	Por dia	52
Baile com duração até 07h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	20
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	30
	Particular	Baile	Por dia	40
Local – Pavilhão C				
Imóvel	Modalidade	Evento	Período	Multiplicador UFM
Baile com duração até 05h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	25
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	35
	Particular	Baile	Por dia	45
Baile com duração até 05h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	13
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	25
	Particular	Baile	Por dia	35
Baile com duração até 07h00. (com cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	36
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	40
	Particular	Baile	Por dia	52
Baile com duração até 07h00. (sem cobrança de estacionamento)	Entidades sem fins lucrativos e de caráter Filantrópico	Baile	Por dia	20
	Associações/Clubes	Baile	Por dia	30
	Particular	Baile	Por dia	40

Art. 2º O § 1º do Art. 3º do Decreto 2907 de 09 de maio de 2014 passa vigorar com a seguinte redação:

“§1º Os respectivos valores estabelecidos no caput do artigo são valorizados pela UFM (Unidade Fiscal Municipal) que corresponde à R\$ 82,50”.

Art.8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 24 de Junho de 2016

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **DECRETO Nº. 3308 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº. 3308 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2089 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA

0701 – 31900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 7.000,00 (Sete Mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminado:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2089 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA

0701 – 44900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 24 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **DECRETO Nº. 3309 DE 13 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº. 3309 DE 13 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção DO Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Receita de Impostos – Educação ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 13 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **DECRETO Nº. 3311 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº. 3311 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco Mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação ..... R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 24 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **DECRETO Nº. 3312 DE 24 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº. 3312 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Receita de Impostos – Educação ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 24 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 23.2016 PP 13.2016 (FMS)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016  
ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015,

ONDE SE LIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HI-WALL, 12.000 BTUS/H, FRIO, COR BRANCA, MONOFÁSICO, 220 VOLTS.	UNID	04	R\$ 1.434,29	R\$ 5.737,16
02	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HI-WALL, 18.000 BTUS/H, FRIO, COR BRANCA, MONOFÁSICO, 220 VOLTS.	UNID	07	R\$ 1.918,82	R\$ 13.431,74
03	TELEVISOR DE TELA PLANA LED, 32" HD, USB, HDMI, RESOLUÇÃO 1366X768.	UNID	11	R\$ 1.181,50	R\$ 12.996,50
04	MÓVEIS EM MDF BRANCO, TX 18MM, TAMPOS DE 45MM.	UNID	01	R\$ 26.706,61	R\$ 26.706,61
TOTAL: R\$ 58.872,01 (CINQUENTA E OITO MIL OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E UM CENTAVO).					

PÁGINA 14 E 15

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HI-WALL, 12.000 BTUS/H, FRIO, COR BRANCA, MONOFÁSICO, 220 VOLTS.	UNID	04	R\$ 1.434,29	R\$ 5.737,16
02	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, HI-WALL, 18.000 BTUS/H, FRIO, COR BRANCA, MONOFÁSICO, 220 VOLTS.	UNID	07	R\$ 1.918,82	R\$ 13.431,74
03	TELEVISOR DE TELA PLANA LED, 32" HD, USB, HDMI, RESOLUÇÃO 1366X768.	UNID	11	R\$ 1.181,50	R\$ 12.996,50
TOTAL: R\$ 32.165,40 (TRINTA E DOIS MIL CENTO E SESENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).					

PÁGINA 14 E 15

Massaranduba (SC), 29 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI  
PREGOEIRO

### **ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 24.2016 PP 14.2016 (FMS)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016  
ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 (FMS),

ONDE SE LIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ REF.	R\$ TOTAL
...	...	...	...	...	...
3	PROPÉ TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO	UNID.	200	R\$ 5,11	R\$ 1.022,00
4	TOUCAS COM ELÁSTICO TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO	UNID.	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
5	SACO PARA INTENSIFICADOR DE IMAGEM TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR BRANCA	UNID.	2	R\$ 68,20	R\$ 136,40
6	LENÇOL DE CAMA PERCAL 200 FIOS BRANCO 160X250	UNID.	200	R\$ 29,42	R\$ 5.884,00



7	COBERTOR FINO TIPO MANTA MICROFIBRAS 150X200	UNID.	70	R\$ 35,00	R\$ 2.450,00
8	EDREDON PERCAL 200 FIOS MISTO BRANCO 160X250	UNID.	70	R\$ 71,15	R\$ 4.980,50
9	FRONHAS PERCAL 200 FIOS BRANCO 50X70	UNID.	200	R\$ 7,24	R\$ 1.448,00
10	TOALHA DE BANHO TAM 70X140 TECIDO 100% ALGODÃO E 100% COTTON NA COR AZUL CLARO.	UNID.	50	R\$ 12,18	R\$ 609,00
11	BRIM SARJA 100% ALGODÃO, 2X1 GRAMATURA 208,0 G/M2, LARGURA 1,60 COM TRATAMENTO IDANTRENE. NA COR CLARA BEGE OU VERDE CLARO	ME-TRO	1.400	R\$ 9,94	R\$ 13.916,00
12	TOALHA DE ROSTO TAM 50X80 TECIDO 100% ALGODÃO E 100% COTTON NA COR AZUL CLARO.	UNID.	50	R\$ 6,35	R\$ 317,50
13	TRAVESSEIRO HOSPITALAR COM ESPUMAS DE BLOCO ÚNICO DE POLIURETANO ANTIÁCARO, ANTIFUNGICIDA E ANTIALÉRGICA, COM DENSIDADE D26, COSTURADO ELETRONICAMENTE, REVESTIDO EM COURVIM DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, ACABAMENTO COM ZÍPER E ILHÓS PARA RESPIRO. TAMANHO: 60X40X10CM	UNID.	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00

VALOR TOTAL: R\$ 41.403,38

PÁGINA 14 E 15; 16 E 17

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	R\$ REF.	R\$ TOTAL
...	...	...	...	...	...
3	PROPÉ TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO	UNID	200	R\$ 5,11	R\$ 1.022,00
4	TOUCAS COM ELÁSTICO TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO	UNID	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
5	SACO PARA INTENSIFICADOR DE IMAGEM TECIDO DE BRIM LEVE 100% ALGODÃO NA COR BRANCA. DIMENSÕES: 1,60X2X1,40M.	UNID	2	R\$ 68,20	R\$ 136,40
6	LENÇOL DE CAMA PERCAL 200 FIOS BRANCO 160X250, 100% ALGODÃO.	UNID	200	R\$ 29,42	R\$ 5.884,00
7	COBERTOR FINO TIPO MANTA MICROFIBRAS 150X200	UNID	70	R\$ 35,00	R\$ 2.450,00
8	EDREDON PERCAL 200 FIOS MISTO BRANCO 160X250	UNID	70	R\$ 71,15	R\$ 4.980,50
9	FRONHAS PERCAL 200 FIOS BRANCO 50X70, 100% ALGODÃO	UNID	200	R\$ 7,24	R\$ 1.448,00
10	TOALHA DE BANHO TAM 70X140 TECIDO 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO.	UNID	50	R\$ 12,18	R\$ 609,00
11	BRIM SARJA 100% ALGODÃO, 2X1 GRAMATURA 208,0 G/M2, LARGURA 1,60 COM TRATAMENTO IDANTRENE. NA COR CLARA BEGE OU VERDE CLARO	METRO	1.400	R\$ 9,94	R\$ 13.916,00
12	TOALHA DE ROSTO TAM 50X80 TECIDO 100% ALGODÃO NA COR AZUL CLARO.	UNID	50	R\$ 6,35	R\$ 317,50
13	TRAVESSEIRO HOSPITALAR COM ESPUMAS DE BLOCO ÚNICO DE POLIURETANO ANTIÁCARO, ANTIFUNGICIDA E ANTIALÉRGICA, COM DENSIDADE D26, COSTURADO ELETRONICAMENTE, REVESTIDO EM COURVIM DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, ACABAMENTO COM ZÍPER E ILHÓS PARA RESPIRO. TAMANHO: 60X40X10CM	UNID	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00

VALOR TOTAL: R\$ 41.403,38

PÁGINA 14 E 15; 16 E 17

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:  
ONDE SE LIA:

DATA:	05 DE JULHO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba/SC - Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	07h30min até 08h00min
ABERTURA DO PROCESSO:	08h30min

PÁGINA 01

LEIA-SE:

DATA:	26 DE JULHO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba/SC - Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	07h30min até 08h00min
ABERTURA DO PROCESSO:	08h30min

## PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 29 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI

PREGOEIRO

**ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 80.2016 PP 48.2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015,

ONDE SE LIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PNEU 215/75 ARO 17.5 126/124L DSR 165, MISTO/TRAÇÃO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 13MM, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	10	UNID	R\$ 680,00	R\$ 6.800,00
2	PNEU 17.5/25 BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETROESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 25MM, CERTIFICADO PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA, ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 1 ANO DE FABRICAÇÃO.	6	UNID	R\$ 2.700,00	R\$ 16.200,00
3	PNEU DIANTEIRO TRATOR, NOVO, 750 X 16, 10 LONAS COM 3 FRISOS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	4	UNID	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00
4	CÂMARA 23,1/26 12 P.R, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
5	CÂMARA 7,50, ARO 16, PARA D-40, NOVA, BICO LONGO DE FERRO, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 40,00	R\$ 800,00
6	CÂMARA 7,5, ARO 16, PARA TRATOR AGRÍCOLA, BICO CURTO DE BORRACHA, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 40,00	R\$ 800,00
TOTAL: R\$ 31.400,00 (TRINTA E UM MIL E QUATROCENTOS REAIS)					

## PÁGINA 16

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PNEU 215/75 ARO 17.5 126/124L DSR 165, MISTO/TRAÇÃO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 13MM, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	10	UNID	R\$ 930,00	R\$ 9.300,00
2	PNEU 17.5/25 BORRACHUDO 12 LONAS, PARA RETROESCAVADEIRA JCB, NOVO, SULCO PROFUNDIDADE MÍNIMA 25MM, CERTIFICADO PELO INMETRO. NO ATO DA ENTREGA, ESTE PNEU NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 1 ANO DE FABRICAÇÃO.	6	UNID	R\$ 2.700,00	R\$ 16.200,00
3	PNEU DIANTEIRO TRATOR, NOVO, 750 X 16, 10 LONAS COM 3 FRISOS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	4	UNID	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00
4	CÂMARA 23,1/26 12 P.R, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
5	CÂMARA 7,50, ARO 16, PARA D-40, NOVA, BICO LONGO DE FERRO, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
6	CÂMARA 7,5, ARO 16, PARA TRATOR AGRÍCOLA, BICO CURTO DE BORRACHA, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	20	UNID	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00
TOTAL: R\$ 36.800,00 (TRINTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)					

## PÁGINA 16

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LIA:

DATA DE ABERTURA:	06 DE JULHO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 07h30min até 08h00min
ABERTURA DO PROCESSO:	08h30min

## PÁGINA 01

**LEIA-SE:**

DATA DE ABERTURA:	25 DE JULHO DE 2016
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 07h30min até 08h00min
ABERTURA DO PROCESSO:	08h30min

Massaranduba (SC), 29 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI  
PREGOEIRO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2016

Extingue cargos comissionados e efetivos da estrutura administrativa do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica extinto o cargo de Biólogo do quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criado pela Lei Complementar nº 67 de 10 de abril de 2015, Anexo II.

Art. 2º Fica extinto o cargo de Economista do quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criado pela Lei nº 491 de 27 de abril de 1993, Anexo II alterado pela Lei Complementar nº 55 de 25 de Junho de 2013.

Art. 3º Fica extinto o cargo de Fiscal do Meio Ambiente do quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criado pela Lei Complementar nº 062 de 17 de Outubro de 2014, Anexo III.

Art. 4º Fica extinto o cargo de Operador de Trator de Esteirado quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criado pela Lei Complementar nº 491 de 27 de abril de 1993, Anexo VI alterado pela Lei Complementar nº 55 de 25 de Junho de 2013.

Art. 5º Ficam extintos os cargos de Gerente de Direção Escolar, Gerente de Manutenção Geral e Gerente de Patrimônio do quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criados pela Lei Complementar nº 022 de 01 de Julho de 2009, Anexo I alterado pela Lei Complementar nº 79 de 01 de abril de 2016.

Art. 6º Fica extinto o cargo de Gerente de Serviços Agropecuários do quadro de Pessoal da Administração Direta do Município criado pela Lei Complementar nº 022 de 01 de Julho de 2009, Anexo II alterado pela Lei Complementar nº 79 de 01 de abril de 2016.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de Junho de 2016  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2016

Transforma a função comissionada em gratificada de Coordenador da Atenção Básica

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transformada a função comissionada em gratificada de Coordenador da Atenção Básica constante no Anexo I da Lei Complementar nº 55/2013, alterado pela Lei Complementar nº 79/2016.

I - Coordenador (a) da Atenção Básica

a) Anexo I

b) Categoria Funcional: Coordenador (a) da Atenção Básica

c) Vagas: 01 (uma)

d) Atribuições:

1) Coordenar a elaboração e a execução da Política Municipal de Saúde, e as Estratégias da Atenção Básica em consonância com as políticas

estadual e nacional respeitando os princípios do SUS;

- 2) Estabelecer normas e protocolos para as atividades nas Unidades de Saúde, no que concerne a promoção, prevenção e recuperação da saúde;
- 3) Coordenar a elaboração/atualização de normas e protocolos para execução das ações e programas de Atenção Básica na Rede Municipal de Saúde;
- 4) Coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar os serviços de Atenção Básica executados pelas Unidades, assegurando o cumprimento dos princípios do SUS e as normas da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5) Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades da Rede Municipal de Saúde, assegurando o cumprimento dos princípios e normas do SUS e da Prefeitura Municipal de Massaranduba;
- 6) Promover a articulação com instituições das diferentes esferas governamentais ou instituições não governamentais com vistas à promoção da intersetorialidade como estratégia de promoção da saúde;
- 7) Desenvolver ações em parceria com as demais coordenações e áreas técnicas da Secretaria a fim de fortalecer as ações da Atenção Básica;
- 8) Planejar e supervisionar a execução das estratégias de expansão e fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família - ESF no município;
- 9) Elaborar relatórios periódicos e análise das metas programadas, bem como a divulgação dos resultados obtidos a fim de propor e/ou fortalecer as estratégias utilizadas;
- 10) Estabelecer os Indicadores da Atenção Básica a serem pactuados pela Secretaria com as outras esferas de governo, assim como acompanhar e supervisionar o desempenho das Unidades a fim de garantir o seu cumprimento;
- 11) Participar de reuniões junto ao Conselho Municipal de Saúde – CMS representando a Secretaria administrativamente e tecnicamente em assuntos relativos à Atenção Básica;
- 12) Elaborar, acompanhar e apoiar a execução de projetos e eventos que possam fomentar a qualidade das ações da Atenção Básica;
- 13) Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior;
- 14) Outras atividades afins.

Art. 2º Os técnicos envolvidos com a função de Coordenador da Atenção Básica, devem possuir formação com, no mínimo, pós-graduação em Saúde Pública, Saúde da Família, Saúde Coletiva, Medicina de Família e Comunidade e/ou Administração e Gestão em Serviços de Saúde.

Art. 3º Fica atribuída gratificação mensal no valor de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

Parágrafo Único A gratificação deste Coordenador poderá ser proveniente dos recursos do financiamento federal, estadual ou municipal, oriundos do bloco de financiamento da Atenção Básica, como sugerido na Nota Técnica Nº 001/ 2012 GEABS/DIPA/SES.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de Junho de 2016  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### ANEXO I

VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS																			
GABINETE DO PREFEITO																			
CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA												
Prefeito Municipal				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.															
Procurador Municipal				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.															
Gerente de Gabinete				01	R\$ 2.814,26		-												
Agente de Controle Interno				01	-		R\$ 1.337,78												
Auxiliar de Controle Interno				02	-		R\$ 642,35												
GABINETE DO VICE-PREFEITO																			
CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA												
Vice-Prefeito Municipal				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.															
Gerente de Gabinete				01	R\$ 2.814,17		-												
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS																			

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Administração e Finanças	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.				
Gerente de Pessoal	01	R\$ 3.986,00	-		
Gerente de Patrimônio	01	R\$ 2.141,24	-		
Sub-Gerente de Informática	01	-	R\$ 576,46		
Gerente de Tributação	01	R\$ 2.800,07	-		
Sub-Gerente de Fiscalização	01	-	R\$ 493,19		
Sub-Gerente de Dívida Ativa	01	-	R\$ 493,19		
Gerente de Contabilidade	01	R\$ 4.652,40	-		
Sub-Gerente de Licitações e Contratos	02	-	R\$ 576,46		
Sub-Gerente de Tesouraria	02	-	R\$ 576,46		
Gerente de Compras e Almoxarifado	02	R\$ 2.473,08	-		
Gerente do PROCON	01	R\$ 3.170,08	-		
Fiscal do PROCON	01	-	R\$ 352,23		

## SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.				
Gerente de Obras e Serviços Urbanos	01	R\$ 2.800,07	-		
Gerente de Coordenação Urbana	02	R\$ 1.647,09	-		
Sub-Gerente de Coordenação Urbana	01	-	R\$ 329,41		
Gerente de Estradas e Rodagem	02	R\$ 2.651,82	-		
Gerente de Manutenção Geral	01	R\$ 3.408,83	-		

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.				
Gerente de Educação	02	R\$ 2.871,97	-		
Sub-Gerente de Educação	02	-	R\$ 494,13		
Sub-Gerente de Transporte Escolar	02	-	R\$ 494,13		
Sub-Gerente de Direção Escolar	02	-	R\$ 428,23		
Gerente Administrativo da Educação	01	R\$ 1.647,09	-		
Sub-Gerente de Secretaria Escolar	06	-	R\$ 494,13		
Gerente de Coordenação Escolar	04	R\$ 3.088,30	-		
Gerente de Cultura	01	R\$ 2.487,13	-		
Gerente de Esportes	01	R\$ 3.188,60	-		
Gerente de Turismo	01	R\$ 2.487,13	-		

## SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Saúde				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.					
Gerente de Saúde				01	R\$ 3.294,20		-		
Sub-Gerente de Vigilância Sanitária				01	-		R\$ 329,42		
Sub-Gerente de Enfermagem				02	-		R\$ 494,13		
Gerente de Assistência Médica				01	R\$ 2.651,82		-		
Sub-Gerente de Assistência Médica				02	-		R\$ 494,13		
Médico Responsável pelo PSF				05	-		R\$ 567,37		
Coordenador(a) da Atenção Básica				01	R\$ 4.698,93		-		
Enfermeira Responsável pelo PSF				05	-		R\$ 431,20		
Diretor do Hospital				01	R\$ 5.850,00		-		

## SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Assistência Social				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.					
Gerente de Assistência Social				01	R\$ 3.294,20		-		
Sub-Gerente de Assistência à Criança e ao Adolescente				01	-		R\$ 329,42		
Sub-Gerente de Desenvolvimento Social				01	-		R\$ 329,42		

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA		
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.					
Gerente de Planejamento				01	R\$ 3.623,62		-		
Sub-Gerente de Planejamento				01	-		R\$ 461,17		
Gerente de Meio Ambiente				01	R\$ 2.882,43		-		

## SECRETARIA DE AGRICULTURA

CARGO				VAGAS	COMISSIONADO		FUNÇÃO GRATIFICADA	
Secretário de Agricultura				Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.				
Gerente de Agricultura				01	R\$ 2.882,43		-	
Sub-Gerente de Fomento na Agricultura				02	-		R\$ 329,42	
Gerente de Serviços Agropecuários				01	R\$ 2.882,43		-	

**LEI Nº 1756/2016**

LEI Nº 1756/2016

Altera o inciso do art. 33 da Lei nº 1735/2016

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso I do art. 33 da Lei nº 1735 de 29 de março de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

I- "I - O funcionamento de um estabelecimento funerário para cada 15.000 (quinze mil) habitantes do Município;"

Massaranduba, 28 de junho de 2016

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO 76.2016 PP 45.2016 (PMM) - REALIZAÇÃO DE PERÍCIA EXTRAJUDICIAL**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E JURÍDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE PERÍCIA JUDICIAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 11/07/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 11/07/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 28 de junho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 057-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 057/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 13/07/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 057/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 28 de junho de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 13/07/2016, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 058/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE 4.864 m² DE GRAMA MANTEGA PLANTADA, PARA COLOCAÇÃO NO CAMPO DO COMPLEXO ESPORTIVO JOÃO FRANCISCO OSTETTO (Estádio Baixada da Glória), CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 28 de junho de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº283-2016

PORTARIA n.º 283/2016  
DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 232/2016, DE 20 DE MAIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao Anexo Único da Portaria nº 232/2016, de 20 de Maio de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), no dia 20 de Maio de 2016, edição 2001, pg 673, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO		
NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
EDENÉIA MENEGON	2E	2F
HERMINIA Mª BIANQUINI SIMON	2G	2H
IRACI DA GLÓRIA SILVA	2C	2D
IVONETE SALVADOR CARDOSO	2F	2G
IZABEL MATIAS	3E	3F
KATIÚCIA CARRADORE SQUIZZATTO	2C	2D
VERA LÚCIA RONZANI CORRÊA	3B	3C
RAQUEL TISCOSKI PASINI	2C	2D

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Junho de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº284-2016

PORTARIA n.º 284/2016  
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º Por mais 30 (trinta) dias a Senhora LILIAN FIGUEIREDO PEREIRA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Ivanir Antunes Cardoso, em virtude de Licença Prêmio.  
Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Maio de 2016.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0195/2016

Decreto nº 195/2016 de 28/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 684/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 684/2016, Modalidade Pregão Registro de Preços 035/2016, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT - POTÊNCIA 9000 BTUs, 12000 BTUs, 18000 BTUs - GÁS ECOLÓGICO R410 - QUENTE E FRIO - 220V/60HZ - CLASSE DE CONSUMO A PARA APARELHOS COM 9000 BTUs E 12000 BTUs, E A OU B EM APARELHOS COM 18000 BTUs - COM INSTALAÇÃO INCLUSA, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	15.054,00
GESUL COMERCIAL LTDA ME	10.014,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 28 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA  
Chefe do Depto. De Licitações

### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2258/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2258/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA PRESIDENTE VARGAS, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo

às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêner, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua PRESIDENTE VARGAS, Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Padre Anchieta até a Rua Leopoldo Miguel Hermes (4.005,74m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por oposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do

que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante

notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei,



observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos,

administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais

indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);


RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA: PRESIDENTE VARGAS

– MODELO SC

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2259/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2259/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA LEOPOLDO MIGUEL HERMES, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei

Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêner, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua LEOPOLDO MIGUEL HERMES, Trecho compreendido da Rua Presidente Vargas até o final Loteamento Palmeiras II (com área de 2.222,33m³).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á

rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação

do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.



Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias

materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do



ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);


RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA: LEOPOLDO MIGUEL HERMES

– MODELO SC

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2260/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2260/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA JORGE LACERDA, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêneres, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que

resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua JORGE LACERDA, Trecho compreendido entre a Rua Dom Bosco até a Rua Presidente Vargas, totalizando área de ( 6.297,38 m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MO-DELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao

disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário

inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo

não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará

as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento



em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA JORGE LACERDA – MODELO SC

Afonso Nielson	31-A	P81-A
Roberto Neu	31-A	81
José Alcides Lauermann	31-A	83
Itacir Pereira	37	84
Jorge Luiz Martinotto	37	85
João Albani	37	86
Jackson Carlos Schlosser	37	87
José Antunes Maciel	37	88
Claudiomir Signorati	37	89
Luiz Vitório Begnini	37	90
Município de Modelo (tubos)	37	91-92
João Seibel	37	93
João Seibel	37	94
Ervino Rechtenvaldt	37	95
Ilce Junges	37	98
Lisani Margarida Birk Michielin	37	99
Jacó Sérgio Fritzen	37	100
Vanderlei Jung	37	101
João Ferreira da Luz	37	102
Antônio Gilmar Opermann	37	103
Antoninho Pereira	37	104
José Afonso Werlang	37	105
Sedenira Francisca Manske	37	106
Helena Wagner Lauermann	37	107
Elvira Maria Veiga	35	59
Edemar Schlosser (campo eq)	33	61
Nilto Haerter	33	61A
Alvaro Jacoby	33	63
Paulo Batistella	33	63A
Irminda Dornhausen	33	65
Osvaldo Birck	33	65
Gentil Cesco	33	67
Elidio Michielin	33	67
Oldi Berger	33	69
Mauri José Eloy	33	70
Pedro Decker	33	71
Cooperativa de Eletrificação Vale do Araçá-Ceraça	31	
Brasil Telecom	31	

Município de Modelo – Prefeitura Municipal		
Valter Cesco	31	P77
Elimar Schlosser	31	P77
Domingos Ragazzon	31	79
Claudia Fantin	31	81

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2261/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2261/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DUQUE DE CAXIAS (PARTE) , A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêneres, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua DUQUE DE CAXIAS, Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Jorge Lacerda até a Rua do Comércio (área de 859,95m²).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere

este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por oposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;
- II - sua testada;
- III - sua área;
- IV - finalidade de exploração econômica;
- V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento

referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;
- IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;
- II - local e data da expedição;
- III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;
- IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;
- V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;
- VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

- I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única,

por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor

do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.



Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecuráveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI – Assessora de Departamento

ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);


RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA: DA RUA DUQUE DE CAXIAS(PARTE) ,  
– MODELO SC

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA Duque de Caxias – MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
--------------	--------	------

Cooperativa Vale do Araça	31	72
Brasil Telecom AS (Torre - esq)	31	73
Pedro Decker	33	71
Município de Modelo (praça nova)	33	
Igreja Deus é Amor	33	

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2262/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2262/2016 DE 14/06//2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DA RUA DOM BOSCO (PARTE), A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêner, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na DA RUA DOM BOSCO (PARTE), Trecho compreendido entre a esquina com a Rua Jorge Lacerda até a Rua do Comercio (área de 917,14m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada



e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;
- II - sua testada;
- III - sua área;
- IV - finalidade de exploração econômica;
- V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo

demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;
- IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;
- II - local e data da expedição;
- III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;
- IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;
- V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;
- VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

- I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por

cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o

vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis,

serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA: DA RUA DOM BOSCO(PARTE) ,  
– MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Clóvis Lúcio Schlosser (casa)	33	60
Edemar Leopoldo Schlosser (campo)	33	61
Erno Michielin	35	58
Elvira Maria Veiga	35	59

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2263/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2263/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA JOSE BONIFÁCIO (parte), A SUA INSTITUIÇÃO E REGULA-MENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêner, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na DA RUA JOSE BONIFÁCIO (PARTE), Trecho compreendido entre a esquina com a Rua 25 de julho até o cruzamento com a Rua Dom Bosco (área de 2.358,37m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.



II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por

imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas

alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número

de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta

Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DEPARTAMENTO

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

#### RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS – LOCALIZADOS NA RUA José Bonifácio – MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Clóvis Lúcio Schlosser	15	02
Edenir Delci Priebe	15	04
Flávio Ricardo Schwaab	15	06
Mirta Rauber	15	08
Elmo Rucks	15	10
Helena Werlang	15	12
Adriano Fritzen	12	01
Emidio Kluge	12	04/06
Nilva Kegler	12	08
Valmir Kothe	13	01
Valdir Werlang	13	02
Tania Maria Gubert Rohenkol	13	03
Cooperativa de Crédito Rural Itaipu	13	04
Antônio Sadi Neres	13	05
Maria de Lourdes Fátima	16	01

Benno Rech	16	03 e 02
Valdomiro Rauber	16	04
Deleza Sartori Serafim	16	05
Wilson Rauber	16	06
Jacinta Neli Rauber	16	07
Gilson Simão	16	08

#### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2264/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2264/2016 DE 14/06/2016  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA JOÃO PESSOA, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêner, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na DA RUA JOÃO PESSOA, Trecho compreendido entre o Ria Saudades até o cruzamento com a AV. 15 de Novembro (área de 1.032,51m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada



e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;
- II - sua testada;
- III - sua área;
- IV - finalidade de exploração econômica;
- V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo

demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;
- IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;
- II - local e data da expedição;
- III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;
- IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;
- V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;
- VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

- I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por



cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o

vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis,

serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

#### RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS – LOCALIZADOS NA RUA João pessoa – MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Cristian Albani	12	07
Evandro Marcelo de Oliveira	15	11
Madalena Romilda Dill	12	02
Agostinho Soares	16	09/10
Jair Casagrande	16	09/10
Oscar Jacoby	16	09/10
Adriano Fritzen	12	1

### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2265/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2265/2016 DE 14/06/2016  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA 25 DE JULHO, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, seguindo-se as disposições da Lei Municipal Complementar 2090/2013, da Lei Municipal 2237/2015 de 03/12/2015 e desta Lei Complementar, em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congêneres, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na DA RUA 25 DE JULHO, Trecho compreendido entre A Rua Jose Bonifácio até o cruzamento com a Av. 15 de Novembro (área de 511,70m2).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;
- II - sua testada;
- III - sua área;
- IV - finalidade de exploração econômica;
- V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.



Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel,

do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou atuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

#### RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS – LOCALIZADOS NA RUA 25 de julho – MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Elenir Kegler	59	01
Município de Modelo/Casa Mortuária	59	04
Palomar Schmitt	12	09
Nelvo Albani	12	10

#### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2266/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2266/2016 DE 14/06/2016  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA JOÃO FELIPE WERLANG, TRECHO I, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua João Felipe Werlang – Trecho I.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente, na forma da Lei, elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias,

a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas

alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do



pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos,

administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais



indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora Departamento

#### ANEXOS:

1. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

2. Orçamento do custo da obra (anexo II);

3. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra/ Zona Beneficiada (Anexo III);


#### ANEXO III

##### TABELA DE CONTRIBUINTES

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS – ZONA BENEFICIADA  
ZONA BENEFICIADA: RUA JOÃO FELIPE WERLANG – TRECHO I  
MODELO SC

#### TRECHO I

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Erno Kottwitz	29	
Acir Spier	Chac.	
Lucia Neli Sibauer	69A	1
Frederico Lang	69A	2
Noeli Lang	69A	3 e 4
Janete Albani	29	164
Felipe Sibauer	29	171
Pedro Levino Wendling	29	172

#### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2267/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2267/2016 DE 14/06/2016  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA JOÃO FELIPE WERLANG, TRECHO II, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua João Felipe Werlang – Trecho II.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente, na forma da Lei, elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo

lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo

SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº.



101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DEPARTAMENTO

ANEXOS:

1. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

2. Orçamento do custo da obra (anexo II);

3. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra/ Zona Beneficiada (Anexo III);

ANEXO III

TABELA DE CONTRIBUINTES

RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS – ZONA BENEFICIADA  
ZONA BENEFICIADA: RUA JOÃO FELIPE WERLANG – TRECHO II  
MODELO SC

TRECHO II

Veronika Hennberg	70	1
Vanderlei Baldin	70	2
Jader Lauermann	70	3
Antoninho Pereira	70	5
Vitelio Lotti	70	P5
Liene Terezinha Werner	Chac.	
Driely Zilli	71	4
Nelso Kammler	27	160
Adair de Jesus	27	161
Pedro Dario Ferreira da Luz	27	162
Altair Albani		
Marcos Rech	Chac. Urbana	

## LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2268/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2268/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUAPEDRO EGÍDIO BRAUN, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULA-MENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na RUA PEDRO EGÍDIO BRAUN.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se

contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterà os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterà, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à

data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº.



101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora Departamento

#### ANEXOS:

- I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);
- II. Orçamento do custo da obra (anexo II);
- III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

#### ANEXO III

##### RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS

##### LOCALIZADOS NA RUA PEDRO EGÍDIO BRAUN – MODELO – SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Ivo B. Muller	29	159 e 167
Dulce Muller	29	168
Eusébio Donida	29	169 e 170
João Bock	29	173 e 165E
João Ragazzon	27	158
Emir Wisnieski	27	163
Severino Spada	27	164 e 165
Dalva Neumann Vogel	27	157

#### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2269/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2269/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUANARCISO WERLANG (parte), A SUA INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Narciso Werlang(parte).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

- a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);
- b) Orçamento do custo da obra (anexo II);
- c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;



b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo

lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo

SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código

Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.  
§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Assessora Departamento

#### ANEXOS:

1. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);
2. Orçamento do custo da obra (anexo II);
3. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra  
(Anexo III)

#### RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA RUA NARCISO WERLANG – MODELO SC

PROPRIETÁRIO	QUADRA	LOTE
Arlete Galli	49	20
Laide Balbinot	49	19
Iasser Cesco	49	18
Loreci Lang	49	17
Hamilton Bedin	49	16
Elsa Margarida Valicheski	49	15
Imílio Ávila	50	8
Marlene Sperotto Jacoby	50	7
Avelino Birk	50	6
Celso Schwaab	50	5
José Carlos Milési	50	4

### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2270/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2270/2016 DE 14/06/2016  
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA TIRADENTES TRECHO I, A SUA INSTITUIÇÃO E REGULA-MENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Tiradentes – Trecho I.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

- a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);
- b) Orçamento do custo da obra (anexo II);
- c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MODELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se



contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada à valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à

data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001

(Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora Departamento

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);


RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIO DE IMÓVEIS –  
LOCALIZADOS NA RUA TIRADENTES TRECHO I – MODELO SC

Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

### LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2271/2016

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2271/2016 DE 14/06/2016  
DISPOE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUATIRADENTES – TRECHO II A SUA INSTITUIÇÃO E REGULA-MENTAÇÃO, NA FORMA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 81 E 82 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL 1324/1997, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, o Código Tributário Municipal,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) e/ou pavimentação asfáltica com revestimento em concreto betuminoso ou congênere, execução de passeios públicos, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Tiradentes Trecho II.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. Fazem parte da presente lei:

a) Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

b) Orçamento do custo da obra (anexo II);

c) Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);

§ 1º: O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará a elaboração de Editais necessários para o cumprimento da presente lei, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários, devendo serem previamente publicados no órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

§ 2º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo, impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos nos Editais a serem publicados, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de MO-DELO - SC, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 3º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) Pelo correio, com aviso de recebimento mão próprio (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á



rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 1324/97 DE 23.12.97 Código Tributário Municipal.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada;

III - sua área;

IV - finalidade de exploração econômica;

V - Outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação

será feita por Edital publicado através dos meios oficiais do município.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

II - a segunda, para o notificado.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida nesta Lei, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

I - Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião da conclusão da obra com desconto de 20% (vinte por cento).

II - Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em até 10(dez) parcelas, mensalmente.

III - O pagamento da contribuição de melhoria, objeto desta Lei, deverá ser efetuado nas agências bancárias.

IV - É facultada ao contribuinte a antecipação do pagamento das parcelas vincendas, antes da vigência de novos valores referenciais, pelo valor referencial vigente ao tempo do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou na forma parcelada, de acordo com o Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, publicado através de meio oficial do Município.

Parágrafo único: O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A interrupção do parcelamento por três meses, consecutivo ou não, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria previstos nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de



requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I. Multa de 5,0% até 30 dias após o vencimento;

II. Multa de 10% de 31 dias a 60 dias após o vencimento

III. Multa de 15% acima de 60 dias após o vencimento.

IV. Correção monetária, de acordo com o código Tributário Municipal.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação do IGPM, quando do débito ultrapassar o ano exercício 31/12 (trinta e um de dezembro) a partir da data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, até a data do pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora, de acordo com a Lei Complementar nº. 1324/97 de 23.12.97/Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Modelo SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o responsável pelo Setor de Tributos, e em segunda, o Secretário de Finanças.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados

sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou;

III - por edital publicado em meios oficiais do Município.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas na Lei Complementar nº. 1324/1997 e demais legislações no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 31. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto na Lei Complementar nº. serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do

ano civil.

Art. 33. - Os contribuintes que se enquadrarem nos requisitos de isenção, deverão efetuar o requerimento e comprovar com os respectivos documentos, no setor de tributação, da Prefeitura Municipal de Modelo antes do vencimento do fato gerador, na forma do artigo 304 da Lei Municipal 1324/1997, sob pena de lançamento em débito do contribuinte.

Art. 34. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Modelo SC.

Art. 35. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36.- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 14 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

Francieli Pavalicini

Assessora Departamento

#### ANEXOS:

I. Projeto da obra e Memorial descritivo do projeto da obra (Anexo I);

II. Orçamento do custo da obra (anexo II);

III. Tabela dos contribuintes beneficiados com a obra (Anexo III);


### LEI MUNICIPAL Nº 2272/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2272/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016, A CAMPANHA NATALINA – 2016, AUTORIZA FIRMAR CONVENIO DE PARCERIA COM A ACIMO – ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE MODELO, REALIZAÇÃO DO NATAL PREMIADO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica autorizado a instituição e realização do Programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais denominado: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016 E CAMPANHA NATALINA 2016 E NATAL PREMIADO, no Município de Modelo SC, de contribuintes do Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; ISS – Imposto sobre Serviço, Nota Fiscal de Produtor Rural, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Consumidores e Contribuintes de Tributos, no âmbito do Município de Modelo – SC, em parceria com a ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo - SC.

Art. 2º.- O Programa - CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL e CAMPANHA NATALINA 2016 E NATAL PREMIADO, que objetiva o desenvolvimento econômico, social e de geração de empregos, incentivando a compra local, consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme estabelecidos em regulamento próprio, aprovado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. - Concorrerão aos Prêmios do Programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016 E

#### CAMPANHA NATALINA de 2016:

I - Os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de AQUISIÇÃO DE MERCADORIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO relativo ao exercício de 2016, em comércio estabelecido no território do Município de Modelo - SC, devidamente inscrito no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal.

II – Os contribuintes que quitem no prazo estabelecido pelo Calendário Fiscal, os tributos e taxas Municipais e IPVA de Modelo – SC - relativo ao exercício de 2016;

III - Os produtores rurais que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural, inscrito no Município de Modelo – SC – relativo ao exercício de 2016;

Art. 4º. - Para concorrer aos sorteios do Programa CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016 E CAMPANHA NATALINA –2016, os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente e nos locais devidamente designados, os cupons numeradas que serão fornecidos na quantidade de:

I) 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) de compra e serviço – exercício 2016.

II) 01 unidade a cada R\$ 500,00 (quinhentos reais) na Nota fiscal de Produtor Rural - exercício 2016.

III) 01 unidade a cada lançamento relativo ao pagamento de taxa e tributos - exercício 2016.

§ 1º - Serão consideradas para troca por cupons numerados a primeira via de nota fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais, emitidos por máquinas registradoras que contenham n.º de CGC do vendedor.

§ 2º - Serão considerados para troca somente as notas fiscais e cupons fiscais emitidos a partir de 01.01.2016.

§ 3º - Serão considerados para troca por cupons numerados, o pagamento até o vencimento, dos impostos e taxas municipais, com a devida autenticação e pagamento do IPVA de Modelo – SC de 2016.

§ 4º - Os documentos fiscais serão carimbados, com a devida denominação da campanha e devolvidos ao contribuinte.

Art. 5º.- Serão premiados os cupons cujos números coincidirem, respectivamente com os números sorteados.

Art. 6º.- Os sorteios serão realizados em parceria com a ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo, nos locais e datas, conforme regulamento próprio, aprovado por Decreto do Poder Executivo e com ampla divulgação, em comemoração ao aniversário de 55 anos do Município e incentivo a emissão da nota fiscal e Campanha Natalina 2016.

Art. 7º.- O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios para fins de popularização e incremento promocional do programa de que trata esta lei e igualmente realizar despesas com impressão de blocos, cartazes, divulgação, premiação e outras despesas para o cumprimento dos objetivos do programa e campanha de que dispõe esta Lei.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e doar como premiação, materiais, moveis, eletrodomésticos, eletrônicos e outros equipamentos e despesas com a edição dos materiais para a divulgação e troca de cupons da campanha, no valor de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais), objetivando o desenvolvimento do Programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016.

Art. 09 – Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal, realizar em parceria com a ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo E CDL, a CAMPANHA NATALINA e DO NATAL PREMIADO – 2016, com premiação doada pela entidade, sendo incluída na Campanha do Movimento Econômico de 2016, de que trata esta lei.

Art. 10 - Fica autorizada a realização de despesas com a decoração natalina pública, das ruas, praças, acessos e prédios públicos: Natal 2016, de conformidade com as disponibilidades financeiras e orçamentárias do Município, observadas as disposições legais.

Art. 11 – O Poder Executivo regulamentará a realização do

programa: CAMPANHA DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016 E CAMPANHA NATALINA 2016, objeto desta lei, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Parágrafo Único- A regulamentação da Campanha "Natal Premiado", associada a Campanha do Movimento Econômico de que dispõe esta Lei, será aprovada pela Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Modelo SC e homologada pelo Poder Executivo.

Art. 12 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Modelo SC, autorizado a realizar parceria com a ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo SC, para auxiliar na organização e aquisição dos prêmios e concurso, de que dispõe esta Lei, para atendimento dos objetivos do programa/campanha DO MOVIMENTO ECONÔMICO, EMISSÃO DE NOTA FISCAL/2016, da campanha premiação de valorização e incentivo as compras no comercio local, a ser realizada pela ACIMO – Associação Comercial e Industrial de Modelo/ CAMPANHA NATALINA 2016, observadas as disposições legais.

Art. 13 – As despesas decorrentes desta Lei estão consignadas em dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo aos 22 de junho de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

### **LEI MUNICIPAL Nº 2273/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2273/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL, ESPECIAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo – SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto credito especial no valor de R\$ 80.091,00 (Oitenta mil, noventa e um reais) na dotação do orçamento – programa vigente, conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora: 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10 Saude

10301 Atenção Básica

103010007 Vida Saudável – Assistência Integral à Saúde

103010007.2.183000 Manutenção Convenio Atendimento Saude/ CIS AMERIOS/uti móvel e outros contratos

3.3.93.00.00 Aplic.Dir.dec.de Op.de Órgãos Fundos e Entid. Com consórcios públicos e privados

Fonte: 102 Valor: R\$ 80.091,00 Participação em consórcios públicos.

Art. 2º - Para abertura do credito especial de que trata esta lei, serão utilizados recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária, do orçamento vigente, no valor de R\$ 80.091,00 (Oitenta mil, noventa e um reais), conforme fica a seguir demonstrado:

Unidade Gestora: 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 Saude

10301 Atenção Básica

103010007 Vida Saudável – Assistência Integral à Saúde

10201007.2.182000 – Manutenção Desenv.Geral Estrat.Saude da Família.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta

Fone: 102 Valor R\$ 80.091,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo aos 22 de junho de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora Departamento

### **LEI MUNICIPAL Nº 2274/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2274/2016 DE 22/06/2016  
ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE MODELO(SC), PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais em especial de conformidade com o encaminhamento do Projeto de Lei Legislativo nº 003/2016, da Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, de conformidade com o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 13, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2016 de 06 de junho de 2016 e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Subsidio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, fica estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º. O subsídio do Prefeito Municipal será de R\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais) mensais, em parcela única.

Art. 3º. O subsídio do Vice-Prefeito Municipal será de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) mensais, em parcela única.

Art. 4º. O Subsidio dos Secretários Municipais será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) mensais, em parcela única.

Art. 5º. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais terão seus valores revisados anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do município, de que trata o artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os valores estabelecidos nesta Lei, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2017, serão reajustados a partir desta data, nas mesmas datas e nos mesmos índices em que forem reajustados a remuneração dos servidores municipais, decorrentes da aplicação do artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 6º. O Prefeito e os Secretários Municipais, terão direito ao gozo de férias, anualmente, pelo período de 30 (trinta) dias, em decorrência de previsão Legal, com direito ao acréscimo de um terço, sobre seu subsídio.

Art. 7º. O substituto legal que, na forma legal, assumir a Chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito, previsto nesta lei, proporcionalmente ao período da substituição.



Art. 8º. Em licença, por motivo de saúde, superior a 15 dias o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais serão encaminhados à previdência Social.

Art. 9º. Além do subsídio mensal, os Secretários Municipais, perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago a gratificação natalina aos servidores do Município, uma quantia igual ao respectivo subsídio vigente naquele mês, que corresponde ao 13º subsídio.

Art. 10. Os subsídios, de que trata esta Lei, serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos servidores públicos municipais.

Art. 11. As despesas decorrentes da realização desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 12. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 22 de junho de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

### **LEI MUNICIPAL Nº 2275/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2275/2016 DE 22/06/2016

DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA A LEGISLATURA DE 2017/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais em especial de conformidade com o encaminhamento do Projeto de Lei Legislativo nº 003/2016, da Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, de conformidade com o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 13, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou o Projeto de Lei Legislativo nº 003/2016 de 06 de junho de 2016 e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado, nos termos desta lei, o subsídio dos Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, para a legislatura de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. O subsídio dos Vereadores fica fixado em R\$ 2.300,00 (Dois Mil e Trezentos Reais), mensais, em parcela única.

Art. 3º. O subsídio do Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, fica fixado em R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais) mensais, em parcela única. Parágrafo único. O substituto legal, que na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período de substituição.

Art. 4º. Os Vereadores suplentes, quando assumirem a vaga de titular, farão jus ao subsídio mensal, proporcional ao período de substituição.

Art. 5º. O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocações de sessões legislativas extraordinárias.

Parágrafo único. As sessões plenárias extraordinárias, não serão

remuneradas.

Art. 6º. O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal, terá seu valor revisado anualmente, observados os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os valores estabelecidos nesta Lei, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2017, serão reajustados a partir desta data, nas mesmas datas e nos mesmos índices em que forem reajustados a remuneração dos servidores municipais, decorrentes da aplicação do artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 7º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101.

§ 1º A ultrapassagem dos limites anuais impedirá o pagamento dos próximos subsídios, ou ainda, importarão na devolução dos subsídios pagos indevidamente, corrigidos com os mesmos acréscimos a que se refere a cobrança dos tributos municipais em atraso.

§ 2º É vedada, em exercícios seguintes, a recuperação de valores não pagos em decorrência dos limites constitucionais e legais.

Art. 8º. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores, não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, conforme disposição constitucional.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações, consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 22 de junho de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

# Mondaí

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO TP Nº. 14/2016

#### AVISO DE ALTERAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/216

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO para realização de licitação na modalidade de Tomada de Preços nº. 014/2016, em virtude de alterações substanciais na planilha quantitativa/orçamentária.

MODALIDADE: Tomada de Preços n.º 014/2016

TIPO: Menor Preço Global, em regime de empreitada global.

OBJETO O objeto do presente processo licitatório é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação e reperfilagem asfáltica nas Ruas Adolfo Fritz, Konrad Bader, Ricardo Bruggemann, Daniel Muller e Primavera, com área total de 5.578,58m<sup>2</sup> (cinco mil, quinhentos e setenta e oito vírgula cinquenta e oito metros quadrados), conforme Proposta Transferência 0000018099 – Programa Transferência 2016006232 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e especificações constantes no Anexo I, que fazem parte do presente Edital. NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 14 de julho de 2016.

NOVA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: às 15h00min do dia 14 de julho de 2016.

MONDAÍ (SC), 28 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### AVISO DE ALTERAÇÃO TP Nº. 16/2016

#### AVISO DE ALTERAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/216

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO para realização de licitação na modalidade de Tomada de Preços nº. 016/2016, em virtude de alterações substanciais na planilha quantitativa/orçamentária.

MODALIDADE: Tomada de Preços n.º 016/2016

TIPO: Menor Preço Global, em regime de empreitada global.

OBJETO O objeto do presente processo licitatório é a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica na Rua Alegre, no perímetro urbano da cidade de Mondaí/SC, com extensão de 308,64 m (trezentos e oito vírgula sessenta e quatro metros) e área de 2.918,89 m<sup>2</sup> (dois mil, novecentos e dezoito vírgula oitenta e nove metros quadrados) conforme Proposta Transferência 0000017908 – Programa Transferência 2016005996 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina e Convênio nº. 2016TR1323 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Mondaí, e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e especificações constantes no Anexo I, que fazem parte do presente Edital.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 10h25min do dia 14 de julho de 2016.

NOVA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10h30min do dia 14 de julho de 2016.

MONDAÍ (SC), 28 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: LAIRTON CLEITON BERGMANN 07809100955 – VALOR REGISTRADO R\$ 6.970,00 (seis mil, novecentos e setenta reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de limpeza, manutenção e instalação de climatizadores junto a prédios da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 025/2016

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 27 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 28 de junho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): COMÉRCIO DE ALIMENTOS ROCHA LTDA EPP - VALOR REGISTRADO R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais); SUPERMERCADO GERMÂNICO LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 7.305,00 (sete mil, trezentos e cinco reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para atendimento a funcionários quando em serviço no interior do Município de Mondaí – SC, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 052/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 28 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3616 - FIXA SUBSÍDIOS

LEI Nº. 3.616, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Vereadores e do Presidente da Câmara, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais) o subsídio mensal do Prefeito Municipal no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito Municipal e aquele que substituir o Prefeito Municipal, mesmo que temporariamente, receberá o mesmo subsídio mensal do titular, considerando-se para efeito de

cálculo o período em que ocupou o cargo.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito Municipal nomeado Secretário Municipal ou equivalente deverá optar pelo subsídio mensal de seu cargo ou o do cargo para o qual foi nomeado, vedada a acumulação.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) o subsídio mensal dos Secretários Municipais no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Fica assegurado ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais a percepção de décimo terceiro subsídio e o gozo de férias anuais remuneradas, na forma do art. 7º, VIII e XVII, da Constituição Federal, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

Art. 5º Fica fixado em R\$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais) o subsídio mensal dos Vereadores no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O suplente de Vereador, quando convocado, receberá o mesmo subsídio mensal do titular, desde sua posse até o término da substituição, considerando-se para efeito de cálculo o número de sessões da Câmara realizadas e comparecidas.

§ 2º A ausência injustificada do Vereador, assim considerada pela Mesa Diretora, acarretará desconto no subsídio mensal, considerando-se para efeito de cálculo o número de sessões da Câmara realizadas e não comparecidas.

Art. 6º Fica fixado em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) o subsídio mensal do Presidente da Câmara no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O Vice-Presidente da Câmara e aquele que substituir o Presidente da Câmara, mesmo que temporariamente, receberá o mesmo subsídio mensal do titular, considerando-se para efeito de cálculo o período em que ocupou o cargo.

§ 2º A ausência injustificada do Presidente da Câmara, assim considerada pela Mesa Diretora, acarretará desconto no subsídio mensal, considerando-se para efeito de cálculo o número de sessões da Câmara realizadas e não comparecidas.

Art. 7º Os subsídios mensais fixados por esta Lei serão revistos anualmente, nas mesmas datas e nos mesmos índices da revisão anual da remuneração anual dos servidores públicos municipais, consoante dispõe o art. 37, X, da Constituição Federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí (SC), 28 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

MATHEUS BACKENDORF

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA 58 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras e parceladas de SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, CONTROLE DE INVASORES, para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo através dos órgãos participantes. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 80/2016, Pregão Presencial nº 58/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 28/junho/2017.

CONTRATADO: IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO ME CNPJ 19.429.829/0001-32

MONTE CARLO-SC, 28 de Junho de 2016.



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### 02 ° EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 01-2016

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

#### INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE (ARTESANATO)

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
3º	Maria Lucia Dantas
4º	Talita de Almeida Bressan do Canto

Morro da Fumaça, de 28 de junho de 2016

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### 11 ° EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 08-2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 008/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 008/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

#### ODONTÓLOGO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	Jamille Luiz Tramontim

Morro da Fumaça, de 28 de Junho de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇO 069/2016

Município de Morro da Fumaça SUSPENSÃO da Tomada de Preço 069/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA LUIZ CASAGRANDE, conforme anexo. Data: 04/07/2016 às Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico:

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 07/2016 FMC - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FMC

ABERTO O CERTAME NO DIA 07 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): MARCELO WEINRICH ME (PRESENTE(S) E CREDENCIADO(S).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICI(OU)(ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. A EMPRESA CLASSIFICOU-SE E APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA CONFORME EDITAL. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### ATA PREGÃO 17/2016 FMS - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 FMS

ABERTO O CERTAME NO DIA 22 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (7397), ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP (12810) ENQUADRADA COM ME/EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICI(OU)(ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. AS EMPRESAS VENCEDORAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA CONFORME EDITAL.

ITENS FRACASSADOS 5, 7, 8, 9 E 11

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### ATA PREGÃO 56/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 27 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (8168), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. (14343).

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS MEMBROS DA LICITAÇÃO. VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS DOS ITENS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSO, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### ATA PREGÃO 68/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 16 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (12984), LKA - COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ELETRO (13239), MARCELO WEINRICH - EPP (13375), RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15915), RAFAEL DA SILVA PAPELARIA - ME (16471), ALPHA ETIQUETAS EIRELI - EPP (16473), MICHELANGELO - COMERCIO DE PAINEIS E SERVICOS LTDA (16475).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICIOU(ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. AS EMPRESAS VENCEDORAS APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA CONFORME EDITAL. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### ATA PREGÃO 69/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 16 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP (968), ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA - ME (4365), RC RECICLAGEM E EXTRACAO DE AREIA LTDA (13421).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICIOU (ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. A EMPRESA CLASSIFICADA APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA CONFORME EDITAL. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### AVISO DE RETIFICAÇÃO NO HORARIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES CONCORRÊNCIA 18/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

CONCORRÊNCIA Nº 18/2016 FMS

RETIFICADO HORÁRIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS LOCALIZADO NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, RECURSOS ORIUNDO DE PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL - SALDO REMANESCENTE DA CONCORRENCIA 03/2013. Data da entrega dos envelopes: 01/07/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 01/07/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

link fornecedor. Navegantes, 10 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

## DECRETO Nº 82 DE 28/06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 82 DE 28 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

### DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas até a importância de R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 16400 – Transferências de Convênios-Estado/

### Outros

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
03 – Diretoria de Pavimentações  
26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas  
183 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos - Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 – 2.055 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - EI  
108 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais- Apl. Diretas R\$ 500.000,00

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 28 de Junho de 2016.

Nádia Bráz Bins  
Secretária de Administração e Logística

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

## PORTARIA Nº 70 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 70 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

### SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas Lei Orgânica do Município de Navegantes e pela Lei Complementar nº. 99/2011,

### RESOLVE:

I - NOMEAR, para participar como membro do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, o Sr. PAULO TARSSO DE TOLEDO DOS SANTOS, segundo suplente, pelo período de 01/07/2016 até 02/10/2016, em virtude da solicitação de afastamento para concorrer a mandato eletivo pelo membro titular a Sra. Gilça Onélia de Jesus.

II – Esta portaria substitui a portaria nº 63 de 23 de junho de 2016, originária do NavegantesPREV, em virtude de vício de competência.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 176/2016 - CONVOCA SERVIDORES APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 176/2016

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 29 de junho de 2016 a 01 de julho de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Comprovante de 06 (seis) meses de Experiência na função, se for o caso;

VI – Cópia do Título Eleitoral;

VII – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VIII – Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

X – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

XI – Cópia do Comprovante de Residência;

XII – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XIV - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XV - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XVI – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 176/2016)

#### CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
9ª	Elisandra de Abreu Boa Nova
10ª	Jaqueline das Graças Huchak Kirst

### DECRETO Nº 177/2016 - CONVOCA SERVIDORES APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

DECRETO nº 177/2016

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem a Secretaria Municipal de Educação, no dia 30 de junho de 2016 (quinta-feira), as 08h30min, para escolha das vagas disponíveis, e posterior apresentação da documentação abaixo relacionada, no setor de Recursos Humanos:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título Eleitoral;

V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI – Inscrição no PIS/PASEP;

VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX – Cópia do Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XIII – Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XV – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVI - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

**ADÉRICO EDÍLIO DALRI**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO I**  
(Decreto nº 177/2016)

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Angelita Armelini
2ª	Aliny Suze Mendes Gonçalves
3ª	Flávia Marilda Silva
4ª	Andriele Ferreira Roesler
5ª	Raquel Boratti
6ª	Lenita Ribeiro da Conceição
7ª	Maria Aparecida Muraro Tell

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Bruna dos Santos
2ª	Lidiane de Souza Koerchs
3ª	Jaqueline Maiara Ouriques
4ª	Daiane Aline Motta
5ª	Driele Cristine Montibeller
6ª	Adriana Alves Romualdo
7ª	Mônica Joziana Brick
8ª	Joana Mathias Mazera
9ª	Gislaine Matias Oliveira
10ª	Luciana Pezzini
11ª	Naiara Quadros de Oliveira
12ª	Etiani Aparecida Cipriani
13ª	Sônia Mara Oliveira bonfim Mota
14ª	Maiara Rover
15ª	Monaliza Paixão
16ª	Ana Paula Firatti
17ª	Lucinea Ouriques Piva
18ª	Bruna da Silva
19ª	Juliana Maria Torres Nunes
20ª	Rosilene Marta Marques Rocha
21ª	Lucimar Leoni Demonti Bosio

**CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Teresinha Aparecida Raiser
2ª	Isabel Maria Bosio Costa
3ª	Edilene Micheli Bassi
4ª	Adriana Margarita da Silva Darossi
5ª	Suzetti DallaBrida Tomio
6ª	Hilária Tirloni Hass

7ª	Maria Umbelina Teixeira de Souza
8ª	Cintia Cristina Reinert

**CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Nathany Silva Soeira
2ª	Luciane Chaves
3ª	Maykielly Cristina Siqueira Scalvin

**CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Regiani Bertoldi
2ª	Jaiara Borges Colares
3ª	Fabricio Leonel da Silva
4ª	Sabrina Naia Oliveira

**CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Marlon Merizio

**CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Juliana Eclair Gonçalves Pereira
2ª	Luiz Antonio Flores
3ª	Ricardo de Borba Minatti

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	José Arlindo Trainotti

**CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Debora Cristina Santana Bittencourt

**CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Willian Felipe Gandin
2ª	Alberto José Araújo dos Santos
3ª	Silvia Orlandi Battisti
4ª	Elisabete Gambeta

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Leandro Silva

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Jean Carlo Cunha
2ª	Guilherme Garbari Cipriani
3ª	Jeferson de Souza Vertuozo
4ª	André Felipe Correa



5ª	Jéssica Vanuska Martins de Lima
----	---------------------------------

**CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Norma Anziliero
2ª	Asdrubal Nicolas Ferreira G. Bartz
3ª	Thiago Rodrigo Luiz

**CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Rafael Junior Reis de Assis
2ª	Luis Carlos Azeredo Gonçalves Jr.
3ª	Daniela da Silva Wilcke
4ª	Flavio Ribeiro da Silva

**CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS – HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Taize Cipriani Tomasini

**CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS – NÃO HABILITADO**

Classificação	Nome completo
1ª	Daniela Wilcke
2ª	Dimas Hueliton Kniss

**CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA**

Classificação	Nome completo
1ª	Geisa Rafaeli Lima da Rosa
2ª	Leonardo Grott Feller
3ª	Edio Mazera
4ª	Vladimir dos Santos
5ª	Fernanda Ingrid Battisti

**DECRETO Nº 178/2016**

DECRETO Nº 178, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo INÁCIO LUIZ DE OLIVEIRA, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei nº 1.671/2000, à dependente presumida CACILDA DE JESUS DE OLIVEIRA, com efeitos a partir de 06/06/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**DECRETA:**

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo INÁCIO LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 018.855.379-72, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei nº 1.671/2000, à dependente presumida CACILDA DE JESUS DE OLIVEIRA (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 2.133,04 (dois mil cento e trinta e três reais e quatro centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 06/06/2016 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de junho de 2016. Inácio de Oliveira  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PL PM N° 023/16-PREGÃO PRESENCIAL N° 013/16

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 023/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Itens exclusivos para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Objeto: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO COMPLETA DA COROA DO GIRO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC 130-8, MARCA KOMATSU, ANO 2012, FROTA N° 71, PATRIMÔNIO N° 4566, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 11/07/2016, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, N° 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei N° 8.666/93, alterada pela Lei Federal N° 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 29 de Junho de 2016.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.



# Orleans

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2014

TERMO DE ANULAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ORLEANS E A EMPRESA DELT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, DECORRENTE DA TOMADA DE PREÇO Nº 76/2014

CONSIDERANDO que consta dos autos da Tomada de Preço nº 76/2014, o terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2014, desacompanhado de qualquer solicitação por parte da empresa, planilha de valores, parecer técnico e parecer jurídico;

CONSIDERANDO que não houve qualquer pagamento relacionado ao mencionado aditivo;

CONSIDERANDO que não houve a publicação resumida do aditamento, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei de Licitações;

CONSIDERANDO que a administração deve rever seus atos de ofício, quando eivados de nulidade;

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica anulado o terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2014, que tinha por objeto a adição do valor de R\$ 33.996,75, firmado entre o Município de Orleans e a empresa Delt Engenharia e Construções Eireli.

CLÁUSULA SEGUNDA. Permanecem em vigor todas as demais cláusulas contratuais do Contrato Administrativo nº 96/2014.

E, por estarem assim acordados, assinam as partes contratantes o presente termo de anulação do terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2014, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam seus efeitos legais.

Orleans, 01 de junho de 2016.  
PREFEITURA DE ORLEANS  
Eduardo Bertoncini

DELT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI  
Representante Legal

1ª TESTEMUNHA

Nome: Susana Zapelini Benedet

2ª TESTEMUNHA

Nome: Francielli Ceolin Beltrame

### CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- Edital 008/15

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei nº 2479 de

19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença e por demanda de matrículas. As vagas serão para o cargo de professor de Educação Infantil do Município de Orleans - SC, durante o ano de 2016, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

### ESCOLHA DE VAGAS:

A escolha de vagas da décimasexta chamada obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com data e horário abaixo, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação:

a) Área I - Professor de Educação Infantil

Data: 29/06/16

Horário: 13:30h

Eliete Bianco Zanini Damazio

Secretaria de Educação

### SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 143/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2015

CONSIDERANDO que sobreveio decisão judicial proferida pela MMª Juíza Federal Micheli Polippo, nos autos do Processo nº 5009065-54.2016.4.04.7200/SC, que determinou a suspensão, até decisão ulterior, da retomada das obras de saneamento básico em execução pela empresa BRAMAC Construções Eireli, bem como qualquer repasse dos valores pelos entes Públicos devidos à referida empresa;

DETERMINO, em cumprimento à decisão judicial mencionada, a SUSPENSÃO das obras de saneamento básico referente ao Processo de Licitação nº 102/2015 e Contrato Administrativo 143/2015, até nova decisão judicial, bem como o repasse de valores.

DETERMINO ainda o encaminhamento desta decisão administrativa e da decisão judicial proferida nos autos acima mencionado para o Departamento de Planejamento, a fim de que prestem as informações solicitadas no item 3).

Cientifique-se a empresa interessada, a fiscalização e demais interessados.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios e no Diário Oficial da União.

Autue-se nos autos do processo licitatório nº 102/2015.

Orleans, 24 de junho de 2016.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

# Ouro

## PREFEITURA

**CONTRATOS Nº 055/2016 E 056/2016**

Processo Licitatório n. 0049/2016

Tomada de Preço n. 0002/2016

CONTRATO Nº 055/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA EPP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de engenharia para conclusão da Quadra de Esportes do Bairro Kleinubing, englobando mão-de-obra e materiais

Vigência: 28/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 144.386,45 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Data de assinatura: 28/06/2016

Processo Licitatório n. 0050/2016

Tomada de Preço n. 0002/2016

CONTRATO Nº 056/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: S.G TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Objeto: Execução de serviços com fornecimento de materiais para melhoramento em 31,174 km de estradas vicinais do município de Ouro/SC.

Vigência: 29/06/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 682.727,93 (seiscentos e oitenta e dois mil setecentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).

Data de assinatura: 29/06/2016

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2786

DECRETO N.º 2786/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0164 – TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O Art. 9º da Lei Mun. 941/2015, 24/11/2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 99.997,80 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	6001	Secretaria/Coord. de Agricultura		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor		
Ação	2.33	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Fonte	0164	Transferência de Convênios Estado/Outros	R\$	99.997,80
		Total .....	R\$	99.997,80

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente Decreto serão utilizados Recursos Financeiros através do excesso de arrecadação garantidos pelo Termo de Convênio nº 2016TR000815, celebrado entre o Município de Ouro Verde e o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê (CNPJ 05.628.039/0001-71) no dia 17/05/2016, pela Fonte de Recurso 0164 - Transf. de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 20 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2787

DECRETO N.º 2787/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0162 – TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O Art. 9º da Lei Mun. 941/2015, 24/11/2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coord. de Educação e Esportes		
Função	12	Educação		
Subfunção	361	Ensino Fundamental		
Programa	1201	Educação para Todos		
Ação	2.16	Manutenção de Ensino Fundamental		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Fonte	0162	Transferência de Convênios Estado/Educação	R\$	50.000,00
		Total .....	R\$	50.000,00

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente Decreto serão utilizados Recursos Financeiros através do excesso de arrecadação garantidos pelo Termo de Convênio nº 2016TR000546, celebrado entre o Município de Ouro Verde e o Estado de Santa Catarina, através da

Agencia de Desenvolvimento Regional de Xanxerê (CNPJ 05.628.039/0001-71) no dia 19/04/2016, pela Fonte de Recurso 0162 - Transf. de Convênios – Estado/Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 20 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

## DECRETO Nº2788

DECRETO N.º 2788/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0164 – TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O Art. 9º da Lei Mun. 941/2015, 24/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 231.390,70 (Duzentos e trinta e um mil, trezentos e noventa reais e setenta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	7001	Secretaria/Coord. de Infraestrutura		
Função	15	Urbanismo		
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana		
Programa	1501	Urbanização de Vias Públicas		
Ação	1.36	Construção de obras de Infraestrutura Urbana		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Fonte	0164	Transferência de Convênios Estado/Outros	R\$	231.390,70
		Total .....	R\$	231.390,70

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente Decreto serão utilizados Recursos Financeiros através do excesso de arrecadação garantidos pelo Termo de Convênio nº 2016TR000945, celebrado entre o Município de Ouro Verde e o Estado de Santa Catarina, através da Agencia de Desenvolvimento Regional de Xanxerê (CNPJ 05.628.039/0001-71) no dia 23/05/2016, pela Fonte de Recurso 0164 - Transf. de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 20 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

## DECRETO Nº2789

DECRETO N.º 2789/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0164 – TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O Art. 9º da Lei Mun. 941/2015, 24/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 49.997,32 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coord. de Educação e Esportes		
Função	27	Desporto e Lazer		
Subfunção	812	Desporto Comunitário		
Programa	2701	Esporte é Vida		
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Fonte	0164	TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social)	R\$	49.997,32
		Total .....	R\$	49.997,32

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente Decreto serão utilizados Recursos Financeiros através do excesso de arrecadação garantidos pelo Termo de Convênio nº 2016TR001116, celebrado entre o Município de Ouro Verde e o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê (CNPJ 05.628.039/0001-71) no dia 13/06/2016, pela Fonte de Recurso 0164 - Transf. de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 21 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

## DECRETO Nº2790

DECRETO N.º 2790/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 940/2015 – LDO para o exercício de 2016, e alteração conforme Lei Mun. Nº 955/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coord. de Educação e Esportes		
Função	27	Desporto e Lazer		
Subfunção	812	Desporto Comunitário		
Programa	2701	Esporte é Vida		
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Despesa	53	4490 – Aplicações Diretas – Fonte 0100	R\$	5.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coord. de Educação e Esportes		
Função	27	Desporto e Lazer		
Subfunção	812	Desporto Comunitário		
Programa	2701	Esporte é Vida		
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Despesa	52	3390 – Aplicações Diretas – Fonte 0100	R\$	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 21 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**DECRETO Nº2791**

DECRETO N.º 2791/2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0164 – TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com O Art. 9º da Lei Mun. 941/2015, 24/11/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 199.996,25 (Cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	4001	Secretaria/Coord. de Educação e Esportes		
Função	27	Desporto e Lazer		
Subfunção	812	Desporto Comunitário		
Programa	2701	Esporte é Vida		
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário		
Elemento	4490	Aplicações Diretas		
Fonte	0164	TRANSF. DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (não relacionados a educação/saúde/assistência social)	R\$	199.996,25
		Total .....	R\$	199.996,25

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente Decreto serão utilizados Recursos Financeiros através do excesso de arrecadação garantidos pelo Termo de Convênio nº 2016TR001410, celebrado entre o Município de Ouro Verde e o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê (CNPJ 05.628.039/0001-71) no dia 21/06/2016, pela Fonte de Recurso 0164 - Transf. de Convênios – Estado/Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação,

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 24 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**EXTRATO CONTRATO E ADITIVO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0051/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Objeto: Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de Academia ao ar Livre na Avenida Pedro Biotto Sobrinho, Área de Construção 405,95 m². valor certo e ajustado de R\$:198.665,00 (cento e noventa e oito mil seiscentos e sessenta e cinco reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 27 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0009/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: ATILIO DE LIMA DE SOUZA

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino de Defaveri Nº214 centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo no mínimo 152,40 m², conforme número 02 folha 131. No cartório registrado de imóveis da comarca de Abelardo Luz. Para programa do CRAS (centro de referência de assistência social). O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. Vigência de 30/06/2016 á 31/12/2016. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 24 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0010/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CLEDENIRA GONZAGA BARRETA

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua João Maria Conrado,139,centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 150 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº R6/254 e R4/254 Lº2 No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O locador é responsável pelo pagamento das

despesas de luz e água. Vigência de 30/06/2016 á 31/12/2016. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 24 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0011/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VALDIR CANDEO GOULART

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino esquina com Rua Augusto Simonetto, 130, centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 131,80 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº 7.060. Livro número 19 folha 283/285. No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. Vigência de 30/06/2016 á 31/12/2016. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 24 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

### **LEILÃO 0001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LEILÃO Nº. 0001/2016.

O Município de Ouro Verde - SC, TORNA PÚBLICO, que de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizara no dia 19 de julho de 2016, às 09h00min, LEILÃO de bens inservíveis de 01 (um) trator Agrícola 4x4, marca SLC – Jhonn Dheere., 01 (uma) Grade Niveladora Modelo 28 discos marca Tatu, 01 (uma) grade aradora 16x26 Controle Remoto Com Pneus, 01 (um) Distribuidor de Adubo Líquido Marca Mapel 4000 Lts, 01 (um) Distribuidor de Adubo Líquido Marca Mapel 5000 Lts, 01 (um) Ônibus Marcopolo Volare V6 Esc, Ano Fabricação 2009, conforme edital. A íntegra do Edital e outras infor., na Prefeitura Municipal, situada na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro das 07h00min às 13h00min ou site: [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br) Ouro Verde (SC), 28 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº082**

PORTARIA N.º 082/2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Lidiane Vitória Bolzan, Lotada junto a Secretária Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015, que serão gozadas no período de 01/07/2016 a 30/07/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 31/07/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO



# Palhoça

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 037/2016 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº037/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº037/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que consiste na contratação de empresa para a execução de drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Antonio da Silva, Rua 727 e Rua 238 no bairro Pachecos (LOTE 01), drenagem, pavimentação (bloco de concreto intertravado) e sinalização viária da Rua João Miguel da Silva Filho no bairro Bela Vista (Lote 02) e recapeamento asfáltico e sinalização viária da Avenida São Cristóvão no bairro Aririú (Lote 03), incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

LOTE 01:  
ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME  
CONSTRUTORA TS LTDA  
ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP  
EMPREITEIRA ARRUDA LTDA  
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME  
JG MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME  
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP  
VECOM CONSTRUÇÕES EPP  
VINICIUS GOEDERT ME

LOTE 02:  
CONSTRUTORA TS LTDA  
ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP  
EMPREITEIRA ARRUDA LTDA  
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME  
JG MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

LOTE 03:  
BRITAGEM VOGELSANGER LTDA  
CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA  
SULCATARINENSE MINERAÇÃO ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Palhoça, 28 de junho de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 079/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº079/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 079/2016, no dia 02 de agosto de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente Licitação consiste na Contratação de empresa para a execução de drenagem e pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua Eduvirge Wiethorn, bairro Barra do Aririú, recapeamento asfáltico e sinalização viária da Rua Padre João Batista Réus, bairro Caminho Novo e execução de sistema de drenagem, pavimentação com bloco de concreto intertravado e sinalização na Rua Cesar Renê Wagner (trecho 2), bairro Alto Aririú, neste município incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 28 de junho de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### CONVÊNIO Nº 040, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 040, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Que entre si celebrem o Município de Palhoça e a Liga Palhocense de Futebol Amador.

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO de Subvenção Social que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, através de seu Presidente, Sr. VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA, doravante denominados simplesmente CONVENIENTE e de outro lado a LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL, pessoa jurídica de direito privado de caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, com sede a Avenida Prefeito Nelson Martins, nº 741, Centro, neste Município, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.116.747/0001-62, neste ato representada por seu presidente LAURINO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, casado, motorista, residente a Rua Domingos de Souza Filho, nº 498, Furadinho, Palhoça/SC, portador do RG nº 161.920-9 e CPF nº 376.226.339-68, doravante denominada simplesmente SUBVENCIONADA, com amparo na Lei Municipal nº 4.406, de 22 de junho de 2016 e Decreto Legislativo nº 414/2016, têm justo e contrato o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Subvenção Social tem por objeto a aplicação dos recursos no Campeonato da Liga Palhocense 2016 – Categorias (Masculino): Sub 20 (juniores), 1ª Divisão Adulto e 2ª Divisão, com despesa de arbitragem, constante do Plano de Trabalho proposto pela SUBVENCIONADA, parte integrante do presente Convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para consecução do objeto desta Subvenção Social o Município repassará à beneficiada a importância global no valor de R\$ 61.750,00 (sessenta e um mil e setecentos e cinquenta reais), em uma única parcela, que correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Referência de Dotação: 476

Órgão: 34 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Unidade: 001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Função: 0027 – Desporto e Lazer

Subfunção: 0812 – Desporto Comunitário

Programa: 0012 – Esporte

Ação: 2082 – Func. do Esporte e Lazer

Elemento: 3335000000000000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000143 – Recursos Ordinários Livres

I – Conforme definido no cronograma de repasse dos recursos constantes no Plano de Trabalho para conta específica e vinculada deverá ser identificada com o nome da Subvencionada acrescido da expressão Convênio e do nome Concedente.

II – A liberação das parcelas do Convênio será suspensa se verificado:

a) Desvio de finalidade na aplicação do valor do Convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do convênio;

b) O descumprimento pela Subvencionada de qualquer cláusula ou condição do convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados:

I – em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês;

II – em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no caput serão computadas a crédito do convênio e deverão ser aplicadas no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras da prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A presente Subvenção Social vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### I – DO MUNICÍPIO

a) repassar pontualmente o recurso previsto na cláusula segunda;

b) aprovar a prestação de contas da SUBVENCIONADA;

c) fiscalizar a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

##### II – DA SUBVENCIONADA

a) Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazo da lei, bem como da contrapartida, se for o caso;

b) manter o cadastro atualizado junto ao Município;

c) indicar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas, de forma detalhada;

d) não repassar os recursos recebidos para outras empresas, entidades, associações e/ou órgãos da administração pública direta e/ou indireta da esfera Municipal, Estadual e/ou Federal, salvo em casos expressamente autorizados pelo Município, mediante legislação específica.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A SUBVENCIONADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certificado que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em ..... /...../ .....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A SUBVENCIONADA é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da SUBVENCIONADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I – quando não for executado o objeto;

II – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

III – quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido.

§ 1º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a SUBVENCIONADA que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

§ 2º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Palhoça, 22 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA

Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

LAURINO JOSÉ DE SOUZA

Presidente da Liga Palhocense de Futebol

#### TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### LEI Nº 4.406, DE 22 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 4.406, de 22 de JUNHO de 2016.

CONVÊNIO. Liga Palhocense de Futebol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Liga Palhocense de Futebol, inscrita no CNPJ nº 85.116.747/0001-62, no valor de até R\$ 61.750,00 (sessenta e um mil e setecentos e cinquenta reais), a ser aplicado no Campeonato da Liga Palhocense 2016 – Categorias (Masculino): Sub 20 (juniores), 1ª Divisão Adulto e 2ª Divisão, com despesa de arbitragem.

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Referência de Dotação: 476  
Órgão: 34 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA  
Unidade: 001 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA  
Função: 0027 – Desporto e Lazer  
Subfunção: 0812 – Desporto Comunitário  
Programa: 0012 – Esporte  
Ação: 2082 – Func. do Esporte e Lazer  
Elemento: 3335000000000000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos  
Vínculo: 01000143 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 22 de junho de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **RESULTADO DO PREGÃO 72/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 72/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamento para os agentes de Trânsito do Município de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital. No dia da abertura dos envelopes constatou-se que não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ANULAR e ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame. Palhoça, 29 de junho de 2016.

### **RESULTADO PREGÃO Nº 065/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 065/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de pneus para atender as diversas Secretarias deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

BELLENZIER PNEUS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 15, 29 e 31, totalizando R\$ 6.852,00 (seis mil e oitocentos e cinquenta e dois reais);

MODELO PNEUS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 13, 21 e 32, totalizando R\$ 54.939,10 (cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e dez centavos);

RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 4, 5, 6, 8, 11, 17, 18, 19, 22, 24, 27, 28 e 30, totalizando R\$ 261.660,00 (duzentos e sessenta e um mil e seiscentos e sessenta reais);

LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 7, 9, 10, 12, 14, 16, 23, 25, 26 e 33, totalizando R\$ 30.388,00 (trinta mil e trezentos e oitenta e oito reais);

Palhoça, 28 de junho de 2016.

### **TOMADA DE PREÇO Nº 078-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 078 /2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 15 de JULHO de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº. 078 /2016, que tem por objeto a contratação de empresa para Execução de Sistema de Drenagem das ruas: Alfredo João Santos localizado no Bairro Pachecos (LOTE 01), Rua José de Lima Sobrinho no Bairro Rio Grande (LOTE 02), Rua Rafael Shereiber no Bairro Alto Aririú (LOTE 03), Execução de serviços de pavimentação a lajotas das ruas: 4 (trecho 01), 8 (TRECHO 01) E Viela 21 no Bairro Frei Damião (LOTE 04), Execução de tubulação de vala na Servidão Levi Guthia no Bairro Aririú (LOTE 05), Serviços de Urbanização: calçada de pedestre sobre galeria na Rua Henrique Coimbra no Bairro Barra do Aririú (LOTE 06) e execução do Sistema de Drenagem da Rua Albertina Maria Quadros no bairro Aririú (LOTE 07) O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 28 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **1º TERMO DE RETIFICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016. Objeto: Registro de preços para a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais, destinados aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 11 de julho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 11/07/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 28 de junho de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

### **CONVITE PARA 6ª CONFERENCIA MUNICIPAL DAS CIDADES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

#### **CONVITE PARA**

#### **6ª CONFERENCIA MUNICIPAL DAS CIDADES**

A Prefeitura Municipal de Papanduva convida todos os munícipes a participarem da 6ª Conferência Municipal das Cidades deste Município, que será realizada no dia 04 de julho de 2016, no Centro da Melhor Idade, com início às 09:00 horas, tendo como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e, como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Papanduva, 27 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal



# Paraíso

## PREFEITURA

### CT. 12-2016 DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que houve um erro material na sequência de numeração dos contratos. No presente contrato consta Contrato Nº 09/2016, porém o correto é Contrato 12/2016, onde o mesmo foi formalizado com a Empresa HOSPITAL SÃO JORGE LTDA – ME, no dia 09 de Maio de 2016.

Paraíso, 22 de Junho de 2016

Paula Roberta Bacin

Gerente Geral de Compras

### DECRETO 1827/2016

DECRETO Nº 1827/2016.

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DA NOMEAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 1083/2006 de 16 de outubro de 2006, alterado pelo decreto nº 1394/2011 e com os artigos 64, incisos VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 09 de novembro de 1993,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Municipal RAIMUNDO OUVIDIO MALDANER matrícula nº 567 para exercer as funções de Pregoeiro da Administração Municipal.

Art. 2º Ao Pregoeiro compete entre outras a atribuição de, receber as propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Pelo exercício da função de pregoeiro não será devida qualquer remuneração adicional.

Art. 4º -Ficam nomeados, os senhores(as) DENISE APARECIDA BACIN, MARCIA DE FATIMA KLEINERT E PAULA ROBERTA BACIN, para constituírem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, para atuarem nas licitações na modalidade de Pregão, a serem realizadas pela Administração Municipal, obedecendo o regulamento estabelecido no Decreto nº 1083/2006 alterado pelo decreto nº 1394/2011.

§. 1º -Ficam nomeados Bereniche Mucha e Enise Ereno, membros suplentes da Equipe de Apoio do Pregoeiro, que ocuparam o lugar dos titulares ora nomeados, verificadas a ausência destes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado na íntegra os decretos nº 1675/2014 e 1797/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 28 de Junho de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido De Togni

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra

Paraíso (SC), 28 de junho de 2016.

Servidor Responsável

### EXT. CT. 28-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

EXTRATO CONTRATO 28/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 32/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR O VEICULO VINCULADO AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, PLACA MHH 8704".

DO VALOR TOTAL: R\$ 1.133,35 (Hum mil, cento e trinta e três reais e trinta e cinco centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: IVAMAK CORRETORA DE SEGUROS LTDA

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 24 de Junho de 2016 até dia 24 de Junho de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 24 de Junho de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

### PL 32-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO –

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR O VEICULO VINCULADO AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, PLACA MHH 8704".

DO VALOR TOTAL: R\$ 1.133,35 (Hum mil, cento e trinta e três reais e trinta e cinco centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: IVAMAK CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 24/06/2016 até 24/06/2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 24 de Junho de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 222/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 222/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 23/2016, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, LILIAN CRISTINA DE OLIVIERA, brasileira, ocupante do Cargo Professora de Educação Física 20 horas, portadora do CPF nº 833.620.299-49, matrícula nº 11191, nomeada pela Portaria nº 067/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, 23 de Junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 223/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 223/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria de nº 394/2014 que colocou a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, MILENA MONTARDO SERRI DE CASTRO, brasileira, matrícula nº 10322, ocupante do cargo de Enfermeira, para exercer suas funções na Equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF), área 02, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, em 24 de junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 224/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 224/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Valdete Correia de Souza Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 043.354.119-95, matrícula nº 10263 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 20/07/2016 conforme benefício nº 6148372405 em anexo, que ora regularizarmos.

Município de Paulo Lopes - SC, em 24 de junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 225/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 225/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, PAMELA NOGUEIRA DA SILVA VILELA, brasileira, ocupante do Cargo Médica (o) Clínica (o) Geral 20 horas, portadora do CPF nº 013.417.721-52, matrícula nº 11196, nomeada pela Portaria nº 078/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 27 de Junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 226/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 226/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Dalziza Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 767.887.769-20, matrícula nº 10273 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 08/07/2016 conforme benefício nº 6147486946 em anexo, que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes – SC, em 27 de junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 227/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 227/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, CLT, Juliana Rita de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 074.854.989-75, matrícula nº 10260 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 24/09/2016, conforme benefício nº 6143916903.

Município de Paulo Lopes – SC, em 28 de junho de 2016.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 2677/2016

DECRETO Nº 2677/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, NO VALOR DE R\$ 1.562.500,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2795, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.562.500,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), conforme inciso I, art.11 da Lei Municipal nº 2795 de 18 de dezembro de 2015, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 05 – Secretaria da Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo  
Funcional: 04.122.0004  
Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo  
Fonte de Recursos: 0000 – Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.00 (019) - Aplicações diretas  
..... R\$ 200.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.022 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 00.00 (065) - Aplicações diretas  
..... R\$ 350.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento e Ensino  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 00.00 (073) - Aplicações diretas  
..... R\$ 800.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento e Ensino  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 00.00 (079) - Aplicações diretas  
..... R\$ 150.000,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.00 (080) - Aplicações diretas  
..... R\$ 50.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Agricultura  
Funcional: 20.605.0011  
Atividade: 2.035 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura  
Fonte de Recursos: 0000 – Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.00 (107) - Aplicações diretas

..... R\$ 12.500,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 05 – Secretaria da Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo  
Funcional: 04.122.0004  
Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo  
Fonte de Recursos: 0000 – Próprios  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (020) - Aplicações diretas  
..... R\$ 200.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.022 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.00 (066) - Aplicações diretas  
..... R\$ 200.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (067) - Aplicações diretas  
..... R\$ 150.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento e Ensino  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.00 (074) - Aplicações diretas  
..... R\$ 400.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (077) - Aplicações diretas  
..... R\$ 400.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento e Ensino  
Funcional: 12.361.0009  
Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche  
Fonte de Recursos: 0611 – Próprios  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (081) - Aplicações diretas  
..... R\$ 200.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Agricultura  
Funcional: 20.605.0011  
Atividade: 2.035 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura  
Fonte de Recursos: 0000 – Próprios  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (108) - Aplicações diretas  
..... R\$ 12.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 28 de junho de 2016.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da

Administração, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele Schweger de Souza Lunge  
Secretária da Administração

## 2º TERMO ADITIVO Nº 381/2016 PMP

2º - TERMO ADITIVO Nº 381/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 41/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 381/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 41/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 010.804.579-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Luiz Unger, nº 301, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Educação de Jovens e Adultos - EJA, no período de 06/06/2016 até 16/12/2016. Revogando o Termo Aditivo nº 368/2016 – PMP.

### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 28 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO  
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## CONTRATO Nº 81/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP. Nº 81/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rua Tubarão, nº 122, Bairro Fazenda, CEP nº 88301-470, Telefone: (47) – 3344-4363, E-mail: wtmconstrucoes@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 21.338.866/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Walter Tomaz

Mantau, CPF nº 414.975.469-15, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a ampliação e modernização da Biblioteca Municipal, Centro, Penha/SC, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº xx/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº xx/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para ampliação e modernização da Biblioteca Municipal, Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$: 90.000,00 (noventa mil reais), a ser pago no Banco do Brasil, Agência nº: 5212-4, Conta Corrente nº: 10.553-8 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até 3 (três) meses, em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 4 (quatro) meses.

### CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação  
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino  
Funcional: 12.361.0009 – Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade: 2.023 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0633 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 76'

Órgão: 10 – Secretaria de Educação  
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino  
Funcional: 12.361.0009 – Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade: 2.023 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0611 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 74

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.
- e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.
- h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.
- i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.
- j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.
- k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

#### CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13ª (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14ª (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo

do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:



- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou

objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e  
r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 28 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA- EPP

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### CONTRATO Nº 82/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Nº 82/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camburiú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Teruliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Orla da Praia de Armação, trechos 1 e 2, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a

executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de LOTE 1 – Rua Manoel Quirino de Souza R\$: 136.298,88 (cento e trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito e oitenta e oito centavos) a ser pago no Banco Credcrea, Agência nº.: 0106-6, Conta Corrente nº.: 23484-2 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até LOTE 1 (2 meses), em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 3 (três) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irredutíveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável  
Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente  
Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral  
Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 53

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for

explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.

b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.

e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

g) Disponibilizar, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.

i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.

j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.

k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

#### CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13º (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14º (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente

ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança

aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil



Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 28 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### CONTRATO Nº 83/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Nº 83/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camburiú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Orla da Praia de Armação, trechos 1 e 2, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de LOTE 2 – Rua Tijucas R\$: 197.553,12 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e doze centavos), a ser pago no Banco Credcrea, Agência nº.: 0106-6, Conta Corrente nº.: 23484-2 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra

realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até, LOTE 2 (2 meses), em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 3 (três) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente

Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade

única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.

e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.

i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.

j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.

k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

#### CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13º (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14º (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra

para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos

ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Paragrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 28 de Junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITO  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### CONTRATO Nº 84/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Nº 84/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tértuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Orla da Praia de Armação, trechos 1 e 2, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor LOTE 3 – Rua Recanto dos Pássaros III R\$: 78.857,67 (setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos) a ser pago no Banco Credcrea, Agência nº.: 0106-6, Conta Corrente nº.: 23484-2 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até LOTE 3 (1 mês) em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 3 (três) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas



contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente

Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.
- e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.
- h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a

Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.

- i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.
- j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.
- k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

#### CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13º (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14º (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES**

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato,

- a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO**

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 28 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO Nº 85/2016-PMP**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Nº 85/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua 1922, Nº 86, Bairro Centro, CEP: 88330-534, Telefone: (47) – 3344-5894, E-mail: contatosanecon@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 83.499.293/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Tertuliano Zanis Thomé, RGº 1.681.271, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Urbanização da Orla da Praia de Armação, trechos 1 e 2, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 32/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 07/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, das Ruas Manoel Quirino de Souza, Rua Tijucas, Rua Recanto dos Pássaros III e Rua Recanto dos Pássaros IV, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO**

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de LOTE 4 – Rua Recanto dos Pássaros IV R\$: 66.687,27 (sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) a ser pago no Banco Credcrea, Agência nº.: 0106-6, Conta Corrente nº.: 23484-2 em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA**

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até LOTE 4 (1 mês) , em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 3 (três) meses.

**CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS**

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL**

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente

Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.
- e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.
- h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.
- i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.
- j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.
- k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

**CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO**

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais



e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13ª (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14ª (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA



ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

m) Razões de interesse do serviço público;

n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 28 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

SONECON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### DECRETO Nº 2676/2016

DECRETO Nº 2676/16

EXONERA COORDENADOR DE MÁQUINAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado a pedido, o Sr. GILMAR DA SILVA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE MÁQUINAS, do Departamento Operacional, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1516/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

#### PORTARIA Nº 215/2016

PORTARIA Nº 215/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) AUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

#### PORTARIA Nº 216/2016

PORTARIA Nº 216/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) ÉDIO MARQUETTI, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 217/2016**

PORTARIA Nº 217/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) LUCIANA MARIA DA SILVA, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 218/2016**

PORTARIA Nº 218/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) RITA ANTONIA DE CASSIA LAUDÁRIO, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 219/2016**

PORTARIA Nº 219/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) VANDERLEI DA SILVA COSTA, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 220/2016**

PORTARIA Nº 220/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 01/07/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) WILSON MISTURA, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**PP27/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE TUBULAÇÕES E MANUTENÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 11/07/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 12/07/2016 às 10h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 28 de junho de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

**PP28/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 11/07/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 12/07/2016 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 28 de junho de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 382/2016 PMP**

TERMO ADITIVO Nº 382/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 349/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 382/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 349/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LEADAR LENZI CRISTOFOLINI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 029.528.029-80, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nereu de Assis, nº 437, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterada a cláusula 2ª, onde o (a) CONTRATADO (A) exercerá suas atividades profissionais junto a Secretaria de educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 28 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
LEADAR LENZI CRISTOFOLINI  
CONTRATADO (A)

**TESTEMUNHA**

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 30/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 30/2016 – Pregão Presencial 15/2016.

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas para premiação nos Campeonatos Municipais de: Futsal, Futebol de campo da escolinha de futebol, Handebol, Corrida Rústica, Capoeira e Festival da canção.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 13/07/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 13/07/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 31/2016 – DISPENSA 03/2016 - PMP**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 31/2016 – Dispensa de Licitação 03/2016 - PMP

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção in loco dos equipamentos de internet, informática/processamento de dados pertencentes aos diversos setores/departamentos do Município de Peritiba e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Dados do Contrato: Contrato nº 57/2016 / Contratado: CP1 INFORMATICA LTDA ME - CNPJ sob o nº 14.449.773/0001-64 - Data do Contrato: 29/06/2016 - Valor do Contrato: R\$ R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais). - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 25 2016 - JMK ARTEFATOS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 15.009.878/0001-65. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS AO REVESTIMENTO DE QUADRA MEDINDO 19x38,75 = 736,25m², COM GRAMA SINTÉTICA DE 52mm, LOCALIZADA NA RUA 16 DE AGOSTO, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 24/06/2016. Valor: R\$ 68.689,75. Petrolândia, 29 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 049/2016

DECRETO Nº. 049, de 10 de Junho de 2016.  
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras  
Proj./Atividade – 2.038 – Conservação de Estradas  
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (145) Aplicações Diretas  
Recursos - 0.1.0032 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0032 – Recursos COSIP, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 10 de Junho de 2016.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 050/2016

DECRETO Nº. 050, de 14 de Junho de 2016.  
CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária).

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$. 34.914,37 (Trinta e quatro mil novecentos e quatorze reais e trinta e sete centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras  
Proj./Atividade – 2.032 – Pavimentação de Ruas Urbanas  
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (164) Aplicações Diretas  
Recursos - 00.03.0368 – Recursos Convênios de Capital Estado – Exercício Anterior ..... R\$ 34.914,37

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 00.368 – Recursos Convênios Capital Estado, constante do Balanço Da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$. 34.914,37 (Trinta e quatro mil novecentos e quatorze reais e trinta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 14 de Junho de 2016.  
JOEL LONGEN  
PREFEITO MUNICIPAL

### RESULTADO JULGAMENTO PREGÃO 25 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 – RESULTADO DE JULGAMENTO  
A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 25/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS AO REVESTIMENTO DE QUADRA MEDINDO 19x38,75 = 736,25m², COM GRAMA SINTÉTICA DE 52mm, LOCALIZADA NA RUA 16 DE AGOSTO, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, na qual declara vencedora a empresa JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 15.009.878/0001-65, com o valor total de R\$ 68.689,75. Data: 24/06/2016. Petrolândia, 29 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 214/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 214/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Marechal Costa e Silva, N.º 111, inscrita no CNPJ sob n.º 82.827.148/0001-69, representada neste ato por EUZEBIO CALISTO VIECELI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado DAVIDE RUBINI, com sede na Linha Caxias, em Pinheiro Preto, inscrito no CPF sob n.º 220.837.409-63, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no centro Educacional Pe. Trudo Plessers, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2016.

- A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016.
- O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid	6. Qdade / Unid	7. Preço Proposto	8. Valor Total
DAVIDE RUBINI	220.837.409-63	SDW0220837409632310150911	Mandioca	kg	60	3,66	219,60
Total							219,60

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 10 - Saúde



Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 10 - Alimentação Escolar  
Ação: 2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria da Educação.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2016 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**



O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31/12/2016.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Tangará para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

CENTRO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, 20 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CONTRATANTE

DAVIDE RUBINI  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 215/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 215/2016

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Marechal Costa e Silva, N.º 111, inscrita no CNPJ sob n.º 82.827.148/0001-69, representada neste ato por EUZEBIO CALISTO VIECELI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLAUDETE ANDRETTA PERAZZOLI, com sede em Pinheiro Preto, na Linha São Roque, S/N, inscrita no CPF sob n.º 868.302.959-04, doravante denominado CONTRATADA, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no centro Educacional Pe. Trudo Plessers, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2016.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid	6. Qdade	7. Preço Proposto	8. Valor Total
CLAUDETE PERAZZOLI	868.302.959-04	SDW0863302959040704141005	Batata Inglesa	kg	130	4,99	648,70
CLAUDETE PERAZZOLI	868.302.959-04	SDW0863302959040704141005	Cebola	kg	120	5,69	682,80
CLAUDETE PERAZZOLI	868.302.959-04	SDW0863302959040704141005	Laranja	kg	200	3,26	652,00
CLAUDETE PERAZZOLI	868.302.959-04	SDW0863302959040704141005	Limão Galego e Colonial	kg	20	5,12	102,40
CLAUDETE PERAZZOLI	868.302.959-04	SDW0863302959040704141005	Pokan	kg	200	3,25	650,00

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 10 - Alimentação Escolar

Ação: 2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria da Educação.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2016 e pela Lei n.º 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31/12/2016.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Tangará para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

CENTRO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, 20 DE JUNHO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATANTE

CLAUDETE ANDRETTA PERAZZOLI

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2016

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Marechal Costa e Silva, N.º 111, inscrita no CNPJ sob n.º 82.827.148/0001-69, representada neste ato por EUZÉBIO CALISTO VIECELI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ÉLIO MIGUEL CONCI, com sede à Linha Petry, s/n.º CEP: 89642-000, em Tangará, inscrito no CPF sob n.º 485.944.239-34, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid	6. Qdade	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Abóbora do tipo Cabotiá	kg	60	3,33	199,80
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Abobrinha Italiana	kg	80	3,79	303,20
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Acelga	kg	150	2,80	420,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Alface	und	200	2,03	406,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Almeirão	und	60	2,73	163,80
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Agrião	maços	80	2,23	178,40
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Batata Doce	kg	60	3,95	237,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Batata Salsa	kg	50	8,20	410,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Beterraba	kg	60	4,72	283,20
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Brócolis	maços	50	3,59	179,50
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Cenoura	kg	70	5,65	395,50
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Chá Mistos	maços	60	1,50	90,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Chicória	maços	80	3,90	312,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Chuchu	kg	40	3,50	140,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Couve-Flor	kg	80	4,43	354,40
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Couve Folha	maços	40	2,60	104,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Pepino	kg	40	3,33	133,20
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Rabanete	kg	25	3,99	99,75
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Repolho	kg	120	2,93	351,60
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Rúcula	maços	80	3,25	260,00
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Tempero Verde	maços	150	1,75	262,50
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Tomate	kg	180	4,92	885,60
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Vagem	kg	40	4,86	194,40
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Maça	kg	150	5,63	844,50
ELIO MIGUEL CONCI	485.944.239-34	SDW0485944239340702141051	Mexerica	kg	150	3,50	525,00
Total							7.733,35

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 10 - Alimentação Escolar  
Ação: 2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria da Educação.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2016 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. por acordo entre as partes;

b. pela inobservância de qualquer de suas condições;

c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31/12/2016.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Tangará para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

CENTRO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, 20 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATANTE

CLAUDETE ANDRETTA PERAZZOLI

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 217/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 217/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2016 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: FATIMA RABUSKE

CPF n.º 074.213.869-04

Endereço: Linha União, S/N, interior – Pinheiro Preto - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado FATIMA RABUSKE, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, Cultura e Esportes função de "Atendente de Creche", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2016, e na Lei Complementar LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 907,98 (novecentos e sete reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

- 3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- 3.2. O contrato vigorará da data de 22 de junho de 2016 até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Limpeza corporal da criança, troca de fraldas, ajudarem suas dificuldades, organizar o ambiente para tornar atrativo e harmonioso promovendo a socialização; atendimento individual respeitando as diferenças, atendimento na hora das refeições, trabalharem conjunto com o professor regente, receber e entregar as crianças; realizar atividades de cunho pedagógico visando a estimulação das crianças.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 22 de junho de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Fatima Rauske

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 219/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 219/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2016 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: Lidiane Maria Machado Pozzer

CPF n.º 075.610.589-77

Endereço: Linha Santo Isidoro, Nº S/N, Interior – Pinheiro Preto - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado Lidiane Maria Machado Pozzer, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, Cultura e Esportes função de "Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2016, e na Lei Complementar LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.082,60 (hum mil e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 23 de junho de 2016 até o retorno da servidora efetiva Inês Aparecida Nunes, que encontra-se

em licença maternidade.

A contratada executará as seguintes funções:

Receber, orientar, encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão; montar, reparar e ajustar máquinas e ferramentas; efetuar limpeza das dependências internas e externas das instalações dos órgãos da Administração Pública; manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; executar serviços internos de entrega de documentos e mensagens; realizar serviços relacionados com cozinha e copa do órgão; executar ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente; verificar instalações hidráulicas elétricas e sanitárias durante o seu turno a fim de detectar possíveis irregularidades e providenciar, a tempo, as medidas recomendáveis; controlar a movimentação de veículos, a entrada e saída de volumes, bens móveis e pessoas; registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto para comprovar a regularidade de sua ronda, quando necessário; solicitar socorro às autoridades competentes, imediatamente nos casos de incêndio, enchentes, ameaças de desabamentos, vendavais, atentados contra a integridade física o contra a vida, comunicando o fato à chefia imediata; Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; executar outras atividades compatíveis com o cargo; realizar reparos, compatíveis com seu conhecimento; auxiliar nas atividades de correspondência interna, deslocamento de móveis, equipamentos, materiais de expediente; auxiliar no controle e organização do almoxarifado; instalar equipamentos para os quais não se exige conhecimento técnico; auxiliar em todas as atividades internas para as quais se exige trabalho braçal; controlar o uso e consumo de energia elétrica e outros bens da administração, a fim de evitar desperdício; executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as suas atribuições.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou

reclamação, nos seguintes casos:

- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
- 4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;
- 4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;
- 4.2.5. - Interesse público;
- 4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 23 de junho de 2016 até o retorno da servidora efetiva.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 23 de junho de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Lidiane Maria Machado Pozzer

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS Nº 188/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 188/2016

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e RODRIGO ZANELLA, autorizado através da Licitação nº 038/2016, Processo Administrativo nº. 118/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RODRIGO ZANELLA

CPF n.º 018.202.689-26

Endereço: Avenida Marechal Costa e Silva, nº 511 – Centro – Pinheiro Preto – SC.

Representada por: RODRIGO ZANELLA

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 038/2016, homologado em 19 de maio de 2016, na forma

e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais na área de pedreiro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 1.184,00 (um mil, cento e oitenta e quatro reais), devendo a despesa correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 6 – Segurança Pública

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: – Administração Geral

Ação: 2.42 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: – Administração Geral

Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3390-0000

Unidade Gestora: 3 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 3000 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.50 – Manutenção das Atividades da Saúde

3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 12 – Desenvolvimento Escolar

Ação: 2.32 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3390-0000

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 19/05/2016.

b) término: 15/12/2016.

Parágrafo único. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

**4.1. DAS PENALIDADES****DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**4.1 - DA RESCISÃO**

4.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 038/2016, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

**VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**VII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 19 de maio de 2016.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 212/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 212/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A AVALIAÇÃO ATUARIAL E PREENCHIMENTO DO DRAA (DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL), celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAMS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATUARIAL E EMPRESARIAL EIRELI - ME, autorizado através do Processo nº 159/2016, Dispensa de Licitação nº. 0098/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SAMS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATUARIAL E EMPRESARIAL EIRELI - ME

CNPJ: 22.056.350/0001-02

Endereço: Rua General Pereira da Silva, 252 – Apto 1002 - Icarai NITERÓI -RJ

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A AVALIAÇÃO ATUARIAL E PREENCHIMENTO DO DRAA (DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL), MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 22 de Junho de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

SAMS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATUARIAL E EMPRESARIAL EIRELI – ME

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 218/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 218/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A CORTINAS DE VELUDO PARA O CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CASA LIMPA LTDA ME, autorizado através do Processo nº 160/2016, Dispensa de Licitação nº. 0099/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CASA LIMPA LTDA ME  
CNPJ: 13.262.608/0001-36  
Endereço: Rua das Hortências, 33 – São Cristóvão  
VIDEIRA -SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CORTINAS DE VELUDO PARA O CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLES-SERS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material/serviço no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçament.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de

21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS



5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 22 de Junho de 2016.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
CASA LIMPA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

### DECRETO Nº 4.416, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4.416, DE 10 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 40.471,41 (Quarenta mil quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 336 - SALARIO EDUCAÇÃO  
VALOR: 36.900,20

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 23 - Estradas Vicinais  
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 307 - CIDE  
VALOR: R\$ 3.571,21

Total Suplementado ..... R\$ 40.471,41.

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 10 DE JUNHO DE 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4.417, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4.417, DE 10 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-CAS  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 - Turismo  
Programa: 22 - Promoção Do Turismo  
Ação: 2.41 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

Total Suplementado ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 10 DE JUNHO DE 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
5.127.061	Ana Paula Bernardi	Servente

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

a. formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);  
 b. formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);  
 c. formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);  
 d. formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);  
 e. Carteira de Identidade;  
 f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;  
 g. Certificado de Reservista;  
 h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);  
 i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);  
 j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;  
 k. Carteira nacional do S.U.S;  
 l. Certidão de Casamento;  
 m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);  
 n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);  
 o. Carteira de Trabalho (CTPS);  
 p. Comprovante de conta corrente bancária;  
 q. comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);  
 r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;  
 s. Documentos exigidos para cargos específicos:  
 Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na

Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de junho de 2016.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
 PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
6.876.369	MARCIA APARECIDA DA SILVA	Servente

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

a. formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);  
 b. formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);  
 c. formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);  
 d. formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);  
 e. Carteira de Identidade;  
 f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;

g. Certificado de Reservista;  
 h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);  
 i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);  
 j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;  
 k. Carteira nacional do S.U.S;  
 l. Certidão de Casamento;  
 m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);  
 n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);  
 o. Carteira de Trabalho (CTPS);  
 p. Comprovante de conta corrente bancária;  
 q. comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);  
 r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;  
 s. Documentos exigidos para cargos específicos:  
 Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 27 de junho de 2016.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 PREFEITO MUNICIPAL

## **LEI ORDINÁRIA Nº 1.894, DE 28 DE JUNHO DE 2016**

LEI ORDINÁRIA Nº 1.894, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a efetuar gasto com arbitragem com a Taça Prata Bocha Masculino, através da CME municipal, para realização do 25º Campeonato Catarinense Taça Prata de Bocha, promovido em parceria com a Federação Catarinense de Bocha e Bolão e a Sociedade Esportiva Recreativa Beneficente 1º de Julho de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor, cuja aplicação dos recursos deverá ser fiscalizada e certificada pelo Diretor da CME.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de junho de 2016.  
 EUZEBIO CALISTO VIECELI  
 Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 340, DE 15 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 340, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016 REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, E ADJUDICA O OBJETO AOS VENCEDORES.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da CPL, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a Chamada Pública nº 001/2016, referente aquisição de produtos da agricultura familiar, a serem utilizados na merenda escolar, e adjudica o objeto licitado às seguintes pessoas, físicas e jurídicas, e respectivos itens:

I – Claudete Perazzoli, CPF 016.042.739-84, itens: Batata inglesa (R\$ 4,99 por Kg), Cebola (R\$ 5,69 por Kg), Laranja (R\$ 3,26), Limão Galego e Colonial (R\$ 5,12 por Kg), Pokan (R\$ 3,25 por Kg).

II – Élio Miguel Conci, CPF 485.944.239-34, itens: Abóbora do tipo cabotiá (R\$ 3,33 por Kg), Abobrinha Italiana (R\$ 3,79 por Kg), Acelga (R\$ 2,80 por und.), Alface (R\$ 2,03 por und.), Almeirão (R\$ 2,73 por und.), Agrião (R\$ 2,23 por maço), Batata Doce (R\$ 3,95 por kg), Batata Salsa (R\$ 8,20 por kg), Beterraba (R\$ 4,72 por Kg), Brócolis (R\$ 3,59 por kg), Cenoura (R\$ 5,65 por kg), Chá mistos (R\$ 1,50 por maço), Chicória (R\$ 3,90 por maço), Chuchu (R\$ 3,50 por kg), Couve-flor (R\$ 4,43 por Kg), Couve folha (R\$ 2,60 por maço), Pepino (R\$ 3,33 por kg), Rabanete (R\$ 3,99), Repolho (R\$ 2,93 por kg), Rúcula (R\$ 3,25 por maço), Tempero Verde (R\$ 1,75 por maço), Tomate (R\$ 4,92 por kg), Vagem (R\$ 4,86 por kg), Maça (R\$ 5,63 por kg), Mexerica (R\$ 3,50 por kg).

IV – Davide Rubini, CPF 220.837.409-63, itens: Mandioca (R\$ 3,66 por Kg).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 15 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 356, DE 22 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 356, DE 22 DE junho DE 2016.

NOMEIA FATIMA RABUSKE PARA o exercício da função temporária DE atendente de creche.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo 001/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, FATIMA RABUSKE, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 074.213.869-04, para a função temporária de atendente de creche, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 22 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 358, DE 22 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº.358, DE 22 DE junho DE 2016.

EXONERA JULIANA APARECIDA AZEVEDO MARCONDES DO EXERCÍCIO Da FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, a pedido JULIANA APARECIDA AZEVEDO MARCONDES, brasileira, inscrita no CPF n.º 046.771.559-92, da função temporária de “servente”, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 322, de 02 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 359, DE 23 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 359, DE 23 DE junho DE 2016.

NOMEIA Lidiane maria machado pozzier PARA o exercício da função temporária DE servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo 001/2016;  
Considerando a licença maternidade da servidora efetiva Inês Aparecida Nunes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Lidiane maria machado pozzier, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 075.610.589-77, para a função temporária de Servente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com vencimento previsto em lei, a partir do dia 23 de junho de 2016 e término com o retorno da servidora efetiva.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 23 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 022/2016**

TERMO ADITIVO Nº 022/2016

CONTRATO ADITADO N.º 081/2014

Termo de aditamento da "Execução de obra de engenharia, consiste na construção de Creche Tipo “C” em Pinheiro Preto” entre o Município de Pinheiro Preto a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA BOTTEGA LTDA, autorizado através do Processo nº 025/2014 e Licitação nº 002/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CONSTRUTORA E INCORPORADORA

BOTTEGA LTDA  
CNPJ:18.900.212/0001-90  
Endereço: Rua Ademar de Barros, 179  
CEP 89.642-000 / Tangará/SC  
Representada por: ANDRESSON LUIZ BOTTEGA

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na conclusão da obra de construção da Creche Municipal Tipo C, no Município de Pinheiro Preto, em Regime de Execução de Empreitada por Preço Integral autorizado através do Processo nº 025/2014, Licitação nº 02/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 002/2014 tem seu termo final para 30/04/2016.

2.2 Considerando as intempéries do tempo, o que ocasionou impossibilidade da continuidade na execução da obra, por alguns dias.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2014, onde seu término será para 31/07/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 081/2014, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 26 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
CONSTRUTORA E INCORPORADORA BOTTEGA LTDA  
ANDRESSON LUIZ BOTTEGA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### TC032\_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.: 032/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	VOLMIR RIBEIRO DE MELLO - MEI
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor ..... :	R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 025/2016
Vigência ..... :	12 meses.
Planalto Alegre, 22 de Junho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

### TC033\_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.: 033/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	SANDENILSO JONAS DE MELLO - MEI
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor ..... :	R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 025/2016
Vigência ..... :	12 meses.
Planalto Alegre, 22 de Junho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

### TC034\_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.: 034/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	CLAUDINEI DA SILVA - MEI
Objeto ..... :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Valor ..... :	R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 025/2016
Vigência ..... :	12 meses.
Planalto Alegre, 22 de Junho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

# Pomerode

## CÂMARA MUNICIPAL

### 2016\_ADITIVO03TESTOEDITORIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2013

1.-Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE LEIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS PUBLICAÇÕES EM MÍDIA IMPRESSA DE INTERESSE DO LEGISLATIVO.

Em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas Quarta e Sexta, item 6.1 do Contrato Administrativo nº 007/2013, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, corrige-se o contrato mediante o INPC-IBGE acumulado no período passado, qual seja 9,82% e prorroga-se o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 23/06/2016 e cessando em 22/06/2017, com a empresa Testo Editora e Eventos Ltda ME.

As demais cláusulas e termos contratuais permanecem inalteradas.

CLAUS KRAHN

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

### ADITIVO05\_JORNALPOMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

1.-Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE LEIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS PUBLICAÇÕES EM MÍDIA IMPRESSA DE INTERESSE DO LEGISLATIVO.

Em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas Quarta e Sexta, item 6.1 do Contrato Administrativo nº 007/2013, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, corrige-se o contrato mediante o INPC-IBGE acumulado no período passado, qual seja 9,82% e prorroga-se o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 25/06/2016 e cessando em 24/06/2017, com a empresa Jornal de Pomerode Editora Ltda.

As demais cláusulas e termos contratuais permanecem inalteradas.

CLAUS KRAHN

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### 1ª RETIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO 010/2016

CREDENCIAMENTO 01/2016

Onde se Lê:

ANEXO IV

8.1.2 Creditar até o segundo dia útil o valor da arrecadação diária e efetuar o respectivo débito em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Pomerode.

Leia- sê:

ANEXO IV

8.1.2 Creditar até o terceiro dia útil o valor da arrecadação diária e efetuar o respectivo débito em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Pomerode.

POMERODE/SC, 28 de Junho de 2016

Engº EDSON PISKE

Presidente SAMAE



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### QUARTO EDITAL DE CHAMAMENTO CP 001 2016

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

QUARTO Chamamento do Concurso Público 001/2016

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2016, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

4º	JUCELEI PAVAN BAZI	318752
----	--------------------	--------

Ponte Serrada – SC, 21 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

#### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Salário Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

### SETIMO EDITAL DE CHAMAMENTO CP 001 2015

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

SÉTIMO Chamamento do Concurso Público 001/2015

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2015, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

4º	NEOCLECIANO LUIZ GABIATTI	255856
----	---------------------------	--------

Ponte Serrada – SC, 21 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

#### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Salário Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 002/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 002/2016 – FMAS – 1ºTERMO ADITIVO  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 002/2016, referente a contratação de instituição prestadora de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, para atender a demanda judiciária que determinou o acolhimento de cinco crianças, conforme especificações descritas na Dispensa de Licitação nº 002/2016 FMAS.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA - CETE  
PRAZO: 02 (dois) meses  
DATA DA ASSINATURA: 23/05/2016

Porto Belo, 23 de Maio de 2016.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 019/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 019/2015 – PMPB – 2º TERMO ADITIVO  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao contrato 019/2015 referente a Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, compreendendo: Remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações descritas no termo de referência (anexo I) do edital Concorrência Pública 003/2015 PMPB.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: D & Z CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
PRAZO: 07 (sete) meses e 13 (treze) dias  
DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016

Porto Belo, 17 de Maio de 2016.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 021/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 021/2015 – PMPB – 2º TERMO ADITIVO  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 021/2015 para execução e implantação de Portais Turísticos em bairros diversos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I

do Edital Tomada de Preço 003/2015.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA  
PRAZO: 214 (duzentos e quatorze) dias  
DATA DA ASSINATURA: 25/04/2016

Porto Belo, 25 de Abril de 2016.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO 018/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 018/2015 – PMPB – 3º TERMO ADITIVO  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo contratual ao Contrato nº 018/2015, referente a execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária do trecho 1 da Avenida Hironido Conceição dos Santos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital a Concorrência Pública nº 001/2015 PMPB.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA  
PRAZO: 90 (noventa) dias  
DATA DA ASSINATURA: 25/03/2016

Porto Belo, 25 de Março de 2016.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO 014/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 014/2013 – FMS – 4º TERMO ADITIVO  
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 014/2013 referente a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de atendimento à saúde, de forma complementar, na modalidade de clínica geral, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Pregão Presencial 023/2013 – FMS.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
CONTRATADA: MEDSERV - SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA  
PRAZO: 02 (dois) meses  
DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016

Porto Belo, 28 de Junho de 2016.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 008/2016 FUMTUR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2016 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de módulos de trapiche flutuante para o Pier Municipal, atendendo as necessidades da Fundação Municipal de Turismo Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Pregão Presencial nº 004/2016 FUMTUR.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

CONTRATADA: ISOTREL ARTEFATOS DE CIMENTO E TRAPICHES FLUTUANTE

VALOR: R\$143.225,00 (Cento e quarenta e três mil duzentos e vinte e cinco reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/06/2016

Porto Belo, 07 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 017/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2016 – FMEDUCA

OBJETO: contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção de unidade escolar de educação infantil (projeto proinfância – tipo 2) com área total de 890,33 m² conforme termo de compromisso PAR nº49314 do Programa Plano de Ações Articuladas destinado a Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital Concorrência Pública 001/2016-FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA  
VALOR: R\$ 1.143.497,39 (Hum milhão cento e quarenta e três mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 08 (oito) meses

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2016

Porto Belo, 16 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal.

**EXTRATO CONTRATO 018/2016 FMEDUCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 018/2016 – FMEDUCA

OBJETO: contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a revitalização da drenagem pluvial e do sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários da Escola Municipal Alda Furtado localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital Tomada de Preço 001/2016-FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: VINÍCIUS GOEDERT ME

VALOR: R\$ 43.445,54 (quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) meses

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2016

Porto Belo, 16 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal.

**PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 008/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 008/2016 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de material odontológico para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 12/07/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 12/07/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 28 de junho de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

## ANEXO 1 RREO - 1º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>70.706.940,00</b>	<b>70.706.940,00</b>	<b>14.286.879,12</b>	<b>20,21</b>	<b>14.286.879,12</b>	<b>56.420.060,88</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.456.940,00	59.456.940,00	14.235.882,87	23,94	14.235.882,87	45.221.057,13
IMPOSTOS	17.924.000,00	17.924.000,00	6.821.225,19	38,06	6.821.225,19	11.102.774,81
TAXAS	14.752.000,00	14.752.000,00	5.586.430,51	37,87	5.586.430,51	9.165.569,49
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.122.000,00	3.122.000,00	1.228.853,40	39,36	1.228.853,40	1.893.146,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	50.000,00	5.941,28	11,88	5.941,28	44.058,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.600.000,00	2.600.000,00	466.383,38	17,94	466.383,38	2.133.616,62
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.000,00	1.150.000,00	186.319,80	16,20	186.319,80	963.680,20
RECEITA PATRIMONIAL	1.450.000,00	1.450.000,00	280.063,58	19,31	280.063,58	1.169.936,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.419.100,00	1.419.100,00	487.760,89	34,37	487.760,89	931.339,11
RECEITA DE SERVIÇOS	1.419.100,00	1.419.100,00	487.760,89	34,37	487.760,89	931.339,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	496,56	8,28	496,56	5.503,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.333.740,00	35.333.740,00	5.805.474,00	16,43	5.805.474,00	29.528.266,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	35.323.740,00	35.323.740,00	5.805.474,00	16,44	5.805.474,00	29.518.266,00
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA	2.174.100,00	2.174.100,00	654.542,85	30,11	654.542,85	1.519.557,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	734.600,00	734.600,00	274.590,37	37,38	274.590,37	460.009,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITAS DIVERSAS	936.500,00	936.500,00	379.937,48	40,57	379.937,48	556.562,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>11.250.000,00</b>	<b>11.250.000,00</b>	<b>50.996,25</b>	<b>0,45</b>	<b>50.996,25</b>	<b>11.199.003,75</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.000.000,00	8.000.000,00	50.996,25	0,64	50.996,25	7.949.003,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.550.000,00	10.550.000,00	50.996,25	0,48	50.996,25	10.499.003,75
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>276.755,81</b>	<b>14,76</b>	<b>276.755,81</b>	<b>1.598.444,19</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>276.755,81</b>	<b>14,76</b>	<b>276.755,81</b>	<b>1.598.444,19</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>20,07</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>58.018.505,07</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>20,07</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>58.018.505,07</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>20,07</b>	<b>14.563.634,93</b>	<b>58.018.505,07</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>384.301,72</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>29.787,22</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>384.301,72</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>29.787,22</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>70.641.940,00</b>	<b>71.362.947,38</b>	<b>27.841.339,04</b>	<b>27.841.339,04</b>	<b>43.521.608,34</b>	<b>8.626.137,67</b>	<b>8.626.137,67</b>	<b>62.736.809,71</b>	<b>7.593.062,08</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>52.104.291,00</b>	<b>52.353.041,20</b>	<b>17.016.620,50</b>	<b>17.016.620,50</b>	<b>35.336.420,70</b>	<b>8.035.300,56</b>	<b>8.035.300,56</b>	<b>44.317.740,64</b>	<b>7.053.829,20</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.167.410,00	32.142.189,75	4.751.263,67	4.751.263,67	27.390.926,08	4.701.588,18	4.701.588,18	27.440.601,57	4.515.597,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	410.000,00	410.000,00	330.000,00	330.000,00	80.000,00	57.895,76	57.895,76	352.104,24	52.240,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.526.881,00	19.800.851,45	11.935.356,83	11.935.356,83	7.865.494,62	3.275.816,62	3.275.816,62	16.525.034,83	2.485.991,86
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.058.649,00</b>	<b>16.530.906,18</b>	<b>10.824.718,54</b>	<b>10.824.718,54</b>	<b>5.706.187,64</b>	<b>590.837,11</b>	<b>590.837,11</b>	<b>15.940.069,07</b>	<b>539.232,88</b>
INVESTIMENTOS	14.708.649,00	15.180.906,18	9.624.718,54	9.624.718,54	5.556.187,64	390.865,65	390.865,65	14.790.040,53	351.086,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00	1.350.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	150.000,00	199.971,46	199.971,46	1.150.028,54	188.176,32

Continua 2/4

Continuação 3/4

Continúa 3/4



Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>306.900,16</b>	<b>306.900,16</b>	<b>1.633.299,84</b>	<b>306.900,16</b>	<b>306.900,16</b>	<b>1.633.299,84</b>	<b>145.128,60</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.940.200,00	1.940.200,00	306.900,16	306.900,16	1.633.299,84	306.900,16	306.900,16	1.633.299,84	145.128,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 463.075,61

PORTO BELO, 30/03/2016

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI		
SECRETÁRIO DA FAZENDA		

## ANEXO 1 RREO - 2º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>70.706.940,00</b>	<b>70.706.940,00</b>	<b>10.146.036,68</b>	<b>14,35</b>	<b>24.432.213,27</b>	<b>46.274.726,73</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.456.940,00	59.456.940,00	9.632.058,64	16,20	23.867.238,98	35.589.701,02
IMPOSTOS	17.924.000,00	17.924.000,00	3.229.609,83	18,02	10.050.835,02	7.873.164,98
TAXAS	14.752.000,00	14.752.000,00	2.685.491,45	18,20	8.271.921,96	6.480.078,04
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.122.000,00	3.122.000,00	542.739,10	17,38	1.771.592,50	1.350.407,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	50.000,00	1.379,28	2,76	7.320,56	42.679,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.600.000,00	2.600.000,00	500.635,22	19,26	967.018,60	1.632.981,40
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.000,00	1.150.000,00	216.579,86	18,83	402.899,66	747.100,34
RECEITA PATRIMONIAL	1.450.000,00	1.450.000,00	284.055,36	19,59	564.118,94	885.881,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.419.100,00	1.419.100,00	496.948,49	35,02	984.709,38	434.390,62
RECEITA DE SERVIÇOS	1.419.100,00	1.419.100,00	496.948,49	35,02	984.709,38	434.390,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	14.650,95	244,18	15.147,51	-9.147,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.333.740,00	35.333.740,00	4.959.290,58	14,04	10.763.737,69	24.570.002,31
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	35.333.740,00	35.333.740,00	4.959.290,58	14,04	10.763.737,69	24.570.002,31
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA	2.174.100,00	2.174.100,00	430.923,57	19,82	1.085.790,78	1.088.309,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	734.600,00	734.600,00	184.391,07	25,10	458.981,44	275.618,56
RECEITA DA DIVIDAATIVA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	324,36	1.675,64
RECEITAS DIVERSAS	936.500,00	936.500,00	241.826,90	25,82	621.764,38	314.735,62
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>501.000,00</b>	<b>501.000,00</b>	<b>4.705,60</b>	<b>0,94</b>	<b>4.720,60</b>	<b>496.279,40</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.250.000,00	11.250.000,00	513.978,04	4,57	564.974,29	10.685.025,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	321.657,79	64,33	321.657,79	178.342,21
ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	321.657,79	64,33	321.657,79	178.342,21
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	29.700,00	59,40	29.700,00	20.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	29.700,00	0,00	29.700,00	-29.700,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.000.000,00	8.000.000,00	162.620,25	2,03	213.616,50	7.786.383,50
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.550.000,00	10.550.000,00	162.620,25	1,54	213.616,50	10.336.383,50
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>322.169,27</b>	<b>17,18</b>	<b>598.925,08</b>	<b>1.276.274,92</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>322.169,27</b>	<b>17,18</b>	<b>598.925,08</b>	<b>1.276.274,92</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>10.468.205,95</b>	<b>14,42</b>	<b>25.031.138,35</b>	<b>47.551.001,65</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>10.468.205,95</b>	<b>14,42</b>	<b>25.031.138,35</b>	<b>47.551.001,65</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>10.468.205,95</b>	<b>14,42</b>	<b>25.031.138,35</b>	<b>47.551.001,65</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.891.163,38</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>204.566,79</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>1.891.163,38</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>204.566,79</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>70.641.940,00</b>	<b>72.869.809,04</b>	<b>7.954.095,26</b>	<b>35.795.788,27</b>	<b>37.074.020,77</b>	<b>9.757.721,51</b>	<b>18.383.917,50</b>	<b>54.485.891,54</b>	<b>17.739.033,56</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>52.104.291,00</b>	<b>53.054.832,05</b>	<b>7.396.070,02</b>	<b>24.412.836,32</b>	<b>28.641.995,73</b>	<b>9.184.828,83</b>	<b>17.220.187,71</b>	<b>35.834.644,34</b>	<b>16.587.828,77</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.167.410,00	32.142.189,75	5.073.692,21	9.825.101,68	22.317.088,07	5.087.932,23	9.789.578,73	22.352.611,02	9.582.972,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	410.000,00	410.000,00	0,00	330.000,00	80.000,00	47.412,06	105.307,82	304.692,18	105.307,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.526.881,00	20.502.642,30	2.322.377,81	14.257.734,64	6.244.907,66	4.049.484,54	7.325.301,16	13.177.341,14	6.899.548,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.058.649,00</b>	<b>17.335.976,99</b>	<b>558.025,24</b>	<b>11.382.951,95</b>	<b>5.953.025,04</b>	<b>572.892,68</b>	<b>1.163.729,79</b>	<b>16.172.247,20</b>	<b>1.151.204,79</b>
INVESTIMENTOS	14.708.649,00	15.985.976,99	566.025,24	10.190.951,95	5.795.025,04	385.832,03	776.697,68	15.209.279,31	764.172,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00	1.350.000,00	-8.000,00	1.192.000,00	158.000,00	187.060,65	387.032,11	962.967,89	387.032,11

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>70.641.940,00</b>	<b>72.869.809,04</b>	<b>7.954.095,26</b>	<b>35.795.788,27</b>	<b>37.074.020,77</b>	<b>9.757.721,51</b>	<b>18.383.917,50</b>	<b>54.485.891,54</b>	<b>17.739.033,56</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.479.000,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.479.000,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>315.914,07</b>	<b>622.814,23</b>	<b>1.317.385,77</b>	<b>315.914,07</b>	<b>622.814,23</b>	<b>1.317.385,77</b>	<b>464.660,60</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>74.810.009,04</b>	<b>8.270.009,33</b>	<b>36.418.602,50</b>	<b>38.391.406,54</b>	<b>10.073.635,58</b>	<b>19.006.731,73</b>	<b>55.803.277,31</b>	<b>18.203.694,16</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>74.810.009,04</b>	<b>8.270.009,33</b>	<b>36.418.602,50</b>	<b>38.391.406,54</b>	<b>10.073.635,58</b>	<b>19.006.731,73</b>	<b>55.803.277,31</b>	<b>18.203.694,16</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>6.024.406,62</b>	<b>---</b>	<b>---</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>74.810.009,04</b>	<b>8.270.009,33</b>	<b>36.418.602,50</b>	<b>---</b>	<b>10.073.635,58</b>	<b>25.031.138,35</b>	<b>---</b>	<b>18.203.694,16</b>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO		
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>		<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>322.169,27</b>	<b>17,18</b>	<b>598.925,08</b>	<b>31,94</b>	<b>1.276.274,92</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>1.875.200,00</b>	<b>1.875.200,00</b>	<b>322.169,27</b>	<b>17,18</b>	<b>598.925,08</b>	<b>31,94</b>	<b>1.276.274,92</b>	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.875.200,00	1.875.200,00	322.169,27	17,18	598.925,08	31,94	1.276.274,92	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.875.200,00	1.875.200,00	322.169,27	17,18	598.925,08	31,94	1.276.274,92	

Continua 3/4

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>1.940.200,00</b>	<b>315.914,07</b>	<b>622.814,23</b>	<b>1.317.385,77</b>	<b>315.914,07</b>	<b>622.814,23</b>	<b>1.317.385,77</b>	<b>464.660,60</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.940.200,00	1.940.200,00	315.914,07	622.814,23	1.317.385,77	315.914,07	622.814,23	1.317.385,77	464.660,60

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.001.824,74

PORTO BELO, 30/05/2016

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI		
SECRETÁRIO DA FAZENDA		

## ANEXO 12 RREO - 1º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.974.100,00	15.974.100,00	6.105.913,23	38,22	38,22
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.695.000,00	7.695.000,00	4.726.953,16	61,43	61,43
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.590.000,00	3.590.000,00	320.775,00	8,94	8,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.847.000,00	2.847.000,00	520.569,53	18,28	18,28
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	18.132,82	2,92	2,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	57.100,00	57.100,00	5.385,96	9,43	9,43
Dívida Ativa dos Impostos	775.000,00	775.000,00	332.801,92	42,94	42,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	181.294,84	46,49	46,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.056.000,00	23.056.000,00	3.820.615,03	16,57	16,57
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	2.349.680,93	17,41	17,41
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	1.966,28	17,88	17,88
Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	227.246,60	10,82	10,82
Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	1.218.195,75	16,69	16,69
Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	18.852,17	16,39	16,39
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	4.673,30	15,58	15,58
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	4.673,30	15,58	15,58
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>39.030.100,00</b>	<b>39.030.100,00</b>	<b>9.926.528,26</b>		<b>25,43</b>

  

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.000,00	2.000,00	7.664,95	383,25
Provenientes da União	2.000,00	2.000,00	7.664,95	383,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	40.700,00	40.700,00	19.197,12	47,17
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>42.700,00</b>	<b>42.700,00</b>	<b>26.862,07</b>	<b>62,91</b>

  

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	11.147.021,00	11.228.639,50	2.861.536,24	25,48	1.401.779,70	12,48
Pessoal e Encargos Sociais	7.132.500,00	7.262.500,00	1.067.019,67	14,69	1.069.587,28	14,59
Outras Despesas Correntes	4.014.521,00	3.966.139,50	1.794.516,57	45,25	342.192,42	8,63
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	650.900,00	388.976,53	59,76	37.525,73	5,77
Investimentos	318.000,00	650.900,00	388.976,53	59,76	37.525,73	5,77

Continua 1/4

31/03/2016 17:41:32 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	318.000,00	650.900,00	388.976,53	59,76	37.525,73	5,77
	318.000,00	650.900,00	388.976,53	59,76	37.525,73	5,77
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	11.465.021,00	11.879.539,50	3.250.512,77	27,36	1.439.305,43	12,12
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.831.500,00	3.243.357,04	742.530,62	22,84	238.386,61	16,96
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.831.500,00	3.243.357,04	742.530,62	22,84	238.386,61	16,56
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.831.500,00	3.243.357,04	742.530,62	22,84	238.386,61	16,56
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	8.633.521,00	8.636.182,46	2.507.982,15	77,16	1.200.918,82	83,44
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						12,10
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIB)/100]<sup>6</sup></b>						-288.060,42

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	INSORTOS				
Inscritos em 2015	0,00	0,00		132.715,68	-132.715,68	0,00
TOTAL	0,00	0,00		132.715,68	-132.715,68	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
	-	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.680.500,00	9.099.857,04	2.148.332,16	65,83	1.214.926,68	84,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.240.921,00	2.240.921,00	1.049.761,07	32,17	194.867,00	13,54
Suporte Profilático e Terapêutico	327.600,00	327.600,00	33.140,84	1,02	24.425,85	1,70
Vigilância Sanitária	124.800,00	124.800,00	10.416,24	0,32	5.085,90	0,35
Vigilância Epidemiológica	105.500,00	105.500,00	21.709,00	0,67	0,00	0,00
TOTAL	11.479.321,00	11.898.678,04	3.263.359,31	100,00	1.439.305,43	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [(h+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PORTO BELO, 31/03/2016

JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	EVALDO JOSE GUERREIRO PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA		

31/03/2016 17:41:32 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



## ANEXO 12 RREO - 2º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.974.100,00	15.974.100,00	9.106.277,16	57,01
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.695.000,00	7.695.000,00	6.199.434,10	80,56
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.590.000,00	3.590.000,00	700.595,45	19,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.847.000,00	2.847.000,00	1.067.044,16	37,48
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	304.848,25	49,17
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	57.100,00	57.100,00	17.313,54	30,32
Dívida Ativa dos Impostos	775.000,00	775.000,00	539.932,26	69,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	277.109,40	71,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.056.000,00	23.056.000,00	7.064.197,87	30,64
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	4.086.336,94	30,27
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	2.228,50	20,26
Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	585.286,67	27,87
Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	2.345.875,96	32,14
Cota-Parte IP-Estação	115.000,00	115.000,00	35.102,38	30,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	9.387,42	31,29
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	9.387,42	31,29
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>39.030.100,00</b>	<b>39.030.100,00</b>	<b>16.170.475,03</b>	<b>41,43</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.000,00	2.000,00	15.479,37	773,97
Provenientes da União	2.000,00	2.000,00	15.479,37	773,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	40.700,00	40.700,00	38.822,57	95,39
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>42.700,00</b>	<b>42.700,00</b>	<b>54.301,94</b>	<b>127,17</b>

**DESPESAS COM SAÚDE  
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	11.147.021,00	11.342.228,90	4.221.841,22	37,22	3.072.942,75	27,09
Pessoal e Encargos Sociais	7.132.500,00	7.262.500,00	2.126.131,62	29,28	2.126.131,62	29,28
Outras Despesas Correntes	4.014.521,00	4.079.728,90	2.095.709,60	51,37	946.811,13	23,21
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	840.900,00	536.660,83	63,82	43.284,73	5,15
Investimentos	318.000,00	840.900,00	536.660,83	63,82	43.284,73	5,15

Continua 1/4

30/05/2016 15:50:39 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	840.900,00	536.660,83	63,82	43.284,73	5,15
Investimentos	318.000,00	840.900,00	536.660,83	63,82	43.284,73	5,15
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>11.465.021,00</b>	<b>12.183.128,90</b>	<b>4.758.502,05</b>	<b>39,06</b>	<b>3.116.227,48</b>	<b>25,58</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>		<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	
			Até o Bimestre (h)	% (h/ivf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.831.500,00	3.243.357,04	1.075.508,95	22,60	529.941,85	17,01
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.831.500,00	3.243.357,04	1.075.508,95	22,60	529.941,85	17,01
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>2.831.500,00</b>	<b>3.243.357,04</b>	<b>1.075.508,95</b>	<b>22,60</b>	<b>529.941,85</b>	<b>17,01</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>8.633.521,00</b>	<b>8.939.771,86</b>	<b>3.682.993,10</b>	<b>77,40</b>	<b>2.586.285,63</b>	<b>82,99</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						<b>15,99</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100]³</b>						
						<b>160.714,38</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2015	0,00	0,00	173.186,96	-173.186,96	0,00	0,00		
TOTAL	0,00	0,00	173.186,96	-173.186,96	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
0,00		0,00			0,00			
TOTAL (VIII)		0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-		-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)			DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até Bimestre (l)		Até Bimestre (m)	
					%		%	
					(l/Total l)*100		(m/Total m)*100	
Atenção Básica			8.680.500,00		9.275.446,44		3.507.876,05	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial			2.240.921,00		2.240.921,00		1.103.096,44	
Suporte Profilático e Terapêutico			327.600,00		327.600,00		75.024,47	
Vigilância Sanitária			124.800,00		124.800,00		13.020,78	
Vigilância Epidemiológica			105.500,00		233.500,00		78.622,85	
TOTAL			11.479.321,00		12.202.267,44		4.777.640,59	
					100,00		3.122.611,49	
							100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$



Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PORTO BELO, 30/05/2016

JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	EVALDO JOSE GUERREIRO PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA		

30/05/2016 15:50:39 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



## ANEXO 2 RREO - 1º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>								
Legislativa	70.641.940,00	71.362.947,38	27.841.339,04	27.841.339,04	43.521.608,34	8.626.137,67	8.626.137,67	62.736.809,71
Ação Legislativa	1.630.000,00	1.630.000,00	233.813,30	233.813,30	1.396.186,70	198.622,44	198.622,44	1.431.377,56
Judiciária	1.630.000,00	1.630.000,00	233.813,30	233.813,30	1.396.186,70	198.622,44	198.622,44	1.431.377,56
Ação Judiciária	310.000,00	310.000,00	300.000,00	300.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	10.000,00
Administração	310.000,00	310.000,00	300.000,00	300.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	10.000,00
Administração Geral	5.063.981,00	5.068.037,63	2.334.969,49	2.334.969,49	2.733.068,14	917.133,37	917.133,37	4.150.904,26
Administração Financeira	3.739.800,00	3.739.800,00	1.585.236,40	1.585.236,40	2.154.563,60	655.463,02	655.463,02	3.084.336,98
Previdência do Regime Estatutário	1.219.181,00	1.223.237,63	712.238,92	712.238,92	510.998,71	247.959,77	247.959,77	975.277,86
Segurança Pública	105.000,00	105.000,00	37.494,17	37.494,17	67.505,83	13.710,58	13.710,58	91.289,42
Defesa Civil	682.400,00	682.400,00	243.658,58	243.658,58	438.741,42	72.832,55	72.832,55	609.567,45
Assistência Social	682.400,00	682.400,00	243.658,58	243.658,58	438.741,42	72.832,55	72.832,55	609.567,45
Assistência ao Idoso	1.911.980,00	1.916.980,00	417.751,48	417.751,48	1.499.228,52	221.423,64	221.423,64	1.695.556,36
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência Comunitária	253.000,00	253.000,00	44.959,38	44.959,38	208.040,62	44.676,28	44.676,28	208.323,72
Previdência Social	1.638.980,00	1.643.980,00	372.792,10	372.792,10	1.271.187,90	176.747,36	176.747,36	1.467.232,64
Previdência do Regime Estatutário	3.865.200,00	3.865.200,00	226.224,57	226.224,57	3.638.975,43	226.224,57	226.224,57	3.638.975,43
Saúde	3.865.200,00	3.865.200,00	226.224,57	226.224,57	3.638.975,43	226.224,57	226.224,57	3.638.975,43
Atenção Básica	11.201.121,00	11.620.479,04	3.231.452,14	3.231.452,14	8.389.026,90	1.397.346,26	1.397.346,26	10.223.131,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.300,00	8.821.657,04	2.116.424,99	2.116.424,99	6.705.232,05	1.172.967,51	1.172.967,51	7.648.689,53
Suporte Profilático e Terapêutico	2.240.921,00	2.240.921,00	1.049.761,07	1.049.761,07	1.191.159,93	194.867,00	194.867,00	2.046.054,00
Vigilância Sanitária	327.600,00	327.600,00	33.140,84	33.140,84	294.459,16	24.425,85	24.425,85	303.174,15
Vigilância Epidemiológica	124.800,00	124.800,00	10.416,24	10.416,24	114.383,76	5.085,90	5.085,90	119.714,10
Educação	105.500,00	105.500,00	21.709,00	21.709,00	83.791,00	0,00	0,00	105.500,00
Alimentação e Nutrição	21.299.029,00	21.300.317,05	5.025.122,20	5.025.122,20	16.275.194,85	2.622.843,64	2.622.843,64	18.677.473,41
Ensino Fundamental	1.353.820,00	1.353.820,00	792.070,08	792.070,08	561.749,92	131.925,21	131.925,21	1.221.894,79
Ensino Médio	12.343.649,00	12.344.937,05	2.916.245,85	2.916.245,85	9.428.691,20	1.464.967,51	1.464.967,51	10.879.969,54
Educação Infantil	2.760,00	2.760,00	0,00	0,00	2.760,00	0,00	0,00	2.760,00
Educação de Jovens e Adultos	7.497.800,00	7.497.800,00	1.316.806,27	1.316.806,27	6.180.993,73	1.025.950,92	1.025.950,92	6.471.849,08
Educação Especial	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
Cultura	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00
Difusão Cultural	682.000,00	682.000,00	149.461,35	149.461,35	532.538,65	58.758,40	58.758,40	623.241,60
	682.000,00	682.000,00	149.461,35	149.461,35	532.538,65	58.758,40	58.758,40	623.241,60

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Direitos da Cidadania	70.641.940,00	71.362.947,38	27.841.339,04	27.841.339,04	98,91	8.626.137,67	8.626.137,67	62.736.809,71
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Urbanismo	14.606.409,00	14.786.409,00	9.934.156,84	9.934.156,84	35,29	1.803.396,98	1.803.396,98	12.983.012,02
Infra-Estrutura Urbana	8.082.109,00	8.082.109,00	6.737.583,22	6.737.583,22	23,94	457.907,40	457.907,40	7.624.201,60
Serviços Urbanos	6.524.300,00	6.704.300,00	3.196.573,62	3.196.573,62	11,36	1.345.489,58	1.345.489,58	5.358.810,42
Habituação	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Habituação Urbana	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Gestão Ambiental	809.300,00	809.300,00	379.150,56	379.150,56	1,35	98.173,28	98.173,28	711.126,72
Preservação e Conservação Ambiental	807.300,00	807.300,00	379.150,56	379.150,56	1,35	98.173,28	98.173,28	708.126,72
Recuperação de Áreas Degradadas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	746.300,00	746.300,00	134.606,27	134.606,27	0,48	89.670,48	89.670,48	656.629,52
Extensão Rural	746.300,00	746.300,00	134.606,27	134.606,27	0,48	89.670,48	89.670,48	656.629,52
Comércio e Serviços	4.688.600,00	4.799.905,66	2.929.566,83	2.929.566,83	10,41	239.593,70	239.593,70	4.560.311,96
Turismo	4.688.600,00	4.799.905,66	2.929.566,83	2.929.566,83	10,41	239.593,70	239.593,70	4.560.311,96
Desporto e Lazer	576.200,00	576.200,00	119.985,43	119.985,43	0,43	69.110,65	69.110,65	507.089,35
Desporto Comunitário	576.200,00	576.200,00	119.985,43	119.985,43	0,43	69.110,65	69.110,65	507.089,35
Encargos Especiais	2.411.420,00	2.411.420,00	2.181.420,00	2.181.420,00	7,75	311.007,71	311.007,71	2.100.412,29
Serviço de Divida Interna	1.760.000,00	1.760.000,00	1.530.000,00	1.530.000,00	5,44	257.867,22	257.867,22	1.502.132,78
Outras Transferências	651.420,00	651.420,00	651.420,00	651.420,00	2,31	53.140,49	53.140,49	598.279,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.940.200,00	1.940.200,00	306.900,16	306.900,16	1,09	306.900,16	306.900,16	1.633.299,84
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	9.083,55	9.083,55	0,03	9.083,55	9.083,55	60.916,45
Administração	70.000,00	70.000,00	9.083,55	9.083,55	0,03	9.083,55	9.083,55	60.916,45
Administração Geral	215.400,00	215.400,00	36.141,82	36.141,82	0,13	36.141,82	36.141,82	179.258,18
Administração Financeira	137.800,00	137.800,00	23.991,24	23.991,24	0,09	23.991,24	23.991,24	113.808,76
Providência do Regime Estatutário	76.600,00	76.600,00	12.150,58	12.150,58	0,04	12.150,58	12.150,58	64.449,42
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Social	103.100,00	103.100,00	15.356,95	15.356,95	0,05	15.356,95	15.356,95	87.743,05
Assistência Comunitária	103.100,00	103.100,00	15.356,95	15.356,95	0,05	15.356,95	15.356,95	87.743,05
Saúde	278.200,00	278.200,00	41.959,17	41.959,17	0,15	41.959,17	41.959,17	236.240,83
Atenção Básica	278.200,00	278.200,00	41.959,17	41.959,17	0,15	41.959,17	41.959,17	236.240,83

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.940.200,00	1.940.200,00	306.900,16	306.900,16	1.633.299,84	306.900,16	306.900,16	1.633.299,84
Educação	1.081.600,00	1.081.600,00	174.459,80	174.459,80	907.140,20	174.459,80	174.459,80	907.140,20
Ensino Fundamental	742.600,00	742.600,00	117.793,57	117.793,57	624.806,43	117.793,57	117.793,57	624.806,43
Educação Infantil	339.000,00	339.000,00	56.666,23	56.666,23	282.333,77	56.666,23	56.666,23	282.333,77
Cultura	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
Diffusão Cultural	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
Urbanismo	135.100,00	135.100,00	21.578,77	21.578,77	113.521,23	21.578,77	21.578,77	113.521,23
Infra-Estrutura Urbana	18.100,00	18.100,00	3.696,95	3.696,95	14.403,05	3.696,95	3.696,95	14.403,05
Serviços Urbanos	117.000,00	117.000,00	17.881,82	17.881,82	99.118,18	17.881,82	17.881,82	99.118,18
Gestão Ambiental	15.400,00	15.400,00	2.377,38	2.377,38	13.022,62	2.377,38	2.377,38	13.022,62
Preservação e Conservação Ambiental	15.400,00	15.400,00	2.377,38	2.377,38	13.022,62	2.377,38	2.377,38	13.022,62
Agricultura	36.200,00	36.200,00	5.369,96	5.369,96	30.830,04	5.369,96	5.369,96	30.830,04
Extensão Rural	36.200,00	36.200,00	5.369,96	5.369,96	30.830,04	5.369,96	5.369,96	30.830,04
Comércio e Serviços	3.700,00	3.700,00	572,76	572,76	3.127,24	572,76	572,76	3.127,24
Turismo	3.700,00	3.700,00	572,76	572,76	3.127,24	572,76	572,76	3.127,24
Desporto e Lazer	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto Comunitário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>72.582.140,00</b>	<b>73.303.147,38</b>	<b>28.148.239,20</b>	<b>28.148.239,20</b>	<b>45.154.908,18</b>	<b>8.933.037,83</b>	<b>8.933.037,83</b>	<b>64.370.109,55</b>

FONTE:

PORTO BELO, 30/03/2016

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.2700 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/03/2016 17:42:37 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

## ANEXO 2 RREO - 2º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RRRO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	70.641.940,00	72.869.809,04	7.954.095,26	35.795.788,27	98,29	37.074.020,77	18.383.917,50	96,72	54.485.891,54	
Ação Legislativa	1.630.000,00	1.630.000,00	249.737,36	483.550,66	1,33	1.146.449,34	430.440,74	2,26	1.199.559,26	
Judiciária	1.630.000,00	1.630.000,00	249.737,36	483.550,66	1,33	1.146.449,34	430.440,74	2,26	1.199.559,26	
Ação Judiciária	310.000,00	388.397,93	72.463,33	372.463,33	1,02	15.934,60	372.463,33	1,96	15.934,60	
Administração	310.000,00	388.397,93	72.463,33	372.463,33	1,02	15.934,60	372.463,33	1,96	15.934,60	
Administração Geral	5.063.981,00	5.174.906,82	680.120,18	3.015.089,67	8,28	2.159.817,15	1.962.330,25	10,32	3.212.576,57	
Administração Financeira	3.739.800,00	3.836.669,19	553.593,67	2.138.830,07	5,87	1.697.839,12	1.390.540,95	7,32	2.446.128,24	
Previdência do Regime Estatutário	1.219.181,00	1.223.237,63	120.408,51	832.647,43	2,29	390.590,20	549.558,40	2,89	673.679,23	
Segurança Pública	105.000,00	115.000,00	6.118,00	43.612,17	0,12	71.387,83	22.230,90	0,12	92.769,10	
Defesa Civil	682.400,00	1.020.400,00	83.322,66	326.981,24	0,90	693.418,76	181.318,35	0,95	839.081,65	
Assistência Social	682.400,00	1.020.400,00	83.322,66	326.981,24	0,90	693.418,76	181.318,35	0,95	839.081,65	
Assistência ao Idoso	1.911.980,00	2.315.404,70	225.310,36	643.061,84	1,77	1.672.342,86	473.112,41	2,49	1.842.292,29	
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Assistência Comunitária	253.000,00	253.000,00	24.295,30	69.254,68	0,19	183.745,32	68.980,03	0,36	184.019,97	
Previdência Social	1.638.980,00	2.042.404,70	201.015,06	573.807,16	1,58	1.468.597,54	404.132,38	2,13	1.638.272,32	
Previdência do Regime Estatutário	3.865.200,00	3.865.200,00	239.386,52	465.611,09	1,28	3.399.588,91	465.611,09	2,45	3.399.588,91	
Saúde	3.865.200,00	3.865.200,00	239.386,52	465.611,09	1,28	3.399.588,91	465.611,09	2,45	3.399.588,91	
Atenção Básica	11.201.121,00	11.924.067,44	1.462.486,39	4.694.205,02	12,89	7.229.862,42	3.039.175,92	15,99	8.894.891,52	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.300,00	8.997.246,44	1.307.749,00	3.424.440,48	9,40	5.572.805,96	1.238.973,55	12,69	6.585.247,06	
Suporte Profilático e Terapêutico	2.240.921,00	2.240.921,00	53.335,37	1.103.096,44	3,03	1.137.824,56	355.547,31	2,90	1.690.506,69	
Vigilância Sanitária	327.600,00	327.600,00	41.883,63	75.024,47	0,21	252.575,53	44.580,10	0,23	283.019,90	
Vigilância Epidemiológica	124.800,00	124.800,00	2.604,54	13.020,78	0,04	111.779,22	5.088,23	0,05	114.625,87	
Educação	105.500,00	233.500,00	56.913,85	78.622,85	0,22	154.877,15	22.008,00	0,12	211.492,00	
Alimentação e Nutrição	21.299.029,00	21.480.756,64	2.895.250,63	7.920.460,31	21,75	13.660.296,33	3.470.353,63	32,06	15.387.559,37	
Ensino Fundamental	1.353.820,00	1.353.820,00	223.800,00	1.015.870,08	2,79	337.949,92	205.555,71	1,78	1.016.339,08	
Ensino Médio	12.343.649,00	12.474.043,65	1.639.051,81	4.555.297,66	12,51	7.918.745,99	3.648.623,02	19,20	8.825.420,63	
Educação Infantil	2.760,00	2.760,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00	0,00	0,00	2.760,00	
Educação de Jovens e Adultos	7.497.800,00	7.549.132,99	1.032.398,82	2.349.292,57	6,45	5.199.840,42	2.107.093,33	11,09	5.442.039,66	
Educação Especial	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	
Cultura	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00	
Difusão Cultural	682.000,00	682.000,00	73.873,29	223.334,64	0,61	458.665,36	153.609,54	0,81	528.390,46	
	682.000,00	682.000,00	73.873,29	223.334,64	0,61	458.665,36	153.609,54	0,81	528.390,46	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Direitos da Cidadania	70.641.940,00	72.869.809,04	7.954.095,26	35.795.788,27	98,29	9.757.721,51	18.383.917,50	96,72
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	14.506.409,00	14.588.409,00	1.530.030,98	11.464.187,82	31,48	1.674.313,92	3.477.710,90	18,30
Infra-Estrutura Urbana	8.082.109,00	8.154.109,00	130.589,70	6.868.172,92	18,86	88.651,59	546.558,99	2,88
Serviços Urbanos	6.524.300,00	6.704.300,00	1.396.441,28	4.596.014,90	12,62	1.585.662,33	2.931.151,91	15,42
Habituação	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	809.300,00	809.300,00	63.751,19	442.901,75	1,22	132.606,75	230.780,03	1,21
Preservação e Conservação Ambiental	807.300,00	807.300,00	63.751,19	442.901,75	1,22	132.606,75	230.780,03	1,21
Recuperação de Áreas Degradadas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	746.300,00	746.300,00	89.480,74	224.087,01	0,62	100.504,60	190.175,08	1,00
Extensão Rural	746.300,00	746.300,00	89.480,74	224.087,01	0,62	100.504,60	190.175,08	1,00
Comércio e Serviços	4.688.600,00	4.799.905,66	249.609,95	3.179.176,78	8,73	262.943,18	502.536,88	2,64
Turismo	4.688.600,00	4.799.905,66	249.609,95	3.179.176,78	8,73	262.943,18	502.536,88	2,64
Desporto e Lazer	576.200,00	605.340,85	47.271,68	167.257,11	0,46	51.627,33	120.737,98	0,64
Desporto Comunitário	576.200,00	605.340,85	47.271,68	167.257,11	0,46	51.627,33	120.737,98	0,64
Encargos Especiais	2.411.420,00	2.411.420,00	-8.000,00	2.173.420,00	5,97	379.710,02	690.717,73	3,63
Serviço da Dívida Interna	1.760.000,00	1.760.000,00	-8.000,00	1.522.000,00	4,18	234.472,71	482.339,93	2,59
Outras Transferências	651.420,00	651.420,00	0,00	651.420,00	1,79	145.237,31	198.377,80	1,04
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.940.200,00	1.940.200,00	315.914,07	622.814,23	1,71	315.914,07	622.814,23	3,28
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	7.799,58	16.883,13	0,05	7.799,58	16.883,13	0,09
Administração	215.400,00	215.400,00	36.304,46	72.446,28	0,20	36.304,46	72.446,28	0,38
Administração Geral	137.800,00	137.800,00	22.819,01	46.810,25	0,13	22.819,01	46.810,25	0,25
Administração Financeira	76.600,00	76.600,00	13.485,45	25.636,03	0,07	13.485,45	25.636,03	0,13
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	103.100,00	103.100,00	15.076,48	30.433,43	0,08	15.076,48	30.433,43	0,16
Assistência Comunitária	103.100,00	103.100,00	15.076,48	30.433,43	0,08	15.076,48	30.433,43	0,16
Saúde	278.200,00	278.200,00	41.476,40	83.435,57	0,23	41.476,40	83.435,57	0,44
Atenção Básica	278.200,00	278.200,00	41.476,40	83.435,57	0,23	41.476,40	83.435,57	0,44

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.940.200,00	1.940.200,00	315.914,07	622.814,23	1.317.385,77	315.914,07	622.814,23	3,28
Educação	1.081.600,00	1.081.600,00	185.535,61	359.995,41	721.604,59	185.535,61	359.995,41	1,89
Ensino Fundamental	742.600,00	742.600,00	125.357,47	243.151,04	499.448,96	125.357,47	243.151,04	1,28
Educação Infantil	339.000,00	339.000,00	60.178,14	116.844,37	222.155,63	60.178,14	116.844,37	0,61
Cultura	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	135.100,00	135.100,00	22.867,03	44.445,80	90.654,20	22.867,03	44.445,80	0,23
Infra-Estrutura Urbana	18.100,00	18.100,00	4.694,26	8.391,21	9.708,79	4.694,26	8.391,21	0,04
Serviços Urbanos	117.000,00	117.000,00	18.172,77	36.054,59	80.945,41	18.172,77	36.054,59	0,19
Gestão Ambiental	15.400,00	15.400,00	2.447,14	4.824,52	10.575,48	2.447,14	4.824,52	0,03
Preservação e Conservação Ambiental	15.400,00	15.400,00	2.447,14	4.824,52	10.575,48	2.447,14	4.824,52	0,03
Agricultura	36.200,00	36.200,00	3.729,17	9.099,13	27.100,87	3.729,17	9.099,13	0,05
Extensão Rural	36.200,00	36.200,00	3.729,17	9.099,13	27.100,87	3.729,17	9.099,13	0,05
Comércio e Serviços	3.700,00	3.700,00	678,20	1.250,96	2.449,04	678,20	1.250,96	0,01
Turismo	3.700,00	3.700,00	678,20	1.250,96	2.449,04	678,20	1.250,96	0,01
Desporto e Lazer	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	72.582.140,00	74.810.009,04	8.270.009,33	36.418.602,50	38.391.406,54	10.073.635,58	19.006.731,73	100,00

FONTE:

PORTO BELO, 30/05/2016

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI		
SECRETÁRIO DA FAZENDA		

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/05/2016 15:46:53 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

**ANEXO 8 RREO - 1º BIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.974.100,00	15.974.100,00	6.105.913,23	38,22
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.870.000,00	8.870.000,00	5.219.892,43	58,85
1.1.1- IPTU	7.700.000,00	7.700.000,00	4.726.953,16	61,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	45.000,00	45.000,00	3.642,67	8,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	750.000,00	750.000,00	314.488,01	41,93
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	380.000,00	380.000,00	174.808,59	46,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(5.000,00)	(5.000,00)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.590.100,00	3.590.100,00	320.924,56	8,94
1.2.1- ITBI	3.600.000,00	3.600.000,00	320.775,00	8,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100,00	100,00	149,56	149,56
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.894.000,00	2.894.000,00	546.963,42	18,90
1.3.1- ISS	2.850.000,00	2.850.000,00	520.569,53	18,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	1.593,73	13,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	18.313,91	73,26
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	6.486,25	64,86
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	18.132,82	2,92
1.4.1- IRRF	620.000,00	620.000,00	18.132,82	2,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	23.906.000,00	23.906.000,00	3.820.615,03	15,98
2.1- Cota-Parte FPM	14.350.000,00	14.350.000,00	2.349.680,93	16,37
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	2.349.680,93	17,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	1.218.195,75	16,69
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	4.673,30	15,58
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	18.852,17	16,39
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	1.966,28	17,88
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	227.246,60	10,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>39.880.100,00</b>	<b>39.880.100,00</b>	<b>9.926.528,26</b>	<b>24,89</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.223.500,00	1.223.500,00	298.027,12	24,36
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	242.293,51	20,19
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.300,00	1.300,00	600,00	46,15
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	41.732,97	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	22.200,00	22.200,00	13.400,64	60,36
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	431.500,00	431.500,00	104.171,51	24,14
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.655.000,00</b>	<b>1.655.000,00</b>	<b>402.198,63</b>	<b>24,30</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.611.200,00	4.611.200,00	764.122,58	16,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	469.936,12	17,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.460.000,00	1.460.000,00	243.638,96	16,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	934,66	15,58
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.770,43	16,39
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	393,25	17,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	45.449,16	10,82
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	11.030.000,00	11.030.000,00	1.803.426,21	16,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.000.000,00	11.000.000,00	1.796.801,91	16,33
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	6.624,30	22,08
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>6.368.800,00</b>	<b>6.368.800,00</b>	<b>1.032.679,33</b>	<b>16,16</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.375.500,00	9.375.500,00	1.356.454,83	14,47	1.356.454,83	14,47
13.1- Com Educação Infantil	4.398.600,00	4.398.600,00	570.347,97	12,97	570.347,97	12,97
13.2- Com Ensino Fundamental	4.976.900,00	4.976.900,00	786.106,86	15,80	786.106,86	15,80
14- OUTRAS DESPESAS	1.654.500,00	1.654.500,00	433.835,90	26,22	433.835,90	26,22
14.1- Com Educação Infantil	987.600,00	987.600,00	303.283,18	30,71	303.283,18	30,71
14.2- Com Ensino Fundamental	666.900,00	666.900,00	130.552,72	19,58	130.552,72	19,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.030.000,00	11.030.000,00	1.790.290,73	16,23	1.790.290,73	16,23
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.790.290,73
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						75,22
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						24,06
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	9.970.025,00		9.970.025,00		2.481.632,07	24,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.380.800,00	7.380.800,00	1.270.128,58	17,21	1.078.139,61	14,61
23.1- Creche	7.380.800,00	7.380.800,00	1.270.128,58	17,21	1.078.139,61	14,61
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.386.200,00	5.386.200,00	873.631,15	16,22	873.631,15	16,22
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.994.600,00	1.994.600,00	396.497,43	19,88	204.508,46	10,25
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.608.229,00	10.608.229,00	2.295.975,53	21,64	1.562.534,34	14,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.643.800,00	5.643.800,00	916.659,58	16,24	916.659,58	16,24
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.964.429,00	4.964.429,00	1.379.315,95	27,78	645.874,76	13,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.989.029,00	17.989.029,00	3.566.104,11	19,82	2.640.673,95	14,68
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.032.679,33
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						6.624,30
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						1.039.303,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.601.370,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %						16,13
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.220.000,00	1.220.000,00	403.108,11	33,04	6.969,75	0,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.326.600,00	3.327.888,05	1.276.031,04	38,34	195.321,00	5,87
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.546.600,00	4.547.888,05	1.679.139,15	36,92	202.290,75	4,45
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.535.629,00	22.536.917,05	5.245.243,26	23,27	2.842.964,70	12,61

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		3.514,52	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.796.801,91	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.559.654,38	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.559.654,38	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.624,30	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		247.286,35	0,00

PORTO BELO, 31/03/2016

JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**ANEXO 8 RREO - 2º BIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.974.100,00	15.974.100,00	9.106.277,16	57,01
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.870.000,00	8.870.000,00	6.988.421,57	78,79
1.1.1- IPTU	7.700.000,00	7.700.000,00	6.200.589,02	80,53
1.1.1.1- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	45.000,00	45.000,00	12.289,47	27,31
1.1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	750.000,00	750.000,00	508.644,80	67,82
1.1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	380.000,00	380.000,00	268.053,40	70,54
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(5.000,00)	(5.000,00)	(1.154,92)	23,10
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.590.100,00	3.590.100,00	700.745,01	19,52
1.2.1- ITBI	3.600.000,00	3.600.000,00	711.095,45	19,75
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100,00	100,00	149,56	149,56
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.500,00)	105,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.894.000,00	2.894.000,00	1.112.262,33	38,43
1.3.1- ISS	2.850.000,00	2.850.000,00	1.067.044,16	37,44
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	4.874,51	40,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	31.287,66	125,15
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	9.056,00	90,56
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	304.848,25	49,17
1.4.1- IRRF	620.000,00	620.000,00	304.848,25	49,17
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	23.906.000,00	23.906.000,00	7.064.197,87	29,55
2.1- Cota-Parte FPM	14.350.000,00	14.350.000,00	4.086.336,94	28,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	4.086.336,94	30,27
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	2.345.875,96	32,14
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	9.387,42	31,29
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	35.102,38	30,52
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	2.228,50	20,26
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	585.266,67	27,87
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>39.880.100,00</b>	<b>39.880.100,00</b>	<b>16.170.475,03</b>	<b>40,55</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.223.500,00	1.223.500,00	490.319,54	40,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	421.879,57	35,16
5.2- Transferências Diretas - PDCE	1.300,00	1.300,00	600,00	46,15
5.3- Transferências Diretas - FNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	41.732,97	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	22.200,00	22.200,00	26.107,00	117,60
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	431.500,00	431.500,00	192.670,17	44,65
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.655.000,00</b>	<b>1.655.000,00</b>	<b>682.989,71</b>	<b>41,27</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.611.200,00	4.611.200,00	1.411.852,20	30,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	817.267,26	30,27
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.460.000,00	1.460.000,00	468.196,47	32,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.869,32	31,16
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	7.020,47	30,52
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	445,69	20,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	117.052,99	27,87
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	11.030.000,00	11.030.000,00	3.484.893,85	31,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.000.000,00	11.000.000,00	3.472.656,71	31,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	11.937,14	39,79
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>6.388.800,00</b>	<b>6.388.800,00</b>	<b>2.061.104,51</b>	<b>32,26</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

30/05/2016 15:49:47 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.375.500,00	9.375.500,00	2.803.140,57	29,90	2.803.140,57	29,90
13.1- Com Educação Infantil	4.398.600,00	4.398.600,00	1.048.416,31	23,84	1.048.416,31	23,84
13.2- Com Ensino Fundamental	4.976.900,00	4.976.900,00	1.754.724,26	35,26	1.754.724,26	35,26
14- OUTRAS DESPESAS	1.654.500,00	1.654.500,00	764.662,64	46,22	764.662,64	46,22
14.1- Com Educação Infantil	987.600,00	987.600,00	427.385,48	43,28	427.385,48	43,28
14.2- Com Ensino Fundamental	666.900,00	666.900,00	337.277,16	50,57	337.277,16	50,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.030.000,00	11.030.000,00	3.567.803,21	32,35	3.567.803,21	32,35
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.567.803,21
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						80,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						21,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-2,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	9.970.025,00	9.970.025,00	4.042.618,76	40,55		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.380.800,00	7.380.800,00	2.318.633,12	31,41	2.120.677,88	28,73
23.1- Creche	7.380.800,00	7.380.800,00	2.318.633,12	31,41	2.120.677,88	28,73
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.386.200,00	5.386.200,00	1.475.801,79	27,40	1.475.801,79	27,40
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.994.600,00	1.994.600,00	842.831,33	42,26	644.876,09	32,33
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.608.229,00	10.608.229,00	3.932.097,38	37,07	3.459.961,35	32,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.643.800,00	5.643.800,00	2.092.001,42	37,07	2.092.001,42	37,07
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.964.429,00	4.964.429,00	1.840.095,96	37,07	1.367.959,93	27,56
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.989.029,00	17.989.029,00	6.250.730,50	34,75	5.580.639,23	31,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.061.104,51
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						11.937,14
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						2.073.041,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						3.507.597,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						21,69

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.220.000,00	1.220.000,00	509.663,18	41,78	356.047,39	29,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.326.600,00	3.508.327,64	1.589.016,72	45,29	585.460,74	16,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.546.600,00	4.728.327,64	2.098.679,90	44,39	941.508,13	19,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.535.629,00	22.717.356,64	8.349.410,40	36,75	6.522.147,36	28,71

30/05/2016 15:49:47 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.514,52	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.472.956,71	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.355.324,80	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.355.324,80	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.937,14	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	133.083,57	0,00

PORTO BELO, 30/05/2016

JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 963/2016

DECRETO Nº 963, de 21 de junho de 2016.  
Altera o Decreto nº 861, de 29 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Inciso V, do Art. 1º, do Decreto nº 861, de 29 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I- (...)

II- (...)

III- (...)

IV- (...)

V- 2º Suplente: ANDRIÉLI MARINA GIACOMINI, nomeada para o cargo de Provimento Efetivo de Contadora, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade.”

Art. 2º Fica alterado o Artigo 2º do Decreto nº 861, de 29 de janeiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Comissão instituída através deste Decreto será presidida pela Sra. Vanessa Nalon dos Santos, secretariada pela Servidora Graciele Carla Bordignon Rodrigues, e terá como membros: Arlene Alves Daubermann Padilha, Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier e Andriéli Marina Giacomini.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 056/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 110/2016.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 056/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global, do tipo presencial, para contratação de mão de obra e aquisição de peças para a retífica de bomba injetora da retroescavadeira marca Caterpillar Modelo 416D. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 12 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 057/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 111/2016 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 057/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para contratação de hora técnica de serviços destinado a recuperação e peças de diversos veículos, máquinas e equipamentos do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 20 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 058/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 112/2016 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 058/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços gerais, serviços de encanador e serviços elétricos nas instalações físicas das Unidades de Saúde do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 21 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 059/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 114/2016.  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 059/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por global, do tipo presencial, para contratação e empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços para reforma da caixa de marchas do veículo Toyota. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 13 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 060/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 115/2016.  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 060/2016.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de rolamentos para a manutenção dos britadores da localidade do Rio Bonito. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 21 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 015/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 113/2016  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 015/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço global, para prestação de serviços de monitoramento dos sistemas de alarmes das Unidades de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 22 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42)

3523-1155.

Porto União - SC, 28 de junho de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 116/2016  
Dispensa de Licitação n.º 026/2016

Caracterização da Situação: o Município necessita locar parte do imóvel sito a Avenida João Pessoa, nº 1454, esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, centro em Porto União, constituído por uma estrutura de concreto armado e fechamento com paredes de alvenaria de blocos cerâmicos, com área de 963,83 m<sup>2</sup> e estacionamento, constante do Registro de Imóveis nº 7891 cuja área é destinada para operacionalização dos serviços municipais de saúde – Secretaria Municipal da Saúde.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de parte do imóvel sito a Avenida João Pessoa, nº 1454 esquina com a Rua Quintino Bocaiúva, centro em Porto União, constituído por uma estrutura de concreto armado e fechamento com paredes de alvenaria de blocos cerâmicos, com área de 963,83 m<sup>2</sup> e estacionamento, constante do Registro de Imóveis nº 7891 cuja área é destinada para operacionalização dos serviços municipais de saúde – Secretaria Municipal da Saúde.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, uma vez que a Secretaria Municipal da Saúde já se encontra instalada no referido imóvel.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União  
Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2105 – Atenção Básica Saúde  
Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas  
Cód. 168

Complemento 33903910 – Locação de Imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 28 de junho de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 861/2016

**PORTARIA N.º 299/2016 - RH**

PORTARIA Nº 299, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pelo Controle de Arrecadação, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Adilson Galle, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 117/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 300/2016 - RH**

PORTARIA Nº 300, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Técnico pela Emissão de ART e pela Elaboração de Projetos, Execução e ou Fiscalização de Obras de Engenharia, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Adriana Weber, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 004/2015, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 301/2016 - RH**

PORTARIA Nº 301, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Contabilidade, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Alcione Regina Kaminski, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 116/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 302/2016 - RH**

PORTARIA Nº 302, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Aroldo Heineck, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 118/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016..

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 303/2016 - RH**

PORTARIA Nº 303, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Divansir José Berton, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 911/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 304/2016 - RH**

PORTARIA Nº 304, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Evanilde de Fátima da Silva Berton, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 107/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro

de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 305/2016 - RH**

PORTARIA Nº 305, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Técnico pela Emissão de ART e pela Elaboração de Projetos, Execução e ou Fiscalização de Obras de Engenharia, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Fabiana Weber Zabczuk, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 005/2015, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 306/2016 - RH**

PORTARIA Nº 306, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Fiscalização Tributária, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 003/2015, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 307/2016 - RH**

PORTARIA Nº 307, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Saúde Bucal, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Gláucia Bendlin de Camargo, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 419/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 308/2016 - RH**

PORTARIA Nº 308, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pelos Esportes, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Juvêncio Portela da Luz, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 271/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 309/2016 - RH**

PORTARIA Nº 309, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Operacional de Serviços Administrativos, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Margarida Bialeski, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 306/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.



Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA N.º 310/2016 - RH**

PORTARIA Nº 310, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Fiscalização Tributária, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Rudi Mauri Feix Junior, o qual já percebia a referida Função Gratificada conforme Portaria nº 208/2013, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 16 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### LEI 2644

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2644/2016 de 28/06/2016

“Dispõe sobre os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o Mandato 2017/2020 e estabelece outras providências.”

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Pouso Redondo para a legislatura 2017/2020 será estabelecida nos termos desta Lei.

Artigo 2º - O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Pouso Redondo, pago em parcela única, será de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Artigo 3º - O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Pouso Redondo, pago em parcela única, será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Artigo 4º - Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal, pago em parcela única, no valor de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais), e terão direito ao 13º Salário.

Parágrafo único: Consideram-se, para efeitos desta Lei, Secretários Municipais, os agentes políticos assim determinados legalmente e que detenham responsabilidade funcional, administrativa e financeira por órgão ou agrupamento de serviços.

Artigo 5º - A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Artigo 6º - O Vice-Prefeito que na forma legal, assumir a Chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Artigo 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### LEI 2645

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2645/2016 de 28/06/2016

“Fixa subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020 e estabelece outras providências.”

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020, pago em parcela única, será de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).



Artigo 2º - O subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores para a legislatura 2017/2020, pago em parcela única, será de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara de Vereadores, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Artigo 3º - A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês, pois os pagamentos serão feitos por sessão ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

Artigo 4º - Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Artigo 5º - A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Artigo 6º - É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Artigo 7º - É facultado ao Vereador mediante requerimento ao Poder Legislativo Municipal não receber seu subsídio, sendo que o valor a que teria direito retornará aos cofres da Municipalidade.

Artigo 8º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

## **PORTARIA 85 A 91**

PORTARIA Nº 085/2016 DE 21/06/2016

Concede Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

### **RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida, a partir de 21/06/2016, RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, ao Servidor DERCY LOPES DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AGENTE DO SERVIÇO DE OBRAS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 086/2016 DE 23/06/2016

Nomeia Assistente Social para promover Acompanhamento Social e emissão de Laudo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013;

CONSIDERANDO que a Servidora ELISANDRA APARECIDA TRENTINI, ocupante do cargo de Professor, do Grupo 07, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013, Licença por Motivo de Doença em Pessoa de Família;

CONSIDERANDO que a Servidora acima mencionada, ao requerer a Licença, argumentou que seu pai, o Sr. EUGENIO TRENTINI, necessita de cuidados por motivo de doença CID J44.8, I27.7, D75.1, K76.6, e que necessitaria a sua indispensável assistência pessoal, que não pode ser prestada simultaneamente com o exercício de seu cargo;

CONSIDERANDO que o artigo 100, caput, da Lei nº 1.076/91, Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Redondo, preconiza que o servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser comprovado através de laudo médico e acompanhamento social;

CONSIDERANDO que, nos termos do dispositivo acima transcrito, torna-se impossível ao Chefe do Executivo decidir sobre o pedido de Licença, sem que haja o competente Laudo emitido por médico cirurgião e por Assistente Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica nomeada a Sra. JAQUELINE KRAEMER, Assistente Social devidamente inscrita no CRESS, sob nº 3.496, com o objetivo de promover ACOMPANHAMENTO SOCIAL e análise da alegada doença (CID J44.8, I27.7, D75.1, K76.6) do Sr. EUGENIO TRENTINI, pai da Servidora ELISANDRA APARECIDA TRENTINI, ocupante do cargo de Professor, do Grupo 07, conforme Lei do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013.

Parágrafo único — A Assistente Social nomeada neste artigo deverá emitir Laudo, encaminhado a Prefeita do Município de Pouso Redondo, concluindo se a doença de que se encontra acometida o Sr. Eugenio Trentini, implica na assistência pessoal e indispensável de sua filha Elisandra Aparecida Trentini, e, em caso afirmativo, se tal assistência pode ou não ser prestada pela Servidora, simultaneamente com o exercício do cargo que ocupa na Municipalidade.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de junho 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 087/2016 DE 27/06/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor NORBERTO JUST, lotada nesta Prefeitura, no período de 27/06/2016 a 26/07/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 088/2016 DE 27/06/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor MACIONEI BUSS, lotada nesta Prefeitura, no período de 27/06/2016 a 26/07/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de junho de 2016.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 089/2016 de 27/06/2016

Concede Progressão Funcional, Capacitação e Formação conforme Plano de Carreira e Remuneração dos servidores Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	TIPO	DATA
100510	Ana Maria Ap. Machado	Agente de serviços gerais	Progressão Funcional	06/2016
506007	Fabio Alexandro Maçaneiro	Motorista	Progressão Funcional	01/2016
702005	Gilmara Chirulli	Tecnico em Enfermagem	Progressão Funcional	01/2016
100278	Ines da Rosa	Tecnico em Enfermagem	Progressão Funcional	05/2016
100517	Jacira Cunha	Agente de Serviços Gerais	Progressão Funcional	06/2016
100315	Jose Luiz da Luz Carvalho	Operador de Máquina Retroescavadeira	Progressão Funcional	03/2016
930904	Maria Salete Quadros	Operário	Progressão Funcional	03/2016
802068	Marlene Bennert	Agente de Serviços Gerais	Progressão Funcional	05/2016
100507	Silvia Rejane Teixeira Carvalho	Agente de Serviços Gerais	Progressão Funcional	06/2016
130505	Camilo Freitas da Silva	Psicólogo	Capacitação Profissional	05/2016
130329	Janaina Bitencourte	Nutricionista	Capacitação Profissional	04/2016
130229	Camila Weber	Agente de Organização Escolar	Formação Profissional	03/2016
100706	Emerson Dobrantz	Agente Operacional	Formação Profissional	01/2016
100803	Leide Aline Giordani Verdi	Agente Administrativo	Formação Profissional	01/2016
111101	Maikel Verdi	Gestor da Secretaria de Administração	Formação Profissional	01/2016

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de junho de 2016.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 090/2016 DE 28/06/2016

Designa para atuar na intendência do Aterrado e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de responsável para atendimento junto à Intendência do Aterrado.

Considerando que não há discrepância entre o cargo do qual o servidor está concursado e a função a ser desenvolvida.

Considerando que dentro do quadro efetivo o único servidor que tem nas suas atribuições a função de atendimento e movimentação de correspondências.

Considerando que a Intendência do Distrito do Aterrado é uma extensão Administrativa.

Considerando que não há oneração para o servidor se descolar até o local de trabalho.

Considerando que há necessidade de otimização entre economia e serviço prestado, e considerando ainda a vedação de contratação de servidor por limites constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º — Designar GUILHERME GOLLE FLORIANI, brasileiro, portador do CPF 058.848.369-96, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE DE PROTOCOLO, responsável pelo atendimento junto a Intendência do Aterrado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial as portarias nº 097/2012 e nº 033/2014.

Pouso Redondo, 28 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 091/2016 DE 28/06/2016

Designa servidora para função de Responsável pelo Patrimônio, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado a Servidora PATRICIA HORONGOZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE PESSOAL, para levantar, identificar, conferir e numerar os bens móveis e imóveis que formam o patrimônio Municipal.

§1º - Fica sob responsabilidade do Secretário de cada pasta informar e confirmar os bens móveis e imóveis do patrimônio público.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### LEI 1497/2016

LEI Nº 1497/2016, DE 27/06/2016.

FIXA SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura 2017/2020 será de R\$ 1.632,18 (UM SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS).

Art. 2º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal de Presidente Nereu SC, para a Legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.448,27 (DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) .

Parágrafo único - O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de Vereadores na Ordem do Dia de sessão plenária ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês, pois os pagamentos serão feitos por sessões ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01/01/2017, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das REVISÕES ANUAIS (DATA BASE 1º DE ABRIL DE CADA ANO) concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base ABRIL de 2017 em diante.

Parágrafo Único: Será concedido a data base já a partir do primeiro ano da Legislatura (2017) posto que não foi concedido reajuste nos subsídios dos Vereadores.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 27 de junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI 1498/2016

LEI Nº 1498/2016, DE 27/06/2016.

FIXA SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO MUNICIPAL E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a Legislatura 2017/2020 ficam assim fixados abaixo:

I – PREFEITO: R\$ 9.904,97 (nove mil novecentos e quatro reais e noventa e sete centavos).
II – VICE - PREFEITO: R\$ 4.952,47 (quatro mil novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos).
III – SECRETÁRIO MUNICIPAL: R\$ 3.806,93 (três mil oitocentos e seis reais e noventa e três centavos).

Art. 2º. A partir de 01/01/2017, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da REVISÃO GERAL prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base abril de 2017 em diante.

Parágrafo único: Será concedida a DATA BASE NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO para os subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º, inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. O Prefeito Municipal, Vice Prefeito Municipal e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º – Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º - O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 27 de junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 54/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 - Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 54, de 15 de junho de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

## DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 ( oitenta mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.01000000 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$80.000,00 ( oitenta mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.31900000000000.01000000 80.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 15 de junho de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

**DECRETO 55/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 - Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 55, de 15 de junho de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

## DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 ( dezenove mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.01350200 19.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$19.000,00 ( dezenove mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2023.31900000000000.01350200 19.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 15 de junho de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO 121 DE 24.06.2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

DECRETO Nº 0121 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Jacson Sonaglio, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, para compor a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 003/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 24 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº60.2016 PREGÃO Nº42.2016 PM

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 60/2016-PM

Pregão Presencial 42/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE, destinado a "AQUISIÇÃO DE UNIDADE INJETORA, TUBO DE RAIL E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA ULTRASSOM, LIMPEZA DE SENSOR E VÁLVULA DRV, ALÉM DE MÃO DE OBRA PARA TROCAR AS UNIDADES INJETORAS DEFEITUOSAS POR NOVAS NO VEÍCULO MICROONIBUS MKW 6766 PM 757.72. A EMPRESA VENCEDORA FICARÁ RESPONSÁVEL PELA RETIRADA, TRANSPORTE, CONserto E ENTREGA DO VEÍCULO RODANDO NO PÁTIO DA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 13 de julho de 2016 as 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 28 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES HABILITADOS, PROFESSORES NÃO HABILITADOS, MONITOR DE CRECHE E VIGIA, PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2017.

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. OLI DO NASCIMENTO, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para admissão de Professores em caráter temporário destinado a prover função, no quadro da categoria funcional do Magistério como cadastro de reserva, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2017, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e TÍTULOS.



1.3. As vagas destinam-se ao preenchimento dos cargos/funções abaixo delineados, em caráter temporário – ACT, e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO					
Cargo/ função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Artes.	Objetiva e Títulos
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Espanhol.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	Objetiva e Títulos
Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Educação Especial ou Pedagogia, neste caso, com no mínimo 200hrs de curso presencial na área de Educação Especial.	Objetiva e Títulos

CR\* – Cadastro de Reserva

QUADRO II - professor habilitado com magistério					
Cargo/ função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 2.135,64	20 ou 40 h/sem	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão do Magistério com habilitação em Séries Iniciais.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.135,64	20 ou 40 h/sem	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão do Magistério com habilitação em educação infantil.	Objetiva e Títulos

CR\* – Cadastro de Reserva

QUADRO III - PROFESSOR não HABILITADO					
Cargo/ função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico (licenciatura) na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 1.406,18	20 ou 40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 1.406,18	20 ou 40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos

CR\* – Cadastro de Reserva

QUADRO IV – monitor E VIGIA					
Cargo/ função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.122,90	30h/sem	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.	Objetiva
Vigia	CR*	R\$ 1.020,03	40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente.	Objetiva

CR\* – Cadastro de Reserva

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela INTERNET, PRESENCIAL ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 28/06/2016 às 23h59min do dia 28/07/2016.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 03/09/2016, com início às 14h30min, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções

necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17 horas.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites: [www.ameosc.org.brwww.princesa.sc.gov.br](http://www.ameosc.org.brwww.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Princesa – SC, 27 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito

### **EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 59.2106-PM - INEXIGIBILIDADE 02.2016-PM - BANDA BAILE SENHORITA PRINCESENSE**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 59/2016-PM

Inexigibilidade de Licitação 02/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Contratação de GRUPO MUSICAL para animar o "Baile da Senhorita Princesense". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 28 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO 21.2016-PEREIRA E SCHWARTZ**

Extrato de Publicação de Contrato/Termo Aditivo

Contratada: PEREIRA E SCHWARZ SERVIÇOS LTDA - ME

Termo Aditivo: 2016.21-PM

Contrato Original: 103/2014-PM

Processo Licitatório: 52/2014-PM

Concorrência Pública : 03/2014-PM

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: "Segundo Termo Aditivo para prorrogação de prazo do Contrato 103/2014-PM, que tem como objeto "execução do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 27/06/2016

Data da Publicação: 29/06/2016

Vigência: 01/07/2016 a 31/12/2016.

### **PORTARIA Nº 080, 24.06.2016**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA

PORTARIA Nº. 080, DE 24 DE JUNHO DE 2016

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar: Marcieli Cristina Bruder, Leandro José Rockembach, Ana Paula Bogorni e Edinéia Wille, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do concurso, instaurado através do Edital nº. 003/2016.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 24 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 5344, DE 14 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5344, de 14 de junho de 2016.  
"EXONERA WILSON PEDRO DOLSAN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30/06/2016, o servidor WILSON PEDRO DOLSAN, do cargo em comissão de DIR. DEPTO OBRAS E MELHORIAS VIARIAS da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

14 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5345, DE 15 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5345, de 15 de junho de 2016.  
"EXONERA JOÃO BATISTA MULLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 28/06/2016, o servidor JOÃO BATISTA MULLER, do cargo em comissão de CH. DIV. LIMPEZA PÚBLICA E URBANISMO da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

15 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5373, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5373, de 24 de junho de 2016.  
"EXONERA FERNANDO CESAR SOUZA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30v/06/2016, o servidor FERNANDO CESAR SOUZA, exercer o cargo em comissão para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional e Internacional, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5374, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5374, de 24 de junho de 2016.  
"EXONERA EZEQUIAS SALLA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30/06/2016, o servidor EZEQUIAS SALLA, do cargo em comissão de Diretor Administrativo Geral da Fundação Cultural de Rio do Sul, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5375, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5375, de 24 de junho de 2016.

**"EXONERA WILSON DE LIMA SOUZA"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido a partir do dia 30.06.16, o Servidor WILSON DE LIMA SOUZA, do cargo em comissão de Diretor Departamento Agricultura, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5376, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5376, de 24 de junho de 2016.

**"EXONERA JANETE LUZIA MACHADO FOSTER"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 28.06.16, a servidora JANE TE LUZIA MACHADO FOSTER, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle e Distribuição de Medicamento da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5379, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5379, de 24 de junho de 2016.

**"EXONERA JEAN GILBERTO CAETANO"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º- Exonera a pedido a partir do dia 30.06.2016, o servidor JEAN GILBERTO CAETANO, do cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**GIVANILDO SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5382, DE 24 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5382, de 24 de junho de 2016.

**"EXONERA MAURILIO DA SILVA"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30 /06/2016, o servidor MAURILIO DA SILVA, do cargo em comissão Chefe da Divisão de Esporte Comunitário, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

24 de junho de 2016.

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**GIVANILDO SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5384, DE 28 DE JUNHO DE 2016.**

DECRETO Nº 5384, de 28 de junho de 2016.

**"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2015 e Lei nº 5.741, de 28 de junho de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica aberto o crédito especial por tendência de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 9.703.360,37 (nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e sessenta reais e trinta e sete centavos), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Pavimentação dos Passeios no Perímetro Urbano e Sinalização Viária da Interligação Municipal Rio do Sul/Presidente Getúlio (Trecho Compreendido no Município de Rio do Sul), com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.435	Pavimentação Asfáltica Rio do Sul / Presidente Getúlio		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01645505	Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente	R\$	9.703.360,37
	TOTAL	R\$	9.703.360,37

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

28 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
SUELI BILK	723.633.639-49	OFÍCIO CIRCULAR Nº 28 – COMISSÃO IPTU

Rio do Sul, 28 de junho de 2016

PATRICIA SOARES

MEMBRO E SECRETÁRIA DA COMISSÃO

RONALDO DA ROCHA

MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

**LEI 5.740**

LEI Nº 5.740, de 28 de junho de 2016.

"CRIA O INCENTIVO FINANCEIRO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NA FORMA DA PORTARIA Nº 1.645/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica criado no Município de Rio do Sul o Incentivo Financeiro do PMAQ/PMAQ-CEO, concedido de forma variável pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, em prol da Equipe de servidores que obtiver classificação de desempenho certificada nos termos do art. 6º da Portaria 1.645/2015.

Parágrafo único - De acordo com a Portaria 1.645/2015, o PMAQ/PMAQ-CEO tem por objetivo induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção básica.



Art. 2º- Participação do Programa os servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde, que atuam na Equipe do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), e profissionais da Atenção Básica (AB) que aderiram ao Termo de Compromisso do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB e que contribuíram na realização das propostas realizadas pelo programa.

Art. 3º- O processo de avaliação, que ocorrerá nos postos de ESF e CEO, estará vinculado ao cumprimento das metas pactuadas pela respectiva equipe no Termo de Compromisso sendo realizada a cada dois anos.

Art. 4º- A premiação total corresponderá ao valor de uma parcela resultante da soma total do incentivo do PMAQ, recebido do Ministério da Saúde durante o ano por meio do sistema oficial fundo-a-fundo, dividido por doze.

Art. 5º- O valor será pago sempre nos meses de junho de cada ano, em folha de pagamento dos servidores que serão contemplados com o incentivo.

Art. 6º- O incentivo Financeiro PMAQ, concedido as equipes premiadas sob forma de gratificação não autoriza a incorporação ao vencimento, e depende dos recursos financeiros do Ministério da Saúde e desempenho da equipe, segundo a avaliação oficial.

Art. 7º- O benefício a que se refere esta Lei, existirá enquanto persistirem os repasses oriundos do Ministério da Saúde.

Art. 8º- Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde repassará os recursos financeiros fundo-a-fundo ao Município de Rio do Sul, podendo sofrer ajustes periódicos em função do cumprimento ou não das metas pactuadas e a alocação correspondente correrá por conta da Dotação Orçamentária do Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 9º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
28 de junho de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## LEI 5.741

LEI Nº 5.741, de 28 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica aberto o crédito especial por tendência de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 9.703.360,37 (nove milhões, setecentos e três mil, trezentos e sessenta reais e trinta e sete centavos), por conta do repasse do Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul, para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Pavimentação dos Passeios no Perímetro Urbano e Sinalização Viária da Interligação Municipal Rio do Sul/Presidente Getúlio (Trecho Compreendido no Município de Rio do Sul), com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.435	Pavimentação Asfáltica Rio do Sul / Presidente Getúlio		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01645505	Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente	R\$	9.703.360,37
	TOTAL	R\$	9.703.360,37

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
28 de junho de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**MANOEL VICENTE LAMIN - 18º TERMO ADITIVO**

18º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2009, firmado em 03/11/2009, com término previsto para 30/06/2016. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANOEL VICENTE LAMIN, portador(a) do CPF nº 762.875.059-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 18º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 30/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2016 e encerrando-se em 01/08/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/06/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MANOEL VICENTE LAMIN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA Nº. 0756/RH**

PORTARIA N. 0756/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 29/06/2016, a servidora THAINA LUANA DA ROSA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vfb

**PORTARIA Nº 0749/RH**

PORTARIA Nº. 0749/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a DENISE MARCHI WESTPHAL, nomeada pela Portaria nº 0651/RH de 01 de junho 2016, publicada em 03 de junho 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICOPEDAGOGO, vinculada ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp



**PORTARIA Nº 0751/RH**

PORTARIA N. 0751/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
ALEXANDRE DE MORAES	269514-1	TOPOGRAFO	159838/2016
IVANIA TRAVAGLIA	189154-2	ENFERMEIRO	159929/2016
MARLON ANDERSON DE SOUZA	236438-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	159820/2016
MICHELE RUBLESCK	257818-1	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	159864/2016
OTAVIO AUGUSTO VICENTIN	236381-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	159662/2016
SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES	84000-5	COZINHEIRO	159752/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0752/RH**

PORTARIA N. 0752/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
TERESINHA MORETTI NOVELETTO	81990-1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	159882/2016
VALDIR STEDILE	76295-1	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	159749/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0753/RH**

PORTARIA N. 0753/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo identificados, o primeiro Adicional por Formação Profissional, por terem apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

- a) IVANIA TRAVAGLIA, matrícula n. 189154-2, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-graduação, em nível de Especialização, em Saúde da Família, no processo n. 159930/2016.
- b) MICHELE RUBLESCK, matrícula n. 257818-1, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE MEIO AMBIENTE, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Diagnóstico Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas, no processo n. 159953/2016.
- c) OTÁVIO AUGUSTO VICENTIN, matrícula n. 236381-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação em Direito, no processo n. 159661/2016.
- d) SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES, matrícula n. 84000-5, ocupante do cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 159753/2016.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**PORTARIA Nº 0754/RH**

PORTARIA N. 0754/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora RITA FERRARI CUCO, matrícula n. 170887-1, ocupante do cargo de provimento efetivo PSICOPEDAGOGO, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Nível de Mestrado em Educação, no processo n. 159860/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de junho de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**Portaria nº 0757/RH**

PORTARIA N. 0757/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Alterar o Art. 3º, da Portaria n. 0475/RH de 20 de Abril de 2016, publicada em 25 de Abril de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A lotação do(a) servidor(a) readaptado(a) será na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de junho de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**Portaria nº 0758/RH**

PORTARIA N. 0758/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Readaptar o(a) servidor(a) municipal MARIA ROSELI DOS SANTOS, nomeado(a) em cargo de provimento efetivo Professor, para o cargo de Agente Administrativo, em conformidade com os Artigos 34, 35, 36 e 37 da Lei Complementar n. 309, de 01 de Dezembro de 2015 e Decreto n. 3843, de 23 de Janeiro de 2014 e, parecer exarado pela Perícia Médica Previdenciária(FAP) e pela Junta Médica Oficial do Município (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º. Declarar vago, a partir 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo Professor, ocupado pelo servidor(a) supracitado, em virtude de sua readaptação, de acordo com o Artigo 38, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 3º. A lotação do(a) servidor(a) readaptado(a) será na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Junho de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Tas

**RESOLUÇÃO Nº 04.2016 SME CME**

PORTARIA Nº 003/2016/FCRS, de 08 de junho de 2016.

O SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL – SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Chefe do Executivo, nos termos do decreto nº 3069, de janeiro de 2013 e em conformidade com o disposto no decreto 5323, de 01 de junho de 2016.

**RESOLVE:**

Art.1º - Nomear os integrantes da Comissão Organizadora Conferência de Cultura de Rio do Sul, para eleição do Conselho Municipal de Política Cultural (gestão 2016-17), que será realizada no dia 11 de junho de 2016, com mandato até o término dos trabalhos que constituem a Conferência, conforme seu regimento interno:

José Carlos Guedert – Ex-superintendente da FCRS – CPF 379.183.709-53

Qiah Salla – Administração da FCRS – CPF 084.215.069-27

Willian Sieverdt – Superintendência da FCRS – CPF 791.558.639-49

Ana Cristina Gaebler Loffi – Diretora do Artes Visuais da FCRS – CPF 908.046.869-04

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será encaminhada para publicação no Diário Oficial do Município.

**WILLIAN WALTER SIEVERDT**

Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - MARILSE RAMOS****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARILSE RAMOS, nomeado (a) pela Portaria n. 0627/RH, de 30/05/2016, publicada no DOM na data de 03/06/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Anos Iniciais, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 04/07/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de junho de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

**GARIBALDI ANTONIO AYROSO**

Prefeito Municipal

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 1º QUADRIMESTRE 2016

Ata da Audiência Pública das Metas Fiscais Competência 1º Quadrimestre 2016

Ata da audiência pública do 1º QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZESSEIS, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis no auditório do Salão Nobre Municipal (antiga Câmara Municipal de Rio dos Cedros), realizou-se a audiência pública do primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis às dezesseis horas, estando presente a população de Rio dos Cedros. Abrindo a sessão o Agente de Controle Interno, Sr. Eduardo Osti, explanou sobre os itens: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Cronograma de Desembolso, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de recursos recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal. Após distribuir o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, e ressaltou dois pontos importantes que foram os 13,46% (treze por cento e quarenta e seis décimos de cento) aplicados no desenvolvimento do ensino, ficando abaixo do que preconiza a Constituição Federal no Art. 212, "...os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo...", 24,61 % (vinte e quatro por cento e sessenta e um décimos de cento) aplicados em ações da saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. E ainda os índices: de folha do poder executivo com 50,50% (cinquenta por cento e cinquenta décimos de cento), configurando um índice aceitável, mas muito próximo do prudencial. Foi solicitado ainda um controle maior nos gastos do segundo semestre, devido a previsão da queda de arrecadação. Nada mais havendo a tratar, o eu declarei encerrada a sessão, para constar, lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata, bem os relatórios demonstrados.

Eduardo Osti  
Agente de Controle Interno

# Romelândia

## PREFEITURA

### EXTRATO 1381

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO 1381/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2016

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços – Melhor Técnica e Preço, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DA PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB. lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00 horas do dia 29/07/2016. Romelândia (SC), 22/06/2016. Prefeito Municipal Valdoci Saul.

### PORTARIA 8101

PORTARIA Nº 8101/2016  
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder LICENÇA GESTAÇÃO, à Servidora Pública Municipal SELISMARA FISCHER DE MATTOS, pelo período de 180(cento e oitenta) dias a partir desta data, conforme Lei vigente.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 27 de junho de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 041/2016

DECRETO Nº 041, DE 16 de JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 006/2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 006/2016, de 07 de Junho de 2016, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre, "fornecimento de aparelhos de glicemia capilar, tiras reagentes e lancetas para realizar o teste de glicemia".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 16 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### RESOLUÇÃO 006/2016 07 DE JUNHO DE 2016.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando a Ata nº 04/2016 de 07/06/2016, a qual sustenta que inúmeros pacientes, solicita a Secretaria Municipal de Saúde, a utilização de aparelhos de glicemia, tiras reagentes e lancetas para realização do teste de glicemia, ocasionando o início de uma grande e contínua demanda.

#### RESOLVE:

ARTIGO 1º: Pela grande demanda de pacientes, apenas os insulíndependentes que possuem prescrições médicas será fornecido os aparelhos de glicemia capilar, tiras reagentes e lancetas para realizar o teste de glicemia.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 07 de Junho de 2016.

Éderson Antônio Barboza  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### DECRETO MUNICIPAL N. 042/2016

DECRETO Nº 042, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 007/2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 007/2016, de 07 de junho de 2016, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre, "Aprova ad referendum a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores - 2016".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 16 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### RESOLUÇÃO 007/2016 DE 07 DE JUNHO DE 2016

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos PACTUAÇÃO INDICADORES 2016.

- Considerando a Ata nº 04/2016 de 07/06/2016 que dispõe sobre as regras do processo de pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o ano de 2016, com vistas ao fortalecimento do planejamento do sistema único de saúde (SUS) e a implementação do contrato organizativo da ação pública da saúde (COAP).

#### RESOLVE:

ARTIGO 1º Aprova ad referendum a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores - 2016.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 07 de Junho de 2016.

Éderson Antônio Barboza  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**DECRETO MUNICIPAL N. 043/2016**

DECRETO Nº 043 de 21 de junho de 2016.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 011/2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 011/2016, de 21 de junho de 2016, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre "Aprovação do plano de trabalho referente ao cofinanciamento estadual para o ano de 2016".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 21 de junho 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO****RESOLUÇÃO 11/2016**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA O ANO DE 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais sobre a Ata nº 09/2016, do dia 21 de junho de 2016.

**RESOLVE:**

Art. (1º) Aprovar o Plano de trabalho do município da Proteção Básica do repasse do cofinanciamento estadual para o ano de 2016, qual do valor a ser recebido, R\$ 27.538,70, serão utilizados 70% para custeio e 30% para investimento.

Art. (2º) Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 21 de junho de 2016.

Presidente do CMAS

**DECRETO MUNICIPAL N. 044/2016**

DECRETO Nº 044 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Orgânica e a Lei Federal nº 8.666/93;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os sr(s). José Carlos Oneda, Paulo Hofelder e Zuriel Marco Azzolini Bussi, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis que serão leiloados na forma da Lei citada.

Art. 2º O relatório da comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art. 3º Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 24 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Administração e Finanças

**DECRETO MUNICIPAL N. 045/2016**

DECRETO Nº 045/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.573/2016 de 27/06/2016;

**Decreta:**

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, nos termos da presente Lei, abrir Crédito Especial no Orçamento de 2016, Lei 1.562/2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
02.07	Secretaria de Transportes, obras e urbanismo	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.452.1502	2.042	Manutenção dos Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.72.00.00	01.00	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Especial do Artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016, nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
02.07	Secretaria de Transportes, obras e urbanismo	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.452.1502	2.042	Manutenção dos Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.71.00.00	01.00	50.000,00
TOTAL		50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 27 de Junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



**LEI Nº 1573 DE 27 DE JUNHO DE 2016.**

LEI Nº 1573 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, nos termos da presente Lei, abrir Crédito Especial no Orçamento de 2016, Lei 1.562/2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na seguinte programação de despesa:

Código	Secretaria/departamento	
02.07	Secretaria de Transportes, obras e urbanismo	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.452.1502	2.042	Manutenção dos Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.72.00.00	01.00	50.000,00
TOTAL	50.000,00	

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Especial do Artigo 1º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2016, nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
02.07	Secretaria de Transportes, obras e urbanismo	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.452.1502	2.042	Manutenção dos Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.71.00.00	01.00	50.000,00
TOTAL	50.000,00	

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 27 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 051/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 051/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
91	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais), a seguir especificados:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
95	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de Junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 052/2016 ESPECIAL

DECRETO Nº 052/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1291/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor R\$9.613,66 (nove mil seiscentos e treze reais sessenta e seis centavos).

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
142	100	4.4.40.00.00.0000	Transferências a Municípios	9.613,66

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 9.613,66 (nove mil seiscentos e treze reais sessenta e seis centavos), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920006.2.02300 Festividades de natal e ruas natalinas de lazer				
8	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.613,66

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 28 de junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 053/2016 ESPECIAL

DECRETO Nº 053/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1292/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 33.451,61 (trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e um reais sessenta e um centavos).

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
143	100	3.1.71.00.00.0000	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	22.306,38
144	100	3.3.71.00.00.0000	Transf. a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	11.145,23

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 33.451,61 (trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e um reais sessenta e um centavos), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.02100 Manutenção das atividades do setor de cultura				
4	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.451,61
5	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 28 de junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 054/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 054/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1293/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 52.466,78 (cinquenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais setenta e oito centavos).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
4	102	3.1.71.00.00.0000	Transf. a Consórcios Púb. mediante contrato de rateio	42.387,13
14	102	3.3.71.00.00.0000	Transf. a Consórcios Púb. mediante contrato de rateio	10.079,64

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 52.466,78 (cinquenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais setenta e oito centavos), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
--------------------------------	--	--	--	--

09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
13	102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
25	102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.039000 Ampliação da Unidade de Saúde				
2	102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.466,77

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 28 de junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

## CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

### PORTARIA N. 11, DE 12 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA N. 11, DE 12 DE MAIO DE 2016.

Altera Carga Horária e Vencimento do cargo de provimento efetivo de Contador e dá outras providências.

ARNO ADELIR ARNT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei Complementar n. 025, de 04 de maio de 2016.

#### RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais a carga horária do cargo de provimento efetivo de Contador, do Quadro de Cargos e Vencimentos de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, previsto no Anexo II da Lei Complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009.

Art. 2º. O profissional cujo cargo fica alterado pela presente Lei, com ampliação da carga horária e correspondente vencimento, deverá formalizar sua concordância expressa com a alteração aqui proposta, para que a mesma venha surtir efeitos sobre o cargo por ele ora ocupado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 12 de maio de 2016.

ARNO ADELIR ARNT

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ADAGIR FREITAS

Técnico Legislativo

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 61/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	61/2016
Contrato Principal N	50/2014
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	INOVACAO COMPUTACAO MOVEI LTDA - EPP
Objeto	Reequilíbrio econômico do contrato de locação de software para uso do programa aplicativo para o aparelho coletor de dados Dolphin 6000, utilizado para leitura de água, que passa de R\$ 285,07 (duzentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) para R\$ 315,40 (trezentos e quinze reais e quarenta centavos), nos termos da cláusula VII do contrato ora aditado na ordem de 10,6419% que corresponde ao IGPM de Mai/2015 à Abr/2016, sendo o valor do reajuste de R\$ 30,33 (trinta reais e trinta e três centavos), passando o mesmo a vigorar de junho à dezembro de 2016.
Valor R\$	212,31 (duzentos e doze reais e trinta e um centavos).
Processo Nº. 48/2014.	
Inexigibilidade Nº. 03/2014.	
Santiago do Sul, 24 de junho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 62/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	62/2016
Contrato Principal N	23/2013
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Objeto	Redução dos serviços, passando a contratada a disponibilizar um profissional por apenas 08h (oito horas) semanais nas ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), que desde já integra este instrumento.
Valor R\$	R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
Santiago do Sul, 24 de junho de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EDITAL Nº 002/2016 - DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL Nº 002/2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº002/2016 de 10 de junho de 2016, conforme consta nos quadros seguintes:

#### 1. Lista geral das Inscrições HOMOLOGADAS por cargo:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
12	CATIANE PIVA VANZIN	01
16	CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS	02
08	CRISTIANE COFCEWICZ	03
03	ELIEZER TECCHIO	04
01	FABIANA DE PARIS PACAZZA	05
18	JANICE LUCI DE MARQUI	06
11	KASSIA RECKTENWALD TARGA	07
15	ZENAIDE POSTER ISOTON	08
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
14	ANGELA KARINA MARTINS	01
10	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	02
05	ANA PAULA GUEDES MATIELLO	03
04	ANA PAULA ZAT	04
09	DENIR APARECIDA DE ANDRADE	05
06	EDICLERI VANZIN PELINSON	06
02	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	07
07	GIAN CÁSSIO LIBARDONI DE CEZARO	08
17	MAIKELI REGINA PACAZZA	09
19	NEIDECLEIA PIVA LOURENCI	10
13	VANESSA PAULA BAU	11

Santiago do Sul-SC/SC, em 27 de junho de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1378/2016

DECRETO Nº 1378, DE 27 DE JUNHO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3685, de 27 de junho de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB  
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0025.000000 – Equip. Material Permanente R\$ 500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do ingresso da Proposta de Transferência nº. 17921, do Programa de Transferência nº 201606093, na fonte de recursos 0025 - 01.0025.000000 - Transferências de Convênios - Estado/Outros, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1379/2016

DECRETO Nº 1379, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DECRETA LUTO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 28, 29 e 30 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de hoje, em São Bento do Sul/SC, do Sr. AFFONSO PSCHIEDT, cidadão ilustre desse município, ex-vereador, ex-vice-prefeito e ex-prefeito municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Oncoexpress Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

Valor Total: R\$ 11.500,00

São Bento do Sul, 21 de junho de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de Suplementos Diversos (Infatrini, Neocate e Fortifit) de Ordem Judicial para pacientes, conforme Processo nº 0902211-39.2015.8.24.0058, Processo 20150384469, Atendimento nº 05.2015.00017131-8, Mandado de Citação e Intimação Autos nº 0301414-78.2016.8.24.0058, Processo 01.2016.00004381-8, Atendimento nº 05.2016.00009086-6 e Autos nº 0002171-53.2013.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Nutriport Comercial Ltda.

Valor Total: R\$ 9.462,30

São Bento do Sul, 23 de junho de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização do Concurso Público nº 007/2016, para os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Pedagogo Social, Educador Social, Técnico de Defesa Civil, Psicólogo, Assistente Social, Motorista, Fiscal de PROCON, Médico Veterinário, Médico Pediatra, Agente de Autoridade de Trânsito, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem Fiscal em Vigilância em Saúde, Médico Clínico Geral e Médico Generalista - ESF, conforme Anexo I – Termo de Referência e Ata de Julgamento, referentes ao Edital de Pregão Presencial nº 67/2016 de 15 de março de 2016, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente escritos.

DO VALOR: R\$ 45.800,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

ASS: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

OBJETIVA CONCURSOS LTDA, como Contratada.



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 109/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 109/2016**

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 147/2006, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BANCA BETI LTDA, em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

1º - Majorar o valor mensal de R\$ 840,51 (oitocentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos) conforme consta na Cláusula Quinta – Parágrafo Primeiro do Contrato nº 147/2006 para R\$ 898,12 (oitocentos e noventa e oito reais e doze centavos) mensais, de conformidade com o índice IGPM, acumulado até 04/2016 conforme cálculo em anexo, no percentual de 10,6419%, referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no andar térreo destinado a exploração de banca de revistas num total de 26,11 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

2º - O presente Aditivo terá seus efeitos a partir de 01 de maio de 2016 à 30 de abril de 2017.

3º - Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006 e com término em 25 de abril de 2021, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2016.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

BANCA BETI LTDA, como Permissionária.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 110/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 110/2016**

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 157/2006, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

1º - Majorar o valor mensal de R\$ 400,63 (quatrocentos reais e sessenta e três centavos) conforme consta na Cláusula Quarta – Parágrafo Primeiro do Contrato nº 157/2006 para R\$ 428,10 (quatrocentos e vinte e oito reais e dez centavos) mensais, de conformidade com o índice IGPM, acumulado até 04/2016 conforme cálculo anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 10,6419%, referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 11,28 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

2º - O presente Aditivo terá seus efeitos a partir de 01 de maio de 2016 à 30 de abril de 2017.

3º - Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006 e com término em 30 de abril de 2021, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2016.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, como Permissionária.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 125/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 125/2016**

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 183/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 183/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 8 e 9.

Considerando que os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC ocorreram em 20 de maio de 2016 conforme documento em anexo ao Termo Aditivo;

Considerando que o vencimento do Convênio nº 2014TR0002398 se dará em 30 de junho de 2016 e do referido Contrato em 04 de junho de 2016, faz-se necessário prorrogar a vigência do mesmo para finalização dos trâmites, como entregas e pagamentos, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 26 (vinte e seis) dias, a contar de 05 de junho de 2016 e com término em 30 de junho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 222/2015 de 06 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 284/2015 de 08 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 327/2015 de 07 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 022/2016 de 01 de fevereiro de 2016 e Termo Aditivo nº 074/2016 de 04 de abril de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP, como Contratada.

**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2016 FMS****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Oncoexpress Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição do medicamento, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravo de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência

ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 11.500,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2016 FMS**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de Suplementos Diversos (Infatrini, Neocate e Fortifit) de Ordem Judicial para pacientes, conforme Processo nº 0902211-39.2015.8.24.0058, Processo 20150384469, Atendimento nº 05.2015.00017131-8, Mandado de Citação e Intimação Autos nº 0301414-78.2016.8.24.0058, Processo 01.2016.00004381-8, Atendimento nº 05.2016.00009086-6 e Autos nº 0002171-53.2013.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Nutriport Comercial Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos suplementos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos mesmos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) Os pacientes demonstraram através do Processo nº 0902211-39.2015.8.24.0058, Processo 20150384469, Atendimento nº 05.2015.00017131-8, Mandado de Citação e Intimação Autos nº 0301414-78.2016.8.24.0058, Processo 01.2016.00004381-8, Atendimento nº 05.2016.00009086-6 e Autos nº 0002171-53.2013.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição desses suplementos. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos suplementos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a

prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 9.462,30) dos suplementos a serem adquiridos dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos suplementos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## **LEI Nº 3684/2016**

LEI Nº 3684, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS DO MUNICÍPIO PARA ARRECADAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL DE VALORES E REPASSE MEDIANTE DÉBITO NA FATURA DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE autorizado a firmar convênio com entidades sem fins lucrativos do município de São Bento do Sul, legalmente constituídas e em funcionamento regular, para arrecadação de contribuição mensal mediante débito na fatura de Água e Esgoto de valores a serem estabelecidos pelo próprio contribuinte e revertido a favor das entidades beneficiárias.

Art. 2º Estarão aptas a celebrar Convênio/Termo de Cooperação com o SAMAE, nos termos do artigo anterior, as entidades detentoras de comprovada idoneidade e a qualidade de "utilidade pública", assim declarada em Lei.

Art. 3º Os usuários cadastrados no SAMAE, voluntariamente, poderão autorizar a Autarquia a incluir e a debitar em suas faturas de água valor por cada um deles estipulando, a título de doação, que será destinado às entidades conveniadas.

§1º. O valor mínimo de doação é de R\$ 5,00 (cinco reais), sem limite máximo.

§2º. A manutenção do convênio está vinculada à arrecadação de, no mínimo, R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais em favor da entidade conveniada.

§3º. No caso de não ser atingido o valor mínimo, depois de decorrido o período de carência de seis meses, o Convênio poderá ser rescindido.

§4º. Em caso de inadimplência do usuário no pagamento da fatura de Água e Esgoto, não incidirá, sobre o valor da doação, multa, juros ou correção monetária.

§5º. O SAMAE fica desobrigado da arrecadação das contribuições dos usuários, que, por qualquer razão, não efetuarem o pagamento ou que pedirem a retirada da contribuição de suas faturas de água.

Art. 4º. A inclusão de importância a título de doação na fatura de Água e Esgoto é facultativa ao usuário titular da conta de água, e depende de sua prévia e expressa autorização, podendo ser revogada por ele a qualquer momento.

§1º. As providências, acerca de autorização de que trata o caput deste artigo, ficarão a cargo das entidades conveniadas.

§2º. Competirá às entidades conveniadas, promover, junto aos usuários do serviço de água e esgoto, as campanhas de contribuição, firmando o SAMAE com a responsabilidade de instrumentalizar a arrecadação.

§3º. O usuário que não mais desejar efetuar a doação deverá se

dirigir ao SAMAE e assinar o termo de revogação de doação, revogada a autorização do usuário atinente à doação, esta cessará a partir da próxima conta de água.

§4º. A qualquer momento, o titular da conta de água poderá de dirigir a sede do SAMAE para autorizar a doação, aumentar ou a reduzir seu valor, mediante o preenchimento de nova autorização, revogando-se tacitamente autorizações anteriores eventualmente existentes em nome do usuário.

§5º. Na fatura de água e esgoto será incluído um campo, contendo o valor da doação e a discriminação dos serviços.

§6º. Competirá exclusivamente à entidade conveniada a solução, junto aos contribuintes, de todos os questionamentos administrativos ou judiciais decorrentes do lançamento da contribuição objeto do convênio, bem como a devolução das importâncias cobradas indevidamente.

Art. 5º. Todo o montante advindo das doações será disponibilizado pelo SAMAE às entidades conveniadas até o dia quinze ou dia útil subsequente do mês seguinte ao de referência, em relação às faturas de Água e Esgoto pagas dentro do mês de referência.

§1º. O SAMAE encaminhará documento contábil dos valores arrecadados por doação, mensalmente, às entidades conveniadas.

§2º. O repasse dos valores será feito mediante depósito ou transferência para conta bancária indicada pela entidade conveniada.

§3º. Caso o SAMAE tenha que emitir outra fatura de água e esgoto, motivada por exclusão da contribuição da fatura do consumidor, a entidade conveniada pagará ao SAMAE, por ocasião do encontro de contas, o valor unitário equivalente ao custo de uma segunda via de fatura.

Art. 6º. Toda a verba advinda das doações decorrente desta Lei será destinada aos projetos sociais no município de São Bento do Sul.

Parágrafo único. Trimestralmente, a entidade conveniada encaminhará ao Município de São Bento do Sul relatório pormenorizado da destinação e uso das verbas que tratam esta lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3685/2016

LEI Nº 3685, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0025.000000 – Equip. Material Permanente R\$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente do ingresso da Proposta de Transferência

nº. 17921, do Programa de Transferência nº 201606093, na fonte de recursos 0025 - 01.0025.000000 - Transferências de Convênios - Estado/Outros, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2016

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 12093/2016

PORTARIA Nº 12093, DE 28 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ORLANDO LUIZ DE LIMA, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Obras Cíveis, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- VW/Gol, placas MHQ 6962
- GM/Corsa, placas MLB 4516
- GM/Celta, placas MCS 6867

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 12096/2016

PORTARIA Nº 12096, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Prorroga Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e decisão judicial proferida nos autos de nº 0301888-49.2016.8.24.0058

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade concedida à empregada pública ROSANE APARECIDA ROPKE, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A prorrogação da licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 09/08/2016 a 07/10/2016, conforme Processo nº 3532/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 017, DE 23 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 017, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

"Exonera Assessor Parlamentar."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar o senhor Paulo Zwiefka do cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Márcio Dreveck, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2016, revogando-se especialmente a Portaria nº 007, de 14 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**PORTARIA Nº 018, DE 23 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA Nº 018, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

"Exonera Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar o Senhor Marco Rodrigo Redlich do cargo de Diretor de Gestão de Pessoal e Financeiro, Símbolo CC-3, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2016, revogando-se especialmente a Portaria nº 017, de 1º de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 115, DE 21 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 115, de 21 de junho de 2016.

"CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art.1º - CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, a servidora IVONETE TEREZINHA VIERNES GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotada nesta autarquia, de acordo com o Artigo 92 § 1º da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, compreendendo o período de 10/05/2016 a 08/07/2016, conforme Processo nº 135/2016.

IVANA APARECIDA PEREIRA

Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 116 DE 21 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 116 de 21 de junho de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - PROMOVER, o servidor JANILSO BARBOSA TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "E".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 10 de junho de 2016.

IVANA APARECIDA PEREIRA

Diretora Presidente Interina



# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 2318 DE 27 06 16 REVOGA ATO OFICIAL FRANCISMARA MARIANI

DECRETO Nº 2318, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

- Considerando o Decreto de Exoneração da Servidora Francismara Aparecida Mariani nº 2114, de 27 de novembro de 2015;
- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

#### DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1761, de 11 de novembro de 2014, no que se refere à servidora, Francismara Aparecida Mariani.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

### POR 1968 DE 13 06 16 FÉRIAS A SERVIDORA MARINES SILVESTRI

PORTARIA Nº 1968, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Marinês Silvestri	Técnico em Enfermagem	20/06/14 a 13/08/15	05	13/06/16 a 17/06/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

### POR 1969 DE 20 06 16 FÉRIAS A EMPREGADA CELIA LURDES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1969, DE 20 DE JUNHO DE 2016.

Concede férias a empregada pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a empregada pública municipal, conforme segue:

EMPREGADO	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Célia Lurdes de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	02/06/15 a 01/06/16	30	20/06/16 a 19/07/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 20 de junho de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1970 DE 21 06 16 FÉRIAS A SERVIDOR JURANDIR PEREIRA**

PORTARIA Nº 1970, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

EMPREGADO	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Jurandir Pereira	Vigia	19/10/14 a 18/10/15	30	23/06/16 a 22/07/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de junho de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1971 DE 24 06 16 CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIARIO A SERVIDOR EDIMAR ADILSON CASSOL**

PORTARIA Nº 1971, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Férias e abono pecuniário ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal, solicitando a concessão de 20 dias de gozo de férias e a transformação em abono pecuniário de 10 dias;

· Considerando que o servidor público possui 44 (quarenta e quatro dias) de férias a ser gozada;

· Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:

· Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

EMPREGADA	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Edimar Adilson Cassol	Operador de Máquinas	09/01/14 a 08/01/15	04	27/06/16 a 30/06/16
		09/01/15 a 08/01/16	16	01/07/16 a 16/07/16

Art. 2º Fica convertido em abono pecuniário 10 dias, das férias vencidas relativo ao período aquisitivo 09/01/14 a 08/01/15, ao empregado Público Municipal Edimar Adilson Cassol ocupante do cargo público de Operador de Máquinas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de junho de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra



Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretário de Administração e Fazenda

**POR 1972 DE 24 06 16 FÉRIAS A SERVIDORA JULIANA CARDOSO E EMPREGADA PUBLICA ELIZETE DE OLIVEIRA**

PORTARIA Nº 1972, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede férias a servidora e empregada pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora e empregada pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Elizete de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	17/04/15 a 16/04/16	10	05/07/16 a 14/07/16
Juliana Cardoso	Consultor Técnico	14/01/15 a 13/01/16	02	08/07/16 e 11/07/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1973 DE 27 06 2016 LICENÇA MATERNIDADE JULIANA CHRISTINA SANTOS LISBOA**

PORTARIA Nº 1973, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0032, de 03/09/2011; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora pública municipal Juliana Christina Santos Lisboa, ocupante do cargo público de Agente Educativo no período compreendido entre 27 de junho de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**POR 1974 DE 27 06 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO DOS SANTOS**

PORTARIA Nº 1974, DE 27 DE JUNHO DE 2016

Concede afastamento legal ao servidor público municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº

0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

- Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;
- Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 22/06/2016 a 26/06/16, por motivo de falecimento de sua mãe, ao Servidor Público Municipal, Paulo dos Santos, ocupante do Cargo Público de Motorista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 27 de junho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### INEX 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 07.2016. Proc. Licit. 92/2016. Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 30 de junho de 2016 até 29 de julho de 2016.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 30.09.2016 – contados a partir do credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 27 de junho de 2.016.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

### TP 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 08/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, para reforma de duas escolas com área de 180,18m<sup>2</sup>, localizadas na Linha Jaboticaba; instalação de manta asfáltica aluminizada de 3mm, para colocar sobre o telhado do ginásio municipal Valmei Ertel; edificação de banheiros com área total de 44,20m<sup>2</sup>, a ser edificado junto ao Centro Educacional São João, ambos com recursos do Município de São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço por item.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 09:00 horas do dia 18 de julho de 2016, e abertura e julgamento no dia 18 de julho de 2016 as 09:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 27 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 179/2016

DECRET O Nº 179/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015 NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016"

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(74)4.4.90.00.00.00.00.1.028-0210 – Aplicações Diretas 36.766,10

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 36.766,10

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 22 de Junho de 2016.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal – Em Exercício.

### DECRETO Nº 180/2016

DECRET O Nº 180/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015 NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016"

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(76)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0242 – Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Junho de 2016.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal – Em Exercício.

### DECRETO Nº 181/2016

DECRET O Nº 181/2016

"QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - TAISE VELHO MATIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-3, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 234/2015, de 17/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Junho de 2016.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal – Em Exercício.

### LEI Nº 4.423/2016

LEI Nº 4.423/2016

"QUE ALTERA PARCIALMENTE A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.415/2016"

Eu, ULADIMIR DEMECIANO, Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Complementar nº 4.415/2016, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, em complemento às Leis 2.742/2006 e 4.325/2015, autorizado a contratar, mediante processo seletivo, 01 (um) profissional de enfermagem, de nível superior, por turno de trabalho, para o Programa de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com remuneração mensal individual de R\$ 3.381,49 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos), pagos com recursos federais do referido programa, acrescido do adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, e adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal, sobre os quais incidirão os descontos legais."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Junho de 2016.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal – Em Exercício.

**LEI Nº 4.424/2016**

LEI Nº 4.424/2016

**"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017 PELA INCLUSÃO DE UMA NOVA AÇÃO"**

Eu, ULADIMIR DEMECIANO, Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à alteração pela inclusão no anexo de metas da ação no Plano Plurianual – PPA 2014-2017, Lei nº 4.193, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Fica incluso no PPA Quadriênio 2014-2017 a seguinte ação:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 - SECRETARIA DE TURISMO

PROGRAMA: 0009 – TURISMO EM FOCO

AÇÃO: 1.033 – PROJETO COMPLEMENTAR PARA LICENCIAMENTO DO AEROPORTO DE SÃO JOAQUIM

SUBFUNÇÃO: TURISMO

Valor Global ..... 212.500,00

Art. 3º - A nova ação incluída no PPA 2014-2017, correrá por conta de recursos do Contrato de Apoio Financeiro nº 2016TR000914 vinculado ao projeto SDR 0691/2016 com o Estado, e a contrapartida por conta de reajuste de valores dos Programas e Ações do Plano Plurianual 2014-2017.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 28 de Junho de 2016.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal – Em Exercício.

**PP 45/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 118/2016 -

PREGÃO PRESENCIAL 45/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Conservação, Manutenção e limpeza do parque nacional da Maçã Geraldo José Coral e Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella

Tipo: Menor Preço

Abertura: 19/07/2016 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 34.999,92

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 28 de junho de 2016.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

**PROCESSO 132/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 132/2016

Pregão Presencial 50/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REFORMA DE UMA TOYOTA BANDEIRANTES, ANO 1995 E DE UMA MOTONIVELADORA CASE – MODELO 845B PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 12/07/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 20.697,47

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 28 de junho de 2016

Uladimir Demeciano

Prefeito em Exercício.

**TP 03/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO -

PROCESSO Nº32/2016 -

TOMADA DE PREÇO 03/2016

OBJETO: Contratação de empresa para realizar reforma da Rede Hidro sanitária e Elétrica do Ginásio de Esportes Juraci Santos, sendo que os recursos a serem utilizados são do Fundo Municipal de Educação

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/07/2016 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 104.943,54

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim SC, 28 de junho 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 19/2016

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1806/2015

RECORRENTE: LUZIA MEYER STEIMBACH

OBJETO: ISENÇÃO DE IPTU 2015

CONSELHEIRO RELATOR: LANEA APARECIDA MADEIRA

#### ACÓRDÃO Nº 19/2016

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 1806/2015

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 231ª Sessão, em, por unanimidade, CONHECER E DESPROVER O RECURSO VOLUNTÁRIO, INDEFERINDO o pedido de isenção tributária DE 2015 formulado pela recorrente, nos termos do voto proferido pela Conselheira Relatora Sra. LANEA APARECIDA MADEIRA.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Sr. Rodrigo João Machado, sem voto, e dele participaram os Conselheiros Sr. Mateus José Hoffmann, Sr. Mário Antônio Vieira e a Sra. Nadir Tezinha Hoffmann.

Esteve presente ao julgamento como representante da Fazenda Pública, o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos.

São José, 28 de Junho de 2016.

Rodrigo João Machado

Presidente

Lanea Aparecida Madeira	Rozana Maria Kuster
Conselheira Relatora	Secretária-Geral

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos  
Procurador Adjunto do Município  
Representante da Fazenda

### DECRETO Nº 6625/2016

DECRETO Nº 6625/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29 e 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 215.200,00 (duzentos e quinze mil e duzentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serviços de Acolhimento Institucional

1503 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 215.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 215.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 215.000,00

34.00 – FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS

34.01 – FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS

34.01.08.244.0111.2.520 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Antidrogas

1779 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 200,00

Total desta Atividade ..... R\$ 200,00

Total do Órgão ..... R\$ 200,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 215.200,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 215.200,00 (duzentos e quinze mil e duzentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.426 – Apoio e Assistência a Entidades – FMAS

1687 – 3.3.50.43.00.00.0080 – Subvenções Sociais,

Recursos Próprios ..... R\$ 215.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 215.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 215.000,00

34.00 – FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS

34.01 – FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS

34.01.08.244.0111.2.520 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Antidrogas

1780 – 3.3.90.48.00.00.0080 – Outros Auxílios Financeiros à Pessoas Físicas,

Recursos Próprios ..... R\$ 100,00

1783 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios ..... R\$ 100,00

Total desta Atividade ..... R\$ 200,00

Total do Órgão ..... R\$ 200,00

Total da Anulação ..... R\$ 215.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças



**PORTARIA - SA - N.º 526/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 526/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, matrícula n.º 41682-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 05.05.2016 à 03.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 499/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 499/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIA VIERA, matrícula n.º 13639-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.05.2016 à 01.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 500/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 500/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARGARI MARIA COMPARSI,

matrícula n.º 10857-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 09.05.2016 à 07.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 501/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 501/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA FERREIRA DA SILVA, matrícula n.º 1326-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.05.2016 à 01.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 502/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 502/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DANIELA MAFESSONI, matrícula n.º 13806-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.05.2016 à 01.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 503/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 503/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIETI BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13689-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 10.05.2016 à 08.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 504/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 504/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NELIANE JUNCKES GAMBA, matrícula n.º 1842-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 19.05.2016 à 17.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 505/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 505/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANE APARECIDA MATOS, matrícula n.º 1317-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias,

de 18.05.2016 à 16.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 506/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 506/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA ROSANA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, matrícula n.º 33337-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 45 (quarenta e cinco) dias, de 11.05.2016 à 24.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 507/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 507/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VERA LUCIA VAZ SCHWEITZER, matrícula n.º 1725-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 21.04.2016 à 20.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 508/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 508/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NEVAIR REGINA PIOVEZANA, matrícula n.º 10834-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 23.05.2016 à 21.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 509/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 509/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) IONE MARCIA DE LIMA FERNANDES, matrícula n.º 33319-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 05.05.2016 à 03.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 510/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 510/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIZE RICHARTZ, matrícula n.º 35815-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 07 (sete) dias, de 14.05.2016 à 20.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 511/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 511/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROSAMONIA GARCIA, matrícula n.º 11822-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 05.05.2016 à 20.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 512/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 512/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CARMEM LUCIA MEDEIROS LAURENO, matrícula n.º 10785-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 09.03.2016 à 07.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 513/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 513/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) TANIA JUSTEN WESSLER, matrícula n.º 1203-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 11.05.2016 à 09.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 514/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 514/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SIDNEY LINHARES, matrícula n.º 1595-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.04.2016 à 11.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 515/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 515/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MEIRIANE GOMES DE QUEIROZ, matrícula n.º 33273-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 04.05.2016 à 02.08.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 516/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 516/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROSANA DE SOUZA, matrícula n.º 33281-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.05.2016 à 31.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 517/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 517/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**



I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) FABIANA PETRONILHA DA ROSA, matrícula n.º 40667-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 29.04.2016 à 27.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - N.º 518/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 518/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA FRANCISCA RODRIGUES GIRON, matrícula n.º 22809-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Especialista em Educação Especial, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 18.04.2016 à 17.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - N.º 519/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 519/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREZA MARIA MIRA, matrícula n.º 19504-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 18.05.2016 à 15.08.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - N.º 520/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 520/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRHISTIANE REGINA ELTERMANN RIBEIRO DE SOUZA, matrícula n.º 13460-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 23.04.2016 à 21.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - N.º 521/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 521/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GILSON LUCIANO, matrícula n.º 10237-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.05.2016 à 31.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 522/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 522/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANICE ANALIA DE SOUZA CAMPOS, matrícula n.º 22084-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 04.05.2016 à 02.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 523/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 523/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADELIA CARMEN VALVERDE, matrícula n.º 39441-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 24.03.2016 à 21.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 524/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 524/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANIRA FARIAS, matrícula n.º 39553-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 15.05.2016 à 13.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 525/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 525/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MIRTA MIRIAM CARVALHO DIEFENBACK, matrícula n.º 39481-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 13.05.2016 à 11.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 527/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 527/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUIZ ISMAEL JUNCKS PEREIRA, matrícula n.º 13848-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, Licença para Tratamento de Saúde por 15 (quinze) dias, de 27.05.2016 à 10.06.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Maio de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - N.º 528/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 528/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANDA MARIA DE MOURA, matrícula n.º 22791-9, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Assistente Social, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 21.04.2016 à 19.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 529/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 529/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FABIANA SCHEIDT DE SOUZA, matrícula n.º 15758-9, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, Licença para Tratamento de Saúde por 40 (quarenta) dias, de 05.04.2016 à 14.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Abril de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 530/2016**

PORTARIA- SA - Nº 530/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) FERNANDA MARY RAMOS IAHN, matrícula nº 2725-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor,

referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 531/2016**

PORTARIA- SA - Nº 531/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) VALDEMAR MORSOLETO, matrícula nº 2746-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 532/2016**

PORTARIA- SA - Nº 532/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) TANIA MARIA RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 13563-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 533/2016**

PORTARIA- SA – Nº 533/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA, matrícula nº 2678-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 534/2016**

PORTARIA- SA – Nº 534/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) VERA LUCIA DA SILVA, matrícula nº 962-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 535/2016**

PORTARIA- SA – Nº 535/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) DENISE MARLENE DE OLIVEIRA, matrícula nº 13470-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2003/2008.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Maio de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 548/2016**

PORTARIA ADM Nº 548/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.644/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Afastar a servidora LUCIANA PEREIRA DA SILVA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15.644/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 28 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 549/2016**

PORTARIA ADM Nº 549/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.531/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da

Lei Municipal 2.248/1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Afastar a servidora PATRÍCIA MEDEIROS CABRAL do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15.644/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 28 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 550/2016**

PORTARIA ADM Nº 550/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 13.694/2016;

Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016;

Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Afastar o servidor RAFAEL RODRIGO DE MELO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 14769/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 28 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 552/2016**

PORTARIA ADM Nº 552/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.498/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Afastar o servidor CLEBER COSTA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 14769/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 28 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 553/2016**

PORTARIA ADM Nº 553/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.593/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Afastar a servidora VERA LÚCIA FERNANDES RODRIGUES E SILVA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com

a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15.644/2016 , imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 28 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO DISPENSA 80-16

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/16

HOMOLOGAÇÃO: 28/06/16

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SC -

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS À ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso VIII da Lei de Licitações.

DATA: 28/06/16 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.81/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº81/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº81/2016, Edital de Pregão Nº81/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA USO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UMA IMPRESSORA PARA USO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 13/07/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail, [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### EXTRATO TESTE SELETIVO Nº 002/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO E PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL PARA O ANO DE 2017.

O Prefeito de São José Do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estão abertas as inscrições no Processo Seletivo para preenchimento de vagas e compor reserva técnica, para admissão de professores, auxiliar de serviços gerais, Merendeira, Auxiliar de Ensino e Monitor de Creche, sob o Regime Estatutário vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2017, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de São José Do Cedro – SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49) 3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e análise de TÍTULOS.

1.3. O número de vagas será disponibilizado conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá também para compor reserva técnica conforme a necessidade do município. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO					
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h semanais	Carga Horária Semanal	Habilitação	Tipo de Prova
**Professor de Educação Física	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Física	Objetiva e Títulos
Professor de História	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em História	Objetiva e Títulos



Professor de Geografia	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Geografia	Objetiva e Títulos
Professor de Matemática	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Matemática	Objetiva e Títulos
Professor de Ciências	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Ciências	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Artes	Objetiva e Títulos
Professor de Inglês	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Inglês	Objetiva e Títulos
Professor de Espanhol	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Espanhol	Objetiva e Títulos
Professor de Português	*CR	R\$ 2.232,71	10,20,30,40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Português	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 2.232,71	20 a 40h/sem	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Ensino Fundamental – Series Iniciais	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 2.232,71	20 a 40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Infantil	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Especial - 2º Professor	*CR	R\$ 2.232,71	20 a 40h	Portador de diploma de conclusão de curso superior em Educação Especial	Objetiva e Títulos

## \*CR - Cadastro de Reserva

QUADRO II - PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO					
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h semanais	Carga Horária Semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor Habilitado com Magistério	*CR	R\$ 2.135,65	20 a 40h	Portador de certificado de conclusão do magistério	Objetiva e Títulos

## \*CR - Cadastro de Reserva

QUADRO III - PROFESSOR NÃO HABILITADO					
Cargo	Nº Vagas	Vencimento 40h semanais	Carga Horária Semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Física	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Educação Física	Objetiva e Títulos
Professor de História	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em História	Objetiva e Títulos
Professor de Geografia	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Geografia	Objetiva e Títulos
Professor de Matemática	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Matemática	Objetiva e Títulos
Professor de Ciências	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Ciências	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Artes	Objetiva e Títulos
Professor de Inglês	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Inglês	Objetiva e Títulos



Professo de Espanhol	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Espanhol	Objetiva e Títulos
Professor de Português	*CR	R\$ 1.700,58	10,20,30,40h	Cursando Nível Superior em Português	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais	*CR	R\$ 1.700,58	20 a 40h	Cursando Nível Superior em Ensino Fundamental – Séries Iniciais	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Infantil	*CR	R\$ 1.700,58	20 a 40h	Cursando Nível Superior em Ensino Infantil	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Especial - 2º Professor	*CR	R\$ 1.700,58	20 a 40h	Cursando Nível Superior em Educação Especial	Objetiva e Títulos

\*CR - Cadastro de Reserva

QUADRO IV - AUXILIAR DE ENSINO, MONITOR DE CRECHE, MERENDEIRA e AUXILIAR DE SER. GERAIS					
Cargo	Nº Vagas	Vencimento Mensal	Carga Horária Semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Auxiliar de Ensino	*CR	R\$ 1.038,64	30h	Ensino Médio Completo (Nível Especial)	Objetiva
Auxiliar de Ensino	*CR	R\$ 1.193,71	30h	Ensino Nível 01 (Magistério)	Objetiva
Monitor de Creche	*CR	R\$ 1.170,30	30h	Ensino Médio Completo	Objetiva
Merendeira	*CR	R\$ 975,87	40h	Alfabetizado	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	*CR	R\$ 975,87	44h	Alfabetizado	Objetiva

\*CR - Cadastro de Reserva

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 28/06/2016 às 23h59min do dia 28/07/2016.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 03/09/2016, às 09h30min, nas dependências do Centro Municipal de Educação Girassol - CE-MEG, sito na Rua Nereu Ramos nº105, Centro, no Município de São José do Cedro – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São José Do Cedro – SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São José Do Cedro/SC não se responsabilizam por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, o que deverá ocorrer com no mínimo 10 minutos antes do início das provas para recebimento de instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br)

São José Do Cedro – SC, 27 de junho de 2016

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016 - SRP - PR Nº 022/2016 - FMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/07/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL PARA USO NO ANO DE 2016 NAS AMBULÂNCIAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, TODOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 28 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016 - PR Nº 068/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o edital, excluindo os itens de nº 08 e 10 pertencente ao Lote 05, e todo o Lote 06 do ANEXO I do Edital, e alterando a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTÉCNICO, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PALCO (TRIO ELÉTRICO), CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE PATINAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES AO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NOS DIAS 23, 24 E 26 DE JULHO DE 2016. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 22/06/2016, ED. 2021, PG.555). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 11 de Julho de 2016, às 14h15min e 14h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 24/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2016.

Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Empreitada GLOBAL, para execução da obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento em ruas do município conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma e orçamento em anexo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total Máximo
01	01	Obra	Empreitada Global para Execução da Obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento (reperfilagem), drenagem pluvial, meio fio, sinalização, pintura entre outros, abrangendo uma área total de 700,90 m², na Rua Aldino Jacob Schneider, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 33.904,12
02	01	Obra	Empreitada Global para Execução da Obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento (reperfilagem), drenagem pluvial, meio fio, sinalização, pintura entre outros, abrangendo uma área total de 1.028,00 m², na Rua Apolônio Rabuske, conforme Cronograma, Memorial descritivo, Orçamento e Projeto de Engenharia em anexo.	R\$ 74.919,74
TOTAL				R\$ 108.823,86

Parágrafo segundo: É terminantemente vedado a terceirização ou sublocar, em todo ou parte, da obra objeto desta contratação.

Parágrafo terceiro: É terminantemente vedado a utilização do maquinário e mão de obra da Administração Municipal na execução dos serviços.

Parágrafo quarto: A Obra deverá ser executada nos endereços indicados no Objeto do Edital e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIRAS

#### DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados à empresa é de R\$ 108.823,86 (cento e oito mil oitocentos e vinte e três reais com oitenta e seis centavos), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia 12 do mês subsequente a emissão do boletim de medição, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro responsável pela obra e pela fiscalização do contrato, mediante emissão de Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A critério da Contratante poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de devolução sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.

As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.023 – Pavimentação de vias urbanas.	4490000000	Aplicações diretas.

#### DO REAJUSTAMENTO.

Os preços que contemplam o projeto original não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro.

### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

Realizar a entrega do objeto da presente licitação, nos prazos e condições previstos neste Edital.

Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.

Substituir e refazer, sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 10 (dez) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato e/ou que esteja em desacordo com o Projeto.

Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes, alimentação, hospedagem e demais custos que se fizerem necessários para a execução e entrega do objeto.

Fornecer toda mão de obra, material, veículos, caminhão e maquinário necessários para a execução da obra.

Fornecer os EPIs para os operários que trabalharão na obra, fiscalizando o seu uso.

Utilizar somente material de primeira linha e ótima qualidade, sendo vedado a utilização de materiais em desacordo com os padrões usuais de qualidade.

Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e quaisquer problema sofrido pelos seus colaboradores e/ou terceiros, sem direito de regresso contra a Contratante.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Fiscalizar através do Secretario(a) Municipal de Administração ora nominado fiscal do contrato, com o respaldo do setor de engenharia da AMERIOS, a execução/entrega efetiva do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas e aplicar as sanções cabíveis.

Efetuar os pagamentos à Contratada.

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e no Contrato.

Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar qualquer tipo de problema e defeito detectado pela fiscalização do contrato até que a mesma não seja regularizada.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Administração do Município.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.

O prazo para execução da Obra será de, no Máximo, 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Termo Contratual.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 3% (três por cento) por dia de atraso, até 45 (quarenta e cinco) dias, calculado sobre o valor global do contrato, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo estabelecido no item 12.5 do edital 35/2016;

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do item 11.2. III do Edital 35/2016, pela recusa/demora em corrigir defeito e/ou substituir os serviços ou materiais rejeitados;

d) de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso da licitante requerer e/ou der causa a rescisão do Contrato.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas inciso I da clausula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**CLAUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento e na solução dos problemas com as impressoras;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela autoridade máxima Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 03 (três) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos neste Contrato, na minuta do Edital e nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, consolidada, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa prevista na Clausula Sexta, atualizada monetariamente pelos índices iniciais.

**CLAUSULA OITAVA - DAS DISPOSICOES GERAIS**

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente as clausulas fixadas no Processo Licitatório nº. 35/2016.

**CLAUSULA NONA - DO FORO**

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GAIA RODOVIAS LTDA CNPJ sob nº. 03.257.777/0001-24 Representante Legal	GILBERTO JOSE MIORANDO Assessor Jurídico
---	--	---

**Testemunhas**

MARCELO JONEZ MULLER  
CPF: 033.100.669-32

SILVIO RICHARDT  
CPF: 401.225.739-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2016.  
Contrato de Prestação de Serviço.



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8.669/2016 - FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 13-6, COM ÁREA DE 607,23 M², SITO A RUA JOÃO A. SIMIONI, BAIRRO SÃO GOTARDO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE PROPRIEDADE DE GUILHERME VALDEMAR WAMMES E JULIANA TAVARES ALVES.**

DECRETO Nº 8.669/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano).

### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO, do lote urbano nº 13-6, com área de 607,23 m², sito a Rua João A. Simioni, Bairro São Gotardo, no município de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de GUILHERME VALDEMAR WAMMES e JULIANA TAVARES ALVES, inscrito na Matrícula Sob nº 39.135, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

### DESDOBRAMENTO:

Lote urbano nº 13-6-A, com área de 256,46m², sendo 40,18m² não edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte, com a Rua João A. Simioni, numa extensão de 2,32m; Ao Leste, com a Rua Projetada, numa extensão de 26,00m; Ao Sul com parte do mesmo Lote Urbano nº 13-6-B, por linha seca de 17,41m; Ao Noroeste, com parte da chácara nº 12, por linha seca de 29,82m.

### REMANESCENTE:

Lote urbano nº 13-6-B, com área de 351,40m², sendo 144,30m² não edificáveis e 207,10m² edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte, com parte do mesmo Lote Urbano nº 13-6-A, por linha seca de 17,41m; Ao Leste, com a Rua Projetada, numa extensão de 15,71m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 13-5, por linha seca de 26,80m; Ao Noroeste com parte da chácara nº 12, por linha seca de 18,58m;

Art. 2º Ficam os proprietários a providenciar o registro junto ao Ofício do Registro de Imóveis do Desdobramento ora aprovado no prazo de 180 dias.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 24 de junho de 2016

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

JULIO ANTONIO BAGETTI

Assessor Jurídico

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios na presente data.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### EXT. CONTRATO 75.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 75/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 27/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE TIO PATINHAS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO

VALOR: R\$ 344.388,40

CONTRATADO: ALEX CONSTRUTORA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 6 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI

São Miguel do Oeste, SC., 24 de junho de 2016

### EXT. CONTRATO 76.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 76/2016

Compra Direta nº 1302/2016

Autorização de Fornecimento 1526/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SER UTILIZADO PELO TOPOGRAFO, PARA REALIZAR TRABALHOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO/MARCAÇÕES, DESTE MUNICIPIO. EQUIPAMENTOS COMO: ESTAÇÃO TOTAL, TRIPIÉ, PRISMA, BASTÃO EXTENSÍVEL, BIPÉ P/ BASTÃO, SOFTWARE, RAIO DE COMUNICAÇÃO, TRENA A LASER, BATERIA. PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO/2016.

VALOR: R\$ 3.900,00

CONTRATADO: DIEGO SPRICIGIO

VIGÊNCIA: 6 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DIEGO SPRICIGIO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de junho de 2016

### EXT. CONTRATO 77.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 77/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPAMENTO, REPAROS ISOLADOS E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO E BAIRROS, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, COM RECURSOS PROVENIENTES DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA □ SDR/SMOESTE/SC, CONVÊNIO Nº 2016TR0921, PROCESSO Nº SDR01 00001129/2016(ER011084160), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO.

VALOR: R\$ 1.783.148,10

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

VIGÊNCIA: 4 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI

São Miguel do Oeste, SC., 28 de junho de 2016

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 83/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar destinados aos professores e alunos das Escolas Municipais e Estaduais do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 11 de julho de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 20 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO 35.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro-CEP: 88125-000-Fone: 48-32770122-R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br -

CONTRATO nº 35/2016

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado à empresa PERÍMETRO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua das Baleias Franca, 48, inscrita no CNPJ sob n.º 07.190.658/0001-52, Jurerê Internacional, na cidade de Florianópolis /SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo Dispensa de Licitação 40.2016, homologado em 28 de junho de 2016, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do Processo Dispensa de Licitação nº 40/2016 e seus anexos, qual seja, A contratação de uma empresa especializada para execução dos trabalhos de construção de uma ponte vicinal na Estrada Geral da Alta Varginha no Município de São Pedro de Alcântara conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos a este Edital.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o Edital de Dispensa nº. 40/2016, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço dos serviços é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no Processo de Dispensa 40.2016, ou seja, R\$ 168.241,00 (cento e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e um reais)

3.1.1 - Em se tratando o objeto deste contrato de serviços relativos à construção efetivada pela CONTRATADA, fica estabelecido que do valor informado no item 2. Supra, R\$ 33.648,20 (trinta e três mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) refere-se à Mão de obra e R\$ 134.592,80 (cento e trinta e quatro mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) refere-se à Materiais e Equipamentos.

3.2- Os pagamentos dos serviços dar-se-ão no último dia útil de cada mês, até o final do serviço contratado, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido e os valores a serem pagos.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo deste contrato, e a realização dos serviços do objeto, são de no máximo 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de Assinatura do Contrato ou a Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.0053.00 (123); 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.0000.00(76); 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.00 (131)

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o Edital nº 40/2016.

7.3- Não poderá a CONTRATADA sub-contratar o fornecimento do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após

decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da

estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital nº 40/2016.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 28 de junho de 2016.



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO  
DE ALCÂNTARA  
JUCÉLIO KREMER  
PREFEITO MUNICIPAL

PERÍMETRO CONSTRUÇÃO E  
INCORPORAÇÃO LTDA  
CNP nº 07.190.658/0001-52

**DECRETO Nº085/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº085/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$5.942,48 (cinco mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.365.4-2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.942,48

3.1.90.00.00.00.00.00.02.0785 – Aplicações Diretas R\$ 5.942,48

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº86/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº86/2016**

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

**DECRETA:**

Art.1º - Ficam cancelados os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.04.122.3.2004 – Func. e Manut. da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Empenho nº2409/2015 – SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - no valor de R\$1.468,00 (um mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

Motivo: Rescisão de contrato. C.I. nº19/2016.

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.306.4.2020 – Aquisição e Distribuição Merenda – Ensino Infantil

Empenho nº3408/2015 – DANDARA FREIBERGER ME – No valor de R\$131,36 (cento e trinta e um reais e trinta e seis centavos).

Empenho nº3409/2015 – DANDARA FREIBERGER ME – No valor de R\$217,58 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos).

Empenho nº3461/2015 – DANDARA FREIBERGER ME – No valor de R\$98,54 (noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Empenho nº3462/2015 – DANDARA FREIBERGER ME – No valor de R\$163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos).

Motivo: Material não entregue. C.I. nº18/2016.

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.15.452.10.1.071 – Construção de Passeios e Calçadas

Empenho nº1053/2015 – STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME - no valor de R\$30.520,16 (trinta mil quinhentos e vinte reais e dezesseis centavos).

Motivo: Revogação do contrato. C.I. nº20/2016.

07.01.15.452.10.1.073 – Construção de Um Muro

Empenho nº3881/2015 – ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP - no valor de R\$25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos).

Motivo: Comunicação interna nº18/2016

07.01.15.452.10.2077 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras

Empenho nº3487/2015 – SULCATARINENSE MIN. ART. DE CIMENTO BRIT. E CONSTR. - no valor de R\$367,28 (trezentos e sessenta e sete reais e vinte oito centavos).

Motivo: Comunicação interna nº18/2016 - Saldo empenho Estimativo.

Empenho nº3479/2015 – SULCATARINENSE MIN. ART. DE CIMENTO BRIT. E CONSTR. - no valor de R\$268,98 (duzentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos).

Motivo: Comunicação interna nº18/2016 – Mercadoria não fornecida.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016**

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições, com base na Constituição Federal, artigo 37, inciso IX, Lei Complementar n.º 115/2016 e Resolução n.º 01/2016, torna público, para conhecimento geral, que realizará processo seletivo simplificado, para atender as necessidades de excepcional interesse público, para provimento de vaga para o cargo de CONTADOR (A), nos termos do presente Edital.

1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento do cargo de Contador da Câmara de São Pedro de Alcântara, em caráter temporário, por um período de 06 (seis) meses, encerrando o contrato em 31/12/2016.

1.1. A contratação, de caráter excepcional, tem por objetivo selecionar um profissional contador para atender à Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, enquanto é estruturada a contratação do quadro de servidores efetivos. Sendo essencial o profissional para o funcionamento do órgão.

2. O vencimento base será de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para carga horária semanal de 10 (dez) horas.

3. Os profissionais interessados (as) em participar, deverão comparecer ao Auditório da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 13 (treze) de julho de 2016, às 13h, portando a seguinte documentação:

- Diploma de Curso Superior em Ciências Contábeis;
- Registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- Comprovação, mediante anotação na CTPS e/ou declaração de entidade pública ou privada assinada em folha timbrada, de experiência em Contabilidade Pública;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- PIS PASEP / Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Título de Eleitor e quitação eleitoral;
- Certificado de Reservista (quando cabível);
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Atestado Médico (Médico do Trabalho);
- 01 (uma) Foto 3 x 4 atual;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de Bens (Anexo I);
- Declaração de Acumulação (Anexo II);
- Declaração de Penalidades (Anexo III);
- Conta no Banco do Brasil;
- Folha Corrida Judicial;
- Títulos de pós-graduação;

3.1. Os documentos acima elencados deverão ser apresentados em fotocópia autenticada ou fotocópia simples acompanhados dos originais, para conferência.

3.2. A ausência de quaisquer dos documentos, salvo quando dispensáveis, implicará na desclassificação do candidato.

3.3. Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h às 12h ou através do telefone (48) 3277 0122 Ramal: 221.

3.4. A apresentação da documentação no ato da escolha é de caráter eliminatório.

4. O profissional selecionado deverá desempenhar as funções descritas na Lei Complementar n.º 115/2016, para o cargo de contador.

5. A escolha será realizada na forma de sessão pública, que ocorrerá no dia 13 (treze) de julho, às 13h, no Auditório da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, conforme indicado no item 3.

5.1. Aberta a sessão, deverão os candidatos manifestar interesse pela vaga apresentando a documentação descrita no item 3 ao Presidente da sessão.

5.2. Conferidos os documentos, havendo mais de um candidato, será observado o seguinte critério de desempate:

Título	Pontuação por título	Pontuação Máxima permitida
Pós - Doutorado	2,0	4,0
Doutorado	1,5	3,0
Mestrado	1,0	2,0
Especialização	0,5	1,0

5.3. De acordo com a tabela acima, a pontuação máxima a ser alcançada pelo candidato poderá ser de 10,00 (dez pontos).

5.4. Para fins de pontuação, serão contabilizados títulos de pós-graduação em nome do candidato, desde que correspondentes à graduação em Ciências Contábeis e/ou Administração Pública.

5.5. Apurados os títulos, persistindo a igualdade, serão critérios de desempate:

- Número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Idade do Candidato – sendo o mais velho o melhor classificado;
- Sorteio.

6. Como condição de contratação, o profissional selecionado deverá assinar declaração de ciência da função a ser desempenhada, nos termos do ANEXO IV deste Edital.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

ROBERTO ENNING

Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara



## ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS, COM A INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA APRESENTADAS POR AGENTES PÚBLICOS.	
IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE	
NOME:	
CPF:	
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:	
CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO:	
DATA DE POSSE:	
DATA DE DESLIGAMENTO:	

## FONTES DE RENDA

DENOMINAÇÃO	CGC/CPF	RENDIMENTO PERÍODO (R\$)
TOTAL		

## 3 – RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR VENAL
TOTAL			

RELAÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E DE ÓRGÃO COLEGIADOS QUE O DECLARANTE EXERÇA OU HAJA EXERCIDO NOS ÚLTIMOS 2 ANOS		
ENTIDADE	CARGO	PERÍODO

Atesto para os devidos fins que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

São Pedro de Alcântara, de de .

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO IDENTIFICAÇÃO

NOME:
CARGO: DATA ADMISSÃO:

## DECLARAÇÃO

Declaro que:

( ) NÃO ACUMULO CARGO PÚBLICO.

( ) ACUMULO CARGO PÚBLICO.

CARGO:

ÓRGÃO:

CARGO:

ÓRGÃO:

## OBSERVAÇÕES

Constitui crime de falsidade ideológica a omissão em documento público ou a inserção de declaração falsa diversa da que devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante (Art. 299, do Código Penal Brasileiro). Local, São Pedro de Alcântara

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE PENALIDADES IDENTIFICAÇÃO

NOME:
RG: CPF:
CARGO: DATA ADMISSÃO:

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que:

( . ) NÃO SOFRI PENALIDADES DISCIPLINARES NO EXERCÍCIO OU FUNÇÃO PÚBLICA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

( ) SOFRI PENALIDADES DISCIPLINARES NO EXERCÍCIO OU FUNÇÃO PÚBLICA, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

POR SER VERDADE, FIRMO A PRESENTE DECLARAÇÃO.

#### OBSERVAÇÕES

Constitui crime de falsidade ideológica a omissão em documento público ou a inserção de declaração falsa diversa da que devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante (Art. 299, do Código Penal Brasileiro). ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA FUNÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2016, da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de contador, por período temporário, declaro que tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Complementar Municipal nº 115/2016 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas, conforme solicitação e necessidades da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

São Pedro de Alcântara, \_\_\_\_ de julho de 2016.

Nome:

#### EDITAL DISPENSA 40.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R 202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO – DISPENSA n.º 40.2016

MODALIDADE: DISPENSA (art. 24, V, da Lei n.º 8.666/1993).

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em razão da justificativa que segue:

A Dispensa tem previsão legal no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, que prevê a “contratação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração”.

Devido à empresa vencedora do certame anterior recusar-se a assinar o contrato nas condições previstas ao Edital, não há mais tempo hábil para realização de uma nova licitação e caso a obra não seja iniciada até o dia 02/07/2016 o município perderá o convênio e perdendo o convênio perderá o repasse dos recursos por parte do Estado de Santa Catarina. Porém a administração necessita realizar a obra, consoante relatório apresentado pela Defesa Civil Municipal, pois a ponte existente apresenta riscos à população.

Dessa feita, é necessária a contratação da empresa PERÍMETRO COSNTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua das Baleias Franca, 48, inscrita no CNPJ sob n.º 07.190.658/0001-52, Jurerê Internacional, na cidade de Florianópolis/SC, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n.º 8666/1996 e pela justificativa de nº074/2016, emitida pelo Procurador Municipal no dia 28/06/2016. Pelo exposto, autoriza-se a contratação, por dispensa, nas seguintes condições:

1- Nos termos do art. 24, V, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação para a A contratação de uma empresa especializada para execução dos trabalhos de construção de uma ponte vicinal na Estrada Geral da Alta Varginha no Município de São Pedro de Alcântara conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos a este Edital.

2- O preço dos serviços é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no Processo de Dispensa 40.2016, ou seja, R\$ 168.241,00 (cento e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e um

reais)

2.1 - Em se tratando o objeto deste contrato de serviços relativos à construção efetivada pela CONTRATADA, fica estabelecido que do valor informado no item 2. Supra, R\$ 33.648,20 (trinta e três mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) refere-se à Mão de obra e R\$ 134.592,80 (cento e trinta e quatro mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) refere-se à Materiais e Equipamentos.

2.2- Os pagamentos dos serviços dar-se-ão no último dia útil de cada mês, até o final do serviço contratado, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido e os valores a serem pagos.

3- O prazo para a entrega do objeto licitado, e a realização dos serviços, é de no máximo 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de Assinatura do Contrato ou a Ordem de Serviço.

4- Para a assinatura do contrato, a empresa PERÍMETRO COSNTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND), uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil; a CND Municipal de sua sede ou domicílio e a CND Estadual expedida pelo órgão competente.

5- Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica. 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.0053.00 (123); 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.00.0000.00(76); 07.01.1.083.4.4.90.00.00.00.00.03.0000.00 (131)

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**ERRATA DO CONTRATO 32.2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R. 223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

**ERRATA DO CONTRATO 32.2016**

CONSIDERANDO o equívoco constante na “Cláusula Terceira” do Contrato 32.2016;

RESOLVE o Prefeito Municipal retificar a Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária para fazer constar o que segue:

Art. 1.º- Fica alterado o item 3.1 do Contrato: onde se lê:

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (12)

Leia-se:

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.001.0000 (12); 12.01.2.088.3.3.90.00.00.00.00.0003 (02); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.02.0000 (12)

Art. 2.º- Os demais termos e condições do Contrato 32.2016 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante ao art. 1.º supra.

Art. 3.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de junho de 2016

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº116, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº116, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“Altera os artigos 11.º, inciso III, e 41.º, e anexos I, II e IV da Lei Complementar n.º 115/2016 de 13 de junho de 2016 e dá outras providências.”

A MESA DIRETORA faz saber a todos os habitantes deste Município, de acordo com a Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 11, inciso III, e 41 da Lei Complementar n.º 115/2016 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 11 - O Quadro de Pessoal em Comissão da Câmara Municipal, de livre nomeação e exoneração pela Mesa Diretora do Poder Legislativo, compõe-se dos seguintes cargos:

(...)

III – Assessor do Gabinete da Presidência;

(...)”

“Art. 41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 30 de abril de 2016, revogando-se as disposições em contrário.”

Art. 2º - O quadro referente ao Anexo I, que diz respeito aos proventos do cargo efetivo de contador, passam a iniciar, no nível “A”, em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), progredindo a partir deste valor.

Art. 3º - Nos Anexos II e IV da Lei Complementar n.º 115/2016, a

expressão “Auxiliar do Gabinete da Presidência” passa a ser “Assessor do Gabinete da Presidência.”

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Roberto Enning

Presidente da Câmara

**LEI Nº 1.048, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 1.048, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“Altera a Lei nº 1040 de 02 de maio de 2016 e dá outras providências.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 1040 de 02 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - O Bolsa Auxílio Moradia e o Auxílio Alimentação/ Água Potável compreenderão o valor de R\$ 1.223,04 ( um mil e duzentos e vinte e três reais e quatro centavos), pagos em dinheiro, destinados aos médicos vinculados ao Programa Mais Médicos, na seguinte proporção:

I – Bolsa Auxílio Moradia fica estipulado mensalmente no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); e

II – Auxílio Alimentação/Água Potável fica estipulado mensalmente no valor de R\$ 423,04 (quatrocentos e vinte e três reais e quatro centavos)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de março de 2016.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.049, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 1.049, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com instituições para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação com instituições que tenham como finalidade o acolhimento, em regime de abrigo, de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social encaminhadas pelo Município no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por criança e/ou adolescente.

Art. 2º - O valor destinado à instituição será mensal, pago somente se houver criança e/ou adolescente abrigado, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 3º - As despesas advindas da presente Lei terão cobertura de recursos ordinários do Orçamento Anual.

Art. 4º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.050, DE 27 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.050, DE 27 DE JUNHO DE 2016

"Anula e Suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal do Fundo Municipal de Saúde."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Funcionamento e Manutenção

da Coord. da Saúde R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11.01.10.301.0009.2.060 – Funcionamento e Manutenção do MAC R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

11.01.10.301.0009.2.058 – Funcionamento e Manutenção da Farmácia Básica R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.061 – Funcionamento e Manutenção do Co-Financiamento R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

11.01.10.301.0009.2.055 – Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 60.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.051, DE 27 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.051, DE 27 DE JUNHO DE 2016

"Anula e Suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2004 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

de Administração e Finanças R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Funcionamento e Manutenção

do Ensino Fundamental R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

#### 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 – Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria

de Serviços Públicos R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.01.15.452.0010.2.077 – Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

#### 06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.6952.0008.1.087 – Construção de uma ciclovia e calçada R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.007 – Aquisição de equipamentos

de informática R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 – Funcionamento e Manutenção

do Transporte Escolar R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.366.0004.2.017 – Educação de Jovens e Adultos R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.01.27.812.0005.2.025 – Funcionamento e Manutenção do Esporte Amador R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

#### 06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Construção de uma ciclovia e calçada R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**08 – ENCARGOS GERAIS**

08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 60.000,00

3.2.90.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

**5– SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.02.8.243.0007.2.036 – Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.052, DE 27 DE JUNHO DE 2016**

LEI Nº 1.052, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Cooperação com o Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação com o Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA. de Santo Amaro da Imperatriz/SC, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) visando pessoas em situação de vulnerabilidade social do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - O valor destinado ao Lar Geriátrico São Francisco de Assis LTDA. de Santo Amaro da Imperatriz/SC será mensal, conforme estabelecem as cláusulas conveniadas, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 3º - As despesas advindas da presente Lei terão cobertura de recursos ordinários do Orçamento Anual.

Art. 4º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal



# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 63/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 63/2016-PMS

PROCESSO Nº. 121/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de reagentes para análise de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de julho de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 13 de julho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO, inscrita no CPF sob nº.050.895.809-10, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 30 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62/2016-PMS

PROCESSO Nº. 117/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de julho de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 07 de julho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 84/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 84/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 07/2016-PMS - Processo nº. 101/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços



preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m<sup>2</sup>, de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.198/2016e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 115.722,90 (cento e quinze mil setecentos e vinte e dois reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 85/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 85/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 08/2016-PMS - Processo nº. 102/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Willy Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m<sup>2</sup>, de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.199/2016e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 111.701,90 (cento e onze mil setecentos e um reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 86/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 86/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 09/2016-PMS - Processo nº. 103/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 366m e área total de 3.660m<sup>2</sup>, de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas

alterações c/c Lei nº 2.142/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 312.242,00 (trezentos e doze mil duzentos e quarenta e dois reais)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 87/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 87/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2016-PMS - Processo nº. 104/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter, Centro Sul neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 171,5m e área total de 1.715m<sup>2</sup>, de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.143/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Oswaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016-PMS, PROCESSO Nº. 101/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m<sup>2</sup>, de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.198/2016e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de

Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 115.722,90 (cento e quinze mil setecentos e vinte e dois reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Oswaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2016-PMS, PROCESSO Nº. 102/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Willy Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m<sup>2</sup>, de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.199/2016e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000

Valor da proposta vencedora: R\$ 111.701,90 (cento e onze mil setecentos e um reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Oswaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2016-PMS, PROCESSO Nº. 103/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 366m e área total de 3.660m<sup>2</sup>, de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de

PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.142/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 312.242,00 (trezentos e doze mil duzentos e quarenta e dois reais)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Oswaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2016-PMS, PROCESSO Nº. 104/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter, Centro Sul neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 171,5m e área total de 1.715m<sup>2</sup>, de acordo com Recursos Próprio e Financiamento BADESC, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.143/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 147.050,00 (cento e quarenta e sete mil e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 28/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 56/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2016

Número do Registro de Preços: 45/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de montagem, geometria, balanceamento e cambagem para micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretana de Agricultura, Indústria.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Montagem de pneu aro 13 à 22 (RODA)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)		0	10,0000	1
2	Serviço de Geometria aro 13 à 22 (RODA)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)		0	29,9500	1
3	Serviço de Balanceamento aro 13 à 22 (RODA)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)		0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2016

Número do Registro de Preços: 45/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de montagem, geometria, balanceamento e cambagem para micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Serviço de Cambagem aro 13 à 22 (RODA)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)		0	45,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 45/2016		Data do Registro: 28/06/2016		Válido até: 28/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de montagem, geometria, balanceamento e cambagem para micro ônibus e linha leve para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2016  
PROCESSO Nº 108/2016  
(13072) - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP

Schroeder, 28 de Junho de 2016.

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO N° 1088

DECRETO N° 1088, de 28 de junho de 2016

Autoriza horário especial nos estabelecimentos comerciais do Município de Seara e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, o disposto no art. 208, § 2º da Lei 541/86 e, Considerando a solicitação da CDL, constante no ofício nº 015/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado horário especial de atendimento nos estabelecimentos comerciais do Município de Seara, conforme descrito abaixo:

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
09/07/2016	Sábado	Até 16h

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 28 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 28 de junho de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

### LEI COMPLEMENTAR N° 67

LEI COMPLEMENTAR N° 67, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a criação de cargos e a alteração do Anexo I – Cargos de Provimento Efetivo – Grupo “B” – Serviços Técnico Científico, Anexo III - Quadro de Habilitação Profissional e Atribuições do Cargo – Grupo “B” – Serviços Técnicos Científicos e Anexo IV – Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar 27, de 05 março de 2008 que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Contabilista e Técnico de Controle Interno e alterados o Anexo I – Cargos de Provimento Efetivo – Grupo “B” – Serviços Técnico Científico, Anexo III - Quadro de Habilitação Profissional e Atribuições do Cargo – Grupo “B” – Serviços Técnicos Científicos e Anexo IV – Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar 027, de 05 de março de 2008, que passam a ter a redação conforme os seguintes Anexos da presente Lei:

I – Anexo I – Cargos de Provimento Efetivo – Grupo “B” – Serviços Técnico Científico;

II – Anexo III – Quadro de Habilitação Profissional e Atribuições do Cargo – Grupo “B” – Serviços Técnicos Científico;

III – Anexo IV – Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 28 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal



**LEI COMPLEMENTAR Nº 67 - ANEXO III****ANEXO III - LEI COMPLEMENTAR 27/2008**

(Lei Complementar nº 67, de 28 de junho de 2016)

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO****GRUPO "B" - SERVIÇOS TÉCNICO E CIENTÍFICO****1 – Cargo**

Contabilista – CONTA

**2 - Habilitação do Cargo**

Ser portador de Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis ou grau médio, portador de Diploma de Técnico em Contabilidade, ambos com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC e experiência em contabilidade pública mínima de cinco anos, no caso de Técnico em Contabilidade. Para fins de progressão por escolaridade previsto na Lei Complementar 27/2008, o grau mínimo considerado é o Nível Médio.

**3 - Condições de Trabalho**

Geral: Carga horária Semanal conforme estabelecido no Anexo I da presente Lei Complementar

**4 – Recrutamento**

Geral: Concursos Público de Provas ou Provas e Títulos.

Excepcional: Contratação nos termos do inciso IX do art. 37 da CF conforme instruções reguladoras do Processo Seletivo Simplificado e/ou Legislação Municipal aplicável.

**5 – Lotação**

Administração Pública Municipal

**6 - Descrição Sumária do Cargo**

Os ocupantes do cargo têm como atribuições, a execução de tarefas que destinam-se ao planejamento, coordenação e execução dos trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros aos Órgãos da Administração Pública Municipal.

**7 - Atribuições do Cargo**

Executa as atividades da Contadoria do Município, dar pareceres, planejar, executar assessoria na área de Contabilidade Pública, participar na atividade da elaboração dos Orçamentos Públicos (Anual, Plurianual e Diretrizes Orçamentária), supervisionar a aplicação dos recursos público e contribuir nos processos de licitação e executar, em especial: • Escriturar sintética e analiticamente a contabilidade orçamentária do Município, de acordo com a Legislação em vigor;

- Classificar os documentos e preparar os elementos necessários aos registros e controle contábeis nos livros e fichas apropriadas e sistema eletrônico;
- Escriturar sintética e analiticamente a contabilidade orçamentária do Município, de acordo com a Legislação em vigor;
- Classificar os documentos e preparar os elementos necessários aos registros e controle contábeis nos livros e fichas apropriadas e sistema eletrônico;
- Elaborar mensalmente o balancete da Receita e Despesa do Município;
- Tomar contas dos agentes municipais e das Entidades, Pessoas Jurídicas ou Físicas que recebam recursos públicos do Município;
- Promover a liquidação da despesa, bem como a conferência de todos os elementos nos processos respectivos;
- Realizar a conferência das contas de estabelecimentos de crédito mediante o confronto dos extratos de contas correspondentes;
- Realizar o controle dos adicionais e de transferências de verbas mediante o acompanhamento das Leis e Decretos;
- Instituir e informar processos de pagamentos;
- Organizar o Balanço Geral da Prefeitura com os respectivos quadros demonstrativos e elementos elucidativos correspondentes;
- Proceder a verificação dos valores contábeis e dos bens escriturados existentes;
- Controlar a execução do orçamento em todas as suas fases;
- Instituir e informar processos e prestações de contas, de importâncias recebidas pela Prefeitura através de contratos, convênios, auxílios, observando o prazo para a respectiva prestação de contas;
- Efetuar o Registro do Patrimônio imobiliário e bens semoventes do Município;
- Promover a classificação e numerar o material permanente do Município;
- Controlar os bens patrimoniais e efetuar inventários periódicos;
- Providenciar o inventário anual dos bens verificando a leal existência dos mesmos e estados de conservação;
- Providenciar a baixa do material inservível ou alienado;
- Contribuir na elaboração da Proposta Orçamentária, Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual de Investimento, assim como elaborar todos os seus anexos correspondentes;
- Responder, regularizar as pendências apontadas em diligências pelo Tribunal de Contas do Estado e/ou de outros Órgãos Fiscalizadores das Contas Públicas Municipais;
- Desenvolver e executar outras e quaisquer tarefas correlatas à Contabilidade Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Município

**1 – Cargo**

Técnico de Controle Interno – TCI

**2 - Habilitação do Cargo**

Habilitação de nível superior, à nível de graduação de Bacharel em Curso de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração e registro no órgão competente.

**3 - Condições de Trabalho**

Geral: Carga horária Semanal conforme estabelecido no Anexo I da presente Lei Complementar.

**4 – Recrutamento**

Geral: Concursos Público de Provas ou Provas e Títulos.

Excepcional: Contratação nos termos do inciso IX do art. 37 da CF conforme instruções reguladoras do Processo Seletivo Simplificado e/ou Legislação Municipal aplicável.

**5 – Lotação**

Órgãos da Administração Pública Municipal e/ou Fundações.

**6 - Descrição Sumária do Cargo**

Trabalha na Controladoria Interna do Município, com atribuições ampliadas, designado para atuar em qualquer secretaria municipal, órgão, unidade orçamentária, fundações ou autarquia, segundo a necessidade, para realizar as atividades de Controlador Interno.

**7 - Atribuições do Cargo**

Atividade de nível superior, de natureza especializada que consiste na etapa do processo administrativo na qual sejam feitas as verificações para certificar-se de que todas as coisas ocorrem em conformidade com as políticas traçadas, o plano adotado, as instruções transmitidas e atendendo em especial as normas estabelecidas no art. 74 da CF e art. 59 da LC nº 101, de 4 de maio de 2.000 - LRF, voltadas para a responsabilidade na gestão de custos fiscal e no qual compete em especial:

- \* Desenvolver as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno, promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle;
- \* Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo:
  - a) encaminhamento das prestações de contas anuais;
  - b) atendimento aos técnicos do controle externo;
  - c) recebimento de diligências e coordenação das atividades para a elaboração de respostas;
  - d) acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos;
- \* Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- \* Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- \* Interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- \* Medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, através do processo de auditoria a ser realizada nos sistemas de planejamento e orçamento, contabilidade e finanças, compras e licitações, obras e serviços, administração de recursos humanos e demais sistemas administrativos da administração direta, autárquica e fundacional do Município, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- \* Avaliar, a nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, e nos orçamentos do Município, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscais e de investimentos;
- \* Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas nas ações e serviços públicos de Saúde;
- \* Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- \* Verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em restos a pagar;
- \* Efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar nº 101/00;
- \* Efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no artigo 31, da Lei Complementar nº 101/00;
- \* Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00;
- \* Efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Emenda Constitucional nº 25;
- \* Exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao relatório resumido da execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- \* Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos do Município;
- \* Efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no artigo 31, da Lei Complementar nº 101/00;
- \* Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00;
- \* Efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Emenda Constitucional nº 25;
- \* Exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao relatório resumido da execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- \* Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos do Município;

Seara/SC, de 28 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

**LEI N° 1872**

LEI N° 1872 de 28 de junho de 2016

Altera Meta do Anexo Único da Lei n° 1839, de 08 de setembro de 2015, que autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Comunidades e Bairros do Município de Seara/SC através dos recursos do Orçamento Participativo e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no art., 26 da Lei Complementar n° 101/2000 - LRF, no inciso I do art. 51 da Lei Municipal n° 1.794, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 - LDO e Decreto n° 629, de 12 de dezembro de 2013 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a meta do Bairro São Daniel, da Região 01, constante no Anexo Único da Lei n° 1839, de 08 de setembro de 2015, que autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Comunidades e Bairros do Município de Seara/SC através dos recursos do Orçamento Participativo e dá outras providências, que passa a ter a redação conforme o anexo:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 28 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

**LEI N° 1872 - ANEXO**

ANEXO ÚNICO - LEI N° 1839, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015 - OP/2015

REGIÃO "01"		
COMUNIDADE / BAIRRO	PRIORIDADES APROVADAS	VALOR DO OP
.....	.....	.....
São Daniel	Aquisição de móveis, equipamentos, utensílios, rede e construção de muro de arrimo.	R\$ 28.600,00
.....	.....	.....

Seara/SC, 28 de junho de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

**PORTARIAS 411/2016 A 415/2016**

Portaria n°. 411/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Demitir a pedido, Michele Maria Jakobiuk, da função de Técnico de Enfermagem - SAMU, da Lei Complementar 37/2010, a partir de 18 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 27 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 27 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria n°. 412/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar n° 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo n°. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Analice Malvina dos Santos Soares, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Ensino Superior, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar n°. 21/2003, nas séries iniciais, do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais, e vencimentos conforme o estabelecido em

lei, para substituir professora contratada, Marilei Elisa Dalle Laste, legalmente afastada, no período de 27 de junho a 09 de julho de 2016. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 27 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 27 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 413/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Denise Aparecida da Silva Branco Ferreira, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nas séries iniciais, do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais, e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Marilei Elisa Dalle Laste, legalmente afastada, no período de 28 de junho a 09 de julho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 27 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 27 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 414/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Adriana Teles Cosmann, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Emprego e Renda - DIRE, da Secretaria Municipal da Assistência Social e do Desenvolvimento Comunitário, Anexo I-J, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 30 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 28 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 28 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 415/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Isaura Teresa Silveira Dutra, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal da Fazenda, anexo I-D, da Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 30 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 28 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 28 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

## LEI COMPLEMENTAR Nº 67 - ANEXO IV



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA



ANEXO IV - LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2008- (Lei Complementar nº 67, de 28 de junho de 2016)  
TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEL	CLASSES	VALORES CLASSES	PROGRESSÃO POR APERFEIÇOAMENTO OU POR CAPACITAÇÃO											
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
311	INICIAL	6.638,77	66,39	132,78	199,16	265,55	331,94	398,33	464,71	531,10	597,49	663,88	730,26	796,65
	A	6.771,55	67,72	135,43	203,15	270,86	338,58	406,29	474,01	541,72	609,44	677,15	744,87	812,59
	B	6.904,32	69,04	138,09	207,13	276,17	345,22	414,26	483,30	552,35	621,39	690,43	759,48	828,52
	C	7.037,10	70,37	140,74	211,11	281,48	351,85	422,23	492,60	562,97	633,34	703,71	774,08	844,45
	D	7.169,87	71,70	143,40	215,10	286,79	358,49	430,19	501,89	573,59	645,29	716,99	788,69	860,38
	E	7.302,65	73,03	146,05	219,08	292,11	365,13	438,16	511,19	584,21	657,24	730,26	803,29	876,32
	F	7.435,42	74,35	148,71	223,06	297,42	371,77	446,13	520,48	594,83	669,19	743,54	817,90	892,25
	G	7.568,20	75,68	151,36	227,05	302,73	378,41	454,09	529,77	605,46	681,14	756,82	832,50	908,18
	H	7.700,97	77,01	154,02	231,03	308,04	385,05	462,06	539,07	616,08	693,09	770,10	847,11	924,12
	I	7.833,75	78,34	156,67	235,01	313,35	391,69	470,02	548,36	626,70	705,04	783,37	861,71	940,05
	J	7.966,52	79,67	159,33	239,00	318,66	398,33	477,99	557,66	637,32	716,99	796,65	876,32	955,98
	L	8.099,30	80,99	161,99	242,98	323,97	404,96	485,96	566,95	647,94	728,94	809,93	890,92	971,92
	M	8.232,07	82,32	164,64	246,96	329,28	411,60	493,92	576,25	658,57	740,89	823,21	905,53	987,85
NÍVEL	CLASSES	VALORES CLASSES	PROGRESSÃO POR APERFEIÇOAMENTO OU POR CAPACITAÇÃO											
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
313	INICIAL	6.772,88	67,73	135,46	203,19	270,92	338,64	406,37	474,10	541,83	609,56	677,29	745,02	812,75
	A	6.908,34	69,08	138,17	207,25	276,33	345,42	414,50	483,58	552,67	621,75	690,83	759,92	829,00
	B	7.043,80	70,44	140,88	211,31	281,75	352,19	422,63	493,07	563,50	633,94	704,38	774,82	845,26
	C	7.179,25	71,79	143,59	215,38	287,17	358,96	430,76	502,55	574,34	646,13	717,93	789,72	861,51
	D	7.314,71	73,15	146,29	219,44	292,59	365,74	438,88	512,03	585,18	658,32	731,47	804,62	877,77
	E	7.450,17	74,50	149,00	223,51	298,01	372,51	447,01	521,51	596,01	670,52	745,02	819,52	894,02
	F	7.585,63	75,86	151,71	227,57	303,43	379,28	455,14	530,99	606,85	682,71	758,56	834,42	910,28
	G	7.721,08	77,21	154,42	231,63	308,84	386,05	463,26	540,48	617,69	694,90	772,11	849,32	926,53
	H	7.856,54	78,57	157,13	235,70	314,26	392,83	471,39	549,96	628,52	707,09	785,65	864,22	942,78
	I	7.992,00	79,92	159,84	239,76	319,68	399,60	479,52	559,44	639,36	719,28	799,20	879,12	959,04
	J	8.127,46	81,27	162,55	243,82	325,10	406,37	487,65	568,92	650,20	731,47	812,75	894,02	975,29
	L	8.262,91	82,63	165,26	247,89	330,52	413,15	495,77	578,40	661,03	743,66	826,29	908,92	991,55
	M	8.398,37	83,98	167,97	251,95	335,93	419,92	503,90	587,89	671,87	755,85	839,84	923,82	1.007,80

Laci Grigolo  
Prefeita Municipal

## ANEXO IV - TABELA DE VENCIMENTO



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 110/2016

DECRETO Nº 110/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

"DIVULGA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL CONFORME EDITAL Nº. 01/2016. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica homologada a Lista de Classificação Final do Concurso Publico Municipal Edital nº 01/2016, para os cargos de Enfermeiro do Nasf, Fisioterapeuta do Nasf, Nutricionista do Nasf, e Psicologo do Nasf. O respectivo gabarito segue no anexo I deste Decreto.

Art. 2º. – A classificação final se deu após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito, 28 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### ANEXO I.

#### ENFERMEIRO DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC. GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
1077	LUCIA FUZINATTO	7,5	3,75	1	0,75	2	1st.
1059	RAFAELA BEDIN	6,25	2,75	1	0,75	1,75	2nd.
1060	JOZIANE PELINZON	6	2,75	1	0,25	2	3rd.
1004	ADRIANA BELOLLI PRIOR	6	2,5	0,5	1	2	4th.
1068	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	5,5	2,5	1	0,5	1,5	5th.
770	ADRIANE ZANARDI	5,25	2	1	0,5	1,75	6th.
1017	ALINE LEMES DE SOUZA	5,25	1,75	0,75	0,5	2,25	7th.
1014	DAYANE ANDRÉIA DIEHL	4,75	2	0,25	0,5	2	-
1103	MARCIANI WACHTER DREWS	4,5	2	1	0,25	1,25	-
1086	AGATA PAULA VALMORBIDA	4,5	1,25	0,5	0,5	2,25	-
1072	MAIARA DAIS SCHOENINGER	4,25	2,25	0,5	0,25	1,25	-
812	JAQUELINE DE ALMEIDA SOUZA	4,25	2	0,75	0,5	1	-
1018	CASSIANO LAGO	4	1,5	0,25	0,5	1,75	-
1097	TATIANE VANESSA GEMELLI	3,75	1,75	0,5	0,5	1	-
745	TALITA MARIA CADONÁ	3,75	1	0,75	0,5	1,5	-
1113	DIANA SIMON	3,75	1	1	0,5	1,25	-
1085	JAQUELINE VESCHENFELLES	3,5	1,75	0,25	0,5	1	-
657	JAQUELINE TERESINHA LUNKES	3,25	0,75	0,5	0,5	1,5	-
1048	ANDRESSA DOS SANTOS MAYER	2	0,75	0,5	0,25	0,5	-
1122	DEISI DEOTTI TASCA	AUSENTE					-

#### FISIOTERAPEUTA DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
749	FERNANDO DE OLIVEIRA	8	4,25	1	0,75	2	1º
1003	CARLLA ANDREIA HENCHEN	6,25	3,25	0,5	0,5	2	2º
1019	TATIANA TONEL	6	3,75	1	0,75	0,5	3º

1074	JUSSARA INDIANA CASSOL	6	3,5	0,75	0,25	1,5	4º
815	FLAVIA BERGER RANSAN	5,75	2,25	1,25	0,75	1,5	5º
1031	JULIANO FRITZEN	5,5	2,25	1,25	0,5	1,5	6º
1038	LAÍS CASAGRANDE NOGUEIRA	5,25	2,5	0,75	0,75	1,25	7º
1064	JOKASTA HOSS	4,75	2	1,25	0,75	0,75	-
1096	CAMILA MABEL SGANZERLA	4,5	1,75	0,75	0,5	1,5	-
1071	EVELINE POLETTTO CAMARA	3,75	1,75	0,5	0,5	1	-
836	ALEXANDRA DA SILVA	3,75	1,75	0,25	0,75	1	-
1095	ANDELIZE BONADIMAN	3,5	1,25	0,25	0,5	1,5	-
1081	FLAVIA THAIS ECKERT	3,25	1,5	0,25	0,5	1	-
1043	CAIANO FORNASARI	AUSENTE					-
925	BRUNA CASSOL DAGA	AUSENTE					-

## NUTRICIONISTA DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
645	FERNAN JÚNIOR TASCA	8	4,25	1	0,75	2	1º
724	GABRIELA REGINA PINTO	8	4	0,75	0,75	2,5	2º
1088	DANIELA MARQUES ECKERT	8	3,75	1	1	2,25	3º
1062	ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ	7,5	3,75	1	0,75	2	4º
1047	MAITÊ DACROCE	6,75	4,25	0,75	0,5	1,25	5º
748	CRISTINA INES SCHMITZ	6,5	3,5	0,75	0,5	1,75	6º
1101	ALESSANDRA CARLA SIMON ALBANI	6,25	3,25	0,75	0,25	2	7º
649	CAROLINE KUHN	6,25	3,25	1	0,5	1,5	8º
1024	CARINE APARECIDA FACHIN	6	3,5	0,75	0,75	1	9º
1066	MONIKE DA SILVEIRA DE MENEZES	6	2,75	1	0,25	2	10º
1036	FLÁVIA JANE TESSER	6	2,5	0,5	0,75	2,25	11º
1110	FLÁVIA REGINA SCHINATO	6	2,5	1	0,5	2	12º
1037	ALINE LUIZA FÜHR	6	2,5	0,75	1,25	1,5	13º
1082	NEIDE ARTIFON	5,75	2,75	0,5	0,25	2,25	14º
1022	ANA CAROLINA PONTES RODRIGUES	5,75	2,5	1	0,5	1,75	15º
638	FRANCIELI ORSO BUGALHO	5,5	2,75	0,75	0,5	1,5	16º
923	FERNANDA GUARDA	5,5	3,25	0,75	0,5	1	17º
667	FABIANE CARLA COSTACURTA	5,25	3,25	0,5	0,5	1	18º
1087	PÂMELA PAOLA MEZZOMO	5,25	3,25	0,75	0,5	0,75	19º
681	KELLY SCARLET BASSANI	5,25	3	0,5	0,25	1,5	20º
1093	FERNANDA REITER	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	21º
1069	ANDRESSA LAÍS ARIOTTI	5,25	2,75	0,75	0,75	1	22º
1084	GRAZIELI ALINE KUNST	5	3	0,5	0,75	0,75	23º
629	PATRÍCIA PIOVESAN BONETI	5	2,5	0,5	0,5	1,5	24º
1034	SIMONE FACHIN	5	2,5	0,5	0,5	1,5	25º
651	CARLA PARIZOTTO	4,75	2,75	0,25	0,5	1,25	-
1052	MAYCON FELIPE BACKES	4,75	2,25	0,75	0,5	1,25	-
1044	MAIARA ALINE BIANCHETTO	4,5	2,75	0,5	0,25	1	-
1009	PATRICIA PAULETTI	4,5	2,5	0,75	0,25	1	-
1104	RAQUEL KUHN	4,25	1,75	1	0,5	1	-
1112	FRANCIELI CASSOL	4	2,5	0,75	0,25	0,5	-
1010	JUSSARA ALGAYER	4	2,25	0,5	0,25	1	-
642	JANICE SALVALAGGIO	3,75	2,5	0,25	0,25	0,75	-
1057	ELISA DA SILVA	AUSENTE					
1115	RONAN MICHAEL MALLMANN	AUSENTE					

## PSICÓLOGO DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
726	CRISTIANE MARTINI	8,75	5	1,25	0,5	1,75	1º
1007	KARINE ZAMBIAZI	7,5	4,5	1,25	0,25	1,5	2º
1027	GIANFRANCESCO MENEGHINI	7	3,5	0,75	1	1,75	3º
1119	DIANILÉIA FABRIS	7	3,25	1,25	0,25	2,25	4º
1070	SOLANGE KAPPES	6,75	3,75	1	0,25	1,75	5º

1100	DALVANA ZAGO	6,75	3,5	0,5	0,75	2	6º
1049	ANA PAULA SAVAGNAGO	6,75	3,5	0,75	0,5	2	7º
1040	GABRIELA TRAINOTTI NIENOV	6	3,5	0,5	0,5	1,5	8º
1090	CAMILA VIER	6	2,75	0,75	0,5	2	9º
1050	PAULA ROBERTA PALOMBIT	5,75	3,5	0,5	0,25	1,5	10º
1016	TAMARA KASSIA MARAFON	5,75	3,5	0,75	0,5	1	11º
751	PÂMELA KOCH	5,75	3,25	0,5	0,5	1,5	12º
1106	SOFIA LAURA CHIUZA BEILNER	5,75	2,75	0,5	0,5	2	13º
1111	NOELI FÁTIMA WILLENS SANTOLIN	5,75	2,75	1	1	1	14º
1109	KETHLIN CARRARO	5,5	3	0,5	0,25	1,75	15º
686	VANESSA FICAGNA	5,5	2,75	0,75	0,5	1,5	16º
1080	JUSIENE DENISE LAUERMANN	5,5	2	0,75	0,75	2	17º
1120	DAIANE ASCARI	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	18º
1029	PAMELA PANSERA	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	19º
756	PRISCILA ROSEGHINI	5,25	2,25	0,75	0,5	1,75	20º
1039	JUSSARA CONSOLADORA COLLE	5,25	2	0,5	1	1,75	21º
1020	MARIANE SIMIONATO	5,25	2,25	0,5	1	1,5	22º
1011	ANDRÉ FELIPE DE CASTRO MELO	5,25	2,25	1	0,5	1,5	23º
682	DAIANE SZYMANSKI	5	2,5	0,75	0,25	1,5	24º
1002	CAMILE HASLINGER	5	2	0,5	0,75	1,75	25º
1098	FLÁVIA PAULA WERNER	5	2,25	0,75	0,5	1,5	26º
680	CARLOS HUDSON BRANDÃO	5	2,25	1	0,25	1,5	27º
1116	MICHELI CARLA BORTOLOTTI	5	2,5	1	0,5	1	28º
1078	PATRICIA TOMAZELLI	4,75	2,25	0,25	0,5	1,75	-
1026	MARIANE DALLASTRA GODARTH	4,75	2,25	0,25	0,5	1,75	-
1012	CLECI FÁTIMA FRANCISCON	4,5	1,75	0,75	0,75	1,25	-
666	SHEILA CARINE BACH	4,5	3	0,5	0,25	0,75	-
819	ELISANDRA NEU	4,5	2,5	0,5	0,5	1	-
1065	SABRYNA JOANE TAROUÇO	4,5	3,25	0,75	0,25	0,25	-
1107	DIANES MOCELIN	4,5	2,75	0,5	0,25	1	-
1102	IVANIR ELOI DREWS	4,5	2,5	1	0,5	0,5	-
1035	MANÉLY PETTER	4,5	2,5	0,5	0,25	1,25	-
1023	THAIS FERRARI	4,5	2,75	0,75	0,25	0,75	-
1094	RENATA LAIS SOLIVO	4,25	2,25	0,75	0,25	1	-
754	ANA LUIZA COPINI	4,25	2,25	0,5	0,75	0,75	-
781	CARINE BRUNETO	4,25	2,25	0,75	0,75	0,5	-
1058	ANA PAULA DE OLIVEIRA	4,25	2,25	0,25	0,25	1,5	-
644	NAIANA PAULA DONIDA	4,25	2,25	0,5	0,5	1	-
1028	KERLY MARIA MONTIEL	3,75	2,25	0,25	0,75	0,5	-
1063	EDRISA PALAORO	3,5	2	0,5	0,25	0,75	-
1056	CRISTIÉLI TERESINHA BRINGHENTI	3,5	1,5	0,5	0,25	1,25	-
1021	DANIELI JÚLIA STRAPAZZON	3,5	1	0,5	0,75	1,25	-
900	JULIANE ANDRÉA PROBST	3,25	2	0,5	0,25	0,5	-
1121	DULCIANA BORTOLI KROTH	3,25	1,25	0,25	0,5	1,25	-
764	CRISTIANE WICKERT	3,25	1,25	0,75	0,5	0,75	-
1032	EDUARDO PAVAN GUERREIRO	AUSENTE					
1091	KARINE BOESING MALDANER	AUSENTE					
700	ELIANE ZAMARCHI	AUSENTE					
1099	PATRICIA PARIZE MAROCCO	AUSENTE					
1117	ITAMARA SCARIOT BRUTSCHER	AUSENTE					

Serra Alta, 28 de junho de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a possível AQUISIÇÃO DE GRAXA, ÓLEOS LUBRIFICANTES, ARLA E FLUIDOS PARA RADIA-DORES e AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE RECAUCHUTA-GEM objetivando suprir às necessidades atuais e ocasionais, de-mandadas pelas secretarias de Agricultura e Transportes, Obras e Serviços Urbanos do município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de Julho de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 13 de Julho de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos

dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 29 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2016 – SISTEMA REGISTRO DE PRE-ÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a possível Aquisição de Blo-cos de Concreto vibro prensado tipo “Paver” e outros materiais de construção para eventuais reformas, adequações nas calçadas e pequenos reparos em locais públicos, visando manter os ambien-tes seguros e conservados, objetivando uma melhor acessibilidade, em especial dos pedestres, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não somente aos munícipes Serraltenses, mas também as pessoas de outras comunidades em geral que visitam o Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 21 de julho de 2016.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de julho de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 29 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL Nº 1.066/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.066/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

“QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O QUADRIÊNIO DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-CIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R\$ 14.025,58 (quatorze mil vinte cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 2º. Fica fixado o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 5.075,12 (cinco mil setenta e cinco reais e doze centavos).

Art. 3º. Fica fixado o subsídio mensal dos Secretários Municipais em R\$ R\$ 5.075,12 (cinco mil setenta e cinco reais e doze centavos), vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional ou abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. O Secretário Municipal terá direito ao 13º salário e férias anuais remuneradas com 1/3 (um terço) a mais do valor do subsídio.

Art. 4º. Fica fixado o subsídio mensal dos Vereadores em R\$ 2.371,85 (dois mil trezentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos) sendo o subsídio do Presidente da Câmara de Vereado-res, fixado em R\$ 2.981,76 (dois mil novecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).

§ 1º. A cada falta injustificada aos trabalhos a que for convocado, incidirá ao vereador faltante os seguintes descontos sobre seus respectivos subsídios:

I – 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões extraordinárias e solenes;

II – 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões das comissões;

III – 16% (dezesseis por cento) a cada falta nas reuniões ordiná-rias.

§ 2º. No caso de o Vereador faltar sem justificativa num único dia, a todas as reuniões a que tiver sido convocado, será aplicado des-conto único de 16% (dezesseis por cento).

§ 3º. Sobre a falta do presidente, incidirá desconto referente ao valor fixado a título de subsídio ao vereador, nos mesmos percen-tuais.

§ 4º. Considerar-se-á justificada a falta do vereador nos trabalhos a que for convocado:

I – Doença própria ou de familiar, comprovada por atestado mé-dico;

II – Quando estiver em missão de representação da Câmara de Vereadores;

III – Caso fortuito ou força maior, comprovados;

IV – Por motivo de seu casamento;

V – Por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, pa-rentes afins ou consanguíneos até o quarto grau;

VI – Por motivo de nascimento ou adoção de filhos.

Art. 5º. A revisão dos subsídios fixados por esta lei acontecerá no mesmo mês de revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, com aplicação do mesmo índice de correção monetária.

Parágrafo único. No primeiro ano de mandato o percentual da revi-são de que trata o caput será apurado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 até o mês em que for concedida tal revisão aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei cor-rerão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 28 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

**DECRETO N. 259/2016**

DECRETO Nº. 259, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

PROÍBE A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO – SC, CONTENDO PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Expressamente proibido a partir do dia 01 de julho de 2016, a circulação de qualquer tipo de veículo oficial da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Sombrio – SC, contendo publicidade institucional.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Jose Sidnei Januário

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 157/2016

DECRETO Nº 0157/2016 DE 28/06/2016

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015 e Lei nº 1095/2016 de 28 de junho de 2016.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 29.800,00 (Vinte e Novel Mil e Oitocentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (38)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.800,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 29.800,00 (Vinte e Novel Mil e Oitocentos reais) nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (1)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.800,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC, aos 28 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 158/2016

DECRETO Nº 158/2016 DE 28/06/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 54.457,13 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e treze centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Fundo Municipal de Saúde;

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(57)	0.3.00.00964	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3964 Coof.- SUS Estadual)	R\$ 16.951,07
3.1.90.00(58)	0.3.00.000864	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3864- NASF- SUS Estadual)	R\$ 10.000,00
3.3.90.00(59)	0.3.00.000067	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3067- Farmácia Básica- SUS União)	R\$ 2.597,48
3.3.90.00(60)	0.3.00.000165	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3165- MAC- SUS União)	R\$ 7.674,23
3.3.90.00(61)	0.3.00.000065	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3065- MAC- SUS Estado)	R\$ 5.855,52
3.1.90.00(62)	0.3.00.000164	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3164- ACS-SUS União)	R\$ 8.542,94
3.3.90.00(63)	0.3.00.000002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3002)	R\$ 2.835,89

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 54.457,13 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e



cinquenta e sete reais e treze centavos, proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto 033/2016.

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC, aos 28 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

### **LEI MUNICIPAL 1.095/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.095/2016 DE 28/06/2016

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015. Faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 29.800,00 (Vinte e Novel Mil e Oitocentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (38)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.800,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 29.800,00 (Vinte e Novel Mil e Oitocentos reais) nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (1)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.800,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC, aos 28 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 143/2016

PORTARIA Nº. 143/2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. FRANCIELI FERNANDA TREMEA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCIELI FERNANDA TREMEA, PSICÓLOGA, 40 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 541/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 24 de Junho de 2016 até 03 de Julho de 2016, retornando em 04 de Julho de 2016, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

### PORTARIA 144/2016

PORTARIA Nº. 144/2016.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O MOTORISTA MUNICIPAL SR. CLAIR JOSÉ BACKES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Motorista Municipal de Saúde, CLAIR JOSÉ BACKES, adiantamento do equivalente a 2,5 (duas e meia) diárias, no valor R\$ 209,92 cada, totalizando o valor de R\$ 524,80 (quinhentos vinte e quatro reais e oitenta centavos), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 29 de Junho de 2016 a 02 de Julho de 2016, com objetivos de levar pacientes para tratamento de saúde especializado da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JUNHO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 138/2016; ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 138, DE 21 DE JUNHO DE 2016.  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, a Senhora Andressa Morales Rodrigues, CPF nº 007.046.330-19 e RG nº 906233068, no Cargo de Médico PSF/PACS 40 Hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 21 de Junho de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 139/2016; REGULAMENTA A LEI NO 1.809, DE 28 DE JUNHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES

#### ÍNDICE

Decreto nº 139 de 28 de Junho de 2016.

Assunto	Art.
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	1º
CAPÍTULO II - DA ABRANGÊNCIA	5º
CAPÍTULO III - DA TRANSPARÊNCIA ATIVA	7º
CAPÍTULO IV - DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA	9º
Seção I - Do Serviço de Informação ao Cidadão	9º
Seção II - Do Pedido de Acesso à Informação	11
Seção III - Do Procedimento de Acesso à Informação	15
Seção IV - Dos Recursos	21
CAPÍTULO V - DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO	22
Seção I - Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo	22
Seção II - Dos Procedimentos para Classificação de Informação	28
Seção III - Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo	30
Seção IV - Disposições Gerais	34
CAPÍTULO V - DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS	40
CAPÍTULO VI - DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	47
CAPÍTULO VII - DAS RESPONSABILIDADES	49
CAPÍTULO IX - DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI	51
Seção I - Da Autoridade de Monitoramento	51
Seção II - Das Competências Relativas ao Monitoramento	52
CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	53

DECRETO Nº 139, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Regulamenta a Lei no 1.809, de 28 de Junho de 2016, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição e na Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011 e cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Timbé do Sul/SC - SC, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei no 1.809, de 28 de junho de 2016,

#### DECRETA;

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe, no âmbito do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul/SC, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei Municipal nº 1.809, 28 de junho de 2016 e na Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas Lei Municipal nº 1.809, de 28 de junho de 2016 e na Lei Federal no 12.527, de 2011.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive

quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 4o A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

## CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 5o Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias e fundações públicas controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 6o O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §o do art. 7o da Lei Federal no 12.527, de 2011.

## CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 7o É dever dos órgãos e entidades vinculados direta ou indiretamente ao Município, promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, de conformidade com o art. 14 da Lei Municipal nº 1.809, de 28 de junho de 2016, observado o disposto nos arts. 7o e 8o da Lei Federal no 12.527, de 2011.

§ 1o O Município e os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput.

§ 2o Será disponibilizado nos sítios na Internet do Município e dos órgãos e entidades banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1o.

§ 3o Deverão ser divulgadas, na seção específica de que trata o § 1o, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira detalhada;

V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que

estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato da Secretaria de Administração e Finanças;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei no 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 4o As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 5o A divulgação das informações previstas no § 3o não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 8o Os sítios na Internet do Município, órgãos e entidades deverão, em cumprimento às normas estabelecidas pela Secretaria de Administração e Finanças, atender aos seguintes requisitos, entre outros:

I - conter formulário para pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

V - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e

## CAPÍTULO IV DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

### Seção I

#### Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 9o Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Timbé do Sul/SC, Coordenado pela Secretaria de Administração e Finanças, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, com o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

§ 1º Compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - o encaminhamento do pedido para o responsável indicado na respectiva Secretaria da área requerida, a fim de que seja providenciado o atendimento, justificativas e tratamento de informações pessoais ou sigilosas contidas nas informações e documentos disponibilizados; e

IV - receber a resposta de cada Secretaria, providenciar a devida revisão quanto a seu conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, e encaminhar resposta ao requerente.

§ 2º O SIC funcionará junto à Secretaria de Administração e Finanças, localizado na sede administrativa do Município, sito à Rua Prefeito Aristides José Bom nº 215, Centro, e será constituído por servidor público municipal.

Art. 10. Caso seja formalizado pedido de acesso em qualquer unidade descentralizada em que não houver SIC, o pedido será encaminhado ao SIC do Município, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

## Seção II

### Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC do Município, bem como dos órgãos e entidades vinculados.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data de apresentação do pedido ao SIC, estendendo-se até o primeiro dia útil seguinte, caso o último dia do prazo de entrega seja sábado, domingo ou feriado.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12, devendo o pedido ser imediatamente incluído no sistema de gestão dos pedidos de acesso.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 12. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

V - Indicação clara do meio de resposta desejado pelo requerente, como eletrônico, postal, retirada no SIC e outros.

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, tais como análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 14. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

## Seção III

### Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 15. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato ou em até 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Caso não seja possível o acesso no prazo mencionado no caput, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada preferencialmente a medida prevista no inciso II do § 1º, sem prejuízo da devida resposta no formato solicitado pelo requerente, caso este informe não ser possível a consulta no local.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º,

o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 16. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 17. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 18. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente, pelo meio indicado, Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base no valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução em vigência no âmbito da Prefeitura Municipal, se houver, ou será a média dos valores obtidos mediante pesquisa em pelo menos 3 (três) fornecedores do ramo localizados no município, pesquisa esta que deve ser realizada em periodicidade mínima anual e cujos comprovantes devem ser arquivados pelo SIC.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei no 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 3º Caso seja uma alternativa comprovadamente mais viável para resposta, o SIC poderá, garantida a segurança na movimentação de processos requeridos, solicitar a indicação, pelo requerente, de empresa ou entidade idônea onde possam ser terceirizadas as cópias, sob acompanhamento presencial de um servidor indicado pelo SIC, desde que comprovado previamente o pagamento dos serviços pelo requerente junto à empresa por ele indicada.

Art. 19. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§ 2º O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 20. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

## Seção IV

### Dos Recursos

Art. 21. No caso de negativa de acesso à informação, de não fornecimento das razões da negativa do acesso, ou de omissão de resposta, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão.

§ 1º O recurso será apresentado formalmente ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º Mantida novamente a negativa, esta deverá remeter o apelo



juntamente com sua decisão à autoridade imediatamente superior que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá ao acesso à informação desejada.

## CAPÍTULO V DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

### Seção I

#### Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 22. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- II - pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades nacionais ou estrangeiras; ou
- III - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações de ordem administrativa ou tributária.

Art. 23. A informação em poder dos setores, órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 24. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

- I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e
- II - o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 25. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:

- I - grau ultrassecreto: até vinte e cinco anos;
- II - grau secreto: até quinze anos; e
- III - grau reservado: até cinco anos.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, observados os prazos máximos de classificação.

Art. 26. As informações que puderem comprovadamente colocar em risco a segurança do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito poderão ser classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 27. A classificação de informação é de competência:

- I - no grau ultrassecreto, do Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito em exercício;
- II - no grau secreto e reservado:
  - a) do Prefeito, o Vice-Prefeito em exercício; e
  - b) dos Secretários Municipais e dos titulares de autarquias e fundações.

§ 1º É vedada a delegação da competência de classificação das informações.

§ 2º A classificação de informação no grau secreto e reservado pelas autoridades previstas na alínea "b" do inciso II do caput deverá ser ratificada pelo Prefeito Municipal ou o Vice-Prefeito em exercício, no prazo de trinta dias.

### Seção II

#### Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 28. A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em Termo de Classificação de Informação – TCI, contendo o seguinte:

- I – número ou código de classificação de documento;
- II - grau de sigilo;
- III - categoria na qual se enquadra a informação;
- IV - tipo de documento;
- V - data da produção do documento;
- VI - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;
- VII - razões da classificação, observados os critérios estabelecidos

no art. 24;

VIII - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no art. 25;

IX - data da classificação; e

X - identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1º O TCI seguirá anexo à informação.

§ 2º As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

§ 3º A ratificação da classificação de que trata o § 2º do art. 27 deverá ser registrada mediante assinatura e carimbo da autoridade no TCI.

Art. 29. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

### Seção III

#### Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 30. A desclassificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no art. 24, deverá ser observado:

I - o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no art. 25;

II - a permanência das razões da classificação; e

III - a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação.

Art. 31. O pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação poderá ser apresentado ao SIC independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Art. 32. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação, o requerente poderá interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, nos termos do art. 21.

Art. 33. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

### Seção IV

#### Disposições Gerais

Art. 34. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei no 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.

Art. 35. As informações classificadas como documentos de guarda permanente serão encaminhados ao arquivo, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 36. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 37. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexos entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 38. O Prefeito Municipal e os Secretários adotarão as providências necessárias para que os servidores conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos para disponibilização de informações requeridas, bem como para segurança e tratamento de informações pessoais ou classificadas em qualquer grau de sigilo.

Art. 39. O SIC publicará anualmente, até o dia 1º de março, em sítio na Internet:



I - rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;  
II - rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:

- a) código de classificação de documento;
  - b) categoria na qual se enquadra a informação;
  - c) indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e
  - d) data da produção, data da classificação e prazo da classificação;
- III - relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos; e  
IV - informações estatísticas agregadas dos requerentes.

## CAPÍTULO VI DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 40. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei no 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 41. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 42. O consentimento referido no inciso II do caput do art. 40 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 43. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 40 não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado.

Art. 44. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do caput do art. 45, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no art. 42; ou

III - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 45. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 46. Aplica-se, no que couber, a Lei no 9.507, de 12 de novembro

de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

## CAPÍTULO VII DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 47. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público, inclusive assistenciais, deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo Municipal, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede ou na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no §1º poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificativa da entidade, nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3º As informações de que trata o caput deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congêneres, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até 2 (dois) anos após a entrega da prestação de contas final.

Art. 48. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no art. 47, cuja resposta seja de competência do Município, deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

## CAPÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 49. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas como infrações administrativas, nos termos do Estatuto dos Servidores Municipais, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios estabelecidos na referida norma legal.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público

responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis no 1.079, de 10 de abril de 1950, e no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 50. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 49, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput.

§ 2º A multa prevista no inciso II do caput será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

I - inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural; ou

II - inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.

§ 3º A reabilitação referida no inciso V do caput será autorizada somente quando a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do caput.

§ 4º A aplicação da sanção prevista no inciso V do caput é de competência exclusiva da autoridade máxima do Poder Executivo Municipal.

§ 5º O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de dez dias, contado da ciência do ato.

## CAPÍTULO IX

### DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

#### Seção I

##### Da Autoridade de Monitoramento

Art. 51. O dirigente máximo de cada Secretaria, órgão ou entidade designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:

I - providenciar o atendimento dos pedidos de acesso encaminhados pelo SIC, no que compete aos assuntos de sua Secretaria;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Municipal nº 1.809 de 28 de junho de 2016 e Lei Federal no 12.527, de 2011;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

IV - orientar os servidores e agentes públicos no que se refere ao cumprimento deste Decreto; e

V - manifestar-se sobre recurso apresentado, observado o disposto no art. 21.

#### Seção II

##### Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 52. Compete à Secretaria de Administração e Finanças, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC, de acordo com o § 1º do art. 11;

II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que

couver, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

IV - monitorar a implementação da Lei Federal no 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 39;

V - avaliar e monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos;

VI - estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei Federal no 12.527, de 2011.

VII - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização; e

VIII - detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 53. Os setores, órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 54. As autoridades indicadas no art. 27 deverão reavaliar as informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto no prazo máximo de 02 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência deste Decreto.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos neste Decreto.

§ 2º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação, observados os prazos e disposições da legislação precedente.

§ 3º As informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 65. Aplica-se a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e subsidiariamente os procedimentos previstos neste Decreto, relativamente à regulação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 56. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 140/2016; EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO**

DECRETO Nº. 140, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonerada à pedido, a servidora Josélia Scot Pezente, Matrícula nº 844, do Cargo de Coordenador de Defesa Civil, Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul, a partir de 1º/07/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**LEI 1.809/2016; DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES, PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI FEDERAL 12.527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROV.**

LEI Nº 1.809, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Timbé do Sul/SC, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Timbé do Sul/SC garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, com o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

§ 1º Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber: e

IV - receber a resposta de cada Secretaria, providenciar a devida revisão quanto a seu conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, e encaminhar resposta ao requerente.

§ 2º A Secretaria de Administração e Finanças compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos dispostos em regulamento.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 4º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 5º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 6º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 7º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 8º Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 9º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 10. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e
- III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

Art. 11. As informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município serão divulgadas, independente de requerimento, sempre que possível, na Internet, devendo atender o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas as perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 12. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua ciência.

§ 1º. O recurso será apresentado formalmente ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º. Mantida novamente a negativa, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão à autoridade imediatamente superior que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá ao acesso à informação desejada.

Art. 13. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
- IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;
- V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou

por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 14. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - rescisão do vínculo com o poder público;
- IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 15. Esta Lei será regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.810/2016; FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL**

LEI Nº 1.810 DE 28 DE JUNHO DE 2016  
FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, faz saber à todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art.1º- O subsídio mensal dos Vereadores será de R\$ 2.916,00 (dois mil novecentos e dezesseis reais).

Art. 2º - O Vereador Presidente, enquanto mantiver esta qualidade, perceberá um acréscimo no subsídio mensal de R\$ 1.458,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).



Art. 3º - A ausência do Vereador às Sessões Ordinárias implicará o desconto de R\$ 364,50 (trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) por sessão.

Parágrafo Único – O desconto não incidirá no pagamento dos Vereadores presentes as sessões não realizadas por ausência de matéria a ser votada e a não realização de sessão por falta de quórum.

Art. 4º - Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:

I – Individualmente, para cada Vereador e para o Presidente, a 75% (setenta e cinco por cento) do que recebem, em espécie, os Deputados Estaduais, ou o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

II – Anualmente, o seu somatório, o índice previsto pela Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Para efeitos desta Lei exclui-se da receita do Município:

I – A receita de contribuições de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência social, mantidos pelo Município e destinados a seus servidores;

II – Operações de créditos;

III – Receita de alienação de bens móveis e imóveis;

IV – Transferências oriundas de convênios, auxílios e contribuições;

V – Empréstimos;

VI – Financiamentos;

VII – Contribuições de melhoria;

VIII – Receitas a pagar canceladas;

IX – Receitas que traduzam ressarcimento de investimentos.

Art. 6º - Os subsídios de que trata esta lei, serão revistos na mesma data e com índice igual ou inferior ao índice atribuído aos servidores municipais.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1.811/2016; FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL.**

LEI Nº 1.811, DE 28 DE JUNHO DE 2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art.1º- O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Timbé do Sul será de R\$ 12.925,00 (doze mil e novecentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º - O subsídio mensal do Vice-Prefeito será igual à 50%(cinquenta por cento) do subsídio do Prefeito na forma do Art. 1º desta Lei.

Art. 3º - Os subsídios de que trata esta lei, serão revistos na mesma data e com índice igual ou inferior ao índice atribuído aos servidores municipais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1.812/2016; FIXA OS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TIMBÉ DO SUL.**

LEI Nº 1.812 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art.1º- O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Timbé do Sul será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 2º - Os Secretários Municipais terão direito à férias e décimo terceiro, porém será vetado o acréscimo de qualquer outra vantagem, sobre o subsídio fixado por esta Lei.

Art. 3º - Os subsídios de que trata esta lei, serão revistos na mesma data e com índice igual ou inferior ao índice atribuído aos servidores municipais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 28 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 50/2016; DESIGNA PREGOEIRO**

PORTARIA Nº 50, DE 28 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA PREGOEIRO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e em conformidade com o Art. 53 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Helder Pessetti, CPF nº 290.635.749-91, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, e as Senhoras Elaine da Rocha Lisowski Velho e Andralisa Vieira

Machado Amaro, Equipe de Apoio nos Processos Licitatórios da modalidade "pregão".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 28 de junho de 2016.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 39.2016 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2016 - PMT

Homologado em 28/06/2016 a Tomada de Preços nº. 39/2016 PMT para contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de implantação de Binário, localizado entre as Ruas Japão e Nicarágua, neste município, relacionado ao Programa Transferência n.º 2016004956, Proposta Transferência n.º 0000016400, firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio dos recursos do Fundo Social. Empresa Vencedora: Sovrana Engenharia e Construções Ltda Epp no Valor de R\$ 262.668,51 (duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

TIMBO (SC), 28/06/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 07 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 07/2016 SAMAE

OBJETO: registro de preços para aquisição de uniformes destinados aos Servidores do SAMAE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 12 de julho de 2016. ABERTURA: dia 12 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 28/06/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 50 2016 PMT- MATERIAL ESCOLAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016 PMT

OBJETO: aquisição de material escolar (educacional e de expediente) para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 13 de julho de 2016. ABERTURA: dia 13 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 28 de junho de 2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 51 2016 PMT- AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

51 ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 51/2016 PMT

OBJETO: aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação (repetição parcial pregão Presencial 28/2016 com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 12 de julho de 2016. ABERTURA: dia 12 de julho de 2016 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro □ Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 28/06/2016

SERGO FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

### **AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 52 2016 PMT- OBRAS UPES**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 52/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), das seguintes obras: - pavimentação de passeio e reforma de muro; e execução de reforma de cozinha, respectivamente na Unidade Pré Escolar Amor Perfeito, localizada na Rua Itapema, n.º 497, Bairro Quintino, e Unidade Pré Escolar Pinguinho de Gente, localizada na Rua Helmut Nau, n.º 77, Bairro dos Estados, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 15 de julho de 2016. ABERTURA: dia 15 de julho de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 28 de junho de 2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

### **EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO 2013.84**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013/84

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**PORTARIA NO 1976, DE 19 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA No 1976, DE 19 DE MAIO DE 2016

Designa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionados:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Giseli Kuster de Oliveira Gustmann	Técnico em Enfermagem	16/05/2016
Ingrid Lammel Machado	Técnico em Enfermagem	21/03/2016
Luciana Butzke Marconcini	Enfermeiro	01/05/2016

Art.2º DISPENSAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Alyne Schulz	Médico-30h/s	01/05/2016

Art.3º ALTERAR o valor mensal da Indenização por Atividade Especial do Programa Saúde da Família – PSF do profissional abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), passando para:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Jorge Luis Espinosa Samalea	Médico-30h/s	01/05/2016

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 1980, DE 20 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 1980, DE 20 DE MAIO DE 2016

Constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Assistência Social e revoga Portaria.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, c/c art. 70, inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, com fundamento no art.30 da Lei Complementar nº 01, de 22 de Outubro de 1993, alterado pela Lei Complementar nº 139, de 02 de Julho de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 90, de 11 de Agosto de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, constituírem a Comissão Especial, encarregada de proceder a avaliação semestral dos servidores em Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)	
NOME	CARGO
Alfredo João Berri	Secretário Municipal
Kátia Regina Lazarini Vilvert	Assistente Social
Elenise Piseta	Atendente de Serviços Administrativos

Art.2º Fica revogada a Portaria nº 1032, de 08 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016**

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 03/2016

Licitação: Pregão Presencial nº 03/2016

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: Weikan Tecnologia Ltda - EPP

Objeto: O fornecimento e instalação de equipamentos e programas de informática, equipamentos de áudio e vídeo para a Câmara Municipal Timbó (SC), conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I, Itens I (Impressora e Ribbon), IV (Computador: Gabinete e Softwares), V (Servidor, Software e Instalação/Configuração), VI (Software para Edição de Imagens), VII (Impressora Jato de Tinta), VIII (Apresentador Multimídia), IX (Microfone duplo sem fio digital).

Valor: O valor total do contrato é de R\$ 20.295,52 (vinte mil duzentos e noventa e cinco reais, cinquenta e dois centavos).

Assinado: 28 de Junho de 2016 pela Câmara Municipal de Timbó (Douglas Emanuel Marchetti) e Weikan Tecnologia Ltda - EPP (Eduardo Hammes).

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO PROCESSO 07/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE

CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

MODALIDADE Pregão Presencial Nº 07/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará cancelando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, que tinha como objetivo a contratação de serviços para realização de exames de laboratório o qual acessão pública estaria prevista com inicio às 09 (nove) horas, do dia 01 de julho de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278..

Timbó Grande, 28 de junho de 2016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2016

Vigência: 23/06/2016 à 22/10/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Instituto de Albuquerque Cursos e Assessoria Ltda – CNPJ nº 06.148.237/0001-09.

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de treinamento gerencial para desenvolvimento de lideranças, no modelo Master Mind.

Valor Total: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de junho de 2016.

### EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS Nº 01/2016

Doador: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Donatário: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, representado por seu Diretor Estadual de Trânsito, Vanderlei Olívio Rosso – CPF nº. 029.032.379-72.

Objeto: Constitui objeto do presente pacto a doação dos bens relacionados abaixo, conforme cláusula segunda do Termo de Convênio nº 4.348/2012-6.

01 Computador Desktop Intel Windows.

01 Monitor Led 19,5 Samsung.

01 Nobreak 600 VA.

02 HD externo 1 Tera.

01 Impressora Jato Tinta HP.

01 Cofre Eletrônico Kala.

01 Evaporador Philco Split 12000 BTUS.

01 Câmera Sony DSC-HX60 30X preta.

01 Roupeiro Evidencia CP 323, 3 portas preto e branco.

02 Condicionadores Elgin Split 9000 BTUS.

02 Evaporadores Elgin Split 9000 BTUS.

01 Lava-Jato Tramontina alta pressão máster 1800W.

01 Escada de Alumínio mor 5 degraus 5103 até 120 Kg.

01 GPS 4,3" Slin Aquarius Discovery Chanel.

02 Celulares 2 chips Motorola Moto G- 8GB preto.

01 Celular 2 chips Motorola Moto G3- 8 GB branco.

01 Condicionar Philco Split 12000 BTUS.

ELOI JOSÉ QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 de junho de 2016.

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 099/2016

PORTARIA 099/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.  
ADVERTIR E SUSPENDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 102 I e XV e 106 Parágrafo 2º C da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990...

CONSIDERANDO: O Processo Administrativo Disciplinar, instaurada através da Portaria 073/2016 de 27 de abril de 2016;

#### RESOLVE:

Art. 1º- PUNIR e SUSPENDER com prejuízo dos vencimentos ao período de 45 (quarenta e cinco) dias após a ciência, a servidora Pública Municipal Sra. Naiara Andreazza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretaria de Educação e Esporte

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 5/2016

DATA: 29/06/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, LOCALIZADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 329,56 M²

VALOR TOTAL: R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais)

CONTRATADA: Walquiria Kamke Hoffmann

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 28 de junho de 2016.

Silvio Venturi  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 6/2016

DATA: 29/06/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA RUA JORGE LACERDA, Nº 26, COM ÁREA TOTAL DE 126M², DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

CONTRATADA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trombudo Central

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 28 de junho de 2016.

Silvio Venturi  
Prefeito Municipal

### RESULTADO TOMADA DE PREÇO 3/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
PMTC Nº 3/2016

#### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo: nº 50/2016

Tomada de Preço: 3/2016

Objeto: prestação de serviços com fornecimento de materiais para execução de drenagem pluvial na rua Jorge Lacerda, conforme projetos do edital

Vencedor: KSB Transportes e Obras Ltda Me

Valor: R\$150,939,20 (cento e cinquenta mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 53/2016

Contratada: KSB Transportes e Obras Ltda Me

Valor: R\$150,939,20 (cento e cinquenta mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Trombudo Central, 29 de junho de 2016

Silvio Venturi  
Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1796/2016

Decreto nº 1796/2016 de 29 de junho de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1264/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINAÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (21) 11.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (54) 9.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (106) 35.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (109) 20.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.2.042	Manutenção do Abastecimento de Água Potável
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (155) 35.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 110.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (03) 25.000,00
Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.006	Contribuições para entidades Municipalistas (AMEOSC, FECAM, CNM)
3.3.90.50.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (19) 10.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL



Proj./Ativ	12.361.0005.1.007	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (38)	10.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.1.008	Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (39)	10.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	
Proj./Ativ	12.365.0005.1.027	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física Da Educação Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (51)	10.000,00
Proj./Ativ	12.365.0005.1.028	Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares Educação Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (52)	5.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES	
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/ Reformas/ Ampliações de Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas	
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (81)	14.000,00
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (87)	26.000,00

TOTAL. .... R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, em, 29 de junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

### DECRETO 1797/2016

Decreto 1797/2016 de 29 de junho de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1264/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
3.3.90.00.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas (09)	35.000,00

TOTAL. .... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes para Saúde	

4.4.90.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (01)	30.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
3.3.90.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (26)	5.000,00

TOTAL. .... R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, em 29 de junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

### LEI 1263/2016

Lei nº 1263/2016 de 29 de junho de 2016.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) para a Associação Cultural Recreativa e Esportiva Treze de Maio, inscrita no CNPJ 82.819.509/0001-25, sediada neste município de Tunápolis – SC., e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,  
FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro de até R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) para a Associação Cultural Recreativa e Esportiva Treze de Maio, inscrita no CNPJ 82.819.509/0001-25, sediada na Linha Fátima deste Município, para custeio de despesas com realização do 27º Encontro Cultural de Corais do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, em, 29 de junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

### LEI 1264/2016

Lei nº 1264/2016 de 29 de junho de 2016.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,  
FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINAÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (21)	11.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (54)	9.000,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (106) 35.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (109) 20.000,00

Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.2.042	Manutenção do Abastecimento de Água Potável
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (155) 35.000,00
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS		

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas (09) 35.000,00

TOTAL. . . . . R\$ 145.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (03) 25.000,00

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.006	Contribuições para entidades Municipalistas (AMEOSC, FECAM, CNM)
3.3.90.50.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (19) 10.000,00

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.361.0005.1.007	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (38) 10.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.1.008	Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (39) 10.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.1.027	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física Da Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (51) 10.000,00
Proj./Ativ	12.365.0005.1.028	Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (52) 5.000,00

Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/ Reformas/ Ampliações de Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (81) 14.000,00

Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (87) 26.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
--------	-------	--

Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes para Saúde
4.4.90.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas (01) 30.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.055	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
3.3.90.00.00.00.00.1002		Aplicações Diretas (26) 5.000,00

TOTAL. . . . . R\$ 145.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, em, 29 de junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna

### **PROCESSO DE COMPRA N°.: 96/2016 LEILÃO N°: 01/2016 RETIFICADO**

Processo de Compra N°.: 96/2016

Leilão n°: 01/2016

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Sr. Enoi Scherer portador do CPF nº 656.321.769-91 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de LEILÃO para a venda de Equipamentos, Máquinas, Bens, e Materiais não mais utilizados pela municipalidade, baseado em laudo de avaliação prévia, emitido pelos Servidores Municipais, Zeno Hammerschmidt, Bruno Lengert, Pedro Baumgratz, Otávio Herschaft, Paulo Groth, comissão nomeada através do Decreto nº 1794/2016, sendo que a documentação para o credenciamento deverá ser entregue às 8h30min do dia 15 de julho de 2016 na Prefeitura, no mesmo dia às 9h na Garagem da Prefeitura Municipal, se realizará o Leilão na Rua 25 de Julho, Centro – nesta Cidade e Estado.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 27 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE COMPRA N°.: 97/2016. PREGÃO PRESENCIAL N°: 78/2016 MOBILIA CRECHE**

Processo de Compra N°.: 97/2016.

Pregão Presencial n°: 78/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por OBJETO AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA PARA A CRECHE MUNICIPAL.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 8h do dia 12 de julho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC,. 29 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

# Turvo

## PREFEITURA

### LEI 2284/2016

LEI Nº 2.284/16, de 28 de Junho de 2016.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO JEEP CLUBE LAMEIROS DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Jeep Clube Lameiros de Turvo, devidamente inscrito no CNPJ nº 21.460.657/0001-01, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado a custear despesas com a realização do 19º Passeio da Padroeira.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro da finalidade específica e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2285/2016

LEI Nº 2.285/16, de 28 de Junho de 2016.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORRO CHATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social a Associação Comunitária de Morro Chato, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.754.799/0001-08, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para investimentos na revitalização do campo de futebol do Distrito de Morro Chato.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro da finalidade específica e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2286/2016

LEI nº 2.286/16, de 28 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O perímetro urbano de Turvo fica ampliado com o acréscimo de uma área de 78.682,74 m<sup>2</sup> (setenta e oito mil seiscentos e oitenta e dois metros e setenta e quatro centímetros quadrados). Inicia a descrição deste perímetro no marco M 11, com coordenadas planas N=6.800.467,22 m e E=627.578,00 m, situado na divisa das terras da ORDEM DOS SERVOS DE MARIA PROVINCIA DO BRASIL-COLÉGIO S. D M; deste segue por linha seca, pela divisa das terras, até o marco M 47, com coordenadas planas N=6.800.605,99 m e E=627.444,57 m; deste segue pelas terras de ORDEM DOS SERVOS DE MARIA PROVINCIA DO BRASIL-COLÉGIO S. D M, até o marco M 48 com as seguintes coordenadas planas N=6.800.550,54 m e E=627.386,90 m; deste segue pela faixa de domínio da Rodovia SC-285, até o marco M 49 com as seguintes coordenadas planas N=6.801.191,16 m e E=626.770,90 m; deste segue pela faixa de domínio da Rodovia SC-285, até o marco M 50 com as seguintes coordenadas planas N=6.801.272,20 m e E=626.633,80 m; deste atravessando a Rodovia SC-285, até o marco M 51 com as seguintes coordenadas planas N=6.801.237,77 m e E=626.613,44 m; deste segue pela faixa de domínio da Rodovia SC-285, até o marco M 52 com as seguintes coordenadas planas N=6.801.159,50 m e E=626.745,85 m; deste segue pela faixa de domínio da Rodovia SC-285, até o marco M 53 com as seguintes coordenadas planas N=6.800.522,81 m e E=627.358,07 m; deste segue por linha seca, pela divisa das terras da ORDEM DOS SERVOS DE MARIA PROVINCIA DO BRASIL-COLÉGIO S. D M, até o marco M 54, com coordenadas planas N=6.800.467,36 m e E=627.300,41 m; fechando no marco M 39 no perímetro com as seguintes coordenadas planas N=6.800.339,56 m e E=627.423,29 m.

O perímetro da cidade encerra com uma área total de 7.743.392,27m<sup>2</sup>.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 28 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**LEI 2287/2016**

LEI Nº 2.287/16, de 28 de Junho de 2016.

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES, DA CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO, PARA A LEGISLATURA 2017/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Mesa Diretora apresentou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Turvo para a Legislatura 2017/2020 fica fixado em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. Em caso de Substituição, o Vereador suplente, terá direito a remuneração conforme previsto neste artigo, 1/30 (um trinta avos) por dia de substituição.

Art. 2º. O Vereador Presidente da Câmara, enquanto mantiver essa qualidade, perceberá de subsídio mensal o valor de R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus a remuneração conforme previsto neste artigo, 1/30, (um trinta avos) proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 3º. A ausência do Vereador às Sessões ordinárias implicará no desconto de R\$ 900,00 (novecentos reais), por cada falta registrada, salvo motivo relevante e que dependerá de deliberação do Plenário da Câmara, mediante Requerimento fundamentado apresentado pelo Vereador faltoso.

Parágrafo único. O desconto não incidirá no pagamento dos Vereadores presentes à sessão não realizada por falta de quorum e nas não realizadas por ausência de matéria a ser votada na ordem do dia.

Art. 4º. No caso de afastamento do Vereador das atividades legislativas por motivo de doença, caberá a Câmara Municipal o pagamento de seu subsídio até o 15º (décimo-quinto) dia, como auxílio doença, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do seu subsídio, cabendo a Previdência Social, através do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o pagamento do seu subsídio a partir do 16º (décimo-sexto) dia em diante, durante o período que se verificar o afastamento do Vereador.

Art. 5º. Os subsídios de que trata esta Lei, serão revistos anualmente, sempre na mesma data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem distinção de índices, observados os limites previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei dar-se-ão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Turvo, 28 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO TEMPORÁRIO N. 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 001/2016.

CONTRATA SERVIDORA PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Em conformidade ao inciso VIII da Lei Municipal n. 957, de 18 de março de 2013, Lei Municipal n.º 091, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores e, Edital de Processo Seletivo n. 001/2016, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e MÁRCIA FÁTIMA ZORZETTO, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 3.867.429-7 SSP/SC e do CPF n. 021815389-99, residente e domiciliada sito a Rua Independência n.º 116, centro, município de Irati - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Tem por objeto o presente Contrato Administrativo, a contratação por prazo determinado, da Contratada acima qualificada, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor de Artes, descrito no Plano de Cargos do Magistério Público Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DISCIPLINAR:** A Contratante e a Contratada sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e quando omissa a legislação local, à Constituição Federal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME:** A relação de emprego entre a Contratante e a Contratada, reger-se-á pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no art. 39 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA QUARTA - DO HORÁRIO DE TRABALHO:** A Contratada cumprirá o horário previsto para exercício das aulas, compreendendo uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:** Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará à Contratada o vencimento correspondente ao cargo ocupado, previsto no Plano de Cargos do Magistério, e alterações posteriores, correspondendo, atualmente, a R\$ 1.489,73 (um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), acrescidos de 20% correspondente a Regência de Classe.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O presente Contrato terá duração a partir de 01 de julho de 2016 até 20 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado caso o afastamento para tratamento de saúde da titular for prorrogado, ou rescindindo caso a titular esteja apta ao trabalho antes da data fim do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA CARACTERIZAÇÃO:** A contratação se faz necessária para atender ao afastamento da Professora Titular da Vaga Sra. Isanete Bresolim, que se encontra afastada para tratamento de saúde, com nova perícia agendada no INSS por não ter

condições de voltar ao trabalho, pelo que se justifica a contratação na necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme ampara o inciso VIII do artigo 2º, da Lei Municipal n.º 957/2013.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS CONTRIBUIÇÕES:** A Contratante descontará na folha de pagamento da Contratada, mensalmente, a importância correspondente às contribuições para o INSS.

**CLÁUSULA NONA - DO TEMPO DE SERVIÇO:** A Contratante, a pedido da Contratada, fornecerá certidão de tempo de serviço, conforme estabelece a Constituição Federal.

**CLÁUSULA DECIMA - DA REVOGAÇÃO:** Este Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:** O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO:** Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS:** Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

União do Oeste, SC, 28 de junho de 2016.

MÁRCIA FÁTIMA ZORZETTO  
Contratada

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal  
P/ Contratante

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

**DECRETO N. 3170/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.170, de 28 de Junho de 2016.

Dispõe sobre contratação de servidora em caráter temporário e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal N.º 091/2015 e alterações posteriores e, Inciso VIII do artigo 2º da Lei Municipal n.º 957/2013 e considerando:

O resultado do Processo Seletivo para contratação temporária realizado a partir do Edital n.º 001/2016;

O contrato administrativo de trabalho por prazo determinado n.º 01/2016;

**DECRETA:**

Art.1º Fica contratada MÁRCIA FÁTIMA ZORZETTO – brasileira, divorciada, portadora do RG n.º 3.867.429-7 SSP/SC e do CPF n.º 021.815.389-99, para desempenhar as atribuições do cargo de PROFESSOR DE ARTES, com vencimento, lotação, jornada de trabalho e vigência descritos no contrato de trabalho temporário, obedecendo-se o que estabelece a legislação municipal.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra.

**DECRETO N. 3171/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.171, De 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de instâncias para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 1028 de 17 de junho de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para monitorar continuamente e avaliar periodicamente a execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas, as seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Vereadores;

III – Conselho Municipal de Educação – CME.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra.

# Urussanga

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO N. 160/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 160/2016

Data de assinatura: 27/06/2016

Processo de Licitação: 44/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JULIANO RODRIGUES FERREIRA - ME

CNPJ/CPF: 18.385.279/00001-34

Objeto: fornecimento de peças e serviços de motor de Ônibus Iveco, QHE-5925.

Valor Global: R\$ 13.700,01

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.044/2016

DECRETO Nº 044/2016 , DE 24 DE JUNHO DE 2016

ALTERA MEMBRO DO DECRETO Nº 065/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, QUE INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Artigo 1º - O membro do Conselho Municipal de Regularização Fundiária que consta no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 065/2015, sendo está Cristiane Santos de Oliveira fica substituído em todas as suas funções pela servidora Deise Tonial Salvador.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 24 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.054/16**

DECRETO Nº 13.054/16, DE 21 DE JUNHO DE 2016.  
Torna sem efeito o Decreto nº 12.948/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 11.273/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.948/16, que nomeou LUCIANE ALVES DO PRADO FONSECA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.057/16**

DECRETO Nº 13.057/16, DE 21 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, DIRLEIA HONORATO FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.058/16**

DECRETO Nº 13.058/16, DE 21 DE JUNHO DE 2016.  
Anula o Decreto nº 13.033/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Memorando nº 016/DEPEW,

**RESOLVE**

Art. 1º Anular o Decreto nº 13.033/16, que tornou sem efeito o Decreto nº 12.869/16, que nomeou CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.059/16**

DECRETO Nº 13.059/16, DE 21 DE JUNHO DE 2016.  
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CLEIDE XAVIER DE BARROS SANDRI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.063/16**

DECRETO Nº 13.063/16, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Assessor do Setor de Pessoal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a partir de 21 de junho de 2016, RICARDO BURATTO, do cargo comissionado de Assessor do Setor de Pessoal, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 12.113/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de junho de 2016.

Videira, 22 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.065/16**

DECRETO Nº 13.065/16, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Diretor do Departamento de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, RICARDO BURATTO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.071/16**

DECRETO Nº 13.071/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Retifica o Decreto nº 8.933/08, que determina a concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor VITORIO LOPES, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e de acordo com o Processo Administrativo nº 11484/2016,

**DECRETA**

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 8.933/08, fica retificado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 59,10% (cinquenta e nove vírgula dez por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista da Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 13.073/16**

DECRETO Nº 13.073/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor LEONILDO DIAS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 028/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor LEONILDO DIAS, inscrito no CPF nº 227.538.009-44, com RG 286.151 e no PIS/PASEP nº 111.22925.71-3, detentor da matrícula funcional nº 2245, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista III - Ônibus, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.431,22 (três mil e quatrocentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na



forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 13.075/16**

DECRETO Nº 13.075/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor OLIDES ANTONIO GARBIN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 033/2016,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor OLIDES ANTONIO GARBIN, inscrito no CPF nº 551.154.899-53, com RG 1.689.926 e no PIS/PASEP nº 120.63812.69-3, detentor da matrícula funcional nº 929, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coveiro, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 62,86% (sessenta e dois virgula oitenta e seis por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.046,60 (um mil e quarenta e seis reais e sessenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretaria de Administração

### **DECRETO Nº 13.076/16**

DECRETO Nº 13.076/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor PEDRINHO MENTZEM, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 034/2016,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor PEDRINHO MENTZEM, inscrito no CPF nº 250.845.939-91, com RG 4.133.671 e no PIS/PASEP nº 100.97994.28-3, detentor da matrícula funcional nº 1389, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 62,86% (sessenta e dois virgula oitenta e seis por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 2.221,58 (dois mil e duzentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretaria de Administração

**DECRETO Nº 13.077/16**

DECRETO Nº 13.077/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor GENOINO MOREIRA DA SILVA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 032/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor GENOINO MOREIRA DA SILVA, inscrito no CPF nº 387.115.599-34, com RG 862.521 e no PIS/PASEP nº 120.26759.39-3, detentor da matrícula funcional nº 2173, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 76,02% (setenta e seis virgula zero dois por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.303,70 (um mil e trezentos e três reais e setenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretaria de Administração

**DECRETO Nº 13.078/16**

DECRETO Nº 13.078/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, à servidora BELONI TEREZINHA RIBEIRO FADANI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 030/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora BELONI TEREZINHA RIBEIRO FADANI, inscrita no CPF nº 758.001109-30, com RG 1.684.462 e no PIS/PASEP nº 104.15138.47-4, detentora da matrícula funcional nº 8425, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 51,24% (cinquenta e um virgula vinte e quatro por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretaria de Administração

**DECRETO Nº 13.079/16**

DECRETO Nº 13.079/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, à servidora ANTONINHA MORAIS DE OLIVEIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 029/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ANTONINHA MORAIS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 501.760.139-20, com RG 1.517.542 e no PIS/PASEP nº 170.05144.15-3, detentora da matrícula funcional nº 5486, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 79,93% (setenta e nove virgula noventa e três por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.152,70 (um mil e cento e cinquenta e dois reais e setenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretaria de Administração

**DECRETO Nº 13.080/16**

DECRETO Nº 13.080/16, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Diretor de Saúde Bucal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11656/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA, Diretor de Saúde Bucal, símbolo DAS-2, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 11.037/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2016.

Videira, 24 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/16 - AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.362/16**

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/16 - AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.362/16

AUTORIZANTE: O MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ Nº 83.039.842/0001-84, REPRESENTADA POR SEU PREFEITO WILMAR CARELLI. AUTORIZADO: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 83.845.701/0001-59, NESTE ATO REPRESENTADO PELA COMARCA DE VIDEIRA – SC. OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE AUTORIZAÇÃO DE USO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ANTA GORDA, EM ESPECIAL A SALA DENOMINADA "INTENDÊNCIA", COM ÁREA DE 27,36M² (VINTE E SETE METROS E TRINTA E SEIS DECÍMETROS QUADRADOS).VIGÊNCIA: O PRAZO DA AUTORIZAÇÃO DE USO É DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, COM INÍCIO EM 1º DE AGOSTO DE 2016 E TÉRMINO EM 28 DE JANEIRO DE 2017.

VIDEIRA, 15 DE JUNHO DE 2016.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA AUTORIZANTE	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMARCA DE VIDEIRA AUTORIZADO
-------------------------------------	--

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/16 AUTORIZADO PELAS LEIS Nº 855/01 E 1006/02.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/16 AUTORIZADO PELAS LEIS Nº 855/01 E 1006/02.

CEDENTE: O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, INSCRITA NO CNPJ Nº 83.039.842/0001-84, REPRESENTADO POR SEU PREFEITO, SR. WILMAR CARELLI,

CESSIONÁRIO: RICARDO MOREIRA DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF SOB Nº 010.287.379-80 E PORTADOR DO RG Nº 4.948.629.

OBJETO: O CEDENTE CEDE GRATUITAMENTE, AO CESSIONÁRIO, O USO DE UMA SALA, MEDINDO 73,06 M2 (7,6 M X 9,60 M) LOCALIZADA NO SEGUNDO PAVIMENTO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA, NA SEXTAS-FEIRAS DAS 17H00MIN ÀS 19H00MIN E AOS SÁBADOS, DAS 16H00MIN ÀS 18H00MIN.

VIGENCIA: A CESSÃO DE USO É OUTORGADA PELO PERÍODO DE 10 DE JUNHO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

VIDEIRA, 10 DE JUNHO DE 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CEDEnte

RICARDO MOREIRA DOS SANTOS

Professor

CESSIONÁRIO

**PORTARIA Nº 0490/16**

PORTARIA nº 0490/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 9787/2016, nomeada pela Portaria nº 0457/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do artigo 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância, constante no Processo Administrativo nº 9787/16;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 05 de julho de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 9787/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0491/16**

PORTARIA nº 0491/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

**RESOLVE**

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 021.413.429-62, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHEIRA, matrícula nº 11.673, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório – Tomada de Preço nº 06/2016 - PMV - Contrato Administrativo nº CT 110/2016, cujo objeto é a execução de pavimentação com blocos de concreto para passeio interno e acesso ao pátio da Escola de Educação Básica do Bairro Carboni. Área acesso/pátio: 1.816,50m² e calçadas: 196,68m², pelas Secretarias de Planejamento e Educação.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 23 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Administração



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0059/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0059/2016, tendo como objeto a Aquisição e Instalação de Equipamentos Permanentes destinados a Academia ao Ar Livre, compreendendo 12 kits com 09 aparelhos, a serem instalados em diversos pontos do Município de Xanxerê, conforme descrito no Memorial Descritivo e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 13 de julho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 27 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 0051/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0062/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MR Comércio e Serviço de Som LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de empresa para Prestação de serviços de Sonorização, destinado a Semana Cívica e no dia do desfile de Sete de Setembro.

Valor total: R\$ 7.000,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0063/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: BMR Condicionadores de Ar LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de bebedouros e refrigeradores, destinados aos CEMEIs e EMEBs da rede municipal de ensino.

Valor total: R\$ 16.125,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0064/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Supera Uniformes Ind. Com. Têxtil LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Camisetas, destinadas aos alunos da rede municipal de ensino para uso na formatura do Proerd e no desfile do dia Sete de Setembro.

Valor total: R\$ 47.270,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0065/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Sidney Luiz Debastiani.

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviço de Dois profissionais de locução e banda de percussão com no mínimo 25 componentes, destinado as apresentações na Semana Cívica e no desfile de Sete de Setembro.

Valor total: R\$ 2.500,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0066/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Edevaldo Adail Valencio.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Locação de palco e serviço de montagem e desmontagem do mesmo, destinado as apresentações na Semana Cívica e no desfile de Sete de Setembro.

Valor total: R\$ 3.100,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0067/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Francieli Toniello ME.

Objeto: Registro de Preços para locação de 12 banheiros químicos, para serem utilizados durante o desfile de Sete de Setembro.

Valor total: R\$ 1.790,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0068/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Frimac Refrigeração Eireli ME.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Climatizadores modelo Split, quente e frio, 12.000 Btus, destinados aos CEMEIs e EMEBs da rede municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 29.700,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0061/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0061/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê juntamente com o Fundo Municipal de Saúde.

Detentor da Ata: N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de até 3.000 (três mil) Marmitas para o Centro de Atenção Psicossocial Vida Integrada – CAPS.

Valor total: R\$ 44.550,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 23 de junho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

**EXTRATO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0082/2013**

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0082/2013

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: NL Construções LTDA.

Objeto: Construção de uma quadra poliesportiva na EMEB Nossa Senhora Aparecida.

Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 26.990,66 referente ao re-equilíbrio econômico-financeiro e fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário para até 29/09/2016, contados a partir de 30/06/2016, tudo conforme requerimento, Parecer Jurídico e Parecer do Controle Interno anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0054/2016**

Extrato de Contrato nº 0054/2016

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: GABRIEL NAGEL ME

Objeto: Prestação de Serviços de Atendimento e Procedimentos na especialidade de Ortopedia, conforme relacionados no 4º Aditivo ao Processo nº 0134/2014.

Valores conforme 4º Aditivo ao Processo nº 0134/2014.

Prazo: 12 meses

Xanxerê-SC, 27 de junho de 2016. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

**PORTARIA Nº RH- AJG 175/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 181/2016

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA ATIVIDADE POLITICA A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 artigo 85.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.775/91 artigo 85 em sua redação que o Funcionário público Municipal terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos a partir de 02 de julho 2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. SILVIA REGINA BARALDI BANDEIRA, nacionalidade brasileira, Portadora da CI nº 2.429.376-8 e CPF nº 736.397.539-68, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeada conforme Decreto nº LJV 015/10, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende a solicitação protocolada em 24.06.2016, até a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de junho de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH- AJG 176/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 176/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 28.06.2016 a 27.07.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELA CAUS, nacionalidade brasileira, portadora da CI 16R. 3.955.035, CPF Nº 054.245.749-04 residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº LJV 128/2012 no cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0002408/2016. Datado de 27.06.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.08.2012 a 07.08.2015

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH- AJG 178/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 178/2016

DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII.

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública que seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor público municipal, Sr. CLAUDIOMIRO DA PAZ, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) na cidade de Xanxerê SC, portador (a) da CI nº 13/C – 3.259.799, CPF nº 915.398.549-49, nomeado pelo Decreto AM 217/2007, nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças para desempenhar as atividades profissionais na Secretaria Municipal de Saúde.



Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH- AJG 179/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 179/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII.

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública que seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Sra. ELESSANDRA DA ROSA, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) na cidade de Xanxerê SC, portador (a) da CI nº 3.451.332, CPF nº 005.634.909-26, nomeada pelo Decreto AM 183/02, nomeada para exercer o cargo de Professora Licenciatura Plena Modalidade Esportiva, com quarenta (40) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Esportes para desempenhar as atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH- AJG 180/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 180/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII.

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública que seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

DESIGNAR, a servidora pública municipal, Sra. BRUNA CZARNOVSKI POZZAN VERARDO, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) na cidade de Xanxerê SC, portador (a) da CI nº 5.211.035, CPF nº 076.169.699-76, nomeada pelo Decreto AJG 108/2013, para exercer o cargo de Educadora Social, com quarenta (40) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para desempenhar as atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta designação é temporária pelo período de 13.06.2016 até 31.12.2016.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 252

DECRETO Nº. 252/2016.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, o servidor municipal DANIEL TONIAZZO, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE TRANSITO, portador da matrícula 6241, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

### LEI 4193/2016

LEI Nº 4193/2016.

"Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2016 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 184.154,00 (Cento e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais), na seguinte programação de despesa dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.64	10.330,00
4.4.90.00.00	01.64	174.824,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.64, Convênio com o Governo do Estado, Programa do Fundo Social, Proposta de Transferência nº 17524/2016.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## Associações

### AMUREL

#### ATA AGO FEVEREIRO 2016

##### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 10:30h, em segunda chamada, reuniram-se na sede da AMUREL, para Assembleia Geral Ordinária, os senhores Prefeitos representantes dos Municípios Associados: Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito do Município de Pescaria Brava; Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito do Município de Pedras Grandes, Everaldo dos Santos, Prefeito do Município de Laguna, neste ato representado pelo senhor João Batista dos Santos; José Schotten, Prefeito do Município de São Martinho; Jorge Leonardo Nesi, Prefeito do Município de Gravatal, neste ato representado pelo senhor Álvaro José Medeiros Júnior, Prefeito em exercício; João Olávio Falchetti, Prefeito do Município de Tubarão; Lourivaldo Schuelter, Prefeito do Município de Rio Fortuna; Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito do Município de Jaguaruna; Manoel Viana de Sousa, Prefeito do Município de Imaruí; Jaime Wensing, Prefeito do Município de Armazém; Moacir Rabelo da Silva, Prefeito do Município de Capivari de Baixo; Volnei Weber, Prefeito do Município de São Ludgero, neste ato representado pela senhora Nilva S. Pickler; Amilton Ascari, Prefeito do Município de Grão Pará; Dilcei Heidemann, Prefeita do Município de Santa Rosa de Lima; Castilho Silvano Vieira, Prefeito do Município de Sangão; Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL e Prefeito do Município de Imbituba. Além dos senhores Prefeitos acima nominados, presentes o senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito licenciado do município de Gravatal, o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, a Assessoria Jurídica da AMUREL e demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Após constatado haver quorum mínimo exigido pelo Estatuto, o senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito do Município de Imbituba e Presidente da AMUREL, fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vindas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA — AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de fevereiro de 2016, às 10.00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: Aprovação da Ata Anterior; Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2015; Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, representantes da AMUREL junto a FECAM; Apreciação e aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2016; Assuntos diversos. Abertos os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensada pelos presentes. A ata restou aprovada pelos presentes. 2) Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2015: Inicialmente no uso da palavra o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, com a colaboração efetiva do coordenador administrativo da AMUREL, o senhor. Everson Guimarães, apresentou via mídia, relatório financeiro e executivo da Amurel, evidenciando a grande importância da entidade, citando como exemplo o aumento da demanda da prestação de Serviços executados pela entidade posto à disposição dos Municípios, dentre eles: referenciou os serviços de engenharia; acompanhamento no movimento econômico (ICMS). Destacando ao final o grande retorno financeiro aos municípios em decorrência da disponibilidade destes expedientes pela AMUREL e, informou que a Associação entregará aos prefeitos uma revista que traz relatórios detalhados de atendimentos dos mais diferentes setores em que a AMUREL atua, serviços, resultados, estatísticas, projeções, análises do movimento municipalista e principais ações desenvolvidas pela entidade na gestão que finda. Ainda, elucidou, que neste ano, uma das novidades da revista em comento, é o espaço oferecido aos municípios para que pudessem listar as principais obras iniciadas ou concluídas em 2015, complementou que a revista, em novo formato, destaca ainda a consolidação do trabalho do Consórcio Intermunicipal de Saúde — CIS, que embora não faça parte da Associação, teve sua criação fomentada pela AMUREL e funciona dentro da Associação, e que a revista será distribuída oportunamente aos servidores públicos dos municípios associados, agentes políticos e outras autoridades regionais. Ato contínuo, o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL passou a palavra ao Senhor Ramon Mendes, Contador da AMUREL, que apresentou para fins de análise e deliberação, a prestação de contas do exercício de 2015 (6º. Bimestre de 2015, consolidando as contas anuais do exercício de 2015). Finalizado a apresentação da prestação de contas do exercício de 2015, com os esclarecimentos prestados pelo contador, passou-se a apreciação e discussão sobre o tema, sendo que as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. 3) Eleição dos membros do conselho de Administração, Conselho Fiscal, Titulares e Suplentes, Representantes da Amurel junto à FECAM: A Assembleia decidiu eleger, para o exercício que compreende o dia 25 de fevereiro de 2016 até o término da segunda quinzena de fevereiro de 2017, com data limite no dia 28 de fevereiro de 2017, salvo eleição anterior, para compor a direção do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes da AMUREL, para o ano de 2016 os seguintes representantes que nesta mesma data tomam posse: Para o Conselho de Administração: Manoel Viana de Sousa, Prefeito do Município de Imaruí, como Presidente; João Olávio falchetti, Prefeito do Município de Tubarão, como 1º Vice-presidente; Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito do Município de Pedras Grandes, como 2º Vice-presidente. Para o Conselho Fiscal foram eleitos como titulares: Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo; Jorge leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal; Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito de Jaguaruna. E como suplentes do Conselho Fiscal: Jaison Cardoso de Souza – Prefeito de Imbituba; Castilho Silvano Vieira – Prefeito de Sangão; José Schotten – Prefeito de São Martinho. Como representantes junto à FECAM foram eleitos: Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava; Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará; Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte; Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima; Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna; Jaime Wensing, Prefeito de Armazém; Lourivaldo Schuelter, Prefeito de Rio Fortuna; Volnei Weber, Prefeito do Município de São Ludgero. 4) Apreciação e aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2016: Apresentado pelo Diretor Executivo da Amurel, senhor. Celso Heidemann, a proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2016. foi amplamente apreciada e discutida pelos presentes e aprovada por unanimidade. 5) Assuntos Diversos: a) o senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruí, relatou da dificuldade do município quanto a realização de renovação de convênios, pelo fato de este ser um ano eleitoral, foi informado que os contratos de subvenção podem ser renovados desde que os contratos estivessem em execução nos exercícios anteriores. b) o Senhor Lourivaldo Schuelter, Prefeito do Município de Rio Fortuna, explanou sua situação referente ao reajuste anual para o ano de 2016, com base no INPC, frente a crise financeira ue o município se encontra, dizendo que se for atender a legislação vigente irá estourar o índice da folha de pagamento, portanto, tem a intenção de repassar apenas 50% do INPC, e solicitou a orientação dos seus pares quanto ao problema apresentado,

recebendo retorno imediato do senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito do Município de Imaruí, que chamou atenção quanto ao princípio da isonomia, inclusive para os professores e agentes de saúde. Dessa forma foi solicitado a AMUREL, apoio quanto a mobilização de todos os municípios frente a opinião pública e imprensa das dificuldades enfrentadas pelos municípios para atenderem ao reajuste dos salários com base no INPC, neste ano face a crise financeira. Ainda, foi solicitado orientação pelo Assessor jurídico Peterson Medeiros de Oliveira, sobre o tema, o qual prontamente diligenciou para esclarecer as dúvidas pertinentes. Por fim o senhor Lourivaldo sugeriu que se chegasse num consenso global acerca do índice reduzido (50%) a ser repassado por todos os municípios da AMUREL, contudo, alguns municípios já tiveram a sua data-base realizadas nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, não havendo dessa maneira, consenso quanto ao tema. Contudo, o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da Amurel, informou que a Entidade, poderá preparar uma nota pública para informar a imprensa da região sobre os fatos e dificuldades aqui comentadas, ainda informou que a FECAM está fazendo estudo neste sentido. Ainda, informou que vai encaminhar aos presentes, cópia do comunicado nº 10 da FECAM. c) o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da Amurel, informou a todos sobre situação a ser regularizada em referência ao Pró-Transporte, e ficou convencionada a emissão de ofício referente ao tema Liberação de Recursos de Cartas Consulta Aprovadas. Encerrando a reunião o senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito do Município de Ibituba, agradeceu a todos os Prefeitos pelo apoio destacado nos trabalhos realizados no seu mandato em frente a AMUREL, bem como à todos os funcionários da entidade pela eficiência e empenho nas suas tarefas diárias, em especial ao senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da entidade, pelo exercício de suas funções de forma digna e exemplar, possibilitando com o auxílio da entidade aos municípios Associados executarem seus projetos clamados e reclamados pela sociedade, ainda, por não ter esmorecido frente ao reduzido quadro de profissionais, bem como frente a crise financeira que o país e principalmente os municípios têm enfrentado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito de Imaruí e Presidente da AMUREL.

# Consórcios

## AGIR

### RESOLUÇÃO Nº 029/2016 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 029/2016

AUTORIZA O PAGAMENTO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO AOS SERVIDORES DA AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 011/2016 e pelo Artigo 48, Incisos I, X e XII do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

Considerando, a deliberação da Assembleia Geral da AGIR realizada aos 23.06.2016, que aprovou o pagamento da 1ª parcela do 13º salário aos servidores da AGIR relativamente ao exercício de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Com fundamento na Lei Federal nº 4.090, de 13 de julho de 1962, modificada pela Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965,

com nova regulamentação dada pelo Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965, e observadas as diretrizes contidas nos artigos 44 e 45 do Anexo II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR, fica autorizada a antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º salário para o mês de julho do ano corrente aos servidores efetivos, eletivos, comissionados ou temporários proporcionalmente ao meses de exercício e será pago aos servidores até o dia 15 de julho do corrente;

Art. 2º - Os recursos para o pagamento desta 1ª parcela do 13º salário ocorrerão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2010 – Aplicações diretas 3.1.90.00.00.00.00.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de junho de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## CIGA

### ATO DE DISPENSA Nº 06/2016

Ato de Dispensa nº 06/2016

Processo ADMINISTRATIVO nº 12/2016

Objeto: Contratação de empresa para realização de curso de capacitação sobre licitações públicas a ser realizado na sede do CIGA, conforme termo de referência anexo.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a recente nomeação dos membros da comissão de licitação do CIGA, bem como a necessidade de capacitar os demais empregados públicos, envolvidos diretamente na condução dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços do CIGA, é imprescindível que os respectivos empregados públicos sejam capacitados para o desempenho de suas funções nos processos de contratações públicas. A contratação de um curso de capacitação sobre licitações públicas visa a formação dos empregados públicos responsáveis e dos demais que assessoram nos processos de aquisições de bens e contratações de serviços do CIGA. O curso de capacitação deve ser realizado nas dependências do CIGA, com a finalidade de assegurar a economicidade, pois não haverá despesas com deslocamento e hospedagem, e a conveniência de escolha das datas para a realização do curso pelo CIGA, tendo em vista o número significativo de participantes (aproximadamente 10 empregados públicos).

Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM

CNPJ: 08.940.383/0001-90

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 28 de junho de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

ANEXO ÚNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para realização de curso de capacitação sobre licitações públicas a ser realizado na sede do CIGA, com a seguinte ementa: legislação e princípios norteadores da contratação pública; fases da contratação administrativa; procedimentos da fase interna da licitação; procedimentos da fase externa da licitação; registro de preços: conceito, cabimento, procedimentos, ata de registro de preços; contrato administrativo: formalização, duração, execução, fiscalização, recebimento, alteração e rescisão.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a recente nomeação dos membros da comissão de licitação do CIGA, bem como a necessidade de capacitar os demais empregados públicos, envolvidos diretamente na condução dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços do CIGA, é imprescindível que os respectivos empregados públicos sejam capacitados para o desempenho de suas funções nos processos de contratações públicas. A contratação de um curso de capacitação sobre licitações públicas visa a formação dos empregados públicos responsáveis e dos demais que assessoram nos processos de aquisições de bens e contratações de serviços do CIGA. O curso de capacitação deve ser realizado nas dependências do CIGA, com a finalidade de assegurar a economicidade, pois não haverá despesas com deslocamento e hospedagem, e a conveniência de escolha das datas para a realização do curso pelo CIGA, tendo em vista o número significativo de participantes (aproximadamente 10 empregados públicos).

#### 3. DISPOSIÇÕES GERAIS

##### 3.1. CARGA HORÁRIA

O curso deverá ter carga horária de, no mínimo, 15 horas/aula.



**3.2. NÚMERO DE VAGAS**

O curso deverá dispor de, no mínimo, 10 (dez) vagas.

**3.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I – Organizar o curso;
- II – Contratar o docente;
- III – Acompanhar e prestar o suporte necessário durante a execução do curso;
- IV – Preparar e fornecer o material a ser utilizado; e
- V – Emitir certificado do curso aos participantes.

**3.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I – Disponibilizar o espaço físico para a realização do curso, o qual deve possuir todos os equipamentos de áudio e vídeo para a realização do curso;
- II – Fornecer a relação de participantes à Contratada; e
- III – Informar à Contratada o responsável, por parte da Contratante, por acompanhar a execução do curso e por prestar o suporte necessário ao docente.

**3.5. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO**

Sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, situado na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Centro Executivo Imperatriz – Sala 1307, Canto, Florianópolis/SC.

**PORTARIA Nº 11/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016**

Portaria nº 11/2016, de 28 de junho de 2016

Concede a pedido afastamento especial para a realização do trabalho de conclusão do curso de mestrado ao Programador Ricardo Bressan Tasca.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Conceder a pedido, ao Sr. Ricardo Bressan Tasca, CPF nº 058.762.829-44, matrícula 19, Programador do CIGA, afastamento especial para a realização do trabalho de conclusão do curso de mestrado, que limitar-se-á a 1(um) mês, de 29 de junho de 2016 a 28 de julho de 2016, nos termos do inciso II do parágrafo primeiro do artigo 10 da Resolução CIGA nº 66, de 09 de junho de 2014.

Parágrafo único. Durante o afastamento especial e conforme requerido, a jornada de trabalho diária do empregado público Ricardo Bressan Tasca será flexibilizada e terá duração de 4 (quatro) horas diárias.

Art. 2º Durante o período de afastamento é vedado ao servidor realizar qualquer outra atividade remunerada que coincida com o horário de expediente do CIGA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 29 de junho de 2016, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 28 de junho de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

---

**CIMCATARINA**

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/2016 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0002/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Fraiburgo, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

FINATTO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Ata nº AT16CIM3049.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 21.06.2016 à 30.06.2016. PAL nº: 0002/2016. Pregão Eletrônico nº: 0002. Registro de Preços nº: 0002.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2016 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso do órgão participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Abdon Batista, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3050.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 21.06.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0010/2016. Pregão Eletrônico nº: 0010. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2016 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Salto Veloso, Caçador, Calmon, Fraiburgo e Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3032;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3033;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3034;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3035;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIM3036.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade:



14.06.2016 à 31.07.2016. PAL nº: 0001/2016. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016 - PNEUS E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista e Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

##### **FORNECEDORES:**

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIM3028;  
JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIM3029;  
PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME - Ata nº AT-16CIM3030;  
R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT16CIM3031.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.06.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0006/2016. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0006.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0007/2016 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0007/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais odontológicos e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta e Curitiba, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

##### **FORNECEDORES:**

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT16CIM3045;  
L.M.LADEIRA & CIA LTDA ME - Ata nº AT16CIM3046;  
L.M.LADEIRA & CIA LTDA ME - Ata nº AT16CIM3047;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3048.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 21.06.2016 à 31.10.2016. PAL nº: 0007/2016. Pregão Eletrônico nº: 0007. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2016 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

##### **FORNECEDORES:**

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2337;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2338;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2339;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2340;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2341;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2342;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2343;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2344;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2345;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2346;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2347;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2348;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2349;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2350;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2351;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2352;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2353;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2354;  
CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2355;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2356;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2357;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2358;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2359;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2360;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2361;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2362;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº

AT16CIMCATARINA2363;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2364;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2365;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2366;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2367;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2368;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2369;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2370;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2371;  
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT-16CIMCATARINA2372;  
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EIRELI EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2373;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2374;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2375;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2376;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2377;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2378;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2379;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2380;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2381;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2382;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2383;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2384;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2385;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2386;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2387;  
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2388;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2389;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2390;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2391;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2392;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2393;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2394;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2395;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2396;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2397;

INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2398;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2399;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2400;  
INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2401;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2402;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2403;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2404;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2405;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2406;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2407;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2408;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2409;  
LUCAS C. RUBEL ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2410;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2411;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2412;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2413;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2414;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2415;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2416;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2417;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2418;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2419;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2420;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2421;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2422;  
MAPPE BRASIL LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2423;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2424;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2425;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2426;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2427;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2428;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2429;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2430;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2431;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2432;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2433;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2434;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2435;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2436;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2437;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2438;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2439;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2440;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2441;  
MORGADO & MARTINEZ LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA2442;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº

AT16CIMCATARINA2443;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2444;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2445;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2446;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2447;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2448;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2449;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2450;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2451;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2452;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2453;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2454;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2455;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2456;  
N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2457;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2458;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2459;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2460;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2461;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2462;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2463;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2464;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2465;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2466;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2467;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2468;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2469;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2470;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2471;  
NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2472;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2473;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2474;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2475;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2476;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2477;

SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2478;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2479;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2480;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2481;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2482;  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2483;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2484;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2485;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2486;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2487;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2488;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2489;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2490;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2491;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2492;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2493;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2494;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2495;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2496;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2497;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2498;  
SUELEN CRISTINA PROVENS ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2499;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2500;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2501;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2502;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2503;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2504;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2505;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2506;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2507;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2508;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2509;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2510;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2511;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2512;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2513;  
ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA2514.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.06.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0010/2016. Pregão Eletrônico nº: 0010. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönnau  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2016 - FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS**  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Fraldas Geriátricas e Infantis, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibanos, Frei Rogério, Ibiam, Irani, Itá, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Tangará e o Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.  
FORNECEDORES:  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº



AT16CIMCATARINA2311;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2312;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2313;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2314;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2315;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2316;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2317;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2318;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2319;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2320;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2321;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2322;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2323;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2324;  
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA2325;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2326;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2327;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2328;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2329;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2330;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2331;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2332;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2333;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2334;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2335;  
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA2336.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014 e Resolução 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.06.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0011/2016. Pregão Eletrônico nº: 0011. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2536;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2537;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2538;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2539;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2540;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2541;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2542;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2543;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2544;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2545;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2546;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2547;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2548;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2549;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2550;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2551;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2552;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2553;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2554;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2555;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2556;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2557;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2558;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2559;  
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM2560;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2561;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2562;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2563;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2564;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2565;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2566;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2567;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2568;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2569;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2570;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2571;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2572;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2573;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2574;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2575;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2576;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2577;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2578;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2579;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2580;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2581;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2582;  
 AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM2583;







AT16CIM2772;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2773;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2774;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2775;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2776;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2777;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2778;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2779;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2780;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2781;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2782;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2783;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2784;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2785;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2786;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2787;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2788;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2789;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2790;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2791;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2792;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2793;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2794;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2795;		
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2796;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2797;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2798;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2799;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2800;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2801;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2802;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT-16CIM2803;		

AT16CIM2803;		
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2804;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2805;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2806;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2807;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2808;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2809;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2810;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2811;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2812;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2813;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2814;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2815;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2816;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2817;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2818;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2819;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2820;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2821;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	CORRELATOS	- Ata nº AT-16CIM2822;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2823;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2824;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2825;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2826;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2827;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2828;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2829;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2830;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2831;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2832;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2833;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2834;
M.U. BACKES & CIA LTDA		- Ata nº AT16CIM2835;

[illegible]



AT16CIM2950;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2951;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2952;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2953;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2954;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2955;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2956;  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIM2957;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2958;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2959;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2960;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2961;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2962;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2963;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2964;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2965;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2966;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2967;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2968;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2969;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2970;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2971;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2972;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2973;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2974;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2975;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2976;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2977;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2978;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2979;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2980;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2981;  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT16CIM2982;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2983;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2984;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2985;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2986;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2987;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2988;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2989;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2990;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2991;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2992;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2993;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2994;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2995;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2996;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº

AT16CIM2997;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2998;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM2999;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3000;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3001;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3002;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3003;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3004;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3005;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3006;  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIM3007;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3008;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3009;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3010;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3011;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3012;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3013;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3014;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3015;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3016;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3017;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3018;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3019;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3020;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3021;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3022;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3023;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3024;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3025;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3026;  
VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3027.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 10.06.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.



Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2016 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

#### **FORNECEDORES:**

HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3051;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3052;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3053;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3054;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3055;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3056;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3057;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3058;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3059;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3060;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3061;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3062;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3063;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3064;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3065;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3066;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3067;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3068;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3069;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3070;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3071;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3072;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3073;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3074;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3075;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3076;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3077;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3078;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3079;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3080;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP - Ata nº AT16CIM3081;  
WP DO BRASIL LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3082;  
WP DO BRASIL LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3083;  
WP DO BRASIL LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3084;  
WP DO BRASIL LTDA EPP - Ata nº AT16CIM3085.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.07.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0015/2016. Pregão Eletrônico nº: 0015. Registro de Preços nº: 0015.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2016 - CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de curativos para tratamento de feridas e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis, Caçador, Frei Rogério, Ibiam, Macieira, Monte Carlo, Salto Veloso, Tangará e o Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

#### **FORNECEDOR:**

L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3086;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3087;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3088;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3089;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3090;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3091;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3092;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3093;  
L.M. FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT16CIM3094.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.07.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0016/2016. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

### **EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0024/2016 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0024/2015  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Fraiburgo, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa e o Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

#### **FORNECEDORES:**

CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3037;  
CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT-16CIM3038;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3039;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3040;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3041;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3042;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3043;  
HC SUPRIMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIM3044.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 17.06.2016 à 30.06.2016. PAL nº: 0030/2015. Pregão Eletrônico nº: 0024. Registro de Preços nº: 0027.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0013/2016 - CADEIRAS E LONGARINAS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0013/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de Cadeiras e Longarinas, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2515;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2516;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2517;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2518;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2519;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2520;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2521;

DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - Ata nº AT16CIM2522;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2523;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2524;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2525;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2526;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2527;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2528;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2529;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2530;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2531;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2532;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2533;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2534;

MAURO FONSECA ME - Ata nº AT16CIM2535.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.06.2016 à 31.12.2016. PAL nº: 0013/2016. Pregão Presencial nº: 0013. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo (SC), 28 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

---

**CIMVI**

---

**LICITAÇÃO Nº 007/2016 - DESPACHO**

LICITAÇÃO nº 007/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Despacho

Considerando-se que, conforme mencionado na ata da sessão de abertura e julgamento das propostas e documentos de habilitação realizada na data de 21 de Junho de 2016 as 09h10min, nenhuma proposta foi apresentada para atendimento do item 03 da Licitação nº 007/2016 – Pregão Presencial, o mesmo foi declarado deserto pela Pregoeira.

Desta forma, determino ao Setor de Licitações deste Consórcio Público que promova ao levantamento dos motivos que ensejaram a ausência de propostas para o referido item e, se for caso, proceda à adequação das disposições editalícias para repetição do certame a fim de viabilizar o atendimento da necessidade pública evidenciada.

Timbó (SC), 28 de Junho de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

**LICITAÇÃO Nº 007/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 007/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 28 de Junho de 2016.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692



**LICITAÇÃO Nº 007/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 007/2016, o(s) participante(s):

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	106,00	44.520,00
02	GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTÉTICOS LTDA ME	3,85	23.716,00

Timbó, 28 de Junho de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

**CIS NORDESTE****HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016**

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01, de 10 de junho de 2016, visando à contratação de profissional para preenchimento de vaga junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, por prazo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, homologa a lista de CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos, conforme segue.

Função: Auxiliar Administrativo

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR	
Fabiane Albina Tomelin Campão	21	1º	
Josi Weber	12	2º	
Alessandro Pereira Ramos	12	3º	
Amanda Carolina Espindola	11	4º	
Jaqueline Varaldo Bonfanti	11	5º	
Roseli Pedro de Santana	9	6º	
Kelly Cristina Bezerra Nogueira	9	7º	
Ana Karla Colombo Donadel	9	8º	
Suemari de Souza	8	9º	
Elenir Berkenbrock Silveira	8	10º	
Francielli Strada	8	11º	
Eluana Schmoller Blazios	8	12º	
Klaus Edgard Wuttke	6	13º	
Rosangela Roseli dos Santos Ramos	6	14º	
Talita Daiane Mondstack	6	15º	
Sthefania Vailati Gaertner	6	16º	
Letícia Luciane Buzzi	6	17º	
Joice Wolf	5	18º	
Benhur Azolini	5	19º	
Patrícia Roseli da Costa	5	20º	
Eduardo Henrique Cuareli Bortolassi	5	21º	
Mariane Cristina Gonçalves	5	22º	
Natalia Breneisen Delfino	5	23º	

Camille Tuane Pereira	5	24º	
Michele Janaina Ransani	4	25º	
André Felipe Baumer	4	26º	
Thomas Bolduan Hildebrand	4	27º	
Priscilla Carolina Silveira	4	28º	
Maria Eliane Francesconi Gutierrez	3	29º	
Maycon Patrick Junckes	3	30º	
Carla da Rosa Canuto	Desclassificado	Desclassificado	
Everton Mello de Matos	Desclassificado	Desclassificado	

A classificação dos candidatos para preenchimento da vaga que surgir no período de vigência do Edital obedecerá à ordem da classificação e será realizada mediante termo de convocação, enviado por carta registra com Aviso de Recebimento ao endereço do candidato, conforme item 3.2 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016.

Joinville, 29 de junho de 2016.  
José Chaves  
Prefeito de Garuva  
Presidente do CISNORDESTE/SC

## IBERE

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS Nº 001/2015

CNPJ 05.871.732/0001-70

ATA 001/2015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ.

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, sob a presidência do Prefeito de Águas de Chapecó, Senhor Andre Max Tormen, reuniu-se para assembleia geral ordinária do Conselho de Associados o Senhor Cleomar Kuhn Prefeito Municipal e São Carlos, Senhor Alceu Mazzioni Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Senhor Pedro Borsoi Prefeito Municipal de Guatambu, Senhor Acir Rossetto Prefeito em exercício do Município de Caxambu do Sul, Senhor Nelson Krombauer representante do município de Chapecó, Senhora Silvia Valdez Conselheira executiva do Consórcio Iberê, Senhora Marcia Spielmann Assessora Contábil do Consórcio Iberê, Senhora Geciane Jordani Engenheira Agrônoma, Senhora Kellen Cassaro assessora administrativa do quadro de pessoal do Consorcio Iberê para tratar da seguinte pauta: 1 – Prestação de Contas 2014; 2 – Plano de Atividade e Planilha Orçamentária 2015; 3 – Contrato de Rateio 2015; 4 – Eleição novo Mandato 2015/2016; 5 – Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos; 6 - Assuntos Gerais: Dando início a Assembleia Geral Ordinária o presidente André Max Tormen deseja boas vindas e cumprimenta a todos os presentes, passando a palavra para a contadora Marcia Spielmann que inicia a prestação de contas financeira e contábil, informa aos membros presentes que será entregue uma prestação de contas impressa para cada prefeitura para que possa ser destinada em seu respectivo setor contábil. Apresenta a receita orçamentária de 2014, no valor de R\$ 349.272,11, destes R\$ 866,50 é o valor referente ao imposto de Renda Retido em Folha, o valor de R\$ 1.505,19 é referente a rendimento bancário, o valor de R\$ 266.423,42 foi o saldo recebido do Convênio Casan Nº 674/2014 e o valor de R\$ 80.477,00 foi o saldo recebido dos municípios dos contratos de Rateio. Apresenta as despesas ocorridas durante o ano, Pessoal e encargos no valor de R\$ 60.458,75, outras despesas correntes no valor de R\$ 151.865,02 e Investimentos, aquisição de um notebook no valor de R\$ 3.585,00, informa que ainda falta receber da CASAN o valor de R\$ 35.056,58. Finalizando o ano de 2014 com um saldo no contrato de rateio de

R\$ 46.607,09 e do convênio Casan no valor de R\$ 112,940,86, finalizando a prestação financeira e contábil senhora Marcia passa a palavra para a Senhora Geciane fazer a prestação de contas atividades técnicas realizadas durante o ano de 2014, informa a quantidade de materiais que os beneficiários receberam do CASAN 2014, as visitas técnicas, as reuniões, as participações em eventos, as visitas técnicas da Casan, as pesquisas que estão sendo realizadas e demais atividades que foram realizadas durante o ano. Os prefeitos manifestam que precisa haver uma ação específica do Iberê para coibir o uso e ocupação do solo na área de preservação permanente. Silvia se compromete a elaborar uma ação e apresentar para apreciação na próxima reunião. O Iberê buscará tais informações junto ao prefeito Alceu e se apropriará dos fatos para subsidiar tecnicamente os prefeitos sobre como tratar do assunto. Dando sequência a assembleia, Senhora Silvia apresenta o plano de atividades para o ano de 2015. Senhor Pedro Borsoi pergunta o que o Iberê poderia fazer perante a construções ilegais nas margens de rios das barragens, Silvia recomenda fiscalização, denúncia e colocações de placas informativas, informando a irregularidades dos locais. Perante isso Senhor Pedro Borsoi solicita ao Iberê, alguma ação específica para poder impedir essas construções irregulares que existem ao redor das barragens. Silvia comenta que será analisada e criada uma ação para contornar esta situação, na qual será apresentada na próxima reunião. Colocado em votação a prestação de contas financeira, contábil e de atividades, aprovada por unanimidade de votos. Senhora Kellen apresenta a planilha orçamentária para o ano de 2015, comenta que as despesas para este ano são as mesmas dos anos anteriores, e informa que a planilha contendo o valor do contrato de rateio está sendo apresentada de duas formas, uma contando com a assinatura do próximo convênio Casan e outra sem a assinatura do convênio. O valor do contrato de rateio de R\$ 11.500,00 colocado em votação, aprovado por unanimidade de votos. Silvia comenta sobre a possibilidade de Integração dos 7 municípios do Iberê no Plano de Resíduos Sólidos e os prefeitos aceitam a integração, Silvia comenta que na próxima reunião será apresentado um esboço do projeto da integração no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Eleição: Silvia apresenta o histórico dos presidentes do Iberê desde 2004. Eleito novo presidente do Consórcio Iberê mandato 2015/2016 o Senhor Pedro Borsoi prefeito de Guatambu e Vice-Presidente o Senhor Vilmar Foppa prefeito de Caxambu do Sul, e a assessora contábil

permanecerá a Marcia Spielmann até encerra o convênio Casan e posteriormente o presidente indicará o novo assessor contábil. Os Conselheiros Fiscais eleitos são: Senhor Alceu Mazzioni prefeito de Cordilheira Alta, Senhor Nelson Krombauer representante de Chapecó, Senhor Plinio Dallacorte prefeito de Planalto Alegre. Os Conselheiros executivos eleitos são: Senhora Silvia Valdez, Nelson Krombauer e Andre Max Tormen. O quadro de Pessoal se mantém o mesmo. As legislações atendidas são: Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/07, Lei federal nº 4.620/64 e o Estatuto do Consórcio. Nada mais havendo a tratar considera-se encerrada a Assembleia, e eu Kellen lavrei a presente ata.

André Max Tormen  
Prefeito de Águas de Chapecó  
Presidente do Consórcio IBERÊ

Prefeito de São Carlos  
Cleomar Kuhn  
Vice-Presidente do Consórcio IBERÊ

Acir Rossetto  
Vice-Prefeito de Caxambu do Sul

Plinio Dallacorte  
Prefeito de Planalto Alegre

Pedro Borsoi  
Prefeito de Guatambu

Vera Zandavalli  
Vice-Prefeita de Guatambu

Alceu Mazzioni  
Prefeito de Cordilheira Alta

Silvia Valdez  
Conselheira Executiva

Antonio F. Baptiston  
Fiscal da CASAN

Marcia Spielmann  
Assessora Contábil do Consórcio IBERÊ

Kellen Cassaro  
Ass. Administrativa do Consorcio IBERÊ

Geciane Jordani  
Ass. De Projetos do Consorcio IBERÊ

## **ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO N. 01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO – CONSÓRCIO IBERÊ

PROCESSO N. 001/2016

Pregão Presencial N. 01/2016

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO N. 01/2016

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2016, às NOVE HORAS reuniu-se o PREGOEIRO, Senhor GLORACI JOSÉ BASSANI e, sua EQUIPE DE APOIO, constituída por LUANA ANTUNES MACIEL, MARCELO ROSSATO e ALAONE SICHELERO, nomeados através do Decreto Municipal n. 143/2015, de 15/07/2015, e se fizeram presentes as Senhoras Geciane Jordani assessora de projetos e Kellen Cassaro, assessora administrativa do Consórcio IBERÊ, para proceder a recepção dos invólucros e abertura dos envelopes, contendo às propostas de preços e os envelopes contendo a habilitação nos termos do item 3, referente ao Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n. 01/2016 do Consórcio IBERÊ. Inicialmente o Pregoeiro apresentou toda a documentação relativa e, informou que três empresas devidamente credenciada em tempo hábil estariam participando do presente certame, a saber: (i) AGRO LÍDER LTDA, representada pelo Senhor Ricardo Urbancic, inscrito no CPF/MF sob n. 739.834.599-72; (ii) CERAÇA COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO ARAÇA, representada pelo Senhor Delcio Renan Grolli, inscrito no CPF/MF sob n. 045.300.629-96 e, (iii) TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA – EPP, representada pelo

Senhor ALCEU SGNAULIN, inscrito no CPF/MF sob n. 400.456.259-72. Inicialmente o Pregoeiro fez referência aos trâmites legais acerca do presente certame, informando que o presente procedimento licitatório seria para atendimento exclusivamente as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos regrados pela Lei Complementar n. 123/2006, c/c a Lei Complementar n. 147/2006, abrindo-se então a presente sessão pública, recepcionando-se os envelopes de n. 01 e 02 da proponente presente nos termos do item 6.1 desse edital, informando que o representante da Empresa Agro Líder Ltda deixou de apresentar sua Declaração dando Ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação nos termos do Anexo III, fazendo-o e suprimindo na própria sessão pública, por conseguinte, o pregoeiro realizou a abertura dos envelopes contendo suas propostas de preços, verificando-se ao final que estavam em consonância conforme exigidos no item 4 e seguintes, aberto para negociação e rodada de lances nos termos do item 6.2 e seguintes, restou registrados e classificados o seguinte: (a) Empresa Ceraça: item n. 01, no importe de R\$ 162,00; item n. 09, no importe de R\$ 223,00 e item n. 10, no importe de R\$ 318,00; (b) Empresa Agro Líder, no item 03, no importe de R\$ 340,00; item n. 04, no importe de R\$ 3,40, item n. 06, no importe de R\$ 180,00 e; (c) Empresa Tratap Madeira, no item n. 05, no importe de R\$ 18,00 por ser empresa de pequeno porte e contemplada pela Lei Complementar n. 123 e Lei complementar n. 147 de que trata o empate ficto; no item n. 07, com o importe de R\$ 40,42, no item n. 08, no importe de R\$ 29,50, com relação ao item n. 02 do Anexo I restou como deserto, conforme demonstra as planilhas de preços parte integrante desse certame, nos itens que não ocorreu competitividade e/ou que somente uma proponente tenha registrado valores na proposta de preços originária seus representantes informaram que: "...não há possibilidade de reduzir os valores, uma vez que estão no limite...". Por conseguinte, encerrada a fase de lances, passou-se então, para análise do envelope contendo suas documentações nos termos do item 5, os quais apresentaram toda a documentação exigida nessa peça editalícia, encerrado os trabalhos de análise dos documentos deverá os técnicos do Consórcio IBERÊ verificar as autenticidades dos documentos emitidos junto aos órgãos fiscalizadores via internet, para ao final declinar por sua habilitação como habilitada estão, aberto o prazo para que os presentes querendo, apresentem suas alegações de recurso nos termos dos itens 7.1 e seguintes, como isso não ocorreu decaiu esse direito, caracterizando-se como renúncia, contudo, nos termos do artigo 51, § 3º os membros da equipe de apoio concordam com a tomada de decisão registrada na presente ata no que diz respeito a análise da proposta de preços e da documentação exigida no presente certame, fazendo-o julgamento objetivo e respeitado ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ressaltando no caso em concreto que, os descritivos, termo de referência, preços e demais documentos que instruíram o presente procedimento de licitar, caso necessário for, por divergências, valores e/ou esclarecimentos deverão ser dirigidos aos responsáveis pelo Programa do IBERÊ, devendo também, os responsáveis pela fase de execução e acompanhamento verificar se estão de acordo com os termos descritos no Anexo I – Termo de Referência, do edital e na própria descrição subscrita em sua proposta de preços. Nada mais havendo a ser tratado o Pregoeiro ADJUDICA os valores registrados na presente ata à empresa e encerra a presente sessão pública, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes para os devidos fins e efeitos e encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Consórcio IBERÊ, para que, querendo homologue o presente procedimento licitatório. Dê-se conhecimento

Guatambu/SC, 29 de fevereiro de 2016.  
GLORACI JOSÉ BASSANI  
Pregoeiro

MARCELO ROSSATO  
Equipe de Apoio

LUANA ANTUNES MACIEL  
Equipe de Apóio

TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA - ME  
Alceu Sgnaulin

ALAONE SICHELERO  
Equipe de Apóio

CERAÇA COOP. DE INRA-ESTRUTURA E DESENV. VALE DO ARAÇA  
Delcio Renan Grolli

Empresas Participantes:

AGRO LÍDER – LTDA  
Ricardo Urbancic

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 001/2016**

Estado de Santa Catarina  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 001/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR.

Aos vinte e nove dias do mês de 2016, o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - IBERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida Senador Atílio Fontana, 591E – EFAPI, Bloco P1, UNO CHAPECO, Chapecó/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.871.732/0001-70, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor PEDRO BORSOI, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2016, RESOLVE registrar os preços conforme consta abaixo, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela (s) empresa(s) cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima numerado.

### **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o CONSÓRCIO IBERÊ e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial n. 01/2016, cujos objetos estão descritos em anexo a esta ata.

#### **Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o IBERÊ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### **Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços**

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada conforme autorização do Presidente do Cosórcio IBERÊ.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### **Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega**

A Contratada obriga-se a entregar os materiais solicitados pelo em até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Os locais para entrega serão pré-definidos pelo solicitante.

#### **Cláusula Quinta – Do pagamento**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

#### **Cláusula Sexta - DaS condições de fornecimento**

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Guatambu.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão presencial n 01/2016.

#### Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com o Consórcio IBERÊ, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

#### Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única . O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

#### Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I – Pelo Consórcio IBERÊ, quando:

- a - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e o consórcio não aceitar sua justificativa;
- c - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Consórcio;
- g - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao Consórcio a aplicação das penalidades previstas na ata de Registro de Preços e no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do CONSÓRCIO IBERÊ.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Ordenador de despesas do Consórcio.

#### Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados



O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de CHAPECÓ-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Guatambu/SC, em 29 de Fevereiro de 2016.

PEDRO BORSOI

Presidente do Consórcio IBERÊ

EMPRESAS DETENTORA DA ATA:

TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA - ME

Alceu Sgnaulin

CERAÇA COOP. DE INRA-ESTRUTURA E DESENV. VALE DO ARAÇA

Delcio Renan Grolli

AGRO LÍDER – LTDA

Ricardo Urbancic

Testemunhas:

GLORACI JOSÉ BASSANI

CPF/MF n. 490.569.800-68

MARCELO ROSSATO

CPF/MF n. 036.617.459-21

ANEXO I

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.

PREGÃO PRESENCIAL N.

PREÇOS REGISTRADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTI- DADE	MARCA	VALOR RE- GISTRADO	EMPRESA DETEN- TORA
1	RESERVATÓRIO DE POLIETILENO 500 LITROS COM TAMPA.	UND	60		R\$ 162,00	Empresa Ceraça
2	MANGUEIRA ¾":2,5 MM ROLO COM 100 METROS.	RL	80		DESERTO	DESERTO
3	ARAME DE AÇO GALVANIZADO OVALADO 15 X 17MM COM RESISTENCIA 700KGF– ROLO COM 1000 METROS.	RL	240		R\$ 340,00	Empresa Agro Líder
4	CATRACA PARA CERCA.	UND	1500		R\$ 3,40	Empresa Agro Líder
5	HASTES DE ANCORA GALVANIZADA 1,0 METRO X 5/8" COM ARRUELA.	UND	700		R\$ 18,00	Empresa Tratap Madeira
6	DISTANCIADOR COM 1,20 METROS DE ALTURA, DIÂMETRO DO FIO 3,40 MM COM CAMADA PESADA DE ZINCAGEM ACOMPANHANDO ATILHOS E CHAVETAS (FEIXE COM 100 UNIDADES).	FEI	100		R\$ 180,00	Empresa Agro Líder
7	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA 18 E COMPRIMENTO 2,50 METROS. Documento de pelo menos 03 análises retroativas aos últimos seis meses, fornecidas pelas empresas fabricantes dos produtos de CCA ou CCB, ou pelo IPT de SP, comprovando a retenção mínima para peças em contato com o solo de 6,5Kg ia/m3 conforme norma brasileira (ABNT NBR 9480)	UND	900		R\$ 40,42	Empresa Tratap Madeiras
8	PALANQUES DE EUCALIPTO TRATADO E AUTOCLAVADO COM CERTIFICADO DE GARANTIA MEDINDO: BITOLA DE 17 E COMPRIMENTO 2,20 METROS. Documento de pelo menos 03 análises retroativas aos últimos seis meses, fornecidas pelas empresas fabricantes dos produtos de CCA ou CCB, ou pelo IPT de SP, comprovando a retenção mínima para peças em contato com o solo de 6,5Kg ia/m3 conforme norma brasileira (ABNT NBR 9480)	UND	3500		R\$ 29,50	Empresa Tratap Madeiras
9	BOMBA SUBMERSA PARA MANGA ¾ - 800.	UND	51		R\$ 223,00	Empresa Ceraça
10	TUBOS DE CONCRETO DE 100 cm DE DIÂMETRO COM FERRAGEM CA1.	UND	54		R\$ 318,00	Empresa Ceraça

PEDRO BORSOI

Presidente do Consórcio IBERÊ



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 001/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo: 001/2016

Licitação Nº. 01/2016 - Pregão Presencial

Homologo o resultado do julgamento, proferido pela Comissão de Licitações, na sua exata ordem de classificação e Adjudico o objeto/itens do presente processo licitatório às seguintes empresas:

Empresa	Valor Homologado
AGRO LÍDER LTDA	104.700,00
CERAÇA COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO ARAÇA	38.265,00
TRATAP MADEIRAS TRATADAS LTDA-EPP	152.228,00

Intime-se.

GUATAMBU/SC, 29/02/16

PEDRO BORSOI

Presidente do Consórcio IBERÊ